

SÍDNEI CURSINO GUIMARÃES ROMÃO

**DO DESAFIO DO HUMOR À SEDUÇÃO DO PROCESSAMENTO DO
TEXTO HUMORÍSTICO À LUZ DA TEORIA DA RELEVÂNCIA**

**BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2008**

SÍDNEI CURSINO GUIMARÃES ROMÃO

**DO DESAFIO DO HUMOR À SEDUÇÃO DO PROCESSAMENTO DO
TEXTO HUMORÍSTICO À LUZ DA TEORIA DA RELEVÂNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da
UFMG, como um dos requisitos para obtenção do
Título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística dos Gêneros e
Tipos Textuais

Orientadora: Prof^{ca}. Dr^a. Regina Lúcia Péret Dell'Isola

**BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2008**

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos

Tese intitulada *Do desafio do humor à sedução do processamento do texto humorístico à luz da Teoria da Relevância*, de autoria da doutoranda Sídney Cursino Guimarães Romão, defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Regina Lúcia Péret Dell'Isola - Orientadora – FALE/UFMG

Prof. Dr. Fábio José Rauen – PPGCL/UNISUL

Profa. Dra. Vânia Maria Bernardes Arruda Fernandes – ILEEL/UFU

Profa. Dra. Beatriz Decat - FALE/UFMG

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias - FALE/UFMG

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos

FALE/UFMG

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2008

A todos aqueles cujas ideias construíram meu conhecimento e àqueles que julgarão úteis algumas de minhas ideias na construção de seu próprio conhecimento.

Ao Romero,, por seu companheirismo e carinho, que o fizeram presente em toda minha trajetória, compartilhando comigo desde o gosto pelas orquídeas até a agitação de minha vida acadêmica.

À Silvana, ao Gustavo, ao Gilson, que me ensinaram que o carinho e a acolhida tornam possível sentir “o lar” em duas casas distintas: minha gratidão e afeto.

À Vera, irmã e amiga, superando qualquer distância ou obstáculo — certeza de carinho e de apoio.

A minhas filhas: Daniela, Lisiane, Larissa; a meu neto, Ian, com os quais estou sempre aprendendo.

AGRADECIMENTOS

A minhas filhas, Daniela, Lisiane e Larissa, a meu neto Ian e a meu marido, Romero, a meus genros, Cláiton (de forma especial, pelos trabalhos com o AutoCad), Danilo e Eltinho, a toda minha família, que me incentivou e compreendeu minhas ausências.

A minha irmã, Silvana Cursino Guimarães, meu cunhado, Gilson Lisboa de Matos e meu sobrinho Gustavo Guimarães de Matos, cujo carinho e disponibilidade tornaram-nos co-participantes desta tese.

À Regina Dell’Isola, cuja orientação lúcida, competente e disponível extrapolou as exigências de sua função; por ter-se tornado uma amiga muito especial _ otimista, alegre e atenta _, cuja obra sobre o assunto (pré)destinou esse convívio prazeroso: compartilharmos o fascínio pela inferência.

À família da Regina Dell’Isola: minha amiga Helena, meus amigos André e Adriano, que sempre me acolheram com gentileza em sua casa, tornando mais agradável as horas de estudo ali realizadas.

À Prof. Dra Anne Reboul, que gentilmente aceitou orientar-me no estágio no Institut des Sciences Cognitives da Universidade Claude Bernard Lyon 1, propiciando-me a riqueza de conhecimentos aos quais eu não tivera acesso.

Ao pesquisador do Institut des Sciences Cognitives, Mateus Joffily, cuja generosidade e respeito humano “preencheram” meu “titre de séjour” em Lyon.

Ao Professor Dr. Fábio José Rauen, pela gentileza ímpar em disponibilizar-me material excelente e inacessível para mim, pela amizade demonstrada, pelo prazer de sua participação em minha Banca.

Aos Dr. Luiz Francisco Dias e Dra. Beatriz Décat, cuja amizade e desempenho em sala de aula terão parte marcante em minhas lembranças da UFMG. A ambos e ao Dr. Jerônimo Coura Sobrinho (presença sempre amiga), meu agradecimento por participarem de minha banca e pelas valiosas contribuições com a versão final deste trabalho.

À Professora Dra.Vânia Bernardes Arruda-Fernandes, que me alertou para a importância da “incongruência” e cujas contribuições me ajudaram a “avançar” em minhas primeiras descobertas. Agradeço sua presença em minha Banca e, na sua pessoa, homenageio todos aqueles que, ao comentarem uma dissertação ou uma tese, preocupam-se em “contribuir para enriquecê-la”.

Ao Professor Dr. Luiz Carlos Travaglia, cujos “mecanismos criadores do riso” atiçaram meu interesse pela estrutura do texto humorístico, por me ter “apresentado” Koestler e sua “bissociação”, e pela lucidez e ponderação com que me guiou na etapa de dissertação - que deu início à atual pesquisa.

Ao Professor Dr. Hugo Mari, cujas aulas formidáveis me incutiram o gosto pela Pragmática.

Aos Professores da FALE e da FAFICH que, durante o curso, mostraram-me caminhos diversificados para abordar o texto.

Ao Dr. Waldenor Barros Moraes Filho, da UFU, que, por considerar ainda “da casa” os ex-alunos do Mestrado, mantém-nos atualizados em publicações, eventos e bolsas — o que tornou possível minha candidatura ao estágio do Colégio Doutoral Franco-Brasileiro.

Ao Professor Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta, cuja visão clara e didática, me fez entrever os encantos da Lógica.

À Capes, pela bolsa do programa do Colégio Doutoral Franco-Brasileiro. Um agradecimento paralelo, mas especial, à Nancy Santos Silva, responsável pelos bolsistas da França e aos colegas do Programa que respondem pelo endereço grupocdfb@yahoogrupos.com.br, rostos “invisíveis”, mas cuja presença constante e amiga foi meu sustentáculo.

A todos os alunos-mestres do curso de Pós-graduação que puseram em prática nossa sugestão de interpretação de textos de humor orientada pela Relevância.

Às amigas Maria José Alves Gouveia, Maria de Fátima Estevam, Maria Silva Teles e Kelly Djanane Silva, cuja amizade certa está sempre presente em minha caminhada e em tudo que ela produz.

À Fundação Educacional de Patos de Minas e à Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, pelo apoio financeiro. Agradecimento especial à Prof^a. Neusa Helena de Queiroz Borges, pela amizade que é maior que a distância entre Patos de Minas e Lyon.

Aos funcionários do POSLIN e, em especial, funcionários da Biblioteca da UFMG - Letras, pela ajuda sempre prestimosa.

O humor não se resigna, ele desafia, ele implica não só o triunfo do eu, mas ainda o do princípio do prazer que encontra, assim, um meio para se afirmar a despeito das realidades exteriores desfavoráveis. [...] O eu se recusa a deixar-se machucar, a deixar que as realidades externas lhe imponham o sofrimento, ele se recusa a admitir que os traumas do mundo externo possam tocá-lo; bem mais, ele faz ver que esses traumas podem até mesmo tornar-se ocasiões de prazer para ele. Este último traço é a característica essencial do humor (FREUD, 1927, P. 209-210).

O riso anuncia a liberação do homem que abandona os trilhos do instinto : o riso faz soar sua revolta contra a idéia fixa dos impulsos biológicos, sua recusa em permanecer criatura de hábitos, submissa a apenas uma única 'regra do jogo' [...] O ato criador, que reúne dimensões de experiências até ali estranhas uma à outra, permite ao homem elevar-se a um nível superior de evolução mental. É um ato de liberação: o hábito sucumbe à originalidade (KOESTLER, 49, 63).

A língua nos é dada para esconder nossos pensamentos (TALLEYRAND, IN PROPP, 1992).

RESUMO

Esta tese fundamenta-se na reflexão sobre os mecanismos de humor e sobre a interpretação do humor à luz da Teoria da Relevância. Com o objetivo de apresentar uma proposta para trabalhar com o processamento da interpretação de textos humorísticos, sobretudo no ensino, foi realizada uma pesquisa em que se somam linhas teóricas de duas áreas distintas: por um lado, da comunicação, por outro, do humor. A teoria da comunicação aqui enfocada foi a Teoria da Relevância, elaborada por Sperber e Wilson (1986, 1995), que defendem que tanto o código quanto os aspectos pragmáticos (de natureza inferencial) são igualmente essenciais ao processo comunicativo. Esses autores propõem que o processo de inferenciação se estende também à compreensão da fase de decodificação do texto. Eles defendem que a comunicação se estabelece com base na “relevância” — que eles elegem como um princípio comunicativo geral — e que não é “seguido”, porque é inerente à compreensão espontânea de enunciados e, por esta razão, faz parte do aparelho cognitivo do ser humano. Dessa forma, é impossível ao ser humano “deixar de comunicar”. A partir da comparação de estudos de maior influência na questão do humor, foi escolhida a noção teórica de “bissociação”, proposta por Koestler (1964) para explicar a incongruência que é gerada por dois esquemas cognitivos incompatíveis, que se revela, enfim, como um paradoxo semântico ou pragmático. A associação deste conceito a hipóteses levantadas (mas não investigadas) pela Escola de Palo Alto (1967) gerou o modelo de mecanismo explicativo do humor aqui sugerido. Para relacionar as duas teorias de base, o mecanismo de humor foi submetido à Teoria da Relevância, para verificar a sua adequação teórica à aparelhagem interpretativa descrita pela teoria de Sperber e Wilson. Após análise dessas teorias, investimos no estudo de possibilidades de interpretação textual durante o processamento da leitura, com a finalidade de contribuir positivamente para o trabalho com o texto humorístico em sala de aula. Concluimos que essa estratégia favorece a organização do processo interpretativo pois, ao abordarem o texto de uma forma orientada, os alunos poderão alcançar a compreensão que se espera de um leitor proficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Humorismo. Cômico. Teoria da Relevância. Compreensão na leitura. Inferência. Paradoxo. Bissociação. Comunicação. Cognição.

RÉSUMÉ

Cette thèse est fondée sur la réflexion sur les mécanismes d'humour et sur l'interprétation de l'humour à la lumière de la Théorie de la Pertinence. Ayant le but de présenter une proposition de travail avec le processus d'interprétation de textes humoristiques, surtout pour l'enseignement, on a fait une recherche où l'on a intégré de lignes théoriques de deux différents champs d'étude: par un côté, le champ de la communication, par un autre, celui de l'humour. La théorie de la communication ici envisagée est la Théorie de la Pertinence, élaborée par Sperber et Wilson (1986, 1995) laquelle défend que aussi le code comme les aspects pragmatiques (de nature inférentielle) sont également essentiels au processus communicatif. Ces auteurs proposent que le processus d'inférence s'étend aussi à la compréhension de la phase de décodification du texte. Ils défendent aussi que la communication s'établit sur la base de la "pertinence" — qu'ils élisent comme un Principe Communicatif général — lequel n'est obligatoirement pas "suivi", parce qu'il est inhérent à la compréhension spontanée des énoncés et, par cette raison, il fait partie de l'appareil cognitif de l'être humain. Par cette façon, il est impossible aux êtres humains "ne pas se communiquer". À partir de la comparaison d'études de plus grande influence par rapport à l'humour, on a choisi la notion théorique de "bissociation", qui a été suggérée par Koestler (1964), pour expliquer l'incongruité produite par deux schémas cognitifs incompatibles, qui se révèle, enfin, comme un paradoxe sémantique ou pragmatique. L'association de ce concept aux hypothèses (pas examinées) de l'École de Palo Alto (1967) a produit le modèle de mécanisme explicatif de l'humour ici suggéré. Pour faire un rapport des deux théories de base, le mécanisme de l'humour a été soumis à la Théorie de la Pertinence, pour vérifier son adéquation théorique à l'appareillage interprétatif suggéré par la théorie de Sperber et Wilson. Après l'analyse de ces théories, on investit dans l'étude des possibilités d'interprétation du texte pendant le processus de lecture, ayant le but de contribuer positivement pour le travail avec le texte humoristique dans la salle de classe. Cette mesure favorise l'organisation de la procédure interprétative et, quand les élèves s'approchent du texte d'une façon orientée, ils peuvent saisir la compréhension qu'on attend d'un lecteur compétent.

MOTS-CLÉS: Humorisme. Comique. Théorie de la Pertinence. Compréhension. Inférence. Paradoxe. Bisociation. Communication. Cognition.

ABSTRACT

This thesis is based on some reflections about the humor mechanisms and about the interpretation of humor in light of the Relevance Theory. With the purpose of presenting a proposal for working with the process of interpreting humorous texts, especially in learning, a research was developed in which theoretical lines of two different areas are combined: a theoretical line of communication and theoretical lines of humor. The theory of communication focused here is the Relevance Theory, developed by Sperber and Wilson (1986, 1995), who claim that the code as well as the pragmatic aspects (of inferential nature) are equally essential to the communicative process. These authors propose that the inferential process also extends to the process of comprehension in the stage of decoding the text. They defend that communication occurs based on the "relevance" — which they elect as a communicative general principle — which is not "followed", because it is inherent to the spontaneous understanding of utterances and, for this reason, is part of the cognitive system of human beings. In this sense, it is impossible for a human being "not to communicate". From the comparison of the most prominent studies about humor, the theoretical notion of "bissociation" proposed by Koestler (1964) was chosen to explain the incongruity that is generated by two incompatible cognitive frames, that is eventually revealed as a semantic or pragmatic paradox. The association of this concept with hypotheses suggested (but not investigated) by the Palo Alto School (1967) have been developed into the explicative model mechanism of the humor suggested here. To associate the two basic theories, the humor mechanism was submitted to the Relevance Theory, to verify the adaptation of that theoretical structure to the interpretative equipment described by Sperber and Wilson. After analyzing these theories, we have invested in the study of the possibilities of textual interpretation during the process of reading, with the objective of contributing positively for the work with humorous texts in the classroom. We have concluded that this strategy helps the organization of the interpretative process because as students approach the text in a directed way, they can reach the understanding that is expected of a proficient reader.

KEY WORDS: Humorism. Comic. Relevance Theory. Understanding in the reading. Inference. Paradox. Bissociation. Communication. Cognition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Diagrama da Teoria da Comunicação proposta por Shannon e Weaver.....	43
FIGURA 2 - Esquema representando o dito e o implícito na teoria de Grice.....	55
FIGURA 3 - Tabela das proposições.....	66
FIGURA 4 - Os dois planos de referência da bissociação	169
FIGURA 5 - A oscilação do ponto L entre os dois planos de referência	170
FIGURA 6 - Duas figuras de frente formando os lados de uma taça.....	174
FIGURA 7 - “Le blanc-seing”	175
FIGURA 8 - Quadro das oposições em Lógica.....	215
FIGURA 9 - Quadro da Aplicação do quadro das oposições em Lógica.....	215
FIGURA 10 - O Paradoxo do Mentiroso no quadro das oposições.	296
FIGURA 11 - Paradoxo com relação de implicação	297
FIGURA 12 - Paradoxo com relação entre contrárias.....	298
FIGURA 13 - Paradoxo com relações contraditórias	298
FIGURA 14 - Quadro de oposição entre termos polissêmicos	299
FIGURA 15 - Paralelo entre oposições e mundos possíveis.....	306
FIGURA 16 - Uso descritivo e interpretativo da linguagem.....	314
FIGURA 17 - A representação do esquema bissociativo	326
FIGURA 18 - Esquema bissociativo da piada (3)	327
FIGURA 19 - Esquema bissociativo da piada (35)	331
FIGURA 20 - Esquema bissociativo da piada (36)	333
FIGURA 21 - Esquema bissociativo da piada (2)	334
FIGURA 22 - Charge de Nani, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”	338
FIGURA 23 - Esquema bissociativo da piada (38)	344
QUADRO 1 - Resumo das máximas conversacionais de Grice.....	54
QUADRO 2 - Quadro do raciocínio condicional com negação/ afirmação de uma das sequências	72
QUADRO 3 - Quadro dos efeitos teóricos da negação/afirmação de uma das sequências.....	72
QUADRO 4 - Quadro do <i>Modus ponens</i>	73
QUADRO 5 - Quadro do <i>Modus tollens</i>	73
QUADRO 6 - Quadro do Silogismo disjuntivo	74
QUADRO 7 - Operações dedutivas propostas pela TR	98
QUADRO 8 - Quadro dos esquemas com: Implícitos (Cf. Reboul) — Inferências (Cf. Moeschler).....	119
QUADRO 9 - Quadro dos enunciados com: Implícitos (Cf. Reboul) - Inferências (Cf. Moeschler).....	120
QUADRO 10 - Quadro das três funções da historieta cômica	240

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I A TEORIA DA RELEVÂNCIA - UM MODELO DE COMUNICAÇÃO COGNITIVO-INFERENCIAL	20
1.1 A Teoria da Relevância – Especificidades teóricas.....	22
1.2 A Teoria da Relevância — Afinidades teóricas	36
1.2.1 Objetos da pragmática	36
1.2.2 A Teoria da Relevância no quadro da Pragmática atual.....	39
1.2.3 Contribuições teóricas precedentes	42
1.2.3.1 Contribuição da Teoria dos Códigos	42
1.2.3.2 A Teoria dos Atos de Fala	44
1.2.3.3 A Teoria de Grice	47
1.2.3.4 O tratamento lógico-semântico dado ao implícito.....	59
1.2.3.5 A teoria da mente.....	76
1.2.3.6 A contribuições de Fodor	78
1.2.4 As regras dedutivas na Teoria da Relevância.....	87
1.2.4.1 A contextualização — efeitos contextuais e esforço de processamento	99
1.2.4.2 Forma lógica — Explicatura — Implicatura	104
1.3 Considerações sobre o estudo da TR.....	118
CAPÍTULO II TEORIAS SOBRE O HUMOR	130
2.1 Os precursores do estudo do humor: Bergson e Freud.....	141
2.1.1 A teoria do riso em Bergson	142
2.1.2 O humor em Freud.....	155
2.2 A oposição de dois planos no humor.....	167
2.2.1 Arthur Koestler: a Teoria da Bissociação.....	168
2.2.2 Olbrechts-Tyteca: o cômico da retórica.....	192
2.2.2.1 Argumentos de ligação	198
2.2.2.2 Argumentos de dissociação	203
2.2.2.3 Da dissociação e das duplas filosóficas	208
2.3 O choque dos dois esquemas cognitivos: a incongruência e as regras.....	217
2.3.1 As regras violadas pelo cômico	218
2.3.2 Fourastié: a quebra das regras ou “ruptura do determinismo”	224

2.3.3 A teoria dos “ <i>scripts</i> semânticos” de Raskin aplicada ao humor	229
2.3.4 A análise de Violette Morin para a historieta cômica	238
2.3.5 Operadores de mudança de esquema cognitivo.....	242
2.3.5.1 Gatilhos múltiplos	243
2.3.5.2 Tipos de operadores de mudança de esquema cognitivo.....	245
2.3.6 Os “mecanismos criadores de humor” de Travaglia	250
2.4 A proposta teórica de resolução da incongruência da piada.....	255
2.4.1 A teoria da “incongruência-resolução” de Suls.....	255
2.4.2 A teoria da “incongruência-resolução” à luz da Teoria da Relevância — a análise de Yus Ramos	258
2.5 Considerações sobre os estudos desenvolvidos sobre o humor.....	262
CAPÍTULO III HUMOR E RELEVÂNCIA	264
3.1 Contribuição das teorias analisadas para o mecanismo do humor	266
3.1.1 Balanço das contribuições trazidas pelos autores das duas áreas de base	266
3.1.2 Balanço dos itens teóricos a serem mantidos : a bissociação como limite.....	271
3.2 O mecanismo do humor explicado pelo choque entre níveis de representação	278
3.2.1 O mecanismo do humor explicado por um recurso à bissociação.....	278
3.2.2 O mecanismo do humor explicado por um recurso lógico	285
3.2.3 O mecanismo do humor explicado pelo recurso a um silogismo completo ou a um entimema	285
3.2.4 A bissociação do humor explicada pelo recurso a um paradoxo.....	293
3.2.4.1 A explicação do paradoxo pelo quadro das oposições	296
3.2.4.2 A explicação do paradoxo por sua natureza: lógico, semântico ou pragmático.....	300
3.2.4.3 A explicação do paradoxo pelos conceitos: Metarrepresentações - Princípio da Contradição - Princípio de Terceiro Incluído - Universos de Crença.....	303
3.2.4.3.1 A análise de Curcó para o humor, com base em metarrepresentações.....	316
4 O conceito de bissociação enriquecido pela Teoria da Relevância — o modelo de mecanismo do humor	322
5 A interpretação do texto de humor à luz da Teoria da Relevância.....	335
5.1 A interpretação do texto de humor guiada por elementos teóricos da Relevância — primeira proposta.....	336
5.2 A interpretação do texto humorístico à luz da Teoria da Relevância — proposta final...	340
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	348
REFERÊNCIAS	359

INTRODUÇÃO

Compreender a compreensão tem sido alvo de diversas investigações. Pesquisadores têm buscado responder inúmeras questões, entre as quais: *Como medir a compreensão de um texto? Como pode o emissor ter certeza de que o destinatário compreendeu as intenções de seu discurso, se, na maioria das vezes, tais intenções não se apresentam de maneira inequívoca?* O fato é que, explicitando ou não suas intenções, é certo que o locutor pretende, com seu discurso, atingir algum objetivo. Embora se trate de uma abordagem possivelmente interessante, não nos interessa, neste estudo, verificar se determinado locutor tem ou não seu discurso admitido, se obtém ou não efeitos pretendidos em resposta ao que diz. Interessa-nos outro aspecto que merece ser evidenciado: o mecanismo que leva o locutor a processar, por exemplo, uma ordem e que, pelo fato de tê-la acatado, ser levado a demonstrar que a compreendeu. Em outras palavras, no caso de uma ordem, se a mesma foi cumprida, significa que, antes de acatá-la, o interlocutor passou pelo processo de compreensão da mensagem. Assim, se uma pessoa, sem utilizar nenhum recurso extralinguístico, como gestos ou olhares, diz a outra “Feche a porta” e, como resposta, vê esta ordem ser cumprida, pode dizer que sua fala foi compreendida. Dessa forma, ao ocorrer o cumprimento da ordem, pode-se considerá-lo uma “resposta”, um sinal empírico de uma interpretação relevante (cf. AUSTIN, 1990 [1962]). É necessário, entretanto, que, no processamento dessa comunicação, haja determinados fatores que precisam ser levados em conta, tais como: a ordem ser considerada como um ato de fala razoável, pelo fato de ser embasada numa relação hierárquica entre os falantes (que leva o ouvinte a considerar admissível tanto ouvir quanto cumprir essa ordem), que haja uma porta dentro do campo de visão dos interlocutores e que a mesma preencha o “pré-requisito” de “estar aberta”, para que se crie um consenso entre os interlocutores quanto ao fato de que há possibilidades de tal ordem ser cumprida.

O exemplo, além de nos servir para demonstrar que a ação teve o efeito de um “atestado de compreensão” da ordem recebida, serve ainda para argumentarmos quanto ao fato de que essa compreensão não se processa apenas no nível da frase. Há uma busca da interação entre autor e leitor, mediatizada pelo texto: busca dos processos que garantam a eficiência da comunicação; a convicção de que há, em nível explícito ou implícito, o esforço

proveniente do locutor para deixar ostensivamente no texto pistas que conduzam o leitor, por um processo de inferenciação, à interpretação das intenções comunicativas e informativas do falante.

Nos textos de piada, de forma ainda mais coercitiva que em outros gêneros textuais, parece existir um acordo tácito, em relação ao fato de haver diretrizes imprescindíveis a serem seguidas pelo leitor, para que se cumpram os objetivos do locutor. Pertence ao consenso geral o fato de que as piadas são textos que visam, numa primeira instância, a provocar o riso. Se determinada pessoa prevenir seu interlocutor de que vai lhe narrar um fato e não esclarecer que se trata de uma narrativa de humor, ainda assim, poderá verificar, após o desfecho da piada, se seu interlocutor compreendeu ou não sua fala: o riso do outro será (com raras exceções) a prova de sua compreensão. Pode-se, pois, considerar que textos de humor visam ao efeito do riso, e, tendo este riso como resposta, o locutor pode deduzir que o interlocutor (ignoradas as exceções) compreendeu o texto. Se há efeitos empíricos constatáveis para os atos do discurso, pode-se, em muitas situações de comunicação, utilizar a reação do locutor como prova de sua compreensão das intenções que o autor pretendeu revelar. Essa intenção é ainda mais evidente quando se trata de textos de humor, pois, sem o riso que pretende provocar, não há razão para chamar-se um texto de humorístico. Justifica-se, assim, nossa opção pelo estudo de piadas: se o efeito provocado pelo texto humorístico é (na maioria das vezes) empiricamente detectável, é neste gênero que certamente será menos problemática a busca para a explicação do processo de compreensão de um texto.

Gerada por um mecanismo lógico, ocorre, no final das piadas, uma incongruência intencionalmente “construída” para ser risível. O riso será então considerado a resposta a uma experiência cognitiva provocada por textos cuja estrutura é elaborada com base no conjunto de fatores que atuam em nível da cognição humana e fazem dessa incongruência um fenômeno provocador de riso¹. Esse processamento da incongruência em nível cognitivo depende de fatores sócio culturais (conhecimentos e ideologia - crenças e valores), que, pelo conhecimento de mundo, ficam arraigados na mente do falante, como fatores constitutivos de sua individualidade. Assim, por um lado, a incongruência surge de uma forma de raciocínio que se apresenta como “ilógica” e, por outro, essa incompatibilidade de ideias que leva ao elemento incongruente surge de sua comparação com um “fundo de normalidade”

¹ Nossa argumentação não pode, evidentemente, ser aplicada ao riso provocado por uma piada lida ou mesmo para os casos em que o ouvinte de uma piada limita-se a um “riso interno”, não demonstrado, desde que, mesmo achando o texto humorístico, o ouvinte pode conter o riso.

representado pelo sistema de regras que a sociedade impõe aos indivíduos — chamado “senso comum”. A incongruência da piada revela-se, assim, uma dupla “violação”: a primeira, a incongruência formal, insurge-se contra a lógica do discurso e a segunda, a incongruência de ideias (gerada pela primeira), insurge-se contra a pretendida lógica dos sistemas que regulamentam o convívio humano, entre elas, sobretudo, certas relações de poder que o humor tenta desmascarar.

Se o *corpus* que escolhemos, constituído de piadas, exigiu, por um lado, o embasamento de teorias do humor, houve, por outro lado, a necessidade de instrumentos de análise para a compreensão do texto enquanto tal, circunstâncias que nos levaram a pesquisar conceitos mais específicos do atual direcionamento da Linguística Textual, no Brasil e no exterior, a qual busca enriquecer o estudo da compreensão (e produção) de texto com contribuições da Pragmática e da Cognição, na medida em que os três campos se interpenetram e complementam-se reciprocamente com descobertas sobre a linguagem humana e a comunicação em geral. Considerando que essa abertura oportuniza mudanças que devem ser vistas como um avanço, situamos este nosso trabalho nas novas tendências da Linguística Textual. Nessa perspectiva, para sustentar nossas análises de uma forma que nos desse maior segurança na aplicação dessas novas abordagens, buscamos uma teoria pragmática que, sem se descuidar dos aspectos linguísticos, considera a cognição como parte integrante do processo de interpretação (e de produção) do texto e, por essa razão, associa dados cognitivos e textuais aos aspectos pragmáticos, considerando que a linguagem só se define como comunicação em termos de uso.

Na tentativa de compreender como se processa a compreensão global do texto, agregando contribuições de pesquisas em pragmática e em cognição, nossa busca levou-nos à Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986), que adota, na compreensão do texto, princípios pragmáticos (da linguagem em uso) e cognitivos (relacionados ao processamento das informações na mente do leitor).

A Teoria da Relevância, proposta por Sperber e Wilson (1986), parte de uma propriedade inerente à comunicação e à cognição humanas, segundo a qual “a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância” e, com base nesse pressuposto, os autores propõem o Princípio Comunicativo de Relevância: “cada ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua própria relevância ótima” (SPERBER; WILSON, 1995/ 2005)”. Um estímulo é considerado ostensivo quando está no foco de atenção do ouvinte. Segundo Ibaños (2005, p. 4), “o objetivo da pragmática

inferencial é explicar como um ouvinte infere o significado do falante com base na evidência fornecida”.

A Teoria da Relevância propõe que só há comunicação se houver uma mudança no ambiente cognitivo do indivíduo, e a compreensão da piada, especificamente, quando desmascara aspectos “indizíveis” das relações sociais, leva o leitor a uma “redefinição da realidade”, produzindo nele uma “mudança de crenças”, ou seja, uma mudança no seu ambiente sócio-cognitivo. E, no texto de humor, o riso torna-se, de forma evidente, o resultado de uma experiência cognitiva: a compreensão. Nesta perspectiva, o **riso** a que nos referimos neste trabalho é aquele provocado pelo cômico, o que entra em sintonia com o pensamento de Travaglia (1990, p. 66) quando o autor, provando sua ideia com o fato de haver indústrias que se sustentam na criação do cômico, afirma: “Para nós, o humor está indissolúvelmente ligado ao riso”.

Antes do surgimento da Teoria da Relevância, consideravam-se, como níveis de compreensão de um texto, apenas o explícito e o implícito. A TR veio destacar o papel desse último nível, constatando que, mesmo na interpretação do nível explícito, há o recurso a inferências, constatação que resultou no conceito de explicatura, nível intermediário que os autores da teoria propõem. Nas piadas, são obviamente utilizados níveis de compreensão como os de qualquer outro tipo de texto. Entretanto, nos enunciados finais do texto humorístico, há um elemento característico do texto de piada, ao qual os estudiosos da área denominam “gatilho”². O gatilho (elemento-chave da “bissociação”, que é o mecanismo criador de humor) leva o leitor, impreterivelmente, a recorrer a inferências, cujo processamento conduz a uma suposição inesperada, que se revela incongruente e que, por essa razão, provoca o riso. É um consenso entre os estudiosos do humor que, ao ser enunciado o termo que se constitui no gatilho, a relevância sofre um “redirecionamento”: um dos traços semânticos de um elemento de um primeiro “esquema cognitivo” - que Raskin (1985) denomina *script* (ou “*chunk*”, conforme a Teoria da Relevância), é “forçado” para um segundo esquema. Esse redirecionamento semântico é que leva à criação de uma incongruência, que é sistematicamente premeditada para “construir” o humor do texto.

Ao ser interpretado, o gatilho direciona as inferências do leitor para a esfera temática “daquela área” onde a memória armazena os juízos e crenças “indizíveis” que subjazem a todo convívio social. A bissociação ocorre, pois, num nível de compreensão condizente com esse tema: sob a forma de um “não-dito”, cuja inferência é necessária para se

² Cf. RASKIN, 1985.

atingir o riso pretendido. O processamento das inferências explicitará o que ficou inicialmente velado, caracterizando a piada como uma forma indireta de violação do que deve ser mantido como “indizível” conforme as determinações do que denominamos “regras do convívio social” - imposições tacitamente assumidas como comportamentos socialmente “adequados”.

Valendo-se dessa inferência citada, no ponto em que se processa o humor, o locutor obriga o leitor a “raciocinar” para reconhecê-la e, como a incongruência que resulta do texto é o resultado indispensável desse processo dedutivo, o leitor é impelido, até certo ponto, a um estado de “cumplicidade” e de “responsabilidade” pelo preenchimento das lacunas de sentido a que foi conduzido nesse processo inferencial. Dessa forma, ao admitir o reconhecimento do dado inferido, ele só tem uma opção: ser (ao menos parcialmente) responsabilizado pela interpretação feita, aceitando a incongruência que lhe é intencionalmente atribuída. Acreditamos que o riso seja, dessa forma, provocado justamente pela “ruptura do convencional/ do previsível”, ou, em outras palavras: pelo reconhecimento da quebra da regra (de convívio social) que se associa à incongruência intencionalmente estruturada no texto pelo autor.

A ideia que norteou este trabalho foi, pois, a de que a bissociação pode ser considerada o mecanismo básico na criação do texto de humor e, desde que esta forma de mecanismo é acionada por um “gatilho”, é a partir desse elemento que analisamos as inferências que conduzem à incongruência ativada por esse enunciado final. O levantamento dessas inferências a cuja descoberta o leitor é coagido será guiado pela busca de sua relevância.

Na seleção do *corpus*, guiamo-nos pelo critério da escolha de textos que apresentassem incongruências mais marcantes, com piadas escolhidas tanto no formato de narrativas curtas, quanto no formato denominado “*one-liner*”, e, na etapa atual, incluindo textos de charges ou cartuns, sobretudo porque acreditamos que o formato do texto humorístico não interfere no mecanismo que cria o humor - constatação que pretendemos estender ao humor criado espontaneamente. Os textos foram extraídos de diversos livretos (do tipo “Mil piadas do Brasil”, “365 motivos para odiar o Brasil”, dentre outros) ou pesquisados na Internet, inclusive no *site* de humor da Universidade Federal de Uberlândia; as charges foram buscadas no *site* “chargeonline” e em jornais. Para este segundo momento de nossa pesquisa, restringimos os textos das piadas (de 3880 pesquisadas na primeira etapa) a um número bem mais restrito, quantidade que foi compensada pela diversificação, pela inserção também da charge, como sugestão de texto humorístico a ser explorado no ensino da interpretação.

Após proceder ao desenvolvimento das etapas descritas, apontamos, nas conclusões finais, o resultado das experiências feitas, advogando pela utilidade de se associar a Teoria da Bissociação à Teoria da Relevância, esta, a serviço da compreensão da primeira, e ambas a serviço da compreensão da cognição e da linguagem, nos processos de interpretação (e de produção) do texto. Entre essas conclusões, incluímos as provas de que a intenção do falante no texto de humor segue um tipo de “esquema”, havendo uma forma particular de organização, que é característica do mecanismo da piada e que consiste em criar um *paradoxo*, estrutura que Koestler (mesmo sem referir-se ao termo) explicou pelo esquema da **bissociação** e que culmina no gatilho (que esse autor denominou “ponto L”), fazendo deste enunciado um estímulo ostensivo que provoca todo o processo inferencial que arremata o texto humorístico.

Nossa pesquisa foi iniciada por uma primeira investigação (sob orientação de TRAVAGLIA, 2001), organizada de acordo com as seguintes etapas: indicamos os *scripts* inicialmente construídos pelo autor do texto, fazendo suposições sobre a previsibilidade de sequências possíveis de “finais de texto”, de acordo com a relevância (relacionada ao “determinismo” proposto por FOURASTIÉ, 1983). Em seguida, apontamos os gatilhos, por meio de um recurso metodológico que denominamos “técnica de neutralização do humor”, estratégia assim denominada por nós para indicar a substituição do gatilho por um enunciado que conservasse a coerência do texto, mas que excluísse o humor, de maneira que essa invalidação do gatilho da piada evidenciasse o status deste termo. Na sequência à localização do gatilho, analisamos a “quebra de previsibilidade” no ponto em que ocorre a incongruência (resultado de se forçar um elemento desse primeiro *script* para outro) e tentamos sintetizar, em um único período, a incongruência detectada. Numa última etapa, sintetizamos a incongruência por um enunciado que denominamos “frase síntese da ideia incongruente”.

Constatamos que o recurso à inferência na construção do gatilho é um fenômeno recursivo, caso em que podemos apontar essa sistematização como uma característica do gênero piada (não importa se esta venha na forma de narrativas ou no formato “one-liners”³). Finalmente, constatamos que essa recorrência na utilização de inferências para a construção do humor indica uma tentativa de “mascarar” a violação a uma “regra do convívio social”, o que nos levou a concluir que há uma coerência nunca atribuída ao gênero piada: a de, numa espécie de “manobra linguística”, o autor trazer para o texto, sob a forma de inferências, uma

³ De acordo com o dicionário Merriam-Webster (on-line), “one-liners” são (em tradução livre) “tiradas ou observações sagazes, espirituosas, divertidas”. Pelos exemplos analisados por estudiosos do humor, podemos dizer que se trata de “piadas de uma linha”, que podemos, de forma mais completa, considerar “piadas de uma só fala”, visto que uma fala (conselho, máxima, definição, etc.), às vezes ocupa até mais de duas linhas.

informação indizível — recurso que provavelmente ocorre em outros contextos sócio-interativos de linguagem. Assim, a forma a ser inferida torna-se condizente com o dado (a regra) que o convívio social recomenda manter implícito.

Nesta nova etapa de nossa pesquisa, utilizamos a noção de explicatura, como um instrumento útil para justificar por que fizemos o enriquecimento do gatilho - passando por explicatura e completando-o com a conclusão implicada final - para elaborar o paradoxo criado no final da piada. Partindo dos dados apreendidos do estudo inicial, pretendemos demonstrar que a “descoberta final de uma incongruência”, embora exija do leitor esforços cognitivos extras, torna-se relevante, na medida em que gera mais efeitos contextuais.

Considerando que, na atual pesquisa, havemos por bem relacionar aspectos concernentes a áreas diferenciadas, organizamos nosso referencial teórico, apresentando os dois primeiros capítulos aparentemente “desconectados”, devido ao fato de tratarmos individualmente os itens básicos ao estudo de cada uma dessas áreas: a Teoria da Relevância no primeiro e as teorias do humor no segundo capítulo. Só no terceiro capítulo é que nosso trabalho ganha unidade, quando se fundem as “bases teóricas” dos dois capítulos anteriores e, por meio de análises, demonstramos essa proposta de “fusão metodológica”. No terceiro capítulo, além de uma proposta para explicar o mecanismo do humor, é nosso intuito apresentar um roteiro metodológico para a interpretação de textos humorísticos, o que, a nosso ver, seria benéfico em termos de ensino: a prática da interpretação de textos de pequeno porte e ricos em processos de raciocínio - como são os textos de piada ou charges e cartuns - ao adotar uma tal estratégia, poderia ajudar os professores de língua a formar leitores mais críticos e envolvidos no processo de aprendizagem.

CAPÍTULO I

A TEORIA DA RELEVÂNCIA - UM MODELO DE COMUNICAÇÃO COGNITIVO-INFERENCIAL

*meio-dia três cores
eu disse vento
e caíram todas as flores*
(Paulo Leminski)

No início do século XX, o pensamento filosófico sofre uma importante modificação, que se convencionou chamar “**virada linguística**”, que vem destacar o predomínio da linguagem na relação do homem com o mundo. Considerando que sem a linguagem não é possível termos acesso ao pensamento, esse movimento dá origem à ciência da linguagem, bem como a outros campos de estudo, tendo todos em comum o pressuposto de que “a linguagem (em seus aspectos sintáticos, formais, lógicos, estruturais, semânticos) permite operações como pensar, conhecer, deduzir” (cf. ARAÚJO, 207, p. 1). Uma das razões dessas constatações está ligada ao fato de se considerar que a linguagem em uso, ou “discurso”, não tem como unidade a palavra, mas o enunciado. Para a compreensão do enunciado, não se deve mais considerar apenas o “dito” (aspecto semântico), mas também o aspecto pragmático (que se vale de inferências). Assim, dentre os estudos de especialistas da língua e de filósofos da linguagem ordinária, que se consagram ao estudo da linguagem comum destacam-se trabalhos como os de Grice e de Austin, a partir dos quais não se pôde mais ignorar o aspecto pragmático da linguagem e, mais especificamente, o papel da inferência na comunicação. Já levando em consideração a importância do estudo da inferência, nas décadas de 1960 a 1980, projetam-se duas linhas concorrentes de estudo⁴: uma, que se interessa sobretudo pelos “dados estritamente linguísticos” (conforme a teoria de Ducrot, com o estudo direcionado para a “pressuposição”) e outra, que busca “integrar no cálculo inferencial os dados da situação de comunicação”, embora não ignore também os pressupostos. Nessa última linha, apresentam-se novamente outros dois modelos no tratamento da inferência: o primeiro, defendido por Grice (1967), o segundo (de certa forma derivado do primeiro), por Sperber e Wilson (1986, 1995).

A “Teoria da Relevância” (em francês: “Teoria da Pertinência”) foi divulgada na obra “*Relevance: communication and cognition*” (1986), como resultado de estudos conjuntos

⁴ Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 309.

do antropólogo e psicólogo cognitivista francês Dan Sperber e da linguista inglesa, Deirdre Wilson (de agora em diante, S-W). A teoria (1986, 1995) é definida pelos autores como uma “teoria pragmático-cognitiva”, porque são associadas contribuições da Psicologia Cognitiva a aspectos pragmáticos, na elaboração de seu modelo de comunicação “cognitivo-inferencial”. Tomam como ponto de partida o modelo inferencial de Grice (1967, 1975) para explicar o processo de comunicação, no qual esse autor constatava a existência de uma espécie de “lacuna” entre o que era dito pelo falante e o que este pretendia que fosse realmente comunicado. Além dessa distinção, houve outras valiosas contribuições de Grice para a TR e para os estudos linguísticos (especialmente para a Pragmática), em especial a questão da relevância e da intenção — intimamente ligadas ao papel das inferências na interpretação do enunciado e ainda o papel do contexto. Foi também este autor o primeiro, não só a falar de “implicaturas” (embora num sentido não idêntico ao utilizado por Sperber e Wilson), mas também o primeiro a considerar que certos fenômenos da comunicação (como a ironia, a metáfora, as ambiguidades, etc.) não eram explorados de forma adequada pelas teorias de código.

Um dado significativo herdado da teoria de Grice - além da noção (mesmo inexplorada) de relevância e a nova visão do implícito, que forçou a distinção entre o dito e o comunicado, foi a atenção dada à atribuição de intenções a outros falantes, como bem o lembram S-W (2001, p. 57): “De um ponto de vista psicológico, a descrição da comunicação nos termos de intenções e de inferências também faz bom sentido. A atribuição de intenções a outros é um traço característico da cognição e das interações dos seres humanos”. O que o falante comunica são representações (reais ou imaginadas) de acontecimentos ou de estados do mundo formadas em sua mente sobre o mundo: sobre fatos ou suposições que lhe são manifestas no seu ambiente cognitivo.

A TR propõe, portanto, um modelo ostensivo-inferencial de comunicação, em que são utilizados conceitos extraídos da Lógica e dos estudos de cognição, para explicar como são geradas as inferências espontâneas no processo comunicativo, com base no comportamento ostensivo do falante e descrevendo os critérios adotados pelo ouvinte, num processo inferencial, para recuperar a intenção do locutor, a qual está na origem do ato comunicativo.

Os aspectos apontados estão entre os que tentaremos descrever, a partir deste primeiro capítulo, o qual apresentará os elementos que caracterizam o arcabouço teórico da proposta de S-W, de forma mais particular. O capítulo será distribuído da seguinte forma: após apresentarmos as bases teóricas gerais da TR, exporemos algumas considerações sobre

dois aspectos que acreditamos serem indispensáveis: primeiro, uma visão sucinta da pragmática na atualidade, de forma a situar o trabalho desses autores entre teorias concorrentes; segundo, uma abordagem igualmente breve de elementos que caracterizam as teorias pragmáticas em geral, desde que exigem o processamento de inferência, para serem adequadamente interpretados. Na sequência do capítulo, faremos uma divisão mais ampla, distinguindo, entre as “afinidades teóricas” da TR, dois grandes blocos de contribuições: primeiramente, contribuições advindas da área da comunicação e de outras teorias pragmáticas; em segundo lugar, contribuições de teorias que pesquisam a cognição. Ao final, nosso estudo será direcionado para um aspecto central da TR: o mecanismo dedutivo-inferencial – não apresentado entre as bases teóricas da seção inicial, em razão de sua explicação demandar a compreensão dos elementos teóricos afins, descritos em seções anteriores. Durante a elaboração deste capítulo, procuraremos apontar a razão de adotarmos essa teoria para a interpretação de textos, que, em nossa pesquisa, será orientada especificamente para textos de humor.

1.1 A Teoria da Relevância – Especificidades teóricas

A teoria de S-W baseia-se no “princípio de relevância”, segundo o qual o próprio ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua relevância, de maneira que não se cogita haver nem obediência nem violação a normas. A TR difere da teoria de Grice (1975), que acredita haver entre os interlocutores de uma troca verbal uma relação de simetria, o que os leva a ajustarem-se a certas condições causadas pela observância de um Princípio de Cooperação e máximas dele derivadas, entre as quais, a máxima da relevância. A relevância, na proposta de Grice é apenas uma das máximas e talvez a menos explorada por este.

Enquanto a teoria de Sperber e Wilson considera que, mesmo na compreensão dos dados explícitos, entram igualmente processos inferenciais, a teoria de Grice, mais próxima dos modelos de código, tenta explicar inclusive os elementos implícitos a partir do que vem linguisticamente codificado na frase. Na TR, os autores partem da ideia de que, para se desencadear um ato de comunicação, é suficiente que o falante concentre sua atenção em fenômenos que se manifestam como relevantes para ele. Tendo em vista essa característica do ser humano, S-W sugerem que, se houver igualdade de condições, quanto maior é o número de efeitos cognitivos, maior é a relevância e, quanto menor é o esforço de processamento, maior é a relevância. Vimos que a busca pela relevância justifica-se no fato de os indivíduos

normalmente só prestarem atenção a fenômenos que lhes tragam algum interesse ou “proveito”, em termos de acréscimo de conhecimento, benefício este que, segundo os autores, está na base do próprio processo comunicativo. Essa vantagem que os falantes buscam na comunicação é avaliada em termos de equilíbrio entre esforço e efeito, algo semelhante à conhecida “lei do menor esforço”, ou seja: o ser humano quer ter um máximo de vantagem, com um mínimo de esforço em tudo que realiza, inclusive no processo comunicativo.

Em posfácio para a edição portuguesa da mesma obra, Wilson (2001, p. 7), assim situa a teoria nos campos atuais de pesquisa:

A teoria da relevância é uma nova abordagem da pragmática que tenta dar resposta não só às questões filosóficas que se relacionam com a natureza da comunicação, mas também às questões psicológicas que dizem respeito ao modo como o processo da interpretação se desenrola na mente do ouvinte.

O modelo representado pela TR julga impossível para o destinatário “decodificar ou deduzir a intenção informativa do comunicador” apenas pela aplicação de regras ou máximas. Diferente do status que mantinha na teoria de Grice, o conceito de relevância ocupa um papel central no modelo de Sperber e Wilson, sendo a relevância vista, não como uma máxima (que pode/ou não ser violada), mas como uma propriedade psicológica dos processos mentais e como uma característica geral da cognição humana, que não pode ser dissociada da comunicação, razão pela qual os autores sugerem que o Princípio de Relevância deve ser considerado universal.

Segundo S-W, a comunicação verbal constitui-se num processo misto, em relação à forma como se apresenta, ou seja, é baseada no código linguístico, constituído por uma língua natural, que recorre tanto a informações explícitas — codificadas — quanto a informações implícitas, que devem ser inferidas pelo leitor. Os autores assim descrevem o processo inferencial de compreensão:

O processo de compreensão é um processo não-demonstrativo, desde que, mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, a comunicação pode falhar. De fato, o destinatário não pode nem decodificar nem deduzir a intenção informativa do comunicador. O melhor que o destinatário pode fazer é formar uma hipótese a partir dos índices fornecidos pelo comportamento ostensivo do comunicador. Uma tal hipótese nunca é certa; ela pode ser confirmada, mas ela não pode ser demonstrada [...]. O destinatário pode utilizar como premissas no processo da compreensão inferencial todas as informações das quais ele dispõe em sua memória conceitual.[...] A compreensão inferencial é, pois, um processo de inferência não-demonstrativa que pode utilizar livremente toda informação contida na memória conceitual (SPERBER; WILSON, 2001, p. 103-104).

Segundo os autores, o que o destinatário realmente faz é levantar hipóteses a partir de pistas fornecidas pelo comportamento ostensivo do falante.

Conceber que o falante comunica simplesmente uma informação seria reduzir o processo comunicativo a uma ação mecânica, tal como era visto pela Teoria de Código, segundo a qual os comunicadores compartilhariam competência e variedade linguística iguais. Se se aceitasse a tese dessa teoria, dever-se-ia aceitar como certo o fato de que simplesmente caberia ao emissor a tarefa de “empacotar” a mensagem e, ao destinatário, a tarefa de “desempacotá-la”. Na comunicação, em cuja base há sinais codificados, há, em razão dessa estrutura, uma primeira etapa de codificação/decodificação, mas, mesmo nela, já se deve ter em mente certos elementos básicos, a saber: o que se comunica, como se comunica, de quem parte a comunicação, quais as intenções do comunicador, para quem se comunica, etc. – elementos que escapam a convenções e, por essa razão, exigem o recurso a inferências. Para o processamento da etapa que é atribuída ao destinatário, os autores propõem um mecanismo dedutivo-inferencial que opera de maneira espontânea, com formas de raciocínio não-demonstrativas que, embora se aproximem das formas lógicas, distinguem-se destas, por serem construídas por meio de hipóteses (que atuam como premissas) das quais se considera o conteúdo semântico. Sucede ainda que os raciocínios ficam sujeitos a reajustes da parte dos interlocutores, na tentativa de fazerem com que a comunicação tenha sucesso – o que nem sempre ocorre, visto que há casos de mal-entendidos na comunicação, como o próprio modelo da TR já prevê. Os autores inclusive alertam para o fato de que a comunicação é governada por uma heurística imperfeita e, em razão disso, é muitas vezes um processo mal sucedido – o que consideram difícil de explicar é justamente quando e por que pode ser bem-sucedido.

A comunicação conta com a capacidade de os falantes manterem em sua mente representações mentais aproximadas, capacidade cognitiva que está na base do processo de comunicação, como defende a TR:

Dois mecanismos capazes de se comunicarem um com o outro devem também ser capazes de representar internamente a informação comunicada, e devem, portanto, ter uma linguagem interna. No caso da comunicação ostensivo-inferencial, essa linguagem interna deve ser rica o suficiente para representar as intenções de outros organismos e para permitir processos inferenciais complexos (SPERBER; WILSON, 2001, p. 263).

A teoria prevê, nesse modelo de comunicação, duas tarefas complementares dos interlocutores: ao falante cabe a ostensão, com a qual ele direciona a interpretação do ouvinte, ao construir em seu texto evidências que ostensivamente despertam, no interlocutor, o

interesse pelas “pistas” com que esse comunicador “sinaliza” sua intenção de comunicar e, ao comunicar-se, sua intenção de levar alguma informação ao outro. Ao ouvinte cabe recuperar inferencialmente as intenções do emissor.

O modelo da TR concebe a comunicação, portanto, com dois participantes: um primeiro falante, que efetua a codificação e/ou decodificação, em que são processados elementos convencionais de qualquer forma de código semiótico — como um sistema linguístico, por exemplo; um segundo, que faz o processamento inferencial. Esses dois componentes operam, de forma conjunta (e por vezes simultânea) dois elementos que indicam uma face dupla de um mesmo processo: a **ostensão**, do lado do comunicador e a **inferência**, do lado do destinatário. Nessa perspectiva, comunicação inferencial e ostensão são um único e mesmo processo, mas focalizado do ponto de vista de cada um dos envolvidos nesse processo comunicativo. A ostensão e a inferência possibilitam a intercompreensão – que funda o social – ligando, respectivamente, as intenções de um falante ao reconhecimento dessas intenções por outro. Dessa maneira, cada indivíduo conta com o fato de que ele próprio e o outro mantêm, ambos, representações mentais que apresentam certa similaridade.

Observamos que S-W levantam, a nosso ver, uma questão que, por ser aparentemente trivial, não havia sido ainda cogitada por estudiosos que analisavam a comunicação ou como um “produto” (obviamente acabado) ou como um processo: os autores da TR questionam por que percebemos, “do nada” (utilizando uma expressão coloquial), um ato comunicativo que nos é dirigido, no meio de tantos estímulos que nos rodeiam e que, na maioria das vezes, não são direcionadas para nós. Ou seja: os autores buscam explicar o processo comunicativo desde sua gênese. É a questão da “ostensão” que vai explicar esta espécie de “chamarisco”, que se destaca e que nos leva a inferir, num primeiro momento, a intenção do estímulo comunicativo que nos é endereçado.

Da mesma forma que Grice, Sperber e Wilson, colocam, pois, no centro de sua teoria, a noção de *intenção*, que justifica toda comunicação e caracteriza os comunicadores como tais, desde que o processo ostensivo (da parte do locutor) aponta para a relevância de uma intenção e o processo inferencial (da parte do interlocutor) tem como objetivo o reconhecimento dessa intenção. Podemos mesmo generalizar que a comunicação consiste num “jogo de intenções”, desde que o locutor cria estímulos ostensivos que desencadeiam no ouvinte o interesse em conhecer o que o primeiro deseja lhe comunicar, o que leva este último a submeter-se a construir inferências que o ajudem nesta descoberta. Da parte do comunicador, segundo a TR, esse propósito é duplo e pode ser descrito em termos de uma intenção informativa e comunicativa. Um enunciado é também um estímulo sensório-

perceptual como outro qualquer e, dessa forma, constitui-se numa “ostensão” da intenção informativa do falante, podendo ou não despertar a atenção das pessoas expostas a ele. Por essa razão, “a pessoa que comunica produz um estímulo que torna mutuamente manifesto à pessoa que comunica e aos receptores que a pessoa que comunica tenciona, por meio desse estímulo, tornar manifesto ou mais manifesto aos receptores um conjunto de suposições {I}” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 112).

Poderíamos dizer que o fato de comunicar uma intenção informativa deixa pressuposto o fato de estar ocorrendo uma intenção comunicativa. Isso se explica da seguinte maneira: os fenômenos que se apresentam de forma manifesta ao destinatário, ou seja, em seu foco de atenção – por meio de uma ostensão (um estímulo que pode ser, entre outros, um enunciado) – podem originar suposições e inferências no nível conceitual.

Essas intenções são assim esquematizadas pelos autores:

Intenção informativa

Um comunicador tem a intenção informativa de tornar manifesto ou mais manifesto para um auditório um conjunto de hipóteses *I*. (SPERBER; WILSON, 2001, p.93)

Intenção comunicativa

Um comunicador tem a intenção comunicativa de tornar mutuamente manifesto ao destinatário e ao comunicador que o comunicador tem esta intenção comunicativa (SPERBER; WILSON, 2001, p.97).

As duas intenções ocorrem simultaneamente, através de seu reconhecimento mútuo, ou **manifestabilidade mútua**.

Um estímulo mutuamente manifesto precisa, de acordo com Sperber e Wilson (2001, p. 236), satisfazer a duas condições: “primeiro, a de **atrair a atenção dos receptores**; segundo: a de **a fazer incidir sobre as intenções da pessoa que comunica**” (grifos nossos). Os autores explicam a questão da manifestabilidade: “Ser manifesto é ser perceptível ou inferível e qualquer suposição que alguém é capaz de construir ou aceitar como verdadeira, ou provavelmente verdadeira, é manifesta para ele”.

O processo comunicativo é, pois, ostensivo, porque o emissor tem o intuito de chamar a atenção para a relevância do que quer dar a conhecer: a intenção comunicativa e a intenção informativa – inferidas a partir de dados explícitos. É justamente o “ajustamento” entre conteúdo explícito e implícito que caracteriza a TR e é o conceito de relevância que vai tornar evidente esse ajuste. A relevância a ser maximizada é ostensiva da parte do locutor, a

ponto de o interlocutor poder presumir que o primeiro conta com essa expectativa de seu destinatário.

Concentrando-se no ponto central de aplicação do conceito de relevância, os autores reformulam (de maneira a evitar problemas de aplicação do conceito) a noção de relevância, conceito cuja redefinição implica em destacar um dado (considerado mal interpretado na primeira formulação da TR), ou seja: ela se constitui em “não um, mas dois princípios de relevância”:

Em *relevância*, fizemos duas asserções fundamentais, uma sobre cognição e outra sobre comunicação:

- (1) a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância;
- (2) cada ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua própria relevância ótima (SPERBER; WILSON, 2005, p. 180).

S-W consideram que o princípio enunciado em (1) refere-se apenas ao aspecto cognitivo do processo; é no enunciado de número (2) que está o princípio específico da comunicação: o princípio que explica a relevância na comunicação efetiva. De acordo com o Princípio Comunicativo de Relevância, o falante, pelo simples ato de dirigir-se a outro indivíduo, cria no destinatário expectativas de relevância, que desencadeiam na mente deste último um processo inferencial. Dessa forma, o segundo Princípio de Relevância descreve (não “normatiza”) que há, no conteúdo de determinado ato de comunicação ostensiva, uma espécie de garantia que assegura ao destinatário que esse ato de comunicação é relevante; em outras palavras, há uma presunção de relevância ótima que é comunicada por todo ato de comunicação ostensiva. De acordo com a comunicação assim descrita, conforme os autores, “deve ser mutuamente manifesto ao comunicador e ao destinatário que o comunicador tem a intenção informativa de tornar a presunção de relevância mutuamente manifesta” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 194).

O Princípio de Relevância ou Princípio Comunicativo é aplicado especificamente à comunicação ostensivo-inferencial. É por meio de um estímulo ostensivo que o falante vai criar a “**presunção de relevância ótima**”, que funciona como uma espécie de garantia tácita que o locutor concede ao ouvinte, ao requisitar a atenção deste: a de que vale a pena para o destinatário processar sua enunciação, ou seja, que é de interesse do ouvinte entregar-se ao esforço de processamento dos estímulos criados pelo emissor. A presunção de relevância ótima terá sua eficiência considerada tanto no momento da produção quanto no da recepção do texto comunicado. Ela é calculada com base no fato de que, do lado do comunicador, de

todos os estímulos que lhe estão disponíveis e aceitáveis, ele optará por um estímulo ostensivo que seja o mais relevante para o destinatário e seja compatível com as habilidades e preferências desse comunicador, isto é, aquele que produza maior efeito no ouvinte e que, ao mesmo tempo, não exija deste um maior esforço de processamento. De sua parte, o destinatário vai contar com o fato de o comunicador ter considerado a estratégia comunicativa mais proveitosa para atraí-lo para a interação; supõe-se que o ouvinte possa, não só esperar um nível de relevância suficientemente alto, a ponto de garantir sua atenção ao estímulo, mas também supor que é o mais alto nível de relevância que o comunicador foi capaz de alcançar, tendo em vista as razões e os objetivos deste. Teorizando esses dados, os autores propõem, para a relevância, que “um estímulo é otimamente relevante se, e somente se: a. é relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência; b. é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 228).

Para tornar mais clara a noção de ostensão, os autores apresentam, como forma de comunicação *explicitamente* definida, o exemplo de uma empregada de telégrafo que deve passar uma mensagem. Segundo S-W (2001, p. 242-243), “espera-se dessa empregada que ela seja perfeita na codificação das mensagens que comunica, mas não se espera que ela produza estímulos particularmente relevantes”. Esse ato difere da comunicação ostensivo-inferencial, desde que esta precisa apresentar-se sob a forma de *ostensões*, ou “evidências”.

A partir do reconhecimento de alguma ocorrência comunicativa, o ouvinte pode representar mentalmente um fato e proceder à sua avaliação. Segundo Sperber e Wilson (2001, p. 79): “Um fato é manifesto a um indivíduo em dada altura se, e apenas se, ele for capaz nessa altura de o representar mentalmente e de aceitar a sua representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira”. A ligação entre “manifestabilidade” e “ostensão” é explicada de um ponto de vista cognitivo-inferencial. Destacando a importância do conceito de ostensão para a comunicação, Silveira (1997, p. 30) comenta:

Um ato de ostensão é um requisito para a atenção, ou, dito de outro modo, para ser realizado, um ato de comunicação ostensiva precisa atrair a atenção da audiência. A atenção, por sua vez, é um requisito para desencadear as inferências pretendidas. Na verdade, esta articulação entre intenção/estímulo ostensivo e atenção/inferência, com base em relações de Relevância, é o ponto de partida para o modelo de comunicação ostensivo-inferencial de S-W.

A explicação de S-W (2001, p. 242) para essa definição é de que “o destinatário é autorizado a esperar um nível de relevância alto o suficiente para garantir sua atenção ao

estímulo e, mais ainda, que é o mais alto nível de relevância que o comunicador foi capaz de alcançar dados seus motivos e objetivos”. Mais precisamente, o comunicador cria, com sua ostensão, uma expectativa de relevância, que é **ótima**, porque corresponde à “medida” exata requerida para um estímulo a ser considerado ostensivo pelo destinatário, ou seja: não requer deste um esforço extra e rende efeitos suficientes. Estes estímulos, ou evidências, atuarão como “pistas”, que vão ativar o interesse do leitor e, na busca de satisfazer esse interesse que a ostensão provocou, esse leitor recorrerá a seu conhecimento de mundo e a operações de raciocínio, que podem ajudá-lo a desvendar a intenção do locutor.

Os autores preocuparam-se em estender o conceito de relevância a fenômenos e estímulos ou em relação a um contexto — para se concentrarem na relevância para um estímulo ostensivo — o que explicam da seguinte forma:

Por nossa definição, (relevância) é uma propriedade dos *inputs* para os processos cognitivos. Pode ser uma propriedade dos estímulos, por exemplo, que são *inputs* para os processos perceptuais, ou de suposições, que são *inputs* para os processos inferenciais. Estímulos e, mais genericamente, fenômenos, são encontrados no ambiente externo do organismo; suposições, que são o *output* dos processos de percepção, lembrança, imaginação ou inferência, são internas ao organismo. Quando defendemos que a cognição tende a ser dirigida para a maximização da relevância, queremos dizer que os recursos cognitivos tendem a ser alocados para o processamento dos *inputs* disponíveis mais relevantes, seja de fontes externas ou internas (SPERBER; WILSON, 2005, p. 181).

Dessa forma, os autores esteavam a aplicação do conceito de relevância sob a perspectiva de diferentes ângulos sob os quais se cogitasse sua manifestação, considerando sempre que a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.

Pelo fato de a relevância ser avaliada por comunicador e destinatário, em termos de esforço e efeito, uma suposição não pode ser considerada relevante por si mesma. Segundo Silveira e Feltes (2002, p. 47)

a suposição é considerada relevante com relação a uma situação específica, em que estão envolvidos indivíduos com suas especificidades, podendo diferir de pessoa a pessoa em diferentes circunstâncias. Daí que a Relevância é caracterizada de uma forma psicologicamente mais apropriada como **Relevância para um indivíduo**, ainda numa perspectiva basicamente comparativa, graduada e qualitativa.

A relevância de uma suposição não é, pois, intrínseca a ela: é o ouvinte que constata se ela é relevante em relação a uma situação específica de comunicação. Considerando esse fato e o fato de que, no processo comunicativo, estão envolvidos

indivíduos com distintas especificidades, e considerando ainda que de um ato comunicativo para outro as circunstâncias costumam ser diferentes, Sperber e Wilson observam que a relevância deve ser avaliada em termos de “efeitos cognitivos” (na versão de 1986, p. 224, os autores usaram, como equivalente, a expressão “efeitos contextuais”), desde que a comunicação opera em um sistema cognitivo. Assim, efeitos cognitivos em um indivíduo “são mudanças nas crenças de um indivíduo. Um indivíduo se mantém ganhando ou perdendo pela verdade ou falsidade de suas crenças, e ele tem objetivos cognitivos” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 186). Por essa razão, os autores passam a caracterizar a relevância de uma forma psicologicamente mais apropriada como “relevância para um indivíduo”. Optam, então, por definir um efeito cognitivo como um efeito contextual que ocorre em um indivíduo (ou “sistema cognitivo”), de maneira classificatória e definir, de maneira comparativa, o que eles consideram um efeito cognitivo positivo, ou seja, comparando o equilíbrio entre esforço e efeito, observando a relevância de acordo com duas condições de grau: em relação aos efeitos contextuais obtidos e em relação ao esforço requerido do ouvinte:

Relevância para um indivíduo (classificatória)

Uma suposição é relevante para um indivíduo em um dado momento se e somente se ela tem efeito cognitivo positivo em um ou mais contextos acessíveis a ele nesse momento.

Relevância para um indivíduo (comparativa)

Condição de grau 1: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais positivos obtidos quando ela é otimamente processada são amplos.

Condição de grau 2: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para obter esses efeitos cognitivos é pequeno (SPERBER; WILSON, 2005, p. 187).

De acordo com S-W (2001, p. 197), um conceito é classificatório quando for definido “em termos de condições necessárias e suficientes”, enquanto “os conceitos comparativos são mais bem definidos em termos daquilo que se podia chamar condições de ‘extensão’”, ou seja, de forma relativizada.

Partindo, assim, de um julgamento comparativo de relevância, o destinatário construirá um contexto mais produtivo que outro, a partir de um conjunto de suposições geradas por determinados estímulos e não por outros, de acordo com a atenção que estes lhe tenham despertado. Questionando-se sobre quais seriam os fenômenos aos quais o destinatário prestaria mais atenção e qual seria a razão disso, ou seja “por que ele faz algumas suposições e não outras?”, Sperber e Wilson (Idem) citam fenômenos que normalmente atraem a atenção das pessoas: sons altos, cheiros fortes, clarões, etc.

A partir de suas capacidades cognitivas conceituais, uma pessoa tem sua atenção atraída por um fenômeno qualquer, reação que, conforme notamos, Sperber e Wilson (1989, p. 65) denominam *manifestabilidade*. É a partir dos dados que – percebidos ou inferidos – atraem a atenção do ouvinte que este pode construir suas representações mentais. Ao definirem um **fato manifesto**, os autores, por extensão, definem igualmente o conjunto desses fatos, ou seja, um **ambiente cognitivo**:

Um fato é *manifesto* para um indivíduo em um determinado momento somente se este indivíduo é capaz neste momento de o representar mentalmente e de aceitar sua representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira. Um *ambiente cognitivo* de um indivíduo é um conjunto de fatos que lhe são manifestos (SPERBER; WILSON, 2001, p. 79)

A manifestabilidade mútua é, nesse sentido, relativa a todas as suposições manifestas no ambiente cognitivo que é compartilhado por falante e ouvinte. Num ambiente cognitivo mútuo, toda a suposição manifesta é, então, mutuamente manifesta. Os autores consideram que é “estímulo”, ou *input* para o processo comunicativo, um dado que se apresenta como manifesto seja através da percepção (inclusive a decodificação de enunciados), seja através de inferência (buscada na memória ou gerada por dedução).

Para melhor explicar esse conceito, os autores se valem de uma metáfora, segundo a qual o que os fenômenos visíveis são para a visão, os fatos manifestos o são para a cognição conceitual. Tomemos um exemplo: se escutamos uma campainha, um estímulo perceptível (hipótese manifesta a partir da audição), podemos fazer uma primeira representação mental: a de que há alguém à porta que toca a campainha (hipótese gerada por um raciocínio). Ao mesmo tempo, se tínhamos um encontro marcado para aquele momento (hipótese retirada da memória), podemos cotejar as duas hipóteses e construir, por inferência, uma segunda representação mental que enriquece a anterior: a “soma” dos dois fatos, mais a circunstância de terem ocorrido simultaneamente vão nos levar a concluir que estes fatos juntos significam que é a pessoa esperada que está chegando (hipótese gerada por nova dedução). Essas hipóteses que fazemos, a partir de estímulos perceptíveis (o som ouvido) ou inferíveis, são exemplos de fatos manifestos e compreensíveis para a pessoa que os apreende, mas eles não se constituem em uma forma de comunicação.

Da mesma maneira, se vemos luzes estranhas no final da estrada, elas são um fenômeno visualmente manifesto. Entretanto, se não podemos fazer nenhuma ideia da causa da produção dessas luzes, teremos um fato manifesto, mas cuja explicação fica desconhecida.

Esse exemplo também mostra um caso de manifestabilidade em que não se pode falar de comunicação. A manifestabilidade – pura e simples – não se constitui em uma forma de comunicação – é preciso que um fato seja “mutuamente manifesto”, ou seja, que “conecte” os interlocutores por meio de uma “intenção” – produzida pelo locutor e buscada pelo ouvinte. A partir da apreensão de um fenômeno, ou seja, a partir da manifestabilidade de um dado, o ouvinte pode representar mentalmente um fato e fazer sua avaliação, aceitando-o como *verdadeiro* ou *provavelmente verdadeiro*. Acreditamos, então, poder dizer, que é a manifestabilidade que “motiva” a representação mental.

Se, por um lado, um ambiente cognitivo é só um conjunto de hipóteses que um indivíduo pode representar mentalmente e de aceitar como verdadeiras e se, por outro, em um ambiente cognitivo mútuo, toda hipótese manifesta é mutuamente manifesta, podemos nos indagar sobre como essas hipóteses tornam-se mutuamente manifestas, ou seja, como estas hipóteses passam de um status a outro. Dito de outra forma: se dois indivíduos têm necessidade de manter representações mentais semelhantes para se comunicarem, como explicar que eles não compartilhem os ambientes cognitivos parciais? Se a manifestabilidade das hipóteses, por sua vez, está ligada à questão da utilização de apenas um subconjunto de hipóteses (único contexto) em cada troca comunicativa, como se explica a seleção desse contexto? Um tipo de resposta para essa questão seria dado pelas teorias de código, que se baseiam numa versão da teoria da mente (que veremos mais adiante), versão esta conhecida sob o nome de “*teoria do conhecimento comum*”, segundo a qual as teorias de código justificam a intercompreensão na comunicação. Segundo essas teorias, a comunicação é explicada em termos de um “conhecimento mútuo”, que imporá aos falantes uma condição de certeza em relação “especificamente às suposições contextuais envolvidas”, circunstância que não pode ser garantida. Ainda que houvesse o compartilhamento de “contextos potenciais”, haveria o problema de se reconhecer o contexto real — selecionado e atualizado num ato de comunicação, considerando-se que, nessa ocorrência, os falantes não utilizam todo o conhecimento disponível, mas apenas um “recorte” dele — o que deixaria sem resposta nossa questão. A tese do conhecimento mútuo iria ainda contra a possibilidade de se veicularem conteúdos novos e, num grau idealizado de mutualidade, dispensaria até a própria comunicação.

Moeschler e Reboul (1994) interpretam o ponto de vista dos autores da Teoria da Relevância a esse respeito:

Por definição, os indivíduos que compartilham um saber mútuo sabem que compartilham um saber mútuo. Se você não sabe que você compartilha um saber mútuo (a respeito de qualquer coisa, com qualquer outro), então você não tem um saber mútuo. O saber mútuo deve estar seguro para existir e, desde que ele não pode nunca estar seguro, ele não pode nunca existir (MOESCHLER; REBOUL, 1994, p. 37).

Se pudéssemos aceitar essa tese de conhecimentos (ou saberes) compartilhados (que exige uma regressão ao infinito tal como “ele sabe que eu sei que ele sabe que eu sei... etc.”) a comunicação nunca falharia — e isto não é o que sucede, desde que, conforme observação anterior, o mais difícil de explicar (segundo a TR), é como a comunicação pode ser bem sucedida. Sperber e Wilson propõem substituir a noção de “conhecimento mútuo” pela noção de “ambiente cognitivo mútuo”, segundo a qual “um ambiente cognitivo é simplesmente um conjunto de suposições que o indivíduo tem a capacidade de representar mentalmente e de aceitar como verdadeiro” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 89). Segundo os autores, “os ambientes cognitivos mútuos fornecem diretamente todas as informações necessárias para a comunicação e para a compreensão” (Idem). Os autores propõem ainda, no lugar de “conhecimento compartilhado”, a noção de “fato mutuamente manifesto”, considerando que ser manifesto é ser perceptível ou ter a possibilidade de ser inferido.

Tudo que o indivíduo assimilar ou que ele já assimilou constitui uma espécie de estoque mental que inclui o que ele sabe e o que é capaz de apreender de seu ambiente — isto constitui seu “ambiente cognitivo total”, que Sperber e Wilson (2001, p. 80) assim definem:

O ambiente cognitivo total de um indivíduo é o conjunto de todos os fatos que ele pode perceber ou inferir, ou seja, de todos os fatos que lhe são manifestos. O ambiente cognitivo total de um indivíduo é função de seu ambiente físico e de suas capacidades cognitivas. É constituído não só por todos os fatores de que ele tem consciência, mas também por todos os fatores de que ele tem a capacidade de vir a tornar consciente no seu ambiente físico.

Mesmo esse conjunto total é diferente para cada indivíduo, conforme suas capacidades individuais ou o ambiente no qual ele as adquiriu. Vale notar que os falantes não utilizam todo o seu ambiente cognitivo: o que eles utilizam é uma espécie de “subconjunto” – poderíamos dizer: um “recorte” – destacado deste conjunto maior e selecionado durante o ato comunicativo.

Unindo a questão da representação mental com a da ostensão, Sperber e Wilson esclarecem: um fato é, então, *manifesto*, se ele é perceptível ou inferível, ou, em outros

termos, se, após sua apreensão, o indivíduo pode construir uma representação mental, que é o elemento que faz a interconexão da linguagem com a realidade.

O conceito de **ambiente cognitivo mútuo** terá, como consequência, uma nova definição de “**contexto**”, o qual era concebido pelas teorias anteriores à TR como “pré-existente”. Para explicar esta nova noção, a teoria ampara-se também no Princípio de Relevância: é a partir das hipóteses levantadas pelo leitor no ambiente cognitivo mútuo que o **contexto** vai sendo construído e, pelo fato de ser construído concomitantemente ao processo interpretativo, ele é necessariamente menor que o conjunto dos conhecimentos ditos comuns ou mutuamente compartilhados. As hipóteses que constituem o **contexto** — único em cada troca comunicativa — são um subconjunto dos conhecimentos que formam o ambiente cognitivo total de cada indivíduo.

Se o contexto real é o resultado de um “recorte” de contextos potenciais, buscados na memória, é evidente que a seleção deste verdadeiro contexto não é feita aleatoriamente, mas é guiada por um procedimento lógico. Para o tratamento do enunciado, o indivíduo busca em sua memória as hipóteses que são as mais relevantes. Estas hipóteses são a parte mutuamente manifesta do ambiente cognitivo dos comunicadores e esta manifestabilidade equivale a uma seleção que permite que os indivíduos tenham uma ideia o mais semelhante possível do ambiente cognitivo mútuo. É válido insistir no fato de que, para as hipóteses contextuais extraídas do ambiente serem selecionadas e virem a constituir o “ambiente cognitivo mútuo” dos interlocutores, o elemento que vai “conduzir” a seleção dessas hipóteses, é o **Princípio de Relevância** — dado que vai responder aos questionamentos acima. É ele que vai reger a seleção das hipóteses que formarão o contexto e é a **presunção de relevância ótima** que vai restringir essa seleção, impedindo que o processo de interpretação se estenda indefinidamente. As hipóteses contextuais de base têm sua origem explicada por Sperber e Wilson (2001, p. 127) em relação com os esquemas cognitivos:

Suponhamos que exista um armazenamento básico de memórias com a seguinte propriedade: qualquer representação nela armazenada é tratada pela mente como uma descrição verdadeira do mundo real, de um fato. [...] Uma representação pode ser tratada como se fosse uma suposição sem o fato de ela ser uma suposição a ser expressa explicitamente. Às tais suposições básicas, mantidas como descrições verdadeiras do mundo, mas que não se encontram explicitamente representadas como tais, chamaremos suposições factuais.

Os autores observam que “as suposições factuais são o domínio por excelência dos processos inferenciais não-demonstrativos espontâneos” (SPERBER; WILSON, 2001, p.

128) e cada nova suposição factual adquirida vai combinar-se às suposições armazenadas em memória, para passar pelos processos inferenciais que visam a um “lucro” para o ouvinte: um aumento de seu conhecimento de mundo. Assim, as suposições factuais de base podem estar presentes no contexto inicial, ou podem ser requisitadas para fazerem parte do ambiente cognitivo mútuo dos interlocutores – sendo gradualmente geradas no processo da interpretação. Dessa forma, a intenção do locutor é assimilada na medida em que o destinatário passa pela interpretação das hipóteses que vão, gradualmente, construir o **contexto**. Nessa perspectiva, o contexto passa a ser considerado de um ponto de vista cognitivo e como um elemento mais dinâmico: “um contexto é uma construção psicológica formada por um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo. São essas suposições, naturalmente, e não a descrição real do mundo, que afetam a interpretação de um enunciado” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 45-46). O leitor parte de um conceito inicial — o enunciado que lhe é dado — e, a partir dele, seleciona, entre as várias hipóteses contextuais que lhe são oferecidas pelo ambiente cognitivo, aquelas que vão constituir o “ambiente cognitivo mútuo” dele próprio e do falante — que intencionou essa interpretação. O contexto escolhido será aquele que for coerente com o Princípio de Relevância — é esse princípio (conforme observamos) que vai reger essa seleção — e é necessário que o ouvinte possa avaliar as hipóteses em termos de verdade/falsidade ou de provável verdade. Somente os dados considerados verdadeiros (ou provavelmente verdadeiros) vão se constituir num “ganho” para o ouvinte — em relação ao acréscimo de conhecimento.

Se o contexto não pré-existe ao ato de comunicação, se ele vai sendo “construído”, à medida em que o leitor testa as suposições, e se estas podem ou não ser confirmadas, justifica-se o comentário de Moeschler e Reboul (1994, p. 96) de que “o contexto na Teoria da Relevância é uma variável, não uma constante”.

A construção do contexto depende, pois, da consideração de sua relevância: se as suposições não tiverem nenhuma relevância no que diz respeito à interpretação do enunciado, serão descartadas da memória de curto prazo. Só serão mantidas para o processamento do texto as hipóteses que forem produtivas, em termos de “efeitos contextuais”. Segundo S-W (2001, p. 193), o fato de uma suposição “ter algum efeito contextual dentro de um contexto é uma condição necessária para a relevância”. E, no caso de haver mais efeitos contextuais obtidos com menor esforço de processamento, temos o caso de relevância ótima.

1.2 A Teoria da Relevância — Afinidades teóricas

Ao apresentarmos as bases da TR, buscaremos os elementos teóricos que estão em sua origem e, para maior clareza de nossa exposição, incluiremos sua situação no quadro geral da Pragmática atual, os objetos da pragmática, que se constituem em tópicos cujo estudo ela compartilha com as demais pragmáticas, a descrição de dados de teorias que a precederam, entre os quais: dados da teoria de comunicação (dos códigos) e da teoria inferencial de Grice, aspectos da Lógica formal, determinados conceitos cognitivos da teoria modularista de Fodor e de outros teóricos da Psicologia Cognitiva — elementos esses que vieram compor e explicar essa nova teoria da comunicação.

Acreditamos também ser indispensável expor algumas considerações de base sobre dois aspectos gerais: primeiro, sobre a pragmática em geral, item pelo qual iniciaremos nossa explanação; segundo, sobre aspectos a que se dedicam as teorias pragmáticas, os quais exigem o processamento de inferência, para serem adequadamente interpretados.

Nesta seção, apresentaremos a Teoria da Relevância aspectos teóricos incorporados à TR, os quais apresentam semelhanças com outras teorias pragmáticas e da comunicação anteriores a ela; ou mesmo ideias advindas de outros campos teóricos e que foram incorporadas ao arcabouço conceitual da TR. A diversidade de fontes que contribuem para estruturar teoricamente a TR não a torna, entretanto, uma proposta eclética e sem uniformidade: ao contrário, esses elementos contribuem para explicar a comunicação humana de forma mais completa, excluindo lacunas não explicitadas em propostas anteriores.

1.2.1 Objetos da pragmática

Segundo Moeschler e Reboul (1994, p. 22), “a pragmática tem por tarefa descrever, com a ajuda de princípios não linguísticos, os processos de inferência necessários para acessar o sentido comunicado pelo enunciado”. Os autores indicam três domínios de fatos que — conforme seu próprio nome indica — não podem ser compreendidos unicamente por meio da representação do funcionamento da linguagem enquanto sistema, mas do “sistema em uso”. Este três tipos de fatos pragmáticos mostram a necessidade de ultrapassar o modelo “forma-sentido”, através das instruções que vêm acrescentar-se à dimensão linguística nos estudos: os **fatos de enunciação, de inferência e de instrução**.

Para melhor situar os objetos da pragmática arrolados por esses autores, convém recordarmos a distinção entre “frase” — unidade da língua, e “enunciado” — unidade do discurso. A *frase* é uma entidade abstrata, que tem uma estrutura sintática e cuja significação é calculada com base na significação das palavras que a compõem; é produto da teoria linguística que se dedica ao sistema. O *enunciado* é a unidade do discurso e, embora tenha como ponto de partida a frase, seu sentido só se completa, na medida em que aquela é processada em termos de enunciação, ou seja, é complementada por informações extraídas da situação de comunicação.

Os **fatos de enunciação** são auto-referenciais, o que significa que eles designam a si mesmos: eles não designam um objeto do mundo, nem um elemento da situação ou do contexto, mas uma convenção de língua, presente na estrutura do enunciado. Os fatos pragmáticos são: (a) os *enunciados performativos*, cuja ação não existe independente da enunciação da frase; (b) certos *conectores pragmáticos* — *mas, desde que, porque* — que não operam sobre os conteúdos, mas sobre o ato da enunciação; (c) *a negação*, quando esta não atinge o conteúdo proposicional da frase, mas incide sobre a própria ação de afirmar tal conteúdo; (d) *advérbios como “francamente, sinceramente”* — que incidem igualmente sobre a enunciação. Os exemplos seguintes ilustram os casos apontados:

- (1) Eu aposto com você que o cavalo branco ganhará a corrida desta semana.
- (2) José diz que nos emprestará dinheiro, mas isto é uma mentira.
- (3) José não nos ajuda neste trabalho, ele nos perturba.
- (4) Francamente, esta situação é lamentável.

No exemplo (1) é o fato de “eu apostar com você” (com um verbo performativo no presente do indicativo e na primeira pessoa) que faz com que a ação (de “apostar”) seja considerada como realizada unicamente pelo fato de ser enunciada. Em (2), o conector “mas”, ao introduzir a segunda sequência (isto é uma mentira), coloca em oposição, não a ação de “emprestar o dinheiro”, mas a verdade de tal informação (relatada pelo locutor) ter sido falsamente enunciada por José. Em (3), a negação não incide sobre o verbo da proposição — não é ela que é negada: é a interpretação enganosa que o locutor supõe ter feito sobre o fato. Assim, pressupõe-se que José, ao se dispor a ajudar, estava, na verdade, atrapalhando. Em (4), o advérbio “francamente” não tem nenhuma relação com o conteúdo proposicional que o segue, mas com uma avaliação a qual precede a enunciação da situação avaliada pelo locutor.

Esses exemplos distinguem-se, respectivamente, dos exemplos seguintes:

- (1') Apostei que o cavalo branco ganharia a corrida da última semana.

- (2') José nos ajudaria a consertar esta máquina, mas agora ele está com a mão machucada.
 (3') José não nos ajudará.
 (4') José nos falou francamente sobre seu problema.

No exemplo (1'), o verbo “apostar” descreve uma situação já passada, então, o locutor (mesmo com o uso da primeira pessoa) não está, pelo simples fato de enunciar a ação, realizando-a: o verbo “apostar” perde seu caráter de performativo, por não estar sendo empregado no presente. Em (2'), o conector opõe o fato de “a mão de José estar machucada” ao fato de “ajudar a consertar a máquina”, duas ações que mantêm uma relação de oposição entre si. Em (3'), a negação incide sobre o verbo “ajudar”, é, então, esta ação que é negada. Em (4'), o sentido do advérbio “francamente” recai — não sobre a enunciação em curso —, mas sobre o fato enunciado.

Considerando que era problemática a análise dessas questões por vias exclusivamente linguísticas (teorias do sistema ou do texto), a TR sugere explicá-las com base na cognição, conforme constatação de Blass que Rauen (2007, p. 1015) assim parafraseia: “a textualidade não é um fenômeno necessária e suficientemente explicável no nível da articulação entre estruturas linguístico-textuais, mas um fenômeno de processamento operado na mente”. Desta maneira, critérios como coesão e coerência parecem não se sustentar sozinhos como fatores de textualidade. Os elementos linguísticos tornam-se, sob esse ponto de vista, “marcadores de coerência [...] funcionando como marcadores de restrição semântica sobre relevância” (RAUEN, 2007, p. 1014). Rauen comenta que a semântica já tentava resolver problemas desse gênero, quando apontava, entre outros, o exemplo de enunciados em que o conector “e” deveria ser “lido” como um “mas”. Mas não propunha uma explicação para essa escolha do sentido, como a TR o faz: esta teoria sugere que a relevância guia a “eleição” do sentido mais adequado ao contexto. E, para que esses marcadores conduzam o leitor na busca da relevância, a inferência vai suprir os dados que faltam.

A **inferência** (que abordaremos de forma detalhada mais adiante e, por essa razão, é incluída aqui de forma sucinta) é um mecanismo dedutivo que permite partir de premissas para se chegar a uma conclusão. No seguinte exemplo, para a mãe compreender o enunciado do filho, precisa fazer uma inferência pragmática, do tipo para a qual Moeschler e Reboul (1994, p. 27) sugerem a forma: “o locutor me disse P para significar Q”.

- (5) A mãe diz ao filho: Teu pai já foi trabalhar?
 O filho para a mãe: O carro não está na garagem.

Para que a resposta do filho tenha sentido para a mãe, é preciso que os dois interlocutores conheçam o fato de que o pai utiliza sempre o carro para ir para o trabalho. Em tais casos, é necessário que, após o processamento da informação linguística veiculada pelo enunciado, o ouvinte busque a informação não linguística (inferencial), que deverá ser extraída do contexto.

O terceiro domínio de é o da “**instrução**” (conceito cuja origem está nos trabalhos de Ducrot e Anscombe 1983). Sobre esse ponto, Moeschler e Reboul (1994, p. 23) afirmam: “Uma das originalidades das análises pragmáticas foi a de conceber a significação das frases como o produto de instrução vinculada às palavras da língua”. São elementos cuja função parece variar de acordo com a situação de emprego, dando instruções de sentido, especialmente os conectores: conjunções, locuções, advérbios sem significação referencial.

O que importa, para os argumentos defendidos aqui, é que os textos são apenas peças de evidência ou pistas constitutivas do *input* do processo de compreensão, fornecendo parte dos dados de natureza lógico-conceitual para a fase inferencial da interpretação. Ou seja, a textualidade não é um fenômeno necessária e suficientemente explicável no nível da articulação entre estruturas linguístico-textuais, mas um fenômeno de processamento operado na mente. (BLASS, apud RAUEN, 2007, p. 1015)

Embora a inferência seja vista como “um” dos objetos da Pragmática, notamos que ela interfere no processamento também dos outros itens: é por meio dela que o falante toma um “posicionamento metalinguístico” (se pudermos usar esta expressão) e avalia (ainda que inconscientemente) a distinção entre linguagem e metalinguagem (metarrepresentação de primeiro e de segundo nível) — o que lhe permite reconhecer se determinada informação se refere ao enunciado ou à enunciação. É, pois, a inferência que merece uma análise mais minuciosa — o que será feito mais adiante.

1.2.2 A Teoria da Relevância no quadro da Pragmática atual

A aceitação da existência dos dois níveis de compreensão — explícito e implícito — trouxe vários questionamentos quanto às áreas que delimitavam cada objeto de estudo: sobre o que atribuir à linguística e o que atribuir à pragmática. Moeschler e Reboul (1994, p. 24) observam que, “nos anos setenta, havia tendência a definir a pragmática como ‘a lixeira da linguística’”, desde que não se atribuía grande importância para a linguagem em uso, quadro que, segundo os autores, se modifica atualmente:

A pragmática tinha por tarefa resolver todos os problemas não tratados pela linguística (entendida como a fonologia, a sintaxe e a semântica). Vista sob este ângulo, a pragmática deveria dar lugar a um *corpus* inarticulado e consistir de um conjunto de fatos marginais, aqueles que a linguística não queria ou não podia abordar. Felizmente, definições mais positivas surgiram, definições que atribuem à pragmática a função de tratar de um ponto de vista não linguístico certos problemas (sintáticos e semânticos) considerados como dizendo respeito à teoria linguística. Nesta concepção, a pragmática não é mais uma lixeira, mas um meio de simplificar a linguística (MOESCHLER; REBOUL, 1994, p. 24).

Como decorrência do prestígio conquistado por essa área de estudo, há, atualmente, três tipos gerais de teorias que abordam a pragmática: **teorias lineares**, **teorias em Y** e **teorias cognitivistas**. Nas **teorias lineares**, cada componente recebe um tratamento de acordo com uma ordem estabelecida: inicialmente, a sintaxe, depois, a semântica e, no final, o tratamento pragmático; mas, como esses componentes são tratados como módulos independentes, a falta de interação entre os mesmos pode interferir no resultado. Nas **teorias em Y**, as informações partem de duas ramificações: os dados do componente linguístico e os dados do componente retórico (informações extra-linguísticas). Estas informações se reúnem em uma conjunção (que justifica o nome da teoria) e, apesar de as informações linguísticas e pragmáticas, em dado momento, serem conjugadas, elas ainda têm (semelhantemente às teorias lineares) a desvantagem de se manterem presas a uma certa ordem: na primeira etapa, que é estritamente linguística, embora as “instruções”⁵ sejam aplicadas, isto não ocorre simultaneamente à verificação dos aspectos pragmáticos, que são considerados após a fase do tratamento linguístico.

As **teorias cognitivistas** opõem-se às outras duas e são uma versão da pragmática radical, classificação na qual se situa a Teoria da Relevância, que é, em resumo, uma teoria pragmática, radical e cognitivista. É a teoria que julgamos mais adequada para a interpretação de textos, o que será justificado pelo presente trabalho.

A **pragmática integrada** segue a tradição de Benveniste e tem em Ducrot seu nome mais expressivo. Segundo esta teoria, a pragmática diz respeito à competência: aspectos pragmáticos são codificados na língua e a língua contém instruções sobre os usos possíveis; em resumo: a pragmática deve ser *integrada à semântica*. Esta teoria estuda sobretudo os aspectos argumentativos da língua, tomando as “instruções” dos conectores durante a etapa linguística e concebe que os enunciados comunicam atos de fala e, por essa razão, “o sentido de um enunciado é a imagem de sua enunciação”, ideia que Ducrot (1972, p. 31) assim

⁵ Cf. “*Les mots du discours*”, de Ducrot, 1972.

explica: “descrever o sentido de um enunciado é, pois, descrever o tipo de ato que o enunciado deve supostamente realizar”. Esta teoria coloca em evidência os atos de fala e integra, no código linguístico (no sentido dado a *língua* por SAUSSURE, 1968), aspectos que são próprios da enunciação. Os fatos da enunciação são explicados a partir do sistema linguístico.

A **pragmática radical**, que segue a tradição inaugurada por Grice, defende que a pragmática não é parte da semântica. Entretanto, é uma pragmática que também diz respeito à competência, não no sentido que lhe dá Chomsky (1971), de uma gramática internalizada pelos falantes, mas⁶ “para designar as **regras de uso** da língua na diversidade de **situações**” (grifos nossos). Desse modo, a competência discursiva não se constitui num sistema de regras, porque não há uma “sintaxe” do discurso, mas é uma competência que se auto-regula quando a língua está em uso, conforme esclarecimento de Moeschler e Reboul (1994, p. 36): “[a pragmática radical] é uma teoria da competência, porque só se interessa pelos fatos de interpretação [...]; as hipóteses sobre os processos de tratamento dos enunciados não são específicas a usos particulares, mas dizem respeito a conhecimentos particulares sobre esses usos”.

A teoria da Relevância, proposta por Sperber e Wilson é uma teoria pragmática radical, vericondicionista e cognitiva. É uma teoria radical, porque visa a limitar o domínio da semântica aos aspectos vericondicionais do enunciado, razão pela qual não admite a subordinação da Pragmática à Semântica e, dessa maneira, faz intervirem, na interpretação dos enunciados, tanto aspectos vericondicionais quanto aspectos não vericondicionais. Assim, a TR não leva em conta somente os aspectos inferíveis a partir de regras conversacionais, mas observa que, nos enunciados, há, inicialmente, *proposições*, sendo então, necessário, completar a forma lógica, de maneira que ela se torne proposicionalmente completa e possamos, em seguida, atribuir-lhe um valor de verdade. Os aspectos vericondicionais têm caráter semântico, tendo, por esse motivo, uma relação com as condições de verdade: são ligados aos elementos convencionais, portanto, são não-canceláveis; de tal forma que sua negação causaria algum tipo de contradição. Os aspectos não vericondicionais são o conjunto de implicaturas inferíveis com base nos aspectos pragmáticos, ou seja, ligados ao contexto, os quais apelam para informações que ultrapassam o enunciado, podendo ser canceladas (às vezes, a troca de um termo por um sinônimo elimina uma implicatura, por exemplo). A TR é uma teoria da competência cognitiva, mas pode também explicar o desempenho do falante,

⁶ Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 113.

porque leva em conta a competência cognitiva dos indivíduos (ou seu conjunto de conhecimentos e de capacidades) necessária ao uso da língua **em situação**, o que lembra que a cognição está nos interlocutores, e é ela que permite a comunicação. S-W fundamentam os aspectos cognitivos de sua teoria em pesquisas de Fodor e, em relação aos aspectos linguístico-pragmáticos, baseiam-se na teoria de Grice, para a qual sugerem adaptações e aprofundamentos que tornem sua base teórica mais clara e abrangente.

1.2.3 Contribuições teóricas precedentes

Nesta seção, abordaremos teorias que precederam a TR e que, de alguma forma, contribuíram para os alicerces da proposta de S-W. Nessa perspectiva, abordaremos a Teoria dos Códigos, a teoria de Grice e as contribuições teóricas de estudos cognitivos.

1.2.3.1 Contribuição da Teoria dos Códigos

Na tentativa de explicar a comunicação humana, surgiu, na década de quarenta, a **Teoria da Comunicação** (também conhecida como **Teoria dos Códigos**), que segue o esquema hoje bastante conhecido de “emissor-mensagem-receptor” e procura explicar o que seria a “comunicação ideal”. Divulgada em *Teoria Matemática da Comunicação*, obra conjunta do engenheiro C. E. Shannon e do matemático W. Weaver, a teoria sugere que um destinatário poderia recuperar a mensagem exatamente como lhe foi enviada pelo emissor. Apresentamos, a seguir, um diagrama⁷ (FIG. 1) indicando os seis elementos que a compõem: emissor, destinatário⁸, código, canal, mensagem e referente — representando graficamente o trajeto da mensagem desde sua emissão, pelo locutor até sua recuperação, pelo destinatário:

⁷ Cf. SPERBER e WILSON, 1986, p. 30.

⁸ Considerando essa terminologia, esclarecemos que, pelo fato de a TR ser, por um lado, uma teoria da comunicação, podemos eventualmente utilizar termos tais como: *comunicadores*, *emissor* e *destinatário*; por outro lado, podemos ainda utilizar termos como *locutor* e *interlocutor*, visto que é, igualmente, uma teoria pragmática. O termo “falante”, por sua vez, embora tenha sentido similar ao de “locutor”, refere-se igualmente a ambos os interlocutores, num emprego que não considera apenas a língua oral, mas refere-se ao usuário de qualquer forma do sistema linguístico: oral ou escrito. O termo “autor” pretende ser mais abrangente do que “locutor”, considerando, nesse caso, quem criou o texto (no caso das piadas, é normalmente anônimo) e é usado apenas quando, por essa razão, pretendemos referir-nos àquele a quem se podem atribuir as verdadeiras intenções do texto (e não apenas seu “propagador”, como ocorre com textos de piadas repetidas).

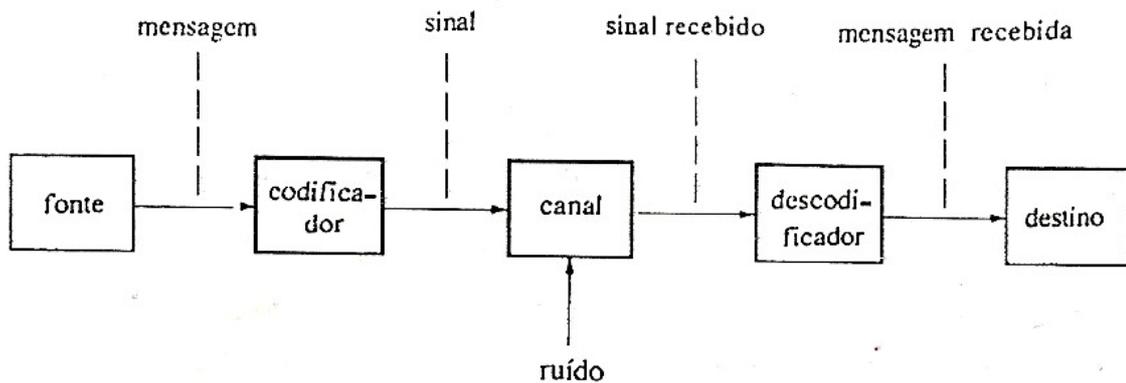


FIGURA 1 - Diagrama da Teoria da Comunicação proposta por Shannon e Weaver.
 Fonte: SPERBER; WILSON, 1986, p. 30.

Os autores da Teoria da Comunicação (por códigos) preocupavam-se sobretudo com a exatidão dos símbolos a serem transmitidos entre emissor e receptor, com sua precisão semântica e com a eficiência do significado, manifestada pelo comportamento do receptor.

Jakobson (1974) foi o linguista que abraçou essa teoria e buscou nela elementos que pudessem ser úteis à compreensão da linguagem. A partir do modelo proposto pela Teoria dos Códigos e (provavelmente) pelos estudos de Bühler (1933) sobre as três funções básicas da linguagem (representacional, apelativa e expressiva), Jakobson elabora sua proposta das “funções da linguagem”, cada uma delas em correspondência com um dos elementos desse esquema de comunicação (emotiva, conativa, poética, representativa, e fática). Não nos deteremos na proposta feita por Jakobson, mas acreditamos que seu estudo tenha interesse em termos de atribuição de características a cada aspecto envolvido no processo comunicativo e, sobretudo, por ter despertado a atenção dos estudiosos para a possibilidade de direcionamento da intenção do locutor na comunicação (e a modalização que salienta tais enfoques), quando este opta por privilegiar um desses elementos do processo comunicativo.

Se esse modelo serve para explicar a comunicação em geral, faltou-lhe, no entanto, um elemento essencial para explicar a comunicação humana — um elemento que acrescentasse ao modelo a flexibilidade que existe nas interações humanas, possibilitando considerar a diversidade de situações nas quais os comunicadores podem encontrar-se. Esse modelo ignorou, assim, o aspecto mais caracteristicamente humano da comunicação, o papel da **inferência** e seu alcance pragmático.

Ao abordarem a natureza da comunicação humana, S-W iniciam sua proposta pela análise dos modelos em voga: a Teoria dos Códigos e o modelo inferencial de Grice, na

tentativa de verificar se a comunicação humana pode ser explicada exclusivamente por um dos dois.

Examinando a Teoria dos Códigos — para a qual adotam, conforme Peirce (1958), a designação de “modelo semiótico”, S-W concluem que o modelo apresenta tanto pontos negativos quanto positivos:

O seu [do modelo semiótico] mérito principal é o de ser explicativo: as elocuições são, na verdade, bem sucedidas na comunicação dos pensamentos, e a hipótese de que elas codificam os pensamentos poderia explicar como isto é feito. O seu defeito principal é o de ser um modelo descritivamente inadequado: na compreensão humana existe algo mais do que a decodificação de um sinal linguístico (SPERBER; WILSON, 1986, p. 32).

Admitindo que “o modelo semiótico é ainda a única explicação disponível de como a comunicação é de algum modo possível”, desde que não podemos ignorar que uma língua é um código, os autores observam que “existe, porém, uma lacuna entre as representações semânticas das frases e os pensamentos realmente comunicados pelas elocuições. Esta lacuna é preenchida não através de ainda mais alguma codificação, mas sim através da inferência” (Idem, p. 36).

S-W submetem também a um exame minucioso outro modelo de comunicação que veio contrapor-se ao semiótico. O novo modelo, proposto por Grice e Lewis, veio a ser conhecido como “modelo inferencial” e, de acordo com ele, “a comunicação é conseguida através da produção e da interpretação das evidências” (S-W, 1986, p. 27).

Sperber e Wilson acreditam que, para explicar a comunicação humana, é preciso considerar tanto a etapa da codificação/decodificação quanto a etapa inferencial. Assim, na elaboração da TR, privilegiam a codificação como um processo inicial, mas propõem um papel de destaque para as inferências, considerando que até mesmo na etapa da decodificação, o destinatário da mensagem precisa recorrer a processos inferenciais.

1.2.3.2 A Teoria dos Atos de Fala

Bühler (1934) foi o primeiro a aproximar “o ato linguístico” e o “ato de significar” (ou de “dar sentido”), distinção para a qual tomamos a explicação de Ducrot e Schaeffer (1999, p. 779): “A ação linguística é aquela que utiliza a linguagem, que faz dela um meio: falamos a outro *para* ajudá-lo, enganá-lo, fazê-lo agir de tal ou tal maneira”.

Mas Bühler não sistematizou essa ideia da forma como Austin (1990 [1962]) o fez: este autor foi o primeiro a propor, definitivamente, a denominação de “atos de fala”, inclusive distinguindo-os por três categorizações: locucionário, ilocucionário e perlocucionário, bem como o conceito de “performatividade”. Dos três tipos de atos relacionados por Austin é sobretudo a consideração do ato ilocucionário que vai ser determinante para a compreensão de muitos enunciados.

Dessa maneira, o enunciado teria um componente proposicional e um componente ilocucionário. Os atos ilocucionários correspondem às diferentes ações que — segundo a Teoria dos atos de Fala — se podem realizar, todas por meios languageiros: prometer, ordenar, agradecer, criticar, etc.. Assim, as forças ou valores ilocucionários são os componentes de um enunciado que lhe permitem funcionar como um ato particular, combinando-se com o conteúdo proposicional próprio a este enunciado. A ação (ligada ao ato ilocucionário) realizada por meio da enunciação corresponde à **força ilocucionária**, que é veiculada por um performativo que existe na estrutura profunda do enunciado, tenha ou não sido expressa na estrutura superficial e podendo ser explicitada de acordo com Searle (1981). Entretanto, o mesmo enunciado pode ser utilizado para comunicar diferentes intenções do falante. Suponhamos, por exemplo, que o falante A diga a B:

(6) Passo em sua casa amanhã.

Esse enunciado, em sua estrutura superficial, só pode ser equivalente a “O falante A diz a B que irá rapidamente à casa de B no dia seguinte ao da enunciação”. No entanto, ele pode ser interpretado como uma promessa (se A pretende fazer uma visita rápida, mas cordial a B), pode ser um aviso (lembrete), se A está lembrando B de que vai buscá-lo para, juntos, irem ao trabalho; pode ser uma ameaça, se B deve dinheiro a A e este está dizendo que vai passar na casa de B para forçá-lo a quitar seu débito.

Adotando a teoria introduzida por Austin, Searle (1979/1984) continua o estudo dos atos de fala e sua teoria converge principalmente para dois pontos: o exame das condições de felicidade e a taxionomia desses atos de fala. No entanto, a contribuição de Searle — sua defesa do convencionalismo e o fato de julgar necessário que o falante reconheça essa taxionomia — é um dos pontos que a TR questiona na Teoria dos Atos de Fala.

O que a TR defende, ao contrário, é que “se abandone a correspondência termo a termo entre a forma sintática e o ato realizado, além da tipologia tradicional dos atos de fala, com suas condições de sinceridade, especialmente. Mais que uma correspondência termo a

termo entre forma sintática e tipo de ato, Sperber e Wilson observam que há um largo leque de índices linguísticos que permitem determinar o ato realizado.

Há três grupos de atos de fala que⁹ apresentam características formais que conduzem à interpretação da força ilocucionária pretendida pelo falante.

O primeiro grupo é o dos atos institucionais, como por exemplo “apostar”, “agradecer”, etc., cujos conteúdos, segundo S-W (2001, p. 359) “têm realmente de ser comunicados e identificados como tais para serem desempenhados”, como nos enunciados seguintes:

(7) Aposto que o Atlético será campeão.

(8) Sem sua ajuda, eu não teria terminado de pintar o móvel.

Em cada um dos enunciados, houve alguma marca linguística — explícita em (7) e inferível em (8) — que permitiram que o ouvinte concluísse que (7) é uma aposta e (8) é um agradecimento.

O segundo grupo é de atos de fala como “prevenir”, “ameaçar”, “predizer” ou “sugerir”, os quais, conforme S-W (2002, p. 359-60) estão entre “muitos outros atos de fala que podem ser desempenhados com êxito sem serem identificados como tais, quer pelo falante, quer pelo ouvinte”. Pertence a esse grupo o verbo do exemplo (9):

(9) As plantas vão ser molhadas com a chuva

em que não há a inclusão do verbo — com a função de performativo — há, na verdade, “uma relação entre o conteúdo enunciado e uma situação futura”.

Não é necessário que o falante tenha querido — no exemplo (9) — predizer nada para seu enunciado ser corretamente interpretado, nem houve a necessidade de inclusão de um performativo, diferentemente dos atos de fala do primeiro grupo, em que é necessário que o falante queira agradecer para que tal ato se cumpra.

Sperber e Wilson propõem um terceiro grupo de atos de fala, que são — do seu ponto de vista — atos universais: os atos de **dizer P**, **ordenar P** e **perguntar P**. Há autores que consideram este grupo uma classificação restritiva, desde que é baseada na sintaxe. Mas a nova concepção dos atos de fala relaciona-se com a distinção que a TR propõe entre **uso descritivo** e **uso interpretativo** (que veremos com mais detalhes no capítulo III) que vai guiar a determinação dos atos de fala e o reconhecimento de sua força ilocucionária. Citamos a esse propósito Pons-Bordería (2004, p. 59-61), cuja exposição mostra-se mais sintética:

⁹ Cf. Pons-Bordería, 2004, p. 59-61.

Dizer p é comunicar que *p* se considera a descrição de uma situação real; sua interpretação consiste em tomar determinado enunciado como uma interpretação literal do pensamento do falante. [...] *Perguntar p* não consiste em pedir informação, já que muitas estruturas com a estrutura entonativa própria das perguntas não perguntam¹⁰. Uma pergunta obriga o ouvinte a realizar uma hipótese sobre a resposta que seria relevante para o falante. [...] Por último, *ordenar p* compreende dois tipos de atos: as ordens e os avisos [...]. O que ambas têm em comum é que o ouvinte, ao recuperar a forma proposicional de um enunciado imperativo, deve resolver inferencialmente para quem é desejável o que ela descreve: para o falante (ordem) ou para o ouvinte (aviso).

Este terceiro grupo funde-se à questão dos atos de fala indiretos, cuja força ilocucionária não é a explicitada pelo enunciado, como a interrogação do exemplo clássico “Você poderia me passar o sal?”, cuja força é de uma ordem ou um pedido. Tomemos um exemplo: se um rapaz diz a um senhor idoso, que começa a subir uma escada:

(10) O corrimão da escada está quebrado

o que esse rapaz pretende é aconselhar ao senhor idoso para que preste atenção para não apoiar-se no corrimão, evitando, dessa forma, que ele venha a desequilibrar-se e/ou cair. O ato de fala do rapaz é, assim, não um ato de “**dizer que P**”, mas um ato de “**ordenar P**”. Esses atos são os mais Gerais no discurso do falante, mas não têm, no performativo, a equivalência exata com a força ilocucionária que o falante pretendeu imprimir a seu enunciado.

Somos levados a concluir que a forma sintática de uma frase não garante o tipo de ato que o locutor quer realizar. Em qualquer caso, é a partir do enunciado e, após o processamento das primeiras inferências, que lhe dão a forma proposicional completa¹¹, que o ouvinte pode, finalmente, avaliar a relevância de determinado ato de comunicação e determinar, na sequência, qual sua força ilocucionária.

1.2.3.3 A Teoria de Grice

A teoria proposta por H. P. Grice, a partir de conferência pronunciada em 1967, teve o grande mérito de tentar teorizar noções pragmáticas até então não defendidas, como a distinção entre o dito e o comunicado — neste, a verdadeira intenção do falante.

¹⁰ Cf. Escandell Vidal, 1999.

¹¹ O conceito de “forma proposicional completa” será abordado mais adiante.

Para Grice (1989), a significação de um enunciado não é necessariamente recuperada via convenções linguísticas explícitas: ela pode ser recuperada sob a forma de implicaturas (que não são exatamente equivalentes às implicaturas da TR).

Há aspectos da teoria de Grice que são adotados — mesmo com certas adaptações — pela TR e há outros que não são aceitos por Sperber e Wilson. Para melhor abordar tais pontos, vamos dividir esta seção em três subseções: (a) a significação natural e a significação não-natural; (b) a noção de “relevância” — de Grice a Sperber e Wilson; (c) o tratamento do implícito na teoria de Grice.

(a) A noções de significação natural e significação não-natural

Nem todas as formas de sinais percebidas constituem-se em comunicação. Podemos, por vezes, captar sinais (estímulos), mas que não são verdadeiras formas de comunicação, entre as quais podemos mencionar, como exemplo, a visão de uma nuvem de fumaça que nos faz pensar que há alguma coisa queimando; ou o ruído de uma sirene, ao longe, na rua, que nos faz pensar que há uma ambulância que passa; ou ainda nuvens escuras no céu, que prenunciam chuva. Cada um desses estímulos pode produzir hipóteses que associamos a eles, mas isto não significa que tenha havido alguma forma de comunicação. O que há, na verdade, é uma *transmissão acidental de informações*: não há comunicação, porque faltou, acompanhando os estímulos, um agente que tivesse a intenção de comunicar algo. Foi Grice o primeiro a colocar em evidência essa distinção: na significação natural, pode haver informação, mas é uma informação acidental; na significação não-natural, há a utilização da linguagem, portanto, uma intenção de informar. Essa forma está na base da comunicação: que **a intenção de comunicar seja explícita** e que **a intenção de comunicar seja reconhecida**. Grice levantou, dessa forma, os dois pilares dos estudos pragmáticos: a questão da intencionalidade e a das implicaturas. Se, por exemplo, um desconhecido na rua nos diz “Perdão”, ele não quer na realidade que o perdoemos por alguma coisa que ele nos tenha feito, mas, mais provavelmente, ele deseja que nos afastemos para ele passar. A teoria de Grice já aponta para a visão — conforme acima — dos atos de fala, como a TR os analisa: no exemplo, estaria (mesmo implícito), um “pedido” de perdão.

Grice opõe a noção de “significação natural” à noção de “significação não natural” ou, basicamente, distingue “dizer” e “querer dizer”, que ele assim define: “Dizer que um locutor quis dizer alguma coisa com uma frase é dizer que o locutor teve a intenção, ao enunciar essa frase, de produzir um efeito sobre seu interlocutor, graças ao reconhecimento

por esse interlocutor, da intenção do primeiro” (GRICE, 1957 apud REBOUL; MOESCHLER, 1998, p. 49).

A *significação natural* procura relacionar os fenômenos com seus resultados ou com seus sintomas, enquanto que a *significação não-natural*, ou intencional, corresponde ao reconhecimento por B do conteúdo significativo que A tentou transmitir, utilizando determinadas frases.

Nos enunciados seguintes, temos, no exemplo (11), um caso de *significação natural*, no exemplo (12), um caso de *significação não natural*:

(11) Sai fumaça da chaminé da casa de Maria, o que significa que ela está cozinhando.

(12) “Maria é um anjo” significa “Maria é uma pessoa muito bondosa”.

Um ponto de semelhança entre a teoria de Grice e a TR é justamente o caráter central da noção de intenção, que, em ambas, desempenha um papel importante na interpretação dos enunciados e na comunicação em geral. Partindo da distinção entre *significação natural* e *não natural* (mas não utilizando exatamente os mesmos conceitos), a TR defende que há dois tipos de intenção:

Intenção informativa

Um comunicador tem a intenção informativa de tornar manifesto ou mais manifesto para um auditório um conjunto de hipóteses *I*. (SPERBER; WILSON, 2001, p.93)

Intenção comunicativa

Um comunicador tem a intenção comunicativa de tornar mutuamente manifesto ao destinatário e ao comunicador que o comunicador tem esta intenção comunicativa (SPERBER; WILSON, 2001, p.97).

O ponto em comum entre esses conceitos é o fato de a *significação não natural* estar relacionada com a ideia de Grice para o que é comunicado, enquanto para S-W, o interlocutor só interpreta o que o locutor lhe comunica, reconhecendo as duas formas de intenção.

(b) A noção de “relevância” — de Grice a Sperber e Wilson

Grice propôs, de uma maneira um tanto vaga, sua máxima da relação (“seja relevante”) para a qual ele dá a explicação: “deve-se falar sempre com pertinência”, ou seja, a propósito de algo. No caso de uma pergunta feita pelo locutor, por exemplo, a resposta deve

estar relacionada com a pergunta precedente, o que permitirá ao primeiro recuperar elementos de um enunciado a partir do outro. Um exemplo seria:

- (13) A: Estou com azia.
B: A farmácia ao lado está aberta.

Para que a resposta de B tenha uma relação com a pergunta feita por A, é preciso que A suponha que B esteja respeitando o Princípio de Cooperação e que seu enunciado esteja relacionado com a pergunta feita. Admitindo o respeito a esse princípio, então A faz o seguinte cálculo das implicações: se B, compreendendo o que eu disse, responde que há uma farmácia ao lado que está aberta, B quer que eu implique que nas farmácias há medicamentos (inclusive para o estômago — o que requer o cálculo também de que as duas coisas estão relacionadas), a farmácia está aberta, então, ela pode vender este medicamento, que vai curar minha azia; ora, B não tem como me curar, então ele está me apontando uma forma de eu obter a cura desejada.

Na interpretação de Grice, mesmo que o falante B esteja violando uma das subregras da máxima de modo (“Seja claro”), a hipótese de que ele tenha seguido o Princípio de Cooperação leva a concluir que ele tenha privilegiado a máxima da relevância, em detrimento da de modo. Na interpretação da TR, basta considerar que o enunciado de B foi o que ele considerou mais relevante entre todos que B hipotetizou — caso em que se torna desnecessário considerar a violação ou não de outros princípios. Grice chama “implicaturas” todas as inferências geradas durante o processo de interpretação.

Embora Sperber e Wilson não sigam Grice em relação ao Princípio de Cooperação e suas máximas, eles tomam deste autor a noção de “relevância” que deixam claro em comentários como: “A Teoria da Relevância pode ser vista como uma tentativa de resolver em detalhe uma das afirmações centrais de Grice: a de que uma característica essencial da maior parte da comunicação humana, verbal e não verbal, é a expressão e o reconhecimento de intenções” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 220).

Entretanto, há situações nas quais não sabemos exatamente que interpretação dar para a resposta do interlocutor, a menos que conheçamos o contexto em que ela é empregada. Suponhamos o exemplo (14):

- (14) A: Tu queres que eu desligue a música?
B: Estou precisando relaxar um pouco.

É necessário que A conheça os hábitos de B (além do que realmente ele está propondo: música calma ou não) para saber se sua resposta é afirmativa ou negativa. Se B não gosta de música muito barulhenta é justamente esse tipo de música que A está sugerindo desligar, a resposta de B deve ser tomada como afirmativa: *ele quer que A desligue a música* — é um primeiro contexto possível, que deve ser desenvolvido pelo leitor. Se, ao contrário, a música à qual A se refere é exatamente uma música para relaxamento, a resposta de B é, então, negativa: *ele não quer que a música seja desligada* — é um segundo contexto possível. A partir do conhecimento de A a respeito de B, A pode escolher, dos dois contextos possíveis, qual é o mais relevante. De acordo com Sperber e Wilson (1989, p. 214) “a escolha de um contexto é determinada por considerações de relevância”. Conclui-se, então, que o cálculo da relevância deva levar em conta os índices da situação e os conhecimentos prévios, para que o processo de comunicação tenha sucesso. O que prova que a resposta de B parece relevante para A são os efeitos contextuais que A evoca a partir da resposta de B. Esta escolha dos fatos e das hipóteses que tornam uma informação digna de ser processada é devida a uma única propriedade: a relevância. Desta maneira, a relevância é estabelecida por uma relação entre o esforço para processar as informações requeridas e os efeitos contextuais — como veremos a seguir.

A diferença de abordagem da relevância na teoria de Grice e na Teoria da Relevância pode ser assim atribuída ao fato de que esta noção, na teoria de Sperber e Wilson, explica a comunicação de uma maneira mais completa, sem ter necessidade de recorrer a outras máximas e ao Princípio de Cooperação — Sperber e Wilson reduzem todas essas noções a um único conceito: o Princípio de Relevância. Este explica também quando interromper o processo de interpretação, porque não existiria uma justificativa para que as inferências continuassem a ser geradas, depois que se completa a compreensão. O princípio de relevância, por ser cognitivo, pode ser considerado universal.

(c) O tratamento do implícito na teoria de Grice

Considerando-se o excesso de informações que seria necessário para que cada ato comunicativo se realizasse ao valer-se apenas de explícitos, o que se constata é que o recurso a informações não explícitas é o normal na comunicação, de acordo com citação de Kerbrat-Orecchioni (1984, p. 5): “Na se fala diretamente. Alguns chegam mesmo a dizer que **nunca** se fala diretamente” (grifos nossos). Entretanto, a diversidade de termos utilizados para indicar um mesmo conceito constitui-se num problema e essa nomenclatura variada pode ser

atribuída às abordagens de seu estudo — igualmente diversas — na busca para explicar o dado implícito.

Diferentemente do modelo de inferência apresentado pela lógica, no qual a verdade das conclusões depende da verdade das premissas, no modelo de Grice (1975), a verdade das conclusões não depende da aplicação automática de algumas regras; as inferências dependem, no entanto, do fato de os interlocutores seguirem um princípio — o Princípio de Cooperação — e certas máximas a ele relacionadas. São as máximas que precipitam o processo inferencial, segundo o modelo griceano.

Grice assim esclarece o sentido que vai adotar para o verbo “dizer” (1975, p. 84): “o que alguém *disse* está intimamente relacionado ao significado convencional das palavras [da sentença] que está usando”. Se a noção de significação não-natural prevê que, para interpretar um enunciado, é preciso ir além do sentido convencional, é preciso estabelecer a diferença entre o dito e o implícito e, dessa forma, poder verificar igualmente a questão do valor de verdade das informações. Escandell Vidal (2006, p. 82) assim resume a proposta de Grice:

Uma distinção fundamental na teoria de Grice é a que se estabelece entre *o que se diz* e *o que se comunica*. *O que se diz* corresponde basicamente ao conteúdo proposicional do enunciado, tal como é entendido do ponto de vista lógico, e é avaliável em uma lógica do tipo veritativo-condicional. *O que se comunica* é toda a informação que se transmite com o enunciado, mas que é diferente de seu conteúdo proposicional. Trata-se, portanto, de um conteúdo implícito e recebe o nome de *implicatura*.

A avaliação do conteúdo proposicional do enunciado em termos de verdade consiste em aceitar como verdadeira (ou falsa) uma proposição em relação a outra anterior no discurso, considerada verdadeira.

Nessas circunstâncias, Grice forjou o termo “implicatura”, que não seria mais ignorado pelos estudos da informação implícita dos enunciados. Ilari e Geraldí (1985, p. 76) comentam que “Grice criou o termo ‘*implicatura*’, sobretudo para distinguir este fenômeno, cujo sentido é derivado obrigatoriamente do contexto conversacional, do fenômeno do ‘*acarretamento*’, em que se infere uma expressão, tendo por base o sentido literal de uma outra”. Desde que o acarretamento é evocado na seção em que tratamos a inferência na visão lógico-semântica, não o abordaremos aqui.

Grice observa ainda que o ouvinte só terá a interpretação adequada, literal ou não, se conhecer as circunstâncias de enunciação (a quem o falante se refere, em que tempo

ocorreu tal enunciação, a significação do termo que pode ser entendido literal ou metaforicamente.

Os implícitos, ou implicaturas — na teoria desse autor —, são definidos e classificados segundo o Princípio de Cooperação, que é assim enunciado:

Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção de intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar este princípio de PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO (GRICE, 1982 [1967], p. 86)

O que Sperber e Wilson reprovam no Princípio de Cooperação é seu caráter prescritivo, mas há autores, entre os quais Escandell Vidal (2005, p. 80), que defendem que esse princípio, “apesar de sua formulação como um imperativo, não é um princípio prescritivo, no sentido habitual do termo, mas um princípio descritivo: é simplesmente uma condição de racionalidade que resulta fundamental para que o discurso seja inteligível e tenha sentido”. Concordamos com essa autora, desde que essas normas propostas por Grice parecem-nos uma proposta para se analisar os enunciados e não regras de “uso do discurso”: visam a apontar um caminho de interpretação e não de utilização da língua.

O que é dito e o que está implícito permite explicar o que é verdadeiramente comunicado, ou o *significado do falante*. Numa análise ordenada (destacando, apenas para efeito de compreensão, elementos que formam um todo), poder-se-ia, inicialmente, extrair o conteúdo semântico da proposição (o dito) e, a partir dessa primeira análise, calcular as implicaturas, que são os componentes pragmáticos.

O Princípio de Cooperação é explicado por Grice (1982) por meio de quatro regras (ele utiliza a denominação de “categorias gerais”, conforme sequência sugerida por Kant): a máxima da qualidade, máxima da quantidade, máxima da relação (ou da relevância) e máxima do modo. Segundo o autor, o conteúdo implícito, que ele denomina “implicatura conversacional” (Idem, p. 103), é o resultado da violação das máximas. Koch (1997, p. 28) interpreta de maneira prática esse fenômeno:

Se as máximas entrarem em conflito, pode haver predominância de uma delas, isto é, uma máxima pode sobrepor-se a outra(s). Pode ocorrer, também, que o locutor infrinja intencionalmente uma das máximas, cabendo, então, ao interlocutor fazer um cálculo para descobrir o motivo da desobediência: tem-se, nesses casos, uma implicatura conversacional.

Segundo Grice, o sentido do enunciado precisa ser calculado, considerando-se que o falante violou, de forma clara ou dissimulada, alguma máxima — ou mesmo escolheu violar

uma máxima, para respeitar outra. Os quatro tipos de máximas podem ser resumidos¹², no QUADRO 1:

QUADRO 1 - Resumo das máximas conversacionais de Grice.

Máxima	Significado
Máxima da qualidade (ou da veracidade)	A contribuição do falante deve ter relação com o caráter de verdade da informação, dividindo-se em duas máximas específicas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Não diga o que você acredita falso 2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada
Máxima de quantidade	Diz respeito à quantidade de informação fornecida pelo locutor, correspondendo a duas sub-máximas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação). 2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido
Máxima de relação (ou de relevância)	Recomenda que as informações sejam pertinentes Observa a maneira pela qual a informação é veiculada, subdividindo-se em: <ol style="list-style-type: none"> 1. Evite obscuridade de expressão.
Máxima de modo	<ol style="list-style-type: none"> 2. Evite ambiguidades. 3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária). 4. Seja ordenado.

Quando o locutor comunica sem explicitar a informação, Grice considera que, desde que se espera que ele tenha seguido o Princípio de Cooperação, é preciso recorrer às máximas, para compreender a intenção do falante. A violação das máximas vai gerar as implicaturas, que Reboul e Moeschler (1998, p. 52) relacionam com o dito e o comunicado:

Há uma diferença entre o que é **dito** (a significação linguística da frase) e o que é **transmitido** ou **comunicado** (a interpretação do enunciado). É a esta diferença que corresponde a noção de implicatura. A significação é o que é dito, a implicatura é o que é comunicado, e o que é comunicado é diferente do que é dito.

Grice classifica as implicaturas da seguinte maneira: **implicaturas convencionais** e **implicaturas não convencionais** — estas, por sua vez, gerando **implicaturas não conversacionais** e **conversacionais** e, nessas últimas, ocorrendo nova subdivisão: **implicaturas generalizadas** e **particulares**. Antes de continuarmos a detalhar essa questão,

¹² Cf. Grice, 1982 [1967], p. 87-88.

apresentamos um esquema geral da forma do significado, com classificação das formas de implícito, na visão de Grice (FIG. 2):

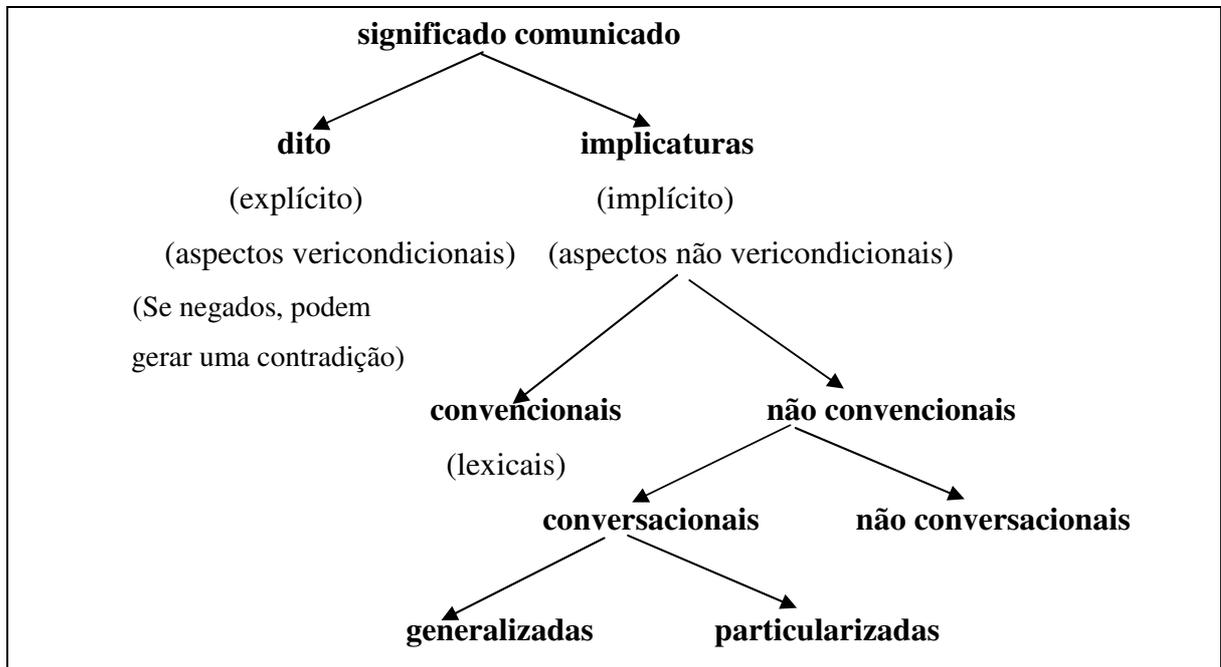


FIGURA 2 - Esquema representando o dito e o implícito na teoria de Grice.

Grice (1982, p. 85) faz o seguinte esclarecimento sobre as implicaturas convencionais, cujo sentido é diretamente derivado da significação das palavras.

Em certos casos, a significação convencional das palavras empregadas vai determinar o que é dito. Se digo (com presunção): Ele é inglês; ele é, pois, um valente, seguramente eu me comprometo, em virtude da significação de minhas palavras, segundo as quais, o fato de ele ser valente é uma consequência do fato de ele ser inglês.

As **implicaturas não-convencionais** recebem uma outra subdivisão: implicaturas conversacionais e não-conversacionais. Estas últimas não interessam aos estudos linguísticos, desde que mantêm uma relação com regras de outra natureza: estética, social ou moral; já as implicaturas conversacionais surgem, quando precisamos evocar especificamente os princípios que regem a conversação, segundo Grice.

Exemplificamos as máximas convencionais — ou “lexicais”, na denominação de Armengaud (1985, p.71) em exemplo adaptado desta autora:

(15) A criança grita, mas sua mãe não se irrita com isso.

Há implicaturas que são geradas pelo conector “mas”, entre as quais, os seguintes casos:

- (15.a) A criança esperava que sua mãe se irritasse.
- (15.b) O locutor esperava que a mãe da criança se irritasse com isso.
- (15.c) O próprio locutor irritou-se com isso.

Armengaud (1985, p. 71-72) nota que este tipo de implicatura não está ligado ao contexto, entretanto, é o recurso ao contexto que torna possível dizer *qual* das implicaturas geradas é aquela que o locutor teve a intenção de criar com seu discurso, como sucede com os implícitos derivados de (15).

As **implicaturas conversacionais** situam-se entre aquelas que Grice (1982) denominou não-convencionais, e o raciocínio pelo qual o autor justifica sua derivação lembra um “cálculo lógico”, mas que tem a mesma simplicidade do uso da linguagem natural e corresponde às seguintes fases:

Ele disse que p; não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que p; ele sabe (e ele sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que p é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que p; ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer deixar que eu pense que q; logo, ele implicou que q’ (GRICE, 1982 [1967], p. 93).

Esse dado constatado por Grice já deixa entrever a possibilidade de se associarem raciocínios lógicos à linguagem cotidiana, o que a TR veio a pôr em prática.

Considerando as condições gerais de emprego dessas implicaturas, Grice as subdivide em: *implicatura conversacional generalizada* e a *implicatura conversacional particular*.

As **implicaturas conversacionais generalizadas**¹³ “surgem de uma associação frequente entre uma expressão e os contextos possíveis para esta expressão”, ou seja, sua existência independe do contexto no qual são enunciadas, como nos seguintes exemplos:

- (16) Maria tem um encontro com um homem esta noite.
- (17) João participou de três copas do mundo de futebol.

Exemplos como o de número (16) estão entre os mais citados na literatura sobre o assunto, num tipo de enunciado em que o artigo indefinido “um” implica as seguintes

¹³ Cf. REYES, 2007, p. 48.

hipóteses: *O homem com quem Maria tem um encontro não é seu marido, nem é um conhecido ou uma pessoa conhecida da família dela.*

No exemplo (16), apesar de o número “três” poder implicar o número “um” e também o “dois”, a implicatura gerada é a de que o locutor quer dizer “exatamente três”. Se João tivesse participado de “cinco” copas e o locutor revelasse apenas “três” (das “cinco”) não seria uma atitude cooperativa e seria, pois, uma violação da máxima de quantidade.

As **implicaturas conversacionais particulares** dependem de um contexto específico, como no exemplo (18):

- (18) A: Que explosão foi essa na rua?
B: Eu estava tomando banho.

É evidente que não há nenhuma relação lógica entre as duas proposições “explicar a causa de uma explosão ocorrida na rua” e “estar tomando banho”, mas, desde que B tenha dado a A essa resposta, significa que ele está convencido de que A pode preencher as informações que faltam, com uma implicatura conversacional não generalizada (ou seja, “particular”), que assim se explica: se B estava tomando banho, ele não poderia estar na rua e, conseqüentemente, não poderia ver o que causou a explosão, desconhecendo, pois, sua causa.

A Teoria da Relevância mostra que não são as máximas o critério que o falante usa para julgar o enunciado e sim a relevância. Analisamos a seguir uma única resposta, para demonstrar essa distinção. No exemplo do enunciado (19), suponhamos que a sentença B tenha sido enunciada por uma criança a quem a professora (A de 19) cobrava o que ensinou sobre os símbolos nacionais (entre os quais, a bandeira brasileira). Nesse caso, mesmo que o falante B tenha seguido o Princípio de Cooperação, ele estaria violando a máxima da quantidade, desde que a bandeira brasileira tem mais outras cores:

- (19) A — De que cor é a bandeira do Brasil?
B — A bandeira brasileira é verde e amarela.

Vamos fazer agora a hipótese de que um estrangeiro, vendo um jogo da seleção brasileira, cogitou (em forma de pensamento), sobre a possibilidade de a cor do uniforme dos jogadores ter sido escolhida por associação com as cores da bandeira do Brasil. Com a intenção de que seu enunciado seja interpretado como “A cor do uniforme da seleção brasileira tem a ver com a cor da bandeira do Brasil?”, ele enuncia A de (20) e recebe a resposta B de (20):

- (20) A — De que cor é a bandeira do Brasil?
B — A bandeira brasileira é verde e amarela.

Ao responder que “a bandeira brasileira é verde e amarela”, o falante B está dando uma resposta mais fácil de ser processada, de acordo com o interesse de quem perguntou e, portanto, mais relevante. A resposta de B seria mais relevante do que se ele inventariasse todas as cores da bandeira brasileira, como no enunciado (21):

(21) B — A bandeira brasileira é verde, amarela, azul e branca, mas o verde e o amarelo são as cores predominantes.

A resposta seria mesmo irrelevante se entrasse em detalhes inúteis, tais como a descrição do retângulo para a cor verde, do losango relativo ao amarelo, etc.

Fica evidente que a relevância, se tivesse recebido um maior aprofundamento da parte de Grice, poderia ter provocado o cancelamento da proposta teórica das outras máximas — como vieram provar S-W. No entanto, o que realmente importa, a nosso ver, nesta análise que fizemos sobre a contribuição de Grice, é que ela aponta o papel fundamental do trabalho desse autor: o destaque dado à noção de intenção, sua ideia inovadora de “implicatura”, a distinção que ele propôs entre dito e comunicado — dados de seu modelo inferencial que, conciliados com o fato de se admitir que há igualmente uma etapa inicial em que o enunciado passa por decodificação, culminou com a elaboração do novo modelo para explicar a comunicação humana: a TR. Na sequência dos trabalhos de Grice, a TR sugeriu novos conceitos: diferentes graus de explicitação e a existência, entre o dito e o implícito, de um nível intermediário, o da explicatura, que veremos mais adiante.

A TR, no entanto, vai abordar de forma diversa — além do conceito de relevância, da distinção entre dito e implicado e a questão das intenções — as implicaturas convencionais e as conversacionais generalizadas, que são tratadas como explicaturas, como aspectos determinados pragmaticamente. Retomemos os exemplos (15) e (17), respectivamente considerados casos de implicatura convencional e implicatura conversacional generalizada:

(15) A criança grita, mas sua mãe não se irrita com isso.

(17) João participou de três copas do mundo de futebol.

Ao atribuímos as referências, desambiguizarmos o enunciado e o enriquecermos, ou seja, buscando sua forma proposicional (ou explicatura) e, indo mais além, determinando uma atitude proposicional ao falante, teremos uma explicatura de alto nível que trará, como

consequência, o cancelamento dos termos que gerariam implicaturas. Teremos, pois, em (15), a forma (15')¹⁴:

(15') *A criança grita [para irritar a mãe], mas sua [da criança] mãe não se [a mãe] irrita com isso [o grito da criança].*

(17') *João participou [como jogador/como torcedor] de três [exatamente três] copas do mundo de futebol.*

Vimos que a explicitação dos elementos em nível de código cancelou as implicaturas.

1.2.3.4 O tratamento lógico-semântico dado ao implícito

O estudo da inferência numa abordagem apenas semântica, com o recurso a conceitos polêmicos — como o de pressuposição, por exemplo, que dá margem a análises controvertidas —, além das hiper classificações que o implícito recebe (conforme observação de KERBRAT-ORECCHIONI, 1998) foram as razões pelas quais consideramos a necessidade de buscar, na atual etapa de nossa pesquisa, uma forma de nos referirmos, de uma maneira mais geral, aos dados implícitos. Optamos, pois, por adotar o conceito único de “inferência” para englobar todas as formas de implícito, numa utilização subordinada aos princípios teóricos da TR. Devido à importância que o conceito adquire em nosso estudo, dedicaremos a ele duas seções: uma primeira, na qual apresentando sua abordagem lógico-semântica e, após apresentarmos as noções de base da TR, dedicaremos a ele uma segunda seção, na qual destacaremos a maneira como é enfocado, à luz da teoria de S-W.

O estudo da inferência pela Lógica — com critérios adotados posteriormente pela Semântica formal — tem a vantagem de demonstrar como os indivíduos processam informações num raciocínio — o que, de certa forma, aproxima os estudos lógicos dos estudos cognitivos. Embora a Lógica recuse qualquer dependência do raciocínio formal ao conteúdo das premissas, observamos que é por considerar a relação do conteúdo dessas mesmas com um referente factual que o raciocínio é considerado válido ou não.

A inferência nasceu com a Lógica, esta, tardiamente “definida por Aristóteles como *ciência da demonstração e do saber demonstrativo*”¹⁵. A concepção de que a *inferência* representa uma “ligação” entre duas ideias é, pois, assumida pelos estudiosos desde a

¹⁴ Representamos os enriquecimentos pragmáticos dentro de colchetes, conservando o texto original fora dos colchetes e em itálico.

¹⁵ Cf. ABBAGNANO, 2000, p. 624

Antiguidade, considerando que, numa conexão de duas proposições, a primeira (antecedente) implica (ou, em outras palavras, contém, por “implicação estrita”) a segunda (consequente). Inferir é, portanto, “passar de uma ideia para outra”, o que pressupõe que é a inferência que determina a ordem e a sequência que existe entre as proposições. Pinto (1981, p. 85) explica essa noção de forma mais detalhada:

A inferência é uma atividade psicológica e até mesmo, de certa maneira, associativa. Uma ideia puxa outra, um pensamento conduz a outro. [...] trata-se, pois, de um processo mental através do qual o sujeito passa de certas proposições dadas (premissas) a uma nova proposição que dela decorre (conclusão) porque apreende (capta, pega ou julga perceber) relações existentes (evidentes ou prováveis) entre explicações e suas consequências.

É a ideia de “inferência” que rege o estudo de todos dos objetos da Lógica, em cuja base está a análise de proposições e silogismos.

Cabe inserir neste ponto a definição que Pinto (1981, p. 75-76) dá para raciocínio ou, mais especificamente, para o raciocínio argumentativo:

Por meio do raciocínio, a mente humana liga diversas proposições, como expressões do juízo, de modo ordenado e mantendo nexos entre si. O raciocínio indica, através de uma sequência concatenada de pensamentos, um conjunto de ideias constituindo uma unidade. [...] No raciocínio argumentativo (ou argumentação), as proposições apresentam disposição e estrutura próprias. De um lado, as afirmações ou negações explicam, justificam, fundamentam ou oferecem motivos ou razões constituindo as chamadas **PREMISSAS**; de outro, a decorrência, consequência ou resultado daquilo que foi justificado constitui as chamadas **CONCLUSÕES**. Premissas e conclusões estão sempre em relação de dependência. Uma não existe sem a outra e ambas juntas constituem e identificam um argumento.

Para identificar as proposições utilizadas como premissas, Pinto (1981, p. 80) sugere uma lista de conjunções explicativas ou causais (*porque, pois, como, ora* e composições da conjunção “*que*”, com o mesmo valor) e, para indicar as conclusões, lista partículas conclusivas (*por isso, daí, logo, então, por conseguinte, portanto, conseqüentemente*, etc.).

O termo “proposição” refere-se, pois, tanto ao “pensamento”, ou seja, à operação mental (igualmente denominada “juízo”, pelo qual se ligam dois conceitos ordenados), quanto ao enunciado verbal, passível de ser considerado verdadeiro ou falso, de acordo com sua equivalência com os objetos do mundo — seus referentes. Em termos lingüísticos, a proposição nunca se refere a frases interrogativas, imperativas ou exclamativas, que não

“descrevem” o mundo; restringe-se às frases assertivas, que podem ser afirmativas ou negativas, como nos exemplos:

- (22) Os ambientalistas alertam para as consequências da poluição.
 (23) Computadores não funcionam sem energia.

Os dois exemplos são casos de “proposições categóricas”, ou seja, aquelas que afirmam ou negam alguma coisa a respeito do mundo: a primeira é uma verdade enunciada de forma afirmativa, a segunda é também uma verdade, mas enunciada de forma negativa. Esta particularidade das proposições de poderem ser consideradas verdadeiras ou falsas é chamada, em Lógica, de “valor de verdade”, embora tal valor não dependa diretamente da Lógica, desde que a relação é aí estabelecida entre a proposição e o mundo empírico. As duas proposições dos exemplos (22) e (23) são, pois, verdadeiras, em relação ao mundo ao qual se referem. Se invertêssemos o valor de verdade das duas sentenças, teríamos ainda duas proposições categóricas, mas (22’) seria negativa e falsa, enquanto (23’) seria afirmativa e falsa:

- (22’) Os ambientalistas não alertam para as consequências da poluição.
 (23’) Computadores funcionam sem energia.

O cotejamento do valor de verdade das proposições — ou seja, sua verdade/falsidade em relação aos referentes do mundo empírico —, demanda igualmente um exercício de raciocínio que tem, como resultado, uma informação (verdadeira ou falsa) que é “inferida” e que permite, por sua vez, que se dê sequência a um processo qualquer de inferenciação que esteja em curso.

Conclui-se que a inferência constitui-se sempre na ideia que age como um “elo” entre as duas outras. Há, entretanto, um tipo de inferência que não depende de duas proposições: é a inferência gerada de forma **analítica** — que recebe igualmente a mesma denominação — e é, assim, distinta da inferência **sintética**, que depende de duas ou mais premissas e que tem, no silogismo, seu modelo mais perfeito.

O processo inferencial opera por implicação e serve, por um lado, à implicação derivada de um conceito, a partir das propriedades que lhe são inerentes, como serve, por outro, ao raciocínio dedutivo a partir de várias premissas. No primeiro caso, temos as **implicações analíticas**, em que, admitindo-se a verdade da proposição A, admite-se a verdade da proposição B. No segundo caso, temos raciocínios dedutivos do tipo do silogismo — aos quais retornaremos mais adiante.

Entre as formas de implicação analítica, registramos o **acarretamento**, forma de dedução que considera o conteúdo das proposições. Moura (2000, p. 15) assim a explica: “A definição de acarretamento é a seguinte: se uma proposição *a* implica uma proposição *b*, isso significa que se *a* é verdadeira, então *b* é necessariamente verdadeira”. Cita os exemplos:

- (24) (a) João tem um gato siamês em casa.
 (b) João tem um bicho de estimação em casa.
 (a) Maria tem três filhos.
 (b) Maria tem alguns filhos.

A implicação determina que a asserção (a) implica a asserção (b), desde que, ao aceitar-se a verdade da proposição (a) de cada dupla, aceita-se necessariamente a verdade da proposição (b) correspondente. Isso ocorre porque a implicação analítica é semântica e, como tal, é conservada na memória, sem derivar conclusões novas. O inverso, entretanto, não ocorre: pode-se ter não um gato, como bicho de estimação, mas outro animal (um cachorro, por exemplo): fica, assim, evidente que os exemplos (b) não implicam os casos (a).

Ilari e Geraldi (2004, p. 51) observam que essa relação é o que a semântica moderna denomina “hiponímia”, mas acreditamos que esse conceito, do ponto de vista da Semântica é mais abrangente do que a simples noção de hiponímia, tal como sugerem certos textos de Linguística Textual, nos quais se considera apenas a inserção de grupos específicos de significação em grupos mais gerais, como é o caso dos coletivos, em relação ao substantivo particular. Assim, teríamos em *tulipa* um hipônimo de *flor*; enquanto *flores* e *verduras* seriam hipônimos de *vegetais*; da mesma forma que *carro* e *bicicleta* seriam hipônimos de *veículo*, etc. No sentido que os autores lhe atribuem, o acarretamento abrange ainda todo enunciado menos genérico (com informações mais específicas) que pertence ao significado de outro mais abrangente. Tomamos emprestado os exemplos desses autores:

- (25) (a) Um sargento da guarda rodoviária nos pediu os documentos do Fiat.
 (b) Um policial nos pediu os documentos do carro.
 (a) Mãe, quebrei o vidro de geleia.
 (b) Mãe, o vidro de geleia quebrou.

Se o primeiro exemplo deixa evidente a inclusão de “sargento” no grupo de “policiais” e a inclusão de “Fiat” na denominação mais ampla de “carro” (tal como é generalizada a noção de “hipônimo”), a segunda dupla requer que se explique a razão de (a) ser, nesse exemplo, considerado um hipônimo de (b): ocorre que, omitindo o sujeito, o falante de (b) dá um caráter mais generalizante à informação. Da mesma forma, se dizemos que “o

eucalipto é uma árvore”, não podemos, inversamente, afirmar que “árvore é eucalipto” — caso em que há outros tipos de árvore que preenchem a categoria. Assim, a verdade dos acarretamentos só pode ser verificada com base no conhecimento das relações semânticas estabelecidas por uma língua.

Acreditamos que, mesmo no processamento de inferências analíticas, haja a comparação entre duas ideias, ainda que uma delas não esteja presente no enunciado (mas que pode ser acessada, a partir do conhecimento enciclopédico do falante).

Outro tipo de inferência gerado em uma única proposição é a **pressuposição**, que é assim definida por Kerbrat-Orecchioni (1998, p. 25):

Consideraremos como pressupostas todas as informações que, sem ser abertamente postas (i.e. sem constituírem em princípio o verdadeiro objeto da mensagem a ser transmitida), são, entretanto, automaticamente arrastadas pela formulação do enunciado, no qual elas se encontram intrinsecamente inscritas, qualquer que seja a especificidade do quadro enunciativo.

Esse tipo de inferência é também identificado a partir da aplicação de testes lógico-semânticos, tais como a *negação*¹⁶ ou a *interrogação*. Assim, segundo Ilari e Geraldi (2004, p. 61), “uma oração pressupõe outra quando a verdade e a falsidade da primeira tornam inescapável a verdade da segunda”. Observemos a aplicação desses dois tipos de testes, nos enunciados do bloco (26):

- (26) (a) Ian continua a estudar.
 (b) Os dias ficaram quentes.
 (c) Lisiane voltou para casa.

Submetendo essas três sentenças à interrogação e à negação, teremos, respectivamente, os blocos (26') e (26''), a seguir:

- (26') (a') Ian continua a estudar?
 (b') Os dias ficaram quentes?
 (c') Lisiane voltou para casa?

¹⁶ No caso de enunciados que já se encontram na forma negativa, Ducrot (1977, p.91) propõe a “lei do encadeamento”, segundo a qual, ao se encadear uma nova sequência ao enunciado, esse acréscimo incide apenas sobre o posto e nunca sobre o pressuposto, como no exemplo (do autor): “João não come mais caviar no café da manhã, porque ele tem medo de engordar”. A ideia introduzida refere-se apenas ao posto (João atualmente não come caviar no café da manhã) e não sobre o pressuposto (Antes João comia caviar no café da manhã). Acreditamos, entretanto, que haja casos em que o encadeamento possa tornar-se problemático, como no exemplo que consideramos possível no uso normal da língua: “Maria não se divorciou de Pedro, porque os dois, na realidade, nunca foram casados”. Nesse caso, o pressuposto: “Maria era casada com Pedro” é negado pelo encadeamento.

- (26'')(a'') Ian não continua a estudar.
 (b'') Os dias não ficaram quentes.
 (c'') Lisiane não voltou para casa.

Nos dois blocos de transformações, as três sentenças mantêm, inalteradas, ao lado do conteúdo *posto* (explícito), as informações ocultas — ou *pressupostos*, que eram veiculados de forma implícita pelos enunciados originais (assertivos), respectivamente: em (a) *Ian estudava*; em (b) *os dias antes não estavam quentes*; em (c) *Lisiane tinha saído de casa*. Podemos concluir que a informação gerada pela pressuposição mantém-se, mesmo que se submeta a sentença à negação ou à interrogação.

A pressuposição é, pois, um tipo de inferência que é linguisticamente marcada e é, dessa maneira, como lembra Arruda-Fernandes (1997, p. 19-20), requisitada por alguma forma pelo contexto:

A pressuposição coloca em pauta conteúdos que, do ponto de vista do locutor, **precisam estar presentes na situação discursiva** sem contudo ser objeto do discurso. Eles concorrem para **ancorar o enunciado na situação comunicativa e no contexto social, histórico e ideológico em que a interlocução ocorre**. [...] Assim, embora o conteúdo pressuposto não se apresente como tema do discurso, **ele estabelece o quadro discursivo, conceitual, social e ideológico em que o discurso ocorre** (grifos nossos).

O pensamento da autora está em consonância com o ponto de vista de Ducrot, o qual considera que os pressupostos, embora não sejam objeto do discurso, são necessários à compreensão do enunciado e, por uma espécie de consenso entre os actantes, esse tipo de inferência tem, na sua aceitação, uma condição prévia para a continuidade do discurso. O fato de os pressupostos serem consensualmente aceitos faz com que, em princípio, eles não admitam refutações; mas, a maioria dos autores, inclusive Ducrot (1984), concordam com o fato de que a contestação do pressuposto — se ocorrer — causa polêmica entre os interlocutores.

Conforme o comentário de Arruda-Fernandes, *o pressuposto ajuda a definir o contexto*. Acreditamos que, se tal fato ocorre, em decorrência dele, nem sempre o sentido do pressuposto seja determinado exclusivamente por via linguística. Em razão de constatação similar, Moura (2000, p. 98), afirma que “não se pode analisar a pressuposição sem levar em conta considerações contextuais”, constatação que relativiza a subordinação do pressuposto exclusivamente ao sistema linguístico. Um dos exemplos analisados por Moura (2000, p. 27) é a frase dita por Beatriz, no exemplo (27):

(27) Não me arrependo de ter votado em FHC

que geraria o pressuposto de que Beatriz votou em FHC. No entanto, B, ouvinte de A, sabe que A não “precisa” arrepender-se, justamente porque *não* votou em FHC. Fica evidente que o conhecimento de informações prévias (como a que B tinha a respeito de A), que interferem na formação do contexto, interferem também na compreensão dos implícitos, inclusive a pressuposição.

A TR não se preocupa em classificar as inferências (ressalva apenas para o conceito de implicatura, dividido em premissas e conclusões implicadas), razão pela qual não se dedica à vasta nomenclatura sobre o assunto. O mais usual, no entanto, é que os estudiosos esperem que a denominação de “inferência” abrigue as classificações mais conhecidas (tais como as “implicaturas” de Grice, ou os pressupostos, entre outras). Há, entretanto, determinadas formas de inferência que, embora não recebam designações específicas, têm igualmente um valor decisivo para o processamento da compreensão de um texto e, por essa razão, desejamos considerá-las entre as informações que abordaremos em nossas análises. Entre essas, está a relação entre proposições “contrárias” ou entre “contraditórias”, um tipo de vínculo que é também encontrado por um processo de inferenciação — demonstrado por formalizações da Lógica. Dessa maneira, para verificarem a quantidade e a qualidade, bem como a verdade ou falsidade das proposições, os estudiosos utilizam o artifício lógico denominado “tabela das oposições”¹⁷, a qual se constitui de um retângulo que tem, em cada um dos quatro ângulos, uma letra (por convenção, designadas sempre pelas formas: A, E, I, O), indicando uma das quatro proposições do conjunto e que, para serem relacionadas com maior exatidão, valem-se do mesmo sujeito e do mesmo predicado. Pelo quadro de oposições, é possível distinguir ideias que mantêm entre si relações de **contradição** ou de **contrariedade**, como também **formas de implicação**.

É necessário observar que o tipo de inferência ao qual se chega pela comparação estabelecida por meio do quadro das contrárias é uma inferência por oposição, ou seja, pode-se calcular o valor de verdade de uma proposição, a partir do valor de verdade de sua oposta.

Não devemos, no entanto, confundir as oposições: os contrários indicam qualidades incompatíveis, como “bom” e “mau”, enquanto as contraditórias contrapõem noções que se excluem, como “ser” ou “não ser”.

¹⁷ Embora o aprofundamento deste item pareça, em princípio, de pouca valia, seu estudo será justificado pelos testes com paradoxos, para verificarmos a relação entre esses elementos lógicos.

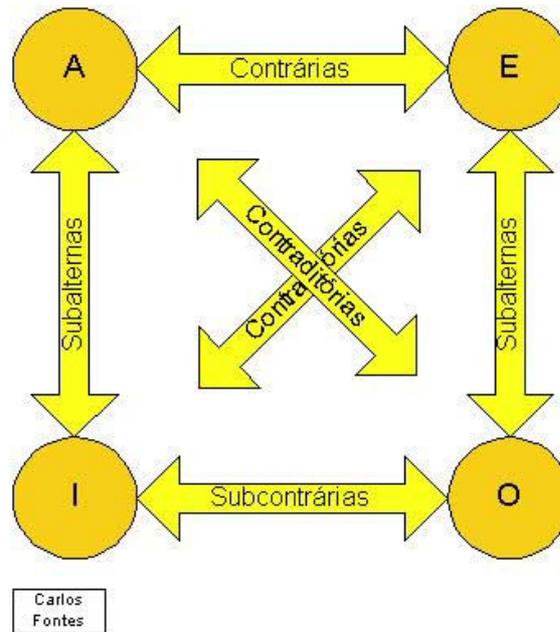


FIGURA 3 - Tabela das proposições
 Fonte: FONTES, 2006.

As letras A e E indicam sempre proposições universais, sendo a proposição A uma afirmativa e a proposição E uma negação de A. As proposições I e O são particulares e respectivamente subalternas de A e E (a subalterna representa uma parte do conjunto universal) e o todo vem graficamente ligado com sua parte no quadro, por linhas verticais. Da mesma forma que as universais suas correspondentes, as subalternas são contrárias entre si, numa relação sempre marcada por linhas horizontais. A relação entre uma universal e a particular que lhe é subalterna é marcada por uma linha vertical. Já a relação entre uma universal afirmativa e a subalterna de sua contrária — marcada por uma linha diagonal — é uma relação de contradição.

Cada sentença é introduzida por um quantificador (normalmente um pronome adjetivo indefinido) que indica a quantidade de elementos que ocorrem na proposição, ou seja: TODO e NENHUM para indicar conjuntos universais, MUITOS, para indicar conjuntos gerais, ALGUM, para indicar elementos particulares. No quadro com que ilustra a referida tabela, Pinto (1981, p. 61) acompanha a letra de cada ângulo com sua possível formalização, a saber:

- A — **Todo** S é P.
- E — **Todo** S não é P.
Nenhum S é P.
- I — **Algum** S é P.
- O — **Algum** S não é P (grifos nossos).

Numa exemplificação da relação de “contrariedade”, poderíamos tomar o bloco de exemplos (28), lembrando que o valor de verdade de cada proposição depende de constatações empíricas da realidade:

- (28) (A) Toda árvore é um vegetal VERDADEIRA.
 (E) Nenhuma árvore é um vegetal FALSA.
 (I) Alguma árvore é um vegetal..... VERDADEIRA.
 (O) Alguma árvore não é um vegetal FALSA.

Examinando uma proposição em relação à outra (numa relação representada por linhas horizontais), poderíamos afirmar que a proposição afirmativa universal (A) *Toda árvore é um vegetal* é verdadeira e, por oposição a ela, a proposição negativa universal (E) *Nenhuma árvore é um vegetal* é falsa, caso em que teríamos (considerando as duas ideias gerais), uma *relação entre contrárias*, ou **relação de contrariedade**.

As particulares (I) e (O), respectivamente subalternas de (A) e de (E) também são contrárias entre si, embora (I) seja verdadeira e (O) seja falsa. Em outras palavras: podemos afirmar sobre “algumas árvores apenas” que elas são vegetais, mas não podemos afirmar que exista alguma árvore que não seja um vegetal.

Para verificar a **relação de contradição**, devemos analisar as proposições na relação estabelecida graficamente pelas linhas diagonais. Tomando o mesmo exemplo (A) e verificando sua relação com a proposição ligada obliquamente a ela, a proposição (O) *Alguma árvore não é um vegetal*, teríamos uma relação de contradição, porque a proposição (O), indicando uma parte dos elementos de (A) não pode desmentir a primeira, ou, em termos lógicos, o todo não pode ser verdadeiro e uma parte desse todo ser falsa.

Veremos, no entanto, que é uma característica das assertivas contrárias o fato de as duas não poderem ser ao mesmo tempo verdadeiras, podendo, entretanto, **ambas, simultaneamente, serem falsas**. Examinemos o exemplo (29):

- (29) (A) Todas as plantas são carnívoras - Afirmativa universal FALSA
 (E) Nenhuma planta é carnívora - Negativa universal FALSA
 (I) Alguma planta é carnívora - Afirmativa particular VERDADEIRA
 (O) Alguma planta não é carnívora - Negativa particular
 VERDADEIRA

A **relação de contradição**, por sua vez, é estabelecida entre uma universal e a subalterna de sua contrária (A é contraditória de O, enquanto E é contraditória de I). Essa afirmação é constatável tanto no bloco de exemplos (29) quanto no (30), observamos que as proposições (A) e (O) têm valor de verdade distinto (se uma é verdadeira, a outra é falsa, e

vice-versa), o mesmo ocorrendo entre as contraditórias (E) e (I). Na relação de contradição, é preciso que o valor de verdade de uma proposição seja sempre inverso ao da que lhe é oposta e essa relação é um dado de tal valor para a Lógica, que gerou um dos três “princípios lógicos” (ou “leis do pensamento”), que são assim explicados:

O Princípio de Identidade afirma que *se qualquer enunciado é verdadeiro, então ele é verdadeiro.*

O Princípio de Contradição afirma que *nenhum enunciado pode ser verdadeiro e falso.*

O Princípio do Terceiro Excluído afirma que *um enunciado ou é verdadeiro, ou é falso* (MARCUSCHI; GOMES, 1978, p. 94).

O princípio da contradição é uma decorrência do primeiro princípio (que trata do óbvio), enquanto o terceiro é uma decorrência dos dois primeiros: ele estabelece que “entre o ser e o não-ser não existe meio termo” (PINTO, 1981, p. 72). O autor pondera sobre a existência indiscutível de um “meio-termo”. Ele observa que

em Lógica, inexistente meio termo entre verdade e falsidade. Dizer que algo é “mais ou menos” indica apenas intensidade — que já é identidade. “*O café está mais ou menos quente, ou morno*” é um estado definido. Entre o preto e o branco existe o cinza, que é, igualmente, uma cor definida. Assim, se algo é, ele o será verdadeiro — de acordo com uma realidade, ou será falso — em desacordo com uma realidade. Nunca mais ou menos verdadeiro ou mais ou menos falso.

É curiosa a observação desse autor para o estudo de nosso *corpus*, desde que, a nosso ver, há circunstâncias em criação do humor nas quais se apela para o reconhecimento desse meio-termo.

A TR utiliza as noções de forma lógica (**proposicional** e não **proposicional**) — não exatamente na acepção que lhe é dada pelos lógicos —, bem como os modelos de argumentos dedutivos, cujo emprego será demonstrado no estudo da geração de inferências, mas, mesmo utilizando certas formas de argumento para provar como se processa o raciocínio habitual dos falantes, não trabalha diretamente com as relações de contrariedade ou de contradição entre as proposições. Justifica-se, no entanto, a inserção do quadro das oposições nesta seção, porque a noção de contrariedade será utilizada em análises de piadas, para verificar a existência de um *paradoxo* — resultado desse tipo de relação — entre afirmações de um mesmo texto humorístico. Há estudiosos do humor que consideram que sempre existe, na elaboração do texto humorístico, o recurso a paradoxos¹⁸, razão pela qual tornou-se

¹⁸ Cf. Escola de Palo Alto, 1963.

indispensável a abordagem deste fenômeno na presente seção. Voltaremos a esses conceitos, no Capítulo III.

Retomando os mecanismos geradores de inferência, passamos a focalizar as **inferências geradas de forma sintética**, ou seja, a partir de duas ou mais proposições. Uma proposição apresenta apenas uma verdade categórica, ela pode, portanto, ter seu valor de verdade verificado, classificando-se em verdadeira ou falsa; enquanto os argumentos, por sua vez, porque relacionam conjuntos de proposições, têm, como classificação geral, apenas uma das seguintes opções: “válido” ou “inválido” — as quais decorrem da adequação entre o conjunto de premissas e a conclusão que se tira delas.

Os **argumentos sintéticos** podem ser de duas espécies: **indutivos**, que partem do particular e buscam uma generalização e **dedutivos**, que partem do geral, aplicando-se a um elemento particular. A passagem entre premissas e conclusões pode decorrer, por um lado, de maneira necessária (ou implicativa) — forma característica do argumento dedutivo; por outro lado, pode decorrer de maneira apenas possível (ou provável), circunstância esta que caracteriza o argumento indutivo. A hipótese de esse tipo de argumento ser utilizado no raciocínio cotidiano dos falantes é rejeitada por S-W, que acreditam que a comunicação só faz uso de alguma forma de dedução ou de outras formas de gerar inferências (analiticamente, por exemplo).

A passagem entre premissas no argumento dedutivo é implicativa e parte do geral para aplicar-se a elementos particulares. Conforme Pinto (1981, p. 87), a “implicação estabelece e determina dependência necessária”, razão pela qual o argumento dedutivo, tendo como um dado distintivo o caráter de necessidade (ou implicação) na passagem das premissas às conclusões, pode ser classificado como *válido* ou como *inválido*.

O tipo de argumento dedutivo de estrutura rígida (ou seja, com duas premissas e uma conclusão) que Aristóteles considerou perfeito é o “silogismo”, como no exemplo clássico desse filósofo:

- (30)(a) Todo homem é mortal.
 (b) Sócrates é homem.
 (c) Portanto, Sócrates é mortal.

Segundo as letras equivalentes às três proposições do argumento acima, tem-se a seguinte correspondência: (a) premissa maior; (b) premissa menor e (c) conclusão. O sujeito da premissa maior (*PM*) torna-se predicado da premissa menor (*pm*). A conclusão toma o sujeito (particular) da *pm* e aplica a ele o predicado da *PM*. O termo “homem” fica ausente na

conclusão, mas ele é que é o elemento que permite a ligação entre o termo maior (*PM*) e o termo menor (*pm*) e permite ainda que, extraindo dados que existiam nas premissas e foram racionalmente reaplicados, chegue-se à proposição inferida como conclusão.

Se soubermos que as duas premissas do argumento (30): (a) *Todo homem é mortal* e (b) *Sócrates é homem* são ambas verdadeiras, poderemos afirmar que a conclusão também é verdadeira e, dessa forma, o argumento será válido. Mas os argumentos costumam herdar sua força (validade ou não) da premissa mais fraca, ou seja, daquela que se apresenta como particular, em relação à universal, e/ou a premissa na forma negativa em relação à positiva. Nesse caso, a conclusão terá o mesmo valor de verdade da premissa negada e o argumento provavelmente será inválido. Aplicando esse aspecto teórico, elaboramos o exemplo (31):

- (31) (a) Todo homem é mortal.....Premissa verdadeira.
 (b) Sócrates é homem.....Premissa falsa.
 (c) Portanto, Sócrates é mortal.....Conclusão falsa.

Aparentemente, esse argumento é o mesmo do número (30), desde que sua forma é, evidentemente, igual. Entretanto, se, no exemplo (31), embora saibamos que a premissa (a) *Todo homem é mortal* é uma proposição verdadeira; sabemos, por outro lado, que a premissa (b) *Sócrates é homem* **não** é verdadeira, porque, nesse exemplo, Sócrates é o gato de estimação de minha filha. Nesse caso, a premissa negada (b) vai levar sua força para a conclusão e anulá-la, o que e torna o argumento inválido.

Há ainda outro problema possível: se tivermos a informação de que gatos são também mortais, como fica a validade do argumento? Ele continua inválido, porque a primeira premissa (na qual foi utilizada a palavra “homem” e não a palavra “gato”) não permite a derivação que foi gerada como conclusão (c) no exemplo (31).

Marcuschi e Gomes (1997, p. 16) observam que

um argumento dedutivo é válido quando suas premissas, se verdadeiras, fornecem provas convincentes para sua conclusão, isto é, quando as premissas e a conclusão estão de tal modo relacionadas, que é absolutamente impossível as premissas serem verdadeiras, se a conclusão tampouco for verdadeira.

Os autores alertam, entretanto, para o fato de que pode haver argumentos válidos com proposições falsas, para os quais citam o exemplo:

- (32) (a) Todas as aranhas têm seis pernas.
 (b) Todos os seres de seis pernas têm asas.
 (c) Portanto, todas as aranhas têm asas (MARCUSCHI; GOMES, 1997,

p. 19).

O que torna esse argumento válido é o fato de a conclusão derivar necessariamente das premissas, ou seja, sem outra opção de raciocínio. A derivação ocorre dessa forma, porque o argumento do exemplo obedece a determinados parâmetros fixados pela Lógica formal para a verificação de inferências: que as premissas não sejam todas negativas, que nem todas as proposições sejam particulares e, no caso de as premissas serem verdadeiras, que a conclusão também seja verdadeira (e inversamente). Outro parâmetro existente é o de o argumento obedecer sempre à seguinte disposição: as premissas serem o ponto de partida e a conclusão o ponto de chegada do raciocínio. A exigência final é a de que **nunca seja considerado o conteúdo das premissas usadas**. Esta é uma das razões — como veremos — pelas quais a TR defende que as inferências que o falante deriva em sua comunicação diária não podem ser exclusivamente formais, devem, antes de tudo, *considerar o conteúdo das proposições*, procedimento que a Lógica formal não adota. Comentando o fato de que, no discurso diário, não recorreremos a inferências dedutivas do formato da Lógica, mas operarmos com uma forma bastante solta de inferir, Blakemore (2005, p. 10) cita (G. BROWN; YULE, 1983, p. 33-4), segundo os quais “esse relaxamento deriva do fato de que as inferências feitas no discurso diário serem apenas *prováveis* de estarem certas, e que em outro contexto elas podem ser abandonadas”.

Consideramos útil, no entanto, abordar a forma pela qual a Lógica trata tais argumentos, para compararmos com a simplificação proposta pela TR.

Na Lógica, há três formas de elaborar os argumentos dedutivos, que dão origem a três tipos desses argumentos: o **silogismo categórico**, em que são utilizadas proposições categóricas, como no exemplo (31) acima; o **silogismo hipotético** (ou condicional), que parte de enunciados hipotéticos; o **silogismo disjuntivo**, que parte de proposições disjuntivas. Vamos apresentar a abordagem da Lógica, para depois (numa seção posterior) descrevermos a proposta de Sperber e Wilson. Considerando que o silogismo do primeiro tipo já foi apresentado acima, dedicamo-nos, pois, às outras duas formas.

O **silogismo dedutivo condicional** pode ser resumido em três proposições: a premissa maior, que contém o enunciado condicional, este, por sua vez, subdividido em duas sequências: a primeira é o antecedente, a segunda é o conseqüente; a premissa menor é estruturada de forma categórica e pode negar ou afirmar um fato enunciado na premissa anterior; e a conclusão, que é também uma proposição categórica, afirma ou nega a outra parte da hipótese. A premissa condicional apresenta duas sequências ligadas por um conector

constante “*se... então*” (considerado *um conector único* e representado, em Lógica, por uma seta entre as duas sequências). A negação ou afirmação de uma das duas sequências da premissa maior é que vai originar quatro possibilidades de formulação para o silogismo hipotético — razão pela qual a premissa menor será extraída de uma das duas sequências.

Suponhamos a premissa condicional (PM) seguinte: (36) *Se o calor aumentar (antecedente), as pessoas terão enxaqueca (consequente)*, a ser testada no QUADRO 2:

QUADRO 2 - Quadro do raciocínio condicional com negação/ afirmação de uma das sequências.

	<i>PREMISSA MENOR (PM)</i>	<i>CONCLUSÃO</i>	<i>VÁLIDO/NÃO VÁLIDO</i>
(a)	O calor aumentou.	\therefore ¹⁹ As pessoas tiveram enxaqueca.	Válido
(b)	As pessoas não tiveram enxaqueca.	\therefore O calor não aumentou.	Válido
(c)	As pessoas tiveram enxaqueca.	\therefore O calor aumentou.*	Não válido
(d)	O calor não aumentou.	\therefore As pessoas não tiveram enxaqueca.*	Não válido

Os casos marcados com asterisco na conclusão são não-válidos, porque, em (c) e (d), podem, por exemplo, existir outras causas, além do calor, para as pessoas terem (ou não) enxaqueca. Os argumentos que podem ser estruturados com os casos (c) e (d) são denominados “falácias”, porque, se formalizados, embora admitam uma estrutura adequada, remetem a uma conclusão inválida, conforme mostra o QUADRO 3:

QUADRO 3 - Quadro dos efeitos teóricos da negação/afirmação de uma das sequências.

<i>4 TIPOS</i>	<i>SEMPRE NA PREMISSA MENOR</i>	<i>VÁLIDO/NÃO VÁLIDO</i>
(a)	Afirmação do antecedente	Válido
(b)	Negação do consequente	Válido
(c)	Afirmação do consequente	Não válido
(d)	Negação do antecedente	Não válido

De acordo com este último quadro, o argumento condicional é válido em uma das duas situações: quando *o antecedente (da condicional) é afirmado*, caso em que o argumento

¹⁹ O símbolo \therefore corresponde a um dos conectores conclusivos: “portanto”, logo”, “então”. Em formalizações seguintes, será também utilizado o símbolo \sim , que significa negação.

recebe a denominação de *modus ponens*; e quando o *consequente* (da condicional) é negado, caso em que o argumento toma o nome de *modus tollens*. Esses dois tipos de argumento operam pela eliminação do “se”, ou seja, da sequência condicional. Colocando os dois argumentos em termos formais, constataremos que uma das sequências da premissa maior (hipotética) é “condição” para a existência da outra — e é a possibilidade de se inferir a ocorrência desse outro fato. A aplicação da regras consiste em, a partir da constatação de que a condição ocorreu (ou seja, é verdadeira), o argumento vai verificar a verdade do fato a ela condicionado. Temos, pois, no QUADRO 4, o *modus ponens*, ou *afirmação do antecedente* e, no número (6), o *modus tollens*, ou *negação do consequente*:

QUADRO 4 - Quadro do *Modus ponens*

<i>MODUS PONENS</i> (<i>AFIRMAÇÃO DO ANTECEDENTE</i>)	<i>LEITURA DO RACIOCÍNIO</i>
I $P \rightarrow Q$ II P $\therefore Q$	I Se ocorrer P , então ocorre Q II Ora, ocorreu P \therefore Então, também ocorreu Q

Reutilizando em (33) o exemplo acima, teremos:

- (33) I Se o calor aumentar (então), as pessoas terão enxaqueca.
II O calor aumentou.
 \therefore As pessoas tiveram enxaqueca.

O argumento age, então, da seguinte maneira: apresentadas duas proposições (informações) verdadeiras — um fato (consequente) e a condição deste fato (antecedente), na premissa I —, ao se afirmar (ou seja, *confirmar*) esse antecedente (o fato de que o calor aumentou) como verdadeiro, gera-se a inferência de que o consequente (as pessoas terão enxaqueca) também ocorre, ou seja, ele também é verdadeiro (QUADRO 5).

QUADRO 5 - Quadro do *Modus tollens*

<i>MODUS TOLLENS</i> (<i>NEGAÇÃO DO CONSEQUENTE</i>)	<i>LEITURA DO ARGUMENTO</i>
I $P \rightarrow Q$ II $\sim Q$ $\therefore \sim P$	I Se ocorrer P , então ocorre Q . II Ora, não ocorreu Q . \therefore Então, também não ocorreu P

Reutilizando em (34) o exemplo acima, teremos:

- (34) I Se o calor aumentar (então), as pessoas terão enxaqueca.
 II O calor não aumentou.
 ∴ As pessoas não tiveram enxaqueca.

O argumento (34) desenvolve-se de forma similar ao argumento analisado em (33), diferenciando-se deste apenas porque no (34) o antecedente da primeira premissa tem (como premissa II) sua verdade negada. Se essa verdade era condição para a verdade da segunda sequência da premissa I e se foi considerada falsa, a inferência gerada como consequência é de que o segundo fato da sequência I também é falso.

Uma outra forma de argumento que devemos considerar, de acordo com o enfoque que lhe é dado pela Lógica, é o **silogismo disjuntivo** (ou *modus tollendo tollens*), que opera pela eliminação da sequência introduzida pelo “ou”. O conector “ou”, em Lógica, é representado por **V**, símbolo que indica a disjunção (cujo conector prototípico, na linguagem comum, é “ou”) e que indica que, na escolha de uma alternativa, a outra é excluída. Um exemplo de silogismo disjuntivo poderia partir da seguinte premissa: “Ou as pessoas economizam água, ou o mundo morrerá de sede”, a ser representado da seguinte forma, conforme esquema do QUADRO 6:

QUADRO 6 - Quadro do Silogismo disjuntivo

<i>SILOGISMO DISJUNTIVO (COM AFIRMAÇÃO DO ANTECEDENTE)</i>	<i>LEITURA DO RACIOCÍNIO</i>
I P ∴ Q II P ∴ ~ Q	I Ou ocorre P ou ocorre Q. II Ora, ocorreu P. ∴ Então, não ocorreu Q.

Observamos que, para este argumento ser válido, é preciso sempre simultaneamente negar o antecedente e afirmar o consequente, ou vice-versa. Adaptando à premissa maior os exemplos propostos, temos, em (35):

- (35) I Ou as pessoas economizam água, ou o mundo morrerá de sede.
 II As pessoas estão economizando água.
 ∴ O mundo não morrerá de sede

Observamos que a disjunção coloca uma das sequências como opção apenas do caso de a outra ser excluída; dessa forma, a conclusão do exemplo será oposta, se a premissa menor for negada, ou seja, se a premissa menor for “as pessoas não estão economizando água”, a conclusão será “então, o mundo morrerá de sede”.

Retornaremos a esses modos do argumento condicional, ao apresentarmos o mecanismo dedutivo inferencial tal como é proposto pela TR.

Analisaremos, finalmente, uma última forma de argumento: o **entimema**, que é uma forma de silogismo do qual se omite a premissa maior, ou porque ela é bastante óbvia (portanto, facilmente recuperável) ou porque o locutor optou por mantê-la implícita. No caso de entimemas, é essencial o papel do conhecimento enciclopédico dos falantes, o qual os dirige na busca do dado mais previsível, de acordo com o “senso comum”. Um exemplo conhecido é a frase de Descartes “Penso, logo existo”, em que se conta com a recuperação da premissa maior: “Toda pessoa que pensa existe”.

O entimema é usado em inúmeras ocasiões da comunicação cotidiana e Noguez (1969a) propõe que toda piada é construída tendo por base um entimema — razão pela qual não poderíamos excluir essa forma de silogismo.

Um outro dado abordado em termos lógicos — que utilizaremos no tratamento do humor são os **paradoxos** que, segundo Abbagnano (2000, p. 63), são “as contradições propiciadas pelo uso da noção absoluta de *todos* em matemática e em lógica” Assim, o paradoxo é uma contradição que se infere de um silogismo válido (embora a formalização do paradoxo, a nosso ver, não traga maiores esclarecimentos para o fenômeno) e é relacionado ao humor por alguns estudiosos que consideram que, na elaboração do texto humorístico, há sempre o recurso a paradoxos — item que será abordado no capítulo III.

Contribuições de estudos da cognição

A TR busca explicar aspectos de seu modelo comunicativo em estudos feitos sobre cognição e evolução humana. Nessa dupla perspectiva, considera-se que a mente possua duas características adquiridas durante o processo evolutivo: a **teoria da mente**, por meio da qual o ser humano é capaz de atribuir intenções a outros seres vivos; e a **capacidade para fazer representações**, ou seja, armazenar dados e recuperá-los, no momento da comunicação.

1.2.3.5 A teoria da mente

Qual o fator que “une” os indivíduos no ato comunicativo, a ponto de lhes permitir considerarem relevante algum dado exterior à sua mente e, a partir deste reconhecimento, desencadear um processo de inferenciação que os leva a compreender a intenção do outro? Um texto só ganha significação se o leitor lhe der uma, mas há, evidentemente, algum elemento que propicia aos falantes o “contar com a atitude adequada do outro” no processo de comunicação. Consideremos o que já foi pesquisado a esse respeito.

O ser humano, por uma propriedade biológica que a maioria das espécies animais não possuem, é capaz de analisar o ambiente à sua volta e extrair conclusões a respeito do que observa. É por essa razão que o indivíduo é tratado, na TR, como “um organismo eficiente no processamento de informação” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 47). Muitos estudiosos concordam com o fato de que a intenção esteja ligada a um módulo que é denominado “teoria da mente”, expressão criada a partir dos estudos de dois primatologistas: Premack e Woodruff (1978), cujas experiências levaram-nos a concluir que os chimpanzés são capazes de inferir estados mentais de seus semelhantes.

Mais tarde, esse conceito foi utilizado por psicólogos especializados em autismo, que, em novas experiências, concluíram que a criança autista não tem a capacidade de atribuir representações mentais às outras pessoas. Para testar a existência/ou não desse módulo nos autistas, dois psicólogos cognitivistas, Perner e Wimmer (1985) fizeram uma experiência que provou essa ausência, numa situação que foi denominada “paradigma dos bonecos” ou “teste Sally e Ana”, cuja descrição adaptamos a seguir. Uma menina, Sally, coloca uma boneca em uma caixa A, enquanto é observada por um menino, Marcos, e depois ela sai da sala. Outra menina, Ana, entra na sala e troca a boneca para a caixa B. Pergunta-se a Marcos em qual das caixas Sally vai procurar a boneca, quando voltar. Se ele utiliza a teoria da mente, vai responder que Sally procurará a boneca na caixa A. Marcos — se não for autista — vai considerar que, apesar da mudança feita por Ana, Sally desconhece essa alteração e, nesse caso, como só tem conhecimento da primeira etapa, ela vai procurar a boneca na caixa A. Entretanto, se Marcos for autista, ele não será capaz de “se colocar no lugar de Sally” e dirá que esta vai procurar a boneca na caixa B, sendo que apenas ele (não Sally) viu a mudança

que Ana fez. Os pesquisadores concluíram que a falta do módulo da teoria da mente provocaria atraso na linguagem e nas formas de comportamento como um todo²⁰.

A teoria da mente corresponderia, pois, a um módulo da mente, responsável pela capacidade do ser humano de evocar estados mentais do outro (uma psicologia popular do comportamento) e, a partir desse módulo, estaria apto a atribuir propriedades psicológicas a si próprio e a outros indivíduos, entre as quais crenças e desejos, aptidão que possibilitaria igualmente a atribuição de intenções. Dessa forma, a comunicação seria melhor explicada em termos de um modelo inferencial.

Em artigo de 2005, Sperber e Wilson fazem notar que a sequência de “cálculos” proposta por Grice, a qual conduz à descoberta dos implícitos na comunicação (como veremos a seguir) está em relação com a teoria da mente, que está na base de todas as implicaturas conversacionais:

Sua reconstrução racional (de Grice) sobre como as implicaturas conversacionais são derivadas é um exercício centrado no objetivo geral da psicologia do tipo “crença-desejo”, que implica a aplicação de mecanismos de raciocínio com propósito geral, baseados em hipóteses explícitas a respeito das relações entre estados mentais e comportamentos (SPERBER; WILSON, 2005, p. 247).

A teoria da mente dá acesso aos estados mentais e o fato de aceitá-la tem, como consequência, além de admitir que a interpretação de enunciados recorre a conhecimentos de background, também explicar a possibilidade de se gerarem inferências — sobretudo porque a noção de *implícito* e de *intenção* estão estreitamente ligadas. Os indivíduos, valendo-se desse módulo — a teoria da mente — tornam-se aptos a fazer conjeturas sobre o que outro vai dizer (ou fazer) e, partindo dessa habilidade inata, observando o comportamento de outros, podem fazer representações mentais e mesmo adotar certas medidas de previsão desse comportamento. Na busca das intenções do locutor, utilizamos dados que acreditamos verdadeiros sobre as crenças e intenções daquele falante, estejamos ou não certos a respeito desses dados.

²⁰ Pesquisas atuais da Psicologia Experimental detectaram, primeiro em primatas e depois em seres humanos (nas áreas corticais fronto-parietais), a presença de células que denominaram “neurônios espelho”, os quais foram igualmente relacionados com modalidades de comportamento (entre as quais a teoria da mente) e capacidade de abstrair a intenção de outros. A ação desses neurônios sugere um tipo de empatia nos seres humanos para reproduzirem as ações de outros e mesmo suas intenções. Os pesquisadores acreditam poder explicar o autismo pela ausência desse neurônio — o que confirma o teste do “paradigma dos bonecos”.

1.2.3.6 A contribuições de Fodor

Pela compreensão da estrutura da mente, teremos o ensejo de compreender o mecanismo dedutivo-inferencial proposto pela TR, o que exige que nos inteiremos inicialmente da maneira pela qual as informações chegam à mente e como se apresentam.

Na sequência de Fodor, Sperber e Wilson adotam uma perspectiva modular da mente, considerando a seguinte definição de “modularidade”, conforme Sternberg (1996, p. 435): “uma visão da cognição, que afirma que o processamento cognitivo ocorre em unidades características de processos individuais, em vez de em uma maneira integrada ao longo de todos os processos”.

Para melhor compreendermos a contribuição de Fodor, vamos subdividir esta seção em duas partes: (a), na qual abordaremos as representações mentais, os conceitos e as metarrepresentações; e (b), em que focalizaremos as entradas de conceitos.

(a) Os conceitos — As representações mentais — As metarrepresentações

Para que dois organismos se comuniquem, é necessário que, além do conhecimento de uma língua natural (externa, compartilhada, no que diz respeito ao domínio das convenções linguísticas), eles tenham também um sistema interno de representação, uma “língua” — no sentido cognitivo, que lhes possibilite o processamento da informação ou que, segundo a Psicologia Social²¹, permita-lhes “interpretar a realidade que nos cerca, por um lado, mantendo com ela relações de simbolização e, por outro lado, atribuindo-lhe significações”.

Se um indivíduo toma conhecimento de um fato ou de uma imagem, para manter uma descrição do que conheceu, ele precisa de uma forma de representar esses dados em sua mente, ou seja, criar uma “representação mental”, que é a forma pela qual as pessoas organizam na mente a significação do que o entorno físico — inclusive os textos — lhes passa, em termos de informações. As representações mentais possibilitam à mente conservar um armazenamento dos dados adquiridos.

De acordo com a Psicologia Cognitiva, a representação é “uma forma mental pela qual as pessoas *conhecem* as coisas, as ideias, os eventos, etc., que existem fora de suas mentes” (STERNBERG, 1996, p. 181). A essa linguagem interna, a “linguagem do

²¹ Cf. Charaudeau; Maingueneau, 2001, p. 503.

pensamento” que existe na mente, Fodor (1974), em analogia com a denominação usada para as línguas naturais, denominou “mentais”.

A utilização posterior dos dados estocados na mente confere à representação uma dupla função no processo comunicativo, a qual a TR assim explica:

Uma representação do mundo poderá ser considerada sem demasiado exagero de simplificação como um armazém de suposições factuais, algumas básicas, outras exprimindo atitudes para com as representações proposicionais ou não proposicionais encaixadas. As suposições factuais são o domínio por excelência dos processos inferenciais não-demonstrativos e espontâneos. Cada suposição factual adquirida de novo é combinada com um armazém de suposições existentes para passar pelos processos inferenciais cuja finalidade é modificar e aperfeiçoar a representação total do mundo do indivíduo (SPERBER; WILSON, 2001, p. 128-129).

A representação tem, portanto, como primeira utilidade, a de conservar as informações e, em segundo lugar, a de disponibilizá-las no momento de seu uso.

Sternberg (2000, p. 180) sugere que a representação mental possui um certo dinamismo e abrange duas formas:

A representação do conhecimento compreende as várias maneiras nas quais nossas mentes criam e modificam as estruturas mentais, que representam o que conhecemos sobre o mundo externo às nossas mentes. A representação do conhecimento envolve tanto a **forma declarativa** (saber *o quê*) como a **forma não-declarativa** (saber *como*) de conhecimento (grifos nossos).

Conforme esse autor, os filósofos já distinguem duas categorias de conhecimento: o *conhecimento declarativo*, que consiste em “saber *o que*”, equivalente a “um corpo organizado de *informações factuais*” e o *conhecimento procedural*, sobre o “saber *como*”, ou seja, “*procedimentos* que podem ser executados, como, por exemplo, as etapas desenvolvidas em amarrar os cordões dos sapatos, somar uma coluna de números ou dirigir um carro” (Idem, p. 151).

Ao aplicar essas noções, a TR vai considerar que o significado dos enunciados pode também ser **representacional** ou **procedimental**; dessa maneira, os *conteúdos das proposições* são representacionais, enquanto outros significados (como o dos *conectores*, por exemplo) são utilizados para indicar como as proposições devem ser manipuladas, ou seja, eles trazem ao enunciado um *significado procedimental*. O conteúdo procedimental exerce funções que se vinculam à forma das proposições e, como esclarece Blakemore (2005, p. 151): “não contribuem para uma representação proposicional, mas simplesmente codificam

instruções para o processamento de representações proposicionais”. As representações têm, como constituintes, os conceitos.

Os elementos mínimos da representação mental que operam com símbolos (e não com figuras) são assim definidos pela Psicologia Cognitiva: “a unidade fundamental do conhecimento simbólico é o **conceito** — uma ideia sobre alguma coisa” (STERNBERG, 2000, p. 185). Por essa razão, as representações simbólicas — ou seja, as que operam com palavras — são igualmente denominadas **representações conceituais**.

Quando as representações conceituais são armazenadas na memória do indivíduo, passam a ser consideradas como fatos ou descrições da realidade. Essas representações podem ser derivadas de pensamentos, atitudes ou quaisquer impressões e a mente as conserva como hipóteses, para utilizá-las quando tiver necessidade — são as **hipóteses factuais**, ou pensamentos. Os autores esclarecem que se referem a *representações conceptuais*, em oposição às representações sensoriais ou às representações de estados emocionais e, por *hipóteses*, referem-se aos pensamentos tratados pelo indivíduo como representações do mundo real (em oposição a ficções, desejos, ou a representações das próprias representações). Isso não significa que as informações recebidas pelos órgãos dos sentidos devam ser consideradas “representações sensoriais”: ao se constituírem em “informação”, assumem o status de “representações conceituais”.

Apresentamos um exemplo simplificado: se, antes de sair de casa, Maria sente, vindo do jardim, um cheiro de grama molhada, ela supõe que choveu durante a noite; em seguida, ela sai e vê a grama molhada. Essa duas informações, vindas de duas fontes diferentes da percepção, vão constituir-se em duas representações conceituais (uma olfativa e outra visual), porque trazem “dados” a respeito do ambiente em que Maria está inserida. Essas representações iniciais, acrescentadas a conhecimentos anteriores (o de que a chuva normalmente faz com que a grama fique molhada e de que a grama molhada tem um cheiro específico), farão Maria concluir, com segurança, que choveu à noite. Essa informação que Maria tira de duas fontes distintas e ainda o cotejamento dessas informações com o que ela já conhecia só é possível porque nosso cérebro, além de armazenar os estímulos que recebe, tem a capacidade de combiná-los, tirando conclusões. Conforme Sperber e Wilson (2001, p. 72), “a informação linguística assinala que se pode deduzir, implicar ou contradizer, a partir de uma representação conceitual”. Por trás deste raciocínio — tal como foi feito por Maria —, há regras similares às do processo dedutivo da Lógica, que eram aplicadas somente às proposições.

Dessa forma, as representações conceituais serão o material que a mente usará para processar novas informações a partir de estímulos fornecidos no momento da comunicação.

Os conceitos são muitas vezes confundidos com as “palavras”, mas a diferença é que as palavras fazem parte de uma língua natural, enquanto os conceitos fazem parte da linguagem mental e sua equivalência não é unívoca. Deve-se, pois, ter em conta que a relação entre a palavra e o que ela representa é arbitrária (semelhante à relação entre significante e significado, como teorizou SAUSSURE, 1972 [1916], p. 81). Por exemplo: a palavra “saudade”, em Português, de acordo com o dicionário, significa “lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou coisas distantes ou extintas, acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las; nostalgia” (AURÉLIO, 2005). Vimos que foram necessárias muitas palavras — que correspondem a um *conceito* —, para explicar a palavra “saudade”.

Os conceitos são como “etiquetas” estocadas na memória dos indivíduos, as quais contém algum tipo de informação e o que se aplica à representação mental aplica-se também à sua unidade, desde que, como qualquer ficha que guarda um dado, ela pode ser consultada no momento em que aquela informação é requisitada. O organismo recebe as informações de seu ambiente, por meio de estímulos que são gerados pelos sentidos da percepção (o tato, a audição, a visão, etc.) e esses estímulos tomam depois a mesma forma — a de conceitos —, de maneira que a mente possa operá-los, sem enfrentar problema com sua variedade de formas.

Se as representações armazenam e disponibilizam as informações, os conceitos também exercem uma dupla função, similar, mas mais específica: eles indicam o endereço das informações armazenadas e, no momento em que estas são requisitadas, esses conceitos também fazem parte do mecanismo de dedução, conforme esclarecem os autores da teoria:

Os conceitos, assim como as formas lógicas que os contém, são objetos psicológicos considerados em um nível abstrato. Formalmente, supomos que cada conceito consiste de uma etiqueta ou endereço que realiza duas funções diferentes e complementares. Primeiramente, ele aparece como um endereço na memória, sob o qual vários tipos de informação podem ser estocadas e recuperadas. Em segundo lugar, ele pode aparecer como um constituinte de uma forma lógica, em presença do qual as regras dedutivas podem ser sensíveis (SPERBER; WILSON, 2001, p. 86).

Silveira (1997, p. 44) esclarece esse ponto, ao comentar que “os raciocínios humanos não são compatíveis com as formas rígidas da lógica padrão, justamente porque interpretam e contextualizam o conteúdo das premissas”. E isso só é possível, porque os

falantes dispomos de representações mentais similares, que nos auxiliam no processo de comunicação e contamos com a teoria da mente, o módulo que vai nos permitir prever se nosso interlocutor opera com os mesmos conhecimentos, ou seja, se nosso ambiente cognitivo é mutuo no momento da comunicação.

Já em 1972 (p. 8), Hayakawa faz notar a tendência para essa visão evolucionista e metarrepresentacional, quando comenta que a linguagem foi uma decorrência do gregarismo imposto aos homens na luta pela sobrevivência, mais pela necessidade de unir sistemas nervosos do que pela necessidade de unir força física. O homem conseguiu ultrapassar outras espécies, porque,

enquanto os animais dispõem de apenas alguns poucos gritos limitados, os seres humanos têm à sua disposição um sistema extremamente complicado de silvos, cacarejos, roncões, arrulhos e resmungos, denominado *linguagem*, com a qual exprimem e comunicam o que se passa em seu sistema nervoso. Além de mais complicada, a linguagem é ainda incomensuravelmente mais flexível do que os gritos animais dos quais evoluiu; em verdade, tão flexível, que pode ser empregada não apenas para comunicar a tremenda variedade de coisas que acontecem no sistema nervoso do homem, como também para *comunicar tais comunicados*.

O autor explica que se, um cachorro ladra, outro pode latir por imitação ou alguma outra razão qualquer, mas este segundo latido não é feito *com referência* ao primeiro²². Diferentemente dos animais, se um homem diz "Vejo um rio", um outro poderá reportar a um terceiro essa declaração, dizendo "Ele diz que vê um rio". Essa capacidade é característica da espécie humana e Pons-Bordería (2004, p. 65) a explica em termos de metarrepresentação, de acordo com a visão relevantista:

Para a TR, todo enunciado, ou todo gesto investido de intenção, representa algo; ou seja, reflete um pensamento de quem o produziu, que nós temos de recuperar a partir do gesto ou mensagem que recebemos. **A interpretação consiste em tentar reproduzir e/ou arquivar em nosso cérebro o pensamento original do outro, ou seja, em representarmos a representação do outro ou, dito em outros termos, em metarrepresentá-lo** (grifos nossos).

São as **metarrepresentações** que tornam possível ao falante a interpretação do que lhe é comunicado pelo outro. Acredita-se que essa base metarrepresentacional possa ter

²² As pesquisas sobre neurônios espelho (Cf. nota 4) comprovaram também que "o latir do cão só ativa áreas visuais extra-estriadas. Ou seja, quando a ação observada pelo ser humano (o latir) não faz parte do repertório de suas ações, os neurônios espelho não são ativados" (Cf. BUCCINO; BINKOFSKI; RIGGIO, 2004, *apud* LAMEIRA; GAWRYSZEWSKI; PEREIRA Jr. 2006). Acreditamos que as pesquisas sobre a teoria da mente e o que ela já constatou sobre o autismo, pelo fato de não terem recorrido a aparelhos como os de neuroimagem possam vir a ser suplantados por outras cujas hipóteses foram comprovadas por dados físicos, como é o caso da teoria dos neurônios espelho.

favorecido o surgimento da linguagem, explicada pelas propostas gerativistas como um instinto, que evoluiu em benefício da sobrevivência.

É, pois essa capacidade metarrepresentacional que nos habilita (inconscientemente) a construirmos representações mentais que, conforme S-W, podem ser usadas de duas formas: descritiva ou interpretativamente. Se as representações mentais forem usadas descritivamente estarão representando um estado de coisas do mundo real ou um estado de coisas desejável; se as representações forem usadas interpretativamente, indicarão a representação que se faz de um pensamento ou de um enunciado que o falante atribui a outrem (ou a ele próprio, mas em outro momento). Observemos nos seguintes exemplos, os trechos *italicizados*:

(36) Shakespeare: “*Ser ou não ser... eis a questão*”.

(37) Ian: Não aguento quando o Álisson fica nesse *nhem, nhem, nehm*, sem resolver se joga.

(38) O Romero disse que *estava saindo para Caçu*.

O trecho do exemplo (36) não é exatamente a fala de Shakespeare, porque está traduzido para o Português; no exemplo (37), o *italico* marca uma “imitação” zombeteira que Ian faz da fala de Álisson e o exemplo (38), se fosse a fala exata de Romero, seria, no mínimo, na primeira pessoa. O que esses enunciados têm em comum com o enunciado original é que mantêm características formais ou semânticas em comum com o enunciado anterior.

O reconhecimento da metarrepresentação, por sua vez, está implicado no conhecimento do conceito de representação que, por sua vez, relaciona-se à maneira como o sistema cognitivo apreende e armazena informações — o que sugere que passemos à teoria de Fodor.

(b) As entradas de conceitos

De acordo com o mecanismo dedutivo-inferencial proposto pela TR, para compreender a estrutura da mente, precisamos, inicialmente, compreender como essas informações chegam à mente e como se apresentam. A partir da teoria de Fodor, Sperber e Wilson adotam (com ressalvas que não discutiremos) uma perspectiva modular da estrutura da mente, ou seja, esta se compõe de módulos, cada um exercendo uma tarefa específica. Na proposta inicial da teoria, concebia-se que o processamento da linguagem relaciona-se especificamente com dois **módulos**: os **sistemas de entrada das informações** e o **sistema**

central. O organismo recebe as informações de seu ambiente, por meio de estímulos que são gerados pelos sentidos da percepção (o tato, a audição, a visão, etc...) e esses estímulos — ou *inputs* — tomam depois uma forma única: a de conceitos, de maneira que a mente possa operá-los, sem enfrentar problema com sua variedade de formas, como vimos no exemplo da Maria, na seção anterior. Cada um dos cinco sentidos atua como uma “porta” para os estímulos, os quais são encaminhados para **sistemas de entrada** que, levados à mente, permite-lhe estocar as representações sensoriais recebidas, segundo características que lhe são peculiares. Em razão dessa capacidade de armazenamento (além de outras funções que ela pode desenvolver), a mente seria como um **sistema central de tratamento**²³.

Blakemore (2004, p. 40) observa que a hipótese de que haja uma distinção entre conhecimento linguístico e não-linguístico ajuda a compreender a proposta da TR como modular, desde que há diferentes sistemas que não só atuam no processamento de diferentes informações, como também levam o falante a distinguir, no uso, por que uma frase aparentemente agramatical pode ser aceita no discurso e, ao contrário, uma frase bem formada pode ser considerada inaceitável:

De acordo com essa abordagem (a visão da linguagem encontrada na gramática gerativa de Chomsky), o conhecimento da linguagem é um de um sistema de módulos interativos que decidem, cada um dos quais tendo suas propriedades particulares. Isso implica que a mente não se desenvolve como um todo, mas com capacidades específicas, desenvolvendo a sua própria maneira e em seu próprio tempo. Em outras palavras, o conhecimento da linguagem não pode ser considerado como resultado de inteligência geral.

Da mesma forma como foram estocadas, as informações são acessadas da memória, ou seja, a partir de um certo endereço conceitual — são as **entradas de conceitos**, que são organizadas sob três formas distintas: **entrada lexical**, **entrada enciclopédica** e **entrada lógica**. S-W explicam (2001, p. 144) que, “nessa abordagem, um endereço conceitual é um ponto de acesso para as informações lógicas, enciclopédicas e linguísticas que poderão ser necessárias para o processamento das formas lógicas que contém esse endereço”. Assim, no “caminho inverso”, ou seja, quando a mente precisa operar essas informações, para estabelecer (ou manter) um processo de comunicação, o falante transforma suas representações mentais em conceitos e, valendo-se de um sistema qualquer de linguagem — uma língua natural — transforma esses conceitos em orações.

²³ No final desta seção, será esclarecida a postura atual da teoria que, seguindo avanços da Psicologia da Cognição, alterou parcialmente essa abordagem.

A **entrada lexical**, segundo S-W (2001, p. 144) “contém informações sobre a parte correspondente ao conceito na linguagem natural: a palavra ou a expressão da linguagem natural que o exprime” — é onde ficam armazenadas as informações sobre os aspectos morfossintáticos e fonológicos da palavra²⁴ que expressa esse conceito. Se disséssemos, por exemplo, a palavra “orquídea”, a entrada lexical, além de sua pronúncia, indicaria que é um substantivo feminino, concreto, comum, singular (nessa ocorrência), etc. Um caso de conceito com entrada lexical vazia seria, no Francês, o exemplo anteriormente citado sobre o conceito que, em Português, corresponde (aproximadamente) à palavra “saudade” e que não tem tradução para outras línguas.

A **entrada enciclopédica**, conforme os autores (S-W, 2001, p. 144), “contém informações sobre a extensão e/ou denotação do conceito: isto é, sobre os objetos, acontecimentos e/ou propriedades que o representam”. Para a palavra “orquídea”, a entrada indicaria o objeto do mundo ao qual o conceito está associado e tudo que sabemos a respeito dele: que é uma flor, que só pode ser plantada em xaxim e não na terra, que tem cores variadas e perfume discreto, etc., enfim, todas as ideias que forem associadas ao termo, formando os chamados “esquemas cognitivos” (entre os quais, *scripts*, frames, etc.) — ou “*chunk*”, de acordo com a TR. Comentando esses tipos de esquemas, os autores admitem que os seres humanos tendem a desenvolver suposições e expectativas estereotipadas sobre objetos e acontecimentos e concluem que “a informação enciclopédica contém não só as suposições factuais, mas também os esquemas de suposições que um contexto apropriado poderá converter em suposições completamente formadas” (Ibidem, p. 147).

Considerando-se as inúmeras informações que guardamos sobre um mesmo conceito, as hipóteses levantadas a partir de um enunciado estarão ligadas mais diretamente à entrada enciclopédica. Um caso de conceito com entrada enciclopédica vazia seria o das conjunções, que não têm um referente no mundo real.

Essas duas primeiras entradas — lexical e enciclopédica — são consideradas do tipo representacional e ambas se relacionam, na medida em que são aplicadas as informações linguísticas às relações semânticas (todas as informações sobre o conceito). São utilizadas no momento da decodificação, em que o falante reconhece a palavra e lhe atribui uma significação.

²⁴ Vimos anteriormente que a correspondência não é exata, mas, para facilitar esta exposição, vamos tratar “conceito” e “palavra” como correspondentes.

A **entrada lógica** para um conceito, segundo S-W (2001, p. 144),

é constituída por um conjunto de regras de dedução que se aplicam às formas lógicas das quais esse conceito é um constituinte. [...] Uma entrada lógica é constituída por um conjunto de regras de dedução, cada uma delas a descrever formalmente um conjunto de suposições da entrada de dados e do resultado: isto é, um conjunto composto de premissas e de conclusões. A nossa primeira tese substantiva é a de que as únicas regras de dedução que podem aparecer na entrada lógica de um dado conceito são as regras de eliminação para esse conceito. Ou seja, elas se aplicam somente aos conjuntos de premissas em que existe uma ocorrência especificada desse conceito e que dão somente origem a conclusões das quais foi eliminada essa ocorrência.

A entrada lógica é formada pelas regras de inferência que se aplicam aos conceitos e é ela que dá instruções sobre a forma de processar o conceito. Por serem em número relativamente pequeno, conta-se com o fato de que as instruções que essas entradas dão para o uso, bem como a leitura/interpretação do enunciado, sejam admitidas consensualmente pelos falantes de determinada língua. Entre as entradas lógicas estão as relações de implicação entre hipônimos e hiperônimos. Um caso de conceitos que têm a entrada lógica vazia são os nomes próprios, desde que não se pode, por exemplo, construir a implicação “Se Maria, então Lúcia”.

Os autores reiteram a ideia de que as regras utilizadas na inferência dedutiva espontânea são regras de eliminação ligadas aos conceitos. Assim, *o endereço de um conceito consistiria no aspecto formal*, enquanto *as três entradas desse conceito*, conservadas na memória neste mesmo endereço, *corresponderiam ao conteúdo lexical, enciclopédico e lógico* determinado pelas mesmas. E a consideração das três diferentes características – as entradas lexicais são representações que têm uma forma linguística, as entradas enciclopédicas são conjuntos de hipóteses, as entradas lógicas são conjuntos de regras dedutivas – leva S-W (2001, p. 153) a concluir: “os três tipos de entrada de dados estão assim disponíveis para utilização numa descrição computacional da compreensão”.

Por trás de raciocínios que fazemos em nossas comunicações diárias, há regras similares às do processo dedutivo da Lógica, que, conforme observamos anteriormente, eram aplicadas somente às unidades semânticas: as proposições. Grice já havia tentado ir contra a Lógica formal e fazer raciocínios que ele denominou “informais”, nos quais a verdade das conclusões não dependia da aplicação automática de certas regras. Sperber e Wilson, diferentemente desse autor, admitem que o raciocínio posto em prática pela linguagem humana não é informal, obedecendo a certas regras lógicas, mas regras que lhe são peculiares,

porque, diferentemente da Lógica formal, consideram o conteúdo das premissas que podem ser extraídas do contexto ou da memória.

1.2.4 As regras dedutivas na Teoria da Relevância

Vimos que “a validade dos argumentos dedutivos é determinada por sua forma lógica e não pelo conteúdo dos enunciados que os constituem” (SALMON, 1969, p. ???). Entretanto, há linguistas que fazem críticas a este ponto de vista logicista, porque, segundo eles, consiste em reduzir a interpretação das proposições somente a relações estabelecidas entre elas (relações de verdade ou falsidade, de contradição ou contrariedade, por exemplo). Charaudeau e Maingueneau (2001, p. 310) indicam a solução proposta por especialistas da língua, sobretudo no campo da Pragmática.

A alternativa a esta solução logicista consiste em considerar que os fatos da linguagem estão submetidos às condições de verdade, mas que eles não se reduzem todos a uma descrição estritamente lógica e que é necessário, então, levar em conta a situação empírica na qual eles são produzidos e interpretados.

É o que ocorre no mecanismo dedutivo-inferencial proposto pela Teoria da Relevância. Sperber e Wilson fazem questão de precisar que as inferências que seu modelo propõe são não-demonstrativas, globais e centrais.

Um dos problemas contra os quais a teoria se choca inicialmente são duas proposições teóricas: por um lado, o fato de que as inferências demonstrativas são a única forma de inferências bem conhecida e, por outro, o fato de que, por definição, uma inferência não-demonstrativa não pode consistir em uma dedução. As inferências demonstrativas são obtidas pela aplicação de regras dedutivas (lógicas) a um conjunto inicial de premissas e, se a inferência demonstrativa for válida, a aplicação de regras de dedução a premissas verdadeiras garante a verdade das conclusões (como vimos anteriormente na seção 1.2.6) — forma de dedução da qual o silogismo é um exemplo. As inferências **não-demonstrativas** são aquelas que não podem ser avaliadas em termos de validade como as inferências lógicas. Os autores argumentam, entretanto, que os indivíduos utilizam inferências não-demonstrativas na linguagem comum e um exemplo desse tipo de inferência não-demonstrativa está no fato de um leitor identificar as implicações de um enunciado qualquer. As inferências não-demonstrativas humanas não podem ser explicadas por meio dos processos lógicos que possam confirmá-las, mas através da maneira pela qual estas inferências são geradas e

confirmadas. Segundo S-W (2001, p. 119), “uma inferência não demonstrativa apenas gera todas as conclusões interessantes, apoiadas não demonstrativamente por um conjunto de premissas”, ou seja, **conclusões não-triviais**, o que significa que são descartadas as redundâncias e, pelo mesmo processo, eliminadas as contradições, como não relevantes.

Assim, o máximo que o destinatário de uma comunicação pode fazer é passar pelas duas seguintes etapas do processo: a formação e a confirmação de hipóteses, considerando-se que a inferência, tal como é feita na comunicação diária pelos indivíduos, é mais uma espécie de conjetura, razão pela qual pode ser bem ou mal sucedida, mas nunca válida ou inválida, como ocorre sob o ponto de vista lógico. É assim que S-W (2001, p. 121) explicam essa questão:

a inferência humana não demonstrativa e espontânea não é totalmente um processo lógico. Na formação de hipóteses existe a utilização de regras dedutivas, mas não de todo regida por estas; a confirmação das hipóteses é um fenômeno cognitivo não lógico: é um fenômeno proveniente do modo como são processadas as suposições, quer dedutivamente, quer de outra forma.

O que veremos nas regras propostas para o mecanismo dedutivo inferencial humano é que existe uma estrutura lógica, embora construída com base em hipóteses factuais.

As inferências são consideradas **globais**, porque o mecanismo dedutivo tem acesso a todas as informações conceituais da memória, diferindo do processo “local”, que consiste num raciocínio dedutivo a partir de premissas previamente fixadas.

Num primeiro momento da teoria, os autores consideravam que o processo inferencial era igualmente um processo *central* e relativamente não especializado, o que o distinguia dos processos especializados executados pelas entradas de dados na etapa da decodificação. Tal concepção condizia com a postura de Fodor, que defendia a distinção entre o sistema central e os sistemas de *input*. Nos trabalhos recentes da teoria, os autores não consideram mais a interpretação dos enunciados como um processo tratado em duas fases e justificam esta mudança em pesquisas científicas atuais que sugerem que os sistemas centrais devem ser analisados em termos mais modulares. Eles admitem que, em seus primeiros trabalhos, haviam tratado a interpretação pragmática “como um processo central e inferencial (como oposto a um módulo de linguagem periférico), embora bem mais espontâneo e intuitivo do que consciente e reflexivo” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 251). Mas, desde que “mais recentemente, houve uma tendência nas ciências cognitivas para deslocar da nítida distinção entre os processos de *input* modulares e processos centrais indiferenciados de Fodor

para uma crescente visão modular da mente”, os autores consideram a possibilidade de verificar “como uma abordagem teórica *da relevância* poder ser ajustada às perspectivas modulares da inferência e, em particular, de leitura da mente”.

Esta mudança é assim justificada por Reboul e Moeschler (2005, p. 49):

No momento atual, sua posição (de Sperber e Wilson) inscreve-se no quadro da hipótese da modularidade generalizada. Além dos módulos consagrados ao tratamento dos dados da percepção, **há módulos conceituais, i.e. que têm por entrada e por saída dados conceituais. Estes módulos substituem o sistema central fodoriano.** Notar-se-á, entretanto, que esta mudança não questiona a distinção linguístico/pragmática. O tratamento pragmático ocorre no nível dos módulos conceituais e implica igualmente pelo menos um outro módulo, a teoria da mente. [...] que tem elos estreitos com a estratégia do intérprete (grifos nossos).

Por trás do raciocínio, segundo certos autores, estão as regras dedutivas da lógica clássica e é o recurso a formas de raciocínio que distingue a TR da teoria de Grice, conforme observação de Pons-Bordería (2004, p. 34):

Diferentemente de Grice, a TR não considera que o processo que leva das premissas às conclusões seja formado por raciocínio informal, mas que, na geração de conclusões, intervêm regras *dedutivas*, que produzem todas as conclusões possíveis implicadas por um conjunto de premissas.

Assim, a novidade da teoria de S-W está em conciliarem a rigidez do sistema de raciocínio formal — antes aplicado somente às proposições —, com a flexibilidade do processo de cognição e raciocínio humanos, demonstrando como são calculadas implicações a partir de toda espécie de estímulos comunicativos.

Se considerarmos que em seu processo evolutivo o ser humano já fazia uso da teoria da mente, é coerente concluirmos que a comunicação inferencial precedeu à comunicação codificada.

O mecanismo dedutivo engendrado por S-W não é um sistema lógico (no sentido formal do termo), mas um conjunto de habilidades inferenciais espontâneas, um sistema computacional coerente com a forma de raciocínio do ser humano. Esse sistema deve ser considerado sob dois aspectos: de um **ponto de vista sintático ou computacional**, que diz respeito aos cálculos inferenciais e considera as propriedades formais das suposições (sendo, portanto, uma operação formal); e de **um ponto de vista semântico**, o do acarretamento entre duas suposições, consistindo numa referência a um estado de coisas que constituem as interpretações semânticas das suposições que o representam, ou seja, considerada a verdade

da primeira suposição, deve-se considerar como certa a verdade da segunda. Existem, pois, duas operações ligadas ao sistema em questão: **operações descritivas** e **operações interpretativas**²⁵.

Ambas as operações referem-se à forma proposicional do enunciado, mas enquanto o uso descritivo considera a forma proposicional como uma descrição do pensamento do locutor, o uso interpretativo considera a forma proposicional do enunciado como a interpretação do pensamento do locutor: “Um enunciado pode ser interpretativamente usado para (meta)representar outro enunciado ou pensamento que se assemelha a ele em conteúdo” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 246).

O conceito de uso interpretativo é que vai ser utilizado pela TR para explicar ironias, metáforas e tropos. A compreensão desses dois usos pelo ouvinte — o interpretativo e o descritivo — é um dado que a pragmática utiliza para explicar a forma como o leitor faz o processamento de determinados materiais implícitos. Voltaremos a tratar dessas duas formas de uso da linguagem, no Capítulo III, quando as relacionarmos ao humor.

O processo representacional depende, pois, da capacidade cognitiva do interlocutor na construção de um contexto coerente com o princípio de relevância, permitindo produzir uma interpretação adequada do enunciado.

Diferente do processo representacional, é o processo computacional que se refere ao uso do sistema dedutivo; é ele que está na origem das inferências e é um processo que associa *hipóteses contextuais* e *formas menos do que proposicionais*, ou seja, é ele que se encarrega do que S-W denominam **contextualização**. Isso significa que, no processamento do enunciado, o falante põe em prática duas habilidades: a de **representação**, relacionada à constituição do contexto, e a de **computação**, relacionada ao processo inferencial. Nessa perspectiva, computação passou a significar *cálculo*.

O componente computacional é o que diz respeito ao sistema dedutivo do falante, que apresenta duas propriedades principais: por um lado, só admite regras de eliminação e, por outro, distingue as regras analíticas das regras sintéticas.

No modelo inferencial, há dois tipos de implicação (ou regras dedutivas): a implicação analítica (ou regras analíticas) e a implicação sintética (ou regras sintéticas) dos enunciados. Mantendo aspectos positivos da Lógica formal, ao adotar o conceito de regras analíticas e sintéticas, a TR conserva dela a condição de que a validade das premissas deve garantir a validade das conclusões. Sejam essas regras analíticas ou sintéticas, o sistema

²⁵ Cf. VIDAL, 2006.

dedutivo humano **só admite regras de eliminação**, por razões psicológicas, desde que a mente rejeita informações redundantes ou desnecessárias, como são aquelas normalmente geradas pelas chamadas regras triviais de introdução.

S-W são taxativos sobre uma questão: não concebem, na linguagem humana, o uso de regras de introdução, que só gerariam inferências triviais. Em outras palavras, quando uma suposição factual é processada num contexto de outras suposições existentes, em circunstâncias normais, apenas as implicações não-triviais são computadas. Desta maneira, quando uma hipótese factual precisa ser processada entre outras sugeridas pelo contexto, somente são consideradas as implicações não triviais, ou seja, aquelas que, pelo simples fato de que não serem recursivas, são julgadas relevantes. É por meio de um exemplo que poderemos deixar mais clara a rejeição dos autores às regras triviais que, do seu ponto de vista, nunca são utilizadas pelo falante no processamento espontâneo de informações. Tomamos exemplos de S-W (2001, p. 159) numerados aqui como (39) e (40):

(39) O Primeiro-Ministro demitiu-se.

- (40) (a) O Primeiro-Ministro demitiu-se e o Primeiro-Ministro demitiu-se.
 (b) Ou o Primeiro-Ministro se demitiu ou está um pouco mais quente hoje.
 (c) Não é verdade que o Primeiro-Ministro não se demitiu.
 (d) Se o Primeiro-Ministro não se demitiu, o tigre extinguiu-se-á.
 (e) Se é dia do aniversário da Rainha, o Primeiro-Ministro demitiu-se.

Os autores esclarecem que ninguém esperaria que, ao enunciar-se (39), fossem derivadas conclusões como as feitas no exemplo (40a-e). Nenhum falante pensaria em considerar os enunciados de (40) como conclusões extraídas de (39), porque a introdução do “ou” ou do “e”, ou a dupla negação não resultam em inferências que acrescentem alguma informação pertinente: ou anulam a informação, ou são tautológicos, ou não mantêm uma relação pertinente. São, portanto, **triviais** as conclusões geradas pela introdução de “e” ou de “ou”, que não são utilizadas pelo mecanismo dedutivo humano, cuja característica é justamente a de buscar economia de esforço de processamento, mesmo visando ao máximo de efeitos. Nas formas de raciocínio utilizadas pela linguagem, há apenas implicações não triviais, que S-W (2001, p. 159-160) assim definem:

A implicação lógica não trivial

Um conjunto de suposições $\{P\}$ *implica logicamente e não trivialmente uma suposição Q* se, e apenas se, quando $\{P\}$ for o conjunto das teses iniciais numa derivação em que existam apenas regras de eliminação, Q pertence ao conjunto das teses finais.

Isso significa que o mecanismo dedutivo tem a capacidade de explicitar o conteúdo de qualquer conjunto de suposições que precise processar.

As regras de eliminação que a TR admite são: a *eliminação do “e”*; eliminação do “se” da condicional, ou *modus ponens* e a eliminação do “ou” disjuntivo, ou *modus tollendo tolens*. A regra de eliminação do “e” é um tipo de regra analítica, enquanto as regras de *modus ponens* e *modus tollens* são regras sintéticas.

Nas **regras analíticas**, a derivação ocorre a partir de uma única asserção: ela é semântica e, como tal, constitui-se numa pré-condição de uso do enunciado. Por essa razão, se o leitor não compreendeu todas as implicações analíticas²⁶, significa que ele não interpretou o enunciado como um todo, não soube decodificá-lo. Por isso, quando Dell’Isola (apoiando-se nas pesquisas de WARREN; NICHOLAS; TRABASSO, 1979) afirma que

o leitor ou ouvinte, partindo da proposição em foco, levanta questões sobre o texto. No caso de narrativas, as perguntas seriam: Quem? Quê? Qual? Onde? Por quê? Como? Nesse caso, inferências não são nada mais do que as respostas do leitor ou ouvinte às perguntas feitas por ele mesmo (DELL’ISOLA, 2001, p. 52)²⁷.

A autora se refere a um tipo de inferências que pode ser buscado em nível de frase, como demonstra a decomposição do enunciado (42) marcada com negritos em (43):

- (42) Os pássaros voavam sobre as árvores.
 (43) (a) **Algo** voava sobre as árvores.
 (b) Os pássaros **voavam** sobre as árvores.
 (c) Os pássaros voavam **sobre algum lugar**.
 (d) **Existe um estado de coisas**. etc.

As expressões acarretadas pelo enunciado vêm estruturadas nos códigos linguísticos, por isso, as respostas às questões colocadas por Dell’Isola dizem respeito a inferências geradas na etapa da decodificação, tornando evidente que a autora está se referindo a inferências analíticas.

²⁶ Por uma abordagem específica desse item, veja-se RAUEN, 2008, em artigo sobre perguntas-QU.

²⁷ Em pesquisa realizada com informantes, Dell’Isola (1995) submeteu dois grupos de alunos de 5ª série à interpretação de textos narrativos, com testes distintos: para o grupo A, foram solicitadas respostas a questões em nível de decodificação, que requeriam o processamento de inferências analíticas; para o grupo B, foram feitas questões que exigiam inferências sintéticas. O resultado desta etapa foi aparentemente equilibrado, mas, num segundo momento, a pesquisadora solicitou aos mesmos informantes que retextualizassem a narrativa interpretada: o resultado para o grupo que processou inferências sintéticas foi visivelmente superior. Esse dado sobre a utilização de diferentes tipos de inferências deveria, pelo seu alcance pedagógico, a nosso ver, ser conhecido dos professores de língua. Pesquisa semelhante foi realizada por Rauén e Bolzan (2008), numa abordagem do ponto de vista da TR.

As regras analíticas podem ser explicadas em termos de **acarretamento** e de **pressuposição** (como vimos na seção 1.2.6, onde tratamos a inferência sob o ponto de vista lógico-semântico). Segundo Escandell Vidal (2006, p. 118), “as regras analíticas tomam por base uma única hipótese, e as implicaturas que ali são produzidas são intrínsecas, necessárias e suficientes para compreender a hipótese em questão”. As suposições analíticas implicam a si mesmas, analiticamente. Esse exercício de dissecação da proposição com o auxílio de outras, que ocorre quando se explica a relação lógica do tipo analítico que é o acarretamento, é justificado por Guijarro (1994, p. 217-26), quando o autor lembra que o termo “analítico” também “descreve uma proposição através de suas relações com outras proposições *que a analisam*” (grifos nossos).

Pode-se ainda explicar o item em questão, através de uma generalização, dizendo que, para compreender as inferências analíticas, se se tratar de um *acarretamento*, é suficiente verificar sua implicação em relação a um hiperônimo; se se tratar de uma *pressuposição*, basta negar o enunciado, para verificar que a informação pressuposta se mantém (conforme detalhamento teórico feito igualmente em 1.2.6). Assim, (44) corresponde a (45), desde que a palavra “orquídea” é um hipônimo de “flor”. Da mesma forma, utilizando o enunciado (47) para negar (46), permanece em ambos a mesma ideia pressuposta: “José era solteiro antes”:

(44) Daniela comprou uma orquídea.

(45) Daniela comprou uma flor.

(46) José continua solteiro.

(47) José não continua solteiro.

Sobre essas duas formas de dedução, S-W observam que os argumentos dedutivos podem ser vistos de um ponto de vista sintático, de **computação**, ou de um ponto de vista **semântico**. Os autores assim definem essa última forma:

Diremos que uma relação sintática de implicação lógica existe entre duas suposições P e Q no que respeita a um certo sistema dedutivo se, e apenas se, uma for dedutível da outra através das regras de dedução desse sistema. Uma regra de dedução é uma computação que se aplica às suposições, em virtude de sua forma lógica (SPERBER; WILSON, 2001, p. 141).

Os autores alegam que há uma ligação necessária entre a implicação lógica e a inferência, desde que a noção própria de regra dedutiva não pode ser explicada apropriadamente, se não for relacionada à noção semântica de inferência. E, se uma regra de dedução é uma computação como outras, sua diferença é a de ela ser preservadora da verdade. Segundo S-W (2001, p. 142), “quando a implicação lógica é aplicada a uma hipótese, a

conclusão a que ela dá origem fica numa relação semântica de inferência a uma premissa. Assim, todas as implicações lógicas são também inferências”.

Esclarecem que o que propõem, para se aplicar tais regras, é que não há contradição na ideia de uma lógica incompleta, cujas regras são reconstruções parciais das supostas relações de inferência. Por isso, é psicologicamente admissível e pragmaticamente interessante conceber que as pessoas costumem gerar inferências como a do enunciado (48), derivado de (49), conforme exemplo dos autores:

(48) Todos os solteirões são felizes.

(49) Todos os homens não casados são felizes.

O exemplo (48), que implica o (49), é um acarretamento (de acordo com a Semântica) que é, por outro lado, também uma forma de implicação e, se quisermos considerar que (48) é verdadeira, não poderemos considerar que (49) seja falsa, pois, semanticamente, este último enunciado é implicado pelo primeiro.

Considerando esse tipo de fato, S-W estendem sua crítica às lógicas clássicas, por considerarem lógicos apenas conceitos como *e*, *se...então*, *ou*, enquanto eles propõem que deveriam se igualmente considerados conceitos como *solteirão*, *correr*, *quando*, por exemplo, como passíveis de gerar implicações lógicas, postura teórica que já adotam estudiosos como Katz (1972), Fodor et al (1980). S-W alegam que seguem a tradição desses autores, acreditando ser possível atribuir essa propriedade a conceitos como os citados — o que a Lógica padrão não admite.

Diferentemente da implicação analítica, as **regras sintéticas de dedução** exigem pelo menos duas informações, de cuja síntese será extraída a informação inferida. Um enunciado complexo, como (50) pode gerar regras sintéticas, como é demonstrado em (51):

(50) A garça estava sobre o lago e o lago estava no Pantanal.

(51) (a) A garça estava sobre o lago.....Premissa

(b) O lago estava no Pantanal.....Premissa

(c) Então, a garça estava sobre o Pantanal.....Conclusão

A proposição (50) passaria por um processo de raciocínio em que, antes de gerar a conclusão (51-c), seria transformada numa premissa como (52):

(52) Se a garça estava sobre o lago e o lago estava no Pantanal, então a garça estava sobre o Pantanal.

Essas regras funcionam, como o nome indica, pela eliminação da sequência da proposição introduzida pelo conector que as caracteriza — o que gera, como conclusão, uma relação entre os elementos restantes das sequências. A sequência introduzida pelo “e” (e o lago estava no Pantanal) foi eliminada, gerando a informação de (51-c)

As regras sugeridas por S-W são: a *regra de eliminação do “e”*; a *regra modus ponendo ponens* e a *regra modus tollendo ponens*, estas últimas, vistas na seção 1.2.3.4. Entretanto, sugerem determinadas adaptações que consideram mais condizentes com o raciocínio habitual dos falantes.

A regra de eliminação do “e” tem a seguinte formulação:

(53) Eliminação-e

(a) Entrada de dados	P e Q	(Chove e faz frio)
Saídas de dados	(i) P	(Chove)
	(ii) Q	(Faz frio)

O exemplo em (53) é um caso de inferência gerada por eliminação da ocorrência introduzida pelo “e” (como exemplo em (52) acima). É uma regra de eliminação, mas é analítica, porque foi extraída de um único enunciado, embora este fosse um enunciado complexo.

Qualquer implicação que não for analítica será sintética. A implicação sintética resulta de uma derivação em que foi aplicada uma regra sintética, entre as quais encontram-se as regras *modus ponens* e *modus tollens* (abordado em 1.2.3.4).

Também as inferências sintéticas são geradas quando é eliminada a informação introduzida por aquele conector e as informações restantes, sendo aproximadas, mantém uma relação de implicação, ou seja, o procedimento de eliminação da sequência gera novas inferências.

Para as regras dedutivas sintéticas, os autores sugerem que se apliquem formas alternativas, derivadas das formas sintéticas regulares, mas em maior conformidade com o processo de geração de inferências na comunicação humana. As regras opcionais por eles sugeridas são: *modus ponens conjuntivo* e *modus ponens disjuntivo*.

O ***modus ponens conjuntivo***, com eliminação do “se” de uma premissa complexa (conjunta) teria a seguinte formulação, segundo os autores (SPERBER; WILSON, 2001, p. 162):

(54) Modus ponens conjuntivo

(a) Entrada de dados (Input):	(i) (se (P e Q) então R)
	(ii) P
Resultado (Output):	(Se Q, então R)

(b) Entrada de dados (*Input*): (i) (se P e Q) então R
(ii) Q
Resultado (Output): (Se P então R)

Em (54), haveria uma entrada lógica para o “e”, sem utilização de regras de introdução. Essas regras são conservadas na memória do falante sob a entrada lógica dos operadores “e”, “se... então”, “ou”. Essa regra alternativa mostra que é possível por conjunção evitar recorrer à regra de introdução do “e”, mas sem a eliminação, o que provocaria conclusões redundantes. No exemplo seguinte, a derivação apresentada em (56), a partir de (55), é um caso em que, aplicando a proposta dos autores, tentamos demonstrar que é possível essa derivação por eles sugerida, ou seja: com um passo de *modus ponens conjuntivo* em (b’), seguido por um passo da regra de *modus ponens* regular:

(55) (a) Se começou o horário de verão e Marcos não se lembrou de adiantar o relógio, seus filhos chegaram atrasados à escola. [Premissa]
(b) Começou o horário de verão. [Premissa]
(b’) Se Marcos não se lembrou de adiantar o relógio, seus filhos chegaram atrasados à escola. [De (a) e (b) pela regra de *modus ponens conjuntivo*]
(c) Marcos não se lembrou de adiantar o relógio. [Premissa]

(56) Os filhos de Marcos chegaram atrasados à escola. [De (b’) e (c) pelo *modus ponens*]

Da mesma forma, os autores propõem a derivação alternativa: *modus ponens disjuntivo*, com eliminação do “ou”, partindo de uma premissa disjunta, regra que teria a formulação como em (57), de acordo com Sperber e Wilson (2001, p. 162):

(57) *Modus ponens disjuntivo*
(a) Entrada de dados (*Input*): (i) (se P ou Q) então R
(ii) P
Resultado (Output): R
(b) Entrada de dados (*Input*): (i) (se P ou Q) então R
(ii) Q
Resultado (Output): R

Em (57), haveria também uma entrada lógica para o “ou”, sem utilização de regras de introdução. Da mesma forma que a regra proposta em (54), a regra de *modus ponens conjuntivo* vai acrescentar um “ou”, mas condicionando a disjunção a um único dado (o da ocorrência do “se”). Também essa regra alternativa mostra que é possível por disjunção esquivar-se do emprego da regra de introdução do “ou”, a qual não prevê a eliminação dessa premissa e que igualmente levaria a conclusões redundantes.

A derivação de (59), no exemplo seguinte, a partir de (58), é um caso em que os autores demonstram que essa derivação é possível, com um passo da regra de *modus ponens disjuntivo*, derivando a conclusão diretamente das premissas:

- (58) (a) Se o tecido do vestido é excessivamente quente ou se é na cor vermelha, Marta não comprará este vestido. [Premissa]
 (b) O tecido do vestido é excessivamente quente. [Premissa]
 (59) Marta não comprará este vestido.

No exemplo, qualquer uma das opções disjuntas levariam à mesma conclusão, por isso, não é necessário eliminar uma por uma: a eliminação da primeira é suficiente para chegar à conclusão à qual a outra também levaria.

Os autores alegam que a plausibilidade psicológica dessas derivações depende da plausibilidade psicológica das próprias regras: elas permitem derivar conclusões novas, a partir de informação nova e de informação representada mentalmente pelos falantes. Segundo S-W, há pesquisas que demonstram que a regra de *modus ponens disjuntivo* não é só psicologicamente mais real, mas é também uma das regras mais acessíveis ao falante. Embora não haja evidência experimental para a regra *modus ponens conjuntivo*, quando uma premissa é apresentada na forma condicional complexa com um antecedente conjuntivo ou disjuntivo, as regras permitem a formação de inferências com base em um único conjuntivo ou disjuntivo inteiro. O que o falante normalmente faz é apelar para suas representações de mundo e tirar novas conclusões.

Essas operações dedutivas propostas pela TR, com vistas a gerar as inferências veiculadas pela conversação cotidiana, podem ser reduzidas a um conjunto simplificado (e mais produtivo) de regras, conforme síntese de Rauen (comunicação pessoal, 5/10/2008), que fazemos acompanhar de exemplos. As regras que o falante usa são, pois, as do seguinte QUADRO, no qual representamos, à frente de cada raciocínio, a leitura que lhe convém (QUADRO 7):

QUADRO 7 - Operações dedutivas propostas pela TR.

<i>Formulações</i>	<i>Leitura do raciocínio</i>	<i>Aplicação em exemplos</i>
1a. $P \wedge Q = P$	1a. Ocorre P e ocorre Q Ocorre P	1a. José é médico e faz cirurgias. José é médico. (as duas informações estão ligadas)
1b. $P \wedge Q = Q$	1b. Ocorre P e ocorre Q Ocorre Q	1b. José é médico e faz cirurgias. José faz cirurgias.
2. $P \rightarrow Q$ P Q	2. Se P, então Q Ocorreu P Logo, ocorre Q	2. Se Marcos correr, ainda pegará o avião. Marcos correu. Marcos pegou o avião.
3a. $P \vee Q$ $\neg P$ Q	3a. P ou Q Não ocorreu P Então ocorreu Q	3a. Ou José viaja, ou faz a reforma da casa José não viajou. José fez a reforma da casa.
3b. $P \vee Q$ $\neg Q$ P	3b. P ou Q Não ocorreu Q Então ocorreu P	3b. Ou José viaja, ou faz a reforma da casa. José não fez a reforma da casa. José viajou.

Aplicando a um diálogo, teríamos a regra de raciocínio associada a outros elementos da TR, como no exemplo (60):

(60) A: Maria conseguiu o emprego?
B: Ela fez entrevista e começa amanhã.

(60') S_1 - Maria fez entrevista para o emprego (do *input* linguístico de B);
 S_2 - Maria começa a trabalhar amanhã (do *input* linguístico de B);
 S_1 - Se (S_1 e S_2), então S_5 (por *modus ponens conjuntivo*);
 S_4 - Se S_2 então S_5 (por eliminação da conjunção ou eliminação-e (desde que, se é verdade S_1 , e também verdade S_{12} . Ora, S_1 e S_2 são verdadeiros isoladamente, ou seja, analiticamente);
 S_5 - Maria conseguiu o emprego (por *modus ponens*);

S_5 já é uma implicatura pretendida por B, ou seja, está um passo além da explicatura.

Aplicando as suposições acima ao esquema de raciocínio, temos:

P \rightarrow Maria fez entrevista para o emprego (explicatura informal da primeira proposição)

Q \rightarrow Maria começa a trabalhar amanhã (explicatura informal da primeira proposição)

Tomamos, neste caso, o esquema do silogismo conjuntivo

1. $(P \wedge Q) \rightarrow R$
2. $Q \rightarrow R$
3. R

Aplicando o esquema acima, teremos (60”):

1. Se Maria fez entrevista para o emprego e Maria começa a trabalhar amanhã, então Maria pegou o emprego;
2. Se Maria começa a trabalhar amanhã, então Maria pegou o emprego;
3. Maria pegou o emprego.

A Teoria da Relevância, por ser pragmática, diferindo da Lógica formal, propõe que seja considerado o conteúdo das premissas e sugere que as novas hipóteses podem ser extraídas da junção das informações tanto do contexto quanto da memória enciclopédica, num processo de comparação entre as informações que é chamado de contextualização, como veremos a seguir.

1.2.4.1 A contextualização — efeitos contextuais e esforço de processamento

Pons-Bordería (2004, p. 36) alerta para o fato de que, na interpretação de enunciados, “a aplicação das regras analíticas e sintéticas se dá de forma ordenada: em primeiro lugar, o sistema dedutivo extrai todas as regras analíticas contidas em uma hipótese (que funcionam como pré-condições de uso) e depois deduz as implicações sintéticas relevantes”. Como resultado desse processo, o falante, ao somar às informações antigas as informações tiradas do contexto, vai obter novas informações, no processo denominado *contextualização*, cujo resultado são inferências denominadas **implicações contextuais** que se constituem em um dos possíveis efeitos alcançados pelo processamento ótimo de suposições relevantes.

A relevância na concepção de um indivíduo resulta, assim, da comparação estabelecida a partir desses dois fatores que a caracterizam: os **efeitos contextuais** (ou **efeitos cognitivos**) e o **esforço de processamento**.

Confrontando-se essas duas características, tem-se uma proporção, que implica diferentes graus de relevância. Generalizando essa proporção, voltamos ao princípio de que **quanto mais efeitos contextuais houver, menor é o esforço despendido e maior é a relevância**. A esse respeito, Silveira (1997, p. 127) comenta que “os autores, ao estender essa

noção para um indivíduo, levam em consideração a eficiência cognitiva, que não pode ser divorciada da verdade” e ainda mantém inalterada a caracterização da relevância de uma suposição em um contexto.

Assim, um efeito contextual é também é também um efeito cognitivo porque o **contexto** define-se, como vimos, como um *construto psicológico*, um conjunto de suposições que o ouvinte representa em sua mente e que vai se completando durante o processo interpretativo. Segundo S-W (2001, p. 193), “uma suposição que não tenha nenhum efeito contextual num dado contexto não é relevante nesse contexto. Por outras palavras, ter algum efeito contextual dentro de um contexto é uma condição necessária para a relevância”.

De acordo com a TR, a presunção de relevância é diferente pelo lado do efeito e pelo do esforço. Considerando o efeito, segundo S-W (2001, p. 241-2), “a presunção é a de que o nível dos efeitos alcançáveis nunca é menor do que o necessário para tornar o estímulo digno do esforço de processamento”, o que nos leva a concluir que, do lado do efeito, a presunção é de adequação; enquanto do lado do esforço, “a presunção é a de que o nível do esforço requerido nunca é maior do que aquilo que é necessário para conseguir esses efeitos”, ou seja, do lado do esforço, por conseguinte, a presunção é baseada em economia cognitiva. Entretanto, se for requerido um maior esforço de processamento, este será compensado pelo acréscimo de efeitos contextuais, o que resultará num maior grau de relevância — o que é previsto para textos que apresentam enigmas ou incongruências, como os textos de humor.

A primeira dessas características, os **efeitos cognitivos**, é assim conceituada pelos autores: “Uma dedução baseada na união da informação nova {P} com a informação antiga {C} é uma contextualização de {P} em {C}. Uma tal contextualização pode dar origem ao que designaremos como efeitos contextuais” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 175). Os efeitos cognitivos (ou “contextuais”) ocorrem nas seguintes variações, conforme Wilson (in SPERBER; WILSON, Prefácio para a tradução portuguesa, 2001, p. 11).

Efeitos cognitivos

Fortalecimento das (fornecendo mais evidência para as) suposições existentes;

Contradição das (fornecendo evidência decisiva contra as) suposições existentes;

Combinação com as suposições existentes para dar como resultado implicações contextuais — conclusões deriváveis da junção da entrada de dados e do contexto mas nunca somente da entrada de dados nem nunca somente do contexto.

A **força das suposições — fortalecimento ou enfraquecimento de uma suposição** pela presença de outra — não consiste na derivação de uma nova suposição, mas apenas em se fortalecer uma hipótese já existente ou, ao contrário, em enfraquecê-la pela comparação com outra. A força das suposições está ligada às formas como são adquiridas, que abordaremos a seguir.

A **contradição de uma suposição** ocorre quando outra suposição torna claro que a hipótese anteriormente mantida na memória era falsa – caso em que a hipótese falsa é eliminada, sendo conservadas apenas aquelas consideradas como verdadeiras. Quando uma hipótese é eliminada, todas suas implicações analíticas também o são.

Observemos como ocorre o terceiro efeito contextual, no exemplo a seguir, conforme foi apontado por S-W: será utilizada a informação (61), explicitada pelo enunciado, à qual será associada a informação (62), tirada da memória do ouvinte, para gerar a conclusão (63).

Se temos a informação (61): de que *Maria costuma guardar o talão de cheques na bolsa e se ela enuncia*

(62) Deixei minha bolsa no táxi

teremos, nessas duas informações, as premissas suficientes para aplicar uma regra sintética do silogismo condicional: $P \rightarrow Q$, ou seja: se ocorre P, então ocorre Q.

Com a informação enunciada por Maria [1ª Premissa] e a informação que era parte de nosso conhecimento [2ª Premissa], aplicaremos o seguinte esquema de raciocínio condicional:

1. Se Maria costuma guardar o talão de cheques na bolsa e ela esqueceu a bolsa no táxi, então o talão de Maria ficou no táxi.
2. Maria costuma guardar o talão de cheques na bolsa.
3. Se Maria esqueceu a bolsa no táxi, então o talão de cheques de Maria ficou no táxi.
4. Então, o talão de cheques de Maria ficou no táxi.

A partir do raciocínio acima, chegaremos à conclusão sintética (porque de duas fontes diversas) expressa no enunciado (63):

(63) O talão de cheques de Maria ficou no táxi.

Neste exemplo, o enunciado de Maria é considerado informação nova e a informação tirada de nossa (do ouvinte) memória enciclopédica, é a informação velha. Da soma das duas, surge nova informação, a conclusão.

A contextualização de {P} no contexto {C} dá origem a novas conclusões, mas apenas se estas forem o resultado da interação das duas fontes de informação: elas não derivam nem da informação {P} sozinha, nem de {C} sozinha. São essas novas conclusões — como o exemplo (63) — que são denominadas **implicações contextuais**, ou seja, ela não é uma implicação lógica nem semântica: ela é uma **implicação pragmática**. Os autores vêem a implicação contextual também como uma forma de fortalecimento contextual, mas, pela sua importância teórica, dedicam-lhe um espaço exclusivo entre os efeitos contextuais. Esses efeitos estão em relação direta com a relevância do enunciado, desde que só o enunciado relevante é passível de gerar tais efeitos.

A hipótese (61) é uma implicação que foi colocada na memória, ou seja, é um pensamento, considerado como representação do mundo real, mas só ao relacioná-la a uma hipótese extraída do contexto é que se torna possível chegar a uma implicação contextual — nem uma sozinha, nem a outra sozinha.

Vimos que o organismo recebe informações de ambiente em que está inserido, por meio de estímulos que são gerados pelos sentidos da percepção (o tato, a audição, a visão, etc...) e esses estímulos tomam depois a mesma forma — a de conceitos, de maneira que a mente possa operá-los, sem enfrentar problema sua variedade de formas. Entretanto, essa é apenas uma das formas pelas quais a mente adquire novas suposições. Os autores destacam quatro fontes: **percepção, decodificação linguística, suposições e esquemas de suposições** armazenados na memória, e **dedução** (SPERBER; WILSON, 2001, p. 81).

É possível o armazenamento das representações pela mente, porque esta se conecta com o mundo exterior por meio dos sentidos. Os **estímulos sensoriais** têm por *input* elementos externos que são captados pelos órgãos dos sentidos e que tomam a forma de representações conceituais cuja saída — *output* — toma a forma de conclusões. Segundo Pons Bordería (2004, p. 30), “detrás de uma representação conceitual que é, afinal, a tradução mental de uma sensação, existe, segundo a TR, uma estrutura semântica, que permite processar a informação”. É este caráter semântico da representação conceitual que permite integrar sua informação com outras já existentes. As representações conceituais podem também dar indicações de sensações que acompanham as informações. No exemplo sobre Maria (na seção 1.2.7.2.1), ao sentir o cheiro de grama molhada, ela poderia transmitir à mente essa informação mesclada com uma sensação de preocupação (se a chuva atrapalhasse

seus planos, por exemplos) ou de alívio (se ela, angustiada pelo calor, estivesse desejando há dias que chovesse), ou outras sensações quaisquer.

A **decodificação linguística** tem por *input* estímulos visuais de qualquer código semiótico — seja um texto escrito ou gravuras, como no caso de uma charge –, ou auditivos, como no caso do texto falado. O resultado da decodificação linguística são formas lógicas e seu processamento é inconsciente e automático, porque o falante não tem como impedir a entrada de enunciados que ouve ou que lê. Da mesma forma que o conceito tem certa correspondência com a palavra, a forma lógica — igualmente parte da linguagem mental –, teria certa correspondência, nas línguas naturais, com a oração.

Essas duas primeiras fontes, diferentemente das duas fontes seguintes, têm, como *input*, material externo, enquanto a memória e os processos dedutivos operam com material estocado na mente. Em ambos os casos, como *output*, surgem conclusões.

A **memória conceitual** é fonte de suposições, porque nela ficam estocadas hipóteses ou esquemas de hipóteses que, sendo requisitadas pelo texto que vai ser processado, são trazidas para a memória de curto prazo.

Os **processos dedutivos** geram novas suposições a partir de premissas que, confrontadas, geram conclusões, portanto, informações novas — esta, certamente a de maior destaque na teoria –, conforme observa Silveira (2005, p. 125):

Sperber e Wilson destacam particularmente, entre as várias fontes de força das suposições factuais, a dedução, como um ponto crucial em inferências não-demonstrativas e não-triviais na formação das hipóteses interpretativas, confirmadas por operações não-lógicas através das evidências disponíveis.

A autora destaca assim, nessas quatro fontes de suposições, a dedução, procedimento que os autores da teoria enfatizam: “para o processamento espontâneo das inferências não-demonstrativas, caracterizadas como globais, com livre acesso à informação contextual, e derivadas de um cálculo lógico não-trivial contendo apenas regras de eliminação associadas a representações conceituais” (SILVEIRA, 1997, p. 219). A vantagem da formação espontânea e inconsciente de suposições por dedução, segundo Sperber e Wilson (2001), permite que a mente extraia dados de informações que ela já possui, derivando o máximo benefício cognitivo dessa nova informação (inclusive a consistência mútua entre suposições).

A segunda característica da Relevância, que é o **esforço de processamento** é um fator não-contextual. Os efeitos contextuais são obtidos por meio de processos mentais que, como qualquer outro processo biológico, demanda esforço e consumo de energia. A definição de esforço de processamento se dá, segundo os autores, como a de um fator negativo, ou seja:

“em igualdade de condições, quanto maiores são os efeitos cognitivos conseguidos pelo processamento de uma entrada de dados, maior é a sua relevância” (WILSON, 2001, p. 11); mas, considerando que essas tarefas cognitivas e a busca desses efeitos exige esforço mental, observam ainda que “em igualdade de condições, quanto menor é o esforço de processamento requerido, maior é a relevância” (WILSON, 2001, p. 11).

A força dessas hipóteses, como anunciamos, depende da forma como são adquiridas: algo que o indivíduo vê é uma informação mais segura do que um fato que alguém lhe conta.

Se, por exemplo, Cláiton vê um acidente, sua suposição de que alguém se machucou é mais forte do que se alguém lhe contar sobre o acidente (que ele não tivesse visto). Sua suposição torna-se mais fraca, se a informação lhe for dada por uma pessoa que ele considera normalmente mentirosa. Assim, os graus de força de uma suposição dependem da maneira como ela é adquirida. Pelo mesmo processo, ocorre a confirmação (e fortalecimento) ou o enfraquecimento das hipóteses. Também ocorre o cancelamento de hipóteses adquiridas, se uma nova suposição, bem mais forte que as anteriores, vier contradizer as primeiras, eliminando-as da memória.

A avaliação de efeitos e esforços não diz respeito à pragmática — aí incluída a TR —; é um problema que afeta a Psicologia. Para a TR, não importa tanto a avaliação da relação desses dois aspectos, mas a forma como essa interação ocorre, ou seja, como a mente, do *lado de dentro*, consegue avaliar suas próprias realizações e esforços e decidir, em decorrência dessa avaliação, se prossegue nos seus esforços ou se retrocede, em busca de outras direções.

1.2.4.2 Forma lógica — Explicatura — Implicatura

Grice distinguiu, nos níveis de representação, duas formas: o dito e o implicado. Essa distinção, em sua teoria, passa a ser equiparada à distinção entre semântica e pragmática, ou seja: há uma primeira etapa da interpretação, exclusivamente decodificadora; e há uma etapa subsequente, em que são geradas as implicaturas. Há, no entanto, certos enunciados — especialmente os ambíguos — cuja *decodificação* exige o recurso a alguma forma de inferência. S-W resolvem esse aspecto problemático, admitindo a existência não de dois, mas de três níveis representacionais no processo de comunicação: o **nível da forma lógica**, o **nível da explicatura** e o **nível da implicatura**. O que há de novo na proposta de S-W é o nível da explicatura, que consistiria num nível intermediário entre a forma explícita, ou dito, e o nível unicamente derivado pelo processo inferencial.

O intuito dos autores da teoria é o de descrever o processo de comunicação humano, que, segundo eles, começa pelo reconhecimento da intenção comunicativa, ou seja, demonstrar que a comunicação verbal propriamente dita só começa quando o falante é reconhecido como tal, não simplesmente por estar falando, mas por estar dizendo alguma coisa a alguém. Assim, o processo comunicativo tem início quando uma determinada forma de enunciação é escolhida pelo falante por suas propriedades semânticas adequadas a determinado contexto e atua, ela própria, como uma forma de ostensão, atraindo a atenção do destinatário. E, se a interpretação correta é aquela que se apresenta como mais acessível e compatível com o princípio de relevância, essa representação semântica inicial precisa ser selecionada, completada e enriquecida pelo interlocutor, para que ela resulte na proposição que o falante realmente pretendeu comunicar.

Esse percurso do sentido, que se inicia com a ostensão do falante e termina com as inferências finais feitas pelo destinatário vai ser descrito pela TR com os três níveis de compreensão, partindo da *forma lógica* — que se relaciona com o processo de decodificação; e que, depois de desenvolvida por meio de processos inferenciais que completam a informação explícita, geram a *explicatura* para, finalmente, partindo da explicatura e operando a sequência do processo apenas em nível inferencial, atingir a *implicatura* — percurso que exporemos a seguir, assim distribuído: (a) a forma lógica; (b) a explicatura; (c) a implicatura.

Para uma melhor esclarecimento desses níveis de representação, incluiremos, ao final de sua abordagem teórica, uma piada em que são demonstrados os referidos níveis.

(a) A forma lógica

Vimos que os sistemas de entrada ou *input* (perceptuais — sobretudo visuais e auditivos — e linguísticos) têm por função transformar as representações sensoriais em representações conceituais, afim de que todas passem a ter o mesmo formato, independentemente da modalidade sensorial de que derivam. Assim, ao processar um dos sistemas de entrada, tem-se, como resultado da decodificação linguística, não representações conceituais, mas formas lógicas desde que, por trás da representação conceitual, há uma estrutura semântica, que permite processar a informação. Nesse processo, são desenvolvidas tanto operações não-lógicas quanto lógicas, que dizem respeito à cognição. Isso ocorre, porque um conceito, ao ser armazenado, traz consigo outras informações de ordem sensorial mas que não equivalem a conceitos, tais como sentimento de alegria ou decepção, etc., que

vêm associadas a determinado estímulo e que são consideradas operações informais da mente. A informação contida em uma forma lógica se obtém por decodificação e corresponde, em língua natural, à sentença. S-W (2001, p. 125) assim a definem: “Uma **forma lógica** é uma fórmula bem formada, um conjunto estruturado de constituintes que passa pelas operações lógicas formais determinadas pela sua estrutura”.

Essa forma lógica — resultado da primeira etapa de processamento cognitivo da frase — admite duas classificações: **forma lógica não-proposicional** e **forma lógica proposicional**. A forma lógica não-proposicional é sintaticamente bem formada, mas é semanticamente incompleta, enquanto a forma proposicional é sintaticamente bem formada e semanticamente completa. Essas duas formas se distinguem, porque só a forma lógica proposicional poderá ser avaliada como “verdadeira” ou “falsa”. A forma lógica não proposicional, pelo fato de ser sintaticamente bem formada, contém elementos que, por fazerem parte da análise da frase, levantam as primeiras inferências (analíticas) sobre parte de seu significado. O que a distingue das operações não-lógicas (e que lhe dá essa denominação: “lógica”) é o fato de ela apresentar determinadas propriedades lógicas. Assim, quando o sistema dedutivo extrai todas as regras analíticas contidas na frase (cujo reconhecimento é pré-condição de seu uso), essas inferências analíticas podem **implicar** ou **contradizer** outras.

Sintetizando a noção entre forma proposicionais e não-proposicionais, Rauen (2008, p. 4) assim se expressa:

Ser ou não proposicional é uma das propriedades essenciais de uma forma lógica. Uma forma lógica é proposicional quando é sintaticamente bem formada e semanticamente completa; se for sintaticamente bem formada, mas semanticamente incompleta, trata-se de uma forma lógica não proposicional. Geralmente, as formas lógicas dos enunciados linguísticos não se apresentam como proposicionais. Apesar disso, a mente é capaz de torná-las proposicionais por meio de operações pragmáticas, tais como: atribuição de referência, desambiguação, resolução de indeterminações, interpretação de metáforas, enriquecimento de elipses, etc.. O resultado dessas operações pragmáticas é a explicatura do enunciado.

De uma maneira mais simplificada, é usual utilizar-se a expressão “forma lógica” para a estrutura semanticamente incompleta, resultado apenas do tratamento linguístico do enunciado e a expressão “forma proposicional” para a estrutura semanticamente completa, resultado do tratamento (completo) linguístico e pragmático do enunciado.

Analisemos o exemplo (64), que implica (65) e contradiz (66):

(64) Ela perdeu isto.

(65) Alguém perdeu alguma coisa.

(66) Ninguém perdeu nada.

A frase (64) apresentou as propriedades lógicas de implicar (65) e de contradizer (66), é, portanto, uma forma lógica. Entretanto, não é suficientemente completa para ser avaliada em termos de valor de verdade, como uma proposição semanticamente completa. Para chegar a esta etapa, é preciso que a forma lógica seja transformada em **forma lógica proposicional** (completa), o que ocorre por meio de inferências que, na TR, não são utilizadas apenas para se obter as implicaturas. Após a etapa de decodificação, tem lugar a etapa de inferenciação (pragmática) e essas primeiras inferências é que mudarão o status da *frase* para o de *enunciado*, como o atestam S-W (1991, p. 585):

A interpretação de enunciados inclui uma variedade de processos gramaticais e de processos pragmáticos. Os processos gramaticais são os processos utilizados para capturar a representação semântica da sentença enunciada. [...] Os processos pragmáticos são os processos utilizados para preencher o hiato existente entre as representações semânticas das sentenças e a interpretação de enunciados no contexto.

Esta nova abordagem dos níveis representacionais ajuda a elucidar fatos que permaneciam inexplicados em teorias precedentes: a constatação de que, para o tratamento dos dados explícitos, é necessário recorrer-se igualmente a inferências.

A fim de passar dessa etapa para a explicatura, a primeira tarefa do ouvinte é a de recuperar a forma proposicional da sentença, forma esta que já é, ela própria, uma explicatura.

A forma proposicional do enunciado inclui a forma lógica da frase, mas esta primeira forma lógica não é capaz de fornecer as condições de verdade completas do enunciado, pelo fato de uma mesma frase, de acordo com as circunstâncias, apresentar condições de verdade bem diferentes: é preciso, pois, completá-la, por meio de inferências, que, na TR, não têm como único objeto as implicaturas do enunciado, mas também o enriquecimento de sua forma lógica.

Segundo Pons Bordería (2004, p. 47),

a forma lógica não tem indicação de onde ou quando se produziu a mensagem; não se especifica a modalidade do enunciado nem sua força ilocucionária; os elementos dêiticos ou anafóricos não estão fixados, as palavras ambíguas ou polissêmicas não receberam um significado unívoco e, por hipótese, não se podem interpretar ironias ou metáforas. Por tudo isto, o conteúdo de uma forma lógica não pode ser avaliado como verdadeiro ou falso.

No primeiro módulo de tratamento do enunciado, o processo usado é a decodificação. Acabada a tarefa desse módulo semântico, que resulta numa representação semântica esquemática, a tarefa do módulo pragmático é a de completar adequadamente a forma lógica, usando informações dos dois tipos: *semânticas* e *pragmáticas*, o que leva à recuperação de referentes tanto textuais (anafóricos) como extra-textuais.

(b) A explicatura

S-W acreditam que, no processamento do dito, o falante recorre a processos inferenciais e, entre exemplos que estariam nesta situação, citam o caso de interpretação de metáforas, de ironia ou de enunciados ambíguos. Concebem, portanto, um nível intermediário entre o explícito e o implicado, ao qual dão o nome de explicatura. Prevendo que sua sugestão encontrará o preconceito dos mais arraigados à terminologia já consagrada, admitem que seu ponto de vista será considerado inovador, ao reiterá-lo:

Essa é uma maneira nada convencional de fazer a distinção entre o “conteúdo” explícito e o implícito de uma elocução. Num ponto de vista mais tradicional, o conteúdo explícito de uma elocução é um conjunto de suposições descodificadas, e o conteúdo implícito, um conjunto de suposições inferidas. Visto que é nossa opinião que nenhuma suposição é simplesmente descodificada, e que a recuperação de qualquer suposição requer um elemento de inferência, negamos que a distinção entre o explícito e o implícito possa ser feita desse modo (SPERBER; WILSON, 2001, p. 274).

Por analogia com o termo “implicatura”²⁸, Sperber e Wilson propõem o termo “**explicatura**”, para indicar um nível em que se completa a representação semântica de um enunciado, nível que fica entre o dito (nível da decodificação linguística) e o implicado (nível das implicações contextuais), conforme eles próprios justificam:

Explicação

Uma suposição comunicada por uma elocução *E* é explícita se, e apenas se, for um desenvolvimento de uma forma lógica codificada por *E*. Por analogia com “implicatura”, chamaremos a uma suposição comunicada explicitamente uma explicatura. [...] Uma **explicatura é uma combinação de traços conceptuais linguisticamente codificados e contextualmente inferidos**. Quanto mais pequena for a contribuição relativa dos traços contextuais, mais explícita será a explicatura, e inversamente (SPERBER; WILSON, 2001, p. 274) (Grifos nossos).

²⁸ Cf. de Grice, 1975

As implicaturas vão além do dito e resultam só de processos inferenciais, enquanto as explicaturas utilizam de inferências apenas para se tornarem uma forma completa. São, pois, formadas, em parte, pela sentença, cuja decodificação básica resulta numa forma lógica é completada por inferências geradas por evidências trazidas pela situação e que geram suposições contextuais, cuja função é resolver questões como a ambiguidade e a determinação de referentes, entre outros. Ao final do processo, obtém-se uma forma proposicional completa, que é a explicatura. É esse processamento que vai permitir à forma lógica ser confrontada ao contexto no qual se insere e passar ao status de enunciado, ou seja, parte do discurso, suscetível de receber um valor de verdade.

Há dois tipos de explicatura: a básica (chamada simplesmente “explicatura”) e a explicatura de alto nível, que pode ser especificada de acordo com o uso da linguagem ao qual ela se refere: explicatura descritiva, explicatura interpretativa, caso, em que pode ser usada uma das especificações, como “explicatura irônica” (que é um caso de uso interpretativo da linguagem).

Em linhas gerais, são três os processos que, pelo acréscimo de informações, são encarregados de gerar a forma proposicional ou “explicatura” (básica): **desambiguação, atribuição de referentes e enriquecimento da forma lógica**. Essas três tarefas gerais, realizadas pelo ouvinte, dependem de procedimentos específicos, tais como: preenchimento de elementos elípticos — entre os quais, situar o enunciado em determinado tempo e lugar, precisar quem é a pessoa do falante e a do ouvinte —, atribuição de referentes aos anafóricos e aos dêiticos, especificação de certas locuções (para os termos vagos ou ambíguos), etc. Blakemore (2005, p. 59), nota que

Sperber e Wilson (1986) chamam o resultado de dissecação da representação semântica de uma enunciação de *explicatura*. Em alguns casos, [...], a representação semântica fornece apenas uma pista bem esquelética para a explicatura que o ouvinte pretende recuperar, e o processo de desenvolvimento da representação semântica no interior da explicatura depende muito da informação contextual.

Voltemos ao exemplo (64):

(64) Ela perdeu isto.

sentença que, embora tenha propriedades lógicas (podendo implicar ou contradizer outras informações), não pode ser avaliada em termos de valor de verdade, por ser semanticamente incompleta. Para isso, é necessário procedermos às três etapas gerais de acréscimo de

informação, que vão gerar indiferentemente (dependendo do contexto) o enunciado (67) ou o (68):

(67) Marta perdeu a vida.

(68) Larissa perdeu seu cartão de crédito.

A substituição do pronome “ela” por Marta e do pronome “isto” por “a vida”, em (67), da mesma forma que a substituição dos mesmos elementos, respectivamente, por “Larissa” e “seu cartão de crédito”, em (68), foram resultados de um processo de atribuição de referência aos dêiticos — o que, como vimos, variou segundo um contexto provável. Mas essas operações só serão possíveis, se o falante conhecer a pessoa de quem fala, o que Marta ou Larissa realmente perdeu, determinar o sentido do verbo em relação ao complemento (sentido de “morrer”, em (67) e, em (68), o sentido de “ser privado de algo”), processar o pressuposto gerado pelo verbo, segundo o qual quem “perde algo” é porque “tinha algo” — dados que tornam o enunciado semântica e pragmaticamente completo, pronto a ser processado em relação a outros enunciados ou a novas suposições contextuais.

Esse processo de especificação das informações recorre a inferências, outro ponto no qual a TR difere da teoria de Grice, para quem a informação situava-se totalmente no dito ou totalmente no implícito. Depois de se obter a forma proposicional, pode-se avaliar o enunciado em termos de valor de verdade, considerando a informação verdadeira ou falsa.

Neste processo de explicitação dos dados do enunciado, os autores não ignoram a relação do linguístico com a cognição; é importante observar-se a sequência de processamento, conforme lembra Rauen (2008, p. 6):

Ao produzir um enunciado que seja relevante, o falante/escritor tem dois objetivos: criar alguma modificação no ambiente cognitivo do interlocutor e reduzir o custo de processamento dessa modificação. Como **enunciados são processados passo a passo**, o ouvinte/leitor acessa alguns de seus constituintes, com suas entradas lógicas e enciclopédicas associadas, antes de outros. **Para Sperber e Wilson, explorar de modo eficiente essa sequência temporal é essencial.** Quanto mais cedo for obtida a desambiguação e forem atribuídas as referências de itens lexicais, menor será o esforço de processamento. Inversamente, se maior for o número das interpretações possíveis que o ouvinte/leitor tenha de estar atento ao processar o enunciado, maior será o esforço de processamento. Logo, um falante/escritor que objetiva relevância ótima formula seu enunciado para facilitar o processamento do interlocutor (grifos nossos).

Essa observação é particularmente interessante para a aplicação que faremos da TR — associada às teorias do humor — na interpretação de textos — tema do capítulo III. O

roteiro que nos propomos sugerir para as atividades de interpretação dos textos humorísticos tem seu apoio metodológico nessa forma de processamento textual feito gradativamente, o que está em consonância com o conceito de conceito proposto pela TR.

No entanto, se quiser ter uma explicatura de alto nível, além das operações acima, o leitor deve ainda definir qual é a **atitude proposicional do locutor** e atribuir uma **força ilocucionária ao enunciado**, a qual corresponde à interpretação do ato de fala, tal como descrevemos²⁹, na seção 1.2.3.2. No exemplo (68), o falante poderia explicitar o performativo, caso em que teríamos o enunciado (69):

(69) Aposto que Larissa perdeu seu cartão de crédito.

O ato ilocucionário realizado por meio da enunciação é o de “apostar”, cuja força ilocucionária (como vimos em 1.2.3.2) é dependente da enunciação do verbo. Em (74), não poderíamos interpretar que ocorresse essa força ilocucionária, desde que esse verbo (apostar) está entre os casos que exigem a enunciação do performativo, para realizar o ato de fala pretendido.

Ao enunciar (68), o falante pode, ao mesmo tempo em que faz uma aposta, apresentar uma atitude de contrariedade, visto que está “apostando” a realização de um fato que vai lhe causar desprazer. Se estiver zombando de Larissa, o falante pode apresentar uma atitude irônica. Tanto a determinação da força ilocucionária quanto a determinação da atitude proposicional do falante, tornam a explicatura do enunciado em uma explicatura de alto nível. Assim, o exemplo (68) teria, como explicatura o exemplo (69’):

(69’) Explicatura irônica: [Eu, falante] Ø Aposto Larissa perder seu [da Larissa] cartão de crédito..

Ao se acrescentar a modalidade oracional, ou “atitude do falante” e uma força ilocucionária, o ouvinte terá esgotado todas as hipóteses de sentido que lhe foram comunicadas de forma explícita e cuja escolha foi presidida pelo princípio de relevância. Os autores observam que todas as explicaturas da elocução podem ser inferidas do contexto, da forma proposicional da elocução e da atitude proposicional expressa. Segundo Sperber e Wilson, “uma suposição comunicada por um enunciado é explícita se e somente se ela for um desenvolvimento da forma lógica codificada pelo enunciado” (1986, p. 182); esgota-se, pois,

²⁹ Cf. a TR

após esse enriquecimento da forma lógica, por um processo inferencial que a eleva ao nível de explicatura.

Faremos a análise de uma piada de nosso *corpus*, mas, para não deixar dividido o raciocínio, vamos apresentá-la ao final do estudo das implicaturas.

(c) A implicatura

Se uma hipótese não é uma forma de enriquecimento da forma lógica, processo cujas inferências tiveram como resultado a explicitação do que não estava ainda explícito, essa hipótese é comunicada implicitamente: é, portanto, uma **implicatura**. Observamos que, na TR, esse conceito é definido de forma diversa da teoria de Grice, em que as implicaturas procediam da violação de alguma máxima. De acordo com essa afirmação, os estímulos ostensivos — entre os quais os paralinguísticos e os txtos não-verbais — que não codificam formas lógicas, gerarão apenas implicaturas.

Os autores observam que há o recurso a inferências para se formarem tanto as “explicaturas” quanto as “implicaturas”, mas as explicaturas diferem de implicaturas, porque estas últimas não resultam em dados explícitos, que se ocultam na superfície da forma lógica. A explicatura é, então um “meio-termo” entre o explícito e a implicatura. Para as primeiras, recorre-se igualmente à forma lógica do enunciado, enquanto para as últimas, isso não acontece. O nível da implicatura parte da explicatura (forma já inferencialmente enriquecida) que, cotejada a informações da memória enciclopédica, vai gerar novas informações, exclusivamente em nível implícito.

S-W assim definem esse nível representacional:

Uma implicatura é uma suposição ou implicação contextual que uma pessoa falante, com a intenção de a sua elocução ser manifestamente relevante, tenha manifestamente a intenção de tornar manifesta ao ouvinte. Iremos fazer a distinção entre duas espécies de implicaturas: as premissas implicadas e as conclusões implicadas. [...] Todas as implicaturas, defendemos nós, caem numa ou noutra dessas duas categorias (SPERBER; WILSON, 2001, p. 291).

Os dois tipos de implicaturas: **premissas implicadas** e **conclusões implicadas** são recuperadas por vias diferentes. As premissas implicadas partem das explicaturas, mas são buscadas pelo ouvinte em sua memória enciclopédica, ou desenvolvidas em esquemas de suposições construídos também na memória, como um “quadro de fundo” requisitado pela explicatura. O fato de essas premissas propiciarem uma interpretação compatível com o

princípio de relevância e serem manifestamente mais facilmente acessíveis é que leva o ouvinte a identificá-las como implicaturas do tipo “premissas implicadas”. As **conclusões implicadas** são logicamente deduzidas das explicaturas do enunciado e das premissas implicadas. As duas formas são reconhecidas como implicaturas, em razão de o falante ter manifestamente contado com essa interpretação de seu enunciado e ainda porque (conforme MOESCHLER; REBOUL, 1994, p. 122), “toda hipótese que é tirada de um enunciado sem que ela seja explicitamente comunicada é [comunicada] implicitamente” — o que distingue as inferências da explicatura das inferências da implicatura.

A geração de implicaturas depende de suposições levantadas a partir do contexto, o que pode ser exemplificado com fato de alguém nos perguntar as horas ao passar por nós na rua, circunstância na qual desconhecemos a relevância de nossa resposta para esse ouvinte: nesse caso, não será gerada nenhuma implicatura. Se mesmo o nível da explicatura já carrega uma exigência de contextualização do enunciado para se chegar à forma proposicional completa, a implicatura, por basear-se na explicatura, é inconcebível fora de um contexto e do recurso a esquemas de hipóteses estocados na memória.

Analisemos o exemplo do diálogo entre duas amigas, em (69):

(70) Kelly: Você costuma usar bolsas Victor Hugo?

Silvana: Não uso nada que seja chamarisco para assaltantes.

É evidente que a resposta de Silvana não foi diretamente um “sim” nem um “não”. O que o enunciado de Silvana faz é levar Kelly a buscar, em suas informações enciclopédicas, tudo o que ele sabe sobre possíveis chamariscos para assaltantes, tais como joias ou quaisquer adereços que criem a suposição de que a pessoa é suficientemente abastada, para se consistir num alvo para ladrões. A resposta de Silvana, por ter levado Kelly a fazer todas essas inferências, foi mais rica do que uma resposta direta (simplesmente como: “Não uso bolsas Victor Hugo), porque, ao justificar o fato, Silvana dispensou Kelly de perguntar se ela usa também joias ou roupas luxuosas. Entre as hipóteses relativas a esses chamariscos, a memória de Kelly lhe dará a informação (69) que, associada ao enunciado proferido por Silvana, vai gerar uma implicatura do tipo **premissa implicada**, conforme o enunciado (71):

(71) Silvana está dizendo que as bolsas Victor Hugo são um chamarisco para assaltantes.

Essa premissa implicada será avaliada no contexto do diálogo e levará Kelly a fazer o raciocínio demonstrado em (72):

- (72) (a) Se as bolsas Victor Hugo são um chamarisco para assaltantes e se Silvana não usa nada que seja chamarisco para assaltantes, então Silvana não usa bolsas Victor Hugo.
 (b) As bolsas Victor Hugo são um chamarisco para assaltantes.
 (c) Portanto, Silvana não usa bolsas Victor Hugo.

A informação (72-c) é uma implicatura do tipo **conclusão implicada**. Seu ponto de partida foi a primeira hipótese gerada inferencialmente na memória — a premissa implicada —, ativada pelo enunciado de Silvana. Essa premissa implicada foi depois comparada com o contexto do diálogo, para Kelly verificar se ela atendia à relevância pretendida por Silvana. Como a hipótese (72-c), por ser o resultado automático de aplicação da regra de *modus ponens*, é a única interpretação relevante, ou seja, ela é, na verdade “a” interpretação pretendida por Silvana. A suposição (72-c) é, no exemplo, a **conclusão implicada**, ou seja, uma implicatura que exerce, na dedução, o papel de **conclusão**. É uma informação gerada inferencial e automaticamente pelo processo de raciocínio, desde que não há evidência clara que leve a tal conclusão, se não tivermos o recurso à premissa implicada, buscada inferencialmente na memória. No enunciado, não havia nem a premissa, nem a conclusão implicada. Pelo fato de terem sido geradas inferencialmente são, ambas, implicaturas. Segundo Moeschler e Reboul (1994, p. 92), “falar-se-á de implicação contextual para qualificar o tipo de implicação tirada conjuntamente do enunciado e de seu contexto”, considerando-se ainda que a implicação contextual é um dos três tipos de efeitos contextuais.

Os autores destacam duas propriedades das implicaturas: por um lado, *não são determinadas*, ou seja, o locutor espera que o ouvinte chegue precisamente à premissa e à conclusão a partir do conteúdo lógico que usa para tal derivação, mas esse conteúdo não foi literalmente expresso; por outro lado, o falante é totalmente *reponsável pela veracidade das implicaturas* geradas pelo interlocutor. Dessa maneira, a resposta de Silvana no exemplo (70) poderia ser substituída por outra mais direta, como “Eu não uso bolsas Victor Hugo”, mas, mesmo com o enunciado indireto, sua expectativa, como locutora, era de que Kelly construísse implicaturas como a premissa implicada (71) e como a conclusão implicada (72-c).

Se fizéssemos a suposição de que Kelly soubesse que “Victor Hugo” é uma marca de bolsas (o que fica evidente em sua pergunta), mas não soubesse que se tratava de bolsas caras, a resposta de Silvana iria fornecer essa nova informação, como se Silvana a tivesse proferido diretamente. A resposta de Silvana foi, por outro lado, mais abrangente, porque trouxe outras implicaturas, como:

(73) Joias são chamariscos para ladrões.

(74) Trajes luxuosos são chamarisco para ladrões.

(75) Silvana não usa joias.

(76) Silvana não usa trajes luxuosos.

As implicaturas (73) e (74) seriam derivadas como premissas implicadas e as de número (75) e (76) seriam derivadas como conclusões implicadas. É evidente que a conclusão implicada em (72-c) é a mais forte, por ser a mais relevante, em relação ao tema do diálogo, mas deve-se admitir que as implicaturas (73) e (75) têm igualmente certa relevância, embora em menor grau. A premissa implicada em (74) poderia ser contestada por quem acreditasse que “assaltante não rouba (normalmente) a roupa de quem assalta”, mas poderia ser defendida por quem acredita que a roupa se constitui num índice (indireto) de que a pessoa é abastada e é, portanto, um chamarisco para assaltantes.

Se as implicaturas (e, sobretudo, as conclusões implicadas) têm a propriedade de não serem completamente determinadas, em consequência, elas variam quanto a sua força. Os dois tipos de implicatura exemplificados (71) e (72-c) são considerados implicaturas fortes, porque foram fortemente implicadas pelo contexto. Assim, a resposta de Silvana em (70), comunica mais fortemente (72-c), mas não se pode negar que ela comunica com menor força também (75) e, mais fracamente, pode ainda comunicar (76).

Finalmente, não devemos esquecer que, para Sperber e Wilson (2001, p. 143), “tanto a informação contextual quanto os princípios pragmáticos estão envolvidos não só na recuperação de implicaturas [premissas e conclusões implicadas], mas também na recuperação do conteúdo explícito”. Observamos ainda que, excetuando-se o nível da forma lógica, a inferência está presente nos outros níveis de compreensão — esse é, pois, um dos itens que deve merecer uma atenção especial de nossa parte, no momento de trabalharmos a interpretação de textos.

1.2.4.3 Análise dos níveis representacionais em uma piada

Neste ponto, dedicamo-nos ao exemplo que nos propusemos analisar. Demonstramos, com uma piada one-liner buscada em nosso *corpus*, o conjunto das transformações que são operadas no enunciado, desde sua forma lógica não-proposicional em (77), passando pelas explicaturas, em (77') e (77-a)-(77-b), para, finalmente, em (78),

apresentar as implicaturas finais. Manteremos o enunciado original em itálico, para destacá-lo das formas inferenciais que vieram enriquecê-lo:

(77) **Forma lógica não proposicional:** Quando você chegar em casa, bata na sua mulher! Você não saberá por que está batendo, mas ela vai saber porque está apanhando

(77') **Explicatura:** forma lógica proposicional completa

Explicatura: *Quando você* [leitor homem] *chegar em casa* [do leitor homem], *bater em* [=espancar] *a sua* [do leitor] *mulher. Você* [leitor] *não saber por que* Ø [motivo] *estar batendo* [= espancando], *mas ela* [a mulher do leitor] *saber porque* Ø [motivo] *estar apanhando* [do leitor].

Em (77'), apresentamos a **explicatura de primeiro nível**, ou seja, explicatura básica, na qual o enunciado passou pelas três etapas de enriquecimento: desambiguação, atribuição de referentes e enriquecimento da forma lógica. É possível, no entanto, ainda no nível da explicatura, como nos exemplos do bloco (77), ir além desses dados, inserindo a proposição expressa em outra, que descreva que ato de fala está sendo realizado ou qual é a atitude proposicional do falante.

(77.a) **Explicatura de alto nível com o ato de fala (força ilocucionária) do falante**

Eu [locutor] **aconselho** Ø [a você, leitor homem]: { *Quando você* [leitor homem] *chegar em casa* [do leitor homem], *bater em* [= espancar] *a sua* [do leitor] *mulher! Você* [leitor] *não saber por que* Ø [motivo] *estar batendo* [= espancando], *mas ela* [a mulher do leitor] *saber por que* [motivo] *estar apanhando* Ø [do leitor] }.

O ato de fala do locutor é um conselho; se houvesse um termo que correspondesse às “nuances” implicadas, seria a força ilocucionária de “um conselho com garantia de verdade”. O locutor atribui-se o conhecimento de uma situação e, numa posição de “quem sabe mais que o leitor”, institui a si próprio como “conselheiro” do leitor.

(77-b) **Explicatura de alto nível (ecoica), com a atitude proposicional do falante e o ato de fala:**

Eu [locutor] Repetindo [= ecoando] a informação de Ø alguém, **numa atitude** Ø **de adesão** [cumplicidade], eu [locutor] **aconselho** Ø [a você, leitor homem]: { *Quando você* [leitor homem] *chegar em casa* [do leitor homem], *bater em* [= espancar] *a sua* [do leitor] *mulher! Você* [leitor] *não saber por que* Ø [motivo] *estar batendo* [= espancando], *mas ela* [a mulher do leitor] [e Ø = quem revelar Ø = o motivo] *saber por que* [motivo] [a mulher do leitor] *estar apanhando* Ø [do leitor] }.

Em (77-b), além do ato de fala descrito em (77-a), foi acrescentada a atitude proposicional do falante. Tratando-se de um enunciado ecoico, há sempre uma das duas formas de “ecoar” a voz de alguém: ou aderindo a ela, ou distanciando-se dela. Embora o falante pareça reprovar a mulher, esse locutor mostra adesão, em relação ao conselho que dá ao marido – é uma espécie de “cumplicidade”, uma atitude de “abonar” o espancamento, tendo em vista as razões (desconhecidas do ouvinte). Assim, a forma proposicional do enunciado é uma interpretação de uma representação mental do falante, a qual é, por sua vez, uma interpretação de uma representação atribuída a um segundo enunciador (ou a ele mesmo em outra circunstância).

Em (78), apresentamos as implicaturas — inúmeras — que podem ser geradas a partir das explicaturas. Marcaremos com PI, as premissas implicadas e com CI as conclusões implicadas:

(78-a)

PI₁ – Se o homem sabe porque espanca e a mulher sabe por que apanha do homem → (então) o homem tem sempre razão.

PI₂ – Se o homem sabe porque espanca então o homem tem sempre razão.

CI – Então o homem tem sempre razão.

(78-b)

PI₁ – Se o homem sabe porque espanca e a mulher **A** a mulher sabe por que apanha do homem → (então) a mulher tem sempre culpa.

PI₂ – Se a mulher sabe por que apanha do homem → (então) a mulher tem sempre culpa.

CI – A mulher tem sempre culpa.

(78-c)

PI₁ – Se o homem sabe porque espanca a mulher **A** a mulher sabe por que apanha do homem → (então) a mulher tem sempre culpa.

PI₂ – Se a mulher sabe por que apanha do homem → (então) a mulher tem sempre culpa.

CI – A mulher merece apanhar.

(78-d)

PI₁ – Se a mulher tem sempre culpa, a mulher merece apanhar.

PI₁ – A mulher tem sempre culpa

CI – ∴ A mulher merece apanhar.

Acreditamos que o leitor vá além da conclusão implicada pelo texto e estabeleça certas comparações como: é normalmente lógico, quando uma pessoa espanca a outra, ou as duas pessoas estarem cientes do que a vítima fez por merecer, ou, pelo menos quem espanca

ter “razões” para isso. Mas é incongruente a pessoa que é espancada ter de “achar uma razão” para o espancamento e aquele que agride desconhecer a razão da própria agressão. Vamo-nos dedicar a esses problemas no terceiro capítulo, quando associarmos a Teoria da Relevância ao mecanismo que acreditamos estar na base do humor.

1.3 Considerações sobre o estudo da TR

Numa primeira etapa de nossa pesquisa, um de nossos objetivos foi o de identificar o implícito final no texto humorístico, implícito cuja existência é atualmente um consenso entre estudiosos da área. O maior desafio que enfrentamos naquele momento foi em relação às inúmeras classificações que o implícito recebe. Apoiando a procedência de nosso comentário, constatamos que esse problema é igualmente atestado por Kerbrat-Orecchioni, em sua obra “*L’Implicite*”, específica sobre o assunto (1998 [1986]), na qual ela se refere a essa questão como um verdadeiro “emaranhado terminológico”. É verdade que parte da razão dessa nomenclatura está na diversidade de campos em que o implícito é tratado: pela Lógica, pela Semântica e pela Pragmática, desde que cada área sugere novas subdivisões para uma classificação já existente ou novas denominações para o que se consistia em um fenômeno já descrito. Não ignoramos o mérito dos linguistas e filósofos da linguagem que esmiúçam questões como formas diversas de implicações, subentendidos, implicaturas quantitativas, qualitativas e escalares, entre outras formas de implícito.

Entretanto, não há praticidade no emprego dessa diversidade de noções nem no estudo do mecanismo do humor, nem em sua aplicação como instrumento auxiliar em interpretação de texto — dois pontos que resumem nossos objetivos na presente pesquisa. Não pudemos, enfim, deixar de investigar grande parte da terminologia adotada para o implícito. Durante esta busca paralela — ou mesmo ligada à TR —, defrontamo-nos com duas designações básicas: **implícito** e **inferência**, cuja distinção não ficava bastante clara de acordo com o uso: são usadas indiscriminadamente uma ou outra, ainda que alguns considerem, em princípio, que o implícito é o que *está por ser ainda explicitado* e a inferência é o *processo que traz esse implícito à tona*. Mas o uso — novamente o uso — aparentemente terminou por fundir as duas noções: passou-se a denominar *implícito* a informação que resultava dessa busca, que se tornava explicitada; passou-se também a denominar *inferência* o resultado do processo de inferenciação. Para demonstrar que mesmo os especialistas na área usam, de maneira indiferenciada, as duas denominações para referirem-se a fenômenos similares, apresentamos em seguida (num mesmo QUADRO) dois esquemas: o primeiro sintetiza a

classificação dos implícitos, elaborada por Reboul (2007, comunicação pessoal); o segundo, é também uma síntese, mas dos tipos de inferência, baseado em Moeschler (2002) (QUADRO 8).

QUADRO 8 - Quadro dos esquemas com: Implícitos (Cf. REBOUL) — Inferências (Cf. MOESCHLER)

<i>TIPOS DE IMPLÍCITO</i> (REBOUL, 2007)		<i>TIPOS DE INFERÊNCIA</i> (MOESCHLER, 2002)	
Denominações (tipos)	Suposição 1 implica a Suposição 2. S ₂ é o implicado	Inferências semânticas → demonstrativas e baseadas em princípios da inferência lógica. Inferências pragmáticas → não-vericondicionais e não-demonstrativas.	Denominações (tipos)
(a) Implicação	S ₁ acarreta S ₂	Uma proposição P implica semanticamente Q se, e somente se, em todas as situações ambas são verdadeiras ou ambas falsas.	(a) Implicação (acarretamento)
(b) Pressuposto	S1 pressupõe semanticamente S ₂ (b') Forma afirmativa: S ₁ é V → S ₂ é V (b') Forma negativa: S ₁ é F → S ₂ é V	Uma proposição P pressupõe semanticamente Q se, sempre Q for V, mesmo P sendo verdadeira ou falsa. Obs.: Moeschler considera a pressuposição um tipo de acarretamento semântico.	(b') Pressuposto
	(b'') S1 nulo Ø e S ₂ negativo:	Pelo fato de ser cancelável, a pressuposição compartilha com as implicaturas conversacionais a vericondicionalidade.	(b'') Pressuposto Cancelável
(c) Implicatura convencional	(c) S ₁ implica convencionalmente S ₂ . S ₁ → mal escolhido → F ; S ₂ → Falso	A implicatura convencional é ativada por uma palavra.	(c) Implicatura convencional
(d) Implicatura conversacional	(d) S1 implica conversacionalmente S ₂ V/F (enunciado enganador)	Ativada por palavras particulares. São implicaturas calculáveis independentemente do contexto.	(d) Implicatura conversacional generalizada
(e) Implicatura conversacional qualitativa	S ₁ implícita que a condição de felicidade S ₂ é satisfeita.	Ativada por regras da conversação, do tipo gerado pela violação das máximas em contextos específicos.	(d'') Implicatura conversacional Particular
(f) Implicação contextual (TR)	Implicação contextual: resultado de uma inferência que tem por premissas uma hipótese contextual e o enunciado (sua forma proposicional).		(e) Implicação contextual (TR)
(g) Sem referência.	Ø	<ul style="list-style-type: none"> • baseadas em princípios lógicos • são demonstrativas 	(g) Inferência lógica formal.

Apresentaremos em seguida um novo QUADRO, com os exemplos que analisamos abaixo, para facilitar a comparação com o QUADRO 8 (QUADRO 9). Podemos constatar, por uma visão geral desses dois quadros (o primeiro, com as classificações, o

segundo, com os exemplos), que, embora os autores tenham utilizado designações gerais distintas — implícito e inferência — as subclassificações coincidem em sua maioria.

QUADRO 9 - Quadro dos enunciados com: Implícitos (Cf. REBOUL) - Inferências (Cf. MOESCHLER)

Classificações dos dois esquemas		Exemplos analisados conforme as classificações dos dois esquemas	
Implícitos (Reboul)	Inferências (Moeschler)	S₁ → Enunciados de base	S₂ → Inferências _ Implícitos gerados
(a) Implicação	(a) Implicação semântica ou acarretamento	(80) S ₁ : <i>Athos é um gato angorá.</i>	(81) S ₂ : <i>Athos é um gato.</i>
(b) Pressuposto	(b) Pressuposto: um tipo de acarretamento	(82) S ₁ : <i>Regina procurou as chaves do carro.</i> (84) Regina não procurou as chaves do carro. Em (84): S ₁ é negado.	(83) S ₂ : <i>As chaves estavam perdidas. (S₂ é V)</i>
(b') Pressuposto cancelável	(b') Pressuposto cancelável	(85) <i>Regina não procurou as chaves do carro, porque ela não as perdeu. (S₁ é falso → é negado)</i>	(83) \emptyset <i>As chaves estavam perdidas. (S₂ é nulo)</i>
(c) Implicatura convencional	(c) Implicatura convencional	(86) S ₁ José é inglês, por isso é pedante.	(87) S ₂ : <i>Todo inglês é pedante. S₁ mal escolhida → S₁ Falsa.</i>
		(88) Negação de S ₁ do ex. (86): José não é inglês, por isso é pedante.	(89) Quem não é inglês é pedante. S ₁ mal escolhida → S ₂ Falsa. S ₂ negado: não se mantém → prova que é implicatura.
		(90) S ₁ : Mesmo João gosta da Maria.	(91) Outros gostam da Maria. (92) De todos os que gostam da Maria, João seria o menos provável.
		(93) Negação de S ₁ do ex. (90): Nem mesmo o João gosta da Maria.	(94) Ninguém gosta da Maria. (95) Nem o João _ que gosta de todo mundo _ consegue gostar da Maria. S ₂ de (90) não se mantém → implicatura.
(d) Implicatura conversacional	(d') Implicatura conversacional generalizada	(100) S ₁ : <i>Parece que Stéfano ou Mariana chegou.</i>	(102) <i>Ou Stéfano ou Mariana chegou, mas não os dois.</i>
		S ₁ enganador de (100)-(103) → S ₂ = F.	(103) Não foi em todas as vezes que Fatinha telefonou que ela perguntou por Yago.
(e) Implicatura conversacional qualitativa (Baseada na máxima da veracidade)	(e') Implicatura conversacional particular	(104) Vera está feliz agora.	(106) Natasha passou no vestibular. (Mas o motivo pode ser outro)
		(105) Romero a Gilson: Prometo devolver seu celular amanhã.	(107) Porque Gilson sabe que Romero é honesto, ele pode implicar que Romero tem a intenção de cumprir a promessa que lhe fez.
Contextos específicos (cf. implicaturas das máximas de Grice). Obs.: (e) ou (e') → S₁ implica que a condição de felicidade de S₂ será satisfeita. Se negada, há um ato de fala infeliz.		(108) Gustavo: <i>Você gostou dos bombons que recebeu?</i> Raíssa: <i>Você sabe: para mim, chocolate é sempre chocolate.</i>	(109) Raíssa: <i>Gostei, porque gosto muito de chocolate.</i> (110) Raíssa: <i>Não gostei porque chocolate me dá alergia.</i>
(f) Implicação contextual (TR)			
(g) Não consta.	(g) Inferência lógica	Sem exemplos (Lógica formal)	

Os “implícitos — ou “inferências” dos tipos: (a), (b), (c) e (d’) são ligados ao aspecto convencional da língua. Os tipos (d’’) e (e) estão ligados ao aspecto pragmático da comunicação, enquanto (f) é o tipo de implicatura tal como foi conceituada pela TR: considera o aspecto semântico e o pragmático. O conteúdo implícito são as implicaturas, inferidas do que é *comunicado*, seja de forma semântica — implicaturas convencionais; seja de forma pragmática — implicaturas conversacionais. As implicaturas são **aspectos não-vericondicionais**, enquanto as implicações extraídas do *dito*, que correspondem à parte proposicional do enunciado, são **vericondicionais**, porque podem ser avaliadas em termos de verdade. Essa avaliação consiste em aceitar como verdadeira uma proposição, em relação a outra proposição anterior, considerada como verdadeira.

Para exemplificar essa distinção tomemos a análise (79), adaptada de Moeschler e Reboul (1994, p. 31):

- (79) (a) João conseguiu pagar sua dívida.
 (b) João não conseguiu pagar sua dívida.
 (c) A dívida de João era alta.
 (d) João pagou a dívida.

No exemplo, o enunciado (a), na forma afirmativa, e o (b), na forma negativa, implicam convencionalmente (c), portanto, (c) (por ser uma implicatura) é um aspecto não-vericondicional da proposição, derivado tanto do enunciado positivo quanto de seu correspondente negativo. Em outras palavras, (c) é um tipo de informação implicada, mais especificamente denominada pressuposição (conforme seção 1.2.3.4). De forma diversa, o enunciado (a) implica (d), mas (b) — forma negativa de (a) — não implica (d). Se (d) é uma parte do dito, quando o dito é negado, a informação (d) desaparece, ou seja, muda o valor de verdade. A informação de (d), sensível a essas transformações, é, pois, um aspecto vericondicional da proposição. Dito de outro modo, essas conclusões significam, conforme Moura (2000, p. 88): “A diferença entre o processamento semântico e o pragmático é que o pragmático pode ser cancelável sem contradição”.

Nos exemplos a serem analisados, como ilustração das classificações feitas pelos dois autores, será considerado, em todos os casos que (S₁) corresponde à primeira suposição (que origina a implicatura) e (S₂) corresponde à segunda (a implicatura gerada).

Tomemos a primeira classificação feita por Reboul, a **implicação** (termo usado no caso sem quaisquer determinantes). Essa forma de implícito, segundo a autora, tem, como formalização, o esquema: **S₁ acarreta S₂**, que já foi abordado por nós em 1.2.3.4 (no

tratamento lógico do implícito) e em 1.2.4 (regras dedutivas), quando tratamos das inferências analíticas. Assim, o exemplo (80):

(80) Athos é um gato angorá

implica semanticamente (S_2), no enunciado (81):

(81) Athos é um gato

porque Athos não pode ser da raça “gato angorá”, sem ser antes considerado um animal da raça “gato”.

Essa classificação de implicação, como um tipo de implícito, coincide com a classificação de Moeschler para **acarretamento** (ou com a utilização do mesmo termo: implicação), a primeira forma de inferência relacionada por esse autor. Se o exemplo (80) for verdadeiro, o enunciado (81) também o será.

A segunda classificação de implícito é o **pressuposto**, que tem, segundo Reboul, a seguinte formalização: (b) **Forma afirmativa: S_1 é V — S_2 é V**, em que consideramos a indicação (S_1) para a informação trazida pelo posto e (S_2) para a informação trazida pelo pressuposto. Ambas as informações (posto e pressuposto) serão verdadeiras se o enunciado estiver na forma afirmativa, como no exemplo (82):

(82) Regina procurou as chaves do carro.

Este exemplo tem como posto a informação (S_1) de que *Regina procurou as chaves do carro* e, como pressuposto, a informação implícita enunciada em (83):

(83) As chaves do carro estavam perdidas.

Se submetermos esse enunciado à negação, teremos a seguinte formulação, conforme Reboul: (b') **Forma negativa: S_1 é F \rightarrow S_2 é V**, que exemplificamos em (84):

(84) Regina não procurou as chaves do carro

caso em que (S_2) se mantém como **verdadeira**, porque não foi atingida pela negação que tornou (S_1) **falsa**. Tanto em (82) quanto em (84), o (S_2), enunciado em (83) se mantém. Moeschler considera a pressuposição como uma forma de acarretamento e, por extensão,

considera tanto o acarretamento quanto a pressuposição como casos de inferências semânticas.

Entretanto, estudos mais recentes sobre o pressuposto, vão considerar a terceira possibilidade apresentada por Reboul com a fórmula (S₁) **nulo Ø** e (S₂) **negativo**, o que significa que, por um encadeamento que o locutor faça incidir sobre o pressuposto (S₂) esta suposição pode ser negada, o que vai anular a informação de (S₁). No esquema de inferências, Moeschler observa que esse pressuposto, por ser cancelável, compartilha essa propriedade com as implicaturas conversacionais. Um exemplo deste caso de cancelamento da pressuposição é o enunciado (85):

Vejamos, no entanto, em (85) a modificação que fizemos no enunciado:

(85) Regina não procurou as chaves do carro, porque ela não as perdeu.

Neste exemplo, a negação incidiu sobre o pressuposto (S₂), cancelando também o posto (S₁) que o gerou, ou seja, a informação que o leitor foi levado a inferir a partir do posto foi negada, devido à negação parcial de (85), o que significa que, embora apenas uma parte da informação total (só a parte pressuposta) tenha sido negada, essa negação atingiu também o todo, pois, se o pressuposto era uma condição para a verdade do posto, esse posto torna-se falso.

No exemplo (29) da seção (1.2.3.4), Moura, ao mostrar a interferência do contexto na geração de pressuposições, aponta também um caso de cancelabilidade do pressuposto, derivado do fato de o interlocutor ter conhecimentos enciclopédicos que favorecem essa interpretação. Quando Beatriz (no referido exemplo) fala: *Não me arrependo de ter votado em FHC*, vimos que o pressuposto gerado nesse caso seria o de que ela teria votado em FHC. Observamos que esse fenômeno ocorreu apenas contextualmente, desde que Beatriz não precisou enunciar esse fato, que já era conhecido por seu interlocutor: ele compreende que ela, na realidade, não “precisa” arrepender-se, justamente porque *não* votou em FHC. Essa propriedade que as pressuposições podem adquirir — a de tornarem-se falsas — leva Moeschler a concluir que elas se compõem de crenças de segundo plano, que vão constituir o contexto dos enunciados do locutor, ou segundo a TR, o ambiente cognitivo desse falante. É, pois, essa informação buscada na memória mais o enunciado de Beatriz que levam o ouvinte a derivar uma implicação contextual. Nesse caso, o conhecimento extraído da memória interferiu na relevância do posto, cancelando o pressuposto inicialmente gerado.

A classificação (c) é a da **implicatura convencional** (a partir de estudos de Grice), que, segundo Reboul, tem a formulação: **(S₁) implica convencionalmente (S₂)**, na qual se considera que, pelo fato de a suposição (S₁) ter sido mal escolhida, resultou na falsidade de (S₂). Do ponto de vista das inferências, Moeschler apenas observa que a implicatura convencional é ativada por uma palavra. O que podemos concluir é que, sob essa perspectiva, a implicatura convencional, por estar incorporada ao aspecto linguístico, não requer nenhum contexto específico como também não interfere no valor de verdade das proposições.

Um exemplo de implicatura convencional seria o enunciado (86):

(86) José é inglês, por isso é pedante

em que (S₁) é todo o enunciado complexo. Se a implicatura convencional, como vimos, está ligada (como o pressuposto e a implicação semântica), a convenções linguísticas, no exemplo (86), é o conector “por isso” que leva à implicatura (S₂) em (87):

(87) Todo inglês é pedante.

Como a suposição (S₁) refere-se à sentença completa, é a relação entre seus segmentos que é considerada mal escolhida, caso em que origina uma generalização falsa. Mostrando sua dependência às características das implicaturas, inclusive a de não se manter na forma negativa, observamos a negação do enunciado (86), nos exemplos (88) e (88’):

(88) José não é inglês, por isso é pedante.

(88’) José é inglês, por isso não é pedante.

Notamos que cai a implicatura (87), mas surge nova implicatura, porque o conector cria uma relação de explicação entre as sequências e essa relação continuará a produzir efeitos, como é o caso de (89):

(89) Quem não é inglês é pedante.

Um outro exemplo deste tipo de implicatura seria o enunciado de número (90):

(90) Mesmo João gosta da Maria.

As implicaturas geradas nesse caso seriam:

(91) Há outros que gostam da Maria.

(92) De todos que gostam da Maria João era o menos provável.

Negando o enunciado de (90), teremos:

(93) Nem mesmo João gosta da Maria.

De novo, a negação faz cair a implicatura da forma afirmativa, mas gera novas implicaturas, como os exemplos (94) e (95):

(94) Ninguém gosta da Maria.

(95) Nem o João — que gosta de todo mundo — consegue gostar da Maria.

A forma negativa cancela a informação, logo, é um caso de implicatura e não de pressuposição. Essa propriedade de os implícitos gerados conversacionalmente não se manterem na forma negativa é que é considerada a maneira de distingui-los dos implícitos gerados semanticamente. Vimos, no entanto, que, mesmo os implícitos de base semântica, como os que foram apontados no início desta seção como ligados ao sistema linguístico: (a), (b) (c) e (d'), mostram-se com frequência³⁰ dependentes do contexto. Inclusive a implicatura — convencional — desse exemplo, cujo comportamento é considerado o mais próximo do pressuposto, só pode, a nosso ver, ser adequadamente interpretada considerando-se seu aspecto pragmático. Suponhamos o exemplo (96):

(96) João costuma mendigar, mas é arrogante.

A implicatura gerada é a do enunciado (97):

(97) Mendigos não podem ser arrogantes.

Sugerimos, no entanto, um enunciado com o antônimo de “arrogante”, a título de comparação:

(98) João costuma mendigar, mas é humilde.

É possível derivar a mesma implicatura relacionada no enunciado (97), embora surja uma implicatura adicional, que situaria, entre as duas sequências de (98), uma oração que pudesse criar a oposição com a sequência introduzida pelo “mas”. Se explicitássemos a

³⁰ Cf. Moura, 2000.

informação dessa implicatura, pouparíamos o esforço de processamento do leitor, tornando o novo enunciado mais relevante que (98). Essa nova versão seria algo como o enunciado (99):

(99) João costuma mendigar, o que seria difícil para uma pessoa arrogante, mas João é humilde.

Casos como esse que acabamos de demonstrar, provando que mesmo as implicaturas convencionais mantêm uma espécie de dependência contextual, são apresentados no exemplo (11), que emprestamos de Armengaud (podendo ser consultados na seção 1.2.3.3, exemplos de (15-a) até (15-c), no estudo dos implícitos na teoria de Grice).

Na classificação (d) está a **implicatura conversacional**, que, no esquema de Reboul, teria a seguinte formulação: **S₁ implica conversacionalmente S₂ V/F**, em que o enunciado **S₁** pode ser enganador, porque só o conhecimento do contexto vai decidir seu verdadeiro significado. esse implícito é relacionado por Moeschler como uma inferência específica: a de **implicatura conversacional generalizada**, que, segundo ele, é uma implicatura também ativada por palavras particulares, cujo cálculo ocorre independentemente do contexto. Tomemos os enunciados (100) e (101) para uma análise desse caso:

(100) Parece que Stéfano ou Mariana chegou.

(101) Houve alguns telefonemas de Fatinha em que ela perguntou por Yago.

As implicaturas geradas em (100) e (101) seriam, respectivamente, algo como os enunciados de (102) e (103) também em sequência:

(102) Ou Stéfano ou Mariana chegou, mas não os dois.

(103) Não foram todas as vezes que Fatinha telefonou que ela perguntou por Yago.

Reboul considera que enunciados como os de (100) e (101), em sua totalidade são enganadores, provocando implicaturas insatisfatórias para a comunicação do enunciado como um todo: ou são insuficientes, como (102), ou podem, como em (101), levar a novos enganos, tais como: Fatinha deixou de perguntar por Yago em alguma das vezes em que telefonou, ou, ao contrário, perguntava sistematicamente por ele, a cada vez que telefonava?

Ao tratarem do próximo item, os esquemas dos dois autores aparentemente tornam-se divergentes: embora ambos considerem ainda as formas de implícito/ou de inferência conversacionalmente derivadas, Moeschler coloca essa inferência entre as da forma já conhecida como **implicatura conversacional particularizada**, enquanto Reboul propõe a

implicatura conversacional quantitativa, que consiste no desrespeito à máxima da veracidade) de Grice. Acreditamos que ambos estejam se referindo ao mesmo fenômeno. A formulação para esse tipo de implícito é assim proposta por Reboul: **S₁ implícita que a condição de felicidade S₂ é satisfeita**. A explicação de Moeschler para essa inferência é que é ativada por regras da conversação, do tipo gerado pela violação das máximas e que, diferentemente das implicaturas generalizadas, exigem um contexto específico. Observemos os exemplos (104) e (105):

(104) Vera está feliz agora.

(105) Romero a Gílson: Prometo que devolvo seu celular amanhã.

Notamos que os dois exemplos geram também pressuposições e parece-nos provável que esses pressupostos possam ajudar a elucidar quais as implicaturas que estão sendo geradas. Em (104), há o pressuposto de que Vera estivesse infeliz antes e, se o ouvinte já soubesse que a infelicidade de Vera era causada pela preocupação quanto a sua filha Natasha passar/ou não no vestibular, poderia chegar à implicatura:

(106) Natasha passou no vestibular.

Como as implicaturas conversacionais são não-vericondicionais, pode ser que o ouvinte que derivou (106) não saiba que não é essa a razão da felicidade de Vera, o que cancelaria essa implicatura. Vera poderia estar feliz, por exemplo, porque ganhou sozinha na loteria, situação na qual provavelmente outras preocupações – entre as quais a aprovação/ou não de Natasha – teriam se tornado secundárias.

Da mesma forma, o exemplo (105) gera o pressuposto de que Romero pediu o celular de Gílson emprestado e essa implicação não é, evidentemente, a implicatura particularizada que pretendemos demonstrar, mas, seguindo mais precisamente a descrição de Reboul, Gílson pode derivar o implícito (107):

(107) Romero é honesto, por isso, ele tem a intenção de cumprir a promessa que está me fazendo.

A explicação de Reboul entra em concordância com a de Moeschler, porque a condição de veracidade – que gerou as implicaturas de (106) e (107) – está entre as máximas (Máxima da qualidade ou da veracidade) cuja violação faz derivar as implicaturas conversacionais particularizadas, que demandam um contexto específico.

Reboul não fez referência a implícitos gerados em termos lógicos, mas o próprio termo “implicação” já mostra que os estudiosos da Semântica formal e da Pragmática mantêm um tipo de “dependência teórica” à terminologia proposta antes pelos filósofos da linguagem. No entanto – numa digressão que acentua nossa postura de pesquisadora preocupada com a aplicação de nosso estudo em benefício do ensino –, acreditamos que o (re)conhecimento de implicações inadequadas teria, para o falante em processo de aperfeiçoamento de sua competência linguística, o benefício de despertar sua reflexão, se exposto a atividades com esse objetivo. Expor o aluno a casos de argumentos não-válidos, como o demonstrado por Marcuschi e Gomes (1997, p. 19), no exemplo (34) deste capítulo, teria a utilidade de direcioná-lo a exercitar seu raciocínio, levando-o, antes mesmo de aprofundar-se no conhecimento do emprego adequado de conectores, a discernir a coerência da relação estabelecida entre os conteúdos proposicionais dos enunciados. O reconhecimento das “incongruências” das piadas, como veremos, pode ter efeito semelhante: levar o leitor a ter um raciocínio mais atento.

Para encerrar a apresentação dos esquemas acima, comentamos a **implicação contextual**, proposta pela TR e que é, segundo os dois autores, “resultado de uma inferência que tem por premissas uma hipótese contextual e o enunciado (sua forma proposicional)”. O ouvinte é direcionado para o processamento dessa inferência, ao questionar a relevância do enunciado de seu interlocutor. E, desde que são dependentes do contexto e das representações mentais, essas premissas geram um tipo de inferência que prevê a existência de um contexto como um construto psicológico, correspondente ao ambiente cognitivo mútuo dos interlocutores. Um exemplo de implicação contextual seriam as inferências geradas a partir da resposta de Raíssa a Gustavo, no diálogo seguinte:

(108) Gustavo: Você gostou dos bombons que recebeu?

Raíssa: Você sabe que, para mim, chocolate é sempre chocolate.

A resposta de Raíssa tanto pode ser interpretada ou como verdadeira, ou como falsa. No primeiro caso, será verdadeira, se Gustavo souber que ela gosta muito de todo tipo de chocolate, resposta que corresponderia então ao enunciado (109):

(109) Raíssa: Gostei, porque gosto muito de chocolate.

Ou será uma resposta negativa, se Raíssa estiver pretendendo lembrar Gustavo de que ela tem alergia a chocolate e, por essa razão, não pode ter gostado dos bombons,

interpretação que corresponderia a um enunciado como (110):

(110) Raíssa: Não gostei dos bombons, porque chocolate me dá alergia.

O ideal é, pois, não nos debruçarmos sobre classificações tão diversificadas, se pudermos utilizar algo mais simples de aplicar e menos técnico para levar ao conhecimento dos alunos.

A que nos conduzem todos esses questionamentos finais? Conduzem-nos à conclusão de que o citado (ainda) “emaranhado terminológico” a que Kerbratch-Orecchioni se referiu, embora realmente exista, pôde ser reduzido a uma meia dúzia de designações e, mesmo essas classificações podem ser inseridas numa denominação mais geral, a **implicatura** proposta pela TR – que abraçamos. Isso, sem nos esquecermos das implicaturas convencionais e conversacionais generalizadas de Grice, que caem já no nível das explicaturas, devido ao enriquecimento pragmático do enunciado, que elimina os termos que as geram. Na denominação de **explicatura** (que requisita as primeiras inferências) e no de **implicação contextual**, ou “implicatura”, no sentido dado ao termo pela TR, temos os termos que indicam a presença de todas as informações necessárias para nos desvencilharmos de vez desse excesso terminológico.

Essa aparente digressão final deveu-se a uma “resposta” a um de nossos objetivos: procurar uma forma simplificada e objetiva de trabalhar a interpretação de textos em sala de aula. O primeiro passo, a nosso ver, foi a busca de uma simplificação na forma de tratar – e de denominar – o termo implícito, o que a TR soluciona facilmente, com sua proposta de tratamento da inferência, passando pelos três níveis representacionais: forma lógica, explicatura e implicatura – observando que, mesmo na decodificação, o leitor recorre a inferências.. Considerando que a TR tem um poder explicativo maior que seu poder descritivo, podemos adotá-la, com o intuito de sanarmos a terminologia excessiva que entrava a compreensão do que realmente importa: a lógica da interpretação.

É relevante, portanto, observar que a TR é a melhor proposta que encontramos para a interpretação de textos, porque, baseando-se na cognição, explica como o leitor/ouvinte é “seduzido” pela ostensão, que vem ao encontro de sua necessidade de comunicar-se. E mostra como, atraído para o processo de comunicação, esse leitor é arrastado para a inferenciação, numa forma de adesão automática e irreversível, que só se interrompe com a compreensão final.

CAPÍTULO II

TEORIAS SOBRE O HUMOR

Humorismo é a arte de fazer cócegas no raciocínio dos outros. Há duas espécies de humorismo: o trágico e o cômico. O trágico é o que não consegue fazer rir; o cômico é o que é verdadeiramente trágico para se fazer.

(ELIACHAR, Leon. prêmio pela melhor definição de humor da IX Exposição Internacional de Humorismo, realizada na Europa, em Bordighera, Itália, 1956)

Trabalhar com um *corpus* de humor não tem, como pretendem alguns, o mesmo efeito de se dissecar o cadáver de uma pessoa que era atraente em vida. O texto humorístico, mesmo no processo de análise, não perde seus atrativos. Isso ocorre em razão de ser gratificante verificar as estratégias criativas do pensamento humorístico, bem como analisar os subterfúgios de que se serve a mente humana para seduzir e atingir seus propósitos pela sedução. E o texto da piada enquadra-se bem nesta classificação: é um texto que seduz o leitor, porque atrai pelo riso e pelo raciocínio ao qual leva, mas que, ao mesmo tempo, esconde, atrás de sua sedução, a crítica ideológica que pretende veicular.

Não foi sem razão que Koestler (1964) situou a descoberta do humor no mesmo plano da criação artística e da descoberta na Ciência, subordinando tais fenômenos manifestados nos três *campos do conhecimento* a um mecanismo cognitivo por ele denominado “bissociação”. O estudo do humor fez parte, então, de seu estudo mais abrangente, sobre a criatividade em geral.

Um psicólogo americano, Guilford (1982, p. 19), definiu “criatividade” como a capacidade de “encontrar respostas inusitadas, às quais se chega por associações muito longínquas”. Atribui-se a esse autor o modelo que é centrado na distinção entre “pensamento convergente” e “pensamento divergente”, este, uma forma mais geral na qual poderia inserir-se a bissociação. Utilizar o pensamento convergente é procurar uma solução adequada, mas sem fugir da racionalidade; utilizar o pensamento divergente é buscar múltiplas soluções, inclusive as que não parecem racionais e que, muitas vezes... funcionam. Uma explicação de Guilford (1982, p. 19) para o pensamento divergente vem resumida em sua frase: “No pensamento divergente avança-se para muitos lados. Tão logo seja necessário, ele muda de direção e leva com isso a uma pluralidade de respostas que podem ser, todas elas, corretas e adequadas”. Alguns atribuem ao pensamento divergente um alcance mais arrojado: o de ser criativo, original, inesperado, na maioria das vezes, ultrapassando as expectativas.

Não é sem razão que universidades do mundo inteiro — preocupadas com a invasão da robótica em campos que antes eram reservados aos homens — têm se voltado para a questão da criatividade, com vistas à sua aplicação: não apenas aos campos que tradicionalmente a valorizaram como Arte, Arquitetura, Design, Moda, Publicidade, Decoração, entre outros, mas também para outros campos profissionais nos quais sua aplicação não era cogitada. Entre esses novos campos de aplicação do conceito, destacam-se especialmente aqueles voltados para ensino e comércio, projeto industrial e ciência: Engenharia, Administração de Empresas, Marketing, Física, Biologia, Informática, Economia, Psicoterapia, entre outros. Um exemplo a ser citado (e seguido) é o de universidades do Canadá, que mantêm cursos sobre “princípios e técnicas da criatividade aplicados ao meio empresarial”. Na Europa, o tema já atrai a atenção dos governantes e vários países já contam com associações para o desenvolvimento da criatividade, promovendo cursos, congressos e premiações, para incentivar esse poder nos indivíduos. A ideia ganha um espaço empírico, quando os governos se envolvem nessas iniciativas, incluindo em suas previsões de finanças, incentivos para inventores, aprovando leis que amparam os direitos de quem inventa e dando-lhes um status que estimula suas buscas, na medida em que prevê sua participação na economia do país e na competição com outras partes do mundo. Por serem considerados como um “investimento” do país, os inventores estão sujeitos a todo um processo de atendimento pedagógico, organizacional e de análise crítica de sua produção — de gestão, enfim, desse processo de inovações, dando-se a perceber que existe mesmo uma “corrida pela criatividade”

Dessa maneira, em um mundo em que o homem perde seu espaço de trabalho para a máquina, surge um campo já previsto na ficção de Isaac Azimov (*“Eu, Robô”*, 1950): a criatividade, que parece, aos poucos, tornar-se o “capital intelectual”, que começa a ser valorizado nos países de primeiro mundo.

Visão diametralmente oposta era cultivada na Antiguidade, em que o conceito de criatividade era naturalmente associado à loucura, desde que o comportamento irracional era relacionado ao do gênio, na criação artística. Entretanto, psicólogos que atualmente pesquisaram essa relação, concluíram que tal associação era, na maioria das vezes, um erro causado por casos particulares, em que o artista, por outros problemas de saúde, era levado a usar determinadas drogas. O que se deve considerar é que, se a criatividade já foi associada à genialidade, à doença mental e ao humor, é provavelmente por ter características comuns a esses estados, tal como nos lembra D’Ottaviano, (2005, p. 81), ao referir-se às ideias do autor citado: “o pioneiro Guilford (1982) via o segredo do pensamento criativo na capacidade de estabelecer um vínculo entre o racional e o irracional, o conhecido e o desconhecido, o

convencional e o não convencional”. Ora, as mesmas características que Guilford atribui ao pensamento criativo são constantemente utilizadas para fazer referência ao mecanismo criador do humor: há sempre uma ideia que se apresenta como “irracional, desconhecida, não convencional”.

Em sua recente obra “*The Psychology of Humor*”, Martin (2006), afirma que o humor não é um estado de espírito único, mas que tem quatro variantes principais, com implicações específicas nas relações inter-pessoais: o humor *auto-depreciativo*, humor *corrosivo*, o humor *agregador* e humor do tipo *de bem com a vida*. O primeiro tipo serve-se das próprias imperfeições para fazer rir; o segundo refere-se ao humor do indivíduo que é implacável com o próximo, dando preferência ao riso provocado, independente dos “estragos” causados nas relações com os que o rodeiam; o terceiro tipo corresponde ao humor do indivíduo cujas “tiradas” humorísticas agradam e, por essa razão, é bem visto pelos que o cercam; o quarto tipo refere-se à atitude da pessoa que tenta ver o lado positivo das situações, tenta estar “de bem com a vida”. Essa obra sugere que profissionais envolvidos com a área de administração e consultoria estejam atentos a esses dados na avaliação de sua equipe, o que aponta para o valor que se dá, na época atual, a esse conceito, antes considerado um estado de espírito banal ou até negativo do ser humano.

É evidente que esta classificação do humor tanto engloba o termo “humor” tal como é apresentado por Freud (2007), ou seja, algo que pode ser experimentado independente da comunicação com o outro, como o sentido que Freud dá ao termo “cômico”:

O humor nos permite alcançar o prazer apesar dos dolorosos sentimentos que deveriam perturbá-lo; ele ultrapassa a evolução destes sentimentos, ele chega a colocar-se no lugar deles. Eis suas condições: uma situação em que, pela força de nossos hábitos, somos tentados a ativar um doloroso sentimento, enquanto que, por outro lado, algum motivo nos determina reprimir este sentimento *in statu nascendi*. Nestes casos, a pessoa ferida, a pessoa que sofre, etc., poderia assim experimentar o prazer humorístico, enquanto que o terceiro, desinteressado, riria em virtude do prazer cômico (FREUD, 2007 [1905], p. 200).

Para explicar esse sentido particular que dá ao termo “humor”, ele cita a piada do homem que, a caminho da forca, preocupa-se apenas com sentir frio e pede um agasalho para o pescoço, pedido que, em tais circunstâncias, era supérfluo. O autor observa que o personagem certamente provocaria no carrasco um riso cômico, mas, no leitor, o sentimento seria próximo de algo em que se mesclaria humor e simpatia e que Freud (2007, p. 200) assim explica: “Este tipo de magnanimidade do humor aparece obviamente nos casos em que nossa

admiração não está mais inibida pelas circunstâncias em que se encontra o sujeito que faz o humor”. Nessa acepção, o humor poderia ser um sentimento solitário e até mesmo de distanciamento entre o indivíduo e os que o rodeiam e entre ele e seus próprios problemas. Em nosso estudo, está excluída a acepção da palavra “humor” tal como Freud a interpreta: utilizaremos os termos “cômico” e “humor”, para o que ele denomina “cômico” e que caracteriza as piadas de nosso *corpus*.

Estudiosos observam que o humor — no sentido a ele atribuído neste estudo — é o único domínio da atividade criadora para o qual, em decorrência de um estímulo cognitivo e afetivo complexo, há uma reação clara, no nível de um reflexo fisiológico detectável: o riso, ou, numa forma atenuada, o sorriso. Nesta perspectiva, acreditamos que a definição de “humor” que parece adequar-se a esta pesquisa é elaborada por Maladev Apte (1985), que citamos, a seguir, a partir de Travaglia (1990, p. 67)

O humor refere-se, primeiro a uma experiência cognitiva, muitas vezes inconsciente, envolvendo redefinição interna da realidade sociocultural e resultando em um estado mental de prazer; segundo, aos fatores socioculturais externos que disparam esta experiência cognitiva; terceiro, ao prazer derivado da experiência cognitiva ‘humor’; quarto, às manifestações externas dessa experiência cognitiva e desse prazer resultante dela, expressas através do sorriso e do riso de satisfação.

Esta postura é a que parece atender melhor aos objetivos deste estudo. Em uma certa medida, interessam-nos as características atribuídas ao humor conforme o enfoque de psicólogos e sociólogos (questões sobre prazer, conflito, desequilíbrio, catarse, para os primeiros; contestação de estruturas sociais, entre outros, para os segundos), por estarem ligadas às teorias que aqui descrevemos, ao se referirem a aspectos próprios do indivíduo envolvido num ato sociocognitivo que é a comunicação. Dessa forma, além de mencionar que o humor é “uma experiência cognitiva”, também relaciona essa experiência com fatores socioculturais e considera que, em consequência dessa interação, ocorre uma “redefinição da realidade”, o que está em sintonia com a Teoria da Relevância, segundo a qual, a compreensão leva a uma “mudança de crenças”, ou seja, uma mudança no ambiente sociocognitivo do falante. Em relação ao humor, Apte (1985) indica a reação evidente do ouvinte — o riso — como “resultado” de uma experiência cognitiva, ou seja, o alcance (na maioria dos casos) da compreensão da intenção do falante, o que cria, entre ambos, um elo ideológico que, associado ao sentimento do prazer da descoberta do implícito final tem no riso sua reação.

Pode-se contestar que o riso apresenta-se como manifestação de inúmeros fenômenos, sejam de fundo psíquico, sejam de fundo social, mas o **riso** a que nos referimos neste trabalho é, pois, apenas aquele provocado pelo cômico, pelo que é considerado, em situações de comunicação, humorístico ou engraçado. Concordamos com Olbrechts-Tyteca (1974, p. 11 e 13) quando, no início de seu estudo sobre o cômico da retórica, esclarece: “Não é preciso dissimular este fato, o critério efetivo de todo estudo sobre o cômico é o riso [...] Quando histórias cômicas são consideradas como tais, presumimos que elas façam rir”. Ela própria, no entanto, considera esse critério difícil de ser aplicado, porque há inúmeros fatores que perturbam essa distinção. Um desses fatores é que o riso ultrapassa largamente o cômico, desde que há ervas, drogas e gases que provocam riso (entre os quais o famoso “gás hilariante”); há o riso provocado por cócegas; há risos de alívio e de bem-estar. Koestler (1964, p. 18) também chama a atenção para esse ponto: “A dificuldade [de explicar o problema do riso] deve-se à extrema variedade das situações que provocam o riso, desde cócegas físicas até os estimulantes intelectuais de toda espécie”. Outro problema, conforme Olbrechts-Tyteca, é que o riso não tem sempre a mesma significação e se, por um lado, em um grande número de civilizações antigas, o riso faz parte inclusive do simbolismo religioso, por outro, longe de ser sinal de diversão, é, frequentemente, entre certos povos da África, um de sinal de surpresa, de embaraço, de espanto. Outro fator que distingue o riso é o fato de haver ocasiões em que as pessoas se sentem com maior predisposição para rir: em certas épocas da vida (como na infância e na adolescência), o indivíduo é mais propenso ao riso e, entre sete e treze anos, o risível está ligado ao visual, tornando-se mais ligado ao verbal de quatorze a dezoito anos. Outro dado curioso apresentado pela autora é que pessoas sanguíneas³¹ são mais inclinadas ao riso e, enquanto os extrovertidos se divertem mais com piadas emocionantes ou apelativas, os introvertidos se divertem mais com piadas cognitivas.

A autora lembra que há ainda outros aspectos do riso que devem ser levados em consideração, entre os quais, especialmente, seu caráter social. Nessa perspectiva, o riso pode ser de acolhida ou de exclusão, o que explica o valor educativo que Bergson (2002) atribuiu

³¹ De acordo com a medicina astrofísica, há quatro biotipos: o sanguíneo, o colérico (ou nervoso), o fleumático e o bilioso. A oposição mais utilizada é entre *fleumático* (aquele que tem controle emocional, sereno) e *sanguíneo* (aquele que tem temperamento forte, vigoroso, exaltado) (Mínidicionário HOUAISS. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 352 e 672, respectivamente).

ao cômico (uma ideia retomada por Martin, 2006, cf. sua categorização dos quatro tipos de humor).

Olbrechts-Tyteca (1974, p. 14) cita a tese de Dupréel (1948, p. 62), segundo a qual “desde que o homem é caracterizado pela linguagem, pelo riso, e pelo fato de ser um animal social, podemos supor que estes três elementos não são sem ligação”. E, embora seja constatado o fato de que há crianças que riem sozinhas (ou talvez não exatamente sozinhas, considerando que muitas vezes se fazem *acompanhar* de “amigos imaginários”), Olbrechts-Tyteca (1974, p. 14) destaca que “no domínio do cômico da retórica, o aspecto social é constante” — o riso normal (resultante de algo cômico) não é um riso solitário. Ela acrescenta que mesmo as noções de orador, de auditório, de persuasão implicam relações sociais. Uma boa piada sempre foi dita para alguém, diante de alguém ou contra alguém” e, já antecipando um ponto em defesa de sua teoria, conclui:

Seremos frequentemente levados [em seu livro] a utilizar termos como “*comunhão*”, porque eles se prestam para exprimir a *referência ao grupo*. Veremos, com efeito, que o cômico da retórica está indissolivelmente ligado ao fato de que se conhece e de que somos vários a conhecer as condições e os mecanismos da argumentação. A retórica pertence eminentemente *ao grupo*; manipulá-la, é, de alguma forma, *integrar-se ao grupo*. E **empregando os meios de argumentação fora de propósito, ou com exagero, colocamo-lo em evidência**, destacando *um bem comum* por excelência (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 14-15) (Itálicos nossos, negritos do autor).

Um destaque ao aspecto social do riso foi feito especialmente pelo trabalho de Bergson. Segundo ele, “não há cômico fora do que é propriamente humano” (BERGSON, 2002, p. 10) e, se muitos definiram o homem como “um animal que ri”, ele sugere que melhor o teriam definido, se dissessem que “o homem é um animal que faz rir” (BERGSON, 2002, p. 11). Apesar do valor que adquire o humor e o riso nos estudos atuais, apesar de o próprio Bergson reconhecer que o riso foi uma questão que intrigou muitos pensadores antes dele, inclusive Aristóteles, apesar ainda de seu livro versar sobre esse assunto, o autor desculpa-se, no prefácio, pelo fato de suas reflexões terem adquirido uma proporção incompatível com a “importância” do assunto.

Dessa forma, o castigo que o grupo aplica a quem se insurge contra o sistema e mostra-se inadaptado é o de ridicularizá-lo. A ideia do autor é sintetizada em sua frase: “o riso castiga os costumes” (BERGSON, 2002, p. 13).

Analisando a estrutura que gera o cômico, Bergson fala da “interferência de séries”, observando que o cômico nos textos se processa em dois níveis de compreensão e é

essa conjunção que provoca o risível. Jardon (1988) vê nesse procedimento o mesmo mecanismo que Koestler (1964) vai denominar “bissociação”. Em uma análise minuciosa de várias teorias sobre o humor, Jardon (1988), observa que não apenas Bergson, mas muitos outros autores chegaram a conclusões sobre séries ou planos de ideias que se sobrepõem e que podem, todos, ser considerados como ideias similares à da bissociação. A etapa final de seu livro é direcionada exclusivamente para a aplicação dos aspectos teóricos descritos na análise do texto literário humorístico, mas, inicialmente, Jardon abrange autores de áreas diversificadas (que nos absteremos de citar, pela proporção que uma tal listagem adquiriu), entre as quais: Psicologia, Sociologia, Antropologia, Linguística. Este é um dado que leva à hipótese de que foi, provavelmente, a atenção dada ao humor por áreas mais prestigiosas de estudo que lhe conferiu o status que hoje o tema adquiriu. Paradoxalmente, embora o estudo do humor — ou, mais especificamente, a divulgação do interesse de pesquisadores por esse assunto — só tenha se manifestado há poucas décadas, o estudo do riso já provocou interesse em muitos pensadores. Koestler (1964, p. 18) observa que “a bibliografia de *Psychology of Laughter and Comedy* de Grieg (1923) citava trezentos e sessenta e três obras consagradas, no todo ou em parte, ao cômico e ao riso: de Platão e Aristóteles a Bergson e a Freud, passando por Kant”.

Na maioria dos estudos de humor, destacam-se três teorias gerais: as *teorias da superioridade*, as *teorias da catarse* e as *teorias da incongruência*. As teorias do primeiro tipo defendem que o humor surge de um sentimento de superioridade do homem, em relação a seu semelhante. Um exemplo deste tipo seria a teoria de Bergson, que vê no cômico a forma como a sociedade castiga quem não tem flexibilidade de atitudes para adaptar-se a ela. O segundo tipo são as teorias de catarse, segundo as quais o humor teria a finalidade de aliviar o homem das tensões causadas por pressões do meio em que vive. Um exemplo desta categoria é a teoria de Freud, em que o riso serve para descarregar energias acumuladas, que causam estresse ao indivíduo. O terceiro tipo são as teorias da incongruência, em que o humor é visto como o resultado de uma experiência cognitiva, em que, na expectativa de um determinado evento, o leitor defronta-se com uma ideia (ou fato) incongruente em relação à expectativa mantida. Um exemplo desse tipo seria a teoria da bissociação e todas aquelas que se assemelham a ela, defendendo o choque de dois planos cognitivos, no processo interpretativo.

As primeiras teorias de humor situam-se na abordagem psicológica. Do ponto de vista desta área, surgiram várias hipóteses: além da ideia de que o humor é (numa visão inaugurada por Freud, 2007) uma forma de catarse; outra postura considera o humor uma demonstração de superioridade do falante, em relação ao objeto cômico; uma terceira, voltada

para a cognição, vê no mecanismo criador de humor uma forma de incongruência, que, em autores como Freud (e, antes dele, em Bergson) foi associada ao estado do sonho. Mas, ao lado da função de catarse, Freud defende que exista no humor uma intenção, que se constituiria em sua característica principal e que deixa evidente, a nosso ver, o objetivo de interação que acompanha o texto humorístico.

Se todas essas abordagens, ainda que mantenham uma orientação psicológica, evidenciam aspectos da interação do indivíduo com o grupo, é possível concluir que ou o recurso ao humor é gerado como uma forma de responder às imposições da sociedade, ou é uma tentativa de corrigir o outro, ou surge das pressões dos sistemas, que constroem o ser humano a viver dentro de certas regularidades, contra as quais a violação toma a forma de uma incongruência.

Entre os estudiosos que focaram sua busca na incongruência estão as abordagens que se basearam na teoria da bissociação, proposta por Koestler (1964), como já foi por nós mencionado. Assumem claramente a adoção dos princípios teóricos de Koestler para o humor pesquisadores como da Escola de Bateson: Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) e Norrick (1986a, 225), que afirma: “A bissociação em várias formas tem sido frequentemente sugerida como a única condição necessária para o humor; e recente pesquisa nas ciências cognitivas confirma a ‘teoria do *script*’ como o modelo mais promissor de conhecimento humano”. Mas, como bem lembra Olbrechts-Tyteca (1974, p. 129), “o riso está ligado a uma concepção do normal, mas antes de tudo ao que é normal para uma pessoa determinada. O normal é aquilo que nos guia mas também aquilo que nos coloca em alerta”. E a autora retoma esse ponto, ao afirmar que “o ridículo” (que habitualmente se associa à incongruência) “está frequentemente em função do normal. Não se pode, em uma circunstância prática, acreditar que se seguem as regras e afastar-se do normal” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 238).

Por essa razão, a incongruência só se destaca se for vista sobre uma base de normalidade. Diante desta colocação, torna-se necessário mostrar também o estudo de Eco (1984), em que o autor contrapõe os elementos denominados “cômico” e “regra”. Este autor propõe que a violação de regras sociais são fontes de riso, numa forma de carnavalização contra os sistemas estabelecidos. E, na violação dessas regras, acreditamos dever destacar (colocando-nos na mesma situação de outros, como Freud e Tyteca, que alertaram sobre esse ponto) a questão do *detalhe*, que assume importância, ao contrastar com as normas do “convívio social”.

A maioria dos autores que estudou o riso provocado pelo texto cômico deixa claro um ponto: há fatores que inibem o humor, entre eles, qualquer forma de emoção; o raciocínio

e a atenção, a qual Olbrechts-Tyteca considera particularmente ligada à retórica. Essa autora lembra Plokker, para quem o esforço de pensar impede o riso, o que se aplica à tese de Freud, para quem o riso está ligado a um excesso de energia disponível. Outro fator (igualmente constatado por nós em trabalho anterior) que causa a inibição do riso é a explicitação. Essa constatação reforça a observação de Freud de que a brevidade e a condensação são condições essenciais ao dito espirituoso, constituindo-se mesmo na técnica dele, desde que, por resultar em um prolongamento do texto, a explicitação, além de exigir atenção (e cansá-la), frustra a alegria da descoberta. Dugas (1902), segundo Olbrechts-Tyteca (1974, p. 39), sustentava que um imprevisto é condição *suficiente* do riso. A explicação neutraliza sobretudo casos de ambiguidade ou de confusão de noções, que poderiam ser cômicas. Olbrechts-Tyteca considera que a explicação que destrói o humor é sobretudo aquela que, ao criar uma previsão de objeções possíveis, exclui a ingenuidade, o inconsciente, como elementos do cômico. Por relacionar a explicitação à falta de ingenuidade necessária ao cômico, a autora também observa que não há nenhum interesse em separar o cômico voluntário do involuntário e lembra a distinção de Bergson entre cômico latente e cômico de fato (ele cita, levando em consideração o aspecto “mecânico” da vida social, que para que uma cerimônia se torne cômica, é suficiente que nossa atenção se concentre no que ela tem de cerimonioso, desconsiderando sua matéria). Semelhante a essas colocações, mas não exatamente com tais significados, abordaremos o cômico espontâneo (no sentido de “inesperado”, não artificial), da mesma forma que o cômico mais artificial de piadas que são repetidas pelos grupos. É outro dado que consideramos importante, não pelas mesmas razões dos autores supra-citados, mas porque acreditamos que a estrutura que gera um discurso cômico, inesperado ou recontado (como ocorre com as piadas que circulam em sociedade) é baseada numa *bissociação*.

Paradoxalmente, o riso é também inibido pela falta de compreensão e, semelhantemente a esta, pela hesitação (que, certamente, lembra a falta de atenção) e ainda, paradoxalmente, pelo sucesso argumentativo. Segundo Olbrechts-Tyteca, para quem o cômico decorre de uma falha na argumentação, se o desvio é o risível, quando o discurso é coerente, não há comicidade. Um outro fator que pode inibir o riso é a falta de compartilhamento ideológico com o tema criticado (o que entra, evidentemente, no caso da emoção e, por extensão, qualquer forma, enfim, de “envolvimento” emotivo), que veremos em detalhes ao focar cada autor. Olbrechts-Tyteca lembra que há também *contextos* que inibem o riso: contextos religiosos, filosóficos, éticos, jurídicos, mas ela reconhece que também nesse caso podem interferir outros fatores: “Isto se liga talvez às inibições pela emoção, atenção, eficácia

argumentativa, deferência. Estes contextos acarretam frequentemente a ideia de inevitabilidade, inibidora do cômico” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 36).

Travaglia não separa humor e riso e, discordando de Ziraldo (1970), quando este propõe separar humorismo e risismo (alegando que o humor seria mais *literalizado e cerebral* que outras formas de fazer rir), justifica:

Para nós o humor está indissolúvelmente ligado ao riso e é apenas o riso que diferencia o humor de outras formas de análise crítica do homem e da vida; de outras formas de rebelião contra o estabelecido, o controle social e o impedimento dos prazeres e o conseqüente desequilíbrio e reestruturação do mundo sociocultural; de outras formas de revelação da verdade e da criatividade (TRAVAGLIA, 1990, p. 66).

Afirma que o humor pode não ter compromisso com o “riso audível” (risada ou gargalhada), mas que tem compromisso com o riso provocado por qualquer mecanismo humorístico. Travaglia admite, todavia, o fato de que “o humor gerado dentro da indústria do lazer dos meios de comunicação de massa terá um compromisso maior com o riso aberto[...], uma atividade profissional e profissionalizante em cima do humor” (TRAVAGLIA, 1990, p. 66-67). Esse autor lembra ainda que, numa visão sociológica, é necessário destacar alguns pontos básicos:

Sabe-se que o humor desempenha na sociedade um papel social e político através de certas funções, uma das quais é básica: o ataque ao estabelecido, à censura, ao controle social, fazendo do humor o lugar de escapar à cultura (o que é social mas também antropológico), de mostrar outros possíveis padrões escondidos. Face a isso, pode-se descobrir quais as repressões de uma sociedade estudando o humor, o que parece ainda não ter sido feito, pelo menos no Brasil (TRAVAGLIA, 1990, p. 59).

Ele lembra a importância da questão dos estereótipos e ainda o fato de que o enunciado humorístico depende muito do contexto. Concordamos com esse último ponto, mas discordamos do anterior, por acreditarmos que há piadas que conservam o humor, quando se substitui o estereótipo por outro personagem neutro, sem quaisquer conotações étnicas ou de classes.

Raskin, em artigos publicados em 1985 e 1987, propõe que sua teoria semântica dos *scripts* seja aplicada ao humor e, ao afirmar que o texto humorístico apresenta dois *scripts* opostos, deixa evidente a semelhança de sua proposta com a teoria da bissociação de Koestler (1964), embora não faça qualquer referência a esse último — razão da crítica que lhe é endereçada por Norrick (1986a), em resenha feita ao livro daquele.

Em seu livro “*Le rire, suite*”, Fourastié (1983), tentando entender o papel do riso no psiquismo humano, além de inventariar as várias formas de riso, relaciona o riso com a percepção das realidades sensíveis pelo cérebro, fala das condições do riso, fala do papel das emoções (conflito, prazer) e do sentimento de jogo trazidos pelo riso, e, finalmente, apresenta ao leitor a sua proposta de que o riso nasce de uma “ruptura do determinismo”.

Os estudos de humor no Brasil se intensificaram a partir dos anos noventa, com o humor servindo de tema tanto a artigos quanto a teses. Há, especialmente, dois autores que se destacam nessa área: Possenti e Travaglia. O primeiro publicou um livro sobre o assunto, analisando piadas sob vários ângulos, entre os quais, aspectos gramaticais.

Travaglia publicou uma série de três artigos: de 1988 a 1991. Em “Uma introdução ao estudo do humor pela Linguística” (1990), fez uma análise detalhada das várias abordagens sobre o humor por estudiosos de diferentes áreas. Em artigo de 1991: “O que é engraçado — categorias do risível e o humor brasileiro na televisão”, o autor, a partir do estudo de um *corpus* de textos humorísticos da televisão brasileira, distinguiu o humor por categorias e é em relação à categoria “o que provoca o riso”, que fizemos a primeira parte de nossa pesquisa sobre o humor (CURSINO-GUIMARÃES, 2001).

Reservamos para o final a proposta teórica de Suls, embora a mesma seja datada de 1972, porque, em seguida, abordarmos a teoria de Yus Ramos, baseada na proposta teórica do primeiro, denominada “incongruência/resolução”, que, numa postura diversa da maioria dos autores, procura explicar o mecanismo do humor sem considerar que a interpretação acaba com a descoberta da incongruência. Yus Ramos parte da teoria de Suls e adapta-a à Teoria da Relevância.

Numa visão geral, este capítulo poderá parecer relativamente eclético, ao abordar propostas teóricas diversificadas e, aparentemente, nem sempre relacionadas. Especialmente dedicado às teorias sobre o humor, ele está organizado de acordo com as contribuições que consideramos mais expressivas a este estudo e respeitou, apenas inicialmente, a ordem cronológica dos trabalhos desenvolvidos, apresentando os estudos de Bergson (1900), Freud (1905) e Koestler (1964). Aproximamos depois os trabalhos dos autores, não por ordem cronológica, mas pela necessidade de comparação de aspectos de suas teorias. Assim, na sequência, num título que abrangia as teorias que admitiam a confrontação de dois planos no texto humorístico, veio, inicialmente, Olbrechts-Tyteca (1974), cujo conceito de “dissociação” parecia contrapor-se à noção de “bissociação” proposta por Koestler. Além do interesse da comparação dos dois conceitos, o trabalho da autora trouxe um dado de interesse especial para nosso estudo: a noção de “duplas filosóficas”. Em seguida, entretivemo-nos com

autores variados, que se debruçaram sobre o conceito de “incongruência” — resultado do choque dos referidos planos —, para buscarmos, em analogia com este tópico, os questionamentos sobre a causa do riso. Esse item nos conduziu ao problema da violação de regras sociais e à “ruptura do determinismo”, enfocadas respectivamente por Eco (1984) e Fourastié (1983) e que parecem vir imbricadas com o fenômeno da incongruência. Os autores focalizados a seguir foram Raskin (1985), dos quais foram analisadas as propostas de estruturação da piada e os conceitos equivalentes de “gatilho” e “disjuntor”. O estudo dos operadores de mudança de *scripts* (planos) da teoria de Raskin — dois, segundo ele: a ambiguidade e a contradição — levaram-nos à discussão dessa questão e ainda do problema da ocorrência de mais de um gatilho, em textos longos. Encerrando a lista de autores que, ao trabalharem com dois planos, propuseram que a incongruência encerrava o texto humorístico, apresentamos os “mecanismos criadores de riso”, conforme Travaglia (1991) e apresentamos uma análise desses mecanismos feita por nós (CURSINO-GUIMARÃES, 2001), submetendo-os ao mecanismo da bissociação de Koestler. Vieram em seguida os autores que partiram da “incongruência/resolução”, proposta por Suls (1969): a análise desenvolvida por ele e, mais tarde, adaptando sua teoria à Teoria da Relevância (de Sperber e Wilson, 1986), o trabalho de Yus Ramos.

Esses dados, aparentemente aleatórios, ganharão unidade, quando, preferindo uns e justificando a escolha de outros, chegarmos a uma conciliação dos aspectos considerados mais pertinentes dessas teorias, o que nos possibilitará sugerir um modelo característico do gênero textual “piada”.

2.1 Os precursores do estudo do humor: Bergson e Freud

Todo estudo de humor seriamente conduzido não ignora atualmente as contribuições de Bergson e de Freud. Ainda que se tenha notícia de outros trabalhos na área, essas duas obras tornaram-se “marcos”, a primeira, pela abordagem social dada à questão e a segunda pela abordagem psicológica.

Há trabalhos que precedem os desses autores (inclusive autores por eles citados), entre os quais: Aristóteles, Lipps, Jean-Paul. Mas o prestígio que a história (e o mérito de seus trabalhos) lhes conquistou fizeram-nos nomes obrigatórios em qualquer estudo de humor — o do filósofo Bergson, voltado para aspectos sociológicos; o de Freud.

2.1.1 A teoria do riso em Bergson

Bergson publicou, em 1900, seu livro “*O Riso*”, no qual se propunha a determinar os procedimentos de fabricação do cômico.

Sua teoria é considerada uma teoria da superioridade, desde que aquele que ri — a sociedade como um todo — pretende, com o riso, castigar e, com isso, corrigir certos “defeitos” de comportamento que não se adaptam aos do grupo. Para o autor,

o que a vida e a sociedade exigem de cada um de nós é a atenção constantemente alerta, que distingue os contornos da situação presente, é também uma certa elasticidade do corpo e do espírito, que nos obriga da mesma forma a nos adaptarmos a ela. *Tensão e elasticidade*, eis as duas forças complementares uma da outra que a vida coloca em jogo. [...] A sociedade quereria um esforço constante de adaptação recíproca. Toda rigidez do caráter, do espírito e mesmo do corpo, será então suspeita para a sociedade, porque ela (a rigidez) é sinal possível de uma atividade que dorme e também de uma atividade que se isola, que tende a afastar-se do centro comum em torno do qual a sociedade gravita, de uma excentricidade, enfim (BERGSON, 2002 [1900], p. 16).

A sociedade exige, pois, de seus membros, a maior flexibilidade e a mais alta sociabilidade possíveis. Opondo-se à elasticidade e à sociabilidade, ocorreria a rigidez que, conforme o autor é o cômico e para o qual o riso é seu castigo. É por essa razão que Bergson (2002, p. 10) destaca o fato de que “a insensibilidade acompanha de ordinário o riso” e, desta forma, o riso não tem inimigo maior que a emoção. As pessoas só riem do defeito de outros se não sentirem algum tipo de emoção a esse respeito: compaixão, empatia, ou mesmo ódio. Adotando o critério da emoção, o autor separa essas deformidades em dois grupos: aquelas que a natureza orientou rumo ao risível e aquelas que se afastam completamente do risível. De acordo com esse critério, seríamos levados a acreditar que, no segundo grupo, encontram-se as deformidades que independem da vontade do indivíduo e que, por essa razão, envolveriam compaixão ou, no mínimo, respeito. Entretanto, Bergson (2002, p.17) parte da afirmação de que “pode se tornar comédia toda a deformidade que uma pessoa bem conformada conseguiria falsificar” e cita, como exemplo, a figura de um corcunda, que seria vista como de um homem que persistisse num mau jeito, fazendo seu corpo “caretear”. Cita ainda como exemplo o fato de um negro ser visto como um branco disfarçado. Como o riso decorreria da surpresa, justifica tal “raciocínio”, dizendo que “há pois uma lógica da imaginação que não é a lógica da razão” (BERGSON, 2002, p. 35). Seus exemplos provam o quanto a visão do

cômico está ligada ao social, porque, no mundo atual, com as campanhas de inclusão, as reações contra outras etnias não são mais as da época do autor.

Segundo Bergson (2002, p. 10) “não há cômico fora do que é propriamente humano” e, se alguns filósofos já haviam apontado que “o homem é um animal que ri”, Bergson acrescenta: “o homem é um animal que faz rir” (Idem) — o que completa a questão do risível: a comicidade só ocorre no homem e só parte do homem. Para quem objetasse que se pode rir, por exemplo, de um chapéu extravagante, o autor explica que o que provoca o riso não é a “coisa em si” (o chapéu), mas o que o liga às atitudes do ser humano. O chapéu só é considerado extravagante, se tiver por referência um outro, considerado “normal”. Da mesma forma, se uma pessoa cai, o que faz rir não é o tombo em si, mas “a mudança brusca de atitude” ou o que há de involuntário na mudança: “o que há de risível neste caso é uma certa *rigidez mecânica* ali onde se desejaria encontrar a maleabilidade atenta e flexibilidade em uma pessoa” (BERGSON, 2002, p. 13). Concordamos com o fato de que o risível é justamente o inesperado da mudança ocorrida, mas discordamos de Bergson, quando funde num mesmo fenômeno a “rigidez” e o tombo, porque acreditamos que essa rigidez (ou “distração”) propicie a falta de previsibilidade que tem, no tombo, a sua consequência. Ele acrescenta que, desde que há uma circunstância exterior que determina tal efeito, o cômico deve ser considerado “acidental”, além de ser inconsciente. Voltaremos a este último ponto, quando apresentarmos a teoria de Freud.

Os defeitos apontados por Bergson seriam ocasionados por uma falta de adaptação, que se manifestaria como “algo mecânico”, como ocorre nos casos em que a pessoa, por distração, deixa de agir da maneira que o grupo espera, ou seja, com uma postura “flexível”, adaptando-se mesmo a situações inesperadas. A sociedade espera essa constante (re)adaptação do indivíduo, de forma que as pessoas acompanhem, de forma “natural”, o progresso, cujas mudanças geram cobrança de novas atitudes em relação aos outros — de modo a perpetuar uma certa “coerência” de comportamento do grupo. A vida e a sociedade exigem das pessoas uma flexibilidade gerada pela necessidade de uma atenção constante às regras que o convívio social estipula e, ao mesmo tempo, uma certa “elasticidade de corpo e de espírito” para estar em constante adaptação às mudanças. O cômico resultaria, pois, de qualquer coisa de mecânica calcada nos seres vivos, substituindo a elasticidade de comportamento que se espera de quem vive em sociedade. Na expressão usada pelo autor — “mecânico incrustado no vivo”, que Bergson (2002, p.23) apresenta como um princípio geral de sua teoria, ele destaca uma relação entre duas representações: “uma viva e socialmente adaptada, outra, mecânica, ou seja, feita de rigidez ou de desatenção” (BERGSON, 2002, p.

13). E conclui que “esta inflexibilidade da vida na direção do mecânico é a verdadeira causa do riso” (Idem).

Partindo desse princípio, o autor analisa os meios pelos quais o cômico se manifesta. Sua análise passa do cômico das formas para o dos gestos e dos movimentos, depois aborda o cômico de situações, o cômico de proposições e, enfim, o do caráter.

Para explicar o cômico nas atitudes e nos movimentos em geral, propõe que seja buscada uma de três direções principais nesse processo. A primeira direção seria a do *falseamento da maleabilidade* provocado por uma tentativa desajeitada de seguir as linhas de uma imagem viva, efeito alcançado por um mecanismo inserido na sociedade ou pela regulamentação automática da sociedade, obtendo “uma imagem vaga de uma rigidez qualquer aplicada à mobilidade da vida, tentando desajeitadamente seguir suas linhas e falsificar-lhe a flexibilidade” (BERGSON, 2002, p. 23), casos em que o disfarce tem um papel notável. Cita, como exemplo, um nariz adunco, que é cômico, porque parece um nariz “normal” que tivesse sofrido uma distorção; cita as modas de roupas que, depois de ultrapassadas, tornam-se cômicas. Da mesma forma, o lado cerimonioso da vida social encerra um cômico latente, pois há um comportamento artificial, tentando imitar a flexibilidade da vida real; há os casos em que a própria natureza apresenta-se “disfarçada”, como, por exemplo, um cão tosado pela metade, um jardim com flores artificiais, entre outros.

A segunda direção apresentaria, como efeito cômico, a do *mecânico incrustado (calcado) no vivo*³², o ser vivo, nesse caso, tratando-se de um ser humano, uma pessoa. Refere-se ao efeito provocado pelo fato de o corpo vivo se enrijecer como máquina. Os exemplos mostram o contraste da alma atormentada pelas barreiras do corpo. Lembra o dito de Napoleão sobre o fato de ser possível passar facilmente da tragédia para a comédia, pelo simples fato de assentar-se (os heróis de tragédias não se assentam, não comem, não dormem...). Outro exemplo seria o do seguinte trecho de uma oração fúnebre citada por um filósofo alemão: “Ele era virtuoso e redondo” (BERGSON, 2002, p. 32), em que nossa atenção é bruscamente desviada da alma para o corpo. Da mesma forma, o exemplo de um orador (em textos de Labiche) que interrompe por vezes as mais belas frases de seu discurso para se queixar da dor de dente.

³² Parece estranho apresentar o “mecânico calcado sobre o vivo” como um princípio geral do cômico e depois como uma de suas formas de manifestação. Nós o fizemos, para mantermo-nos fiéis à obra que apresentamos, observando, no entanto, que, embora não seja esse o único ponto que nos provocou questionamentos, não é nosso intuito desmerecer o estudo de Bergson: ao contrário, ainda que não concordemos com o autor em certos pontos, pretendemos justamente mostrar os aspectos positivos de uma das obras pioneiras no estudo do humor, extraíndo dela aspectos que amparem nossa pesquisa.

A terceira direção apresenta-se como uma variante da segunda: “rimos todas as vezes que *uma pessoa nos dá a ideia de uma coisa*”. Um exemplo é (em “D. Quixote”) o do personagem Sancho Pança que cai numa cobertura e é lançado como uma bola; ou do barão de Münchhausen que se torna uma bala de canhão e é arremessado no espaço; ou ainda (em exemplo citado de Labiche) o personagem do senhor Perrichon que, subindo no trem, para assegurar-se de que não esqueceu nada, conta seus pacotes: “Quatro, cinco, seis, minha mulher sete, minha filha oito e eu nove” (BERGSON, 2002, p. 32).

Para explicar o cômico em ações e situações, Bergson retira exemplos da comédia clássica e destaca três procedimentos que permitem efeitos reversíveis e peças intercambiáveis, ou seja, efeitos que propiciam uma *mecanização* da vida. Estende depois as características encontradas no teatro para o que ele denomina de “procedimentos reais e possíveis de comédia” (BERGSON, 2002, p. 42), ou seja, aplicáveis à vida (embora os exemplos continuem a ser tomados de peças teatrais) e que parecem reproduzir os jogos infantis. São eles: a *repetição*, a *inversão* e a *interferência de séries*.

Considerando esse último procedimento como de maior interesse, repetimos a definição que lhe dá o autor: “Uma situação é sempre cômica quando pertence ao mesmo tempo a duas séries de acontecimentos completamente independentes, e que ela pode ser interpretada por sua vez em dois sentidos bem diferentes” (BERGSON, 2002, p. 45).

Ele cita o quiproquó como o exemplo que considera mais adequado. Entretanto, se sua definição para a “interferência de séries” mostra-se bastante clara, a explicação que o autor nos dá ao aplicar esse conceito ao quiproquó provoca dúvidas: “o quiproquó é com efeito uma situação que apresenta ao mesmo tempo dois sentidos diferentes, um simplesmente possível, o que os atores lhe emprestam, o outro real, o que o público lhe dá” (BERGSON, 2002, p. 45). Tem-se a impressão de que ele considerou a “situação global do quiproquó”, encenada no palco, em oposição à “situação” dos espectadores, considerados “verdadeiros”, enquanto seres empíricos. Dessa forma, fica-se com a interpretação de ele haver tomado como *aparente* a ficção que era encenada no palco e, como *realidade*, a situação real da plateia que observava a ficção encenada. Se tal devesse ser a interpretação pretendida, o resultado seria o de se detectar apenas distinções entre pontos de vista: o dos personagens (série fictícia) e o dos espectadores/leitores (série real). Ou ainda, estendendo mais nossa observação: na leitura de qualquer texto de ficção, teríamos, na pessoa do leitor, a série real, enquanto a série aparente ficaria reservada à situação criada no texto. Embora acreditemos que a “interferência de séries” seja a proposta que mais se aproxima da bissociação, não é exatamente a partir do

“ponto de vista” do espectador/leitor que vamos considerá-la e o comentário do autor — enfocado acima — propicia essa dúvida.

Por outro lado, mesmo em outras categorias propostas para situações — como é o caso da *inversão* de papéis —, acreditamos reconhecer o procedimento da *interferência de séries*. É o que ocorre no exemplo (1) seguinte (extraído de nosso *corpus*), em que o réu interpreta a intenção do juiz com base na intenção que ele próprio teria, se fizesse a alguém a mesma pergunta:

- (1) — Gostaria de saber como você conseguiu arrombar o cofre — disse o juiz ao réu.
 — Não vale a pena, meritíssimo — respondeu o réu —. O senhor não ia conseguir fazer o mesmo.

Embora nosso exemplo pareça repetir a oposição apenas entre pontos de vista, parece-nos que as duas séries de respostas possíveis (uma, com base na expectativa gerada pelo senso comum e outra, indo contra essa expectativa) criam uma oposição que faz interferir, na resposta do réu, uma intenção que ele supôs haver na pergunta do juiz e que (ainda que realmente existisse), não seria nunca manifesta. O que nos parece mais adequado a destacar no exemplo é que se trata de duas séries que dizem respeito unicamente à situação criada no texto.

Aplicando hipoteticamente o gênero quiproquó a situações que o propiciam, Bergson sugere a possibilidade de se fazer interferir a situação de um casamento com outra situação bem diferente como, por exemplo, a de um velório. O autor da peça tomaria certos fatos similares nas duas séries e faria com que coincidissem momentaneamente, o que geraria efeitos cômicos. E, ainda que admitamos que o plano da aparência seja apresentado em cena, não concordamos com o fato de que o plano do real deva ser atribuído ao público: é ainda em cena que serão mostrados fatos cuja proximidade com o real possa ser usada como referência, para a plateia distinguir os planos encenados.

A partir do exemplo, a definição de “interferência de séries” volta a parecer adequada e possibilita mesmo que se faça uma analogia com uma piada lida, na qual poderíamos considerar que as situações do casamento e as do velório, que se opõem, causam um choque que provoca o humor. Consideraríamos o público como o leitor/ouvinte, cuja interação seria convocada no momento da interpretação das duas séries que se chocam, mas que não seria responsável pela convocação das duas séries que interfeririam na elaboração do cômico do texto.

Aceitamos, no entanto, a observação de Bergson (2002, p. 45) de que as duas séries levariam as pessoas da plateia a alternarem “entre um julgamento verdadeiro e um julgamento falso; a oscilarem entre o sentido possível e o sentido real; e é este balanço de nossa mente entre duas interpretações opostas que aparece inicialmente na diversão que o quiproquó nos proporciona”. Mas é com base nessa oscilação, que Bergson criticou certos filósofos que estariam cometendo o “engano” de ver, no fenômeno da oposição de dois planos, a própria essência do cômico:

Compreende-se que certos filósofos tenham sido especialmente atraídos por essa oscilação, e que alguns tenham visto a essência mesma do cômico em um choque, ou em uma superposição, de dois julgamentos que se contradizem. Mas sua definição está longe de convir a todos os casos; e, mesmo onde ela convém, ela não define o princípio do cômico, mas somente uma de suas consequências mais ou menos longínquas. É fácil ver, com efeito, que o quiproquó teatral é apenas um caso particular de um fenômeno mais geral, a interferência de séries independentes, e que, além disso, o quiproquó não é risível por si mesmo, mas somente como um sinal de uma interferência de séries (BERGSON, 2002, p. 45).

Se a “interferência de séries” proposta por Bergson pode — como supomos — ser considerada equivalente à “bissociação” proposta por Koestler (1964), da qual trataremos mais adiante, não concordamos com a afirmação acima, desde que admitimos o fato de que outros procedimentos criadores de humor podem ser vistos igualmente como bissociações. A bissociação seria então um mecanismo geral de criação de humor e, admitindo haver equivalência entre ela e a interferência de séries (da mesma forma que o propõe Jardon, 1988, p. 30), consideramos o procedimento da interferência de séries a maior contribuição de Bergson para o estudo do humor.

Supomos ainda que possa mesmo haver, desses filósofos aos quais Bergson se opõe, exemplos que poderiam ser inseridos nesse mesmo procedimento e, da mesma forma, cremos que esses dois julgamentos causados pelo recurso à interferência das duas séries possam ser inseridos nas chamadas “duplas filosóficas”, cuja utilidade maior será para nós a de serem apresentadas com características distintas, a ponto de deixarem clara a presença de dois planos. Voltaremos a esse ponto, ao apresentarmos a proposta de Olbrechts-Tyteca.

Quando Bergson estender o conceito ao cômico da linguagem, faremos uma avaliação mais adequada do conceito “interferência de séries”.

Ao abordar o cômico das palavras, Bergson (2002, p. 47) esclarece: “Há talvez alguma coisa de artificial em fazer uma categoria especial para o cômico das palavras, pois a maior parte dos efeitos cômicos que estudamos até aqui já se produzem por intermédio da

linguagem”. No entanto, ele julga necessário distinguir entre o cômico que a linguagem exprime e o que a linguagem cria: o primeiro admite a tradução para outras línguas, enquanto o segundo, que se deve à estrutura da frase ou à escolha das palavras, seria intraduzível. Acaba por concluir que “o cômico da linguagem deve corresponder, ponto por ponto, ao cômico das ações e das situações e que aquele não é outra coisa senão a projeção do último no plano das palavras” (BERGSON, 2002, p. 50). Ele analisa diferentes formas de exploração do cômico por meio de palavras: seja pela utilização de uma ideia absurda inserida num “molde” de frase consagrada, seja pelo uso do sentido próprio de uma expressão tomado no lugar de seu sentido figurado. Propõe que se retomem as três “leis” que são aplicadas às séries de acontecimentos e sugere que o recurso que ele denomina “transformação cômica das proposições” seja adaptado para os seguintes procedimentos: a *inversão* (quando a frase adquire novo sentido ao ser enunciada em ordem inversa); a *interferência de dois sistemas de ideias* e a *transposição*.

A *inversão* ocorre, por exemplo, quando a frase adquire novo sentido ao ser enunciada em ordem inversa. Um exemplo de inversão (segundo ele, o procedimento menos interessante) seria, por exemplo, numa comédia de Labiche, a fala de um personagem que grita com seu locatário: “Por que você joga seus cigarros³³ no meu terraço?”, ao que o locatário responde: “Por que você põe seu terraço debaixo de meus cigarros?” (BERGSON, 2002, p. 54). Acreditamos encontrar também aí a “interferência de séries”, porque se trata igualmente da visão real (os cigarros serem jogados em um terraço já existente) opondo-se à visão aparente, ou ilusória (construir um terraço sob um cigarro).

Ao tratar da *interferência de dois sistemas de ideias na mesma frase*, observa que esse procedimento é uma fonte inesgotável de efeitos engraçados e que há muitos meios de se obter a interferência, ou seja, de dar à mesma frase dois sentidos independentes, que se superpõem (cita, como exemplo, o trocadilho, os jogos de palavras, explorando, sobretudo, a passagem do sentido próprio para o figurado).

Mas o autor conclui que “a *inversão* e a *interferência* são apenas ditos espirituosos que são transformados em jogos de palavras e que, mais profundo que esses procedimentos, é o cômico obtido pela transposição” (BERGSON, 2002, p. 53).

O *cômico da transposição das proposições*, embora se valha de meios numerosos e variados, consiste, em geral, em transpor a expressão natural de uma ideia em outro tom (o solene usado em tom familiar, em um exemplo; o uso do exagero, em outro). Aplicando a

³³ No Francês, “pipe”, corresponde a “cachimbo” ou “tabaco”. O termo foi adaptado, para maior clareza do exemplo.

transposição a um caso particular, o autor cita uma comédia, na qual o casamento e todas as formas de sentimento são tratados em termos comerciais, como uma negociação. O autor reitera a observação de que tais procedimentos são operações cômicas, aplicadas sobre o sistema flexível da língua (viva).

Uma forma tomada pelo cômico da transposição é a *degradação*, em que “o risível nasceria quando uma coisa antes apresentada como respeitada, é de novo apresentada como medíocre e vil” (BERGSON, 2002, p. 55). Há também a transposição do solene em trivial, do melhor em pior, da mudança de estilos, da expressão de uma ideia desonesta nos moldes de uma ideia honesta; de uma situação, ou conduta, ou trabalho vil representado de forma respeitável, etc. Cita o exemplo de uma peça de Gogol, em que um funcionário mais graduado faz a seguinte observação a um de seus subordinados: “Tu roubas pouco para um funcionário de tua categoria” (BERGSON, 2002, p. 56), no qual se entrevê, segundo o autor, “uma organização moral da imoralidade” (Idem).

Debruçando-se sobre o cômico de caráter (segundo ele, o mais importante de seu estudo), Bergson (2002, p. 61) apresenta três condições essenciais para a criação do risível: *insociabilidade do personagem, insensibilidade do espectador e automatismo*. Assim, toda distração é considerada cômica. E segue-se, pois, que, “a causa da rigidez por excelência é que esquecemos de olhar em volta de nós e, sobretudo, em nós mesmos” (BERGSON, 2002, p. 65). É através do conhecimento próprio que conhecemos a pessoa do outro e, desde que as almas não são “interpenetráveis”, só podemos compreender o outro por meio de uma analogia com o que já experimentamos, a partir de uma observação de sinais exteriores³⁴ a qual, segundo o autor, tem um caráter de generalidade e de abstração, de maneira a atingir o maior número de pessoas. É por essa razão que “a observação cômica parte do instinto para o geral. Ela escolhe, entre as singularidades, aquelas que são suscetíveis de se reproduzirem e que, em consequência, não estão indissolivelmente ligadas à individualidade da pessoa, singularidades que poderíamos chamar de singularidades comuns” (BERGSON, 2002, p. 73). Partindo dessa observação, o humorista estenderia sua crítica a todos os homens, desde que compartilham o defeito tornado cômico.

Considerando o *automatismo*, acreditamos que, se alguém apresenta algum tipo de alienação provocada, por exemplo, por problemas mentais, possa revelar um comportamento automático, sem que tal comportamento seja considerado cômico. Da mesma forma, as pessoas podem mostrar-se insensíveis a qualquer tipo de sofrimento infligido a outros, sem

³⁴ Voltaremos a esse ponto, ao apresentarmos a teoria de Freud para o humor.

considerar cômicas tais situações. Um indivíduo pode igualmente mostrar-se insociável sem também vir a ser cômico — pode, ao contrário, ser considerado violento e até provocar medo. Bergson diz que a “desatenção” se confunde com a “insociabilidade”, que seria a causa da “rigidez” por excelência. Se há, por outro lado, pessoas pouco sociáveis e permanentemente atentas e, por essa última razão, conscientes das maneiras pouco gentis que adotam, há, por outro lado, pessoas extremamente gentis às quais se atribui, sem culpá-las, um comportamento distraído. E, se levarmos em conta a previsibilidade, é provável que não seja o automatismo “puro” que deva ser considerado risível, mas o que ele pode provocar, em termos de imprevisibilidade. Não acreditamos, pois, que o automatismo (que o autor apresenta como sinônimo de “distração”), seja, em si, uma circunstância cômica, mas que ele poderia, a nosso ver, *levar* a situações imprevisíveis. Embora não nos tenha parecido tão evidente, talvez a proposta teórica de Bergson considere as três circunstâncias como condições necessárias, mas numa manifestação necessariamente **conjunta** — todas ligadas à interação entre indivíduos. Por essa razão, ele observa que, “para compreender o riso, é preciso recolocá-lo em seu meio natural, que é a sociedade; é preciso sobretudo determinar sua função útil, que é uma função social” (BERGSON, 2002, p. 12), função que é finalmente apontada como a intenção de humilhar e, dessa forma, corrigir.

Indagando sobre os tipos de comportamentos que, de acordo com a sociedade, precisariam ser corrigidos, o autor questiona a ideia corrente de que os defeitos leves nos fazem rir, indo mais além: afirma que rimos tanto de defeitos leves, quanto de defeitos graves e rimos até mesmo de qualidades quando são apresentadas como viciosas, como a honestidade de Alceste, que se torna risível pela inflexibilidade que lhe é associada. Sobre esse ponto, ele conclui: “Podemos então, admitir que, em regra geral, são exatamente os defeitos dos outros que nos fazem rir — podemos até mesmo acrescentar, é verdade, que estes defeitos nos fazem rir mais em razão de sua *insociabilidade* do que por sua *imoralidade*” (BERGSON, 2002, p.62).

Focalizando os defeitos que podem tornar-se cômicos, diante do critério de sua insociabilidade, o autor conclui que, se o cômico é dirigido à inteligência, pode-se rir de defeitos leves ou de vícios profundos, mas o riso que o cômico provoca pode ser interdito pela emoção. Bergson (2002, p. 62) acrescenta: “*É preciso que ele (o defeito) não me emocione*: eis a única condição realmente necessária (para o riso) ainda que ela não seja certamente suficiente”. E o autor conclui, finalmente, que **a insociabilidade do personagem, a insensibilidade do espectador e o automatismo são as três condições essenciais para o riso — a última condição, implicada nas duas primeiras.**

Bergson reflete sobre as condições necessárias para construir um caráter idealmente cômico, que assim resumimos: ter um defeito profundamente enraizado, em torno do qual gravitam todos os outros vícios (estes atuam como meios de satisfazer aquele defeito maior); que, em todas as suas manifestações, esse defeito seja cômico, seja invisível para quem o tem (desde que o cômico é inconsciente) e visível para o resto do mundo; seja inseparável da vida social e, finalmente, provoque o riso sem escrúpulo, para inspirar uma correção sem piedade. Ele conclui que todos esses requisitos são preenchidos pela vaidade que, segundo Bergson (2002, p. 74), “é um produto natural da vida social, mas que causa embaraço à sociedade. [...] Neste sentido, poderíamos dizer que o remédio específico para a vaidade é o riso, e que o defeito essencialmente risível é a vaidade”.

Após referir-se à afirmação de Théophile Gautier, de que o cômico extravagante é a lógica do absurdo, Bergson admite que vários filósofos do riso defendem uma ideia análoga: a de que todo efeito cômico implicaria contradição de alguma forma “o que nos faz rir seria o absurdo realizado sob uma forma concreta, ‘um absurdo visível’, — ou ainda uma aparência de absurdo, inicialmente admitida, imediatamente corrigida, — ou, melhor ainda o que, por um lado, é absurdo, é, por outro, naturalmente explicável, etc” (BERGSON, 2002, p. 77). Desde que o absurdo, em suas manifestações mais fortes, pode ser associado à loucura, o autor, concordando apenas parcialmente com tais estudiosos, sugere que o absurdo do cômico apresenta traços comuns com um estado que se mostra semelhante à loucura, mas que ocorre em mentes sãs.

Há um estado normal da mente que imita em todo ponto a loucura, no qual são encontradas as mesmas associações de ideias da alienação, a mesma lógica singular da ideia fixa. É o estado do sonho. Ou nossa análise está inexata, ou ela deve poder formular-se no seguinte teorema: *O absurdo cômico é da mesma natureza que a dos sonhos* (BERGSON, 2002, p. 79).

Convém notar que essa proposta teórica ocorre cinco anos antes de Freud lançar seu livro sobre o chiste, obra na qual esse autor faz um paralelo semelhante.

Bergson observa que a lógica do sonho e a lógica do cômico apresentam particularidades comuns: a fusão de ideias que normalmente não se misturam — ou que acabam por assemelhar-se a partir de um ponto comum, obsessões semelhantes (as cômicas e as do sonho), certas contradições e fusões entre elementos distintos, raciocínios extravagantes, estes decorrentes, sobretudo de “interferências de duas séries”, certo relaxamento geral das regras do raciocínio, na construção de uma “lógica” que se esquia das convenções e, justamente por isso, tem um efeito comum aos dois estados: o de descansar-nos do trabalho

intelectual. Talvez a teoria de Bergson não pareça muito exata sobre esse ponto, porque, ao que tudo indica, ele entendeu processo e resultado como um único fenômeno.

Para explicar a analogia, Bergson cita o exemplo de D. Quixote, que vê figuras de gigantes nos moinhos de vento e, por essa razão, luta com eles. Bergson (2002, p. 78) explica esse absurdo cômico: “É uma inversão bem especial do senso comum. Ela consiste em pretender modelar as coisas por uma ideia que se tem, e não em modelar as ideias pelas coisas”.

Reconhecemos, no exemplo, a interferência de séries, em que dois planos se interpenetram, quando observamos que D. Quixote luta com os gigantes (da série ilusória), enquanto seus inimigos da série real não passam de moinhos. O absurdo é gerado por essa fusão.

Há ainda itens da teoria de Bergson aos quais acreditamos dever fazer uma última referência: a repetição de palavras, o procedimento da inversão e a mecanização, dentre outros — elementos relevantes de sua teoria que merecem discussão.

Sobre a **repetição de palavras**, Bergson (2002, p. 22) conclui que tal procedimento não é risível por si mesmo, mas que “ela nos faz rir porque simboliza um certo jogo particular de elementos morais, símbolo ele mesmo de um jogo completamente material”. Parece que a repetição só é cômica se for contraposta a um “fundo”, do qual ela venha a destacar-se — sobretudo se a ideia repetida se opõe à outra, o que pode ser considerado um caso de “interferência de séries”. Concordamos com o autor sobre o fato de que a repetição possa servir ao cômico, mas que, vindo sozinha, não apresenta comicidade. Acreditamos que a explicação esteja ainda no fato de o verdadeiro recurso humorístico ser a interferência de séries, mesmo no caso da repetição. Ocorre que elementos justapostos implicam comparação e, se os elementos comparados sugerem algum tipo de “afinidade” esdrúxula, essa incongruência parece ser o resultado da interferência de elementos de uma série na outra. Assim, numa canção em que os versos finais de cada estrofe fossem sistematicamente repetidos, esse procedimento de repetição tornaria enfático o conteúdo semântico das frases repetidas, mas não causaria, necessariamente, o humor. Entretanto, se a repetição de tais versos tivesse a função de isolá-los da estrofe e contrapô-los a um fundo, com os quais fosse criado um paralelo absurdo, ocorreria inevitavelmente o humor. Para um tipo de falta de raciocínio que este autor classifica como “automática” e cujo humor é criado por um procedimento de repetição, pode ser tomado o seguinte exemplo da obra de Freud (2007[1905], p. 58):

- (2) Um casamenteiro levou um cúmplice encarregado de fazer coro com ele, quando estivesse falando da noiva pretendida e de confirmar, assim, suas alegações. “Ela é empinada como um cipreste”, diz o casamenteiro. “Como um cipreste”, repete o eco. “Ela tem olhos que devem ser vistos”. “Para olhos, que olhos são aqueles!”, acrescenta o eco. “E culta como ninguém!”. “Que cultura!”. “Mas é verdade, ela tem uma pequena corcunda”, admite o casamenteiro, E o eco afirma: “Que corcunda!”

Para o **procedimento da inversão**, o autor cita, entre outros casos, a inversão de papéis numa mesma cena. Conforme exemplos de Bergson (2002, p. 44), “rimos do réu que dá lição de moral ao juiz, da criança que pretende dar lições a seus pais” e que podem ser classificados na rubrica de “mundo invertido”. Acreditamos poder comparar também esse procedimento à *interferência de séries* — semelhança que discutiremos mais adiante, ao apresentar a teoria da bissociação.

Julgamos válida também a colocação do autor sobre o fato de **o riso ser “social”** e constituir-se numa forma de constranger o indivíduo a estar atento para as convenções que lhe são exigidas pela vida em comunidade. Observando nosso *corpus* à luz dessa afirmação, acreditamos igualmente que o texto de humor apresente sempre algum tipo de crítica social, embora não estejamos de acordo sobre o fato de que o defeito visado seja sempre a vaidade. Acreditamos que, ao encerrar sua argumentação de que o defeito visado pelo cômico se encerra na vaidade, Bergson tenha feito a extrapolação de uma proposta que se mostrava antes mais adequada justamente por ser mais abrangente: a de que tanto os defeitos leves quanto os vícios profundos podem ser objetos dos textos cômicos. E, a nosso ver, nem sempre são os defeitos individuais que se constituem no alvo da crítica de uma piada.

Em nossa proposta, consideramos que **o humor decorre sempre da violação de uma “regra do convívio social” (conforme denominação nossa)**, que detalharemos mais adiante. E, ainda que o consenso social recomende tacitamente que — para evitar animosidades —, não se ridicularize uma pessoa vaidosa, não é apenas o defeito da vaidade que é poupado publicamente, em nome do bom convívio com o grupo. Há, além de vários outros defeitos que qualquer pessoa apresenta (individualmente ou em suas relações com outros: familiar, profissional, etc.), aspectos recrimináveis de todos os sistemas nos quais o indivíduo, como “ser social” está forçosamente inserido: o sistema político, social, mesmo o cultural (havendo críticas inclusive ao sistema linguístico), aos quais as regras de bom convívio evitam referir-se. São justamente essas regras, a nosso ver, que as piadas violam.

Consideramos que a proposta básica de Bergson para a obtenção do humor: **a mecanização**, ou seja, a “distração”, seria mais produtiva em termos do aspecto teórico de

explicação das condições do humor, do que a condição proposta por Raskin (1985) de haver “*uma mudança do modo bona-fide de comunicação para o modo não bona-fide de contar piadas*” (entenda-se “bona fide” como “confiável”), desde que esta última implica, em princípio, uma “predisposição” criada no ouvinte para um dado humorístico. Quando ocorre uma piada espontânea, que aproveita uma circunstância do momento real, o riso decorre, a nosso ver, de um mecanismo único: o mesmo mecanismo que leva à deflagração do riso em textos que circulam em “rodas de piadas”. Embora nosso *corpus* seja constituído de piadas registradas em livretos ou sites sobre o assunto, não visamos apenas o humor provocado por textos pré-fabricados: pretendemos estender o mecanismo do humor a situações reais que se apresentam igualmente risíveis. Ainda assim, preferimos considerar esse aspecto sob outro ângulo — nem o proposto por Bergson (a distração) nem o proposto por Raskin (o modo *bona fide*), ou seja, preferimos adotar, como “condição prévia” para a criação do humor, a categoria do “imprevisível” — conforme a teoria do determinismo, de Fourastié (1983), que relacionaremos à “estratégia do intérprete”, uma das teorias que, conforme descrevemos no capítulo I, fornece dados teóricos de apoio à Teoria da Relevância. A razão de nossa escolha deve-se ao fato de a distração poder ser uma das causas do imprevisível, mas, por outro lado, haver situações de imprevistos que independem de distração. Um exemplo destas últimas seria o caso de cair sobre um passante um tijolo do alto de uma construção — fato que, mesmo sendo imprevisto, ainda não poderia ser considerado cômico. E a não-adoção do “modo *bona-fide*” da teoria de Raskin (tal como tem sido interpretado por estudiosos do riso) é o fato de não acreditarmos que tal aspecto teórico se sustente, no caso de “piadas de improviso” (como denominaremos as piadas que ocorrem em situações reais); a menos que a interpretação intencionada pelo autor seja diferente da que normalmente lhe é atribuída.

Um dado positivo a ser creditado ao autor é o fato de ele dizer que é necessário que a frase “carregue um sinal” que sirva de pista para o leitor, ajudando-o a reconhecer o texto cômico. Consideramos tais pistas essenciais na condução do leitor para o efeito cômico, como também para a compreensão (que, no caso, coincidem).

Um outro aspecto da teoria de Bergson (2002, p. 57) que consideramos especialmente de acordo com a proposta que apresentaremos é seu comentário sobre “detalhes”: “Vários autores, Jean Paul entre outros, observaram que **o humor gosta de termos concretos, de detalhes técnicos, de fatos precisos**. Se nossa análise estiver exata, este não é um **traço** acidental **do humor**, onde ele for encontrado, é sua **essência** mesma” (grifos nossos).

Um ponto que defenderemos em nossa proposta é justamente a **escolha de “detalhes”** (às vezes insignificantes) na criação do humor e a proporção de significado que inversamente adquirem no texto humorístico.

Acreditamos ainda que, ao unir a teoria da bissociação de Koestler (1964) à teoria da relevância, possamos apresentar uma proposta de análise do texto de humor.

2.1.2 O humor em Freud

Em obra publicada em 1905, “*O Chiste e sua Relação com o Inconsciente*”, Freud observa que as piadas têm um elemento tendencioso: constata-se nelas uma tendência obscena ou agressiva, que tenta atingir o pudor, as crenças, a ideologia, tendência que é gerada pela repressão a que está sujeito o homem, enquanto ser social. Esta repressão será desinibida pelo riso.

Embora a ideia de repressão esteja, por si, ligada ao aspecto social, Freud, diferentemente de Bergson, que associa o riso especificamente a fatores sociais, direciona seu estudo para o papel do psiquismo na elaboração e compreensão de piadas e o social só é cogitado enquanto relacionado ao psiquismo.

Seu livro focaliza o “dito espirituoso” (expressão que utilizaremos em Português, no lugar de “chiste”) e ele inclui tanto exemplos de pequenas narrativas, quanto piadas no formato *one-liner*, todas no molde das piadas que constituem nosso *corpus*. Por essa razão, apesar de abordarmos sucintamente o trabalho de Freud, pelo interesse que desperta (junto com o de Bergson) como uma das duas obras de maior renome sobre a questão do humor, extrairemos dele apenas os comentários que pareçam pertinentes a nosso estudo. De uma forma mais específica, sintetizaremos a postura de Freud em relação ao cômico e, concomitantemente, verificaremos os aspectos de sua proposta em relação à postura que adotamos: a de considerar “cômico” ou “humorístico” tudo que “faz rir”, referindo-nos sempre ao humor como a reação provocada por algo considerado “risível” ou “engraçado”.

Segundo a teoria geral de Freud, o inconsciente se expressa por meio de quatro fenômenos: os **sonhos**, os **sintomas e perturbações ou disfunções psico-neuróticas**, os **atos falhos** e os **ditos espirituosos**, estes, o tema de seu livro de 1905.

Freud distingue o que é “humorístico”, o que é “espirituoso” e o que é “cômico”, tanto em seu livro de 1905, quanto em seu artigo de 1927 (*O Humor*), mas, nas duas publicações, é diferente o enfoque dado aos três aspectos: no livro de 1905, o realce é dado à

economia de energia psíquica, no artigo de 1927, o humor é analisado sob uma perspectiva do sentimento ou do afeto. Em seu artigo, Freud os relaciona com o mecanismo da mente:

Eis aí o mecanismo genético da mente que é preciso admitir: um pensamento pré-consciente é por um momento abandonado à elaboração inconsciente; a mente seria assim a contribuição que o inconsciente dá ao cômico. Semelhantemente, *o humor seria a contribuição trazida ao cômico por intermédio do superego*. [...] E finalmente, mesmo quando o *superego* se esforça, pelo humor, a consolar o *eu* e a preservá-lo do sofrimento, ele não desmente por isto, sua origem, sua derivação da autoridade parental³⁵ (FREUD, 2007 [1905], p. 212).

Em termos menos técnicos, o próprio Freud propõe “qualificar de *dito espirituoso* todo artifício que desvela um cômico não flagrante”, enquanto o *cômico* propriamente dito se caracterizaria por ser mais explícito (como o exige o agressivo e/ou o obsceno) e o *humor*, — diferente das duas formas anteriores — seria a capacidade de desfrutar o prazer por algo, ainda que sem a participação de um terceiro — interação da qual depende o dito espirituoso ou o cômico. Assim, conforme Freud (2007, p. 179), “o dito espirituoso pode evitar chocar-se com a crítica, desde que ele sabe dissimular a falta de raciocínio, se ele souber revestir-se de uma aparência lógica”.

Nessa obra sobre o chiste, o que Freud destaca em relação a essas três instâncias é a economia de esforço ligada à posterior liberação de energia, esta, responsável pelo prazer (um *sentimento de triunfo*), constituindo-se, assim, o riso, no resultado de um fenômeno econômico, que o autor assim explica “Todo ser humano faz mais ou menos conscientemente uma previsão do instante futuro; esta representação mental do futuro imediato provoca a mobilização de uma certa quantidade de energia psíquica” (FREUD, 2007, p. 15).

Nessa obra sobre o chiste, o que Freud destaca em relação a essas três instâncias é a economia de esforço ligada à posterior liberação de energia, esta, responsável pelo prazer (um *sentimento de triunfo*), constituindo-se, assim, o riso, no resultado de um fenômeno econômico, decorrente de uma mobilização, mais ou menos inconsciente, da energia psíquica gasta com a representação mental feita de uma previsão do instante imediatamente futuro, economia que Freud assim explica:

Assim, de acordo com nossa hipótese, no riso, as condições são tais que uma soma de energia psíquica, empregada até lá em um investimento, pode descarregar-se livremente; ora, se nem todo riso é um sinal de prazer, aquele

³⁵ Cf. Freud (*L'Humour*, 1927, pág. 212): “O *superego* é geneticamente o herdeiro da autoridade parental, ele mantém frequentemente o *eu* sob uma severa tutela, continuando verdadeiramente a tratá-lo como outrora os pais — ou o pai — tratavam a criança”.

que é provocado por uma palavra espirituosa indubitavelmente é um deles; nós nos inclinaremos, pois, a relacionar este prazer à coleta de um investimento anterior (FREUD, 2007, p. 131)

Dessa forma, o cômico tem, com o riso, a particularidade de ser gerado pelo inconsciente e o que distinguiria o chiste (dito espirituoso) do humor seria o riso: no primeiro, seria causado pela economia do custo reservado à inibição; no último, causado pela economia do custo com o sentimento aflitivo (FREUD, 2007, p.265). E aproxima-os o fato de o cômico e o dito espirituoso terem a particularidade de ser ambos gerados pelo inconsciente.

O que ocorre, então é que, diante do desconhecido, o indivíduo armazena uma quantidade extra de energia, que deve ser liberada, como reação. Se o fato ao qual a pessoa deve reagir é breve, a liberação da energia ocorre como uma explosão súbita e, no caso da reação humorística — após uma piada curta —, traduz-se em riso. A esse respeito, Jardon (1988, p. 14) comenta que é essa possivelmente a razão pela qual o humorista “dá à sua expressão a forma de uma queda, que é sempre rápida e, na maior parte do tempo, inesperada”, em razão de o riso ser o resultado de uma economia de energia psíquica que é liberada *rapidamente*.

Devem-se a Freud os conceitos de “tendencioso” e “inofensivo”, termos usados para verificar a predominância de cada orientação nos ditos espirituosos nascidos no inconsciente. Segundo o autor, quando a palavra diz respeito a uma intenção, ela se torna, então, tendenciosa, que é o estágio mais elevado da mente. O tendencioso tem sempre uma noção de agressividade e, segundo Jardon (1988, p. 36), “o locutor dos ditos tendenciosos procura, normalmente, de uma ou de outra forma, chocar o auditório e atingi-lo, seja no seu pudor, seja nas suas crenças, seja em sua ideologia”. Mas, como este caráter tendencioso está relacionado com o cômico, é necessário que a tendência se revele hostil ou obscena para fazer disparar o riso. Originalmente, o riso tendencioso era uma tentativa de sedução, provocado pela necessidade de exibição no homem, visando a provocar um sentimento semelhante (embora passivo) na mulher.

No **riso tendencioso**, a economia de energia é ainda maior que no riso inofensivo, porque “o homem social realmente reprime, quase sem o pensar, as expressões inconvenientes. Uma certa energia é dedicada a esta inibição. Ela se transforma em riso quando a piada permitir uma economia dela; se ela for reutilizada, o riso se apaga” (FREUD, 2007, p. 91).

Ainda que muitos estudiosos de Freud englobem as técnicas por ele propostas em unificação e deslocamento, em seu livro, ele propõe que o **riso tendencioso** serve-se de várias

técnicas: condensação, emprego do mesmo material, duplo sentido, trocadilho, deslocamento, unificação e contradição.

Para Freud, a **condensação** — mesma operação pela qual passa o sonho —, é uma técnica que consiste em fazer a “compressão”, ou seja, a “fusão” de termos primitivos, criando um neologismo que é, ao mesmo tempo, uma palavra composta. Freud observa que, para a leitura, não se trata da compreensão do novo termo como um todo, mas da interpenetração dos dois elementos que o compõem. Ele cita um exemplo de H. Heine, por meio de seu personagem Hirsch-Hyacinthe de Hambourg, quando este descreve, de forma sucinta, suas relações com o rico barão de Rothschild: “Doutor, tão verdadeiro quanto Deus me propicia seus favores, eu estava assentado ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratava sobretudo de igual para igual, de maneira bem *familionária*” (FREUD, 2007, p. 15). Para que os dois termos se soldem, é preciso que eles tenham elementos afins e é o que Freud mostra, representando graficamente a síntese que ele acredita ocorrer no exemplo (os elementos afins estão em negrito, no exemplo):

(3)	FAMI	LI	ERE
	MI	LIONNAIRE	
	FAMI	LIONNAIRE	

Segundo o autor, a nova palavra não é compreensível por si mesma: só a partir do contexto é que se pode compreendê-la e é ela que se constitui no “gatilho” do risível. A condensação (e, segundo Freud, a maioria das técnicas de elaboração do riso) tende(m) a uma economia. Outras formas de condensação podem ocorrer pela utilização integral da primeira palavra, seguida de uma pequena modificação na segunda ocorrência, como no seguinte exemplo: “Traduttore - Traditore!” Vemos, nessa superposição de planos, a técnica da bissociação. E acreditamos que haja, no ser humano um “hábito” de recorrer à bissociação bem mais do que se possa supor — ou seja, não apenas no intuito de elaborar uma narrativa que bissocie no final. Semelhante ao exemplo citado, vemos, por exemplo, num artigo ou num discurso qualquer, alguém dizer “uma quadrilha de políticos”, expressão que toma um coletivo de caráter negativo (quadrilha é coletivo para ladrões ou bandidos) e superpõe duas séries que eram consideradas distintas, associando ao determinante, a característica mais forte do coletivo.

A técnica do **emprego do mesmo material** consiste na repetição de uma palavra inteira ou de alguns de seus componentes, ou pela inversão de algum elemento, como no

exemplo que Freud toma de D. Spitzer: “A dupla X vive bem assentada. No dizer de alguns, o marido teria ganhado muito para se meter sobre veludos; no dizer de outros, a mulher teria se metido em veludos para ganhar muito” (FREUD, 2007, p. 30). Observa-se, no exemplo, que aquilo que se constitui no fim para um não passa de um meio para o outro, mas, além desse duplo emprego, acreditamos que o processo bissociativo, que conduz realmente ao cômico, deve-se ao fato de a alusão trazida ao texto pelo último sentido conseguir, de certa forma, “contaminar” a primeira ocorrência.

A técnica do **duplo sentido** (ou jogo de palavras), de acordo com Freud, “criada pelo sentido real e o sentido metafórico de uma palavra é uma fonte fecunda da técnica da mente”. O autor cita um exemplo criado na época do *affaire* Dreyfus: “Esta moça me lembra Dreyfus. O exército não acredita em sua inocência” (FREUD, 2007, p. 37), em que a palavra “inocência” tem duplo emprego. Um outro exemplo, tomado emprestado de K. Fischer, refere-se ao fato de um dos primeiros atos do reinado de Napoleão III ter sido o de confiscar os bens da família de Orléans, medida a respeito da qual alguém disse: “*C’est le premier vol de l’aigle*” (FREUD, 2007, p. 34) (É o primeiro vôo/roubo da águia), que tem na palavra “vol” o duplo sentido (o que justifica a citação em Francês). A leitura de um sentido não impede a interferência do outro, revelando os dois planos próprios da bissociação.

Outra técnica de elaboração do humor é o **trocadilho**, que Freud (2007, p. 42) assim distingue do “jogo de palavras”:

Enquanto o último [jogo de palavras] reúne dois sentidos em uma palavra idêntica, de maneira que, na maior parte dos casos, os dois sentidos se apresentem em uma única palavra; ao contrário, é suficiente ao trocadilho que as duas palavras sugiram uma à outra por uma semelhança qualquer: semelhança geral em sua estrutura, assonância ou aliteração.

Um dos exemplos de Freud para essa técnica é também extraído de falas atribuídas a Hirsch-Hyacinthe: “Você é muito robusto e eu muito magro, você tem muita imaginação e eu, de forma muito especial, o senso de negócios, eu sou um homem prático e você um diarrético” (FREUD, 2007, p. 71). Observa-se que o termo “diarrético” (em analogia com “diarréia”) é adaptado ao som de “prático”. Há, no exemplo, uma tentativa de aproximar (no plano fonético) elementos que se rejeitam em outro plano: não exatamente o semântico (porque nem mesmo são antônimos), mas o caráter positivo de um, em relação ao caráter negativo de outro.

Na técnica do **deslocamento** — também mesma operação pela qual passa o sonho —, a atenção do ouvinte é deslocada, seja de uma palavra para outra, de uma frase para outra,

ou para uma representação indireta do que se quer dizer. Um exemplo de Freud: “Dois judeus se encontram nos arredores de uma casa de banhos. — Você tomou (pegou) um banho? perguntou um deles. — Como? diz o outro. Então está faltando um?” (FREUD, 2007, p. 45). Percebe-se que o deslocamento tem, na alusão, um de seus recursos. O efeito aqui obtido parece bem semelhante ao da técnica de duplo sentido. Com a alusão, criam-se dois planos e o mesmo material serve a ambos: é o real e o aparente da dupla filosófica amparando a bissociação.

Outro exemplo citado por Freud é o de dois negociantes inescrupulosos que, tendo feito fortuna e querendo impor-se à sociedade, decidiram encomendar seus retratos ao pintor mais caro e mais cotado da cidade. Com as pinturas expostas sobre uma parede, durante uma grande festa para sua inauguração, os dois esperavam que um crítico presente fizesse um comentário admirado. Este, indicando o espaço entre os dois retratos, perguntou: “Onde está o Salvador?” (FREUD, 2007, p. 67). A pergunta do crítico é uma alusão ao fato de haver normalmente dois ladrões representados ao lado da figura de Cristo. Novamente a alusão faz surgir um segundo plano e, também nesse caso, o mesmo material serve ao plano novo e ao antigo, de forma bissociada.

A técnica da **unificação** ocorre pelo estabelecimento de uma relação inesperada de reciprocidade entre duas proposições. Seguem-se dois exemplos apresentados pelo autor: (1) “Aqui é a fachada exposta de minha constituição moral, e ela pode apoiar o choque”; (2) “Todo homem possui um *traseiro* moral, que ele não mostra sem necessidade e que ele esconde, tanto quanto possível, debaixo da calcinha do decoro” (FREUD, 2007, p. 77). Freud chama a atenção, no último exemplo, sobretudo para as duas expressões surgidas de uma comparação: “*traseiro* moral” e “*calcinha do decoro*” e comenta que “somos capazes de estender a um conjunto uma característica que só pertence a uma das partes” — é a unificação — e são comparações que muitas vezes, segundo esse autor, associam o abstrato ao mais concreto e trivial. Nesse caso, tem-se a impressão de que o próprio autor entrevê o processo bissociativo, embora não estenda aos outros casos observações similares. Na utilização das oposições “concreto e trivial” versus “abstrato”, há, de certa forma, referência à dupla filosófica “real/aparente”.

A técnica da **contradição** apresenta, na segunda sequência do dito, um elemento que contradiz a sequência anterior, como no exemplo: “Ele tinha um grande futuro atrás dele” (FREUD, 2007, p. 187), que cria um choque entre “futuro” e “atrás”.

Um outro exemplo citado por Freud (2007, p.181) é o seguinte:

- (4) Em uma aldeia da Hungria um ferreiro comete um crime que merece a morte; o prefeito porém decide fazer enforcar não o ferreiro, mas um alfaiate, sob o pretexto de que a aldeia tinha dois alfaiates, mas só um ferreiro e que, por outro lado, a justiça deve ser feita.

Sobre esse exemplo, ele comenta: “Esta espécie de deslocamento da pessoa do culpado para a de um outro está em contradição com todas as leis da lógica consciente, mas, de forma alguma, em contradição com a maneira de pensar própria do inconsciente” (FREUD, 2007, p. 181). É “o emprego de faltas de raciocínio próprias do inconsciente” (idem), que, segundo o autor, revelam um automatismo psíquico. Numa visão geral dos recursos propostos por Freud, acreditamos que a forma mais característica de bissociação ocorra justamente nesses casos, em que a incongruência apresenta-se de forma mais acentuada.

Freud cita um outro exemplo de efeito cômico dessa espécie, na história do caldeirão emprestado que, ao ser devolvido, apresentava um furo. O indivíduo que devolvia o caldeirão alegou primeiro que não o tinha levado emprestado, depois, que o caldeirão já tinha um furo e, por último, que o devolvera intacto. O autor observa a incompatibilidade dos vários pensamentos contraditórios, cada um dos quais, separadamente, toma sua razão de ser, que só existe no inconsciente (FREUD, 2007, p.180).

Para se obter o **riso inofensivo**, são utilizadas as mesmas técnicas dos ditos tendenciosos. A diferença entre os dois tipos, segundo Freud, está na forma de prazer que cada um leva o ouvinte a experimentar. Segundo Freud (2007, p. 88),

quase nunca a mente sem caráter tendencioso faz desatar aquelas bruscas explosões de riso que tornam tão irresistível a mente tendenciosa. Como suas técnicas podem ser idênticas, nós somos levados a pensar que é exatamente em razão de sua tendência que o espírito tendencioso dispõe de fontes de prazer inacessíveis ao espírito inofensivo.

Freud observa ainda que o dito inofensivo não tem a mente como seu próprio fim; ela serve a duas tendências: ou a mente é hostil, condição em que serve ao ataque, à sátira, à defesa; ou a mente é obscena, quando serve à lascívia, desnudando-a.

Freud insere no estudo do cômico a questão dos sujeitos envolvidos no ato comunicativo, que, para ele, são três: “o que faz o dito, o que custeia a inspiração hostil ou sexual, e o ouvinte, que é aquele no qual se completa a intenção da mente que é produzir o prazer” (FREUD, 2007, p. 91). O autor assim explica as relações que têm entre si os três personagens da história obscena:

O impulso libidinoso do primeiro (locutor), não podendo ser satisfeito pela mulher, transforma-se em uma tendência hostil endereçada a esta última (segunda pessoa) e apela, como para um aliado, a um terceiro, que era, primitivamente, seu estorvo. As palavras obscenas do primeiro entregam a mulher desnuda aos olhares do terceiro que, como ouvinte, pode ter a satisfação de sua própria libido, obtida sem nenhum esforço de sua parte e elas agem, assim, como uma forma de suborno (FREUD, 2007, p. 91).

Não é, então, aquele que faz o dito espirituoso que desfruta do maior prazer que o cômico proporciona: é o ouvinte passivo. O autor da piada não ri, seu prazer contentando-se em ser, por tabela, o prazer que ele observa no terceiro.

Diferentemente de Bergson — que vê no riso uma forma com que a sociedade castiga os *desvios* —, Freud só atribui ao riso o sentimento de superioridade quando ocorre o “cômico de situação”, em que fazemos previsões do movimento do outro, baseados em nosso próprio comportamento e, se o outro gasta uma energia superior ou inferior (nunca a medida exata) à energia que despenderíamos em tal ato, há um resultado humorístico.

Vemos que, parcialmente, ele concorda com Bergson, quando este propõe (Cf. já citado) que é através do conhecimento próprio que conhecemos a pessoa do outro. Ele analisa outros casos em que — seja por distração, seja apenas por falta de previsão (fatores que ele apresenta como distintos) — a energia despendida é excessiva, o que causa o cômico. Em razão disso, Freud (Cf. Lipps e outros) defende que é o *contraste quantitativo* (a quantidade de energia reservada e a quantidade liberada) — mais que o *contraste qualitativo* — que caracteriza o cômico: nossa reserva de energia independe do objeto esperado, é pela tensão acumulada segundo a previsão que ele se caracteriza. Talvez esse dado possa, a nosso ver, explicar as piadas que exploram detalhes muitas vezes insignificantes e que, ainda assim, tornam-se intensamente humorísticos.

Entretanto, Freud discorda de Lipps, que acredita que todo prazer cômico pode se reduzir, sem exceção, à expectativa gerada para ele. Para Freud, o cômico deve ser avaliado pela natureza dos recursos dos quais se dispõe para produzi-lo e por meio de uma comparação. Acreditamos que os dois autores possam estar se referindo a fenômenos que não devam ser abstraídos um do outro: supomos que a natureza dos recursos na produção do texto humorístico seja utilizada justamente na criação da expectativa gerada para ele e a importância do contraste por meio do qual o humor é gerado deva-se exatamente à criação de uma expectativa excedente, que supera a resolução encontrada pelo humorista. É esse um dado que também ampara, a nosso ver, a importância que atribuímos aos detalhes e sobre o qual adotaremos (conforme vimos insistindo) a Teoria do Determinismo, proposta por

Fourastié (1983) — a ser tratada ainda neste capítulo — e a Teoria da Relevância (apoiada na estratégia do intérprete), teorias sobre as quais discorreremos no capítulo anterior.

Como expusemos acima, por valorizar o contraste sobretudo no aumento de energia a ser liberada, Freud (2007, p. 136-137) rejeita o fato de que muitos autores consideram o “contraste de representações” como a característica essencial do dito espirituoso, afirmando que há, nesse contraste, apenas um meio de reforçar o efeito desses textos. Como optamos por aceitar a bissociação (proposta por Koestler, 1964) como o mecanismo básico na elaboração do humor, e como vemos na bissociação também um “contraste de representações”, discordamos do autor em relação a esse ponto.

Um aspecto em que Freud concorda com Bergson é ao afirmar que o riso tendencioso exige a insensibilidade de quem ri: “Vimos que o desenvolvimento do afeto é o obstáculo mais sério que pode encontrar o cômico” (FREUD, 2007, p. 193), ponto, segundo ele, universalmente aceito (o autor cita a propósito um provérbio alemão: “Tu podes rir à vontade; isto não te atinge” [Idem]). Tal postura, entretanto, não coloca a teoria de Freud entre as teorias de superioridade para explicar o riso, porque o riso é visto como a liberação de um excesso de energia — o que tem como objetivo o benefício do prazer, pura e simplesmente, ou o benefício do prazer a serviço da agressão.

Freud discorda abertamente de Bergson — e mesmo propõe-se a ir mais longe que ele — ao afirmar que a comparação da qual nasce o cômico é assegurada pela evocação de prazeres ou jogos da infância. Sugere que é o bastante que se atinja a natureza da criança de um modo geral, inclusive as aflições infantis. Na verdade, o pai da psicanálise parece abraçar o ponto de vista de Bergson, mas restringindo-o.

Freud afirma distanciar-se de autores cujas teorias consideram as *oscilações de atenção entre representações que contrastam* para explicar o prazer cômico (ponto no qual seu pensamento está em sintonia com o de Bergson, que ele cita em nota de rodapé). Mais uma vez, ele explica tal postura a partir da psique: “observamos que a comparação, que preside ao contraste, determina uma diferença de gasto psíquico que, na ausência de qualquer outra oportunidade de reemprego, está sujeita a ser descarregada e a tornar-se, assim, uma fonte de prazer” (FREUD, 2007, p. 164). A distração teria como causa a elevação do gasto de energia da mente, em detrimento do gasto motor. Assim, “o dito espirituoso usa, por outro lado, algum tipo de artifício para desviar a atenção, oferecendo-lhe, em sua forma, um desvio que mobiliza/cativa essa atenção; durante este tempo, a liberação, assim como a descarga do investimento de inibição podem se executar sem que a atenção coloque ali um obstáculo” (FREUD, 2007, p. 135). Sobre esse ponto, no entanto, sua análise distingue-se da de Bergson:

não se trataria da aparência “mecânica” que este propôs e à qual se relaciona uma forma quase de “alienação” — é, ao contrário, a energia para a concentração monopolizada pela mente, que não deixa que o corpo a distraia de seu esforço. O resultado é que, paradoxalmente, o corpo parece alienado, distraído, mecânico, como pretendia Bergson.

O parágrafo acima leva a supor que um autor viu consequência onde o outro viu a causa, ou seja: Bergson interpretou as manifestações externas como causas do humor, enquanto Freud atribuiu a essas manifestações o resultado do processo de concentração. A estranheza dessas constatações levou-nos a fazer uma distinção que consideramos imprescindível: a “aparente distração” se distancia na concepção de Freud e de Bergson em decorrência do fato de este situar a falta de atenção (o *mecânico*, em sua expressão) no “**objeto risível**”, enquanto Freud se refere à falta de atenção no **ouvinte**. Um trecho que atesta esse posicionamento teórico de Freud ocorre quando, ao incluir a distração entre “técnicas secundárias ou auxiliares” da elaboração do dito espirituoso, afirma: “Trata-se aqui apenas de manter à parte do processo psíquico o excesso de energia de investimento da atenção, no momento em que se **ouve** o dito espirituoso” (FREUD, 2007, p. 192 - grifos nossos). Desde que o “ouvir” pressupõe, naturalmente, não o locutor, mas o destinatário do dito espirituoso, cabe ao humorista criar as condições para provocar essa “distração” no público. Freud procura explicar a diferença entre o conceito de “distração” na sua proposta e na de Bergson (embora não deixe clara essa intenção): supõe-se nos dois interlocutores uma espécie de “empatia”³⁶, que leve o ouvinte do dito espirituoso a “calcular” a energia despendida pelo criador do dito humorístico. Assim, o autor propõe que, quando se trata de liberar a energia em terceiros, haja certas condições que favoreçam uma contribuição à energia de investimento a ser descarregada:

- 1º é necessário estar seguro que o terceiro realmente se canse com este dispêndio de investimento;
- 2º é preciso impedir que, uma vez liberada, esta energia encontre outra utilização psíquica que não seja a descarga motora;
- 3º há vantagens no fato de que esta energia de investimento, destinada a ser liberada em terceiros, seja ainda previamente reforçada, exaltada (FREUD, 2007, p. 133, 134 e 136).

Freud observa que a primeira destas condições estabelece uma das aptidões do terceiro para ser o ouvinte do dito espirituoso, sendo “absolutamente necessário haver entre o autor e o ouvinte do dito uma tal **comunhão psíquica**” (FREUD, 2007, p. 133) que faça com

³⁶ O termo “empatia” está sendo empregado em seu sentido mais trivial e não na forma que o liga a “conhecimento mútuo”, que a Teoria da Relevância critica.

esse último seja submetido às mesmas inibições internas pelas quais passou o primeiro. A força do hábito do ouvinte lhe possibilitaria fazer uma analogia entre o que ocorre consigo mesmo e o que ocorre com o locutor, de forma que o primeiro restabelecesse em si mesmo as inibições às quais a mente do outro recorreu, ao criar o dito espirituoso. Isso se produziria de uma forma que, “desde que o terceiro (ouvinte) ouvisse o espirituoso, a disposição para uma inibição igual seria despertada nele, de forma imperiosa e automática” (FREUD, 2007, p.135). O autor observa que, devido à dificuldade de evitar que as forças de investimento — que se tornaram supérfluas —, sejam empregadas para outros fins (considerando que, no decorrer de nossos processos mentais, nós nos exercitamos continuamente em encaminhar esses esforços para outras vias, de forma a não desperdiçá-los), há recursos de que se vale a piada para evitar que esse problema ocorra (aconteça):

A piada se serve, para este fim, dos seguintes meios: em primeiro lugar ela se inclina para uma expressão mais breve, que exija um mínimo de atenção. E segundo lugar, satisfaz a condição já indicada de ser facilmente compreensível; desde que, se exigisse um maior esforço intelectual, uma escolha entre vários caminhos mentais, ela comprometeria seu efeito, não apenas pelo inevitável esforço psíquico, mas também por despertar a atenção. Mas, além destes meios, usa o subterfúgio habilíssimo de desviar a atenção, oferecendo, na forma de expressão da piada, um atrativo que prenda o leitor, enquanto termina a liberação do bloqueio o qual impedia a descarga final dessa inibição, sem que a atenção lhe ofereça obstáculo. As elipses verbais da piada já preenchem esta função; elas incitam o ouvinte a recuperá-las e conseguem, assim, subtrair-lhe a atenção do processo mental. Mesmo a técnica do enigma, que atrai a atenção para si, é colocada a serviço da elaboração mental. Mais eficazes ainda são as formações de fachadas (aparências) que já encontramos em vários grupos de piadas tendenciosas. As fachadas (aparências) silogísticas superam em captar a atenção, em virtude do trabalho que impõem ao ouvinte. Enquanto nos impomos a obrigação de adivinhar até que ponto esta resposta é defeituosa, nós já rimos; nossa atenção foi surpreendida, a descarga da energia investida na inibição (bloqueio), deixada livre, ocorreu (FREUD, 2007, p. 135).

Sendo imediatamente reconhecida como supérflua ou tardia (atrasada), esta disposição para a inibição (o bloqueio) é, em seguida, descarregada pelo riso.

O autor observa ainda que essas fachadas (aparências) cômicas ajudam, de diversas maneiras, o efeito da piada. Elas tornam possível o automatismo do processo humorístico, ao captar a atenção e ainda facilitam a descarga feita pela mente, ao fazê-la preceder de uma descarga pelo cômico. Entre as técnicas para desviar a atenção e, assim, favorecer o desenvolvimento do processo humorístico, o autor considera mais eficazes as técnicas do deslocamento e da representação pelo absurdo.

Em resumo: **o riso é um processo automático que se torna impossível de ser alcançado, se nossa atenção consciente não estiver monopolizada.** Ainda que leigos na área de Freud, acreditamos entender, nesse subterfúgio usado pelo “dito espirituoso” para distrair o consciente, o mesmo recurso empregado pelo adulto para distrair uma criança (tendo vivenciado as necessidades da criança, esse adulto faz analogia entre o que essa criança sente e o que ele próprio já experimentou). Assim, em um momento de medo ou de qualquer tipo de tensão da criança, o adulto brinca com ela ou conta-lhe histórias, por exemplo. Aplicando a analogia ao processo de compreensão do humor, os desafios linguísticos apresentados por esse tipo de texto (elipses, enigmas, silogismos) mantêm o consciente ocupado, deixando o inconsciente livre para descarregar a energia, segundo a explicação de Freud (2007).

É evidente que a visão do processo de compreensão está sendo apresentada à luz dos processos psíquicos, razão pela qual um linguista não poderia concordar com o riso que “precede” a interpretação do texto e que vem mesmo denunciar que o leitor atingiu a compreensão do humor intencionado pelo autor.

Quando Freud aponta certos recursos — ele os denominou “preenchimento de elipses verbais” — utilizados para desviar a atenção da descarga de energia requisitada pelo dito espirituoso, parece evidente que ele se refere ao fenômeno linguístico da recuperação de inferências, as quais se constituem num item especial de nossa pesquisa e que retomaremos no capítulo III, quando associarmos os aspectos teóricos do humor à Teoria da Relevância. Ali observaremos igualmente o que o autor denomina “fachadas silogísticas”, que, segundo ele, “superam em captar a atenção para o trabalho que elas impõem ao ouvinte” (FREUD, 2007, p. 136). Relaciona-se ainda este tópico com uma outra propriedade que Freud atribui aos ditos espirituosos que “consiste em realizar seu efeito total sobre o ouvinte apenas quando se apresenta para este o encanto da surpresa” (FREUD, 2007, p. 137).

Vemos no recurso às inferências no final do texto humorístico outra utilidade (que igualmente parece caracterizá-lo): o fato de servirem de camuflagem para a crítica contra restrições que a sociedade impõe ao indivíduo e cuja descoberta, justamente pelo fato de essas informações virem implícitas, faz dessa denúncia uma fonte de surpresa e de prazer, que libera o riso. É nosso intuito, continuando com trabalho anterior, no qual propusemos tópicos similares, adotar ainda esses fenômenos observados pela teoria de Freud e, analisar os mecanismos específicos da criação do humor à luz da Teoria da Relevância.

Embora focando seu estudo na explicação psíquica para o mecanismo do cômico, Freud lembra que o homem mantém relações com o mundo exterior e, desde que, “nos processos psíquicos, são representados pelas convenções, as necessidades sociais e mesmo as

próprias exigências corporais do sujeito” (FREUD, 2007, p. 173), estas podem agir como formas de distração da energia que seria dispensada no dito espirituoso. Entretanto, mesmo esses aspectos (sociais) citados pelo autor são abordados, não como causa do “cômico que castiga”, mas em função do desempenho psíquico do indivíduo e, dessa forma, encarados como fatores que interferem negativamente na elaboração do humor, podendo cancelá-lo.

Considerando outra condição requerida para a livre descarga de energia, que é a de evitar que a energia liberada seja desviada para outros fins, Freud propõe que o dito espirituoso não evoque no ouvinte representações que lhe despertem uma emoção especial — ponto em que sua teoria se aproxima da de Bergson. Um outro ponto em comum entre as duas teorias é o de acreditar que o cômico atribuído a animais ou objetos se deva ao fato de serem representados pelo processo da personificação (FREUD, 2007, p. 166).

Um detalhe que aumenta o interesse do estudo do riso feito por Freud é o fato de ele “testar” os exemplos, tentando fazer substituições que extingam o elemento cômico. Um exemplo é justamente o neologismo criado por Heine com o termo “familonário” para o qual Freud (2007, p. 15) faz a seguinte paráfrase: “Rothschild me tratava realmente de igual para igual, de maneira inteiramente familiar, ou seja, tanto quanto é possível a um milionário”. Acrescenta que isso significaria que a condescendência de um rico apresenta algo de *maquiado* em relação a quem ela é dirigida. E o autor observa que, na paráfrase feita, perdeu-se o humor.

Ao citar o fato de que muitos autores consideram o “contraste de representações” como a característica essencial do dito espirituoso, Freud rejeita essa colocação, afirmando que há nesse contraste apenas um meio de reforçar o efeito do dito espirituoso. Como arcabouço teórico de análise, seguiremos a proposta de Koestler (1964), a bissociação, como o mecanismo básico — do qual partiremos — para elaborar nosso modelo para a explicação do humor.

2.2 A oposição de dois planos no humor

Desde estudos mais antigos que se tem notícia (por citação de autores respeitáveis) da visão do texto da piada como fazendo recurso a duas ideias que se chocam, ou se superpõem (no dizer de alguns), aspecto que será especialmente tratado no item relativo à incongruência.

Sem dúvida, a proposta teórica de maior prestígio — afirmação que resulta da observação dos inúmeros estudiosos que aderiram a este autor — é a Teoria da Bissociação, desenvolvida por um jornalista húngaro, chamado Arthur Koestler.

Ainda que autores respeitados na área, como Bergson, tenham sugerido algo semelhante, não o fizeram de maneira tão bem explicitada – inclusive, no caso de Koestler, recorrendo a esquemas com desenhos, para ilustrar a metáfora que utilizou para explicar o processo.

A teoria da incongruência (ruptura do determinismo, ruptura do previsível) parece-nos estreitamente ligada à teoria de Koestler (1964) sobre a bissociação. Quando compara sua própria teoria, a da “ruptura do determinismo”, com a teoria da bissociação de Koestler (1964), Fourastié (1983) chama as duas noções de “noções irmãs”. Este autor fala desta ruptura como algo que “quebra” uma previsão; portanto, a surpresa marca o encontro de uma ruptura.

Iniciamos esta seção com a teoria de Koestler.

2.2.1 Arthur Koestler: a Teoria da Bissociação

Arthur Koestler publicou, em 1964, *The Act of Creation*, obra cujos pontos principais relacionaremos, entremeando-os com comentários nossos. Com esse livro, ele pretendia fazer um ensaio sobre o ato de criação, propondo que toda atividade criativa nos três campos distintos do conhecimento — na descoberta científica, na criação artística e na produção do riso — segue um padrão básico comum, um mesmo tipo de progressão intelectual que é “o ato criativo de pensar **em dois planos**”, diferentemente de outras formas de pensamento que ocorrem **de forma linear**. O pensamento linear equivale, pois, a um pensamento coerente, que se processa em conformidade com uma *regra do jogo*, regras que estariam inscritas em um “código”. O autor explica que, nos testes de associação verbal, o código é formado por uma instrução única. Exemplifica com a instrução de se pedirem os antônimos, caso em que para o estímulo “grande”, a resposta imediata seria “pequeno”. Para uma instrução de pedidos de sinônimos, ao se propor a palavra “grande”, a resposta seria, por exemplo, “amplo” ou “vasto”. Dessa forma, “os testes de associação corresponderiam a simplificações artificiais do processo do pensamento, embora, no raciocínio, os códigos comportem sistemas mais ou menos complexos de regras e de sub-regras” (KOESTLER, 1964, p. 25-26).

Um dos primeiros exemplos do autor é a piada seguinte:

- (5) Chamfort conta que um marquês da corte de Luís XIV, ao entrar na saleta de descanso de sua mulher e encontrá-la nos braços de um bispo, dirigiu-se calmamente para a janela e pôs-se a benzer a multidão.
 — O que você está fazendo? gritou a mulher amedrontada.
 — Monsenhor preenche minhas funções, respondeu o marquês, eu preencho as dele (KOESTLER, 1964, p. 20).

Numa explicação do próprio autor, a piada apresenta uma tensão que cresce, mas essa curva ascendente é bruscamente interrompida pela atitude do marquês, que frustra a expectativa dramática criada pelo texto. O desenvolvimento lógico da narrativa é cortado por essa reação inesperada, criando-se uma espécie de furo por onde a emoção escapa e, ao relaxar-se a tensão, o leitor explode em riso. Os contextos de associação, que Koestler considera dois, apesar de a narrativa apresentar uma única situação, são, segundo ele: o da moral sexual versus a divisão de trabalho (a nosso ver, dois *scripts* ideológicos). Koestler observa que o comportamento do marquês é inesperado, mas ainda adverte que “a surpresa não é suficiente para produzir um efeito cômico. O que há de decisivo no comportamento do marquês é que ele é, além de inesperado, perfeitamente lógico — mas de uma lógica que não é habitualmente aplicada a este tipo de situação”. Enquanto se esperava que o marquês reagisse com algum comportamento coerente com a situação de adultério da esposa, ou seja, alguma resposta que “associasse ação e reação”, o que ocorre é a manifestação de um outro contexto, ou, segundo palavras do autor: “É o choque destes dois contextos de associação, destes dois códigos incompatíveis, que faz explodir a tensão”. Ele utiliza uma figura, para esquematizar, por meio de um recurso visual (KOESTLER, 1964, p. 22), a explicação que se segue (FIG. 4):

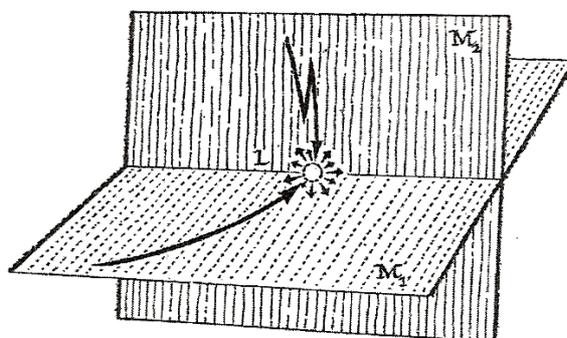


FIGURA 4 - Os dois planos de referência da bissociação
 Fonte: KOESTLER, 1964, p. 22

E Koestler (1964, p 21) assim define o fenômeno:

*É a percepção de uma situação ou de uma ideia L, em dois planos de referência M_1 e M_2 , dos quais cada um tem sua lógica interna mas que são habitualmente incompatíveis. Poder-se-ia dizer que o acontecimento L, ponto de interseção dos dois planos, entra em vibração nos dois comprimentos de onda. Enquanto dura esta situação insólita, L não está simplesmente ligado a um contexto de associação; ele está bissociado com dois contextos. Se forjo esta palavra — *bissociação* — é a fim de distinguir entre o raciocínio rotineiro que se exerce, por assim dizer, sobre um único plano e o ato criador que opera sempre, como o tentarei mostrar, sobre mais de um plano. No primeiro caso, o pensamento iria em uma única direção; no segundo, tratar-se-ia de um estado transitório de equilíbrio instável, dividido entre duas direções, o desequilíbrio que afeta por sua vez a emoção e o pensamento.*

É possível verificar, na FIG. 4, o ponto de interseção entre os dois planos: o ponto L, que liga as duas ideias. O autor propõe mais um esquema (FIG. 5), com o qual pretende indicar as oscilações de uma narrativa humorística entre dois planos de referência. Ele propõe como exemplo o mundo romanesco de D. Quixote em oposição ao grande bom senso trapaceiro de Sancho Pança, dois planos que se interpenetram e levam a atenção do leitor para um e outro esquema de conhecimento, num movimento de vai-e-vem, representado na FIG. 5:

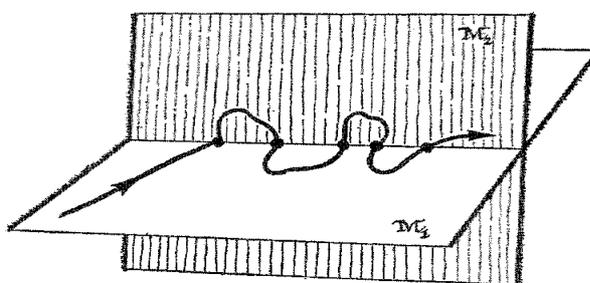


FIGURA 5 - A oscilação do ponto L entre os dois planos de referência.
Fonte: KOESTLER, 1964, p. 24.

O autor observa que, no curso ordinário do pensamento disciplinado, duas matrizes nunca funcionam ao mesmo tempo, o que equivale a dizer que, numa comunicação “previsível”, há sempre uma busca de coerência, evitando-se elementos que não pertençam àquele esquema de conhecimento em foco.

Considerando que, para sua teoria, são indispensáveis os termos “código” e “matriz”, Koestler propõe-se a defini-los, utilizando, como metáfora, a elaboração da teia pela aranha:

A aranha levanta sua teia em pontos de fixação cujo número varia de três a doze, segundo a natureza do terreno, mas os fios radiais cortam sempre as laterais de acordo com os mesmos ângulos, em conformidade com um *código de regras* fixo que está inscrito no sistema nervoso da aranha; e o centro da teia está sempre no centro da gravidade. A *matriz* — a técnica de fabricação da teia — é flexível: ela pode adaptar-se às circunstâncias; mas as regras do código serão obrigatoriamente observadas e impõem um limite à flexibilidade. A escolha dos pontos de fixação pela aranha diz respeito à *estratégia* e depende do meio, mas a forma da teia será sempre um polígono determinado pelo código. O exercício de uma técnica está sempre submetido ao duplo controle: (a) de um código de regras fixo (inato ou adquirido) e (b) de uma estratégia flexível, guiada pelos ajustes ao meio — a “natureza do terreno” (KOESTLER, 1964, p. 24-25).

Embora considere o termo “código” de certa forma ambíguo, o autor justifica sua escolha, explicando sua dupla acepção: por um lado, significa *regulamento*, ao qual é preciso obedecer e cujos exemplos seriam o código automobilístico ou o Código Penal; por outro lado, há ainda a noção que reflete uma propriedade característica do sistema nervoso que comanda todas as atividades do organismo por meio de *sinais codificados*, o que deixa subentendida a existência de um “código” que, semelhantemente ao alfabeto Morse, corresponderia a “uma espécie de linguagem secreta condensada” (KOESTLER, 1964, p. 26). Observa-se, pois, a preocupação com as conotações trazidas pelo termo: a de “norma”, que precisa ser seguida e a de “linguagem”, cujo aspecto convencional é necessário para se estabelecer qualquer forma de comunicação.

Depois de ter cogitado designar esse conceito por “campo” ou “quadro”, os quais abandonou, por considerar o primeiro muito vago e o segundo, rígido demais, Koestler definiu-se pela palavra “matriz”, que ele explica: “o termo ‘matriz’ foi introduzido para designar toda aptidão ou técnica, toda estrutura de atividade regida por um conjunto de regras, que denominamos ‘código’”. Tentando uma explicação mais prosaica, ele compara a matriz com o molde em que se forma tal ou tal substância, ou, em impressão, por exemplo, a peça que recebeu a impressão e lhe dá o relevo por meio da fonte. Não deixa, entretanto, de expor as inúmeras expressões que lhe ocorreram como variantes durante seu estudo, para designar o conceito acima:

Denominei por sua vez os dois planos das figuras 4 e 5 “planos de referência”, “contextos de associação”, “tipos de lógica”, códigos de comportamento” e “universos do discurso”. Empregarei de agora em diante, para simplificar as fórmulas, a expressão “matrizes de pensamento” (e “matrizes de comportamento”). Empregarei a palavra “matriz” para designar

toda aptidão ou hábito, todo sistema de comportamento ordenado, governado por um “código” de regras fixas (KOESTLER, 1964, p. 24).

Assim, a matriz designa toda estrutura de atividade regida por um conjunto de regras, o “código” e a adaptação da matriz ao código é explicada pela comparação assim estabelecida: “todo comportamento ordenado, desde o desenvolvimento embrionário até o pensamento verbal, é governado por ‘regras do jogo’ que lhe dão coesão e estabilidade, mas lhe deixam uma liberdade suficiente para estratégias flexíveis adaptadas às condições do ambiente” (KOESTLER, 1964, p. 81).

Numa analogia com o raciocínio matemático, que obedece a regras específicas — algumas colocadas em ordem hierárquica — adição, multiplicação, função exponencial, etc. —, esse autor lembra ainda que o raciocínio verbal é igualmente submetido a toda uma variedade de códigos específicos. Pode-se, por exemplo, falar da derrota de Napoleão em Waterloo “em termos de “(a) significação histórica, (b) estratégia militar, (c) medicina (estado do fígado do imperador), (d) astrologia”. Cada um desses tópicos (ou sub-temas) corresponderia(m) a “planos de referência”, “universos do discurso”, “contextos de associação”, todas expressões equivalentes ao termo “matriz”. Cabe um comentário sobre estes aspectos teóricos: parece que os diversos aspectos sob os quais a batalha de Waterloo pode ser abordada estão mais em consonância com o conceito de “matriz” do que com o de “código” — se nos ativermos às explicações preliminares do autor. O código, tal como o entendemos, seria a linguagem e os “universos do discurso” os vários aspectos de um mesmo tema: o da batalha.

Aplicando o conceito a piadas, observa-se que todas podem conduzir a “universos” em colisão, ou a “planos” sobrepostos, ou a confusões de “contextos”. Considera-se que cada uma dessas expressões relaciona-se com temas específicos de atividades e deve-se, então, atentar para o fato de que, por mais flexíveis que sejam, são regidos por conjuntos de regras fixas. Acreditamos que este seja um ponto que não nos tenha parecido suficientemente claro — o autor uniu no termo “matriz” tanto o código linguístico, quanto os esquemas de conhecimento armazenados na memória do falante. Atravemos-nos, pois, a interpretar este aspecto de sua proposta, de acordo com teorias que pretendemos conciliar, no final deste trabalho. Se o código para o texto verbal é a linguagem, se as matrizes se referem a “universos do discurso”, ou, como optaremos por denominá-los: “esquemas cognitivos”, temos, então duas classes distintas de regras: as que limitam o esquema cognitivo a um

determinado “campo lexical” (as acepções do vocábulo) e as que limitam o código linguístico em uso, exercendo um tipo de “pressão”.

O autor lembra que a oscilação de uma matriz a outra caracteriza o sonho e seus estados conexos (como ele pretende ilustrar com a FIG. 05) e aplica o fenômeno às Artes e à descoberta científica. Segundo ele, “quando reagem entre si duas matrizes de percepção ou raciocínio, independentes, o resultado é visto como uma terceira matriz: “há uma *colisão*, que resulta em riso, humor; uma *fusão*, que resulta em uma nova síntese intelectual; uma *confrontação*, que é a experiência estética” (KOESTLER, 1964, p. 33).

Acreditamos que Koestler, ao descrever o mecanismo criador do humor, tenha feito uma analogia com o termo “bissociação”, da Física, fenômeno que pode ser sucintamente exemplificado pela experiência feita com um diapasão e uma caixa de madeira, materiais considerados como *dois sistemas*. Cada elemento da natureza é um sistema, o que implica dizer que cada um tem uma frequência³⁷ na qual “gosta” de vibrar. Ao bater no diapasão que, sozinho, tem a frequência da nota musical “lá”, há uma vibração (“uma onda”, segundo os físicos) que produz, conseqüentemente, o som “lá”. Entretanto, ao bater no diapasão preso dentro da caixa, ela também vai vibrar na mesma frequência dele, o que significa que a caixa vai “*entrar em ressonância com o diapasão*”. A conseqüência de forçar os dois sistemas a interagirem é que o som do diapasão (antes só ligeiramente audível) vai tornar-se audível, porque vai ressoar no interior da caixa, a qual, sendo de material diferente, constitui-se em outro sistema. Dito de outra forma: a caixa, que é um primeiro sistema, interagindo com esse outro — o diapasão — vai assumir uma de suas características, ou seja, a frequência desse segundo sistema. A conseqüência dessa interação é o surgimento de um sistema novo, que é o som ampliado. O processo que fez surgir esse terceiro sistema é denominado *bissociação*.

Tomamos exemplos do autor, para compreender o fenômeno da bissociação no campo da Arte e da Ciência, o que ajuda, a nosso ver, a deixar mais claro o conceito, em relação ao humor.

Em relação às Artes, Koestler observa, inicialmente, que a percepção visual apresenta um fenômeno paralelo na relação reversível da figura e do fundo. Ele cita, entre outros casos de “mudanças de percepção inconscientes e frequentemente incontroláveis”, o exemplo de um mosaico geométrico em preto e branco, cujas formas tomam a aparência tanto

³⁷ De acordo com o Dicionário eletrônico Aurélio, a definição de “frequência” é, em Física: “Em um movimento periódico, é o número de oscilações ou de vibrações realizadas pelo móvel na unidade de tempo; número de ciclos que um sistema com movimento periódico efetua na unidade de tempo [símb.: V]”.

de vazio, quanto de relevo. Apresenta um exemplo evidente que era, na época, comum a vários tratados de Psicologia: duas figuras de frente formando os lados de uma taça, que reproduzimos a seguir (FIG. 6).

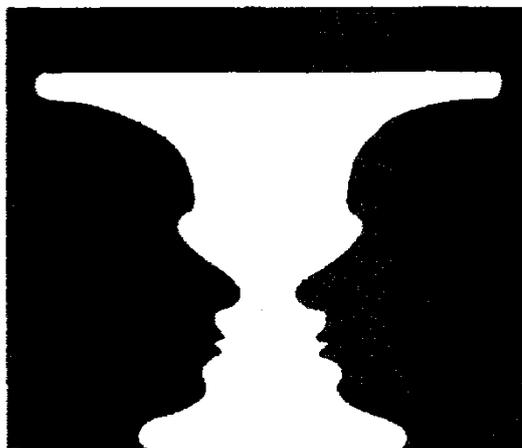


FIGURA 6 - Duas figuras de frente formando os lados de uma taça
Fonte: KOESTLER, 1964, p. 180.

O autor observa que, enquanto domina a figura da taça, os perfis (um frente ao outro) desaparecem; Quando percebemos os dois perfis, desfaz-se a visão da taça. Ele comenta: “As duas matrizes da percepção são recíprocas, e sua alternância parece determinada por processos fisiológicos inconscientes” (KOESTLER, 1964, p. 180).

Essa alternância de percepção do ser humano foi explorada tanto por artistas como pelas pessoas em geral.

E, neste último caso, Koestler cita as “festas saturnais”, que ocorriam na Antiguidade Romana e durante as quais patrões e escravos fingiam trocar de *status*, colocando-se uns no lugar dos outros. Lembra ainda a constante afirmação da unidade dos contrários que é encontrada em muitas religiões e filosofias orientais e conclui que essa tendência de, ocasionalmente, pôr tudo ao inverso, tem no inconsciente profundas raízes que se devem provavelmente às particularidades fisiológicas do sistema nervoso. A manifestação disto está na forma de percepção de figura e fundo. Sobre esse tipo de exemplo, ele já havia antecipado o seguinte comentário:

Os exemplos acima dizem respeito às “constantes visuais”, que nos permitem reconhecer que as dimensões, as cores e as formas dos objetos continuam as mesmas enquanto suas imagens retinianas mudam perpetuamente, assim as sensações têm finalmente elas próprias um sentido. Estas constantes são as mesmas para todas as pessoas dotadas de uma visão normal; elas fornecem os fundamentos sobre os quais podem-se edificar planos de percepção mais pessoais (KOESTLER, 1964, p. 32).

Estabelecendo uma comparação com o exemplo da figura, Koestler diz que ela se insere entre outros exemplos do que ele, por analogia com as festividades citadas, denomina: “saturnais visuais”. Pode-se constatar que o efeito dessa tendência do ser humano manifesta-se na história da Arte: até os últimos pintores de Veneza, a paisagem era percebida como um fundo para a figura, um segundo plano, sobre o qual destacavam-se as personagens. Houve depois uma inversão: eram as figuras humanas que adquiriam um papel secundário.

Na Literatura, há um exemplo citado ocasionalmente por Koestler, referindo-se à obra de Lewis Carrol: “A cada reviravolta, o gato sem sorriso (de *Alice no País das Maravilhas*) cede o lugar a um sorriso sem gato” (KOESTLER, 1963, p. 63). Podemos concluir que, se o ser humano pode imaginar um gato sorrindo, pode, num processo bissociativo, imaginar um sorriso abstraído do gato — é um detalhe que adquire vida própria.

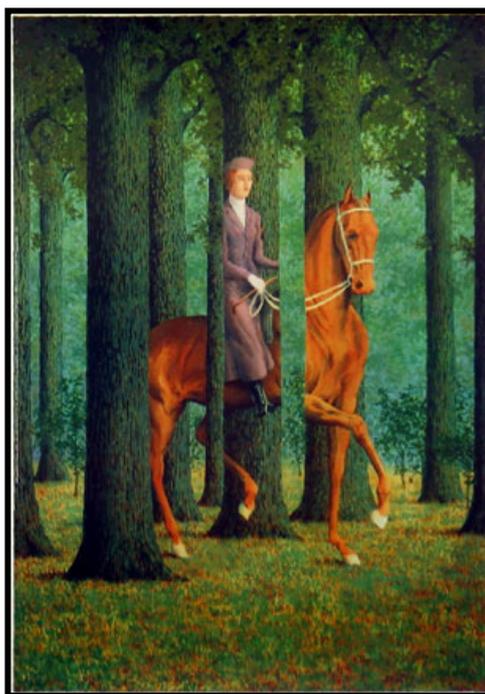


FIGURA 7 - “*Le blanc-seing*” (1965).
René Magritte (1898-1967).

Ainda nas Artes — mais especificamente nas manifestações surrealistas de Pintura — acreditamos que o processo bissociativo seja mais evidente, por essa razão, apresentamos um exemplo não citado por Koestler: o quadro de Magritte, (FIG. 7): “*Le blanc-seing*” (A assinatura em branco, 1965).

Há a utilização de duas matrizes iniciais. Numa associação coerente, o leitor submeteria as duas matrizes visuais à lógica do desenho e distinguiria, na primeira, apenas as árvores (um bosque); detectaria, igualmente, a segunda matriz, constituída pela figura do cavalo com a amazona.

Se a associação das duas matrizes fosse coerente, poderia imaginar cavalo e cavaleira se insinuando entre os troncos de árvores, com sua figura sendo obstruída por árvores do primeiro plano e os dois — o animal e a mulher —, num segundo plano, impedindo, por sua vez, a visão dos troncos que estivessem, atrás deles, num terceiro plano do campo visual. Mas o que o pintor nos reserva é o recurso a uma bissociação: a figura da mulher e do cavalo surgem em um espaço entre as árvores, espaço que seria normal, se a árvore que se situa num plano mais distanciado não tomasse depois a frente dos dois. Em seguida, num espaço onde a amazona e o animal deveriam aparecer, há apenas o espaço pintado entre as árvores. É como se o pintor “zombasse” de quem observa o quadro: a previsibilidade é quebrada pela bissociação.

No campo da Ciência, Koestler comenta que, embora o homem já conhecesse há longo tempo as marés e as fases da lua, embora sempre soubesse que os frutos maduros caem das árvores, nunca ocorreu a ninguém — antes de Newton — combinar esses dados banais, para construir a teoria da gravidade, que mudaria todo o conceito que o homem fazia sobre o mundo.

Entre vários exemplos citados por Koestler no campo da Ciência e das Invenções, citamos a criação da imprensa (considerada uma das maiores invenções de todos os tempos), por Gutenberg. Este, preocupado com a necessidade de se produzirem livros de forma mais rápida (que o antigo entalhamento das palavras em blocos de madeira), observava um dia uma prensa de vinho. Nesse momento, convergiram duas matrizes de pensamento até então desprovidas de relação: uma, associada à prensa de vinho, outra associada ao carimbo — e ele percebeu que era possível adaptar as vantagens de uma à outra. Observamos que, se a ideia de uma prensa com um carimbo acoplado não fosse viável, seria certamente relegada ao campo do humor.

Ainda um outro exemplo de descoberta (causada por bissociação) na Ciência é a pesquisa do papel do pâncreas por Joseph von Mering e Oskar Minkowski, que, após tirarem esse órgão de alguns cachorros, deixaram o material extraído no lugar das dissecações, o que provocou a reclamação do vigia quanto ao fato de o local estar infestado de abelhas. Se a primeira matriz representa o comportamento alimentar das abelhas (busca pelo açúcar); se a segunda matriz representa a fisiologia do sistema digestivo, a bissociação das duas matrizes

permite aos pesquisadores colocar a hipótese de que o pâncreas serve para regularizar a taxa de açúcar no organismo.

Muitas dessas descobertas — Koestler frisa esse ponto — não resultam de uma bissociação consciente. Muitas vezes houve uma busca consciente de uma solução e, justamente quando a tensão era abandonada, quando a mente relaxava (se pudermos dizer assim), é que ocorria a possibilidade de fusão de matrizes que, conscientemente, seriam consideradas incompatíveis. O autor cita um exemplo desse processo narrado por Friedrich August von Kekulé, professor de Química em Gand, que, em 1865, após adormecer, fez uma descoberta que é considerada uma das grandes contribuições para a ciência moderna:

Eu virei minha cadeira na direção do fogo e cochilei. Os átomos continuaram dando cambalhotas diante de meus olhos. Desta vez, os pequenos permaneceram modestamente ao fundo. Meu olhar mental, aguçado por visões repetidas deste tipo, podia agora distinguir estruturas maiores ajustadas; o todo com ondulações e contorções de serpente. Mas súbito, que acontece? Um das serpentes agarrou sua própria cauda, e a forma começou girando de um modo engraçado debaixo de meus olhos. Como em um raio, despertei... Aprendam a sonhar, cavalheiros. (In KOESTLER, 1964, p. 101).

O fato narrado refere-se à descoberta que revolucionou a Química Orgânica: “a ideia revolucionária de que as moléculas de certos compostos orgânicos importantes não são estruturas abertas, mas cadeias fechadas, *anéis* semelhantes à serpente que morde a própria cauda” (KOESTLER, 1964, p. 102).

Pode-se objetar que a manifestação da bissociação na Ciência é diferente da apresentada nos outros dois domínios do saber humano. Embora Koestler não tenha destacado esse fato, na Ciência, constatamos que a bissociação é um processo que precede ao fato, à descoberta científica, e que causa sua realização. Nas Artes e no Humor, a bissociação é “estruturada” no processo artístico ou humorístico, respectivamente, e continua a manifestar-se a cada vez em que a obra de arte ou o texto humorístico são atualizados pela observação/leitura de outra pessoa. Acreditamos, entretanto, que, fruto de uma forma de processamento cognitivo similar, há, nas manifestações das três áreas, a “leitura” de elementos bissociativos.

Centrando-nos novamente na bissociação relativa ao humor, acompanhamos a analogia feita por Koestler entre aquele conceito e o jogo de xadrez. Ele observa que o código ali é a regra que determina os movimentos permitidos, sua matriz é o total de escolhas que se oferecem aos jogadores, as quais são decididas a partir de estratégias que cada jogador escolhe pôr em prática, dentre várias possibilidades que lhe ocorrem como autorizadas.

Finalmente, se um jogador movimentar de forma louca uma torre — de forma incoerente em relação às regras do jogo —, se ele substituir uma matriz mais ou menos previsível por outra matriz, em um movimento totalmente incompatível com as regras do jogo, mesmo no jogo — que não tem intenção de humor —, o efeito produzido torna-se cômico. As matrizes, que são “variáveis” das regras, representam a flexibilidade dentro da convenção estipulada pelas regras do jogo; devem, pois, estar entrosadas com tais regras e, se uma matriz compatível é substituída por outra incompatível, o resultado é uma estranheza, que leva ao riso.

Referindo-se ainda ao pensamento verbal, Koestler cita um exemplo em que os esquemas de conhecimento (conforme designação a ser adotada em nossas análises) referem-se a um mesmo tema, mas tratado sob pontos de vista diversificados. Na verdade, esse autor não faz essa distinção: ele considera apenas que há matrizes diferentes. Cita o exemplo da pena capital, da qual “podemos falar em termos de utilidade social ou de moral religiosa, ou de psicopatologia” (KOESTLER, 1964, p. 29-30) e comenta:

Cada um desses universos de discurso obedece a regras complexas algumas das quais operam no nível da consciência, enquanto outras no inconsciente. Estas últimas são preconceitos e crenças axiomáticas que passam como evidentes, e estão implicitamente contidas no código. Mais implícitas ainda, dissimuladas entre as palavras, encontram-se as regras da gramática e da sintaxe, que são aprendidas menos nos livros que por ouvir. [...] Assim, na conversa, os códigos da gramática, da polidez e da lógica, vulgar ou culta, funcionam inconscientemente.

Os códigos, assimilados pelo usuário, passam a ser utilizados de forma inconsciente, mas, se fosse privado desse código, o indivíduo — além de não poder exercer funções elementares, como andar de bicicleta —, não coordenaria o pensamento, por ter suspensas as leis do raciocínio normal, como ocorre durante o sonho. Assim, as matrizes que ordenam nossas percepções, nossos pensamentos, nossas atividades, são resultado de uma aprendizagem que se condensou em hábito. E Koestler (1964, p. 32) conclui a esse respeito que “o behaviorismo: concepção do homem que o reduziria à posição de um autômato condicionado é exata até um certo ponto”: é no ponto em que ela deixa de ser verdadeira — ele observa — que começa a tese desta sua obra. O autor observa que o ser humano parece ter necessidade de escapar da rotina mais ou menos automatizada do pensamento e do comportamento. Ele menciona, da teoria de Bergson, a ideia do “mecânico incrustado no vivo”, que representa o dualismo entre o espírito e a matéria inerte, ou seja, simboliza o contraste entre as aspirações espirituais do homem e sua carne que pesa, submetida às leis da Física e da Química.

Koestler se espanta com o fato de Bergson não ter percebido que cada uma das situações cômicas citadas poder transformar-se em situação trágica, pela simples mudança de “sentimento” da parte do espectador. Comenta que tanto um homem gordo que se choca contra uma parede, quanto “os personagens da farsa — o avaro, o corno, o gago, o corcunda, o estrangeiro — parecem cômicos, provocantes ou trágicos, de acordo com as atitudes afetivas que eles provocam nos espectadores as quais diferem por humor, cultura e idade mental”.

Não concordamos com a interpretação que Koestler dá para a ideia de Bergson, porque este defende, em toda sua obra, que a emoção é um elemento inibidor do riso, o que nos parece justamente a consideração de dois resultados opostos: na emoção, a vida; na inércia, a rigidez mecânica mais condizente com um autômato.

Comentando ainda os dois tipos possíveis de reação diante de um mesmo fato, esse autor explica:

A mensagem é cômica em um caso, em outro, é trágica. Deve-se a diferença ao caráter diferente das emoções em jogo (malícia, em um caso, admiração compadecida em outro); ela é igualmente devida ao fato de, no primeiro caso, os dois planos de referência se chocarem e fazerem explodir a tensão, enquanto que, no outro, eles permanecem justapostos em uma confrontação trágica e a tensão escorre em uma lenta catarse (KOESTLER, 1964, p. 34).

Dessa forma, “todos os exemplos cômicos podem mudar-se em experiência trágica, ou puramente intelectual, fundada no mesmo tema lógico, na mesma dupla de matrizes bissociadas: é suficiente modificar o clima afetivo deles” (KOESTLER, 1964, p. 33).

Outra afirmação sobre esse ponto é a de que as duas formas de emoção — riso e pranto — são consideradas igualmente inúteis e a tensão gerada por ambas provoca no organismo tensões que exigem sua eliminação. O autor sugere, assim que o riso libera, relaxa a tensão e isso sucede não apenas com a tensão provocada pelo fato que gera o humor: “toda descompressão é agradável, qualquer que seja a pressão ou a opressão prévia: fome, apetite sexual, cólera, angústia” (KOESTLER, 1964, p. 37). Nossa dúvida é se não deveríamos questionar se a *utilidade* do riso e do pranto não seria, pois, a catarse necessária ao alívio das referidas tensões — desde que, mesmo implicitamente, é o que parece estar sendo demonstrado.

Ainda criticando outro aspecto das ideias de Bergson, Koestler comenta que, se para aquele autor as principais fontes do cômico são os atributos mecânicos da inércia, da rigidez e da repetição chocando-se com a vida (cujos exemplos preferidos são o autômato, a

marionete, o diabo na caixa), se a rigidez oposta à flexibilidade orgânica fosse risível por si, “não haveria melhores piadas do que as estátuas egípcias ou os mosaicos bizantinos” (KOESTLER, 1964, p. 34 et seq.). Da mesma forma, “se a repetição automática de um comportamento fosse a condição necessária e suficiente do cômico, não haveria nada de mais engraçado do que uma crise de epilepsia; e para melhor nos divertirmos, só teríamos que sentir o pulso de alguém ou escutar seus batimentos cardíacos” (Loc. cit.). Opondo-se à ideia de Bergson de que “rimos cada vez que uma pessoa nos dá a impressão de [ser] uma coisa”, a ironia desse autor mostra-se ainda mais acentuada na argumentação de que, se considerássemos correta essa afirmação: “não haveria nada mais divertido do que um cadáver” (Loc. cit.). Embora reconhecendo a lucidez do raciocínio de Koestler, acreditamos que Bergson não tenha pretendido tal interpretação, ou, pelo menos, não previu que sua ideia pudesse ser assim compreendida. Na realidade, o que parece ter faltado na teoria de Bergson foi deixar claro o fato de que não é a rigidez em si que é cômica, mas o contraste que ela estabelece em relação ao vivo, ou seja: é o choque das duas “matrizes” que provoca o humor. Acreditamos que isso ocorra quando há previsão de um movimento e, advindo a rigidez, ocorre a ruptura da previsibilidade — que gera a incongruência, a nosso ver, fruto da bissociação.

Koestler coloca a seguir uma questão: por que a reação do ser humano é, em um caso, o riso, em outro, o pranto? E propõe que, em ambos os casos, existe um ingrediente indispensável: uma espécie de “impulso”, por fraco que seja, de agressão ou de medo — ingrediente que ele propõe chamar de *tendência agressivo-defensiva* ou *afirmação de si mesmo* — e que se distingue da *tendência à participação ou à transcendência* — que gera o pranto. No caso desta última tendência, estas emoções heterogêneas têm, como denominador comum, “um sentimento de participação, de identificação, de pertença: o **eu** sente-se fazer *parte de um todo* mais vasto, de uma unidade superior — seja a natureza, Deus, a humanidade, a Ordem universal, ou o *anima mundi*, um elo universal com todas as pessoas vivas, mortas ou imaginárias” (KOESTLER, 1964, p. 40). Ele assim explica essas tendências contrárias:

As emoções em questão são do tipo egocentrista, **agressivo-defensiva**; fundadas sobre o sistema corporal. Ela têm por contrapartida as **emoções de participação, ou auto-transcendentais**: piedade, identificação, êxtase, que são mediatizadas por processos fisiológicos de um tipo diferente e que tendem a apaziguar-se nos prantos. Em geral, nossas emoções são uma mistura destes dois grupos, mas, mesmo no humor mais sutil ou mais afetuoso, é preciso um elemento agressivo, uma gota de adrenalina para desencadear a reação (KOESTLER, 1964, p. 81) (grifos nossos).

Em decorrência do aspecto exposto, sensações como a fome, o medo, a dor, a cólera provocam emoções (provavelmente de caráter negativo) que mobilizam o corpo a serviço das tendências de afirmação de si mesmo. Assim, o riso é a agressão (ou o temor) à(o) qual se rouba sua razão lógica de ser; é o escapamento de uma emoção rejeitada pela razão. Observa que essa tendência existe, mesmo nas formas sutis de humor quando, por ser muito leve e discreta, só pode ser detectada por meio de análise. Lembra a propriedade da expressão de Bergson que considera, como condição para o riso, “uma anestesia momentânea do coração”. Se o que ri observa o outro de forma insensível, o riso está ligado à degradação da vítima do cômico, o que faz desta visão uma teoria da superioridade.

A propósito da “descarga” de emoções, cita Freud, não sem advertir que, antes dele, Herbert Spencer (*Fisiologia do riso*, 1860), foi provavelmente o primeiro a ver no riso um mecanismo de descarga da “energia nervosa” (KOESTLER, 1964, p. 41). Analisando teorias que tentaram explicar o caráter agressivo-defensivo das emoções que levam ao riso, Koestler conclui que a explicação talvez mais importante a esse respeito é a de que “frequentemente as emoções são incapazes de seguir a razão, e que elas se separam uma da outra”. Embora a emoção possa mesclar-se à razão, há circunstâncias em que as duas se dissociam: “A emoção é incapaz de seguir as ideias que passam depressa para uma outra lógica, para uma outra regra do jogo; menos ágil que o pensamento, ela tende a continuar em linha reta” (KOESTLER, 1964, p. 43).

Ocorre, dessa maneira, que a bissociação repentina de um fato mental em duas matrizes habitualmente incompatíveis acarreta a brusca passagem da corrente do pensamento de uma para outra associação. A carga afetiva da narração não pode acompanhar esta passagem por causa de sua inércia e de sua persistência; abandonada pela razão, a tensão encontra uma saída no riso. Por esse motivo, quando a razão domina, não há condição para o riso: é a emoção abandonada pela razão que é descarregada em forma de riso. E esse autor conclui que “o riso é um reflexo de luxo que não pode se produzir senão em um ser cuja razão ganhou uma certa autonomia em relação às pressões afetivas e lhe permite perceber a futilidade de suas emoções, de compreender que fomos enganados” (KOESTLER, 1964, p. 81).

Um ponto que igualmente merece destaque, segundo o autor, é o fato de nossas reações normalmente parecerem quase exageradas, proporcionalmente aos estímulos que as geram: um ruído nos causa sobressalto, um ranger de dentes nos faz arrepiar, transpiramos com o calor excessivo antes de um exame, etc. Segundo ele, essas reações têm,

provavelmente, sua explicação num passado remoto da humanidade, e conservam algo de situações ameaçadoras a que a espécie era submetida, na luta pela sobrevivência. A História (mesmo a história do humor) sugere que haja um certo avanço com relação a essas condições. É assim que a comparação de textos de humor mais antigos com os atuais levou Koestler a comentar que o riso, quando emerge das brumas da Antiguidade, parece brandir um punhal: “ele tem muita brutalidade triunfante, muito desprezo, muita superioridade assentada nos textos da Antiguidade, e em seus julgamentos sobre o riso, indicando que o riso, na origem, era apenas animosidade” (KOESTLER, 1964, p. 38). Parece que o hábito de prevenir-se dos perigos com uma sobrecarga de tensão prevalece entre os seres humanos, como uma espécie de anacronismo que é conservado nas respostas a estímulos banais. Observa que há, provavelmente, outros sentimentos mesclados ao humor (recalcamento do sadismo, do medo, da sexualidade, etc.) ocultos, para que “uma causa ínfima possa desencadear enormes reservas de energia contidas”. Cita Aldous Huxley, segundo o qual, no nível fisiológico, nosso sistema glandular era adaptado ao homem paleolítico e, assim, precisávamos de mais adrenalina, para equilibrar a tensão à proporção de perigos iminentes. Com a evolução da raça, os estímulos não deveriam mais ter uma resposta tão acentuada:

Com a insegurança da espécie diminuindo, os mecanismos de alerta do sistema adrenalino-simpático tornaram-se cada vez mais anacrônicos. Mas nem os órgãos nem suas funções se atrofiaram na medida de sua superfluidade; assim, a evolução biológica do *homo sapiens* (se ela não parou), ela ficou perigosamente atrasada em relação a sua evolução mental. Uma consequência disto é que nossos cérebros são hoje “família dividida” entre fé e razão, em que o pensamento fica embaralhado com a emoção; além do mais, **nossas respostas afetivas tornam-se “exageros do organismo”, desproporcionais às reações biologicamente requisitadas ou socialmente permitidas**, e elas não podem liberar-se conforme suas vias originais (KOESTLER, 1964, p. 48) (grifos nossos).

Ainda assim, parece que houve um momento em que o homem reconheceu que suas emoções eram exageradas, admitiu que eram supérfluas e pôde, dessa forma, reafirmar sua autonomia intelectual. Compreender subitamente que sua emoção é “irracional” foi o primeiro passo do ser humano para a auto-crítica e a capacidade de observar do exterior, o que leva o autor a concluir que “o riso faz soar a liberação do homem: deixando as grades do instinto, ele faz soar sua revolta contra a ideia fixa dos empurrões biológicos, sua recusa de permanecer criatura de hábito submissa a apenas uma e única *regra do jogo*”.

A partir dessas constatações, pode-se tentar compreender por que é o riso e não o pranto a reação para as situações cômicas:

Em determinado momento da evolução, os reflexos de luxo do riso e das lágrimas vieram desempenhar um papel de transbordamento dispondo pelo menos de uma parte de nossas emoções supérfluas. Reflexos gêmeos, seguramente: o riso assumindo as emoções agressivas rejeitadas pelo entendimento, enquanto os prantos facilitam o escoamento das emoções de participação aceitas pelo intelecto (KOESTLER, 1964, p. 49).

Por essas razões, a reação pelo riso e não pelo pranto parece explicar-se pelo fato de o riso ser uma resposta de menor resistência, sendo mais fácil para o organismo ter sucesso em sua tentativa de expulsar as tensões.

Após as considerações sobre a lógica do riso e sobre sua dinâmica afetiva, o autor propõe-se a desenvolver a fórmula proposta para a bissociação, instrumento com o qual ele vê a possibilidade de “dissecar” todas as espécies de humor.

Segundo ele, o método consiste, em primeiro lugar, em determinar a natureza de M_1 e M_2 , nos diagramas (figura 4 e 5), descobrindo o tipo de jogo, a regra lógica que rege cada matriz. Muito frequentemente, essas regras são subentendidas como axiomas: há lugar para de-codificar³⁸ o código. O resto, sob seu ponto de vista, é fácil: consiste em encontrar o “elo”: o conceito — ou a palavra, ou o fato-focal que se encontra bissociado a um e outro dos planos mentais; enfim, definir o caráter da carga afetiva e adivinhar os elementos inconscientes que ela pode conter (KOESTLER, 1964, p. 50).

Na sequência, Koestler aplica a bissociação a algumas formas de textos humorísticos, entre os quais o trocadilho, ditos espirituosos, enunciados com sentido literal e metafórico, a paródia, a sátira, a caricatura, a ironia.

Não cita exemplo para o trocadilho, mas considera que há nele a bissociação de uma forma fonética com dois sentidos: duas correntes de pensamento se reúnem em um conduto acústico (KOESTLER, 1964, p. 51). Parece-nos que ele se referia mais especificamente ao que denominamos “trava-línguas”, do tipo “*Chuva com sol, casa a Raposa com o Rouxinol*”, em que o autor chama a atenção para a existência normal de rimas, mas em que geralmente predominam aliterações (do tipo: “*O rato roeu a roupa do rei de Roma...*”). No trocadilho, conforme o conhecemos, há a repetição de palavras ou de sílabas de uma sequência original, numa nova ordem, mas com efeitos inusitados, como no exemplo: “*Sabe por que a Coca e Fanta se dão bem? Porque se a Fanta quebra a Coca cold*”.

³⁸Mantivemos da forma como registra o texto original de Koestler (1964, p. 50): “dé-coder”.

O dito espirituoso é explicado a partir do exemplo: “O superego é o elemento da personalidade que se dissolve no álcool”. Nesse dito, há um contexto de dissolução (este, a nosso ver, o elemento L, que faz a interseção entre as duas matrizes) que é bissociado: o contexto concreto da química (relativo ao “álcool”) e o contexto metafórico da dissolução dos grandes princípios.

Considera a *sátira* uma caricatura verbal, na qual os traços que o satirista decide destacar, pelo exagero e pela simplificação, são evidentemente aqueles que ele desaprova em um indivíduo ou em uma sociedade. Cita o exemplo de Anatole France: “Neste mundo de perfeita democracia, os ricos, como os pobres, têm o direito de dormir sob as pontes”. O autor extrai desse exemplo conclusões gerais sobre a relação do processo bissociativo e questões ideológicas:

Ali percebemos convenções e preconceitos que havíamos aceitado incondicionalmente, e que faziam implicitamente parte dos códigos que regem nosso pensamento e nosso comportamento. A confrontação de uma matriz insólita revela com uma impiedosa clareza o que não tínhamos sabido ver na penumbra de nossas atitudes; os axiomas tácitos das regras do jogo são arrancados das trevas. O choque bissociativo sacode as rotinas complacentes do pensamento (KOESTLER, 1964, p. 59).

Acreditamos que a bissociação, pela forma como é construída, ou seja, pelo choque que provoca ao criar uma incongruência, deve muito de seu efeito justamente ao fato de revelar preconceitos e críticas sociais que as pessoas se constrangeriam em denunciar em um discurso “sério”.

Koestler afirma que a ironia é uma arma eficaz do satirista, porque, visando a vencer o adversário em seu próprio terreno, “finge admitir suas premissas, seus valores, sua maneira de raciocinar, a fim de expor o absurdo implícito”. Ao citar o exemplo: “*Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros*”, observa que a ironia finge levar a sério o que ela quer ridicularizar; ela entra no jogo do outro, para mostrar que as regras deste são estúpidas e perversas.

O autor lembra que a lista de exemplos poderia prolongar-se indefinidamente, mas que, em resumo, pode-se sempre obter um efeito cômico com a ajuda de duas matrizes, não importa quais, encontrando um *elo* apropriado entre elas e, segundo ele, “acrescentando uma gota de adrenalina”. A presença deste “**elo**” que propicia a ligação das duas matrizes — a linha L que, na figura 4, marca o ponto de interseção — é outro ponto que consideramos

importante a ser destacado. Ao apresentarmos teorias que explicam de outra forma esse dado, voltaremos as colocações de Koestler, para estabelecermos uma comparação.

Koestler adverte ainda que nem é mesmo necessário que as duas matrizes dependam de códigos incompatíveis: “Pode-se obter efeitos cômicos simplesmente confrontando as escalas de operação quantitativamente diferentes, contanto que a diferença de grandezas seja tal que uma das escalas, comparada à outra, pareça passível de ser omitida” (KOESTLER, 1964, p. 52). Dessa forma, um gago pode não ser causa de riso, mas uma imitação de gagueira pode ser cômica. A razão disso é provavelmente o fato de o ator, ao imitar o gago, demorar-se na enunciação de uma sílaba, destacando um elemento que fazia parte de um todo. Ocorre aí o que o autor denomina bissociação da estrutura e da função, ou da parte e do todo. A razão do conflito, nesse caso, é o fato de a parte dependente erguer-se como um todo independente e obrigar-nos a encará-la como tal: “A parte é destacada do todo e monopoliza a atenção, como se ela existisse com pleno direito de entidade estrutural independente, independente de sua função no contexto que lhe dá sentido” (KOESTLER, 1964, p. 61). Faz uma comparação com o paradoxo da centopeia a quem se pergunta em que ordem ela coloca seus pés – o resultado é que ela não consegue mais andar, pois o que ela fazia de forma automática, como uma ação global, tornou-se objeto de uma reflexão analítica, que perturbou o automatismo.

Após estudar diversos tipos de cômico e de aplicar a eles a “fórmula” para a bissociação, Koestler conclui que são os seguintes os critérios que guiam a técnica do humorista: “a *originalidade* (o inesperado); a *insistência pela seleção, exagero e simplificação*; e *economia* (o implícito), que exige extrapolação, interpolação e transposição” (KOESTLER, 1964, p. 81).

Assim, a piada bem elaborada depende, em primeiro lugar, da escolha dos estímulos apropriados, para ter *originalidade*, ou seja, apresentar um dado inesperado, porque o humor depende principalmente do efeito de surpresa, do “choque bissociativo”. E, para causar surpresa a partir de alguma originalidade, o humorista deve saber romper com a lógica estereotipada. O autor lembra a originalidade da resposta de Picasso, na história seguinte:

- (6) Um marchand de quadros (a história é autêntica) compra uma tela assinada “Picasso” e faz a viagem até Cannes, para mostrá-la ao pintor. Este está trabalhando em seu ateliê; lança um olhar para a tela e se pronuncia: “É um falso”. Alguns meses depois, o marchand compra uma outra tela assinada “Picasso”. Ele volta a Cannes; mesma cena: “É um falso”, resmunga Picasso. “Mas, caro mestre, eu mesmo o vi trabalhar neste quadro por vários anos”. E Picasso levanta os ombros: “Eu frequentemente pinto uns falsos” (KOESTLER, 1964, p. 67-68).

Koestler chama a atenção para o fato de que o efeito de surpresa está na medida da originalidade.

Em segundo lugar, vem o critério de manter *insistência*, a qual pode ocorrer por meio de seleção, exagero e simplificação, o que leva o humorista a aumentar o efeito graças a certas inflexões, gestos enfáticos, recurso a acentos (sotaques) estrangeiros ou à gíria, em suma, ao exagero, útil para aumentar o efeito humorístico.

A insistência pode tomar a forma de repetição e é, inclusive, um meio muito explorado por palhaços para piadas geralmente grosseiras, em que a descarga de impulsos sádicos, sexuais ou escatológicos escapam pelas saídas purificadoras do riso — nesses casos, é um meio de produzir e de prolongar esse efeito. O autor admite que a repetição pode diminuir a surpresa, mas, em contrapartida, tem um efeito cumulativo sobre a carga afetiva. Embora a estrutura lógica a cada vez seja a mesma, há uma tensão nova que se precipita facilmente na direção da saída familiar. Vemos aqui uma tentativa de explicação para o humor provocado por piadas repetidas: uma ideia cômica com determinada estrutura lógica pode se transpor indefinidamente, porque a cor local e o acento contribuem para manter a atmosfera; enquanto suas técnicas criam o “suspense”, as repetições facilitam o escoamento das associações rumo a saídas tornadas habituais. Assim, a justificativa para o riso em piadas repetidas é quase o mesmo que para as piadas em geral: deve-se à facilidade com que se obtém o alívio para a tensão. Um exemplo citado pelo autor são as anedotas regionais (sobre belgas, portugueses, etc.) que, embora conhecidas, não perdem sua eficácia (KOESTLER, 1964, p. 67).

Koestler alerta, entretanto, que, fora das formas mais grosseiras do humor e da arte, a insistência não seria suficiente: ela seria mesmo desastrosa. É preciso que ela seja compensada pela virtude contrária: o exercício da *economia* que, tanto em humor quanto em arte, não significa brevidade mecânica, mas informação implícita — seria, mais precisamente, o uso da técnica da insinuação, de maneira que o ouvinte seja levado a preencher lacunas, explicitar alusões e descobrir analogias. O autor observa ainda que a técnica da insinuação provoca tensão, o que é mais um atrativo para o texto de humor e que a piada excessivamente explicada acaba por aborrecer o leitor, ou — como já constatamos — pode mesmo anular o cômico.

Referindo-se a esses recursos, quando usados pela comunicação de massa, comenta que a insistência e a insinuação são técnicas complementares, mas “enquanto a

primeira nos força a aceitar, a segunda nos induz a colaborar; a primeira empurra o produto pela garganta do consumidor, a segunda desperta seu apetite”.

Para a criação do implícito, atendendo ao recurso da economia, o autor de piadas recorre a três operações específicas: a **interpolação**, a **extrapolação** e a **transformação**. A interpolação é um recurso para religar os encadeamentos lógicos, quando uma série de elementos acusa uma lacuna que é preciso preencher; pode-se também, ao contrário, utilizar a extrapolação, em que se alonga uma série, acrescentando-lhe outra sequência de elementos.

Segundo Koestler, em formas refinadas de humor, o ouvinte precisa executar uma dessas duas operações para poder compreender o texto. Exemplificando a *interpolação*, cita a seguinte piada: “O príncipe que visitava seus domínios percebe na multidão um homem que se parece com ele de uma forma impressionante. Ele o faz vir a sua presença e pergunta-lhe: ‘Sua mãe foi empregada no castelo?’ ‘Não, senhor, responde o homem, mas meu pai, sim’”. A análise de Koestler para a interpolação no exemplo é a seguinte:

A estrutura lógica da história é muito primitiva. Dois códigos implícitos de comportamento entram em colisão: os senhores nobres tinham filhos bastardos, mas suas nobres esposas não podiam tê-los; a simetria da situação provoca aqui um elo particularmente claro, quase geométrico. A leve diversão que a anedota nos oferece vem em parte do prazer malicioso que experimentamos com o desconforto do príncipe; mas ela vem sobretudo da forma enigmática, de duas indicações oblíquas que o próprio ouvinte deve completar (KOESTLER, 1964, p. 69-70).

A interpolação ocorre na resposta que o homem dá ao príncipe e que traz para o texto uma nova possibilidade de explicação para a semelhança entre ambos. Essa nova ideia se *intromete* (intercala-se) no raciocínio proposto pelo príncipe, o que provoca a bissociação.

Embora o autor considere mesmo “inútil distinguir a interpolação da extrapolação” (Cf. KOESTLER, 1964, p. 70), esta operação consistiria, a nosso ver, em ir além das ideias enfocadas. O autor cita a piada seguinte: “Um jovem oficial austríaco da *belle époque* tentava obter os favores de uma cortesã da moda. Para desembaraçar-se dele, ela lhe explica que seu coração — que pena! não era mais livre. Ao que o pretendente retruca polidamente: ‘Senhorita, eu não visava tão alto’” (KOESTLER, 1964, p. 22). Koestler explica que a palavra “alto” encontra-se bissociada em um contexto metafórico e um contexto topográfico. O contexto literal evoca imagens visuais que tornam o choque mais intenso. Nossa hipótese de aplicação do conceito ao exemplo consiste no fato de a resposta do oficial poder se restringir à interpretação pretendida pela cortesã, mas, pelo recurso à extrapolação, de forma bissociada, ela foi além da ideia que a cortesã propunha ser enfocada.

A terceira operação, a transformação ou reinterpretação dos dados em termos análogos, pode ocorrer quando, por exemplo, transforma-se uma metáfora literal e alusões verbais em termos visuais. O exemplo parece-nos claro num cartum atual³⁹, que apresenta dois personagens, cada um em sua janela. O primeiro, utilizando a forma de saudação — expressão já cristalizada na língua —, diz ao segundo: “*Bom dia!*”, ao que o segundo responde com nova pergunta: “*Onde?*”, transformando a saudação em um comentário, uma “descrição”. A pergunta que responde ao cumprimento bissocia os dois sentidos do ato ilocucional: em vez de saudação, ele deve ser visto como um comentário.

O autor cita a piada seguinte (que parafraseamos anteriormente), emprestada de Freud:

(7) Dois loquazes homens de negócios fizeram fortuna e tentaram entrar para a alta sociedade. Mandaram um pintor da moda fazer seus retratos; deram uma grande recepção para exibir os retratos em suas molduras douradas. No meio dos convidados, encontrava-se um célebre crítico de arte. Radiosos, os anfitriões o conduziram até seus retratos, pendurados lado a lado. O crítico os contemplou longamente, depois sacudiu a cabeça, parecendo procurar alguma coisa. Enfim, ele mostrou o espaço vazio entre os dois retratos: “Mas onde está Jesus?” ele perguntou (KOESTLER, 1964, p. 71).

O autor considera o texto uma “bela combinação de extrapolação e de transformação”, o que deixa evidente o fato de ele admitir a possibilidade de utilização das duas operações em um mesmo texto humorístico. Por falta de maiores explicações, apresentamos uma análise hipotética: acreditamos que a extrapolação signifique também aqui que o crítico foi além do comentário esperado pelos dois comerciantes. E a transformação provavelmente se refere ao fato de tomar os dois retratos pela representação dos ladrões que ladeavam Jesus quando foi crucificado.

No capítulo dedicado a “variedades de humor” (KOESTLER, 1964, p. 50), onde cita, entre outras modalidades, a sátira, o exagero, a imitação, o disfarce, a coincidência, o *non-sens*, etc. (num critério aleatório, que nos escapa), Koestler cita ainda uma técnica que julgamos conveniente não ignorar: trata-se de um brusco “*deslocamento* de acento — ou de atenção — sobre um aspecto aparentemente não pertinente de um conceito bissociado” que, segundo ele, encontra-se frequentemente não só no humor, mas também na arte e na descoberta. A técnica do **deslocamento** é a mesma operação pela qual passa o sonho e foi também abordada por Freud, que, embora a tenha igualmente tratado como uma técnica de

³⁹ O cartum é de autoria da Agência Talent e é citado por Francisco Platão Savioli e José Luiz Fiorin no manual didático: *Lições de Texto: leitura e redação*, São Paulo: Ática, 1996, p. 129.

humor, não utilizou, em sua teoria, o conceito de bissociação, o que torna sua abordagem diferente da de Koestler.

Cita como exemplo uma piada emprestada de Freud:

(8) Um vendedor vangloria-se para seu cliente do desempenho de um novo carro:
 — Você pega o volante à meia-noite: às 4 horas da manhã você está em Colmar.
 É a vez de o cliente revoltar-se:
 — O quê? O que eu vou fazer em Colmar às 4h da manhã?
 (KOESTLER, 1964, p. 62)

Em sua análise, o autor observa que há um brusco deslocamento de atenção: a questão é perfeitamente lógica, mas não pertinente ao objeto da discussão, que é a rapidez do carro e, pela bissociação, a atenção concentrou-se no efeito dessa pressa. É um dado que, além da falta de pertinência, anula o argumento do vendedor. Koestler destaca o fato de que essa variedade técnica assemelha-se ao paradoxo da centopéia, mas, no lugar de fazer a atenção do ouvinte passar do *todo* para a *parte*, leva-a a ser deslocada de um aspecto dominante para um aspecto do *todo negligenciado* até então: de uma palavra para outra, de uma frase para outra, ou para uma representação indireta do que se quer dizer.

Observamos ainda que a referência a essa perspectiva de deslocamento do *todo* para a *parte* aproxima-se da classificação das chamadas “duplas filosóficas”, que serão abordadas no estudo feito por Olbrechts-Tyteca.

Não houve nenhuma tentativa da parte do autor em situar o deslocamento entre um dos três tipos de operação considerados necessários para gerar o implícito, mas consideramos que, se desejássemos relacionar os dois conceitos, o deslocamento deveria ser incluído entre as formas de interpolação.

O autor em estudo atribui a Bergson o mérito de ter sido o primeiro a descobrir a essência do humor e chega mesmo a citar deste o seguinte trecho: “Uma situação é sempre cômica se ela participa de duas séries de acontecimentos completamente independentes um do outro, e suscetíveis de duas interpretações efetivamente diferentes” (BERGSON, 1924 apud KOESTLER, 1964, p. 333-335 *passim*). Restringe entretanto o elogio, por considerar que a classificação daquele autor referia-se apenas a comédias de situação e também critica Bergson por limitar esta consideração sobre o humor (a qual lhe parece pertinente) à ideia geral de sua teoria, quando este afirma: “a interferência de duas séries independentes em uma determinada situação era apenas outro exemplo da ‘mecanização da vida’, item ao qual Koestler faz novas restrições (*loc. cit.*). Ele também discorda do fato de Bergson atribuir ao dualismo do espírito

e da matéria inerte (“o mecânico incrustado no vivo”, entre cujas formas Bergson cita especialmente a inércia, a rigidez e a repetição, chocando-se com o vivo) a explicação para *todas* as formas do cômico o que, em sua opinião, aplica-se apenas a uma variedade de cômico entre vários outros. Mas a *interferência de séries* (proposta por Bergson) — é um aspecto teórico que Koestler aprova e para o qual chega mesmo a indicar pontos em comum com sua teoria da bissociação: “o cruzamento de duas cadeias causais independentes por coincidência, erro de identidade, de tempo ou de circunstância, oferece um exemplo perfeitamente claro de contextos bissociados” (KOESTLER, 1964, p. 63).

Sobre o papel que o locutor e destinatário exercem no processo da comunicação humorística, Koestler considera que as emoções experimentadas por um e outro não são da mesma ordem. O autor percebe uma “dissonância” (provavelmente no sentido mais comum do termo, que seria o de uma “desproporção” entre as partes de um todo; ou algum tipo de inconveniência entre fatos ou atitudes humanas) e, a partir dela, constroi uma bissociação. Conforme Koestler, “o humorista escolhe deliberadamente a dissonância dos comportamentos ou dos universos do discurso a fim de expor, no entrechoque, as incongruências dissimuladas. A descoberta cômica enuncia o paradoxo, a descoberta científica, o resultado” (KOESTLER, 1964, p. 80).

É evidente que o humorista pode experimentar também uma surpresa, no momento em que — numa expressão do autor — “*a ideia apodera-se dele*”, mas, como é diferente o choque infligido do exterior e um choque que a pessoa provoca em si mesma, as emoções experimentadas por um e outro são diferentes. Observamos que a própria expressão utilizada pelo autor apresenta um tipo de inversão: não é “o autor que se apodera da ideia”. Essa inversão apresenta-se como uma forma característica da linguagem impressionista, mas que é bem de acordo com o princípio da bissociação: o agente da ação torna-se passivo, porque há um *processo inconsciente* que comanda a criação. Assim, segundo esse autor, em vários dos casos que examinou, a solução era encontrada por uma espécie de “pensamento ao lado, por um deslocamento da atenção rumo a um aspecto da situação ou do problema até então negligenciado ou apenas presente na consciência” — provavelmente o que a Psicologia chama atualmente de “pensamento divergente”, que equivale a “olhar a partir de várias perspectivas”; “pensamento divergente” é todo pensamento que não se restringe a um plano único, mas que se move em “planos múltiplos e simultâneos”, conforme explanação feita por nós anteriormente. O que ocorre, então, no humor segundo Koestler, é que

o humorista resolve seu problema unindo duas matrizes incompatíveis em uma síntese paradoxal. Em revanche, seu auditório vê suas previsões

subvertidas e sua razão escarnecida pelo impacto da segunda matriz sobre a primeira; no lugar de fusão, há colisão; e, na desordem mental que se segue, a emoção, abandonada pela razão, escorre no riso. [...] O ato criador do humorista consiste em provocar a fusão momentânea de duas matrizes habitualmente incompatíveis (KOESTLER, 1964, p. 80).

Koestler observa que “quanto mais a piada é feita de insinuação, quanto mais ela for implícita, mais as reações do destinatário aproximam-se das do criador, do qual o primeiro é obrigado a repetir o esforço mental” (KOESTLER, 1964, p. 79). Acreditamos que essa espécie de “empatia” ocorre quando o leitor considera “boa” a piada, ou seja, aquela que, por ser mais sutil, exigiu maior esforço mental e deu-lhe um prazer maior na descoberta da solução.

Referindo-se ao autor da piada, que provoca no ouvinte admiração que se mescla à satisfação pela “descoberta” do humor que acompanham a leitura do texto humorístico, esse autor explica: “Se há satisfação, é porque houve necessidade dela ou apetite. A curiosidade intelectual — querer compreender — deriva de uma necessidade tão fundamental quanto a fome ou a sexualidade: a energia exploradora” (KOESTLER, 1964, p. 71). O comentário ajusta-se à realidade do efeito obtido por textos de humor e parece explicar — com base numa necessidade psicológica (colocada em analogia com aspectos fisiológicos) o prazer que decorre desse tipo de texto.

Um dado também especialmente importante do estudo de Koestler é, pois, a observação sobre o papel do ouvinte na interpretação. A esse respeito, argumenta ainda que o gênero de diversão que derramam sobre nós as comunicações de massa arriscam a fazer-nos esquecer que a verdadeira recreação é uma re-criação. Acreditamos que a função do ouvinte é um aspecto que ajuda a caracterizar o texto humorístico: o autor do texto vale-se sempre de uma inferência final que, como uma espécie de “isca”, atrai o leitor e provoca sua co-participação na elaboração do humor. E Koestler (1964, p. 71) explica: “Toda boa piada mantém uma adivinhação, que pode ser pueril ou sutil. Resolvendo o enigma, o ouvinte sai de seu papel passivo, ele é obrigado a cooperar, a repetir, em uma certa medida, a invenção da piada, a recriá-la em sua imaginação”. Assim, a estruturação da bissociação constrange o leitor a “participar” da inferência final e, como tal, a tornar-se um “co-autor” — estratégia que consideramos característica do humor.

Enfim, a conclusão do autor reforça o aspecto básico da teoria: “A estrutura subjacente a todas as variedades de humor é “bissociativa”: trata-se de perceber uma situação ou um fato em dois contextos de associação habitualmente incompatíveis. O resultado é uma

brusca transferência da corrente do pensamento de uma matriz para uma outra que rege uma lógica, uma regra, diferente” (KOESTLER, 1964, p. 80).

Embora haja autores que considerem a teoria de Koestler de caráter psicológico especulativo, acreditamos que a teoria da bissociação, proposta por ele numa época em que as especulações geradas não eram nem mesmo acompanhadas de um tratamento metódico do tema (não necessariamente por isso, desde que há critérios adotados por ele cuja pertinência no escapa), mas porque o seu estudo sobre o humor prima pela racionalidade e objetividade da proposta apresentada.

2.2.2 Olbrechts-Tyteca: o cômico da retórica

Lucie Olbrechts-Tyteca publicou, em 1956, em parceria com Chaim Perelman, o livro *“Traité de l’Argumentation”* (1ª edição traduzida para o Português em 1996, como título *“Tratado da Argumentação — A Nova Retórica”*), cujo intuito era apresentar um estudo da “arte de convencer”, mas ultrapassando os limites da retórica tradicional. Nessa obra, esclarecem que “argumentar” é “fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese” e justificam o estudo ali desenvolvido: “Uma teoria da argumentação, na sua concepção moderna, vem retomar e ao mesmo tempo renovar a retórica dos Gregos e dos Romanos, concebida como a arte de bem falar, ou seja, a arte de falar de modo a persuadir e a convencer, e retoma a dialética e a tópica, artes do diálogo e da controvérsia” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 234). Em 1974, Olbrechts-Tyteca publica (com prefácio de Perelman) um novo livro, no qual procura relacionar ao cômico o tema da primeira obra. A nova publicação intitula-se *“O cômico do discurso”*, denominação que a autora assim o define: “O cômico da retórica é um cômico do discurso, falado ou escrito” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 8). Ela lembra que, conforme o *“Tratado da Argumentação”*, já se havia distinguido a possibilidade de exercer a persuasão sobre outro, tanto por meio de um bofetão, numa ação direta, quanto pela ameaça de um tapa, enunciada no discurso. Assim, o cômico da retórica tem a ver com “mecanismos discursivos”; ele não é um simples meio com objetivo de obter a adesão às teses do orador, ele tem um outro fim, que, segundo a autora, poderia, sem dúvida, ser a diversão. Essa autora observa ainda que a ideia de um cômico da retórica já havia sido ventilada por Quintiliano, que assim a indicava: “Todas as fontes de argumentos podem fornecer também piadas” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 24). Já no *“Tratado da Argumentação”* os autores alertam para o fato de que recorrerão a exemplos cômicos, para aclarar suas análises. E, embora um estudo do cômico na arte oratória não seja seu escopo

naquela obra, acreditam que “o cômico é um elementantíssimo para conquistar o auditório ou, mais comumente, para firmar uma comunidade entre orador e auditório, para efetuar desvalorizações, notadamente para ridicularizar o adversário, para operar diversões oportunas” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 213). Os aspectos relacionados seriam referentes a um uso do cômico *na* retórica, mas não ao que denominam “o cômico *da* retórica”, que, segundo os autores, “é a utilização cômica de certos tipos de argumentos”. O estudo individual da autora sobre o cômico da retórica já se acha, pois, anunciado ali, quando Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 213) questionam: “O efeito cômico, em certos casos, não proviria precisamente do fato de evocarmos os procedimentos habituais de raciocínio, caricaturados para a circunstância, e de observarmos a utilização, fora de propósito, ou abusiva, ou canhestra, de tal esquema argumentativo?” Em decorrência desse ponto de vista já comum aos dois autores do “Tratado da Argumentação”, em seu livro sobre o cômico, Olbrechts-Tyteca propõe, como plano de estudo, retomar os vários elementos enfocados no primeiro estudo da argumentação — quadro da argumentação e esquemas argumentativos — para verificar cada um à luz do humor, ou seja, analisar se eles se prestam ou não a produzir efeitos cômicos. E, desde que os esquemas anteriormente descritos se constituem em uma interpretação possível do argumento concreto, sua pesquisa à luz do cômico também teria o efeito de testar a validade da teoria proposta no livro anterior, no qual Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 213) já afirmavam que “os elementos cômicos podem ajudar-nos a descobrir certos expedientes argumentativos que, em sua forma usual e corriqueira, só se deixariam discernir com maior dificuldade”. Em sua obra, a autora insiste nessa ideia, considerando que o recurso ao cômico facilita o reconhecimento de técnicas de argumentação e, embora ela faça do cômico o tema de seu trabalho, trata-o como um “desvio”, em relação ao uso “sério” da argumentação: “o exame de sua utilização cômica terá por efeito esclarecer a retórica, como o patológico pode esclarecer o normal” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 22).

Essa autora parte, assim, da grande divisão feita na obra anterior e, seguindo ainda a proposta do “Tratado da Argumentação”, o cômico da retórica não poderia esquecer os elementos que compõem o quadro da retórica: o orador, os auditórios, o objetivo de convencer — que implica numa adesão intelectual e voluntária do ouvinte; enquanto o persuadir procura a adesão por meios que visam a emocionar e dependem de estratégias do orador.

Como método de trabalho, Olbrechts-Tyteca propõe retomar um enunciado cômico, ali introduzindo ligeiras modificações, suscetíveis ou não de fazer desaparecer o cômico (circunstâncias de emprego, termos, etc.). Em síntese, seu método consiste na

“redução cômica”, que visa a modificar os enunciados para fazer desaparecer deles o cômico. Esse recurso foi igualmente adotado por nós em pesquisa anterior e o denominamos “neutralização ou cancelamento do humor”. Verificamos que, além desta autora, Freud e Koestler também fizeram uso de recursos semelhantes.

Manifestando pontos em comum com a possibilidade de cancelamento do humor (aqui tomado como um *instrumento* a ser usado no texto cômico), há os **fatores inibidores do riso** (cancelando o riso que naturalmente adviria), igualmente cogitados por outros autores. Segundo a autora, se o humor for causado por um recurso de linguagem, ele pode ser neutralizado pelo uso de outros *recursos linguísticos que desfaçam tal efeito*. Todos os autores estudados referem-se, entretanto, a outras causas de inibição do humor que, a nosso ver, ainda que sejam veiculadas pelo discurso, revelam a interferência de fatores externos à língua. Assim, toda *emoção* forte (como a compaixão, por exemplo) — fator já apontado por Bergson e por Freud — causa o desaparecimento do riso onde ele poderia ser esperado. Olbrechts-Tyteca cita ainda a *atenção*, como causa de inibição do riso e particularmente ligada à retórica. A esse respeito, a autora lembra Plokker (1955), segundo o qual o *esforço de pensar* impede o riso, o que se aplica também à tese de Freud, para quem o riso está ligado a um excesso de energia disponível. Outra causa de inibição do riso é a *explicitação*, que, ao provocar um prolongamento do texto, além de exigir atenção (e cansá-la), frustra a alegria da descoberta. Essa constatação reforça a observação de Freud de que a brevidade e a condensação são condições essenciais ao dito espirituoso, constituindo-se mesmo na técnica dele. Acreditamos que a explicação anula o riso principalmente porque *elimina a surpresa*, que, é, segundo alguns autores, o *ingrediente básico do cômico*. Olbrechts-Tyteca (1992, p. 39) cita Dugas (1902), que sustentava o fato de um imprevisto ser condição *suficiente* do riso. A mesma autora considera que a explicação que destrói o humor é sobretudo aquela que *exclui a ingenuidade, a cegueira, a inconsciência*, como elementos do cômico. Uma outra causa de inibição do humor seria também a *necessidade de deferência entre interlocutores*, mas acreditamos que aí se insira um sentimento de emoção ou, mais provavelmente, uma *tensão*, que impediria o cômico. Se, conforme Olbrechts-Tyteca, o desvio no discurso é o que provoca o risível, ele defende que, não ocorrendo nenhuma falha na argumentação, não há comicidade; assim o *sucesso argumentativo* igualmente inibe o riso.

Olbrechts-Tyteca lembra que há também *contextos* que inibem o riso: contextos religiosos, filosóficos, éticos, jurídicos, mas ela reconhece que também esses casos podem ser decorrentes de outros fatores: “Isto se liga talvez às inibições pela emoção, atenção, eficácia

argumentativa, deferência. Estes contextos acarretam frequentemente a *ideia de fatalidade*, inibidora do cômico” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 36).

Em sua análise do cômico a partir das técnicas de argumentação, a ideia geral pela qual a autora se guia é a distinção entre *demonstração* e *argumentação*, conforme ela própria esclarece: “Lembremos que a demonstração, contrariamente à argumentação, caracteriza-se pela univocidade, a intemporalidade, o caráter inevitável das conclusões” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 43).

Assim, a demonstração é um tipo de raciocínio pelo qual, dadas certas premissas, somos *obrigados* a reconhecer a verdade das proposições e a admitir a conclusão como necessária; já a argumentação assenta-se no fato de a linguagem natural apresentar uma multiplicidade de sentidos e, em decorrência deste aspecto, criar a possibilidade de enganos: de basear-se em fatos verdadeiros/ou não e de poder/ou não convencer. Esta equivocidade de sentidos da argumentação está ligada a aspectos que igualmente provam o caráter indiscutivelmente social do riso: a argumentação, por ser veiculada por uma linguagem, liga-se, como toda forma de comunicação, à questão dos auditórios, dos quais depende, não só a adesão às teses do orador, como também a interpretação do discurso deste, conforme é detalhado a seguir por Olbrechts-Tyteca:

Tudo o que diz respeito à linguagem, às interpretações, diz respeito à falta de univocidade, tudo o que diz respeito aos auditórios, aos desvios argumentativos, às divisões engraçadas, diz respeito ao caráter não obrigatório; tudo o que for relativo ao alcance da argumentação, às justificativas, à relevância, diz respeito ao problema da adesão. A inocência levará a acreditar que se está no domínio da demonstração, de acreditar que a linguagem é unívoca, de supervalorizar a força constrangedora do que se disse (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 43).

Outra distinção entre argumentação e demonstração é o fato de esta última ser atemporal e, embora, na prática, ela também se desenrole no tempo, este não lhe traz nada de novo — razão pela qual o eterno, como tal, não se presta ao cômico. Em oposição, o tempo intervém no nascimento do humor: a surpresa, os desvios exigem um desenvolvimento em duração (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 45). Há ainda a considerar outros aspectos: a demonstração desenrola-se no interior de compromissos irrevogáveis, enquanto que o caráter inevitável dos fatos tem o efeito de destruir o cômico; a demonstração se situa frequentemente no abstrato, até mesmo no formal, o que excluiria grande parte do cômico (como o cômico de termos polissêmicos, dos quais um dos sentidos é muitas vezes concreto); a demonstração é correta ou incorreta, enquanto a argumentação, por depender dos auditórios, dos acordos e da

escolha das premissas, não admite a correção ou a incorreção que acompanha a univocidade; a demonstração é sempre limitada (constroi-se por um número limitado de axiomas) e submete-se a regras fixas, enquanto “o cômico parece nos alertar ao contrário para as riquezas infinitas do pensamento, para a multiplicidade das criações possíveis, para sua liberdade” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 45) — o que só é possível no domínio da argumentação. E, desde que a argumentação nunca está isenta de objeções ou de incompreensões, é necessário que o orador tome sempre cuidado, para não arriscar a força persuasiva de seu discurso. Nesta perspectiva, Olbrechts-Tyteca (1974, p. 43) alerta que o cômico da retórica exerceria um papel útil: “ele descobriria as faltas, as distrações, os automatismos. Ele pode, em todo caso, esclarecer o observador”.

Pode-se constatar, na colocação feita pela autora, um aspecto que lembra, de certa forma, a visão de Bergson, para o qual o cômico se baseia num comportamento automático, mas teoria que não é estudada como a da autora, sob um aspecto exclusivamente discursivo. Mantém-se, entretanto, outro ponto em comum entre as duas teorias: o caráter social (de castigo ao que foge do “sistema”) atribuído ao cômico.

Ela observa que o cômico pode ser elaborado num dos dois extremos: seja um “cômico ligado ao esquecimento dos caracteres e das armadilhas da argumentação”, seja “aquele cômico ligado à incontestabilidade de procedimentos” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 44), ou seja, ligado tanto à *falta de agilidade retórica*, quanto ao *excesso aparente de agilidade*, que, segundo ela, é também uma *falta*, um *esquecimento*. No entanto observa também que o procedimento só se torna cômico se for percebido como tal, o que é melhor ilustrado por casos em que esta evidência é bem forte: “Encontraremos provavelmente a confirmação disto na paródia, no cômico de certas figuras, em tudo que diz respeito à **dissociação** entre o procedimento e a realidade” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 43) (grifos nossos). Ela se detém a analisar como, de uma forma geral, o cômico pode “invadir” a retórica e conclui que isso se deve a uma espécie de “esquecimento” (voluntário ou não) das características da argumentação; as pessoas rirão, assim, dos *desvios de argumentação*.

A autora conclui que só a argumentação (nunca a demonstração) é objeto de riso e adverte que **o critério** que deve guiar qualquer estudo sobre o cômico **é o riso**. Admite que é um critério difícil de aplicar, porque nem sempre as pessoas riem em razão do cômico (como vimos na introdução deste capítulo).

De uma forma geral, o cômico da retórica, ou cômico do discurso, vai se valer, em sua hipótese, de todos os recursos de que se vale a linguagem, de um modo geral, ou, mais especificamente, de três pontos que ela considera que, se não são as molas do cômico, são,

pelo menos, pontos que intervêm nesse cômico, de uma ou de outra forma: a *ambiguidade dos termos*, o *aspecto não forçado (constrangedor) da argumentação*, o fato de que a argumentação visa a *adesão dos espíritos*. Constatamos que, embora ela tenha sugerido abranger esses itens na evolução de suas análises, não o fez sistematicamente, conforme se esperaria do fato de ela apontá-los como “molas gerais” do humor.

Olbrechts-Tyteca passa então a examinar inúmeros casos de cômico, que ela classifica segundo a manifestação de um ou outro dado, seja linguístico ou de outra ordem. Entre outros, destacam-se: *cômico do sistema* (em que a história só se torna risível se for considerada a partir de um sistema de valores), *cômico de questões*, *cômico da polissemia*; *cômico do erro*, *cômico da adaptação* (ligado aos costumes), etc. Para o *cômico das questões*, por exemplo, cita a piada da mulher que reclamava de ter enjoado no trem, por ter viajado de costas para o condutor; ao que a amiga perguntou-lhe por que não pediu a alguém para trocar de lugar com ela e obteve a seguinte resposta: “Não havia mais ninguém no vagão!” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 52).

Após esta busca inicial, aparentemente aleatória, em que a autora não relaciona com os esquemas argumentativos esses fenômenos de ordem linguística ou pragmática, ela passa a tratar do cômico ligado a fatores do ponto de vista argumentativo, observando que o ponto de partida da argumentação está no acordo em relação às premissas. Olbrechts-Tyteca aborda os objetos relativos ao real (fatos, verdades e presunções — admitidos pelo auditório universal) e os objetos do preferível (valores, hierarquias e os lugares do preferível). Cita exemplos de piadas que se revelam como uma crítica à precariedade do estatuto desses objetos de acordo. Na sequência, a autora analisa exemplos das várias manifestações dos lugares do preferível, da ordem, da quantidade e lugares da qualidade; inclui ainda entre suas classificações, o *cômico da qualificação*, o *cômico das noções*, o *cômico ligado à precisão de detalhes*, abordando extensamente esses aspectos gerais da retórica e do discurso, enquanto enunciação, mas limitando-se a demonstrar que o cômico se utilizou do recurso que lhe valeu a categorização dada em sua análise — recursos que, a nosso ver, não tornam o texto cômico, por se manifestarem igualmente no discurso não humorístico e que, pela simples constatação de sua presença no texto, não tornam esse texto humorístico. Tais classificações, portanto, não apresentam grande interesse a nosso estudo, embora uma conclusão sobre as análises feitas (com caráter de simples comentário) se tenha revelado curiosa a respeito do cômico do discurso: “o cômico nos lembra também que os elementos do discurso são, por outro lado, desordem, fantasia, liberdade individual” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 156). Esse dado — provavelmente mais útil que as categorizações feitas — aponta para uma particularidade

do texto humorístico, porque, sendo mais generalizante, pode ajudar na caracterização de um mecanismo próprio do humor.

Olbrechts-Tyteca volta-se finalmente para as técnicas argumentativas propriamente ditas, apresentando-os, da mesma forma que ela e Perelman o fizeram no seu “Tratado da Argumentação”. Segundo Olbrechts-Tyteca, todos os esquemas de argumentos serão caracterizados em dois grupos gerais: **procedimentos de ligação** e **procedimentos de dissociação**, cuja distinção ela assim detalha:

Entendemos por **processos de ligação** esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro. Entendemos por **processos de dissociação técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo**, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento. A dissociação terá o efeito de modificar semelhante sistema ao modificar algumas das noções que constituem suas peças mestras. É por isso que esses processos de dissociação são característicos do pensamento filosófico original (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 157-158) (grifos nossos).

Citaremos, de forma menos aprofundada, exemplos de cômicos que a autora apresenta como criados pelo recurso a desvios (esquecimentos, segundo expressão da autora) dos argumentos relacionados e, considerando que nosso interesse se volta, sobretudo, para os argumentos de dissociação, apresentaremos os primeiros apenas de maneira sucinta.

2.2.2.1 Argumentos de ligação

Para não excluirmos a classe dos argumentos de ligação — classe de argumentos que se opõe aos argumentos por dissociação —, apresentaremos alguns exemplos desses argumentos e, visando a uma maior clareza do que expomos, tomaremos um exemplo “sério”, buscado no “Tratado da Argumentação”, para cotejá-lo a um exemplo cômico, citado por Olbrechts-Tyteca em sua obra individual.

Os **argumentos de ligação** podem ser agrupados em três classes: os argumentos quase lógicos, os argumentos fundados na estrutura do real e aqueles que fundam a estrutura do real.

Os esquemas de ligação dos *argumentos quase-lógicos* são os que compreendemos melhor aproximando-os do pensamento formal; em seguida, *os argumentos fundados ou baseados na estrutura do real* (ligados a pontos de vista), que tentam conformar-

se à própria estrutura das coisas, e, finalmente, *os argumentos que visam fundar a estrutura do real*.

Os **argumentos de ligação quase-lógicos** têm uma estrutura lógica que lembra os argumentos da lógica formal, mas não têm valor conclusivo, desde que a linguagem comum está ligada a um contexto, o que a torna vulnerável a ambiguidades e interpretações múltiplas. De acordo com as várias relações estabelecidas, os argumentos quase lógicos são distribuídos em dois grandes grupos: “primeiro, *os que apelam para estruturas lógicas* — contradição, identidade total ou parcial, transitividade; segundo, *os que apelam para relações matemáticas* — relação da parte com o todo, do menor com o maior e relação de frequência” (PERELMAN; TYTECA, 2002, p. 220).

Os **argumentos baseados (ou fundados) na estrutura no real**, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 297), “são aqueles que se valem dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover”. Segundo essa autora, as ligações entre elementos permitem ou concluir a existência de algo que se origina de determinado elemento, ou transferir o valor de um elemento para outro, transferências cuja recusa também ocasionará a rejeição destas ligações.

O terceiro grupo, finalmente, é dos **argumentos que fundamentam a estrutura do real**: “são aqueles que se esforçam em reestruturar certos elementos do pensamento, em conformidade com esquemas aceitos em outro campo do real” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 216-217) e se apoiam ou na *analogia* ou em um *caso particular*, os quais se constituem nas suas subdivisões. Conforme Pessoa (2005), esses argumentos “são aqueles que generalizam aquilo que é aceite a propósito de um caso particular (ser, acontecimento, relação) ou transpõem para um outro domínio o que é admitido num domínio determinado”. Trata-se de argumentos que utilizam, além da *analogia*, o *exemplo*, o *modelo* e a *metáfora* e buscam, por meio da argumentação, mudar a adesão do auditório a respeito de uma tese, ou seja, convencê-lo a abandonar uma opinião e a adotar a ideia que o orador lhe sugere.

Para não nos estendermos demasiadamente, tomaremos apenas um exemplo de cada grupo que, para fins de comparação, disporemos da seguinte forma: apresentaremos primeiro o exemplo “sério” do uso daquele argumento, extraído do “Tratado da Argumentação”; em seguida, tratando ainda do mesmo argumento, apresentaremos um exemplo aplicado ao texto cômico.

Tomando apenas quatro das subcategorias resultantes de tais classificações — constando, de cada uma, um exemplo não humorístico e outro humorístico —, apresentaremos: um exemplo de argumento de ligação quase-lógico do tipo que recorre a

estruturas lógicas, tomando o caso específico da contradição; um exemplo de argumento de ligação quase-lógico que apela para relações matemáticas, tomando um caso de relação entre o todo e as partes; dos argumentos baseados na estrutura do real, tomaremos o tipo denominado argumentos de sucessão; dos argumentos de ligação que fundam a estrutura do real apresentaremos um exemplo apenas da analogia.

No grupo de **argumentos de ligação quase lógicos, que recorrem a estruturas lógicas, tomamos o caso específico da contradição.**

Um *exemplo não humorístico* desse tipo de argumento é citado à página 223 do “Tratado da Argumentação” (PERELMAN; OLBREHTS-TYTECA, 2002). Trata-se do trecho de um texto de William Pitt (s/d), ao comentar as condições segundo as quais um país propunha paz a outro: “...os qualificativos ‘imediate e honrosa’ tornam-se então incompatíveis. Devemos, nesse caso, escolher um dos termos da alternativa; se adotamos a moção, não podemos ter uma paz ‘imediate e honrosa’”. Os autores não esclarecem exatamente em que circunstâncias o texto acima foi pronunciado, mas, para ser considerado um argumento por contradição, deixa pressuposto o fato de que não havia a opção de *medidas imediatas* que, ao mesmo tempo, fossem *honrosas*.

A autora, levando em conta que as leis morais precisam ser expressas por meio da linguagem que — já observamos — não é unívoca, nota que elas não apresentam o mesmo formalismo, por exemplo, da Lógica, em que, no caso de contradições, teriam como resultado o absurdo. Na argumentação, para referir-se a uma relação absurda entre proposições, usa-se o termo “incompatibilidade” (ou “contradições”).

A autora cita, como um exemplo correspondente ao argumento quase lógico da contradição/incompatibilidade, o seguinte *texto humorístico* — também encontrado em Morin (1971):

- (9) Um explorador pergunta:
 — Ainda há canibais na região?
 — Não, comemos o último ontem (OLBRECHTS-TYTECA, 1992, p. 170).

É evidente que a incongruência que “soluciona” o questionamento apresentado pelo explorador mantém-se, ela mesma, insolúvel, mas, segundo Olbrechts-Tyteca, para os que riem não se têm quase o cuidado de se restabelecer a coerência. O texto humorístico parece atender ao conceito de “ligação” apresentado pela autora, desde que a negação do fato é “justificada” pela ação que o confirma — criando um “elo” (ainda que incongruente) entre dois elementos que não podem ser associados numa mesma unidade.

No segundo grupo de **argumentos de ligação quase lógicos, que apelam para relações matemáticas**, tomaremos, como exemplo, o caso das **relações entre o todo e as partes**, caso em que o que vale para o todo vale também para a parte. No “Tratado de Argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 262), encontramos um exemplo de Locke (1894) desse tipo de argumentação, *sem fins cômicos*: “Nada do que não é permitido pela lei a toda a Igreja, pode, por algum direito eclesiástico, tornar-se legal para algum de seus membros”. É evidente a relação “todo/parte” estabelecida pelo argumento no exemplo.

Resumimos a seguir — como exemplo correspondente ao argumento de ligação quase lógico do tipo de relação “todo e parte” —, uma história narrada por Olbrechts-Tyteca com essa mesma técnica, mas num *texto humorístico*: “Doze homens da cidade de Gotham foram pescar e, na volta, acreditaram, de repente, que um dos companheiros tivesse se afogado. Alarmados, cada um contava o grupo, esquecendo de contar a si mesmo — chegavam sempre ao mesmo resultado: onze. Um estrangeiro, vendo que não podia levá-los a raciocinar sobre o próprio erro, ofereceu-se para encontrar o desaparecido. Chamando sucessivamente cada um deles, dava-lhes um forte golpe nos ombros, que os fazia gritar. A cada grito, o estrangeiro contava um número. No décimo segundo grito, os habitantes de Gotham se certificaram do ‘retorno’ do desaparecido” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 207). O “desvio” no uso do argumento, responsável pela criação do humor, está no fato de cada habitante (parte) sofrer o “esquecimento” de que ele próprio fazia parte do todo.

Para exemplificar os **argumentos baseados na estrutura no real** (cujos subtipos são os argumentos de sucessão e os de coexistência), tomamos um exemplo dos **argumentos de sucessão**, que são aqueles que dizem respeito à relação em que se refere a um fato observado — considerado como efeito —, ou a um fato desconhecido — considerado como causa —, como no seguinte texto de Bossuet extraído do “Tratado da Argumentação” e que se constitui num exemplo de *texto não-humorístico*:

- (10) O templo de Deus, cristãos, tem dois locais augustos e veneráveis, quero dizer, o altar e o púlpito... Há uma estreitíssima aliança entre esses dois locais sagrados, e as obras que neles se efetuam têm uma relação admirável... É por causa dessa relação admirável entre o altar e o púlpito que alguns doutores antigos não rezearam pregar aos fiéis que eles devem aproximar-se de ambos com uma veneração semelhante... Não é menos culpado aquele que escuta negligentemente a santa palavra de Deus do que aquele que deixa cair, por sua culpa, o próprio corpo do Filho de Deus (BOSSUET, 1964, apud PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 297).

O argumento acima distingue-se dos argumentos de ligação do tipo quase lógicos, que se baseiam em crenças e valores e que, aceitos por um consenso do grupo social, podem ser inseridos numa “moldura” lógica, que acentua as incompatibilidades, quando estas surgem. Esse argumento é “apenas baseado” na estrutura do real e, dessa forma, procura criar uma solidariedade ainda não admitida consensualmente. No caso particular do exemplo de Bossuet, o autor cria elos recíprocos entre a pregação e a comunhão, elementos que normalmente o ouvinte não consideraria como solidários. Acreditamos, entretanto, que um cristão convicto que nutrisse alguma animosidade em relação ao sermão, buscaria evitar esse sentimento, se fosse levado a admitir que a pregação e a comunhão se constituem em um todo. É este o objetivo do argumento utilizado: vencer resistências, transferindo um valor positivo para alguma coisa que normalmente se rejeita.

Atribui-se, assim, o valor de uma tese aos resultados causados por sua adoção e, ao aplicar-se essa técnica à elaboração do *texto humorístico*, constata-se que a causa menos provável é normalmente a mais cômica, como no exemplo seguinte, em que um mesmo fato é considerado *meio*, em relação a um *fim* ou considerado *consequência* desse fato: “Como os habitantes de Tarragone foram avisar Augusto de que uma palmeira havia crescido sobre seu altar, ele respondeu: Vê-se bem que vocês não acendem o fogo ali frequentemente”. Conclui-se que os habitantes de Terragone queriam que o fato de a palmeira ter nascido sobre o altar fosse interpretado como um meio de provar a divindade de Augusto, enquanto ele viu, no mesmo fato, uma consequência de, provavelmente, não terem queimado oferendas em sua honra, descaso que teria permitido que a palmeira crescesse ali livremente.

Dos **argumentos de ligação que fundam a estrutura do real** apresentaremos um exemplo apenas da **analogia**, que “se esforça em reestruturar certos elementos do pensamento, em conformidade com esquemas aceitos em outro campo do real” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 216-217). Em outras palavras, conforme Pessoa (2005, p. 143), esses argumentos “são aqueles que generalizam aquilo que é aceite a propósito de um caso particular (ser, acontecimento, relação) ou transpõem para um outro domínio o que é admitido num domínio determinado”. Os argumentos dessa classe utilizam, além da *analogia*, o *exemplo*, o *modelo* e a *metáfora* e buscam, por meio da argumentação, mudar a adesão do auditório a respeito de uma tese, ou seja, convencê-lo a abandonar uma opinião e a adotar a ideia que o orador lhe sugere.

Um exemplo de *texto não humorístico* com emprego dessa técnica argumentativa, que parte da analogia de um caso específico para uma generalização, é o trecho seguinte de Aristóteles, extraído do “Tratado da Argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA,

2002, p. 424): “Assim como os olhos dos morcegos são ofuscados pela luz do dia, a inteligência de nossa alma é ofuscada pelas coisas naturalmente evidentes”.

A analogia, de acordo com Olbrechts-Tyteca, “é um dos modos mais fecundos de argumentação. Só é possível compreender toda sua riqueza, se virmos nela algo mais que uma semelhança incerta, imperfeita, menor” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 288). A autora sugere que a melhor forma de fazer justiça à analogia é ver nela uma semelhança de relações entre termos que pertencem a domínios diferentes. É esclarecedor o seguinte extrato do *Tratado da Argumentação* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 424): “Parece-nos que seu [da analogia] valor argumentativo será posto em evidência com maior clareza, se encarmos a analogia como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: **A** está para **B** assim como **C** está para **D**”. Olbrechts-Tyteca lembra que, além da semelhança de estruturas, a analogia tem ainda a função de transferir valores. Quando essa transferência é involuntária e desastrada, o riso pune essa inadvertência, como no exemplo seguinte de *texto humorístico*, extraído de Sterne (1946): “É um bravo o Rei William. Por Deus! exclamou meu tio Toby. E é ele quem merece a coroa! Ao que Trim esbravejou: Tão dignamente quanto um ladrão merece a corda” (apud OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 291). Nesse exemplo de “ligação” por analogia, o que ocorreu na frase final foi a transferência do aspecto negativo, que unificou rei e ladrão.

Assim, no exemplo não humorístico, houve um paralelo entre “os olhos dos morcegos” e “a inteligência de nossa alma”, ambos ofuscados pelos novos elementos em paralelo: respectivamente, “a luz do dia” e “as coisas naturalmente evidentes”. Essa analogia aplicou a mesma “visão cega do morcego diante da luz do dia” à “inteligência da alma”, mostrando, em ambos os casos, a cegueira diante de coisas naturalmente evidentes. Ocorre da mesma forma, no exemplo humorístico, quando o “merecimento do Rei William à coroa” é colocado em paralelo ao “merecimento do ladrão à forca”, num cotejamento que acarreta ao elemento comparado (o merecimento do rei à coroa) os aspectos negativos implícitos do comparante: um merecimento obtido por meios igualmente reprováveis. Há, então, nesse texto, como advertiu a autora, a transferência de valores negativos, pelo recurso à analogia.

2.2.2.2 Argumentos de dissociação

Concentramo-nos, finalmente, no último grupo de argumentos apontado por Olbrechts-Tyteca (e, da mesma forma, assim ordenados por ela e Perelman em sua obra anterior): os **argumentos por dissociação**, técnica que, segundo a autora, é a mais importante

para o pensamento. No caso do texto humorístico, a abordagem desse tipo de argumento nos oferece dois conceitos especialmente pertinentes ao estudo do mecanismo criador de humor: trata-se do próprio conceito de “dissociação” e, relacionado a ele, o conceito de “duplas filosóficas” — ponto que será detalhado ao final desta exposição. Desdobraremos esta seção, de acordo com essas duas noções, em: (a) a dissociação, e (b) as duplas filosóficas.

(a) A técnica argumentativa da dissociação

O recurso à dissociação ocorre geralmente quando surgem *incompatibilidades* que não podem ser anuladas pelas técnicas habituais e, no “Tratado da Argumentação” os autores assim a definem: “A dissociação das noções, como a concebemos, consiste num remanejamento mais profundo, sempre provocado pelo desejo de remover uma incompatibilidade, nascida do cotejo de uma tese com outras, trate-se de normas, fatos ou de verdades” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 468). Os autores notam que a dissociação não deve ser confundida com a “ruptura de ligação”, técnica a partir da qual se recusa a ligação de elementos. Essa distinção pode ser exemplificada por uma passagem de Locke (1894), citada no “Tratado da Argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 468):

(11) Nem o direito nem a arte de governar, escreve ele, acarretam necessariamente um conhecimento certo de outras matérias, menos ainda o da verdadeira religião. Pois, se assim fosse, como seria possível que os senhores da terra divirjam tão profundamente, como é o caso, em matérias religiosas?

Locke recusa, assim, o vínculo estabelecido entre o Estado e a religião, ou seja, considera o temporal separado do espiritual — o que consiste numa “ruptura de ligação”. Entretanto, para um adversário desse autor que considera o temporal implicado no espiritual, essa tentativa de Locke para separar os dois conceitos que, segundo o primeiro, eram naturalmente unidos e solidários, consiste em uma “dissociação”.

Entretanto, um exemplo sobre o qual não se discorda quanto ao recurso à dissociação é o seguinte trecho em que Husserl separa pensamentos filosóficos divergentes em duas vertentes: “filosofia” e “não-filosofia”:

(12) As lutas espirituais propriamente ditas, do humanismo europeu enquanto tal, se desenvolvem como *lutas entre filosofias*, a saber, entre as filosofias cépticas — são, antes “Não-Filosofias (*Unphilosophien*) que só lhes mantiveram o nome mas não a missão — e as filosofias

verdadeiras e ainda vivas (HUSSERL, 1949, p. 139, apud PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 497)

Se é evidente que pensamentos filosóficos, mesmo divergentes, inserem-se todos em “filosofia”, o efeito do recurso utilizado pelo autor para desqualificar uma determinada linha de pensamento filosófico foi, por meio de dissociação, considerá-la uma “não-filosofia”. No caso citado, o autor utilizou a dupla filosófica “real/aparente”.

O exemplo da *dissociação em texto humorístico* será dado a seguir, quando tratarmos das duplas filosóficas.

(b) As duplas filosóficas

Entre as formas por meio das quais se aplica a dissociação, Olbrechts-Tyteca considera, como o caso mais interessante para a argumentação, o das **duplas filosóficas**, cujo protótipo é a dupla aparência/realidade (e seus correlatos), par que já era encontrado na teoria das ideias de Platão. A autora nota que tais duplas têm papel eminente na filosofia, devido às relações que os termos I e II mantêm entre si e porque cada um possui um papel e um valor particulares. As duplas filosóficas distinguem-se das duplas simplesmente classificatórias, tais como par-ímpar, branco-negro, masculino-feminino, entre outras.

Olbrechts-Tyteca descreve a relação entre os termos das duplas filosóficas, dando-lhes a aparência de uma fração, sugerindo a dependência entre parte e todo. Assim, a dupla prototípica tomaria a forma aparência (daqui em diante, aparência/realidade) ou, numa

realidade

generalização maior, termo I (daqui em diante, termo I/termo II).

termo II

Estas duplas filosóficas ligadas entre si formam, conforme a autora, a trama dos sistemas filosóficos. Elas se distinguem das duplas simplesmente classificatórias, tais como par-ímpar, branco-negro, masculino-feminino, entre outras, pelas relações que os termos I e II mantêm entre si — apoiando-se por analogia ou por relação do particular para o geral — e porque cada dupla tem um papel e um valor particulares, de onde vem sua importância argumentativa.

A autora encontrou, nos vários casos analisados, duplas como as seguintes: meio/fim, ato/pessoa, indivíduo/grupo, ato/essência, símbolo/coisa, particular/geral que, em síntese, parecem equivaler à dupla prototípica.

Visando a melhor compará-las, apresentamos uma síntese das características dos dois termos analisados por Olbrechts-Tyteca. O termo I é aquele que é dado em primeiro lugar, que é o único diretamente conhecido, ele é uma expressão do termo II e, por essa razão, é considerado um substituto deste último. O termo II é uma construção, frequentemente irreconhecível sem a intermediação do termo I. É o termo II que corresponde geralmente à realidade e isso se compreende quando observamos que o termo II só é conhecido pelo caminho da aparência. É a realidade, no entanto, que serve de norma e é por essa razão que é esse termo II que vai permitir julgar as aparências e desvalorizá-las como tais. Assim, ao termo II está ligado o valor, constituindo-se ele na origem ou na essência do termo I, razão pela qual ele é construído para ser dissociado deste último. A aparência parece dissimular crenças e ideologias. O termo II é normalmente indicado pelo artigo definido, por demonstrativos, maiúsculas; corresponde ao “propriamente dito” e é conhecido quando se retira o que encobre o termo I.

Para assumir seu estatuto de aparência, o termo I, além de ser o termo imediatamente dado e, por essa razão, o único diretamente conhecido, deve apresentar como características que lhe são inerentes: multiplicidade, sobrecarga, obscuridade, artificialidade, e, em decorrência de alguns desses traços, ter também uma instabilidade maior que a do termo II. Para sinalizar a ocorrência do termo I, são utilizados adjetivos, advérbios e prefixos como: aparente, aparentemente, quase, pseudo, pretendido; ou pelo uso de aspas. Os termos que o apontam servem igualmente para qualificá-lo: o termo I corresponde a um erro, uma ilusão, um mito ou um sonho.

Na elaboração do cômico, conforme a autora, as duplas podem ser empregadas explicitamente, ou podem resultar do conteúdo do discurso, caso em que, normalmente, podem ocorrer de forma espontânea à mente do ouvinte. Insere-se no primeiro caso, o texto cômico de Devos (1967), por meio do qual Olbrechts-Tyteca escolhe demonstrar o humor causado pela dissociação da dupla aparência/realidade. Trata-se de um caso de nascimento de quintuplos, no qual escapou apenas um dos filhos — Antônio Bonnard — que acabou adotando a identidade dos irmãos ausentes. É por essa razão que, na cena transcrita a seguir, ele se encontra na prefeitura, pedindo cinco carteiras de identidade:

(13) O empregado: — Quem são estas pessoas?

Antônio: — Eles!... São cinco aspectos diferentes de minha personalidade.

O empregado: — Diga-me, então: eles se parecem com você?

Antônio: — Sim, mas não temos as mesmas expressões.

O empregado: — Bom, então, faça-os centrar.

Antônio: — Eles estão aqui, senhor.
 O empregado: — Onde?
 Antônio: — Diante do senhor.
 O empregado: — Diante... só vejo você.
 Antônio: — Eu, eu não existo mais, senhor, eu sou só aparência!
 O empregado: — Sim! Sim! Sim! Não é preciso tentar compreender. Você me pede bem simplesmente carteiras de identidade para cinco aspectos de sua aparência? Simplesmente assim?
 Antônio: — É isto! (DEVOS, 1967, apud OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 327)

Olbrechts-Tyteca nota que, à medida que a peça se desenvolve, o cômico se aprofunda e surge o que ela denominou “dissociações em leque”. Citando ainda pesquisa feita anteriormente por nós, em que adotamos o conceito de “bissociação” (e — é preciso esclarecer — não o conceito de “dissociação”), criamos, para situações similares, nas quais o mecanismo gerador de humor é reiterado, a expressão “bissociações múltiplas”, normalmente encontradas em textos humorísticos mais longos do que as piadas tradicionais.

O cômico é explicado pela autora sobretudo quando o empregado, surpreendido, traduz essa dissociação pela expressão confusa: “aspectos de sua aparência”, o que nos possibilita destacar a multiplicidade, que é uma das características dos termos I. O exemplo presta-se bem à análise dos dois termos, desde que foram explorados de forma tão explícita, que se tem mesmo a impressão de que o autor é que tivesse “dissecado” a dupla filosófica “aparência/realidade”, numa relação que, na maioria dos textos humorísticos, não é apresentada de forma tão explícita.

Quando Antônio Bonnard afirma ter assumido a personalidade dos quatro irmãos que morreram ao nascer, ele diz ao funcionário da prefeitura: “eu não existo mais, senhor, eu sou só aparência”, assumindo-se, assim, como representante do termo I. Ele é a aparência, que se opõe ao termo II, a realidade. Acreditamos que essa realidade esteja inserida no senso comum e é justamente a violação desse senso comum que, durante todo o diálogo, é questionada pelo funcionário. Como este não vê as outras “pessoas”, pede a Bonnard que as faça entrar, retruca a afirmação do rapaz de que “eles estão aqui”, questionando “onde”, desde que vê apenas seu interlocutor e não os irmãos que ele alega estarem ali. Ficam evidentes no aspecto defendido por Bonnard, as características do termo I: multiplicidade, sobrecarga, obscuridade, artificialidade, denunciando o fato de que suas quádruplas personalidades revelam sua ilusão, seu sonho de tentar manter vivos os irmãos falecidos. Após ver o funcionário da prefeitura traduzir a pretensão de Bonnard pela expressão obscura “aspectos de sua personalidade”, cabe ao leitor, que compartilha com esse funcionário o “senso da realidade”, compartilhar de seu raciocínio coerente e, por usar o real como referência,

contestar igualmente a dissociação dessa unidade criada pelo rapaz. É esse referente que vai ser contraposto à “aparência”, incompatível com o que o senso comum admite.

Acreditamos que a utilização da dupla filosófica prototípica “aparência/realidade” possa ser um instrumento metodológico útil, para ajudar a distinguir, num texto humorístico, os dois esquemas cognitivos que se opõem. Voltaremos a abordá-las, após tratar de teorias que usam outros recursos para opor esquemas cognitivos nas piadas.

O processo de separação desses dois termos recebe em Filosofia, como vimos, o nome de “dissociação”, processo que Olbrechts-Tyteca acredita estar na base da criação dos textos humorísticos. Após apresentarmos outras abordagens no estudo do humor, voltaremos a comentar esse conceito, relacionando-o a outros propostos igualmente por estudiosos do humor.

2.2.2.3 Da dissociação e das duplas filosóficas

Ao final da apresentação da teoria do cômico baseada na retórica, conforme proposta de Olbrechts-Tyteca, passamos para um comentário de pontos que mereceram uma atenção especial de nossa parte, em relação a outras teorias aqui debatidas.

O primeiro ponto é a comprovação de que o mesmo tipo de argumento tanto pode ser utilizado para o texto humorístico, quanto para o não humorístico. Examinemos os exemplos vistos, tomando o caso da aplicação da *estrutura quase lógica* que apela para relações matemáticas do tipo parte/todo — e que, pela clareza da relação que estabelecem, prestam-se mais a explicar os questionamentos que fazemos.

Para o texto não humorístico, foi citado o exemplo de Locke (1894) extraído do “Tratado da Argumentação” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 262), que reproduzimos neste ponto: “Nada do que não é permitido pela lei a toda a Igreja, pode, por algum direito eclesiástico, tornar-se legal para algum de seus membros”. Um texto humorístico que utiliza o argumento é o dos doze habitantes de Gotham, que, ao retornarem de uma pescaria, acreditaram que um do grupo se afogara, porque, ao contarem os companheiros, não incluíam a si mesmos no total — o que torna o texto risível. Não há dúvida de que ambos os textos utilizaram o mesmo recurso retórico: a exploração da relação entre parte e todo: no primeiro, a Igreja constitui-se no todo e seus membros na parte desse todo; na piada dos pescadores, o todo seriam os doze e a parte a contribuição de cada um para formar esse todo. A questão é que o primeiro texto não tem humor, enquanto o segundo é uma piada. O que os distingue? Tomemos as palavras da própria autora:

Se o cômico se liga particularmente ao que distingue a argumentação da demonstração, é sempre a primeira que é objeto de riso. Assim, **uma das ocasiões principais de rir** será a **argumentação quase-lógica**, a que apela para **esquemas demonstrativos formais reconhecíveis**. **O riso virá do fato de que se tomou esta argumentação, voluntariamente ou não, por uma demonstração**. Esta, por sua vez, constitui, parece, uma espécie de anexo bem protegido em que a gente se põs ao abrigo do cômico da retórica (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 44) (grifos nossos).

Fica, portanto, evidente que o que faz rir não é a utilização de um mesmo recurso argumentativo. Entretanto, a autora já nos advertira de que “o procedimento torna-se cômico desde que ele seja, **certo ou errado**, percebido como tal” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 43). Conclui-se que ela atribui a ocorrência do humor apenas ao reconhecimento da técnica argumentativa usada “com este fim”. Ou, ainda, ao fato de que, no texto humorístico, a técnica ter sido ilusoriamente considerada uma demonstração. Ora, no uso “sério” do mesmo argumento, ele foi “percebido como tal” (e a prova disso é o fato de ele vir como exemplo desse recurso argumentativo, no “Tratado da Argumentação”), mas, sobretudo, não apresentado ali como “demonstração” e sim como um dos tipos de esquemas argumentativos. E, se é o “desvio” ou, em suas palavras, um “esquecimento” (dado que a autora reitera em seu estudo) a condição para a técnica argumentativa ser considerada risível, qual dessas condições é realmente a que se relaciona ao humor? Em outro momento de seu trabalho, ela afirma:

A argumentação pode sempre tornar-se cômica. Ela se tornará assim, por um lado, porque se esquece, como acabamos de ver, de alguns de seus aspectos; por outro lado, porque, colocando certos procedimentos em destaque, a gente retira sua eficácia, damos-lhes um caráter tão artificial e inútil, que ficamos alegres em reconhecê-lo (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 43).

A explicação nesse ponto torna-se mais clara: não acreditamos que seja exatamente o “destaque de certos procedimentos”, mas mais que isso: é o uso desses argumentos de forma exagerada, causando, em consequência, um “choque” — como prevê a bissociação.

O que ocorre no texto dos habitantes de Gotham, que não se incluíam na soma dos doze pescadores? Parece-nos que a relação “todo/parte” foi destacada nessa narrativa, mas, paradoxalmente (já que a autora coloca os dois procedimentos como “alternativos”) parece ter havido um “esquecimento” ou um “desvio” (para usar sua expressão) na forma de aplicar essa relação. Concordamos com o fato de que, no texto humorístico em questão, a técnica “séria” perdeu sua eficácia, porque foi inadequadamente utilizada, mas não acreditamos que isso se

aplique ao uso dessa técnica especificamente, ou mais ainda — de qualquer técnica argumentativa. Acreditamos que haja um **“contraste” que realmente propicia o riso**, mas julgamos que esse contraste seja um procedimento mais generalizante e **não condicionado a tipos de regras do discurso argumentativo**: parece-nos que as “ideias” que se chocam no texto humorístico são justamente aquelas que se opõem nos dois extremos: por um lado, o do “senso comum” e, por outro, o “da incongruência” do dado apresentado, em relação a esse senso comum.

O segundo item a ser discutido é a oposição entre argumentos de ligação e argumentos de dissociação — que são apontados pela autora como técnicas que se opõem e que, no entanto, não são excluídas da criação do humor: ambas são utilizadas para esse fim (a justificativa desse item é provavelmente semelhante à do ponto anterior). Nosso intuito é verificar o fato de a autora considerar possível criar textos humorísticos, com a utilização de ambos os tipos de argumentos (de ligação e de dissociação), que parecem, de certa forma, opostos.

Uma análise linguística dos conceitos apresentados nos levaria a pressupostos criados pelas próprias terminologias, os quais nos ajudam a melhor distinguir os dois grandes grupos que se opõem. Iniciamos a distinção pelos argumentos de ligação, tratados neste ponto. Assim, ao se afirmar que os **processos de ligação “aproximam elementos distintos”**, pressupõe-se que esses elementos se manifestariam inicialmente no texto — antes do recurso à técnica argumentativa de ligação —, como claramente separados uns dos outros e, na sequência, justamente devido à utilização desse tipo de técnica, eles se “soldariam”, **formando um elemento único**. Conclui-se que o resultado do emprego de um argumento de ligação é um elemento único, cujas partes não eram solidárias e foram depois unificadas.

Para deixar mais cômoda esta avaliação final, torna-se mais prático rever, no início da discussão de cada um e antes de comentá-los, a forma como esses argumentos foram definidos pela autora. Os **argumentos por ligação** se constituem em “esquemas que **aproximam elementos distintos** e permitem estabelecer entre estes uma **solidariedade**” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 157). Assim, se **os processos de ligação “aproximam elementos distintos”**, pressupõe-se que esses elementos se manifestariam inicialmente no texto — antes do recurso à técnica argumentativa da ligação —, como claramente separados uns dos outros e, na sequência, justamente devido à utilização desse tipo de técnica, eles se “soldariam”, **formando um elemento único**. Conseqüentemente, o resultado de um argumento de ligação seria um elemento único, cujas partes não eram solidárias e foram depois unificadas.

Tomemos os mesmos exemplos **de ligação** citados na discussão acima. No exemplo de Locke, é evidente que alguém, ao criar, para um membro da Igreja, direitos que não estavam previstos para a Igreja como um todo, havia, com esta atitude, separado elementos que se constituem numa unidade indissolúvel: os membros da Igreja e a Igreja são a mesma instituição. O argumento de Locke (ao denunciar vantagens concedidas a alguns) aproximou os elementos que “algum direito eclesiástico” teria privilegiado injustamente. Da mesma forma, na piada dos pescadores de Gotham, cada um do grupo, ao se excluir no momento de verificar se ali estariam os doze, separou, em dois blocos, o que era “inseparável”: o grupo dos doze pescadores. Se, nos dois textos, a técnica de ligação “aproximou” elementos que não deveriam ter sido separados, há, pois, a utilização clara de argumentos do tipo “ligação”.

Verifiquemos, na sequência, os exemplos de **argumentos de dissociação**. Os **processos de dissociação** são “**técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo**, ou pelo menos um conjunto solidário” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 157-158). Uma análise linguística do conceito, a partir da definição desses argumentos de dissociação como “técnicas de ruptura, com o objetivo de **desunir** elementos” leva ao pressuposto de que, antes do uso da técnica argumentativa, havia um “bloco solidário”, ou, segundo a definição da autora: “um todo” que, “sofrendo” o processo argumentativo, tomou nova feição: mostrou partes que o constituíam (ou que não deveriam ser vistas como solidárias).

O texto de Husserl (1949), apresentado como não humorístico, propõe, como vimos, uma divisão impossível: a de correntes (ambas) filosóficas, de maneira que uma fosse considerada filosofia e a outra não. Parece-nos igualmente claro que, de acordo com a definição da técnica, houve realmente a aplicação do processo nesse exemplo: o autor tomou um elemento cujas partes apresentam-se inseparáveis e solidárias, na constituição do todo e propôs a desagregação dessas partes. Da mesma forma, o texto humorístico utilizado por Olbrechts-Tyteca (1974, p. 327) como exemplo, o texto de Devos (1967), em que o personagem, Antônio Bonnard recusa sua unidade, alegando carregar consigo, além da sua própria, a identidade dos quatro irmãos falecidos. Esse autor apresenta como fragmentado um elemento (a identidade) que, por definição, é exclusiva de uma única pessoa: houve, assim, o recurso à técnica da dissociação.

Esclarecemos que nossa análise não pretende contradizer a proposta da autora — ao contrário, embora não adotemos integralmente sua teoria, tencionamos extrair de seu estudo elementos que amparem nossa pesquisa. Em sua obra em parceria com Perelman

(2002) já se anunciava o fato de ambos verem a possibilidade de obter-se o humor por meio do emprego “caricaturado” de técnicas argumentativas, ou, no dizer de Perelman (no prefácio da obra de OLBRECHTS-TYTECA):

Tem-se a nítida impressão de que a linguagem natural, e seu uso humano, por oposição à linguagem formal da lógica e das matemáticas, e (por oposição) aos cálculos que ela autoriza, presta-se admiravelmente a um uso abusivo, fora das normas habituais, que são punidas pelo riso. O cômico do discurso chama nossa atenção sobre o que se poderia considerar como uma patologia, que permite cercar melhor os limites do uso normal e sério da linguagem (PERELMAN, apud OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 5).

Fica evidente que os dois autores do “Tratado da Argumentação” concordam sobre o fato de que qualquer recurso discursivo admite o uso humorístico; conseqüentemente, a única linguagem que não se prestaria a isso seria a linguagem formal, que é o caso da demonstração. Olbrechts-Tyteca (1974, p. 161) prova, então, pelo estudo do cômico, a diferença, que colocou como um de seus objetivos, entre demonstração e argumentação: lembra que “uma demonstração indireta pelo absurdo, tal como é praticada em geometria, não faz rir; enquanto que uma argumentação indireta pelo ridículo (tomado no sentido de “risível”, de “zombaria”) é, por essência, cômica”. A autora lembra que a zombaria pune a cegueira de quem não percebe uma incompatibilidade, esta, uma explicação do processo do ponto de vista sociológico. Observa, entretanto, que há também abordagens psicológicas que tentam explicar a incoerência, entre elas as teorias da dissonância cognitiva (conforme Festinger, 1957 — dado que comprovamos em textos do autor). Seguindo o mesmo procedimento que adotara antes em parceria com Perelman (na elaboração do “Tratado...”), essa autora engloba nas técnicas argumentativas por dissociação o **paradoxo** (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 504, citam exemplo do poeta Orphée: “É escrever sem ser escritor”), e ainda o paradoxismo, em que são reunidos: o **oxímoro** e a **antítese**. Concordamos com o fato de que tais figuras — adequadamente aproximadas — são recursos próprios para a criação da incongruência (básica para o humor), mas discordamos justamente do fato de não se adequarem à definição dos autores para a dissociação.

Conclui-se que não houve, da parte dessa autora, a intenção de separar argumentos que se prestassem melhor à elaboração do cômico. Embora a dissociação seja considerada por Olbrechts-Tyteca (1974, p. 321) “uma técnica muito mais importante para o pensamento”, a autora não considerou que essa seja a única opção para se criar o cômico da retórica e a definição da técnica da dissociação, além de não apresentar qualquer semelhança com a “bissociação”, de Koestler (1964), tem uma função justamente oposta à bissociação. O

ponto de maior divergência do conceito de dissociação está relacionado à ideia de que esse recurso ocorre geralmente quando se desejam **remover incompatibilidades**. Acreditamos que, dessa forma, se a contradição é uma “incompatibilidade” (que, em linguagem usual, chega mesmo ao extremo da **incongruência**, normalmente relacionada ao humor), a dissociação, tal como é apresentada, tem como propósito separar elementos para os quais não se admite uma solidariedade. Nos casos mais notáveis de contradição, a autora reúne o paradoxo, a antítese e o oxímoro — é um caso de incompatibilidade). Antes de admitir que a incompatibilidade pode estender-se a outras formas de argumentação, Olbrechts-Tyteca defende que ela fica restrita ao uso dos argumentos quase lógicos. Esse conceito é assim explicado pela autora:

O exame dos argumentos quase lógicos — e de todas argumentações, por outro lado — nos levou a colocar em primeiro plano a noção de *incompatibilidade*. [...] Em um sistema natural, por uma argumentação, chegaremos somente à conclusão de que as teses em presença são *incompatíveis*, ou seja, que, em certas circunstâncias, é preciso escolher entre elas. A incompatibilidade não é reconhecível formalmente. Ela resulta da natureza das coisas ou de uma decisão pessoal (OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 159).

Assim, mesmo no texto humorístico, a dissociação opera no sentido de separar ideias anteriormente solidárias, enquanto a **“bissociação”, além de aproximar ideias que se rejeitam**, também **“superpõe” esses dois esquemas de conhecimento, criando um novo plano incongruente**. E, diferentemente do que propõe essa autora, a incompatibilidade criada no texto humorístico, parece-nos, não o resultado de uma escolha pessoal, mas o resultado de um choque entre o pensamento do autor e alguma ideia que é um consenso entre a comunidade de falantes. E, por ser considerada um “choque”, é mais que incompatibilidade (termo que consideramos no caso quase um “eufemismo”): é uma incongruência

A dissociação — sobretudo em seu uso “sério” — é um raciocínio que (conforme Koestler) se processa de forma linear, ou seja, em um único plano. E, ainda que oponha ideias, a dissociação não é, em si, um recurso para criar humor, fato comprovado pelos textos *sérios* nos quais houve utilização dessa técnica. Na realidade, acreditamos que o mecanismo de humor não esteja ligado ao uso de técnicas argumentativas ou de outros fatores usados para verificar a presença do cômico. Além das categorias descritas por Olbrechts-Tyteca, como humorísticos, é possível também constatar que são humorísticos todos os exemplos apresentados por Travaglia (1991) em sua categoria do humor quanto a “o que provoca o riso”, ou ainda que são humorísticos os exemplos que ilustram técnicas examinadas por

Possenti (1998), quando este descreve a manifestação do humor do ponto de vista de recursos linguísticos de áreas variadas: sintáticos, semânticos, morfológicos, fonológicos, etc. Esses três estudos fazem classificações que não são específicas de textos humorísticos. Acreditamos que suas categorizações (indubitavelmente procedentes) apresentem realmente a utilização dos recursos apontados na construção do humor, mas, desde que não são recursos específicos da elaboração do riso (como esses autores mesmos o admitem) — por se manifestarem igualmente no discurso “sério” —, não podem ser consideradas “o” mecanismo básico da criação do humor. Travaglia (em artigo de 1990) compartilha com inúmeros estudiosos do humor, a ideia de que o mecanismo básico da criação do humor é a “bissociação”, mas, no artigo de 1991, ao fazer o levantamento de recursos (linguísticos ou não) que provocam o riso, infelizmente não examina em detalhes a dependência de tais categorizações a esse mecanismo geral. Uma exceção que constatamos foi o caso da ambiguidade, sobre a qual o autor afirma: “Já vimos que, devido à bissociação, a ambiguidade é um recurso básico no humor. A ambiguidade tem a ver com a ‘interferência de séries’ de Bergson, com os dois *scripts* de Raskin e todas as teorias cuja base é a bissociação” (TRAVAGLIA, 1991, p. 60).

Uma última observação sobre o trabalho de Olbrechts-Tyteca é relativa ao fato de, nas dissociações, destacarem-se as chamadas “duplas filosóficas” que foram apontadas anteriormente (tanto no texto humorístico, quanto no não-humorístico). Por encararmos os exemplos (não como filósofos, que não o somos), mas como linguista, acreditamos ver em vários dos exemplos de técnicas de ligação, as mesmas duplas filosóficas, ainda que, em muitos casos, a oposição se faça com um elemento implícito. É necessário esclarecermos, pois, um ponto: se as duplas se manifestam em texto tanto humorísticos como “sérios”, não são elas o elemento de base da construção do humor: acreditamos que sejam utilizadas em todas as estratégias discursivas em que o falante, para facilitar o estabelecimento da comparação, coloca, lado a lado, elementos que propiciam o raciocínio do destinatário.

Assim, no exemplo de Pitt (s/d, apud PERELMAN; TYTECA, 2002, p. 223), a “paz imediata e honrosa”, não haveria uma oposição de todos os termos, mas, por se tratar de uma contradição, deixaria implícitas as verdadeiras oposições (conforme o quadro de proposições contrárias, da Lógica – FIG. 8):

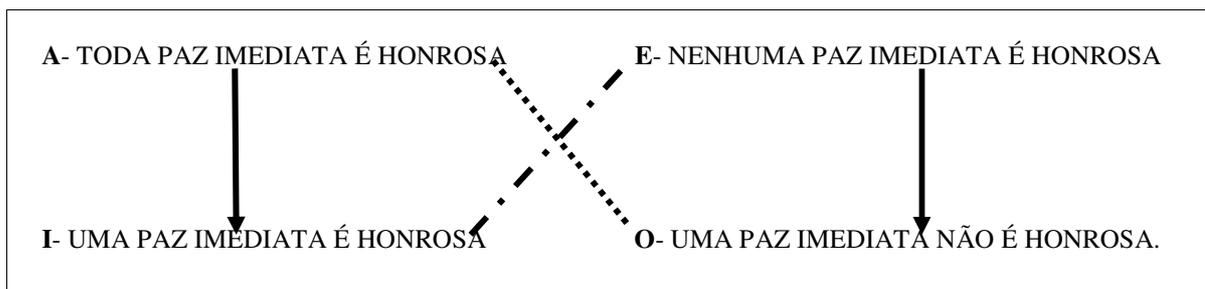


FIGURA 8 — Quadro das oposições em Lógica (baseado em FONTES, 2006).

No quadro acima, as linhas pontilhadas (A-O; E-I) marcam as contradições e as setas marcam as relações diretas (A-I; E-O) entre as possibilidades gerais e o caso específico, destacando o determinante e o predicativo que caracterizam o sujeito.

Acreditamos ver na opção ideal de paz “paz honrosa/paz imediata”, a contradição com o caso particular (paz não honrosa/imediata) que o autor condenava. E, aplicando a oposição das duplas ao exemplo, teríamos a *aparência* “condenável”, opondo-se ao que deveria ser a realidade (idealizada), a ser tomada como norma.

No exemplo cômico, da piada dos canibais, em que há nova contradição, temos (FIG. 9):

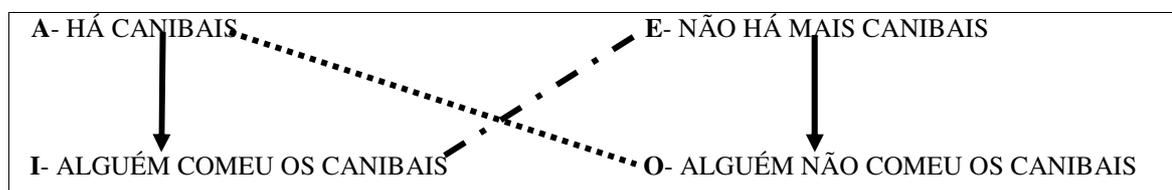


FIGURA 9 — Aplicação do quadro das oposições em Lógica

No quadro acima, da mesma forma que no anterior, as linhas pontilhadas (A-O; E-I) marcam as contradições e as setas marcam as relações diretas (A-I; E-O) entre a situação geral (universal) e a situação particular que a exemplifica.

Acreditamos ver na forma contraditória “E-Não há mais canibais/I-alguém comeu os canibais” a *aparência*, opondo-se à realidade, que deveria ser tomada como norma: “A-Há canibais/ O-Alguém não comeu os canibais”.

No exemplo com argumentos baseados na estrutura do real, o texto sério opõe a *unidade* “altar-púlpito” (a título de ilustração, aqui apresentados como uma “palavra composta) que seria a “aparência” que Bossuet (1964, apud PERELMAN; TYTECA, 2002, p. 297) pretende fazer seus ouvintes aceitarem, em oposição a “altar vs púlpito” (elementos distintos), que corresponderia à realidade.

Para a mesma técnica argumentativa, o exemplo cômico foi *o da palmeira*, cujo aparecimento os habitantes de Terragone foram reportar a Augusto. Teríamos, de forma bastante clara, a oposição entre “palmeira: símbolo da divindade de Augusto” como a aparência e “palmeira: sinal de que o altar de Augusto não estava sendo utilizado (a ponto de crescer ali uma planta)”, como a realidade.

No comentário do “tio Toby” para o Rei William (STERNE, 1946, apud OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 291), que é o exemplo cômico, teremos: como aparência “o Rei William merece a coroa” (igual a “o ladrão merece a força”), ou seja, “cada um fez por merecer”; mas a realidade (trazendo a conotação negativa implícita da segunda sequência: de desonestidade) fica: “o Rei William obteve a coroa por meios ilícitos (roubando o merecimento de outro”, igual a “o ladrão que mereceu a força por ter roubado”). O primeiro esquema de ideias se referiria aos merecimentos apontados, o segundo, a forma como se obtiveram tais merecimentos.

No caso das analogias, teríamos: no exemplo “sério”, citado de Aristóteles (Cf. PERELMAN; OLBRECHTSS-TYTECA, 2002, p. 297), como aparência “a inteligência da alma ofuscada” (igual a “os olhos ofuscados dos morcegos”), ou seja, “cega” (adjetivo nas duas sequências da comparação); e, como realidade, “as coisas naturalmente evidentes” (iguais à “luz do dia”). Em um esquema de ideias, os elementos cegos, em outro, as formas de luz.

Acreditamos que, ao se tomar como instrumento de análise a dupla “aparência/realidade”, evitam-se problemas de delimitação dos elementos de cada grupo, como já nos ocorreu anteriormente, em análises de piadas. Para se ter uma ideia dos erros possíveis que adviriam dessa falta de delimitação, citamos uma possibilidade de engano que seria facilmente cometida nos dois últimos textos: no texto de Aristóteles, poder-se-ia, à primeira vista, acreditar que a oposição ocorre entre “os olhos dos morcegos são ofuscados pela luz do dia”, que, por um lado, se constituiria num primeiro esquema cognitivo e, por outro, como um segundo esquema, constituído por “a inteligência de nossa alma é ofuscada pelas coisas naturalmente evidentes”. Parece-nos claro que não foram essas as duplas pretendidas pelo autor.

No exemplo humorístico de Sterne (1946), poder-se-ia, à primeira vista, tomar como primeiro esquema de ideias todas as informações a respeito do rei: “o rei William merece a coroa conseguida da forma X”, opondo-se a “um ladrão merece a corda conseguida da forma X”.

Em pesquisa anterior, adotando (como nos referimos) a bissociação como o mecanismo básico do humor, fizemos o levantamento das ideias que se opunham em cada piada e houve casos em que um mesmo texto apresentava a possibilidade de opor duas duplas diferentes de esquemas, tal como demonstramos nos exemplos acima. Essa aparente oposição de mais de uma dupla pode ter ocasionado a necessária opção por uma delas de uma forma ditada mais pela intuição do que pela precisão teórica, desde que nos faltava um instrumento metodológico que nos guiasse nesse reconhecimento. Continuando a adotar o conceito de bissociação teremos necessidade desse instrumento para identificar os dois esquemas que se chocam no fenômeno da bissociação e acreditamos que as duplas filosóficas possam exercer essa função.

Embora sua utilização na teoria do cômico de Olbrechts-Tyteca para a elaboração das técnicas argumentativas de dissociação vá suprir a falta desse instrumento de indicação efetiva das duplas em oposição, não foi esse o uso previsto pela autora, ao destacar essas duplas em seu trabalho e nem era esse o tipo de relação previsto para elas. Conforme Olbrechts-Tyteca (1974, p. 322), “os termos I como os termos II de duplas diferentes têm entre si ligações; estas duplas sustentam-se também por analogia; ou por relação do particular para o geral” e sua utilização no cômico estende-se a dois níveis: um primeiro, em que são empregadas de forma explícita pelo orador e um outro nível mais reflexivo, no qual normalmente se insere o riso de convivência.

Ainda que as duplas utilizadas nos textos de piadas possam manter as relações apontadas pela autora, um dado comum a elas — que tem a **propriedade de ser generalizável** (como nos interessa) — é o fato de “oporem planos de ideias”. Ficam, pois, as duplas filosóficas, como um instrumento metodológico que adotaremos, para identificar os esquemas cognitivos que se opõem. Fica descartado de nosso estudo o conceito de “dissociação” para substituir “bissociação”.

2.3 O choque dos dois esquemas cognitivos: a incongruência e as regras

Se os falantes compartilham conhecimentos e crenças, sustentadas por convenções que regem o sistema social, entre as quais acham-se inseridas as leis, os direcionamentos religiosos, até mesmo regras culturais sobre conduta e cortesia, é certamente uma forma de insurgir-se contra a rigidez desse sistema que faz nascer o cômico: ele surge da violação de alguma dessas regras que, por necessidade de consolidação do grupo, constituem-se, por vezes, em verdadeiros tabus. Sareil, em seu livro “*L’écriture comique*” (1984, p. 25),

considera que a “dessacralização” desses tabus é uma característica necessária para o texto cômico (considerando-se “dessacralizar” como agradar ou chocar, não deixar, enfim, que predomine a indiferença) e observa que a “dessacralização visa sujeitos aos quais é difícil ou perigoso tocar”. Dessa forma, a nosso ver, ele relaciona a questão das regras com a da incongruência.

2.3.1 As regras violadas pelo cômico

Persiste, no entanto, o questionamento sobre a **causa do riso**, desde que há textos tanto trágicos quanto cômicos que focalizam um mesmo tema, o que nos leva à citação de Sareil (1984, p. 53): “Entre a tragédia e a comédia clássicas as diferenças são bem menos sensíveis. Uma e outra representam a resolução de uma crise...” Assim, um mesmo fato, como a fome no mundo, por exemplo, pode gerar um texto dramático e outro texto risível, o que nos sugere que a diferença citada **não** está no nível do conteúdo particular a cada fato.

O que parece ser verdadeiro é que no texto trágico como no texto cômico, a causa da crise (para usarmos o termo desse autor) é a quebra de alguma regra. Se no texto trágico há igualmente a quebra de regras, por que o mesmo procedimento (esta quebra) teria, no cômico, a consequência exatamente oposta? Se a solução dessa crise comum provoca dois gêneros tão diferentes, a dessemelhança entre ambos estará, provavelmente, ligada a tais regras. Esta constatação leva-nos a vários questionamentos: “*Que regras são essas?*” ou “*Qual é a diferença entre as mesmas?*”; “*Que tipo de força exercem?*”; “*De que maneira a quebra dessas regras é solucionada?*”; “*Que aspectos da forma de cada gênero recebem interferência destas regras?*”

Em primeiro lugar, tentemos esclarecer, com o texto de Foucault (1996, p. 9), que regras são essas:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a **interdição**. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. **Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala:** temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (grifos nossos).

Foucault cita a questão de termos referentes à sexualidade, que só são permitidos ao pessoal da área médica ou biológica (por exemplo), porque estes os enfocam como ciência. Parece que os três tipos de interdições se revelam quando o leigo (ou seja: aquele que não tem direito ao discurso) usa tais termos (objetos envoltos em tabu), em circunstâncias ordinárias de fala (fora dos rituais “adequados”). Quando são encontrados os três tipos de interdições citados, os termos são considerados obscenos e, conseqüentemente, proibidos, de acordo com um “acordo tácito” do grupo social. Se o leigo referir-se a temas ou termos que se constituem em “tabus”, ao fazê-lo, é considerado pelo próprio sistema como alguém que está **quebrando uma regra**.

Tivemos oportunidade de notar que todas as definições anteriormente indicadas para referir-se ao fenômeno causado pelo choque de dois esquemas cognitivos apresentam um ponto em comum: **tal fenômeno se manifesta por meio de uma informação considerada incongruente**, de acordo com as previsões feitas pelo leitor para a sequência do discurso. Usando ou não a mesma terminologia, grande parte dos estudiosos do humor vêm confirmar dois pontos que igualmente defendemos: o fato de que **há regras que são quebradas na construção do cômico** de um texto e o fato de que **se obtém a quebra de tais regras por meio de uma incongruência**.

No entanto, se existe entre os estudiosos citados esse consenso quanto à manifestação de uma incongruência na oposição dos planos da piada, o problema principal é que a noção de “incongruência” não está claramente definida e nem mesmo os dicionários comuns trazem uma definição satisfatória do termo. Há estudos nos quais, além da denominação “genérica” (a nosso ver) de **incongruência**, são utilizadas expressões tais como: “quebra da lógica”, “conflito”, “ruptura de previsão”, “dissociação”, “significação discordante”, “incompatibilidade de elementos”, “contradição”, “dissonância cognitiva”, “paradoxo”. A título de exemplificação, sobre a inexistência de um consenso na designação do choque entre os esquemas da piada, grifamos, em citações de autores conceituados, os trechos que provam nossa constatação, entre os quais: “a lógica do risível e a lógica do cômico apresentam particularidades comuns: um certo *relaxamento geral das regras do raciocínio*” (BERGSON, 2002, p. 91); “*antítese do sensato e do insensato*, sobre o qual repousa o sentimento do cômico” (FREUD, 2007, p. 10); “o humorista está condenado a sofrer seu destino de um *fora-da-lei lógica*” (ESCARPIT, 1960, p. 109); “para criar o cômico, a maneira mais simples é *introduzir um elemento de incongruência que vá contra a forma usual de pensar*” (SAREIL, 1984, p. 137); “o humor resulta da percepção de uma situação ou

ideia [...] em *dois quadros de referência intrinsecamente coerentes mas habitualmente incompatíveis*" (KOESTLER, 1964, p. 35); "a coisa ou a narrativa da qual se ri, apresenta uma 'ruptura de determinismo', *uma dualidade, um conflito, um contraste de... lógicas*" (FOURASTIÉ, 1984, p. 88); "as teorias do cômico, embora se refiram a princípios transcendentais diversos, fundam-se todas sobre o princípio da *concomitância de elementos incompatíveis*" (GROJNOWSKI, 1990, p. 247); "os diferentes modos do cômico se baseiam na co-presença de *elementos incongruentes ou incompatíveis*" (EVRARD, 1996, p. 28). Enfim, a implementação do risível só é possível se se estabelecer uma "dupla natureza contraditória".

Visando à necessária demarcação dos conceitos teóricos a serem adotados nesta pesquisa e considerando que o termo "incongruência" pode ser tomado como um hiperônimo de "paradoxo" e "contradição", optamos por privilegiar as seguintes noções utilizadas por estudiosos de renome na área: **incongruência**, **paradoxo** e **contradição**. Consideramos, neste estágio de nosso trabalho, que já foi abandonada a noção filosófica de "dissociação", utilizada por Olbrechts-Tyteca (pelas razões já expostas), embora ocasionalmente possamos empregar esse termo no sentido que lhe emprestam os estudos linguísticos, ou seja, "dissociação", significando "*discordância, ou descontinuidade, que consiste em operar com estruturas sintáticas coesivas para associar termos cujos valores são mutuamente incompatíveis (ou que não pertencem à mesma isotopia*"⁴⁰ (DEMOUGIN, 1985, p. 455). Ao optar pela **bissociação** como mecanismo de base (a ser enriquecido com detalhes teóricos, conforme veremos no capítulo III), acreditamos poder concluir que a incongruência (ou paradoxo, ou contradição) é o "resultado" do recurso à bissociação.

Parece óbvio, então, que todos os pesquisadores do humor, ainda que não utilizem um conceito único, têm em mente uma noção bastante similar do que ocorre. É útil notar que essas mesmas noções são aplicadas tanto a textos trágicos, quanto a textos cômicos, ou ainda a textos aparentemente "neutros" (se pudermos assim denominar aqueles textos cuja informação se pretende isenta da interferência subjetiva, como é o caso de textos científicos, sobretudo de áreas como Física e Matemática, História, entre outras). Esse dado, da mesma forma, ganha importância na caracterização do mecanismo do texto humorístico, desde que,

⁴⁰ "A isotopia (conceito criado por Greimas, 1966, no domínio da semântica estrutural e em seguida vulgarizado em análise do discurso) designa globalmente os procedimentos que contribuem para a coerência de uma sequência discursiva ou de uma mensagem. Fundada sobre a redundância de um mesmo traço no desenvolvimento dos enunciados, uma tal coerência diz respeito principalmente à organização semântica do discurso." (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 332 – extrato).

usada isoladamente, a incongruência não se constitui numa condição suficiente para a criação do humor.

A resposta às outras questões acima formuladas pode estar, de acordo com Eco (1984), na **natureza dessas regras**. E ele contesta (e descarta) que a força diferente entre as regras do texto trágico e do texto cômico seja causada por certas diferenças estabelecidas entre ambos: universalidade para o trágico e particularidade para o cômico; e ainda o caráter nobre do personagem no primeiro, oposto ao caráter inferior do personagem no segundo. Ele nota que há tanto o trágico geral quanto o particular (exemplo deste é o caso da mãe que perde um filho) e que as duas formas sobrevivem; há igualmente o cômico universal (como o pastelão na cara, considerado risível por todos) e o cômico particular. De acordo com o autor, o ponto “não está (não apenas) na transgressão da regra e no caráter inferior da personagem cômica” (ECO, 1984, p. 345). Ele observa que no trágico nem sempre a regra é universal e, não sendo universal, não diria respeito a nós, o que não acontece, desde que, nas tragédias que pertencem a uma cultura estranha à nossa, o coro encarrega-se de esclarecer ao público qual a regra, em termos de valor ético ou coerção social. Dessa forma, todos se identificam com a Lei e compreendem quando esta é quebrada e, após o *castigo trágico*, igualmente compreendem quando essa mesma regra é reafirmada. Ele conclui que é o fato de a violação da regra pelo trágico não a eliminar que a torna universal.

No que se refere à maneira como as regras são violadas, Eco (1984, p. 346) coloca a hipótese que nos parece mais lógica: “O trágico justifica a violação (em termos de destino, paixão ou outro), mas não elimina a regra. Por isso (o trágico) é universal: explica sempre por que o ato trágico deve incutir-nos temor e piedade”. E o autor completa: “as obras cômicas dão a regra como suficientemente conhecida e não se preocupam em reiterá-la”.

Na afirmação acima, no aspecto referente ao cômico, destacamos dois dados: primeiro, o fato de *a regra ser suficientemente conhecida* e, segundo, *a não preocupação com a reiteração da mesma*. Justificamos o primeiro dado, com exemplo do autor sobre o “pastelão na cara” que “suscita o riso porque se pressupõe que, em uma festa, eles são comidos e não atirados na cara de ninguém”. Referindo-se à não-reiteração dessas regras quebradas, ele afirma: “O cômico não precisa da reiteração da regra, pois tem certeza de que ela é conhecida, aceita e não discutida, e assim permanecerá depois que a licença cômica tiver permitido brincar de violá-la, dentro de um dado espaço e pela interposição de uma máscara” (ECO, 1984, p. 350).

O autor cita o exemplo do carnaval, que só pode acontecer anualmente, porque, se houvesse vários carnavais durante o ano, a festa deixaria de ser reconhecida como tal: então, a

transgressão só se destaca em um fundo de cumprimento da regra. É possível identificar no exemplo o aspecto da teoria de Bergson referente ao “mecânico incrustado no vivo”, em que o “mecânico” corresponderia às máscaras, aos artifícios que envolvem o carnaval, estes, por sua vez, “incrustados no vivo”, ou seja: nas pessoas que vivem no resto do ano a normalidade do dia-a-dia. Dessa forma, para o cômico poder se manifestar como liberatório exigiria, antes e depois de sua aparição, o “triunfo da observância” (para usar os termos de Eco, 1984).

Escarpit, já em 1960, observava que “um excêntrico em seu estado puro não faria rir. Para que ele se torne cômico, **é preciso que sua anomalia característica se destaque sobre um fundo de normalidade ou sobre o fundo de uma anomalia contraditória**” (ESCARPIT, 1994, p. 22) (grifos nossos).

Eco cita ainda uma série da revista (de humor) MAD, com pequenas histórias que tinham por título: “Cenas que gostaríamos de ver”, em que um dos exemplos é um duelo apresentado de acordo com todas as regras do “bague-bague”, só que, no final, inesperadamente, o xerife é morto pelo bandido (o que causa o humor). Eco (1984, p. 349) conclui que “em todos os casos, **para fruir a violação, é necessário que a regra do gênero já seja pressuposta e considerada inviolável**” (grifos nossos). Segundo o autor,

o cômico parece popular, liberatório, subversivo, porque dá a licença de violar a regra. Mas ele a dá justamente a quem introjetou de tal forma essa regra, que passa a presumi-la como inviolável. **A regra violada pelo cômico é de tal modo conhecida, que não há necessidade de reforçá-la.** (ECO, 1984, p. 349) (grifos nossos).

Assim, a fome, por exemplo, na África, poderia dar origem a um texto trágico, que (semelhantemente à justificativa apresentada para a escravidão, no poema “Vozes d’África” - 1880, de Castro Alves) encontraria motivos grandiosos para explicar, em termos de destino, a situação trágica da fome no continente. Já em um texto cômico, a fome seria justificada, por exemplo, pela falta de iniciativa dos governos para sanarem este problema, ou pela atitude insensível da sociedade diante do sofrimento alheio. No trágico, a regra precisaria ser esclarecida, justificando-se talvez em razões utópicas, enquanto que, no cômico, as razões implícitas seriam facilmente encontradas, seriam consideradas óbvias. Além de óbvias, as regras do cômico não precisam ser reforçadas porque, sendo invioláveis, ninguém pensa em alterá-las.

Complementa este item a interpretação de Voese (1990, p. 12) sobre o fato de a piada, normalmente de autor anônimo, constituir-se, paradoxalmente, num texto polifônico, por meio do qual se manifesta a comunidade de falantes: “Na piada, o enunciante quase não

aparece como **origem da crítica**, ela já é **consequência de uma postura da coletividade**” (grifos nossos).

Referindo-se à sátira, ele faz um comentário que julgamos igualmente adequado para os textos humorísticos em geral: “O efeito cômico [...] advém da presença simultânea, na mente do destinatário, da **realidade social que lhe é familiar e sua reprodução distorcida**” (VOESE, 1990, p. 13).

Denominaremos as regras que regem o cômico de “regras do convívio social” e, embora acreditemos que as pessoas saibam, intuitivamente, o que é “**indizível, porque é constrangedor para o grupo social**” — frase com a qual caracterizaremos as **regras de convívio social** —, nem sempre é muito simples especificar o que ainda é regra e o que já deixou de ser, desde que as sociedades (mesmo de forma lenta) sofrem transformações. Há determinados temas que, para a maioria das pessoas, são verdadeiros tabus, tais como: um membro do grupo não citar aspectos negativos de pessoas recém-falecidas; não tomar atitudes (entre as quais, “não dizer coisas”) que comprometam explicitamente a própria face ou a face de outras pessoas presentes numa reunião; não explicitar defeitos físicos do outro e, ao contrário: só aparentar hábitos de acordo com a conduta moral considerada “conveniente” pelo grupo, ou seja, que não cause constrangimento (sobretudo publicamente), etc. Para a indicação específica dos tipos de regras que estão sendo violadas na piada, acreditamos ser necessário um estudo com este único objetivo, que não é o nosso.

Relacionando a questão da incongruência à das regras citadas, citamos Kolek: “A solução da incongruência, ou a descoberta do plano sobre o qual se resolverá a contradição, requer simplesmente uma identificação do código social típico de uma classe ou povo” (KOLEK, 1985, apud VOESE, 1990, p. 9). Assim, na medida em que apontam para a contradição (incongruência), estes elementos são ambíguos (no sentido de equívocos, incertos, vagos) e, conforme Voese (1990, p. 8) o texto apresenta “**traços comuns aos discursos que circulam na sociedade**, mas apontam na direção oposta ao convencional” (grifos nossos). Por esse motivo, a incongruência no cômico tem relação direta com a quebra das regras do código social de determinado povo, havendo certos textos humorísticos⁴¹ — em especial as charges — que só são compreensíveis para o povo que (re)conhece tais regras.

Em sua relação com o senso comum, pode-se afirmar que a incongruência na piada não equivale a algum tipo de incoerência relacionada à agramaticalidade da sentença; é,

⁴¹ Baseando-nos em mini-curso ministrado por nós no UNIPAM (19-10-2004), acreditamos que há exagero em se afirmar que as piadas são totalmente diferentes de uma cultura para outra: encontramos piadas idênticas de bêbados, sogras, advogados, traição conjugal, entre outros temas coincidentes, nas seguintes línguas: Português, Francês, Inglês, Alemão, Espanhol e Italiano.

sobretudo, uma inadequação pragmática: é um dado que é visto como **incongruente, paradoxal, discordante, mas em relação a um contexto inicial**, visto que remete, normalmente, às crenças mantidas pela comunidade de falantes. É interessante notar que Reboul e Moeschler (1998, p. 116), quando indicam sua intenção de demonstrar como se conciliam “de uma parte, uma visão dos sistemas cognitivos como a que têm Sperber e Wilson e uma abordagem parcialmente lógica dos fenômenos interpretativos, e, de outra parte, a noção de crença”, observam que, para essa noção, “Sperber e Wilson utilizam o termo ‘hipótese’ — *assumption* em Inglês —, que diz apropriadamente o que pretende dizer, ou seja, que não se trata de certeza”. Insistem, pois, no fato de que, “as proposições que entram na representação do mundo são, pois, geralmente constituídas de crenças, mais que de conhecimentos, ou seja, elas são frequentemente falíveis e podem revelar-se falsas” (REBOUL; MOESCHLER, 1998, p. 117). Propõem que se distinga *crença* e *conhecimento* pelo viés da **inferência lógica**, desde que a crença pode ser deduzida do conhecimento, mas sendo impossível ocorrer o inverso. Se, na etapa do processo interpretativo as hipóteses mais relevantes são as que primeiro se apresentam, acreditamos poder concluir que é, então, a **crença** (a primeira hipótese acessada pelo leitor), que vai opor-se à ideia apresentada pelo texto humorístico, gerando a incongruência.

2.3.2 Fourastié: a quebra das regras ou “ruptura do determinismo”

Jacques Fourastié (1983, p. 156), ao definir o humor, destaca igualmente a necessidade que existe de uma relação contrastante entre a realidade (vista como “normalidade”) e a incongruência: ele afirma que “o humor concerne, por uma zombaria sagrada, a arruinar o sagrado ‘princípio da realidade’. Mais nos afastamos do real, do ‘normal’ e do bom senso, mais se exulta de prazer”. Um exemplo mais característico de alegria — aparentemente sem razão — é a que (insistimos no exemplo) reina em época de carnaval: as causas estariam na fuga da normalidade, que seria, conforme Fourastié, a recusa do determinismo.

O determinismo é o escopo de uma teoria filosófica, segundo a qual tudo no universo é determinado por lei de causa e efeito entre os fenômenos e entre os atos humanos. Assim, tudo que ocorre em determinado momento é o efeito de alguma causa anterior e, com base nesse conhecimento, o ser humano pode fazer determinadas previsões sobre o meio em que vive, ou mesmo sobre o comportamento de outros indivíduos.

Desde que os seres humanos vivem em sociedade e as próprias convenções o ajudam, em termos de previsibilidade, Fourastié considera que o “determinismo” é o cumprimento previsível das regras e que a “ruptura do determinismo” é a violação — voluntária ou não — de tais regras. Ele se detém, assim, na análise da “quebra” destas regras, à qual ele atribui a causa do riso:

O homem ri cada vez que ele ultrapassa uma ruptura, um incidente, uma interrogação em um processo determinado previsto, antes da ruptura, como sem problema, normal e benéfico [...] o riso nasce de uma ruptura de determinismo. Espera-se uma coisa e acontece outra.” [...] “Assim, o **‘objeto risível’, a coisa ou a narrativa da qual se ri, apresenta uma ‘ruptura de determinismo’, uma dualidade, um conflito, um contraste de... lógicas**, da qual precisamente a tomada de consciência pelo candidato ao riso, depois a repetição, a persistência ou a solução convidam ao riso (FOURASTIÉ, 1983, p. 25-88) (grifos nossos).

Ao final de sua obra, Fourastié, compara os resultados de sua pesquisa àqueles apresentados por Koestler (1964), concluindo que os dois, por caminhos diferentes, chegaram a constatações semelhantes, ou seja, considera que as noções de “bissociação e de conflitos de determinismo, mesmo se não forem idênticas, têm um núcleo comum” (FOURASTIÉ, 1983, p. 200). Haveria, então, um paralelo entre “bissociação e bideterminismo”. Dessa maneira, ele considera que “o ponto de partida característico do risível é a percepção simultânea de dois ‘determinismos’ e a ruptura (ou, pelo menos, o esforço de ruptura) de um pelo outro” (Idem, p. 213).

Também julgamos que a teoria da incongruência (ruptura do determinismo, ruptura do previsível) parece estreitamente ligada à teoria de Koestler (1964) sobre a bissociação. Acreditamos que a busca da incongruência pode ter sido o caminho que levou Koestler (1964) à noção de bissociação, desde que a incongruência, como fundamento do estudo do humor, já era uma das linhas comuns a esta área de estudo. Quando compara sua própria teoria, a da “ruptura do determinismo”, com a teoria da bissociação de Koestler (1964), Fourastié (1983) chama as duas noções de “noções irmãs”. Este autor sugere integrar o *fator surpresa* ao conceito maior de bissociação, o que, a nosso ver, corresponderia a integrar a causa da surpresa à noção de “ruptura do determinismo”, já que a surpresa é um tipo de emoção *causada* por alguma coisa inesperada, a surpresa é a descoberta da ruptura do determinismo, ou “a descoberta da bissociação”. E é o próprio Fourastié (1983) quem fala desta ruptura como algo que “quebra” uma previsão; portanto, a surpresa marca o encontro de uma ruptura.

Coincidindo com o exposto sobre a natureza das regras violadas no cômico, Fourastié (1983) chama a atenção para o caráter prosaico destas regras e para o fato de que, após a perturbação causada pela incongruência, são restabelecidas, junto com nossa lógica e nossa confiança, “nossas regras de vida e nossa concepção de mundo”. Aceitamos que é este o caráter das regras (Cf. acima), embora acreditemos que o restabelecimento das regras não acontece de forma explícita: “as regras não são reiteradas, porque são suficientemente conhecidas” (Cf. ECO, 1984, p. 346).

Olbrechts-Tyteca, ao comentar que *toda lei é criada sobre o senso comum*, já havia observado que o normal é aquilo que nos guia mas também aquilo que nos coloca em alerta. Consideramos que as crenças mantidas pelo senso comum atuam como um “referente” para se distinguir a incongruência. A autora cita, a respeito desse ponto, além do conhecimento baseado no senso comum, o que ela denomina “presunção de interesse”, segundo a qual todo enunciado que nos é comunicado é suposto de nos interessar — presunção que está em conformidade com a Teoria da Relevância (e que provavelmente argumenta em prol tanto da ostensão, por parte do emissor, quanto da presunção de relevância, por parte do destinatário). Observe-se o exemplo citado pela autora:

- (14) Billy: — Papai, dê-me minha mesada para eu comprar balas.
 O pai: — Daqui a pouco, meu pequeno, daqui a pouco.
 Billy: — Dê-me tudo imediatamente e eu lhe contarei o que o leiteiro disse para a mamãe ainda há pouco.
 O pai: — Olha!!!.. pegue aí sua mesada. O que o leiteiro falou?
 Billy: — Bem... ele disse, como todos os dias: “Leite integral, como de hábito, Senhora?” (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 93).

A presunção citada é, evidentemente, reforçada pelo contexto, mas esse contexto, ainda conforme a Teoria da Relevância, é construído durante o processamento do texto. É, portanto, no início do diálogo entre pai e filho que o leitor cria expectativas ligadas provavelmente a questões sobre sexo e traição. Só neste contexto, que “esboça” ideias geradas dentro do senso comum, que é possível tornar incongruente outra ideia, igualmente coerente com o senso comum, mas não com a previsão feita pelo pai da criança e pelo leitor. O exemplo em questão vem de novo reforçar nosso ponto de vista a respeito de toda circunstância criadora de humor: a *ruptura da perspectiva* estabelecida pelo senso comum. Assim, rimos porque, por um momento, acompanhamos a expectativa do pai para a primeira interpretação, baseada na hipótese de uma relação “sexualmente duvidosa” entre sua esposa e o leiteiro. A ruptura ocorre — como veremos — pelo fato de o autor da piada aparentemente

nos guiar para um determinado esquema interpretativo e mostrar-nos, inesperadamente, outra interpretação possível, provocando a surpresa.

Nos comentários sobre os elementos previsíveis da piada acima, percebemos que tais conhecimentos acham-se estreitamente ligados ao conhecimento de mundo do falante, incluindo-se aqui, o conhecimento das chamadas “regras de convívio social”. Tal constatação prova que o determinismo é cultural, o que é ainda reafirmado quando Fourastié (1983) usa o termo “esquema”: “Habituar-se é instituir no próprio cérebro um *esquema representativo do real observado*. [...] A ruptura do determinismo caminha ao lado da ruptura da previsão” (FOURASTIÉ, 1983, p. 90). Entendemos que se trate do mesmo fenômeno.

Concordamos, pois, com o fato de que a ruptura só é detectável, a partir de um comportamento considerado dentro de padrões comuns, normais — previsíveis, enfim. O que distingue nosso ponto de vista do de Olbrechts-Tyteca é o fato de ela ver nisso uma relação com questões filosóficas de conduta, especialmente etiquetáveis em “cômico da interpretação”, relativa à escolha de dados (OLBRECHTS-TYTECA, 1974, p. 119) e, em nosso estudo, buscamos *um mecanismo que se aplique a todas as formas de criação do humor*, independente do tema que o texto aborde.

Citando o exemplo de um tombo, Fourastié explica que o determinismo, o previsível, o lógico é a caminhada sem imprevistos, enquanto a ruptura é o tombo. Assim, o que é “determinado” é o “discurso, acontecimento ou ação”, “cujos elementos, palavras, imagens ou frases, o desenrolar, enfim, é previsível, responde a uma certa lógica” (FOURASTIÉ, 1983, p. 33). Acreditamos, no entanto, que mesmo a previsibilidade esteja condicionada a critérios ideológicos. O mesmo exemplo citado por Fourastié poderia ocorrer sob duas visões ideologicamente diversas, mostrando que o grau de previsibilidade poderia variar e interferir no humor. Assim, se comparássemos dois tombos hipotéticos: num primeiro exemplo, há um senhor idoso, sério e digno que caminha com visível dificuldade e, apesar de parecer cauteloso, ainda assim, ao pisar numa casca de banana, escorrega e cai; num segundo exemplo, há um rapaz que transpira segurança e mesmo certo esnobismo e, embora caminhe confiante em si mesmo, ao pisar numa casca de banana, escorrega e cai. É provável que as pessoas (de acordo com seu nível de cultura e polidez) considerassem risível o segundo, mas não o primeiro tombo. Esse condicionamento ideológico, entretanto, não exclui o fato de que é o próprio determinismo que nos aponta, no primeiro caso, o respeito pelo velho que cai como a atitude mais normal e previsível.

Se o evento pré-determinado é o previsível, então a “ruptura do determinismo” é a quebra do previsível em qualquer situação, incluindo-se aí a situação de leitura. Se o leitor

cooperativo faz a previsão de encontrar coerência, quando surge uma incoerência durante a leitura — pretendida ou não pelo autor — ela causa uma “ruptura da previsão” ou uma “ruptura do determinismo”. Essa ruptura é considerada normalmente risível pelo grupo — o que lembra a teoria de Bergson, segundo a qual a sociedade cobra do indivíduo uma atenção constante e flexibilidade de adaptação, mesmo em situações inesperadas. Quem se torna vítima de um imprevisto torna-se risível para o outro — provavelmente pelo cálculo que esse outro faz de sua própria pessoa, em situação semelhante e, conseqüentemente, porque este associa alívio e crítica a quem não soube fugir do imprevistível.

Sucedem-nos, entretanto, um impasse, ao cotejarmos a teoria do determinismo de Fourastié, com a definição do termo, segundo um dicionário de Filosofia (JAPIASSU & MARCONDES, 1900, p. 68-69): “o princípio do determinismo universal é aquele segundo o qual todos os fenômenos da natureza estão ligados uns aos outros por relações invariáveis ou leis”. Segundo esse princípio, para o indivíduo que conhecesse as forças da natureza e a situação dos seres que a compõem, nada seria incerto. Esse conceito inicial, entretanto, passou por mudanças e atualmente e “não designa mais o ideal de causalidade necessária e de previsão infalível, mas o método de conexão condicional e de previsão provável” (ABBAGNANO, 2000, p. 246). Do conceito inicial, decorrem especificações, como, entre outros, o “determinismo genético”, o “determinismo social” (a primazia da sociedade sobre o indivíduo) e o “determinismo psicológico”. E, ao cogitar-se em “determinismo psicológico”, segundo o qual nossas escolhas e crenças seriam determinadas pela busca do prazer e da utilidade pessoal, indagamo-nos se a teoria da mente (Cf. seção 1.2.5.3 do capítulo I) não seria, até certo ponto, uma forma de “determinismo cognitivo” (se pudermos usar a expressão e, ainda assim, pretendendo que tal comparação seja tratada com a mesma moderação com que hoje se trata o determinismo). E, se o determinismo psicológico implicaria na negação do livre-arbítrio, o determinismo cognitivo, embora conduza o leitor na interpretação de representações comuns mantidas pelos usuários de uma mesma linguagem, permite-lhe distinguir (e mesmo antecipar) seqüências linguísticas previstas, como lhe permite distinguir o inusitado — como ocorre com o texto humorístico. E, ainda que adotemos o *conceito* tal como foi proposto pela teoria de Fourastié — tratando a surpresa que marca o ponto em que é “disparado” o humor como uma “ruptura de previsões” —, evitaremos, neste trabalho, a palavra “determinismo”, pelas conotações negativas que (fora do estudo de Fourastié) o termo infelizmente carrega, passando a utilizar, como substituto, o termo “previsibilidade”. Acreditamos poder afirmar essa noção de — determinismo-agora-previsibilidade — apresenta um aspecto metodologicamente muito positivo: é bastante útil para a análise de textos

cômicos se usada, como tentamos fazer, como critério na busca dos elementos previsíveis, comparando-os com o imprevisível causado pela bissociação.

2.3.3 A teoria dos “*scripts* semânticos” de Raskin aplicada ao humor

O que diferencia o trabalho de Raskin (1985) do de outros linguistas que, antes dele, basearam seus estudos na questão dos *scripts*, é que ele foi o primeiro a propor uma teoria semântica que, ao mesmo tempo, fosse baseada no *script* e que levasse o contexto em consideração, conforme palavras suas:

A meta da teoria semântica aqui proposta é considerar o sentido de cada oração em cada contexto em que ocorre. A teoria não incorpora nosso conhecimento inteiro do mundo e não reivindica que isto seja possível. [...] A teoria reconhece a existência do limite entre nosso conhecimento linguístico e nosso conhecimento de mundo e, sendo uma teoria linguística, não responde pelo que está no outro lado do limite. Porém, avança além do limite adicional, mais do que qualquer outra teoria semântica formal disponível (RASKIN, 1985, p. 63).

O autor argumenta que a sentença isolada só admissível para os linguistas, que foram treinados para fazer essa abstração, enquanto o falante, por sua vez, não se interessa por orações descontextualizadas, desde que, em qualquer discurso, elas vêm cercadas por outras que as precedem ou as seguem. Estando os interlocutores numa mesma situação comunicativa ficam ambos atentos às características dessa situação e, “se o contexto não é explicitamente determinado pelo discurso adjacente ou pela situação extra-linguística, o ouvinte supre essa falta com sua experiência prévia. Se o ouvinte não pode fazer isso, é muito improvável que ele compreenda a sentença como um todo ou, pelo menos, completamente” (RASKIN, 1985, p. 63).

Esse autor observa que a maioria das orações exigem algum tipo de recursividade semântica, mas que há casos que fogem a essa regra, em dois extremos distintos: de um lado, frases do tipo “o gelo flutua na água”, que podem ser parcialmente compreendidas sem o auxílio de elementos prévios; de outro lado, orações das quais o ouvinte não alcança a compreensão, porque não participou do discurso prévio do falante ou não compartilha de sua experiência anterior. Entre os possíveis exemplos desta situação, estão aqueles casos em que o falante provavelmente usou, em seu discurso, informações sob a forma de insinuações afetivas ou literárias, associações não universais e convenções, mensagens codificadas, tabus.

O sentido resultará da associação de todas as informações, tanto linguísticas quanto extra-linguísticas:

Esta informação contextual linguística e extra-linguística é levada em conta quando a oração é proferida e é compreendida e se torna parte do sentido planejado. Até mesmo quando o orador é exposto a uma única oração sem qualquer contexto, por exemplo, em uma experiência linguística como a do teste de gramaticalidade, ele imediatamente visualiza uma situação da qual a oração em questão pode fazer parte e sua compreensão dessa oração depende fortemente deste contexto imaginário. (RASKIN, 1985, p. 63)

Embora discorde de certos aspectos dos estudos de Grice (1982 [1975]), Raskin cita desse autor a noção de implicatura, outro dado com o qual defende a importância do contexto na elaboração do sentido da sentença.

Dessa forma, Raskin baseou sua teoria na recorrência semântica, segundo a qual as orações precedentes do discurso ajudam a contextualizar as seguintes. O autor explica que, no formato proposto para sua teoria, são incorporados dois componentes, o **léxico** (cujas informações aproximam o conhecimento do falante dos significados das palavras) e as **regras combinatórias** (cujas função é combinar os significados das palavras na interpretação semântica da oração inteira). Tomando-se, por exemplo, a palavra “*pássaro*”, ela provocaria a busca, nos esquemas cognitivos do leitor, de um *script* que não só identificará ‘pássaro’ como um animal emplumado, *avian*, bípede, mas também declara que pássaros voam, comem vermes, botam ovos, constroem ninhos, e assim por diante. Quando nova palavra é inserida no texto, surgem “regras combinatórias” que se encarregam de fazer uma espécie de “filtragem” de elementos impróprios, eliminando as incoerências. De acordo com Raskin (1985, p. 76), “este segundo componente se aproxima da habilidade do falante para derivar o sentido da oração fora dos significados das palavras que compõem a frase”, o que mostra o caráter pragmático que ele empresta a sua abordagem semântica.

A expressão “*scripts* semânticos” e os termos *schemata* ou *esquemas* — todos correlatos de matrizes cognitivas — são todos usados para referirem-se à maneira como o leitor, ao interpretar um texto, aciona o conhecimento de mundo além do contexto imediato do discurso:

O léxico da teoria semântica proposta é baseado na noção de *script* (Cf. Raskin, 1981). O *script* é um extenso pedaço de informação semântica que circunda a palavra ou é evocado por ela. O *script* é uma estrutura cognitiva internalizada pelo falante nativo e representa seu conhecimento de uma pequena parte do mundo. Todo falante tem internalizado um grande

repertório de *scripts* de "senso comum" que representam seu conhecimento de certas rotinas, procedimentos padronizados, situações básicas, etc., por exemplo, o conhecimento do que as pessoas fazem em certas situações, como eles fazem determinadas coisas, em que ordem, etc. (RASKIN, 1985, p. 80-81).

Numa visão geral desse conceito, Raskin distingue entre os *scripts* linguísticos e os não-linguísticos e, entre estes, *scripts* de informações enciclopédicas, de informações restritas e individuais.

Travaglia (1990, p.76) sintetiza bem o conceito de *frame* de Raskin, ao concluir: “um *script* é um feixe estruturado e formalizado de informação semântica inter-relacionada”, o que permite ao termo (utilizado originalmente no campo da Psicologia), uma aplicação em Linguística. Desta forma, o *script* refere-se a uma estrutura cognitiva dos interlocutores a qual diz respeito ao conhecimento do significado das coisas, eventos e procedimentos e constituindo-se, dessa forma, em um conhecimento mais abrangente que os verbetes de dicionários, ou seja: o *script* abrange todos os sentidos que estiverem, de certa forma, relacionados àquele elemento. Assim, qualquer palavra utilizada em um texto pode ativar um *script*, que pode ser comparado, conforme o autor, a uma espécie de gráfico com linhas, em cujos cruzamentos há “nós” semanticamente ligados. No caso de palavras ambíguas, o nó conduzirá simultaneamente a dois gráficos.

Raskin usa o termo “gatilho semântico recorrente” para o elemento que se refere a algo fora do conteúdo da oração individual e que força a recorrência para a informação anterior. Ele nota que a maioria dos gatilhos elementares de recursividade é *gramatical*. Assim, os gatilhos gramaticais significam recursividade semântica em virtude de se associarem a uma certa categoria gramatical (como é o caso do pronome, que é normalmente um anafórico), e eles fazem isto sempre e onde quer que apareçam, de uma maneira simples e prescritiva. Por outro lado, os gatilhos de recursividade semântica do tipo *lexical* são muito mais complexos, porque levam a informações semânticas adicionais em virtude de seu significado léxico individual⁴².

⁴² Considerando que Raskin apresenta como “gatilhos lexicais” expressões que teriam uma análise diversa na Linguística Textual (desde que ele engloba expressões adverbiais e conectores) — e, desde que não é nosso objetivo aprofundarmo-nos nessa questão— restringimos a informação sobre esse tópico. Entretanto, para não parecermos omissa, citamos o trecho em questão: “Os gatilhos léxicos levam a concluir informação semântica adicional em virtude de seu significado léxico individual, por exemplo, *e assim por diante, e assim sucessivamente* (como?), *semelhantemente* (para quê?), *supracitado* (o quê? onde?), *como também* (por quais padrões?), *próprio, adequado, ruim*, etc. (as perguntas em parênteses ilustram os tipos de informação semântica para cada exemplo porque, é claro, toda pergunta é exatamente isto — uma conclusão de certa informação)”.

O autor alerta para o fato de que “as ligações caracterizam frequentemente as relações entre os nós, mas não necessariamente em termos dos papéis atribuídos a um nó em relação a outro” (RASKIN, 1985, p. 82) e, para ilustrar, cita o seguinte exemplo:

(15) João tentou comer seu hambúrguer com uma colher mas não teve sucesso.

Ele explica que, embora um dicionário comum esclareça o significado das palavras-chave, como “comer, hambúrguer, colher, etc.”, não é possível considerar o sentido da oração apenas em termos do léxico. Assim, “nenhum destes itens lexicais, da forma como são descritos, i. e., *sanduíche, carne de boi, pão*, contém qualquer informação sobre o fato de que hambúrgueres não pertencem à classe de líquido ou substâncias secas que podem ser comidos com uma colher” (RASKIN, 1985, p. 83). O exemplo mostra que há muita informação que se deve mais ao domínio do “sistema em uso” — como já propunha Moita Lopes (1996) quando adverte que a linguagem não acontece num vácuo social, ou seja: tem alcance maior do que o espaço meramente físico — ela se refere ao lado social que lhe é inerente.

Os *scripts* permitem ao leitor acessar conhecimentos relativos a determinado esquema cognitivo, recortando as informações necessárias à situação comunicativa, para, dessa forma, alcançar o sentido pretendido pelo autor do texto.

Para aplicar à análise do humor verbal sua teoria semântica baseada no *script*, Raskin propõe, como hipótese principal que, para ser caracterizado como uma piada, um texto precisa satisfazer os dois itens seguintes:

- (i) O texto precisa ser compatível, completamente ou em parte, com dois *scripts* diferentes
- (ii) Os dois *scripts* com os quais o texto é compatível são opostos em um sentido especial (RASKIN, 1985, p. 99).

O “sentido especial” devido ao qual esses *scripts* se opõem decorre do fato de eles sobreporem-se parcial ou totalmente no mesmo texto e o autor, em princípio, sugere inúmeras duplas de oposição possíveis. Norrick (1986, p. 155), em resenha ao livro de Raskin, critica o fato de que esse “sentido especial de oposição” é paulatinamente ampliado em termos de variantes, tais como: “situação real/situação irreal; verdadeiro/não-verdadeiro; possível/impossível; obsceno/não obsceno; bem/mal; com dinheiro/sem dinheiro; vida/morte”.

Raskin sugere que é de interesse do ouvinte, ao seguir o Princípio de Cooperação e respectivas máximas da teoria de Grice (1975), considerar que a informação, em situações normais de comunicação, obedece a esse princípio e máximas: supõe, dessa maneira, que o falante evita ambiguidades, redundâncias e falta de clareza, que tenta ser relevante e verdadeiro naquilo que enuncia. Assim, ao ouvir frases como “Nosso médico nunca examina seus pacientes” e “Este bebê é o doutor de nossa aldeia” (Cf. RASKIN, 1985, p. 94), o falante fará um esforço para não tratá-las como desvios, se lhe for dada uma pista, por mínima que seja, de que essas orações são formas de comunicação realizadas com *boa fé*, ou seja, no modo *bona-fide* de comunicação. Essas pistas podem ser fornecidas pela situação. Para a primeira sentença, o fato de o médico, antigo na cidade, conhecer bem seus pacientes, poderia dar-lhe a segurança de fazer um diagnóstico acertado, apenas ouvindo-os descreverem seus sintomas — seria uma situação que forneceria dados pragmáticos para o ouvinte considerar não-literal e, ao mesmo tempo, *bona-fide*, o enunciado ouvido. A segunda oração poderia ser considerada correta, se o termo “bebê” fosse uma referência ao fato de o médico da aldeia ser muito jovem — fato que, sendo de conhecimento de ambos os interlocutores, não poderia ser tomada em sentido literal, embora o enunciado mantivesse o caráter metafórico. É evidente que as informações contextuais contribuem para que as sentenças sejam ou não tomadas em seu sentido literal.

A partir dos postulados de Grice para uma *comunicação bona-fide*, Raskin elabora regras de comunicação para a piada que, em oposição a esses postulados que lhes deram origem, são denominados *modo não bona-fide de comunicação*. De acordo com tais máximas, o ouvinte ficaria **preparado** para ouvir uma forma de comunicação que seria o inverso da comunicação cooperativa. Com base nesses dados iniciais, surge a segunda proposta de Raskin em relação ao estudo da piada: a de que o texto corresponde a um *script* geral, para o qual o autor estipula as condições pelas quais o falante deve se responsabilizar, ao elaborar uma piada:

- (i) Uma mudança do modo *bona-fide* de comunicação para o modo não *bona-fide* de contar piadas;
 - (ii) O texto ser intencionalmente uma piada;
 - (iii) Dois *scripts* (parcialmente) sobrepostos e compatíveis com o texto
 - (iv) Uma relação de oposição entre os dois *scripts*;
 - (v) Um gatilho, óbvio ou implícito, realizando a relação de oposição.
- (RASKIN, 1985, p 140)

Assim, inversamente ao modo de comunicação *bona-fide*, em que se espera que as informações de um texto sejam pertinentes e verdadeiras, na piada, ao contrário, o ouvinte é

levado a “entrar em sintonia” com o modo *não bona-fide* (não confiável) de comunicação que, neste tipo de texto tem o riso como objetivo.

Nos textos humorísticos, o gatilho (expressão adaptada pelo autor de seus “gatilhos semânticos recorrentes”), é um tipo de operador que se encarrega da mudança de *scripts*, cuja função o autor demonstra, ao apontá-lo como o elemento que desvia o sentido de um *script* para outro, desde que os *scripts* são analisados em termos de oposição. Norrick (1986b, p. 155) destaca um dado observado por Raskin: o fato de que a oposição não se dá linearmente, como no exemplo seguinte, que esse autor cita a partir de Raskin:

- (16) Um bispo inglês recebeu o seguinte bilhete do vigário de uma aldeia na diocese dele:
 — Senhor, eu lamento informá-lo da morte de minha esposa. Quem sabe o senhor poderia me enviar *um substituto / uma substituta* durante o fim de semana (RASKIN, 1985, p. 106) (Italicizados nossos).

Observamos que, ao traduzir, seria necessário uma adaptação de nossa parte, para conservar a ambiguidade do original, desde que os termos do Inglês: “*a substitute*” (visando a uma interpretação ambígua) podem ser entendidos tanto no masculino: *um substituto* (no caso, alguém para substituir o próprio vigário) ou no feminino: *uma substituta* (no caso, alguém para substituir a esposa do vigário). Raskin considera que, nesta piada, o “**gatilho semântico da mudança de script**” consiste na ambiguidade sintática de “substituto/a” e **admite** que, no exemplo, o *script* de sexo — em termos de contraposição de sentido — não é compatível com o de igreja (ou seja, não são “antônimos”). Norrick (1986b, p. 155), generaliza o dado percebido por Raskin, ao enfatizar o fato de que nem sempre as duplas de *scripts* são diametralmente opostas .

Norrick (1986, p. 239) cita, de Schank e Abelson (1977), a seguinte piada, para demonstrar o “funcionamento” dos *scripts*, de acordo com a teoria de Raskin:

- (17) Quando uma de suas viagens foi inesperadamente cancelada, um vendedor ambulante se encontrava passando a noite em casa com sua esposa. Os dois estavam profundamente adormecidos, quando, no meio da noite, bateram com força na porta dianteira. A esposa acordou com um sobressalto e gritou, ‘Oh, meu Deus! É meu marido!’ Ao que o marido pulou da cama, correu pelo quarto, e saltou a janela.

Observamos que, apesar de a situação, em seu conjunto, ser apenas uma, o sobressalto experimentado por marido e mulher ocorre individualmente, mas por uma razão comum a ambos, ou seja: cada um tem a impressão de estar sendo flagrado pelo cônjuge em situação de traição conjugal. Os autores citados, conforme Norrick, atribuem a reação da

mulher a um primeiro esquema e a reação do marido a um segundo. Se cada um dos personagens responde mecanicamente a esquemas diferentes, isto significa que um não compartilha a situação vivida sob o ponto de vista do outro. Assim, a mulher grita automaticamente, porque responde ao hábito de assustar-se quando um barulho na porta lhe dá a impressão de que é o marido que chega e pode surpreendê-la com um amante. O *script*, na visão do marido, é o do homem que, estando com uma amante, ouve-a gritar, preocupada pela chegada do próprio marido; por isso, respondendo automaticamente a um hábito, ele foge pela janela. Acreditamos que os autores pretendem considerar como “*scripts* distintos”, se compreendemos a maneira como cada personagem encara (vive) a situação.

Norrick observa ainda que, no final, a noção de oposição foi definida tão amplamente, que, mesmo pares como “relacionado a bondade / relacionado a maldade” e “não relacionado a sexo/ relacionado a sexo” contam — *simplesmente por serem pares* — e praticamente “a oposição “normal/anormal” englobaria a maioria das coisas que as pessoas não esperam” (NORRICK, 1985, p. 156). Ao comentar a análise da piada, este autor sugere dar preferência ao conceito de *non-sense* e considerar mais geral a crítica (deduzida do *script*) do texto:

De maior propósito que uma noção pobremente definida de oposição é a exigência tradicional de sentido absurdo. Nos termos de Raskin, o sentido absurdo pode ser formalizado como um mais alto nível de congruência entre os *scripts* opostos. No exemplo citado acima, a maior congruência consiste na possibilidade de o pedido do vigário se referir a uma mulher substituir a esposa dele. É claro que este *script* sugere sexo, mas, de uma forma ainda mais importante, insinua imoralidade na hierarquia de igreja (NORRICK, 1985, p. 156).

Não concordamos com Norrick a respeito de abandonar as duplas que se opõem no texto humorístico e, ao mesmo tempo, acreditamos que a incongruência deva ser sempre considerada — não de forma que um critério elimine o outro, mas utilizando ambos como instrumentos necessários de análise da piada.

Seguindo-se à constatação de que não é apenas a ambiguidade o operador de mudança de *scripts*, Raskin especifica a classificação do gatilho em textos humorísticos, acrescentando à ambiguidade, também a contradição:

Muitas piadas contêm um elemento que desvia o gatilho do *script* evocado pelo texto da piada para o *script* contrário, a mudança que produz a piada. Este elemento, chamado aqui de **gatilho de mudança de script semântico**, ou simplesmente **gatilho**, normalmente pertence, em piadas simples, a qualquer um dos dois tipos: **ambiguidade** ou **contradição** (RASKIN, 1985, p. 114) (grifos nossos).

Raskin constata, pois, que há dois operadores básicos de mudança de *script*. Para explicar o **gatilho de contradição**, o autor toma emprestada a seguinte piada citada por Freud (2007, p. 294): “Um tratante que estava sendo conduzido para ser executado na segunda-feira observou: — Bem, esta semana está começando lindamente!” (RASKIN, 1985, p. 24):

O gatilho da **contradição** é de uma natureza ligeiramente mais complicada. A piada da execução na segunda-feira, é um exemplo típico: o gatilho “começo”, enquanto perfeitamente compatível com “segunda-feira” e “semana”, **contradiz o fato que um começo insinua um fim** que é, desde o princípio, distinto, mas, no caso do homem que está para ser executado *o começo é o fim*, então, o *começo* não faz sentido (grifos nossos).

O autor mantém, então, que os gatilhos, em geral, ou derivam de **contradições** (que devem ser distinguidas de “oposições”, cujas ideias são apenas “confrontadas”) ou derivam de **ambiguidades**, entre as quais ele distingue: ambiguidade lexical (por homonímia ou polissemia), ambiguidade sintática, situacional e mesmo fonética. Há, entretanto, um detalhe a ser destacado: Raskin admite que o operador de mudança de *script* (gatilho) tem um caráter de certa forma dissimulado e pode mesmo não ser utilizado, aspecto que ele considera de menor importância em sua teoria.

Em sua proposta final, Raskin limita também as oposições a apenas três categorias binárias, baseadas na oposição **entre as situações “reais” e “irreais”** que as piadas descrevem ou evocam:

O primeiro tipo distingue claramente entre a **situação real** na qual o herói da piada se acha ou, de forma um pouco mais geral, em que a piada é o cenário **real**, e uma **situação não-real** ou **situação não-existente** que não é compatível com o cenário real da piada. [...] O segundo tipo introduz o **estado de coisas normal esperado** e o opõe ao **estado de coisas anormal e inesperado** [...]. O terceiro tipo distingue entre uma **situação possível, plausível** e uma **situação completa ou parcialmente impossível** ou a uma **situação muito menos plausível** (RASKIN, 1985, p. 111) (grifos nossos)

Entretanto, essa tentativa de restringirem-se essas oposições a um denominador comum — que abrangeria todos os grupos —, se este denominador for tomado a partir de um critério *avaliativo* como “bom/mau” ou “normal/ anormal” pode justamente entrar em contradição com piadas que, de uma cultura para outra, podem/ou não ser consideradas humorísticas.

Em artigo publicado em 1987 ("*Humor and Truth*") o autor opta por eliminar a primeira condição que propusera para o *script* do humor: “(i) Uma mudança do modo *bona-*

fide de comunicação para o modo não *bona-fide* de contar piadas” (aqui repetida para facilitar a leitura). Raskin (1998, p. 99) assim se justifica: “O que faz do humor uma expansão natural do [modo] *bona-fide* de comunicação é que este último e o modo de contar piada são ambos cooperativos”. O autor reflete que os interlocutores de um texto nos dois modos de comunicação estão interessados em manter uma sintonia. E, por outro lado, mesmo quando a comunicação é considerada *bona-fide*, ele questiona quanto de verdade pode ser estimada nessas trocas comunicativas (a título de exemplo, cita, desde conversas acadêmicas a programas de televisão). Conclui que há alguma verdade, mas, ainda assim, há inúmeros déficits informativos, há muita subjetividade, há crenças e preconceitos durante essas trocas — não se podendo, pois, afirmar, que a verdade seja uma condição *sine qua non* para as pessoas se comunicarem e nem para compreenderem as informações trocadas. Por exemplo, ao dizer: “Maria vai para São Paulo”, o enunciado é perfeitamente compreensível, mas pode ser uma informação verdadeira ou mentirosa, considerando que esse valor de verdade não interfere no sentido. Assim, a ideia de que a função primeira da linguagem seja a transmissão de verdade e que, por essa razão, deve haver uma fidelidade ao “mundo real” é considerada por Raskin uma **noção falaciosa** que vem refletir-se negativamente na concepção do humor. Essa nova concepção do autor, a nosso ver, é um avanço em sua teoria e é, sem dúvida, uma atitude que provoca uma “reviravolta” em sua teoria, amplamente difundida e adotada por muitos estudiosos do humor. Mas, se esse procedimento do pesquisador, por um lado, anula pontos teóricos que antes defendeu, por outro, aponta para a seriedade de seu trabalho, desde que, à medida que ele avança, ajusta sua proposta teórica de uma forma mais produtiva para fins de análise e explicação dos fenômenos estudados. Sua mudança é justificada pela realização de estudos recentes, em parceria com Attardo (1991), o que levou os dois pesquisadores a proporem a necessidade de mais ferramentas para a análise do texto humorístico, de forma a atender uma tipologia mais abrangente de textos. A partir dessa revisão, os dois autores propuseram nomear a teoria de *General Theory of Verbal Humor* (GTVH), *Teoria Geral do Humor Verbal* e, nessa nova perspectiva, eles passam a contemplar contribuições de outras áreas da Linguística, sobretudo da Linguística Textual, da Análise do Discurso, da Teoria da Narratividade e da Pragmática. Passam, portanto, a privilegiar aspectos como contexto e processos de raciocínio, que, nos mesmos moldes do estudo que desenvolvemos aqui, envolve um novo direcionamento da Linguística Textual que, para bem atender à interpretação de textos, não ignora os aspectos pragmáticos e cognitivos que interferem na construção destes. Entretanto, não registramos a proposta de Attardo (cujas tendências parecem predominar nesses estudos conjuntos dos dois autores), sobretudo porque

este, individualmente, atém-se a pontos teóricos propostos por Grice. Embora a Teoria da Relevância, que adotaremos, tenha tomado como de base muitos aspectos da teoria griceana, esta não está em consonância com aspectos que são melhor explicados pela teoria de Sperber e Wilson.

2.3.4 A análise de Violette Morin para a historieta cômica

O artigo de Violette Morin, de 1966: “*A historieta cômica*” (traduzido em 1973 para o Português), que estuda os textos humorísticos curtos (piadas) e que veio a posteriormente servir de modelo para outros estudiosos do texto humorístico, baseou-se na teoria estruturalista de Greimas (1966), ou seja, uma teoria que procura definir as relações entre os elementos de um conjunto e entre esses elementos e o todo. Milton Pinto (1873, p. 8-9), na introdução do livro, observa que “a noção de estrutura em ciências humanas não difere muito do que em matemática se denomina um conjunto: um todo constituído por partes articuladas”.

Cabe, neste ponto, apresentarmos uma justificativa para o fato de estarmos abordando uma teoria de humor que se baseia no estruturalismo, quando nosso propósito é apresentar um modelo que explique o mecanismo do humor, a partir da bissociação (de base cognitiva), sugerida por Koestler (1964), enriquecê-la com elementos da Teoria da Relevância, que é uma teoria da comunicação, também amparada pela cognição. Acreditamos que a questão da bissociação, como foi apresentada por Koestler — sobretudo a compreensão do surgimento do terceiro plano (ou “matriz”) — decorrente do choque entre os dois planos originais — pode ficar mais clara, se observarmos a semelhança que ocorre nas análises das três funções da “historieta cômica”, feita por Morin. Vemos similaridade igualmente entre o “disjuntor”, proposto por essa autora e o “ponto L”, da teoria de Koestler.

O *corpus* estudado por Morin foi coletado durante um período de 180 dias, do jornal *France-Soir*, na rubrica intitulada “A última”, que, em comentários da autora (1973, p. 1724), “apresenta cada dia uma historieta breve e engraçada”, com um número de palavras que varia entre 25 e 40. Após suprimir redundâncias e recuperar informações elípticas, operação que visava a restabelecer “a linearidade do traço de espírito” desse tipo de texto, a autora considerou possível localizar as funções dessas narrativas. Para nos situarmos na terminologia utilizada por Morin, é necessário, inicialmente, que tomemos a explicação que Barthes (1973, p. 27-29) dá para o termo “função”, do ponto de vista desta teoria:

Segundo a perspectiva integrativa que foi definida aqui, a análise [da narrativa] não se pode contentar com uma definição puramente distribucional das unidades: é preciso que a significação seja desde o princípio o critério da unidade: é o caráter funcional de certos segmentos da história que os torna em unidades: donde o nome de “funções” que se deu imediatamente a estas primeiras unidades. Desde os Formalistas russos constitui-se em unidade todo segmento da história que se apresenta como o termo de uma correlação. [...] A função é evidentemente, do ponto de vista linguístico, uma unidade de conteúdo: é “o que quer dizer” um enunciado que o constitui em unidade funcional, não a maneira pela qual isto é dito.

Segundo Morin (1973, p. 174-175), este tipo de texto humorístico consta de pequenas histórias, “todas redutíveis a uma sequência⁴³ única que coloca, argumenta, e resolve uma certa problemática”. Esta sequência, segundo a autora, parece ser articulada em três funções que, de acordo com a teoria de Greimas, ela assim distingue e ordena: primeiro, uma *função de normalização*, em seguida, uma *função locutora de deflagração* e, finalmente, uma *função inter-locutora de distinção*. A função de normalização situa os personagens no texto; a função locutora de deflagração (ou função locutora de engate, ou entrelaçamento, ou embreagem) apresenta o problema a ser resolvido; finalmente, a função interlocutora de distinção, ou de disjunção, “desamarra” o problema, encontrando-se na última o reverso (a reviravolta, a ruptura, a “queda” inesperada). De acordo com a autora, “esta última função faz bifurcar-se a narração do ‘sério’ para o ‘cômico’, e dá à sequência narrativa sua existência de *narrativa disjunta*, de historieta ‘última’” (MORIN, 1973, p. 175). A autora observa que “a bifurcação só é possível graças a um elemento polissêmico⁴⁴, o disjuntor, sobre o qual a história deflagrada tropeça e se volta para tomar uma direção nova e inesperada” (MORIN, 1985, p. 175).

Tomemos um exemplo da autora para demonstrar, em um esquema, essas funções.

(19) Dois ladrões saem da prisão.

Primeiro ladrão: — Vamos tomar alguma coisa?

Segundo ladrão: — De quem? (MORIN, 1973, p. 193)

O esquema de Morin (1971, p.187) corresponderia ao QUADRO 10 (numa adaptação nossa):

⁴³ “Em narratologia, a sequência é a unidade da narrativa constituída de pelo menos três proposições” (DEMOUGIN, 1985, p. 1466).

⁴⁴ Embora consideremos de grande interesse a teoria de Morin, julgamos que ela fez, nesse ponto, uma generalização que não procede: acreditamos que a passagem da narrativa do sério para o cômico seja realmente “marcada” por um elemento, que podemos denominar “disjuntor”, ou “gatilho”, ou “ponto L”, mas não concordamos com o fato de que esse disjuntor seja sempre “um termo *polissêmico*”, como será demonstrado adiante.

QUADRO 10 - Quadro das três funções da historieta cômica.

<i>Função de normalização</i>	<i>Função locutora de deflagração</i>	<i>Disjuntor</i>		<i>Função interlocutora de disjunção</i>
		<i>Tomar</i>		
Dois ladrões saem da prisão.	Primeiro ladrão: — Vamos tomar alguma coisa?	= beber algo (fala do 1º)	= roubar algo (fala do 2º)	Segundo ladrão: — De quem?

Observamos que é na etapa da função de deflagração que o disjuntor surge, mas ele só adquire seu caráter incongruente na última sequência (na função interlocutora de disjunção), na base da qual está o “disjuntor”, termo cuja escolha é assim explicada por Morin: “É preciso arriscar este neologismo, pois ‘disjuntar’ não é ‘separar’: trata-se de um conceito analítico, oriundo de noção de disjuntor”⁴⁵.

Morin (1973, p. 176), observa que é o disjuntor que permite classificar as piadas e, segundo ela, as narrativas distinguem-se pelos tipos de disjunção: “Distinguimos as narrativas com *disjunção semântica*, quando o disjuntor é um signo, das narrativas com *disjunção referencial*, quando o disjuntor é um elemento ao qual se referem os signos, um referencial”.

Um exemplo de texto com o primeiro tipo, a *disjunção semântica* é o seguinte:

(20) Um marido aconselha sua mulher a fazer tricô.

A mulher: — Não tenho tempo de fazer tricô, a cozinha não me deixa.

O marido: — Sim, mas o tricô, este não queima

(MORIN, 1973, p. 177).

A autora nota que, no exemplo acima, a função de normalização fica na primeira frase e a de deflagração, na segunda. Ela indica a oposição “cozinha/tricô” como o disjuntor e explica da seguinte maneira a função interlocutora de disjunção: “O marido: — Sim, mas o tricô, este, não queima. Subentendido: Prefiro que você faça muito tricô e que não tenha tempo de cozinhar”. Na realidade, acreditamos que a inferência final provavelmente seria a de o marido querer evitar que a esposa lhe servisse comida queimada — o subentendido apontado por Morin constituindo-se numa etapa intermediária (que pode nem mesmo ser

⁴⁵ Pela falta de maiores esclarecimentos da autora a respeito da origem do termo por ela adotado, ficamos com a hipótese de que (por sua formação em Filosofia) ela tenha tomado esse termo da Lógica, em que “disjunção” (da mesma forma como é utilizada pela Linguística Textual) significa *alternância*, cujo operador prototípico é “ou” e tanto pode significar inclusão quanto exclusão (poderia também significar apenas “exclusão”, mas a autora descarta o sentido de “separação”). Concebido sob o aspecto “analítico”, supomos que se devam levar em consideração os elementos constitutivos de cada sequência.

considerada humorística), antes de atingir o implícito final. No exemplo, a classificação de disjunção semântica é explicada pelo fato de o signo “cozinha” ser cotejado ao signo “tricô” — ambos metonímicos, já que cada elemento não remete diretamente ao seu referente, mas a uma situação, da qual esses signos fazem parte. Assim, é metonímica, por exemplo, a alusão a “cozinha”: não é “a cozinha” que queima, mas a comida que a mulher faz ali. Conclui-se que não há uma referência direta entre o signo e o referente para o qual ele remete.

Um exemplo do segundo tipo, a *disjunção referencial* é o exemplo:

(21) Um turista em Londres encontra um garoto.

O turista: — Diga, menino, vê-se com frequência o sol por aqui?

O menino: — Não sei, meu Senhor, só tenho treze anos.

Neste exemplo, as três funções (função de normalização, função locutora de deflagração e função interlocutora de disjunção) correspondem, respectivamente, a cada uma das três frases. E é possível verificar que a disjunção é referencial, porque é justamente o fato de o menino ter treze anos (e não ter visto o sol) que é um índice (ou “parte do índice”) da frequência com que o sol aparece.

Morin (1973, p. 194) aponta para o fato de que “há nestas narrativas duas lógicas consecutivas e heterogêneas, a normal contra a parasita, que a coerência formal da narrativa liga uma à outra”. Dessa forma, nas narrativas por ela analisadas, o que o primeiro personagem traz para o texto — sua presença, suas opiniões — é levado em consideração pelo interlocutor, em sua resposta: é a partir desses dados que o segundo personagem articula sua refutação – a narrativa parasita destrói a normal.

Ao discutir a função interlocutora de disjunção numa das análises de Morin, Jardon (1988, p. 35), após comentar que essa terceira função “dá à narrativa sua existência de narração *disjunta*, de última história”, também reconhece similaridades entre esse aspecto da teoria de Morin e outros apontados por alguns dos autores contemplados em nosso estudo. Observa que “encontramos aí facilmente a *bissociação* de Arthur Koestler” (1964) e “a interferência de séries de Bergson (2002)”. Com o mesmo propósito, refere-se ainda à teoria dos *scripts* semânticos aplicados ao humor, nos seguintes termos: “Victor Raskin, em *Semantic Mechanisms of Humor* (1985), reconhece a presença na história cômica, de dois textos que se sobrepõem e que, em um certo sentido, opõem-se”. Os comentários de Jardon sugerem uma semelhança nas análises dos quatro autores, ou seja, ainda que cada um tenha utilizado denominações diferenciadas, o fenômeno ao qual se referem é o mesmo: “interferência de séries”, conforme Bergson; “planos de referência, contextos de associação,

universos do discurso”, e, finalmente, “matrizes de pensamento”, segundo Koestler; “dois *scripts*”; na teoria de Raskin e, nas expressões de Morin (não sistematizadas, mas usadas para referirem-se às ocorrências de mudanças nas análises): “narrativa normal versus narrativa parasita” ou “sistemas ou **semias** disjuntas”.

Embora o estudo de Morin seja desenvolvido numa área que não optamos por adotar, é inegável o fato de que ele traz contribuições valiosas — estas, passíveis de sofrerem adaptação e, portanto, de serem adotadas em outras teorias. Em sua proposta, ela apresenta novas subdivisões para os dois tipos gerais de disjunção e, por considerar que as piadas são (mais que jogos de palavras) jogos de “signos”, é no nível dessas considerações teóricas que ela analisa as formas de disjunção (“disjunção semântica” e “disjunção referencial”) e os modos disjuntivos de articulação: bloqueada, regressiva e progressiva (com novas variantes), que não focalizaremos em nosso estudo.

Essas novas categorizações de piadas privilegiam a Semiótica e não têm a relevância dos dados que aqui selecionamos a partir de seu trabalho, estes, a nosso ver, de interesse para qualquer estudo de humor, devido à sua generalidade e abrangência. Nos moldes dos itens que destacamos — com elementos afins aos estudos tanto de Koestler e Raskin, quanto de Bergson ou Freud, que falam sempre de uma incongruência criada pelo texto cômico —, está o trecho com que ela encerra este trabalho: “Na narrativa disjunta, a anomalia [...] impõe um fim de narrativa que é o fim de tudo [...]. A anomalia disjuntora não é esclarecedora, mas destruidora” (MORIN, 1971, p. 200). Depois da incongruência, **a piada não tem mais nada para oferecer**, diferente do que foi proposto por Suls, como veremos mais adiante.

2.3.5 Operadores de mudança de esquema cognitivo

Aos elementos que estão no ponto da deflagração do humor, marcando a mudança brusca de um *script* para outro, Raskin (1985) deu a designação geral de “operadores de mudança de *script*” ou simplesmente “gatilhos”, enquanto Morin os denominou “disjuntores”. Porque esses elementos apresentam certos traços discrepantes de uma teoria para outra, detemo-nos sobre eles, para discutir duas dessas pequenas questões: o problema que trazem para o analista, quando se trata de textos mais longos e ainda a questão de muitos estudiosos normalmente os caracterizarem tão somente como um termo ambíguo.

2.3.5.1 Gatilhos múltiplos

Raskin não aborda a questão de trechos longos, nos quais se aventaria a possibilidade de ocorrerem vários gatilhos.

Jardon (1988) observa que embora o estudo de Morin (1972) possa parecer restritivo, pelo fato de focar as narrativas curtas, isso não impede que as mesmas características ali detectadas por esta autora sejam também encontrados em textos humorísticos mais longos. Jardon (1988, p. 36) sugere que se comparem as características mantidas no texto longo (e antes apontadas na piada): “Ainda que a sequência única desapareça nas narrativas longas, as três funções (de normalização, de reviravolta e de disjunção) estão presentes e o disjuntor que faz ‘bifurcar’ a história em uma direção inesperada é, como vimos anteriormente, inerente às próprias técnicas do cômico”. Em síntese: a única diferença estaria no número de sequências entre as duas formas de narrativa – em uma e outra, permanecem as características que Morin detectou no texto curto de humor.

Em pesquisa do humor em textos longos, Tafarello aponta neles a ocorrência de vários gatilhos:

Em todos os momentos em que aparece algo de engraçado, a questão é a convivência de dois mundos aparentemente paradoxais, isto é, os vários gatilhos nos fazem passar de um para o outro, mas nenhum dos dois desaparece, já que um é a sombra do outro. [...] Nossa hipótese de que a coerência de um texto humorístico longo se dá na **soma de vários gatilhos parece se verificar** (TAFARELLO, 1995, p. 634-635) (grifos nossos).

Concordamos com a autora que, em textos humorísticos mais **longos**, como, por exemplo, uma crônica, um texto para programas humorísticos de rádio ou televisão, ou até mesmo certos textos elaborados nos moldes de “máximas”, são todos casos que apresentam como que uma “sobrecarga de piadas”, se pudermos assim denominar tal procedimento. Não concordamos com a forma como a autora coloca a questão: “um texto humorístico longo se dá na soma de vários gatilhos”, ou seja, os gatilhos criados num texto longo mantêm uma interdependência. Acreditamos que esses gatilhos se constituem em *pontos de retomada do riso*, por meio dos quais o autor “mantém acesa a comicidade do texto”, para não deixar que se “afrouxe”, na mente do leitor, a tensão criada desde o início pela expectativa do humor. Não discordamos do fato de que um texto longo apresenta uma coerência global e, se esse texto longo é humorístico, há uma comicidade que o perpassa por inteiro, mas acreditamos

que isso não se produza a partir da “soma” de gatilhos. Há textos longos (não necessariamente criados para serem humorísticos) que apresentam, aqui, ali, algum gatilho que nos faz rir em meio a um todo caracteristicamente “sério”.

Os casos citados pela autora, a nosso ver, equivalem a várias piadas, estas, nos moldes das piadas que, por corresponderem à “historieta cômica” estudada por Morin, constituem-se numa sequência única. Para verificar o comentário de Tafarello (Cf. acima) e defender o item que acrescentamos ao mesmo, ou seja, o de que tais textos se constituem numa “sobrecarga de piadas”, analisamos a seguir uma máxima (Máxima de número 149) extraída do livro “365 motivos para odiar o Brasil”, de Mendes, Lonza e Mattoso (1994, p. 28).

Observamos que a máxima deve ser lida como uma sequência do título do livro, de forma a constituir-se numa “resposta” ou “razão” para este título, ou seja: “um dos 365 motivos para odiar o Brasil é Sílvio Santos”.

(22) SÍLVIO SANTOS:

Por ter dado o verdadeiro golpe do baú. Com o seu "Baú da Felicidade", toma todo o dinheiro dos pobres sem ter que casar com nenhum deles.

O cômico (ou “cômicos”) está (estão) numa cadeia de elementos: a expressão “golpe do baú”, usada para indicar “casamento por interesse” é aqui associada a “*Baú da Felicidade*”, pertencente ao animador de programas de televisão Sílvio Santos. É uma promoção que envolve pagamento de carnês com vistas a prêmio, mas, que, na realidade, traz mais lucros é para o empresário que a mantém. Considerando que os compradores de tais carnês, pelo simples fato de buscarem prêmios através de rifas, são pessoas de pior condição financeira, o humorista faz um “desvio” de termos: Sílvio Santos dá o “golpe do Baú da Felicidade” nos pobres e “nem ao menos precisa se casar com eles” — e há aqui uma nota de “*non-sense*”, desde que seria impossível um casamento com um pobre ser chamado de “golpe do baú”.

A partir da análise feita, podemos desmembrar o texto em várias piadas, que destaquem, cada uma, um dos pontos marcados como risíveis na interpretação acima. Assim, para desdobrar o texto com “sobrecarga de piadas” em várias sequências (ou “várias piadas”), basta encontrar o(s) ponto(s) que o humorista explorou como básicos: a ligação do termo “baú” com “golpe do baú”, por um lado, envolvendo dinheiro e, por outro, envolvendo casamento.

Desta forma, poderíamos ter as seguintes piadas (elaboradas por nós, como possíveis, a partir das sugestões do texto):

- (23) — Como é que alguém pode dar o golpe do baú em um pobre?
— Vendendo para ele o “Baú da Felicidade”.

O terceiro e o quarto exemplo são variantes de uma mesma ideia: o fato de o “Baú da Felicidade” ser uma forma de se obter o dinheiro alheio e de pertencer a Sílvio Santos:

- (24) — Qual o golpe do baú que dispensa casamento?
— O (do) Baú da Felicidade.

- (25) — Quem é que dá o golpe do baú sem precisar casar?
— Sílvio Santos.

Acreditamos que essa experiência possa demonstrar o ponto que defendemos sobre os gatilhos múltiplos no texto longo.

2.3.5.2 Tipos de operadores de mudança de esquema cognitivo

Temos insistido no fato de que muitos estudiosos do humor acreditam que a ambiguidade é o mecanismo básico (e único) da criação do cômico. O que observamos nos exemplos analisados por diversos autores é que também o termo “ambiguidade” é por vezes usado com mais de uma acepção. E ainda que seja considerado exclusivamente sob o aspecto formal, pode-se cogitar em ambiguidade lexical, ou ambiguidade sintática. No entanto, segundo Charaudeau e Maingueneau (2002, p. 33), deve-se considerar ainda a existência de uma “*ambiguidade discursiva*, quando ela incide, não sobre o sentido das palavras do léxico ou sobre a construção da frase, mas sobre o sentido implícito”. Acreditamos que a essa última forma poderia ser atribuída a causa da generalização sobre a presença da ambiguidade no texto humorístico e, do mesmo modo, no desacordo entre os estudiosos do humor, desde que, conforme os autores,

a ambiguidade discursiva é constitutiva de todo fato de comunicação, pois todo ato de discurso carrega um ou vários implícitos. O fenômeno da desambiguação consiste, em consequência desta acepção, em produzir inferências que, apoiando-se em índices contextuais e do conhecimento previamente registrado na memória, constroem os implícitos previstos pelo sujeito falante (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 34).

Entretanto, há autores que deixam clara a necessidade de um termo “polissêmico” (ambiguidade lexical) no ponto em que se processa a incongruência. Se aceitássemos essa afirmação, seríamos forçados a admitir que sempre é a ambiguidade o gatilho de todas as piadas.

Raskin (1985, p. 140, aqui repetido) propõe, como quinta condição para estudo dos textos de piadas, que haja: “(v) Um **gatilho**, óbvio ou implícito, realizando a relação de oposição”. Em sua teoria, Koestler marca, no esquema que representa a bissociação, o ponto de interseção entre as duas “matrizes de referência” uma linha que pertence aos dois planos e que ele denomina “**acontecimento, situação ou ideia L**”. Esse autor deixa claro que **esta linha “L” é o “ponto de interseção dos dois planos”** e que este ponto “não está simplesmente ligado a um contexto de associação; ele está bissociado com dois contextos” (KOESTLER, 1964, p. 21). Nesses dois autores, são comuns os itens teóricos: a defesa de dois planos opostos de ideias, com **um elemento comum que faz a interseção entre ambos**. Esse “ponto de interseção L” parece coincidir com o termo que Raskin chama de “**gatilho semântico**” (ou simplesmente “gatilho”), usado para indicar o operador da mudança de *script*. Parece coincidir ainda com o termo “**disjuntor**”, que Morin, em suas análises, utiliza para indicar o elemento que é comum a dois “sistemas de ideias” na piada. Considerando que, embora a proposta teórica de Morin seja bastante citada (e, evidentemente, reconhecida), acreditamos que a maioria dos autores ou utiliza o termo “gatilho” ou, mais tecnicamente, usa a expressão “operador de mudança de esquema cognitivo”. Adotaremos, pois, essa tendência da maioria, visando a um maior entrosamento de nosso estudo nas pesquisas de humor.

Mas as teorias desses dois autores não são exatamente coincidentes: muitos dos exemplos analisados por Morin sugerem que o disjuntor seja sempre um termo ambíguo, enquanto Raskin, por sua vez, propõe que haja duas espécies de operadores de mudança de *scripts* (gatilhos) — além da **contradição** (ou “incongruência”, a nosso ver), ele sugere, seguindo a maioria dos estudiosos do humor, o gatilho da **ambiguidade**.

Outro ponto divergente entre as teorias de Morin e Raskin é quanto à localização desse termo. As análises de Raskin apontam o gatilho no enunciado final, e Morin, embora também indique a “função interlocutora de disjunção” na última proposição do texto, dá-nos a entender, em seus esquemas, que *o disjuntor surge no texto no momento da “função locutora de deflagração”* (ver exemplo (19), em que o disjuntor é o verbo “tomar”). Entretanto, *é na “função interlocutora de disjunção” que esse termo vai revelar sua incongruência*. Acreditamos que isso se deva ao fato de Morin considerar, como disjuntor de algumas piadas, um termo ambíguo, distinção que ela não deixa clara. O que essa autora aponta como

disjuntor nos casos de ambiguidade assemelha-se ao que, em nossas pesquisas (etapa anterior e atual), denominamos “termo-âncora”, em piadas que apresentam um termo ambíguo, mas situado fora da frase final, a nosso ver, fora do gatilho propriamente dito — num tipo de ocorrência de ambiguidade cuja análise será apresentada mais adiante.

Julgamos que o fato de tantos estudiosos do humor defenderem que a ambiguidade seja o mecanismo básico da criação do humor seja devido ao fato de inúmeras análises apresentarem os “gatilhos” como “o termo polissêmico”. Admitimos que possa coincidir de haver ambiguidade (também) no gatilho, quando é utilizado um termo polissêmico — o que ocorreu com exemplos tanto de Morin como de Raskin (e de inúmeros analistas). No entanto, a falta de um discernimento dessa coincidência conduziu a considerações inadequadas, ou seja: levou à conclusão errônea de que o gatilho deveria ser *sempre* um termo ambíguo. Isso tornou “regra” o que foi, a nosso entender, um caso acidental. Portanto, afirmar que o gatilho é sempre um termo ambíguo e que, em decorrência disso, a ambiguidade é o mecanismo básico de toda piada é uma afirmação da qual discordamos.

Para melhor discutiremos esse ponto, apresentamos a análise sucinta de três piadas: na primeira, a ambiguidade esta no próprio gatilho; na segunda, embora haja também ambiguidade, o elemento ambíguo se apresenta fora do gatilho; finalmente, no terceiro texto, não há nenhuma ambiguidade, mas apenas contradição entre dois esquemas não ambíguos.

(a) Piada com ambiguidade no gatilho

- (26) Bêbado de cair, o Zecão anda escorado no amigo. Passa sobre uma poça de água e pergunta:
 — Que que é aquilo?
 — É a lua! o amigo responde.
 E o Zecão:
 — Puxa! Tô mais alto do que pensei!...

O gatilho (Cf. Raskin) fica na frase que encerra a piada. No exemplo acima, o termo polissêmico é “alto” que apresenta o significado literal de “mais alto do que a lua” ou o sentido figurado, significando “bêbado”, ou seja: “estou mais bêbado do que pensava”. Embora o termo ambíguo se encontre no disjuntor, sua polissemia vai ser construída a partir dos enunciados anteriores, sobretudo a partir da palavra “bêbado”. É interessante também notar que, embora o sentido de “mais alto que a lua” seja predominante, ele também revalida o outro sentido.

Segue-se um exemplo em que o termo ambíguo não se encontra no disjuntor — o que ocorre na maioria dos casos de exploração de ambiguidade — mas é esse termo que permite à frase do gatilho criar a incongruência.

(b) Piada com ambiguidade fora do gatilho

(27) Foi quando chegou o amigo do Manuel e o convidou:

— Ó gajo! Estou a lhe convidaire para a festa de quinze anos de minha filha.

— Está bem, patrício. Eu irei. Mas ficarei no máximo uns dois anos.

A expressão ambígua “festa de quinze anos” pode significar “festa de comemoração de aniversário de quinze anos” ou “festa com quinze anos de duração”, sentido não usual (à exceção de contos onde há festas assim referidas nos finais). O que mostra que o sentido pretendido é o primeiro são sobretudo os determinantes “a” e “de minha filha”, desde que o emprego normal para uma expressão não consagrada seria com o artigo indefinido e provavelmente sem o determinante: “Convido-o para uma festa de quinze anos”. Entretanto, o elemento ambíguo, como já afirmamos na análise acima, é sempre “amparado” por outros dados, que criam a possibilidade de dupla interpretação.

Finalmente, apresentamos uma piada que não apresenta ambiguidade, nem no gatilho nem fora dele.

(c) Piada sem ambiguidade

(28) — Eu me casei duas vezes e... nunca mais!

— Por quê?

— Minha primeira mulher morreu depois de comer cogumelos venenosos. A segunda, de fratura no crânio...

— No crânio?! Mas o que aconteceu?

— Não quis comer os cogumelos!

Nesta terceira piada, o gatilho remete diretamente a um dado contraditório: a ingestão de cogumelos venenosos provocou a morte da primeira mulher e a segunda morreu justamente por não ingeri-los. Entre os dois fatos, situa-se a informação de que a segunda mulher morreu com uma fratura, após “recusar-se” a tomar o veneno que o marido estaria lhe dando. Dizemos que “remete *diretamente* à contradição (ou “incongruência”)", porque não houve, no último exemplo, uma **mediação** da ambiguidade, no processo de se chegar ao elemento incongruente. Não há, pois, elementos ambíguos nem no gatilho nem fora dele.

A conclusão do questionamento deste item é a de que, em piadas com ambigüidade, *o gatilho não é sempre o termo polissêmico*. Se assim fosse, acreditamos que restaria um problema para os analistas: se considerarmos que o **gatilho** é o elemento polissêmico comum aos dois esquemas cognitivos, mas que **não se situa na base da frase incongruente**, devemos repensar a forma de analisar o elemento que fica na base da incongruência e que, de nossa parte, consideramos o verdadeiro gatilho. Parece que, na verdade, a ambigüidade é utilizada pelo gatilho para criar a incongruência, como na análise do texto número (26), acima. Para distinguir os dois termos, denominamos o termo ambíguo, situado fora do gatilho, de “**termo-âncora**”, visto que ele parece “ancorar” — ou seja, “sustentar” a ideia incongruente que se manifestará no final — é como se ele atuasse como um “mediador” que pusesse a ambigüidade a serviço da incongruência (como o termo ambíguo citado por Morin no exemplo (19)). A ambigüidade do “termo-âncora” só se revela pela presença do gatilho (frase incongruente final). Fizemos outra constatação: **se a incongruência serve-se da ambigüidade — e não vice-versa —, aquela também se vale de outros recursos, o que torna a incongruência o único gatilho que propomos considerar.**

Há ainda uma observação a ser feita sobre o gatilho: refere-se à sua colocação no final do texto humorístico. Entendemos que **o gatilho será sempre a frase final da piada**, desde que, ao experimentarmos inversões de textos, constatamos que o humor ou desaparece ou mostra-se menos incisivo se o gatilho deixar sua posição final. Um exemplo é o texto seguinte, que apresentamos, em (29) no modo invertido — o que *causou o cancelamento do humor* —; depois, em (29’), com a seqüência original:

- (29) Manchete de primeira página no jornal: “Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino”. Isto aconteceu no dia seguinte àquele em que Isaac foi almoçar com Munir num restaurante do Bom Retiro. Terminado o almoço, começaram os dois a se entreolhar, para saber quem pagaria a conta. Ambos calados, sem falar nada, esperando que o outro pagasse. Lá pelas tantas, o judeu virou para o lado e disse:
— Garçon, traga a conta, que eu pago!

Observe-se agora a versão original da piada, mantendo o gatilho no final:

- (29’) Isaac vai almoçar com Munir num restaurante do Bom Retiro. Terminado o almoço, começam os dois a se entreolhar, para saber quem paga a conta. Ambos calados, sem falar nada, esperando que o outro pague. Lá pelas tantas, o judeu vira para o lado e diz:
— Garçon, traga a conta, que eu pago!
No dia seguinte, manchete de primeira página no jornal: “Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino”.

A inversão dos fatos tira, da frase-gatilho, seu caráter de “explicação”, na qual há sempre um elemento que causa uma “surpresa”. No caso, o que choca é a constatação de que o judeu havia sido alvo de um estratagema do turco, quando este, usando o ventriloquismo, deu a entender que era o judeu quem estava pedindo a conta.

Aplicamos o teste acima também a piadas curtas (no formato *one-liner*) e vimos que o efeito pode ser também o de cancelamento do humor, embora nem sempre seja possível tentar essas transformações, sobretudo quando a piada é extremamente curta.

O gatilho é, então, o elemento “decisivo” que é sempre apresentado no final da piada — após o qual não se justifica dar uma continuidade ao texto —, e que **tem por característica, ao mesmo tempo, “explicar” e “chocar” o leitor**. Acreditando que essa inversão não seja um dado aleatório, voltaremos a ela no capítulo III, quando apresentarmos nossa proposta.

2.3.6 Os “mecanismos criadores de humor” de Travaglia

A abordagem dos estudos de Travaglia sobre o humor justifica-se pelo fato de terem sido os resultados de uma pesquisa sua sobre o humor televisivo os primeiros elementos teóricos nos quais testamos a bissociação no texto verbal — experiência que motivou a busca de aperfeiçoamento do modelo de Koestler, com uma teoria que explicasse a inferência final.

Travaglia (1991) fez várias classificações das formas pelas quais o humor pode ser abordado, o que resultou nas seguintes categorias: humor quanto à forma de composição, quanto ao objetivo, quanto ao grau de polidez, quanto ao assunto, etc. Levando em consideração o fato de que ele analisou o cômico de programas humorísticos de televisão, é evidente que seus exemplos se atêm aos recursos apresentados para o gênero de humor televisivo (e precisam observar recursos extralinguísticos, tais como som, gestos, figurinos). Utilizamos sua classificação de humor relativa a “o que provoca o riso” para textos apenas escritos, razão pela qual verificamos a classificação de *scripts* e mecanismos, em relação ao código especificamente linguístico. Ao referir-se aos tipos de humor quanto ao código, o autor afirma que podemos ter duas subcategorias: o verbal ou linguístico (dito ou escrito) e o não-verbal (com outros códigos), que ele descreve, a partir das cenas analisadas.

Na categoria “o que provoca o riso”, ele faz duas classificações gerais: os *scripts* e os mecanismos criadores de humor — distinção que não é explicitada pelo autor —, embora ele deixe claro (TRAVAGLIA, comunicação pessoal, 22/02/2001) que “a utilização de um *script* não exclui a utilização de um mecanismo”. Assim, no “*script* da avareza”, encontramos,

muitas vezes, o “mecanismo do estereótipo”, na figura, por exemplo, do judeu avaro ou do advogado espertalhão. Acreditamos, porém, que a recíproca não é verdadeira, porque, se há certos mecanismos que remetem a determinados *scripts*, há, nas piadas que exemplificam os mecanismos, inúmeros elementos inusitados, que não se enquadram, portanto, em *scripts*. Acreditamos que provavelmente os *scripts* constituam-se em “quadros” que tornam essas classificações mais gerais e estáticas, muitas vezes incluindo estereótipos, como por exemplo o do louco ou do bêbado (no *script* do absurdo), ou do advogado espertalhão (no *script* da esperteza). As duas classificações gerais não deveriam ser excludentes, mas, no “*script* da avareza”, por exemplo, encontramos, muitas vezes, o “mecanismo do estereótipo”, como é o caso da figura do judeu, o que dispensaria o recurso a esse *script* como “cenário geral”.

Julgamos que sua classificação de “mecanismos criadores de humor” é, das duas, a que se mostra mais produtiva em termos da busca de uma explicação sobre a forma de se elaborar o texto humorístico. Por esse motivo, optamos por restringir a apresentação deste trabalho de Travaglia, apenas aos *mecanismos criadores de humor*, ignorando a classificação dos *scripts*.

São os seguintes os **mecanismos criadores de riso** na classificação de Travaglia (1991, p. 56): mecanismos da cumplicidade, da ironia, da mistura de lugares sociais ou posições de sujeito; da ambiguidade, do uso de estereótipo, da contradição; da sugestão (que consideramos muito próxima da “alusão” e que é provavelmente o mesmo mecanismo), da descontinuidade ou quebra de tópico, da paródia, dos jogos de palavras, dos quebra-línguas, do exagero, do desrespeito a regras conversacionais, das observações metalinguísticas e da violação de normas sociais. Por exigências de nossas análises naquele estudo, levantamos a hipótese da existência de mais dois mecanismos, que propusemos acrescentar à lista arrolada por esse autor: o mecanismo da inversão e o da mudança de focalização — que não abordaremos, porque o detalhamento dos referidos mecanismos não está entre os objetivos da atual pesquisa.

Considerando que a lista de mecanismos atinge o total de quinze itens e a análise de cada um demandaria maior espaço, contentar-nos-emos em apresentar a análise de apenas dois. A análise terá como distribuição básica geral a proposta da bissociação, o que nos levará a destacarmos a matriz inicial e, a partir da identificação do gatilho, indicarmos a matriz que vem opor-se à primeira.

Para nossa primeira análise, escolhemos o **mecanismo da ironia**, sobre a qual Bergson (2002, p. 56), diz que há uma enunciação do que “deveria ser, fazendo crer que assim é na realidade”. Travaglia (1991, p. 59) cita um dos programas da série “Viva o Gordo”, em

que Jô Soares fala das borboletas de ônibus, as quais, em país subdesenvolvido, já contam com a magreza do sujeito: aí ele “murcha a bochecha e geme (*hum, hum*) sugerindo o sujeito magro com expressão fisionômica de opilado”. Este mecanismo também utilizou o nível linguístico, para completar a compreensão do situacional.

Tomemos um exemplo de ironia em uma piada que se vale apenas de texto verbal:

- (30) Alfredo estava cabisbaixo, olhando para o seu copo, quando, de repente, surge um valentão no bar, chuta a cadeira que está à sua frente, pega o seu copo, de um só gole bebe todo o líquido, olha-o e diz:
 — E aí, não vai reagir?
 — Reagir? Eu vou é embora. Eu não devia nem ter saído de casa.
 Imagine que hoje cedo eu briguei com minha mulher, saí de casa com raiva, bati o carro, cheguei atrasado ao serviço e fui demitido. Voltei para casa mais cedo e peguei minha mulher com o vizinho. Aí então sento aqui no bar e vem você e toma o meu veneno!

A ironia surge da confusão entre situações extremas (opostas — muitas vezes realmente contrárias). Na piada acima, o personagem diz “*não reagir*” à provocação, mas, ironicamente, é dele que *parte a reação* de levar ao outro o castigo por sua insolência.

Submetendo o texto ao esquema da bissociação, teríamos:

- (A) Primeira matriz: as provocações feitas pelo “valentão”
 (A-1) O valentão agride Alfredo com ações;
 (A-2) O valentão desafia Alfredo a reagir.
- (B) Segunda matriz: a recusa de Alfredo em defender-se
 (B-1) Alfredo responde que não vai reagir (ao *contrário*: vai *fugir*, quando diz “Eu vou é embora”);
 (B-2) A explicação de Alfredo para a agressão sofrida: seu azar naquele dia.
- (C) Terceira matriz — a bissociação: O azar de Alfredo foi o valentão ter tomado o veneno em seu lugar.

Em sua frase final, o personagem lamenta que o outro vá morrer em seu lugar — a situação torna-se irônica: ele “*não*” agride o outro, porque o outro chegou ao cúmulo de se atrever a usurpar a morte que ele preparara para si.

O outro mecanismo que escolhemos demonstrar foi o **mecanismo da contradição**. Em programas de humor na TV, Travaglia cita o caso em que ação e fala se contradizem, esta última utilizando também, obviamente, em nível linguístico.

Segue-se um exemplo de texto apenas verbal:

- (31) O marido chega em casa, flagra a mulher com outro na cama, pega o revólver no criado-mudo (todo corno tem um revólver no criado-mudo) e já está pronto para descarregá-lo no Ricardão, quando a mulher interrompe:
— Pare! Pelo amor de Deus, não faça isso! Não mate o pai de seus filhos!

A contradição aparece quando a mulher, dirigindo-se ao marido (que ela trata por “você”, conforme nos mostram os imperativos dos verbos usados), pede-lhe que não mate o outro (o amante), ao qual ela se refere como “pai de seus filhos”. Ora, supondo-se aqui que os verbos e o possessivo referem-se ao interlocutor “você” (e não a “ele”), a afirmação da mulher corresponde a: “*Seus*(?) filhos têm outro pai” ou “Você não é o pai de *seus* filhos”, o que, sendo contraditório, justifica a classificação do texto no “mecanismo da contradição”.

Submetendo o texto ao esquema da bissociação, teríamos:

- (A) Primeira matriz: o flagrante do adultério
 - (A-1) O marido flagra a mulher com o amante;
 - (A-2) O marido ameaça matar o amante da mulher.
- (B) Segunda matriz: a mulher argumenta em defesa do amante
 - (B-1) A mulher pede ao marido que não mate o amante dela;
 - (B-2) A mulher justifica o pedido, alegando que o amante é o pai de seus filhos.
- (C) Terceira matriz — da bissociação: A mulher pede ao marido que não mate o pai dos filhos dele (marido).

A bissociação nasce da mistura dos ingredientes da segunda matriz na situação do primeiro, e o gatilho desta piada está na frase “Não mate o pai de seus filhos!”, que é uma frase contraditória. Esta frase da mulher só se justificaria se o marido estivesse tentando suicídio. Como o marido tenta matar o “outro”, há uma inadequação ou da palavra “pai”, ou da expressão “seus filhos”. O mecanismo da contradição, a nosso ver, confunde-se, ou melhor, “funde-se” ao mecanismo da bissociação, razão pela qual acreditamos estar falando do mesmo fenômeno.

Se, como afirmamos, **há, em toda piada, um elemento de contradição ou, toda piada é feita pelo recurso à bissociação**, devemos demonstrar essas afirmações, o que fazemos a seguir.

No exemplo da primeira piada, cujo mecanismo (segundo Travaglia) seria apenas a ironia, a “frase-síntese da ideia incongruente” prova esse dado: “o azar de Alfredo foi o valentão que o agrediu tomar o veneno em seu lugar”, o que, de acordo com o senso comum, foi, na realidade, uma “sorte” — uma ironia, do destino, portanto, já que os resultados tornaram-se invertidos: o valentão sofre uma agressão maior vinda de sua vítima. Há, sem dúvida, uma incongruência. Pode-se contra-argumentar que a *ironia* já significa o recurso a uma ideia que comunica justamente a ideia contrária, o que é, evidentemente, um tipo de incongruência. A ironia foi, então, utilizada, apenas como um instrumento para se criar a incongruência.

Propomos comparar essa análise com a de uma piada com outro mecanismo: o da *ambiguidade*, para argumentarmos que, se, por um lado, a ambiguidade **não** é um operador geral de mudança de esquema cognitivo (conforme demonstramos anteriormente), por outro, *há também nas piadas ambíguas uma estrutura incongruente*. Raskin considera a ambiguidade como um “outro” operador cuja utilização se alterna com o operador da contradição. Ora, o termo *alternância* já pressupõe a exclusão da *contradição* quando a *ambiguidade* for utilizada — fato do qual discordamos. Para comentar um exemplo com ambiguidade, retomamos o de piada do “convite para a festa de quinze anos” (citada na seção **2.3.7.2**), sobre a qual concluímos: é incongruente “alguém ficar quinze anos numa festa de um dia”. **A ambiguidade é, pois, apenas mais outro instrumento** para se criar a incongruência.

Se os mecanismos criadores de riso classificados por Travaglia não obedeceram a critérios puramente linguísticos (como o da violação de normas sociais ou o da cumplicidade), eles todos têm, entretanto, a vantagem (que lhes dá unidade) de denunciarem a regra do convívio social que é ali violada. Traduzem atitudes tomadas pelo falante contra convenções estabelecidas pelo sistema social, às quais todos devem submeter-se e que são violadas por meio da piada. Todavia, ao trabalharmos os gatilhos (enunciado final), sempre nos defrontamos com uma incongruência, sem a qual não existiria o mecanismo da bissociação, o que prova que *os mecanismos criadores do riso listados por este autor podem ser considerados subclassificações do mecanismo da bissociação* e podem, a nosso ver, aceitar ainda a inserção de novas tipologias⁴⁶.

⁴⁶ Na primeira etapa desta pesquisa (2001), sugerimos acrescentar aos mecanismos propostos por Travaglia, mais outros dois tipos: o **mecanismo da inversão** e o **mecanismo da mudança de focalização**. Essa proposta surgiu devido ao fato de haver textos que não se enquadravam exatamente nos quinze mecanismos originais — adendo que foi submetido à avaliação do autor.

2.4 A proposta teórica de resolução da incongruência da piada

Em estudos anteriores — e mesmo em inúmeros outros desenvolvidos após o estudo de Suls (1972), grande parte dos autores de maior influência no estudo do humor concebiam que a descoberta da incongruência (a *punch line*) era o ápice e o final da piada. Entre as poucas exceções sobre esse ponto, situa-se o pensamento de Fourastié (1983, p. 29), quando o autor afirma que “para rir, é preciso **inicialmente** sentir o conflito, o contraste, ou pelo menos a coexistência de dois procedimentos e **resolvê-los, sobrepujá-los, dominá-los**” (grifos nossos) — o que implica que perceber a presença do conflito não encerra o processo. Da mesma forma, o próprio termo “sobrepujar” deixa pressuposta a ideia de **ultrapassagem** (do **conflito**, ou da **ruptura do determinismo**), a ideia de um “seguir adiante”, que o próprio autor reitera na sequência: “inconveniente que aquele que ri se felicita por *ter consertado ou evitado*” (Idem, p. 29) (grifos nossos). Esse *insight* de Fourastié não foi averiguado, porque parecia haver mesmo um certo consenso quanto ao fato de que nada mais ocorria no texto humorístico, após a descoberta da incongruência. Foi esta a razão de Suls considerar necessário prever uma segunda etapa no processo. Dessa forma, para o texto ser percebido como humorístico, é necessário, além da quebra das expectativas iniciais, representada pelo elemento incongruente, que haja a descoberta da regra cognitiva (numa expressão de Suls) que reconcilia as duas partes e que faz com que o todo adquira sentido, apesar da ruptura ocorrida. Conclui-se, em outras palavras, que a interpretação do texto não se encerra na descoberta do recurso final ao qual a narrativa conduz: resta o processamento cognitivo que vai além da simples descoberta da incongruência.

2.4.1 A teoria da “incongruência-resolução” de Suls

Suls (1972) propõe, para explicar o mecanismo de criação do humor, um modelo teórico que ficou conhecido como “teoria da incongruência-resolução”, o qual parte igualmente da dualidade de planos e procura explicar (além de cartuns) os textos humorísticos em forma de narrativas. Segundo o autor, o modelo envolve — como ocorre normalmente quando se lê ou quando se ouve qualquer texto — os mesmos processos psicológicos utilizados pelo falante, tais como a comparação do texto lido a informações armazenadas na memória. Sua proposta é a de que esse tipo de texto é criado para ser processado em duas fases: na primeira, o leitor descobre uma incongruência (a *punch line*); na segunda, o emissor apresenta ao destinatário a “chave” para resolver o enigma criado na fase anterior.

No estágio 1, conforme Suls (1972, p. 85), “é extraída informação de um *input* inicial, e tais componentes são armazenados como conjunto e contexto. Esta informação é usada para formular um esquema narrativo que serve para prever o texto futuro”. Como a parte principal do texto inclui as premissas do problema, o leitor utiliza esses dados iniciais para fazer as previsões da sequência textual. O conjunto formado pelos “fatores emocionais, motivacionais e situacionais interfere no reconhecimento do humor, da mesma forma como afeta outros tipos de processamento de informação” (SULS, 1972, p. 88), porque são esses fatores que vão tornar salientes certas regras cognitivas que possibilitam a compreensão do humor. Segundo Suls (1972, p. 82), “uma regra cognitiva é definida como uma proposição lógica, uma definição, ou um fato de uma experiência” e, embora seja difícil agrupar estas regras cognitivas em um sistema, o autor sugere que elas parecem ser partes e parcelas do aparato cognitivo. É, no entanto, imprescindível a recuperação dessas informações, porque são elas que tornam possível reconciliar as partes incongruentes da piada.

No estágio 2, que é a fase real do “problema-resolução”, o leitor precisa descobrir como dar prosseguimento ao texto. Considerando que, apesar de a parte final ser incongruente com a parte precedente da piada, deve-se ponderar que será seguida alguma das regras cognitivas acima citadas. Dessa maneira, após a descoberta da incongruência, o leitor procura verificar como essa regra se relaciona com a parte anterior do texto e como lhe é possível finalizar o processo de interpretação do texto, ou seja, seguir da parte principal da piada e reconciliar as partes incongruentes. Tomamos o exemplo de uma piada citada pelo autor, para explicar o modelo:

- (32) A gorda Etel sentou-se junto ao balcão de almoço e pediu um bolo de frutas inteiro.
 —Devo cortá-lo em quatro ou oito pedaços? perguntou a garçonete.
 — Quatro, disse Etel, eu estou de regime (SULS, 1972, p. 83).

De acordo com esse autor, o texto é humorístico, porque o final é incongruente com o texto precedente, mas, ainda assim, pode-se considerar que, ao seguir as regras cognitivas, as duas partes adquirem um consenso.

O exemplo acima é explicado da seguinte forma pelo autor:

Etel, aparentemente, ignora a regra de quantidade de conservação; quer dizer, se o bolo está cortado em quatro pedaços ou oito, permanece a mesma quantidade de bolo. Etel emprega a regra heurística de que um aumento em número frequentemente constitui um aumento no total. **O fim pode ser concebido como congruente com a parte principal**, quando a pessoa

percebe que Etel está **usando o heurístico para suplantar a regra lógica** (SULS, 1972, p. 83) (grifos nossos).

Acreditamos que o termo “heurística” seja aqui empregado no sentido que lhe dá Sternberg (2000, p. 173), ou seja “conhecimento por pontos de referência”, quando “às vezes tomamos atalhos mentais que influenciam estimativas das distâncias. Esses atalhos mentais são estratégias cognitivas denominadas de *heurísticas*, descritas frequentemente como regras empíricas”. Assim, a personagem da piada, a partir de uma informação conceitual (de que quatro pedaços são uma quantidade menor do que oito) distorceu sua imagem mental, ignorando o tamanho de cada parte.

O autor alerta para o fato de que ouvinte tem que processar estas duas fases para achar a piada engraçada. Mais sucintamente, **o humor deriva do fato de se experimentar uma incongruência súbita que é então tornada congruente**. Suls (1972, p. 83) assim o explica: “Se Etel tivesse respondido: ‘Não corte o bolo. Eu estou de regime’, sua resposta seria inesperada e incongruente mas não engraçada. Também se respondesse ‘Corte em oito pedaços. Eu estou de regime’, continuaria a não ser engraçado”. Segundo o autor, o humor ocorre quando uma incongruência é concebida para ter uma sequência, na qual o sentido pode ser recuperado das partes da piada.

O exemplo pretende também demonstrar que o final incongruente, embora seja uma condição necessária para o humor, não é uma condição suficiente. Essa afirmação justifica-se no fato de haver incongruência em outros textos que não são humorísticos. O autor cita o caso de problemas matemáticos e quebra-cabeças, que são frequentemente imprevisíveis, mas não são incongruentes. Segundo ele, um quebra-cabeça não é incongruente porque deriva logicamente de suas premissas, de maneira que a surpresa de sua solução não parece brusca.

O problema é resolvido quando nós percebermos que incongruência e imprevisibilidade são diferentes. [...] O finais de piada são incongruentes. Eles são assim porque o final de uma piada não deriva logicamente de seu texto precedente. Então, o fim é surpreendente para o destinatário (SULS, 1972, p. 84).

Assim, um texto sem premissas incongruentes pode causar surpresa, enquanto um texto com incongruências a serem solucionadas pode não se constituir necessariamente em texto humorístico.

2.4.2 A teoria da “incongruência-resolução” à luz da Teoria da Relevância — a análise de Yus Ramos⁴⁷

Yus Ramos observa que escolheu, entre as inúmeras teorias que adotaram o conceito de incongruência para explicar o humor das piadas, a teoria incongruência-resolução de Suls, que aquele autor propõe associar à Teoria da Relevância, à qual ele se filia. Yus Ramos lembra que há, entretanto, analistas que vêem algumas limitações na teoria de Suls, porque ela deixaria sem explicação problemas tais como: a existência de textos incongruentes, mas sem humor; a razão de alguns destinatários rirem mais de uma vez da mesma piada e ainda a razão de certos ouvintes rirem mesmo antes de (aparentemente) chegarem à resolução da incongruência.

A primeira objeção, como pudemos constatar, foi uma questão admitida pelo próprio Suls, ao considerar que a incongruência ou surpresa, sozinhas, embora sejam condições necessárias, não são suficientes para provocar o humor. A esse respeito, Suls, conforme vimos, cita o caso de problemas matemáticos ou de quebra-cabeças, que são lógicos, mas não são previsíveis. Fica, pois, a hipótese de que não haja condições necessárias e suficientes, se tomadas isoladamente, mas que ocorram simultaneamente, a nosso ver, condições a serem reunidas num único modelo, desde que uma condição é que restringe a outra, de maneira a haver um conjunto suficiente de condições que formam um conjunto necessário.

Sobre o fato de as pessoas rirem mais de uma vez da mesma piada, acreditamos que essa repetição não seja uma reação específica a textos humorísticos, mas refira-se provavelmente à busca do prazer de um modo geral, sendo mesmo considerada uma atitude natural no ser humano. Ninguém questiona o prazer sentido com a satisfação de apetites, tais como a própria fome, sexo, sede, entre outros. A criança repete inúmeras vezes a mesma brincadeira e o mesmo ocorre com o adulto — basta observar o prazer experimentado por torcedores de futebol. Enfim, a repetição do prazer é também prazer e há mesmo exemplos bastante prosaicos que atestam isso, como o caso de certos palestrantes que (sendo ou não verdadeiros em seu discurso) afirmam, no início de sua apresentação: “é um *renovado prazer* estar aqui com vocês”.

⁴⁷ Embora a teoria de Yus Ramos para o humor já associe humor e relevância (o que sugere sua inclusão no capítulo III), optamos por inseri-la entre os estudos exclusivos do humor, visto que não abraçaremos integralmente essa proposta. Uma opção diversa levou-nos a incluir no capítulo III o estudo de Curcó (que igualmente não adotaremos), para facilitar o comentário que fazemos a seu respeito, cotejando-o com dados teóricos finais da TR.

Em relação ao fato de alguns ouvintes rirem, antes mesmo do final da piada, acreditamos tratar-se de um hábito mais acentuado de “previsão”, desenvolvido pelo fato de terem tido um contato maior com tais formas de raciocínio. Se a relevância faz valer a pena a comunicação, acreditamos poder afirmar que há pessoas que percebem a relevância primeiro que outras e fazem inferências antes de outras também, enfim – interpretam com mais agilidade. Também acreditamos que essas formas de previsão não ocorram apenas com piadas: há, inclusive, certos tipos de enigmas — como de novelas policiais — cujo final pode ser antecipado, na medida em que o leitor tenha um contato maior com outras obras do mesmo autor. É possível, por exemplo, “apreender” o estilo usado pela autora inglesa Agatha Christie e, dessa forma, mesmo na leitura de um livro que desconhecia, o leitor vir a antecipar a solução do mistério policial que a escritora propõe.

Acreditamos que tais questionamentos devem, portanto, ser excluídos do estudo específico do mecanismo do humor, da mesma forma que outras questões relacionadas à emoção, à atenção ou a fatores externos, que não tenham relação direta com o mecanismo da piada, considerado aqui uma estrutura de base para a elaboração desse gênero de texto (ainda que, no processo de interpretação interfiram outros fatores, como o próprio Suls alerta — em consonância com trabalhos como o de Bergson e o de Freud).

Yus Ramos observa que, na aplicação geral da Teoria da Relevância, os analistas exploram quatro suposições básicas, consideradas como os pilares sobre os quais se assenta essa teoria (cf. WILSON, 1994, p. 44, apud YUS RAMOS, p. 1308):

- (a) toda enunciação tem uma variedade de interpretações possíveis, todas compatíveis com a informação que é linguisticamente codificada;
- (b) nem todas estas interpretações ocorrem simultaneamente ao ouvinte; algumas delas exigem mais esforço para pensar;
- (c) os ouvintes são equipados com um único critério geral para avaliar interpretações; e
- (d) este critério é poderoso o bastante para excluir todas menos uma única interpretação, de forma que, tendo achado uma interpretação que se ajuste ao critério, o ouvinte não busca nenhuma outra adicional.

Esses são os critérios que Yus Ramos se propõe a seguir, ao associar a Teoria da Relevância à teoria da incongruência-resolução, elaborada por Suls. As duas etapas sucessivas do processo de interpretação estão entre os pontos da proposta desse autor destacadas por Yus Ramos e à quais este vai denominar partes MGI e SCI, significando, respectivamente: “parte das interpretações graduais múltiplas” (“*multiple-graded-interpretations part*”) e parte da “única interpretação oculta” (“*single covert interpretation*”). Na etapa MGI, estão as

informações obtidas pelo *input* inicial, as quais serão armazenadas como conjunto e contexto e usadas como premissas para fazer as previsões da sequência do texto. A descoberta da incongruência, ou “dissonância cognitiva”, segundo Yus Ramos, finaliza este estágio e frustra as expectativas do leitor.

Conforme a *Teoria da Dissonância Cognitiva* (difundida por Festinger), desenvolvida na área da Psicologia, a expressão “dissonância cognitiva” refere-se a um estado no qual o indivíduo se defronta com duas cognições conflitantes. Devemos, pois, ter em conta sua definição: “cognições são definidas como qualquer conhecimento, opinião ou crença ou sobre o ambiente, ou sobre si mesmo, ou sobre um comportamento” (FESTINGER, 1957, p. 3) e “duas cognições são consideradas dissonantes entre si quando não se encaixam uma com a outra, isto é, são incompatíveis” (Idem, p. 25). A dissonância cognitiva, por suas características no texto, comporta-se como a “*punch line*” da proposta teórica de Suls ou a “incongruência”, termo normalmente adotado pelos estudiosos do humor. Parecem-nos, pois, expressões equivalentes.

Com a descoberta da “dissonância cognitiva”, encerra-se a primeira fase do processo interpretativo e tem início, então, a parte SCI, em que o leitor procura resolver essa incongruência. Yus Ramos observa que, por um lado, a descoberta da solução para o dilema cognitivo e a aceitação do fato de ter sido enganado é que provocam o riso do destinatário.

Yus Ramos sugere, pois, a seguinte reformulação teórica para a proposta de Suls:

O emissor constrói seu enunciado (ou seu comportamento não verbal) de tal forma que estabeleça um equilíbrio entre o interesse que despertam no interlocutor (isto é, os efeitos contextuais que produz) e o esforço de processamento que exige, de tal forma que o interlocutor dirija sua atividade interpretativa para uma certa interpretação entre outras interpretações possíveis. Para esta estratégia é muito útil o conhecimento inconsciente que o emissor possui de qual interpretação é a mais provável que seja escolhida pelo destinatário em termos de relevância. Como já comentamos anteriormente, a atribuição de sentido baseada na busca de relevância é uma operação de natureza cognitiva intrínseca do ser humano e, até certo ponto, previsível pelo emissor (YUS RAMOS, 1997b, p. 504).

A Teoria da Relevância propõe que o locutor comunicará um enunciado que seja acessível em termos do equilíbrio dos efeitos cognitivos e do esforço mental e que, tão logo o leitor encontre a primeira hipótese de interpretação que se mostre adequada ao princípio de relevância, ele interrompe sua atividade de processamento do texto — o que é uma aplicação do item (d) das suposições gerais que resumem a Teoria da Relevância (conforme acima). Assim, na parte inicial da piada, a interpretação mostra-se, em princípio, acessível. Yus

Ramos adverte que, uma vez que o locutor consegue enganar o ouvinte em selecionar aquela interpretação acessível consistente com o *princípio de relevância*, o locutor *sabe* que não serão levadas em conta outras possíveis interpretações. Sucede, então, que, no momento em que o leitor está processando a parte MGI da piada, ou seja, está ocupado em adequar sua informação enciclopédica às novas informações que extrai do texto, ele encontra, no final dessa fase, uma dissonância cognitiva criada pelo locutor, a qual o surpreende, apontando-lhe o fato de que seu processamento cognitivo não teve êxito ou foi interrompido. Diante da surpresa que essa incongruência lhe causa, o destinatário procura resolver o dilema encontrado — é a fase SCI de processamento do texto humorístico, na qual o leitor encontra nova informação que lhe indica outra interpretação, anteriormente oculta e também possível, embora menos provável em termos de relevância. Na realidade, o locutor havia criado uma *dissonância cognitiva*, uma incongruência, que decorre da comparação entre a parte já processada e as suposições que surgem do processo de extensão subsequente do discurso. A nova hipótese interpretativa, que estava oculta era provavelmente a mais improvável. A soma dessas partes é que vai dar sentido ao texto como um todo.

Yus Ramos apresenta a seguinte análise, na qual indica o início e o final de cada um dos dois estágios por suas respectivas siglas:

(33) [MGI Um casal rico tinha planejado sair durante a noite. A dona da casa decidiu dar a seu mordomo, Jeeves, o resto da noite de folga. Ela lhe disse que voltariam muito tarde para casa, e que ele poderia desfrutar um pouco sua noite de folga. Mas, como a mulher não estava gostando da festa, ela então voltou mais cedo para casa, sozinha. Quando a patroa entrou em casa, viu Jeeves sentado sozinho na sala de jantar. Ela lhe pediu para segui-la e conduziu-o ao quarto principal. Ela fechou então a porta, olhou para ele e sorriu. “Jeeves”, ela disse, “tire meu vestido”. Ele fez isso cuidadosamente. “Jeeves”, ela continuou, “tire minhas meias-calça e a liga”. Ele obedeceu silenciosamente. “Jeeves”, ela disse então, “tire meu sutiã e a calcinha”. Depois que ele fez isto, a tensão continuou subindo. Ela olhou para ele então e disse, **MGI**] [SCI “Jeeves, se eu o pegar usando minhas roupas novamente, você será despedido!” [SCI] (YUS RAMOS, 2003, p. 1310).

Yus Ramos observa que, de acordo com a Teoria da Relevância, a parte inicial tem interpretações múltiplas, mas elas são graduais (*parte de interpretações-graduais-múltiplas*, ou parte MGI) e que essa hierarquização ocorre de acordo com a acessibilidade das suposições sobre estereótipos sexuais humanos e sobre relações sexuais transversais. No texto, as partes marcadas (conforme o esquema incongruência-resolução de Suls) são explicadas da seguinte forma: “a relação entre a parte da piada que contém *múltiplas*

interpretações graduais (parte MGI) faz a complementação do final, área marcada com uma única interpretação oculta (parte SCI) necessária para resolver a incongruência” (YUS RAMOS, 2003, p. 1309). Dessa maneira, a interpretação acessível explícita na parte MGI é a de que Jeeves está tirando as roupas que a patroa está usando. E a *interpretação improvável oculta que ajusta ambas as partes* de MGI/SCI é a de que Jeeves está tirando as roupas da mulher as quais ele está usando.

O desenvolvimento do estágio MGI revela-se consoante com a Teoria da Relevância, desde que o contexto vai sendo paulatinamente construído e que, de acordo com uma exigência básica da Teoria da Relevância, a interpretação pretendida pelo emissor é normalmente a primeira e a única selecionada como mais apropriada, porque produz o maior equilíbrio entre efeitos cognitivos e esforço de processamento. Isso ocorre enquanto o leitor não leva em consideração a incongruência que o espera no final dessa primeira etapa. No final da fase MGI, há o dado incongruente encontrado na junção “MGI] [SCP”, que, por ser a única correta, vai invalidar a parte incongruente e mostrar a única a interpretação global coerente do texto inteiro, incluindo também a parte MGI.

A Teoria da Relevância prevê que, na busca de uma nova interpretação, ocorra, como alternativa, um maior esforço de processamento que, em contrapartida, gera mais efeitos contextuais. O fato de o leitor ter interrompido sua interpretação (conforme prevê a Teoria da Relevância) na primeira hipótese que lhe ofereceu equilíbrio entre efeitos cognitivos e esforço mental fez com que ele não previsse aquela interpretação latente e, quando esta é inesperadamente trazida para os primeiros planos desta segunda parte da piada, como sucede no estágio que o autor denomina parte SCI, o resultado é humorístico. Yus Ramos acredita que a descoberta de um sentido global coerente para o texto inteiro, em decorrência da solução da incongruência é o que leva o leitor a, além de compreender que foi enganado, ativar em si mesmo um efeito humorístico.

O autor chega à conclusão de que a Teoria da Relevância oferece um esquema explicativo aceitável para comprovar a teoria humorística da incongruência-resolução de Suls, acrescentando-lhe explicações em termos cognitivos.

2.5 Considerações sobre os estudos desenvolvidos sobre o humor

Foi com o objetivo de buscar dados que tornassem mais completo o mecanismo do humor que aqui propomos, que abordamos os teóricos da área que acreditamos serem indispensáveis em nossa pesquisa. Durante a apresentação dessas teorias, fomos

paulatinamente discutindo os aspectos que poderiam ser úteis a nosso propósito. Por essa razão, resta esclarecer que as observações seguintes pretendem tão somente demonstrar elementos teóricos que ainda conservamos deste capítulo, embora não se constituam ainda no modelo a ser proposto — o que ocorrerá no capítulo III.

Ao final deste capítulo, lembramos que os autores que verificaram o mecanismo do cômico à luz da Teoria da Relevância, adotaram antes, para o humor, uma teoria que fosse específica a textos desse gênero. É o que também faremos: os dados expostos servirão de base para nosso modelo, um modelo de mecanismo do humor, cujo ponto de partida é a Teoria da Bissociação, de Koestler, enriquecida por conceitos que dêem mais explicitude à proposta desse autor e tragam maior clareza para a compreensão do texto humorístico. Os conceitos que incrementarão a proposta de Koestler serão buscados sobretudo nas hipóteses levantadas, entre outros, pelos estudiosos da Escola de Palo Alto — a serem trazidos para nosso trabalho no capítulo III. Nosso modelo para o humor será, na sequência, **submetido aos princípios da Teoria da Relevância, para ser avaliado, em termos de interpretação.**

CAPÍTULO III

HUMOR E RELEVÂNCIA

*Le Logicien, au Vieux Monsieur:
Autre syllogisme: tous les chats sont mortels.
Socrate est mortel. Donc Socrate est un chat.
(IUNESCO, E. Rhinocéros, 1959)*

Este capítulo tem dois objetivos específicos. O primeiro é o de propor um modelo de mecanismo do gênero “piada” e, na sequência, aprimorá-lo, ao submetê-lo aos princípios teóricos da Teoria da Relevância, de forma a verificar, por meio dos mecanismos de interpretação que esta teoria sugere, se tal modelo mostra-se apto, de forma a descrever as propriedades que caracterizam de maneira especial o gênero humorístico. O segundo objetivo é, depois de testada a adequação de tal modelo, sugerir uma forma de aplicação desse gênero ao ensino, com o intuito de obtermos um maior aproveitamento com relação à interpretação de texto. Acreditamos que seja possível, a partir de um “direcionamento” que, metodologicamente, facilite essa tarefa, levar ao leitor (aluno) a possibilidade de usufruir das especificidades desse gênero textual, entre as quais: a vantagem de prazer e concisão que a mensagem lhe proporciona e a crítica social que veicula. Há estudiosos que acreditam que a piada tem o efeito contrário ao que sugerimos: julgam que ela dissemina o preconceito. Essa postura contraria nossa idéia, segundo a qual o humor decorre de um paradoxo final _no gatilho. E tal paradoxo é que aponta para a incongruência do sistema social, que permite desigualdades que — tal qual o paradoxo formal do texto — restam insolúveis para a mente humana. Estamos convictas de que a piada e textos humorísticos similares deixam o leitor mais crítico e consciente e, pelo fato de serem textos de manipulação fácil e de rápida resolução, conduzem-no — como esperamos provar com as atividades descritas —, a desfrutar do prazer do raciocínio e dar-lhe oportunidade de aceitar seus desafios.

Munindo-nos das conclusões parciais a que chegamos nos capítulos anteriores, apontamos o mecanismo que constitui o gênero humorístico, que pode ser assim previamente sintetizado: o gatilho da piada encerra um paradoxo, que é a informação mais relevante da piada e que, por ser o resultado de um mecanismo lógico, não pode ser desfeito. Esse é um dos pontos que procuramos demonstrar no presente capítulo. O segundo ponto consiste em, na sequência, após adequarmos esse modelo teórico aos princípios da Teoria da Relevância, propormos um modelo de interpretação desse tipo de texto. A teoria de Sperber e Wilson

(1986) explica o processo de comunicação e, inclusive, os processos cognitivos e pragmáticos que entram na compreensão/interpretação do texto de uma maneira geral. Entretanto, ela não visa de maneira específica à questão do gênero textual, e, em decorrência disto, não explica como são estruturados os textos humorísticos. Por essa razão, foi necessário, como fizeram outros estudiosos do humor igualmente seguidores da Teoria da Relevância, buscarmos antes uma base teórica específica de explicação do texto humorístico, para, em seguida, submetermos tal modelo à TR. Para elaborar o mecanismo do texto humorístico, valemo-nos dos estudos sobre o humor analisados no capítulo II, os quais vieram esclarecer melhor a “bissociação”, que elegemos como o mecanismo básico do humor; enquanto que, do capítulo I, foram extraídos os princípios da Teoria da Relevância.

A nossa proposta já aponta para a necessidade de dividirmos nossa exposição em duas etapas. Assim, num primeiro momento, é proposto o modelo teórico do mecanismo do humor que tem seu alicerce mais sólido na teoria da bissociação, elaborada por Koestler. Iniciamos, mostrando essa primeira forma de análise e delimitando os conceitos que, utilizados na fase inicial desta pesquisa, nossa dissertação de mestrado (CURSINO-GUIMARÃES, 2001)⁴⁸, também serão mantidos nesta fase. A apresentação de nosso modelo ocorrerá por etapas, nas quais discutiremos os dados que virão enriquecer o conceito de bissociação.

Essa base inicial é completada por contribuições de estudiosos que vêm, no texto humorístico, algum tipo de processo da Lógica e discordam apenas sobre a determinação do recurso lógico usado: alguns acreditam que ocorre *uma forma de silogismo*, outros vêm ali um *entimema* e outros defendem a existência de *um paradoxo* que é associado ou não às formas anteriores. Para justificarmos nossa sugestão teórica, apresentamos os testes que fizemos para verificar essas propostas, tentando corroborar nossa hipótese de que o paradoxo pode ser considerado o fenômeno que resulta da bissociação. Nesta perspectiva, devido a sua equivalência com elementos contraditórios ou contrários, cruzamos recursos para testar a presença do paradoxo, verificando se um tipo de teste amparava ou rejeitava outro. Primeiramente, indagaremos se o paradoxo pode ser investigado a partir do quadro das oposições (da Lógica); em seguida, discutimos a proposta de autores que tentam explicar, por outras vias, a natureza do paradoxo e sua relação com princípios lógicos, universos de crença e metarrepresentações. Para esses testes, utilizamos textos humorísticos ou não. Após essa investigação da aplicabilidade do paradoxo ao mecanismo da bissociação, examinamos a

⁴⁸ Sempre que aludirmos à primeira de nossa pesquisa, a referência será nossa dissertação de mestrado.

proposta teórica de Curcó (2005) para o mecanismo do humor e apresentamos nosso próprio modelo.

Um dado que nos leva a buscar um mecanismo único para explicar a estruturação do humor é o fato de acreditarmos que, explicado de uma ou de outra forma, o texto humorístico é, sem dúvida, uma estrutura que se mantém através dos séculos, entre diferentes povos, inalterada e sempre eficaz⁴⁹: sempre o mesmo mecanismo.

Se o texto humorístico apresenta características que lhe são muito peculiares e o tornam extremamente distinto da maioria dos gêneros textuais, acreditamos que a solução para sua análise é partir de uma teoria específica do humor que, verificando inicialmente o mecanismo que caracteriza esse tipo de gênero textual, permita depois submetê-lo à TR, verificando qual o melhor caminho para sua interpretação.

3.1 Contribuições das teorias analisadas para o mecanismo do humor

Neste terceiro capítulo, em que são associados elementos teóricos tanto do humor quanto da TR, julgamos procedente apresentar um “balanço” do que foi estudado nos capítulos anteriores e que desejamos/ou não manter como parte de nossa proposta. Dedicamos as subseções seguintes a este fim: em 3.1.1, apresentamos uma visão geral do que foi observado nas duas teorias; em 3.1.2, destacamos os itens teóricos da primeira fase desta pesquisa, quando nos limitamos a trabalhar com o conceito de bissociação.

3.1.1 Balanço das contribuições trazidas pelos autores das duas áreas

No capítulo I, nosso propósito foi o de apresentar os elementos de base da Teoria da Relevância, que se configura, a nosso ver, como a melhor proposta para explicar a comunicação, envolvendo tanto o aspecto da decodificação quanto o do processamento dos dados a serem inferidos.

Considerando nosso primeiro objetivo, que foi o de sugerir um mecanismo para explicar o humor, foram particularmente úteis conceitos como o de relevância ótima, o destaque para a maneira como as suposições são adquiridas — em especial, as suposições

⁴⁹ Uma pesquisa paralela que fizemos sobre piadas em diferentes idiomas (Português, Inglês, Francês, Espanhol, Italiano e Alemão) mostrou-nos que os temas dessas piadas são muito similares de um povo para outro: são as mesmas piadas de bêbado, de traição conjugal, de advogados ou comerciantes que ludibriam o cliente, de sogras, de pessoas de outras raças (sempre lhes atribuindo uma característica inferiorizante: desonestos ou sem inteligência, por exemplo), etc. E, além de temas similares (pelo menos entre ocidentais), a estrutura é sempre a mesma.

trazidas ao texto pela dedução — e a questão de fortalecimento ou enfraquecimento de suposições, que ajudam a justificar o fato de o gatilho da piada crescer em relevância, em detrimento da interpretação que vinha sendo inicialmente desenvolvida.

Nossa proposta, que será mais detalhada adiante, pode ser resumida nos tópicos seguintes: (a) a bissociação, que propõe a interpenetração de esquemas cognitivos, unindo elementos que se rejeitam, resulta num paradoxo, que está na base do texto humorístico; (b) o paradoxo entra em conflito com as suposições levantadas na parte do texto que o precede e adquire mais relevância que as suposições que vinham sendo desenvolvidas, levando o leitor a considerar como mais forte uma hipótese que ficara em segundo plano; a hipótese que culmina no paradoxo é adquirida inferencialmente na forma de uma dedução, para a qual o leitor é conduzido por marcas ostensivas no texto, as quais restringem as possibilidades de interpretação e, porque esse trajeto interpretativo foi antecipadamente previsto pelo locutor, ele se constitui no caminho que rende mais efeitos contextuais com menor esforço de processamento (é mais fácil, porque é inevitável), de maneira que o leitor deixa-se conduzir por ele e aceita como otimamente relevante esse paradoxo a que foi conduzido; (c) porque o paradoxo não pode ser solucionado, ele é criado na piada para ser mantido, embora deva ser compreendido como tal.

Em relação a nosso segundo objetivo, ou seja, o de propor para o ensino, um roteiro que sirva de orientação a professores e alunos na tarefa de interpretação de textos humorísticos, foram especialmente úteis, além das noções utilizadas para a elaboração do mecanismo do humor, certos aspectos teóricos da vasta descrição que nos proporciona a TR para explicar, de forma abrangente, as questões ligadas à interpretação de textos, como as noções de explicatura, premissas e conclusões implicadas; ambiente cognitivo partilhado, o papel do contexto e sua construção gradual, à medida que a interpretação avança. Uma contribuição teórica especial pode ser atribuída ao seguinte trecho de Wilson (2001, prefácio da edição portuguesa, p. 13), quando observa:

Processo teórico da compreensão com base na relevância

Seguir um caminho de esforço mínimo na computação de efeitos cognitivos:

- (a) Considerar hipóteses interpretativas (desambiguação, atribuições referenciais, suposições contextuais, implicaturas, etc.) seguindo a ordem de acessibilidade;
- (b) Parar quando é alcançado o nível esperado de relevância.

Ao descrever teoricamente o processo, a autora apresenta, de forma sintética, diretrizes gerais para o leitor, o que, a nosso ver, pode ser tomado como um guia

metodológico para o professor que deseja utilizar os princípios da TR — como sugerimos nesta pesquisa — a partir dos quais poderá sistematizar uma orientação de leitura para por em prática no ensino.

Dos estudos sobre humor que analisamos no capítulo II, apresentamos, da mesma forma, aqueles que mais suscitarão nosso interesse e, ao comentá-los, extraímos deles os aspectos que nos pareceram pertinentes à constituição de um modelo mais adequado para explicar o mecanismo do texto humorístico, conforme o compreendemos. À medida que apresentávamos essas teorias, íamos, sistematicamente, justificando o fato de excluir certas colocações teóricas parciais que não se ajustariam ao modelo que já prefigurávamos construir. Todavia, para evitar que, na extensão de nossa pesquisa sobre este ponto, tenha-se perdido a nitidez da seleção de nossos dados sobre o humor, optamos por consolidar nosso interesse por esses elementos, sintetizando-os neste capítulo, no qual aproximamos as duas teorias gerais: a Teoria da Bissociação e a Teoria da Relevância.

Os estudos sobre o humor aqui enfocados contribuíram para nossa reflexão, ainda que não tenhamos adotado integralmente uma única teoria (exceção feita para a proposta da bissociação, de Koestler, 1964). Apresentamos, na sequência desta seção, *as justificativas gerais* para a adoção/ou não de elementos teóricos abordados, considerando que encontramos nos trabalhos dos autores analisados no capítulo sobre o humor, vantagens e desvantagens — que resumimos a seguir, de maneira a justificarmos o fato de não termos optado pela adoção exclusiva de uma dessas propostas.

De Bergson (1900), consideramos válidos os seguintes itens: o destaque para a questão da surpresa; a idéia de que o riso é inibido pela emoção; a constatação de que o humor concentra-se em detalhes; a abordagem social do riso, ressaltando-se a observação de que a sociedade cobra do indivíduo um comportamento relativamente padronizado em relação ao grupo, de maneira que se torna possível perpetuar a “coerência” desse comportamento individual dentro dos padrões predominantes (o que, de certa forma, respalda o ponto que defendemos sobre a inviolabilidade das “regras de convívio social”); e, finalmente, é válido o procedimento que o autor denominou “interferência de séries”, cuja definição, a nosso ver, aproxima-se da bissociação. Entre os pontos negativos de sua teoria, consideramos que há um excesso de classificações que não são submetidas a um procedimento geral o qual poderia ser buscado, a nosso ver, na utilização da “interferência de séries” em situações que envolvessem o “mecânico incrustado no vivo” (que substitui a “flexibilidade” de comportamento que a sociedade espera de seus membros, tornando risível a atitude de quem não se adapta às

exigências desse convívio). Entretanto, mesmo a interferência de séries — sua maior contribuição, do nosso ponto de vista — foi alvo de uma melhor teorização do que aplicação..

Em seu trabalho sobre o chiste, Freud (1905) considera que as piadas têm um elemento tendencioso, que gera tensão, cujo excesso é economizado para o humor e é desinibido pelo riso, como forma de catarse. Embora esse autor apresente um texto com redação mais precisa que o de Bergson, não vimos praticidade em suas classificações que tanto abordam forma linguística quanto estados dos interlocutores, ou seja, criando paralelo entre classificações de base linguística e estados da mente, como é o caso da “distração”. Apresenta, no entanto, certas vantagens: é o primeiro estudioso do humor a distinguir falante, interlocutor e objeto do discurso (não com emprego desses termos, é evidente); concorda com Bergson quanto à necessidade de uma insensibilidade do leitor: não deixar a emoção perturbar o processamento do humor e, finalmente, entre as técnicas que sugere, merece ser destacada a técnica do “deslocamento”, em que, pela sobreposição de planos de sentido, ele aproxima o mecanismo do sonho e o mecanismo do humor, técnica que, a nosso ver, aponta para a bissociação.

Esses dois precursores do estudo do humor fazem colocações válidas, mas suas teorias não podem ser tomadas como modelos sem ressalvas, desde que não sugerem um mecanismo que se constitua numa espécie de “denominador comum” na elaboração do texto humorístico.

Olbrechts-Tyteca (1974) parte de uma idéia geral: a distinção entre demonstração e argumentação e sugere que apenas esta pode ser objeto de riso, em decorrência das possibilidades de enganos que cria. Seu estudo destaca os argumentos por dissociação, mas justamente esse seu conceito (aparentemente similar ao termo “bissociação”), ao invés de aproximar-se do de bissociação, aponta para a direção contrária: enquanto a bissociação sobrepõe planos, a dissociação separa (dissocia) elementos considerados como um conjunto solidário. Uma vantagem de sua teoria é a de considerar (inclusive como o caso mais interessante para a argumentação) o par prototípico das duplas filosóficas: **real/aparente**. Embora não tenhamos encontrado em seu estudo respaldos específicos para nossa proposta do mecanismo do humor, reconhecemos o interesse dessa dupla filosófica como um instrumento útil para o reconhecimento dos dois esquemas iniciais que vão chocar-se no texto da piada.

A teoria de Raskin (1985) encontrou muitos seguidores, sobretudo na questão da passagem do “modo bona-fide” para o “não bona-fide” — questão que mais tarde o próprio autor abandonou, por refletir sobre o fato de que há textos veiculados diariamente pela mídia, dos quais não se pode exigir um “valor de verdade”. Abandonado esse ponto, que

considerávamos uma desvantagem de sua teoria (desde que nem todo texto humorístico é enunciado de forma a “prevenir” o leitor quanto à iminência do riso), o autor merece o crédito pela proposta de que há na piada um “operador semântico de mudança de script”, um “gatilho” que aciona a passagem de um esquema para outro que lhe é contraposto. Embora seu trabalho não mencione o nome de Koestler, parece ter havido influência do conceito de bissociação deste autor. Raskin preocupa-se ainda com reconhecer a natureza dos elementos que entram em oposição de um script a outro, mas esse aspecto de seu estudo não nos parece tão produtivo quanto a dupla filosófica “real/aparente”, que emprestamos de Olbrechts-Tyteca. Não concordamos com sua classificação do gatilho em “contradição” e “ambiguidade”, por considerarmos que ambas as formas podem ser consideradas bissociação.

As funções da historieta cômica apresentadas por Morin (1971) são provavelmente a proposta que mais se assemelha à da bissociação, porque apontam, além dos dois esquemas iniciais, um terceiro, onde ocorre o que ela denomina “disjunção”, ponto que, a nosso ver, coincide com o gatilho da teoria de Raskin (surgida posteriormente). Um dado de pouca valia são também as inúmeras classificações que a autora adota para esse mecanismo geral. Mas seu estudo torna-se coerente, na medida em que tais classificações são todas subsumidas pelas três funções de base. A desvantagem é que considera as piadas como “jogos de palavras” e, devido ao fato de adotar uma teoria semiótica, não trabalha as relações pragmáticas — especificamente a questão da inferência. Uma outra desvantagem é que faz coincidir cada enunciado com uma função o que, a nosso ver, limita o estudo das três funções a textos que tenham apenas três enunciados.

A classificação de Travaglia (1991) para os “mecanismos criadores de humor” apresenta a desvantagem de não adotar categorias de uma mesma natureza (há critérios linguísticos, discursivos e mesmo regras de polidez). Ele propõe que a bissociação de Koestler seja o mecanismo de base do humor, mas não submete suas classificações a esse conceito. Seu estudo tem uma vantagem, que acaba por dar-lhe unidade: é que, mesmo tendo tomado por corpus programas de televisão, o autor listou categorias aplicáveis ao humor verbal. É também um ponto positivo o fato de que suas categorizações (conforme testes nossos) comportarem-se todas como bissociações, o que faz de sua lista de mecanismos subtipos da bissociação, que podem ser relacionados com a regra do convívio social violada pela piada.

A teoria de Suls (1972) aponta um dado novo, em relação a teorias que a precedem: o fato de que a descoberta da incongruência não encerra a interpretação do texto. Mas não adotamos a teoria desse autor, porque acreditamos que, embora a compreensão da piada ultrapasse realmente a descoberta desse ponto, a interpretação desse tipo de texto não se

encerra — como ele propõe — com a busca de dados que tornem congruente o enunciado incongruente. Como já apontamos anteriormente, acreditamos que o paradoxo que encerra o texto humorístico é criado, não para ser “explicado”, mas para ser mantido enquanto tal.

A mesma linha teórica para o humor sugerida por Suls é adotada por Yus Ramos (2003), embora este autor mostre tais aspectos num enfoque relevantista. Se, por um lado, interessa-nos uma abordagem do humor pela relevância, por outro, acreditamos que sua visão exclusivamente do mecanismo do humor seja divergente da que defendemos aqui, pelos mesmos motivos alegados para a não-adoção da teoria de Suls.

Nessa espécie de balanço das teorias de humor abordadas, acreditamos ter deixado claros os motivos de não adotarmos integralmente nenhuma delas. Ainda que a maioria admita a oposição de planos cognitivos, a teorização feita não tem, a nosso ver, o alcance de explicação da “teoria da bissociação” de Koestler (1964). Considerando que, já na etapa da dissertação de mestrado, adotamos o conceito de bissociação proposto por esse autor, continuamos com ela, como a noção básica de humor de nossa teoria. A bissociação é enriquecida com elementos que aumentam sua precisão, estes, submetidos à TR, num tratamento que completa a explicação do mecanismo do humor e esclarece seu alcance interpretativo.

3.1.2 Balanço dos itens teóricos a serem mantidos: a bissociação como limite

Se no atual estágio de nossa pesquisa acreditamos que a bissociação deve ser enriquecida com elementos de novos estudos por nós desenvolvidos (inclusive a questão do paradoxo e a da relevância), há, no entanto, aspectos anteriormente detectados que julgamos necessário manter em nossas análises.

Passamos, pois, à demonstração da aplicação desses aspectos na análise da piada (1).

- (1) Um conhecido especulador da bolsa, também banqueiro, caminhava com um amigo pela principal avenida de Viena. Quando passaram por um café, disse:
 — Vamos entrar e tomar alguma coisa?
 Seu amigo o conteve:
 — Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!
 (Adaptada de FREUD, 2007, p. 47).

Examinando as duas matrizes possíveis, tomando como referência a dupla real/aparente (dado que inserimos na análise feita ainda apenas à luz da bissociação), temos,

na piada (1): o convite inocente de Herr Hofrat equivale à **aparência**, enquanto o desmascaramento de suas intenções (feita pela interpretação do amigo) é a **realidade**.

Submetendo o texto à bissociação, teríamos o esquema (ainda incompleto):

- (A) Primeira matriz: Herr Hofrat convida o amigo para tomar algo num café.
- (B) Segunda matriz: o amigo de Herr Hofrat se espanta com o convite.
- (C) Terceira matriz: (bissociação) (?)
- Gatilho: “Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!”

Guiando-se pelo determinismo (cf. FOURASTIÉ, 1983), que, por sua vez, se ancora em seu conhecimento de mundo, o leitor parte das evidências do texto para seus primeiros prognósticos. Se há algum termo polissêmico, como é o caso do verbo “tomar”, o falante é levado a comparar as **previsões** que o texto lhe possibilita e a fazer a escolha da interpretação correta, isto é, a interpretação das intenções comunicativas (e informativas) do amigo de Herr Hofrat, ou, em termos de nossa análise, a identificar o gatilho da piada.

Ao fazer o levantamento das previsões, são consideradas as duas acepções do verbo “tomar”:

Previsão 1: “Tomar” → *Script* de tomar algo (bebida, etc.) em um bar, na circunstância (importante para justificar a incongruência posterior) de que tal ação **acontece** na presença de todos (fregueses e pessoal do bar).

Previsão 2: “Tomar” → *Script* de tomar alguma coisa (roubar) de alguém, na circunstância (importante para justificar a incongruência posterior) de que tal ação **não acontece** na presença de todos: — em caso de assaltos, é só na presença de quem é roubado; — em caso de fraudes, por exemplo, é “de forma dissimulada, às ocultas”).

Sem a mudança de *scripts* (insistimos), não há bissociação. Assim, se alguma modificação (substituição de termo, subtração ou acréscimo de falas na sequência do texto) viesse, nesse exemplo específico, a confirmar a escolha de apenas um dos *scripts*, não haveria humor. Um procedimento que adotamos em testes com leitores para reconhecer o ponto onde se processava a bissociação foi o que em nosso trabalho denominamos “cancelamento do humor” ou “neutralização do humor”, a saber, a substituição (mínima possível) de termos que transformassem a piada em um texto “sem graça”, embora conservando sua coerência global. Os informantes⁵⁰ tiraram o humor da piada utilizando um dos quatro recursos descritos a seguir.

⁵⁰ Os informantes, em número de 30, foram alunos do 3º ano de Letras do UNIPAM, constando de 2 homens e 28 mulheres, numa faixa etária entre 20 e 40 anos.

Um primeiro recurso foi o de sugerir a substituição da última sentença por enunciados como: “Já está muito tarde; é melhor a gente voltar para casa”; “Neste lugar é muito caro”; “Mas, Herr Hofrat, o lugar está sujo!”;

Um segundo, foi considerar que o amigo do banqueiro compreendeu a primeira fala da mesma forma que o leitor, ou seja: “beber café”, caso em que foram sugeridas, também para a última frase, substituições como: “Sim, vamos”.

Como terceiro recurso, consideraram que foi o leitor (não o amigo do banqueiro) quem entendeu mal a fala de Herr Hofrat, caso em que sugeriram substituições que deixassem mais explícita a intenção desse amigo do banqueiro, como no exemplo: “Sim, vamos entrar e roubar alguma coisa”. O engano explicitado anula sempre o humor.

Um quarto recurso foi o de propor uma das alternativas: ou substituir a palavra “tomar” por “beber”, ou trocar a expressão do convite por outra, como “fazer um lanche”, casos em que a ambiguidade foi neutralizada.

Todas as substituições tiveram o efeito de anular o humor do texto. Vale observar que o fato de a explicitação do propósito do amigo de Herr Hofrat (substituição número III) também anular o humor do texto mostra que *o riso não é provocado pela simples alusão a um ato condenável em termos de regras do convívio social*: parece, então, que **a piada exige um tipo de dissimulação do dizer**, para ser considerada engraçada. Acreditamos que essa exigência tenha uma dupla função: por um lado, *visa a deixar que o leitor desvele as (e, dessa maneira, participe das) “denúncias” às regras do convívio social* e, por outro, *visa a exigir do leitor um exercício de raciocínio, que aumenta o prazer da piada*. Nossa conclusão parece estar em consonância com a hipótese de Freud de que uma grande quantidade de energia economizada para um esforço (acreditamos que a inferência seja, em termos de esforço, mais *custosa* que a informação explícita), ao ser liberada, quando o gasto é menor que a previsão, causa mais prazer.

Ocorre, pois, que, para eliminarmos o humor da piada acima, um dos recursos é substituir o termo “tomar” por “beber” (sugestão IV dos informantes) optando-se por apenas um dos dois *scripts* previstos — o que parece, *em princípio*, provar que este verbo “se comporta” como base de disjuntor. Dessa forma, o amigo poderia ou concordar ou discordar quanto à sugestão de beber algo.

Mas há a possibilidade de admitir a existência apenas do outro *script* previsto, o que também eliminaria o humor da piada, ou seja: considerar que o “normal” (previsível) era Herr Hofrat estar realmente pensando em “assalto” (conforme sugestão número III dos informantes). Nesta segunda hipótese, a surpresa do amigo ainda poderia ser explicada pela

ousadia de Herr Hofrat em fugir de sua forma habitual de roubar (às escondidas) e passar para um assalto a descoberto. De acordo com essa hipótese, poderíamos, por exemplo, imaginar uma sequência de discurso em que Herr Hofrat, diante da surpresa do amigo, para tranquilizá-lo, dissesse algo como: “As pessoas não vão perceber que estão sendo roubadas”.

A partir dessa constatação, devemos buscar, no discurso do narrador ou dos personagens o(s) elemento(s) que prove(m) que, na sequência prevista para os primeiros *scripts* (importante: sequência considerada mais **previsível**, em termos de **regras de convívio social**), **há um dado que faz a situação tornar-se incongruente**. Estes elementos são normalmente colocados nos finais das piadas, por se constituírem no ápice do humor e, após os mesmos, não se justifica mais prosseguir com a narrativa. Na piada em análise, no apogeu do cômico, encontra-se a **circunstância** destacada no segundo *script* como **diferente da circunstância que caracterizaria o primeiro**. Quando o amigo de Herr Hofrat diz: “*Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!*”, é a **circunstância** de “o lugar estar cheio de gente” que é **decisiva** para provocar a surpresa. O leitor faz a seguinte avaliação (reflexão): se “tomar bebida em lugar cheio de gente” não se constituiria em problema, de acordo com as regras de convívio social e se, mesmo assim, ele percebeu nessa situação, um empecilho para agir, significa que esta ação de “tomar” não deve ser entendida como “beber” e sim como “roubar” — o que aponta para uma “coerção” lexical na elaboração do sentido. É esta circunstância que aponta para o fato de que havia uma segunda interpretação (segundo *script*) para o verbo “tomar”. O “mas”, como todo operador de contrajunção (oposição), sinaliza uma direção argumentativa contrária à que vinha sendo construída pelo texto. É como se o conector desse diretrizes ao falante, do tipo “leia como se segue: *tomar(roubar) alguma coisa* não deve ser posto em prática *quando o lugar está cheio de gente*”. Esta oposição é que leva à inferência: Herr Hofrat costuma “tomar” alguma coisa (roubar de alguém), mas **quando não há testemunhas**.

As ideias opostas surgem justamente da circunstância colocada pelo amigo no disjuntor “o lugar está cheio de gente”, ou seja, qualquer coisa que se faça num café “cheio de gente” será uma ação manifesta, passível de ser conhecida por todos, um ato *público*. O uso do “mas” confirma que esse ato está sendo contestado e, se há tal contestação, presume-se que o amigo julgasse mais adequado realizá-lo de forma “*secreta*”, o que corresponderia a: “Mas Herr Hofrat, tomar (roubar) alguma coisa (de alguém) em um café deve ser posto em prática *dissimuladamente* (secretamente, etc.)”. Conclui-se que a condição de ser “em público” é que é o problema visto pelo amigo, o que mostra a relevância dada a elementos circunstanciais.

A bissociação pode ser buscada na contestação de qualquer um dos dois *scripts* de origem. Assim, poderíamos cogitar também em duas “frases-síntese” da colisão da má interpretação, substituindo o termo polissêmico por um sinônimo (um em cada *script*), após o que teríamos:

(1) O espanto do amigo de Herr Hofrat deve-se ao fato de este o estar convidando para ir com ele a um café **roubar publicamente alguma coisa de alguém**

ou

(2) O espanto do amigo de Herr Hofrat deve-se ao fato de este o estar convidando para ir com ele a um café para **beber publicamente uma bebida** (pleonasma necessário).

Nesse dilema, o conhecimento de mundo dos falantes vem em seu auxílio, sempre a partir de pistas deixadas pelo texto. Se Herr Hofrat é “um conhecido especulador da bolsa, também banqueiro”, o que menos se espera de uma pessoa com tais atribuições é que, por timidez (ou qualquer razão) pretenda passar despercebido, ao tomar um café ou uma bebida num bar, como se conclui da interpretação (2). O leitor interpreta o convite do amigo como a opção mais inesperada, a interpretação (1). Somos levados a acreditar que o aspecto pragmático (conhecimentos enciclopédicos) também exercem coerção sobre o sentido. É importante, pois, notar que, se a *circunstância* indicada acima for retirada deste texto, o mal-entendido não se sustenta.

No entanto, caso o leitor acredite que a ideia de Herr Hofrat fosse realmente a de executar um roubo (conforme sugestão III dos informantes), a surpresa do amigo seria atribuída a uma audácia maior do banqueiro.

Há ainda um ponto que gostaríamos de evidenciar: o traço que cria a oposição entre os *scripts* é um detalhe que nos parece mais insignificante na proporção em que, inversamente, cresce o grau de humor. Bergson e Olbrechts-Tyteca já haviam chamado a atenção para os elementos mínimos, que podem passar despercebidos. Acreditamos que é justamente essa proporção inversa que exige mais do raciocínio do leitor. Na piada (1), o detalhe é criado pela “circunstância” de modo (publicamente vs secretamente). Eis um outro exemplo, no qual detectamos o mesmo fenômeno:

- (2) 1 O português estava próximo a um poste, “de quatro”. 2 Passou um amigo brasileiro e perguntou:
 3 — Manoel, o que é que você está fazendo aí? 4 Que é que você está procurando?
 5 — Perdi minha aliança.
 6 — Não diga! 7 Pois vou ajudá-lo a procurar.
 8 Ficaram os dois longo tempo vasculhando o local, até que o amigo, já cansado, perguntou:

9 — Manuel, você tem certeza de que perdeu sua aliança foi aqui mesmo?

10— Não foi bem aqui: foi ali mais na frente, só que lá está escuro...

O conhecimento de mundo do falante leva-o a aceitar que a circunstância de lugar é um dado comum aos dois verbos: costuma-se procurar um objeto perdido onde ocorreu a perda. Uma previsão diferente só faz parte do raciocínio do ser humano em casos de busca de afogados, por exemplo, em que se deve considerar o movimento das correntezas, que podem deslocar os corpos. O que torna o texto humorístico não é a perda e a busca da aliança: é a circunstância de o personagem ter desvinculado a circunstância que unia os verbos “perder/procurar”, baseado numa justificativa trivial como “lá está escuro”. As entrevistas com informantes também indicaram esse aspecto circunstancial.

A metodologia de pesquisa utilizada na etapa da dissertação consistiu em propor ao grupo de informantes que reescrevessem os textos das piadas (em número de 50), fazendo um mínimo possível de modificações, de forma a manter a coerência textual e, ao mesmo tempo, suprimir o humor, ou seja, eliminar o caráter de “piada”. Transcrevemos a seguir a síntese das reformulações coletadas para a piada (2) nessas entrevistas.

O procedimento para eliminar o humor também eliminou a estupidez do personagem. As alterações propostas podem ser assim generalizadas: encontrar/ou não a aliança, sem questionar o local de perda/procura; modificar o local da busca, mas explicá-lo de forma racional, desde que é a falta de coerência para se mudar o local da busca que é considerada estúpida. Na primeira situação (encontrar a aliança), sugeriram substituir apenas o enunciado final por outros como: “Sim, acabo de encontrá-la”; ou substituir os enunciados 9 e 10, como a seguir: “É esta a sua aliança?” e “Sim, é esta mesma”. Na segunda situação (a de não encontrar a aliança), propuseram duas novas opções: (a) aceitar que o lugar da procura não era o mesmo da perda, mas justificar racionalmente a aparente contradição, como nas sugestões seguintes: “Não foi bem aqui: foi ali mais na frente, só que lá eu já procurei e não encontrei”, “Não foi bem aqui: foi ali mais em cima, só que ela pode ter rolado até aqui”; ou, (b) fazer coincidir o lugar da perda com o da procura, com substituições como as seguintes: “Claro que tenho”; “Sim, foi por aqui”; “Tenho, sim. Me ajude a procurar, por favor”; “Tenho certeza, mas acho que alguém deve ter pegado minha aliança”.

O teste por nós denominado **teste de cancelamento (ou neutralização) do humor** confirmou, então, como gatilho dessa piada a frase final: “Não foi bem aqui: foi ali mais na frente, só que lá está escuro”. Confirmou ainda que, no caso da piada (2), a circunstância de

lugar comum aos dois verbos é um elemento implícito (e, como pressuposto intrinsecamente ligado ao aspecto semântico dos verbos, é, portanto, inseparável dos mesmos), a menos que haja uma justificativa plausível para dissociar este elemento comum, como observamos anteriormente. O gatilho explicita a razão apresentada pelo personagem para a busca da aliança no local indevido _ razão que não se sustenta. O leitor reconhece a insustentabilidade desta justificativa na comparação que estabelece, de acordo com suas hipóteses factuais, baseado no ambiente cognitivo mútuo, que vai sendo construído com o desenrolar da interpretação.

Em decorrência da reflexão trazida pelo gatilho, chegamos à “frase-síntese da idéia incongruente”: “Para justificar que o local da busca de um objeto perdido seja diferente do local da perda sustenta-se o fato de o local da perda estar escuro”. E, a partir dessa frase-síntese da incongruência, chega-se ao paradoxo que é a “justificativa” para o gatilho: “O escuro *deslocou* o local da busca para um local diferente da perda”.

Um último dado a ser comentado é o da **dupla filosófica prototípica “aparência/ realidade”**, conceito que nos dispusemos a aplicar, a partir desta etapa de nossa pesquisa, como um critério (não utilizado na pesquisa anterior) para verificação das matrizes que se opõem. Consideramos o uso dessas duplas como um instrumento produtivo de análise, desde que, nas várias análises que fizemos anteriormente, houve textos em que encontrávamos mais de uma dupla possível e essa indistinção era problemática para a análise de muitos textos. No texto (2), os dados factuais representam a aparência na qual o ser humano muitas vezes se deixa irracionalmente levar: no caso, procurar por procurar, sem fazer quaisquer questionamentos sobre as circunstâncias da perda. O real é o contrafactual (o inusitado): a busca do objeto perdido, num local distinto do da perda e por uma razão que não se sustenta.

Ao final desta seção, fica ainda um questionamento: “por que não adotamos, sem quaisquer adendos, a bissociação, como mecanismo básico da criação do humor?” O fato é que, embora acreditemos que Koestler realmente tenha apresentado o mecanismo que explica o choque entre duas matrizes e o surgimento da incongruência, faltou completar o modelo com determinadas explicações teóricas, tais como: em que sentido é considerada essa incongruência e quais são os elementos estruturais ou cognitivos que completam essa descrição. Um destes elementos — o que não foi demonstrado na primeira etapa de nossa pesquisa — diz respeito à incongruência do texto humorístico, a qual procuramos descrever: nela encontramos **a característica que é própria de qualquer paradoxo, que é criado para ser “compreendido enquanto paradoxo que é”, ou seja, para não ser “desfeito”**. Outro elemento refere-se ao aspecto da crítica que existe em toda piada (desde crítica ao sistema

linguístico até críticas a formas de governo, entre outras): **crítica ao que é paradoxal e imutável no sistema social, cujas regras, são violadas, mas não podem ser eliminadas**. Por essa razão, notamos na piada, uma certa “harmonia” entre forma e fundo, ou seja: adotando a forma de um paradoxo, encontra-se uma crítica ao que é igualmente paradoxal nas regras de convívio do grupo.

3.2 O mecanismo do humor explicado pelo choque entre níveis de representação

Recuperando, dos estudos sobre o humor, tópicos necessários ao modelo que aqui propomos, recordamos que, antes da proposta de Suls, a maioria dos estudiosos do humor acreditava que a descoberta da incongruência encerrava a piada e, conseqüentemente, a análise do texto de humor. Após os estudos de Suls (1972), Yus Ramos (2003) e Curcó (2005 – a ser abordada), surgiu uma nova visão da interpretação do texto humorístico, passando-se a crer que, após a descoberta da incongruência, haveria uma “reavaliação” global do texto, com uma possível justificativa para essa incongruência entre as duas partes.

O modelo de mecanismo do humor que propomos pretende que a incongruência — ou “paradoxo — não é “solucionada(o)”, mas que permanece, como um terceiro esquema cognitivo, como propõe a teoria da bissociação de Koestler (1964). O que sugerimos é incorporar à teoria de Koestler determinados aspectos dos estudos da Escola de Palo Alto, que entreviu a existência de um paradoxo no conceito de “bissociação” engendrado por aquele autor. Desde que não foi possível nos inteiramos de uma sequência a essa ideia da parte desses pesquisadores, é nossa intenção verificar sua hipótese, mas associando também a esses primeiros dados nossas próprias constatações, descritas no capítulo II.

3.2.1 O mecanismo do humor explicado pelo recurso à bissociação

Na pesquisa desenvolvida no mestrado, quando submetemos os mecanismos propostos por Travaglia ao mecanismo da **bissociação**, adotamos certos critérios de análise que julgamos útil preservar, ou exatamente da forma como foram utilizados, ou com adaptações que se tornaram necessárias. Dessa maneira, decidimos manter, da teoria de Koestler (1964) para o humor (e para a criatividade em geral), o conceito de **bissociação**, com todos os componentes teóricos que o acompanham: a existência de um ponto “L”, que, de acordo com nomenclatura utilizada por estudiosos da área (especialmente Raskin, 1985) chamaremos de “**gatilho**” (cujo nome vem do fato de ele “disparar” o processo bissociativo).

É um elemento concreto em nível explícito, que se localiza no enunciado final — constatação decorrente de dois tipos de testes — o *cancelamento do humor*, feito com informantes, e a *inversão do texto* —, anteriormente demonstrados no capítulo II. Podemos caracterizar o **gatilho** com três dados: (i) **é a frase conclusiva da piada**; (ii) **leva à descoberta da existência de um esquema cognitivo cuja previsão não era até então considerada**; (iii) **está na base da incongruência (cuja ideia completa o gatilho, por um processo de dedução)**. O gatilho marca o ponto onde ocorre a *ruptura do determinismo*, conforme Fourastié (1983) — noção que passaremos a denominar simplesmente “**ruptura de previsões**” (para evitar equívocos em relação ao conceito mais amplo de “determinismo”).

Não adotaremos nenhuma nomenclatura empregada por Morin, mas conservaremos sua visão de que **há duas etapas que precedem a etapa da incongruência**, o que coincide com a proposta de Koestler quanto a haver **dois planos de origem**, sem os quais, obviamente, não haveria um “choque”, desde que, sem a mudança de esquemas cognitivos, não há bissociação e é ela que vai gerar um novo esquema. Para distinguir com propriedade os dois esquemas é que julgamos útil utilizar a **dupla filosófica “aparência/realidade”** como instrumento de demarcação entre ambos.

O novo esquema é incongruente, em razão de haver um traço incompatível entre os dois planos a partir dos quais esse terceiro é gerado, traço revelado pelo gatilho que, apesar (ou em razão) desta discrepância, age como um “elo” entre esses planos de ideias, os quais podem ser igualmente denominados por uma das formas seguintes: “**matrizes de pensamento**” (cf. Koestler, 1964), ou *scripts* (cf. Raskin, 1985) ou ainda, numa adaptação ao processo cognitivo (ao qual dizem respeito) poderão ser ainda denominados “**esquemas cognitivos**”, ou “*chunks*”, conforme a TR, ou ainda “**dissonância cognitiva**” (cf. Curcó e Yus Ramos).

Ao aceitarmos a existência desses planos, adotamos o consenso existente entre os estudiosos do humor de que o choque entre ambos produz sempre uma “**incongruência**” — termo que poderá alternar-se com “**contradição**” ou “**paradoxo**”. Considerando que, numa troca comunicativa, os falantes mantêm previsões sobre a continuidade do discurso, a incongruência, causada pela ruptura dessas previsões, aponta, numa direção oposta, para o que é trivialmente denominado “**senso comum**” e que consiste em um *background* (inclusive conhecimentos linguísticos, além de outros, tais como crenças e valores) que é compartilhado pelos indivíduos. Amparada pelas hipóteses de Evrard, Olbrechts-Tyteca, Voese e Grojnowski, Escarpit e Sareil, entre outros, essa questão aponta para um fundo de normalidade necessário à confrontação (e reconhecimento) da incongruência. É assim que, pela suspensão do fato

previsto, o humor inverte as normas, indo contra os pressupostos mantidos nesse *background* e tacitamente admitidos pela maioria dos indivíduos.

Com referência ao aspecto social do humor, buscamos sustentação nos estudos de Bergson, Eco e Travaglia. Admitimos que, justamente em razão desse “senso comum”, que, por um lado, permite a comunicação, mas, por outro lado, dá ao indivíduo a sensação de ser controlado pelo sistema, é que consideramos o riso ligado a circunstâncias sociais. Tendo em vista esse dado, cunhamos a expressão “**regras de convívio social**”, que, a nosso ver, equivalem a todo e qualquer tipo de regulamento com que o sistema social controla o indivíduo, regras cuja violação é feita impunemente por meio do texto humorístico. Por essa razão, em nossas análises, procuramos indicar o tipo de **violação da regra do convívio social** que sucede na piada, o que requer que, no processamento da inferência que aponta para a incongruência da piada, o leitor não perca de vista o contexto social, cujas regras também são ali apontadas como incongruentes.

Mantivemos igualmente, das análises desenvolvidas na primeira fase, a elaboração do que denominamos “**frase-síntese da ideia incongruente**”, dado cuja manutenção é decisiva para o modelo de mecanismo de humor que concebemos também na atual pesquisa e que passa a ser enfocada como a explicitação do paradoxo.

Antes de apresentarmos o modelo que propomos como definitivo, enriquecido pelas contribuições da TR, vamos descrever como foram desenvolvidas as análises na primeira etapa de nossa pesquisa.

Recordemos (do capítulo II, seção 2.2.1) como Koestler (1964, p. 21) define a bissociação:

É a percepção de uma situação ou de uma ideia L, em dois planos de referência M_1 e M_2 , dos quais cada um tem sua lógica interna mas que são habitualmente incompatíveis. Poder-se-ia dizer que o acontecimento L, ponto de interseção dos dois planos, entra em vibração nos dois comprimentos de onda. Enquanto dura esta situação insólita, L não está simplesmente ligado a um contexto de associação; ele está bissociado com dois contextos (Itálicos no original).

Apresentamos a maneira como aplicamos esse conceito a uma piada, para demonstrarmos até que ponto podemos explicar, com ele, o mecanismo do humor. Utilizamos fórmulas para representar o processo que se inicia com as primeiras matrizes, a partir das quais há elementos que são deslocados desses dois planos para o terceiro.

Tomemos a piada número (3):

- (3) Um brasileiro pergunta a um português:
 — Por favor! O senhor viu alguém dobrando esta esquina, agora há pouco?
 — Não, senhor. Quando aqui cheguei, ela já estava dobrada...

Nesta piada, há duas matrizes (ou dois *chunks*) que são considerados “reais”:

$(\frac{AX}{C})$ e $(\frac{AY}{F})$, em que *A* é o verbo “dobrar”, comum a esses dois esquemas cognitivos; *X* e *Y*

são os dois traços semânticos diferentes para os dois empregos desse verbo. O contexto *C* refere-se a um contexto virtual de “coisas contornáveis”; admite, portanto, o sentido “AX”, ou seja, o sentido de (alguém) “mudar a direção do trajeto (para a direita ou esquerda) ao chegar à esquina, circunstância em que essa mudança lhe é permitida”. O contexto *F* é um contexto possível para coisas “flexíveis”; admite, então, o sentido “AY”, ou seja, o sentido de “curvar-se/fazer curvar algo”. Quando o traço semântico *Y* (fazer curvar algo) é forçado para o contexto *C*, o que, no exemplo, torna-se evidente para o leitor, por causa do emprego do verbo na passiva — forma que o sistema linguístico não admite para o sentido *Y* —, chega-se a um

terceiro chunk : $(\frac{AY}{C})$, que é a bissociação, na qual *Y* é linguisticamente “forçado” para o

contexto $(\frac{AX}{C})$, predominando o sentido *Y* sobre o *X* — sendo este último traço eliminado.

Dessa maneira, os dois traços semânticos originais “oscilam”, disputando impor seu próprio sentido, no momento da interpretação, mas o que faz rir, nesse caso, é a imposição do significado $(\frac{AY}{C})$, que leva inclusive a uma releitura da pergunta, como se o primeiro falante

houvesse dito: “Você viu alguém torcendo esta esquina (de maneira a dar-lhe o formato de ângulo), agora há pouco?”. Diante da primeira fala, o leitor ativa apenas o “esquema $(\frac{AX}{C})$ ”:

o do uso comum da expressão (AX) para o contexto C, e, de acordo com o senso comum, está sujeito a prever sequências do tipo: “Não vi ninguém” ou “Vi alguém virando a esquina há pouco”. Mas, na segunda fala, aparece a circunstância que “prova” que o sentido escolhido para o verbo foi o do esquema $(\frac{AY}{C})$ e esta “circunstância semântica” (se pudermos

denominá-la assim) nesse exemplo é o fato de a frase vir na passiva. No primeiro emprego

(esquema $(\frac{AX}{C})$), o trecho da frase “alguém virar a esquina” não admite apassivamento e deve

ser lido, como qualquer “expressão”, como “um bloco único de sentido” (indissociável). São

estas circunstâncias (de “funcionamento semântico diverso”) que tornam diferentes os esquemas ($\frac{AX}{C}$) e ($\frac{AY}{F}$), ambos contextos reais (possíveis), embora só o primeiro tenha sido inicialmente cogitado. No final, os dois esquemas conflitantes são: o esquema real do sentido ($\frac{AX}{C}$), que se choca com o da aparência, que se deduz da resposta dada: ($\frac{AY}{C}$). No exemplo, o gatilho é a circunstância: “A esquina já estava dobrada”. Embora o gatilho esteja na base da ideia incongruente, precisa ser completado com a inferência gerada no final do texto, porque não se constitui, sozinho, na ideia que sintetiza essa incongruência originada pela bissociação. O efeito dessa “**bissociação**” pode ser resumido na seguinte **frase-síntese da ideia incongruente**, frase que parte do gatilho e é assim completada: “Se a esquina já estava dobrada, então ($\frac{AY}{C}$)”, ou seja: “Se a esquina já estava dobrada, é porque alguém a torceu, de forma a provocar uma dobra” ou “de maneira a *torná-la esquina*” (o que fica tautológico). Observamos que essa síntese descreve a incongruência.

Essa forma de análise resulta de conclusões que extraímos de testes de substituição tentados na etapa da dissertação. Outro resultado dessas reflexões iniciais também foi a constatação de que não são termos como “brasileiro” e “português” que causam a oposição de esquemas. Se os substituirmos por nomes próprios, verificaremos que o humor ainda ocorre. Partindo de tal consideração, acreditamos que o uso de protótipos (como “português”, “sogra”, “judeu”, etc. _ conforme observamos no estudo da proposta de Travaglia) apenas acentua a característica do personagem que vai ser explorada na elaboração do humor, recurso que é menos usado, na proporção em que o locutor conta com a capacidade do leitor para processar as inferências, na busca pelo desfecho relevante (e paradoxal).

Indicamos, na avaliação das teorias estudadas, um ponto que não foi encontrado na literatura da área, mas que surgiu em nossas análises, destacando-se sobretudo no momento de aplicarmos o **teste de cancelamento do humor**. O humor pode ser cancelado, se o gatilho perder seu traço incoerente, o que pode ocorrer por meio de alguma modificação em dois pontos: ou *no próprio gatilho*, ou *em um termo localizado fora dele*, mas cujo sentido incide sobre este último enunciado. Nós o denominamos **termo âncora**, porque o humor, de certa forma, “ancora-se” também nele e, ao substituir-se este termo, o gatilho é igualmente neutralizado. É o que acontece, por exemplo, na piada (4) a seguir — que não apresenta ambigüidade —, em que o “termo-âncora” é a palavra “camisinha”:

- (4) Conversa de meninos de 4 anos:
 — Ontem eu vi uma camisinha no pátio!
 — O que que é pátio? (Citada por POSSENTI, 1998)

Nos testes de cancelamento do humor desta piada, alguns informantes substituíram, no gatilho, a palavra “pátio” por “camisinha” (“O que é camisinha?”) e este enunciado final deixou de ser um gatilho, da mesma forma que o texto deixou de ser uma piada, porque o comentário situou a sequência textual dentro do previsível para tal situação comunicativa. Isso prova que **a surpresa precisa fazer parte do mecanismo do humor**. No entanto, houve informantes que substituíram a palavra “camisinha” — em sua primeira ocorrência, no termo-âncora, por “bola” ou “carteira” (por exemplo). Nesta substituição, embora a pergunta final (que mostraria falta de conhecimento de mundo da criança em relação à maioria das crianças da mesma idade), não se criou um “contraste”, um “choque”, base da surpresa que aponta para a bissociação. Na realidade, não houve bissociação. Em piadas com termos polissêmicos, é normalmente tal termo que, fora do gatilho, desempenha esse papel. Assim, na piada de número (3), o “termo-âncora” é o verbo “dobrar”, que é ambíguo. Se, ao invés de “dobrar”, o primeiro falante tivesse usado o verbo “contornar” na pergunta, seria inadmissível a resposta dada. Em nossas primeiras análises, acreditamos que esse “termo-âncora” se manifestasse apenas em piadas cujo termo polissêmico se situasse fora do gatilho, mas novas análises indicaram que normalmente esse outro ponto (mesmo não-polissêmico) também contribui para o efeito incongruente. Da mesma forma que o exemplo da passiva indicada no esquema acima, acreditamos que haja uma “rede” de coerções linguístico-pragmáticas que, formando os “nós” da trama do sentido (como pretendia Raskin, 1985), conduza ao sentido paradoxal pretendido, tornando-o otimamente relevante.

Comparemos o texto de nossa análise à análise da piada de Etel (exemplo (32) do cap. II) feita por Suls, aqui reproduzida no número (5):

- (5) A gorda Etel sentou-se junto ao balcão de almoço e pediu um bolo de frutas inteiro.
 —Devo cortá-lo em quatro ou oito pedaços? perguntou a garçonete.
 — Quatro, disse Etel, eu estou de regime (SULS, 1972, p. 83).

Recordamos que, de acordo com a análise do autor, o humor ocorre quando uma incongruência é concebida para ter uma sequência, na qual o sentido pode ser recuperado, de maneira que o fim **pode ser concebido como congruente com a parte principal**. O autor propõe — como explicação— o fato de que Etel utilizou uma heurística

para “resolver” o problema do regime, ou seja: comer um quarto do bolo seria menos do que comer um oitavo (ignorando que numa fração ordinária existe uma proporção inversa: para numerador igual, quanto maior o denominador, menor é o tamanho da parte fracionada, ou, em outras palavras, quanto maior o denominador, menor é a fração).

Adotando uma fórmula semelhante à que fizemos para demonstrar a bissociação da piada (3), teríamos, para a piada (5), os esquemas $(\frac{1/4B}{G})$ e $(\frac{1/8B}{R})$, respectivamente, (1/4) de **Bolo** no contexto de **Gordura** e (1/8) de **Bolo** no contexto de **Regime** corresponderiam ao real. A inversão feita por Etel trocava o primeiro contexto para um outro — aparente —, de forma que teríamos a fração (1/4) de **Bolo** aplicada ao contexto **R** (de regime), como dado incongruente, que, associado ao gatilho, daria: “ $(\frac{1/4B}{R})$ ”, porque Etel está de regime”. Esses dados, corresponderiam, discursivamente, à frase-síntese da ideia incongruente: “Como Etel está de regime, ela engorda menos se comer a fração de bolo que tem como denominador o algarismo menor”.

Acreditamos que “bolo” seja o “termo-âncora”, porque, se substituído, por exemplo, por “gelatina-diet”, no caso em que Etel estivesse comprando um grande tabuleiro de gelatina, mudaria o efeito de sentido criado pelo gatilho — melhor dizendo: não haveria gatilho, pois nem mesmo haveria piada. Se a garçonete fizesse a mesma pergunta: “Devo cortá-la em quatro ou oito pedaços?”, a resposta de Etel: “Quatro, eu estou de regime”, poderia ser interpretada sem humor, significando “Como estou de regime, preciso comer uma quantidade maior, que me satisfaça, mas sem engordar”. Não estamos, todavia, buscando “justificativas particulares” para cada piada — ao contrário: buscamos um mecanismo que seja geral e acreditamos que a incongruência final do gênero humorístico não é elaborada para ser “desfeita” pelo processo de compreensão: acreditamos que o humor tem, como um de seus “alicerces”, a impossibilidade de desfazer a incongruência, após sua identificação.

Há um ponto que gostaríamos de evidenciar: o traço que cria a oposição entre os *scripts* é **um detalhe** que nos parece mais insignificante na proporção em que, inversamente, cresce o grau de humor. Freud (1905) e Olbrechts-Tyteca (1974) já haviam chamado a atenção para elementos mínimos, que podem passar despercebidos. Acreditamos que é justamente essa proporção inversa que exige mais do raciocínio do leitor. Na piada (34) do capítulo II, o detalhe é criado pela “circunstância” aparentemente banal: é o fato de o local (café) estar cheio de gente, que leva o amigo de Herr Hofrat a “contê-lo”, dado que leva à

eliminação da ambiguidade: num local freqüentado é normal “beber-se” algo, mas não é o local propício para “roubar-se” algo.

3.2.2 O mecanismo do humor explicado por um recurso lógico

De acordo com Blakemore (1992, p. 25), “a ideia de que *a comunicação é governada por normas que têm suas bases na racionalidade humana*” é devida ao filósofo H. P. Grice (1975, 1989) (grifos nossos). A teoria da Relevância prova este ponto, ao propor o recurso a inferências não-demonstrativas no processamento diário de informações pelos falantes. Supomos que a piada, além dos processos normais de interpretação requeridos do leitor (decodificação de informações explícitas, que levam à busca de dados de seu conhecimento enciclopédico, exigência do recurso a inferências para chegar às informações implícitas, dentre outros), tenha, como parte de seu mecanismo global, uma forma que se ajusta a algum dos tipos de raciocínio propostos pela Lógica.

Antes de considerarmos a harmonização do modelo especificamente voltado para o mecanismo do humor à proposta teórica de interpretação de texto pela TR, vamos nos concentrar, num primeiro momento, em detalhar o modelo desse mecanismo, partindo das observações que concluíram o capítulo anterior e que nos levaram a destacar um *dado essencial*: a incontestabilidade do fato de **o operador de mudança de esquema cognitivo, em toda piada, ser um elemento *contraditório, incongruente, paradoxal*** (considerando-se esses três termos como sinônimos), e ainda o fato de que *esse elemento resulta de um raciocínio logicamente conduzido*. É essa questão que passamos a abordar.

3.2.3 O mecanismo do humor explicado pelo recurso a um silogismo completo ou a um entimema

Há estudiosos do humor que consideram que os textos humorísticos são construídos com base em raciocínios do tipo utilizado pela Lógica: silogismos completos ou entimemas, estes considerados como silogismos truncados ou incompletos. Por exemplo, se uma pessoa diz:

(6) Aquele político é um ladrão. Devia estar na cadeia,

ela enunciou uma premissa menor e uma conclusão, mas deixa implícita a premissa maior (que é mais geral), ou seja:

(6') Todo ladrão devia estar na cadeia,

que o interlocutor facilmente recupera, ou dos conhecimentos e valores e crenças do *background* coincidentes em muitas comunidades, ou dos dados apresentados no próprio texto.

No capítulo I, vimos, por um lado, que o silogismo é um tipo de raciocínio dedutivo que contém duas premissas das quais se infere, como consequência necessária, a conclusão. Por outro lado, vimos que a TR propõe que, no processamento diário de informações, o falante utiliza regras dedutivas baseadas num conjunto de premissas em formas alternativas do *modus ponens* e do *modus tollens*, cuja variação torna o raciocínio mais adequado ao mecanismo dedutivo humano, ponto ao qual voltaremos mais adiante. Neste capítulo, vamos testar as propostas que seguem as formas tradicionais de raciocínio e as formas propostas por S-W, verificando até que ponto cada uma pode ser considerada em textos de humor.

Ao relacionar as competências necessárias aos falantes (competência linguística, enciclopédica e retórico-pragmática — esta, voltada para máximas e princípios da conversação), Kerbrat-Orecchioni (1998, p. 166) inclui uma “competência lógica”, para a qual o falante apela quando constrói seu raciocínio e que desempenha um papel fundamental nas trocas comunicativas. A autora cita Lakoff (1976), segundo o qual “a maior parte dos usos da linguagem natural coloca em jogo um raciocínio qualquer”. Ela estuda essa competência lógica em dois aspectos: operações que pertencem às da lógica formal e operações específicas da “lógica natural”: no primeiro caso, observa ocorrências de raciocínios do tipo silogístico; no segundo, observa operações de inferências surgidas a partir de “associação” ou de “dissociação” (como vimos no capítulo II, quando estudamos a teoria do cômico proposta por OLBRECHTS-TYTECA) — às quais não voltaremos.

Segundo Kerbrat-Orecchioni (1998, p. 191), os silogismos canônicos são raros nos enunciados produzidos em língua natural, mas constatamos que, ainda assim, podem ocorrer até mesmo em textos poéticos, como o trecho em (7), que citamos de Vicente de Carvalho⁵¹:

⁵¹ Soneto de Vicente de Carvalho (1866-1924): “Velho Tema”.

- (7) [A felicidade] Existe, sim: mas nós não a alcançamos,
 Porque está sempre apenas onde a pomos
 E nunca a pomos onde nós estamos.

que poderia ser adaptada a um silogismo completo em (7’):

- (7’) (a) A felicidade está onde nós a pomos.
 (b) Ora, nós não alcançamos a felicidade.
 (c) Logo, nós pomos a felicidade onde nós não estamos.

Kerbrat-Orecchioni lembra que, se o silogismo padrão é raro na linguagem cotidiana, os entimemas, ao contrário, são constantes. Testamos essa afirmação no exemplo (8):

- (8) Nem todas as mulheres se realizam no fogão. Muitas só encontram a felicidade no tanque.
- (8’) (a) Premissa maior: Todas as pessoas realizam-se fazendo em suas vidas algo que consideram grandioso.
 (b) Premissa menor: As mulheres realizam-se no fogão ou no tanque.
 (c) Conclusão: Logo, as mulheres consideram o fogão ou o tanque o que há de mais grandioso em suas vidas.

Se enunciados como os do exemplo (8) são comuns na comunicação diária, as piadas, elaboradas normalmente de acordo com a linguagem coloquial, valem-se dos mesmos recursos. Por essa razão, Noguez (1969a) observa que a linguagem humorística sempre lhe parecia frequentemente ter o aspecto de um raciocínio incompleto, como se fizesse parte de um silogismo do qual foi suprimida alguma das premissas ou a própria conclusão — e constituísse, conseqüentemente, um entimema.

Vejamos que informações são omitidas no entimema, do ponto de vista de Noguez (1969, s/p), quando este explica a “estrutura” do humor:

Em primeiro lugar, o humor sempre evita emitir um julgamento. Ele se comporta como um entimema, que significa um silogismo ao qual falta a premissa maior e a conclusão; **dispõe-se apenas de uma premissa menor, e só se pode reconstruir o conjunto do raciocínio a partir do sistema de valores** do humorista, que constituirá a premissa maior. A conclusão resultará inevitavelmente, como a de todo silogismo corretamente formulado. [...] **Se o humor equivale a um entimema, deve, portanto, evitar que transpareça o sistema de valores nos quais se funda implicitamente** (grifos nossos).

Este autor acredita que *o entimema apresenta sempre — apenas — a premissa menor*, mas julgamos que nem sempre ocorra dessa forma, desde que, a nosso ver, essas escolhas do falante dependem sobretudo do seu grau de confiança no interlocutor, ou seja, quanto maior for a confiança na competência do leitor para processar as inferências, mais o locutor utilizará implícitos. E, evidentemente, vice-versa: se tiver dúvidas quanto aos conhecimentos do leitor sobre o assunto (ou sobre sua capacidade de processamento), mais o locutor utilizará informações explícitas. A análise seguinte, em que submetemos a piada (8) ao **silogismo** desenvolvido em (8'), na forma tradicionalmente conhecida deste raciocínio, testa a proposta teórica de Noguez, quanto ao fato de o humorista deixar sempre ocultas *a premissa maior e a conclusão*.

- (9) O horário oficial é o de Brasília, então a gente não precisa trabalhar na segunda e na sexta.

Nessa frase, temos:

- (9') (a) Premissa maior: O horário oficial é o de Brasília.
 (b) Premissa menor: Ora, em Brasília, ninguém trabalha na segunda e na sexta.
 (c) Conclusão: Então, a gente também não precisa trabalhar na segunda e na sexta.

No exemplo (8'), foi necessário *recuperar* a premissa maior e a conclusão (desde que só foi explicitada a premissa particular: “As mulheres realizam-se no fogão ou no tanque”), o que mostra que, em princípio, a hipótese de Noguez se confirma. Entretanto, na formalização feita em (9'), falta *recuperar* justamente a premissa menor que Noguez supunha ser sempre apresentada no texto humorístico. O locutor explicita a premissa mais geral e a conclusão.

Os exemplos analisados mostram que o texto humorístico já traz, em sua estrutura, grande parte da informação que o falante precisa “recuperar”: em (9), o brasileiro tira do “senso comum” o conhecimento veiculado pela premissa menor: a de que, em Brasília, ninguém trabalha na segunda e na sexta. Se o leitor fosse um estrangeiro que desconhecesse como funcionam as repartições públicas da capital brasileira, ele veria no texto elementos suficientes para direcioná-lo para tal conclusão, com duas opções: primeira — ser levado a essa conclusão pela própria estrutura do raciocínio; segunda — apoiar-se no “funcionário público prototípico”, que existe na maioria dos países. Fato similar ocorre no texto (8): se o

destinatário desconhecer a premissa maior (e a conclusão), ele pode facilmente derivá-la(s) dos dados apresentados.

O entimema é utilizado em uma das circunstâncias: quando o locutor considera óbvio o pensamento suprimido, quando não quer explicitar a ideia, ou quando ocorrem as duas circunstâncias anteriores conjuntamente — o que é o mais comum na comunicação. Dessa maneira, se não quer expor abertamente seu ponto de vista, mas sabe que o interlocutor pode recuperar a ideia oculta, o falante força o destinatário a um raciocínio que o direciona para essa conclusão implícita, devido ao caráter óbvio das ideias omitidas, ou à forma como a estrutura lhe foi colocada, o que ocorre normalmente nos textos de piadas. Esse processo de recuperação é normal na comunicação e às vezes é o domínio do sistema linguístico em uso que ampara essas recuperações. A respeito das formas como o leitor pode reaver esse conteúdo implícito, Kerbrat-Orecchioni (1998, p. 169) sustenta:

Os raciocínios “naturais” são quase sempre elípticos, a coerência textual (monologal ou dialogal) só podendo ser restabelecida reconstruindo um certo número de proposições implicadas. Tais proposições

- ou correspondem exatamente a um conteúdo já conhecido de A, que vai mobilizá-lo para interpretar o encadeamento: **o enunciado tem neste caso o efeito de reativar um conteúdo adormecido na competência enciclopédica do decodificador,**
- ou correspondem a um conteúdo novo para ele: surgindo **com a ajuda da estruturação interna do enunciado, este conteúdo virá então ampliar o estoque das unidades constitutivas da competência enciclopédica de A** (grifos nossos).

Há casos em que ocorre a segunda opção citada por Kerbrat-Orecchioni, mas acreditamos que isso se dê de uma forma mista, na maioria das vezes, ou seja, conforme a TR prevê: o leitor passa pela etapa de decodificação, mas já utiliza nela as primeiras inferências para completar a forma proposicional. Desde que essa complementação da estrutura do enunciado depende do domínio dos aspectos pragmáticos a que está sujeito o sistema linguístico *em uso*, o leitor precisa recorrer a inferências sobre como *manipular* o sistema comunicativo. É o caso, por exemplo, do trecho da história em quadrinhos dos Smurfs (apud YAGUELLO, 1981, p. 133): “*Eu smurfei uma smurfinha smurfemente smurf*”, numa fala do Smurf Flor-Azul, em que (comentário da própria autora) “o leitor não tem qualquer problema em compreender o diálogo”. Wilson (conferência 9: “Pragmática lexical e metáfora”, traduzida por Rauen, 2008, p. 12), analisando casos semelhantes de neologismos que se resolvem pragmaticamente, observa que

um modo de analisar esses casos seria dizer que o ouvinte toma o conceito linguisticamente codificado pelo substantivo como um ponto de partida para inferir o conceito expresso pelo uso do verbo. O fato de que ouvintes são tão bons nisso, sugere uma grande facilidade para a construção de conceitos *ad hoc* durante a compreensão on-line.

Referindo-se a exemplos semelhantes ao que citamos, a autora comenta que eles “não são divergências de uma norma de veracidade literal: não há nenhuma norma de veracidade literal. Enunciados geram expectativas não de veracidade literal, mas de relevância ótima” (Idem). No exemplo da tira dos Smurfs, além do verbo, houve todo um enunciado que provou a eficácia do princípio de relevância, para a interpretação de neologismos.

Retomando a questão do silogismo, vale observar que sua conclusão não precisa corresponder à “conclusão da piada”, mas é nesta que reside o humor — que pode vir, então, da “complementação de dados”, tal como fizemos na “frase-síntese da ideia incongruente”.

Outra afirmação que destacamos de Noguez (1969a) é o fato de *o humor evitar que transpareça o sistema de valores, crenças e conhecimentos dos falantes* (grifos nossos). Discordamos de tal afirmação, porque acreditamos que tais ideias venham **intencionalmente implícitas**, o que não significa que haja aí uma intenção de “não deixá-las transparecer”. Supomos que ocorra o contrário: o leitor é “forçado” a encontrar esse dado oculto, justamente por causa do recurso ao silogismo. São estratégias que o indivíduo adota em todas as situações em que quer fazer prevalecer o seu “argumento”: no ensino, por exemplo, considera-se mais didático, quando se deseja realmente “ensinar” algo a outro, “levá-lo a concluir”. E, se, como no texto humorístico, a conclusão vem associada ao riso, ela é mais fortemente assimilada pelo destinatário. O mecanismo da piada revela-se, a nosso ver, a didática do paradoxo.

Noguez (1969a) viu igualmente a necessidade de estender o contexto da piada, de forma a englobar tanto a conversação quanto as situações da trama de um livro, como também a situação geográfica e histórico-social mais abrangente. Ele exemplifica com o humor que é encontrado em *Candide* (de Voltaire), obra que, para ser compreendida, precisa do conhecimento do Século das Luzes. Observamos que essa dependência contextual parece sempre ocorrer, por isso, acreditamos que as piadas não podem ter sua interpretação restrita ao contexto da base apenas linguística. É sobretudo na crítica social veiculada pelas piadas que poderão ser completadas as ideias que propiciam a construção do entimema. Assim, se não quisermos correr o risco de ficar só “na superfície” mais imediata da interpretação, se quisermos atingir a intenção “completa” do autor, precisamos tomar as conclusões obtidas em nível de “explicatura” e buscar sua relevância também em termos de um nível pragmático

mais amplo em implicaturas: o do social. Mesmo piadas cujas críticas parecem insignificantes, por se afigurarem como particulares, são indícios de situações cujo humor é passível de generalização. Assim, por exemplo, uma piada (como a do exemplo (1) que cria uma situação inusitada a partir da polissemia de termos) pode ser considerada (como outras similares) uma crítica ao sistema linguístico, que admite a ambiguidade (uma “incongruência”, em termos de uma comunicação ideal). Essa ideia de Noguez sobre o fato de a piada “evitar que transpareça o sistema de valores nos quais se funda” parece entrar em contradição com seu comentário: o fato de ele próprio reconhecer — como o fizemos — que há um contexto mais amplo que não pode ser ignorado.

Um importante dado da hipótese do autor é confirmado: a forma de raciocínio utilizada na piada não é um silogismo completo, é um entimema, o que já aponta para aspectos da estrutura lógica (e, conseqüentemente, semântico/formal) da piada, entre os quais, a abertura para a geração de inferências que completem o termo que falta. À proposta de Noguez fazemos apenas uma pequena ressalva sobre as especificações quanto ao termo ausente, desde que sua previsão de que falta a premissa maior e a conclusão nem sempre se confirma.

Sareil (1984, p. 136) observa que “o recurso ao senso comum é mais facilmente aceito na medida em que a obra cômica dá frequentemente a impressão de estar sob o controle da inteligência. [...] *Uma razão, mesmo imperfeita, dá sempre uma impressão de racionalidade*”. Acreditamos, no entanto, que o uso do entimema na piada seja, ao contrário, não “imperfeito”, mas mais rico, devido às inferências, visto que essa forma, mesmo incompleta, não deixa de ser um raciocínio lógico, ao qual o leitor não pode esquivar-se — acreditamos que haja também uma “coerção” lógica (pela escolha do silogismo no processo inferencial) que direciona o leitor para o sentido pretendido pelo locutor. Argumentando sobre a causa de as leis da lógica dedutiva serem mais acessíveis ao raciocínio humano do que as da lógica indutiva (que são adquiridas a partir de experiência), Reboul e Moeschler (1998, p. 107) lembram que “as leis da lógica dedutiva são mais fáceis de extrair para os seres humanos porque elas estão na base de seu funcionamento intelectual”; logo, o que parece incompleto é, pois, racionalmente recuperável. Os dados ocultos na piada, conforme observamos, parecem constituir-se em asserções que veiculam alguma forma de agressão, devendo, pois, ser averiguadas em *termos de regras do convívio social*. Nos testes de cancelamento do humor, constatamos que era justamente a explicitação desse dado oculto (ou o “desvio” para um dado mais previsível) o que mais eliminava o humor, conforme piada (1) do presente capítulo. Na verdade, parece que a piada exige um tipo de **dissimulação do dizer**, para ser considerada

engraçada: já observamos que há um tipo de “coerência” (no sentido de “adequação”) de procedimentos na piada, tornando **condizente a violação da regra (o conteúdo) com a forma pela qual ela é violada**. Acreditamos que essa exigência tenha uma dupla função: por um lado, deixar que o leitor *participe das “denúncias” às regras do convívio social* e, por outro, *exigir dele um exercício de raciocínio*, que aumenta o prazer da piada. Essa ausência ocorre provavelmente pelas razões que Kerbrat-Orecchioni (1998, p. 170), ao explicar os pontos de vista de Ducrot (1980, p. 8) e de Flahault (1978, p. 45) a respeito dos implícitos, assim sintetiza:

a própria ausência da asserção implícita confere a ela uma presença de um tipo particular”, e **“torna-a fortemente valorizada”**: sem dúvida porque exige um trabalho interpretativo maior da parte do leitor, que deve exumá-los das profundezas textuais, **é com efeito muito frequentemente sobre seus conteúdos implícitos que se focalizam os enunciados** (grifos nossos).

Sob essa perspectiva, a informação adquirida por inferências é mais relevante e, desde que são as regras de convívio social que surgem, implícitas nos raciocínios, são justamente elas que o humorista quer expor e violar, ao levar o leitor a recuperá-las por inferenciação⁵². São essas regras que se constituem em “coerções” que o sistema impõe ao indivíduo e, diante da ânsia natural de liberdade do ser humano, elas lhe causam uma sensação de incongruência, já que ele não pode insurgir-se contra o que está estabelecido pelo grupo social como um “acordo tácito” (e necessário). O que acreditamos haver na piada — uma “adequação” entre forma e conteúdo temático — é causado justamente pelo fato de, ao violar as “incongruências” do sistema social, o indivíduo valer-se de um mecanismo cuja estrutura formal também “usa” a incongruência: é a incongruência *formal e aparente* denunciando a incongruência *real do sistema de regras do convívio social*. Esse “ajuste” entre forma e conteúdo associado à incongruência e à surpresa que, juntamente com o raciocínio, concorrem para o prazer cognitivo — estão na base do humor.

Embora em seu artigo Noguez teça comentários pertinentes em relação ao mecanismo da piada, ele não demonstra (nem de forma teórica nem exemplificando) o que propõe como “estrutura” do cômico.

⁵² Agradecemos ao Prof. Dr. Jerônimo Coura a pertinência do comentário: “Nessa perspectiva, podemos afirmar que o humor é um constituinte da liberdade que os sujeitos têm ao interpretar”. Lembramos, no entanto (cf. Eco, 1984), que se trata de uma liberdade aparente, desde que o humor age apenas como catarse, sem conseguir alterar as regras do sistema social. Nesse ponto, as regras do cômico distinguem-se das regras do trágico as quais são restabelecidas mediante o sacrifício/castigo do herói que as infringiu. Não há preocupação em restaurar as regras violadas pelo cômico, porque sua transgressão fica nos limites pouco “conceituados” do discurso humorístico _ o que torna essas regras invioláveis.

O que tentamos, ao abordar essas teorias, foi verificar se procediam as propostas de que há, no mecanismo da piada, uma forma de silogismo ou de entimema. Acreditamos que haja realmente sempre um entimema na piada, porque, como toda forma de comunicação, a piada recorre a inferências para recuperar os dados que completam a interpretação do texto. Por outro lado (embora admitamos que isso ocorra igualmente em inúmeras formas de discurso argumentativo) a piada parece ser realmente estruturada como um raciocínio lógico — nos moldes da lógica utilizada na linguagem cotidiana, tal como sugerem S-W—, de forma que o leitor, ao ser, de certa maneira, obrigado a percorrer os passos de uma dedução, não possa esquivar-se da conclusão à qual a piada o conduz — uma incongruência.

Abordamos, na sequência, esse outro conceito que é frequentemente associado ao mecanismo da piada: a incongruência, tratada basicamente pela Lógica na noção de “paradoxo”.

3.2.4 A bissociação do humor explicada pelo recurso a um paradoxo

Etimologicamente, o termo “paradoxo” significa “oposto ao senso comum” (contrário a opiniões). Na origem, um paradoxo é uma ideia que vai contra o senso comum. Vidal-Rosset (2004, p. 7) comenta que “a definição tradicional do paradoxo, que se apoia na etimologia, não é suficiente para mostrar sua natureza”. Em seu dicionário de Filosofia, Japiassu e Marcondes (1990, p. 206), definem o paradoxo como um “pensamento ou argumento que, apesar de aparentemente correto, apresenta uma conclusão ou consequência contraditória, ou em oposição a determinadas verdades aceitas”. Esta definição, que parece inicialmente restringir-se à abordagem do paradoxo pela Lógica, depois se estende também ao aspecto etimológico. Na realidade, o termo “paradoxo”, no conceito mais restrito, de **contradição**, que é hoje mais usual, só aparece mais tarde e, a partir deste, surge a equivalência que lhe é atribuída com “incongruência”, razão pela qual utilizaremos um ou outro desses termos, para nos referirmos ao mesmo conceito.

Nosso intuito é buscar, na compreensão do paradoxo, a justificativa para o fato de podermos atribuir essa denominação (e características) à incongruência criada pelo gatilho do texto humorístico, com base na qual irrompe o riso.

Tentando distinguir o que caracteriza o paradoxo, Vidal-Rosset (2004, p. 9) observa que

a especificidade do paradoxo é de repousar sobre premissas que são consideradas como verdadeiras, mas com a ajuda das quais chega-se de

maneira correta a uma conclusão que, de uma maneira mais ou menos evidente, contradiz tanto a lógica quanto a evidência sensível. É porque o paradoxo é, antes de tudo, de natureza lógica: não se pode duvidar do raciocínio que conduz à conclusão paradoxal e especula-se sobre as razões pelas quais se chega logicamente a contradizer a evidência. Devemos aproximá-lo da antinomia, pois [...] como sublinha Quine “a surpresa que traz uma antinomia não pode ser evitada por nada a não ser a rejeição de uma parte de nossa herança conceitual”.

Foi provavelmente esse dado que levou os pesquisadores da Escola de Palo Alto (discípulos de Gregory Bateson), Watzlawick, Beavin e Jackson (1983 [1967]), ao investigarem o fenômeno psicológico e social da comunicação, a darem uma atenção especial ao paradoxo, considerando o interesse que o mesmo lhes despertava para aplicação em terapia.

O grupo defende que, para o ser humano, o *não se comunicar é uma impossibilidade* e postula que há uma condição para o ato comunicativo: a de que ele não se limite a transmitir informação, mas que transmita, simultaneamente, uma relação que impõe ao destinatário um comportamento, porque dá as indicações de como a mensagem deve ser considerada, sugerindo um tipo de “condicionamento pragmático” estabelecido entre os interlocutores. Esta relação, segundo eles, deve, pois, ser considerada como uma metacomunicação.

Destacando o fato de que o paradoxo sempre tem fascinado a mente humana, Watzlawick, Beavin e Jackson observam que, embora não se explique a razão do fenômeno, ele tem um efeito em todos os organismos, efeito que extrapola os fatores meramente culturais ou específicos de uma espécie e no qual pode estar uma das explicações para o riso. Acrescentam ainda que

uma complexidade adicional ocorre no nível humano por causa do fato de o paradoxo poder ser terapêutico e não apenas patogênico. Mas isto não esgota, em absoluto, os aspectos positivos do paradoxo, porquanto se pode ver que **muitas das mais nobres iniciativas e realizações do espírito humano estão intimamente ligadas à capacidade do homem para experimentar o paradoxo**. Fantasia, jogo, humor, amor, simbolismo, experiência religiosa, em seu mais amplo sentido (do ritual ao misticismo), e, **sobretudo, a criatividade nas artes e nas ciências, parece serem essencialmente paradoxais** (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 168) (grifos nossos).

Associando o paradoxo à ideia de “criatividade”, citam o estudo de Koestler e lembram seu conceito de bissociação (cujos pontos essenciais aqui repetimos, para facilitar nossos comentários). A bissociação é definida como "a percepção de uma situação ou ideia [...]"

em dois quadros de referência intrinsecamente coerentes mas habitualmente incompatíveis" (KOESTLER, 1964, p. 35 apud WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON, 1967, p. 232-233). Os autores lembram ainda que a concepção de criatividade da obra de Koestler apresenta afinidades com as hipóteses levantadas nas pesquisas desse grupo. Um dos aspectos de nosso modelo do mecanismo de humor visa à concretização de hipóteses não testadas por esses estudiosos, em relação a esse fenômeno, que também eles acreditam ser construído com base em um paradoxo.

Todas essas considerações nos apontam um fato: quando algo é qualificado como “paradoxal”, essa adjetivação é normalmente entendida como de caráter negativo, mas o fato é que o paradoxo tem o respeito daqueles que pesquisam seu papel nas interações dos indivíduos. Um dado sobre o paradoxo parece ser consensual: ele está na base de manifestações de criatividade e de avanço científico. Como os pesquisadores da Escola de Bateson, Vidal-Rosset (2004, p. 10) também alerta para esse aspecto positivo: “é só após compreender a natureza do paradoxo que se buscará compreender por quais razões os paradoxos têm uma tal importância no desenvolvimento do saber científico e filosófico”. Entre outros exemplos, o autor cita estudos sobre Arte e críticas literárias, que atestam seu comentário.

Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 167) chamam a atenção para o fato de que, se se considerar que a classificação das proposições do paradoxo em “verdadeiras/falsas” deve ser feita a partir da realidade, a alteração dessa realidade pode desfazer o que antes era/ou não considerado verdadeiro. Citam o caso do “paradoxo copernicano”, referente ao fato de as pessoas, numa época em que se supunha que a Terra girasse em torno do Sol, considerarem um erro a descoberta de Copérnico. A classificação dos paradoxos em reais e falsos é pois, relativa. As premissas coerentes de hoje talvez venham a ser as falácias ou os erros de amanhã, mas um dado fica comprovado: há paradoxos que estão ligados às crenças e conhecimentos de uma comunidade e que, mesmo assim, variam de um falante para outro.

Vamos, na sequência de nossa pesquisa, testar a incongruência da piada com os instrumentos que caracterizam o paradoxo, a saber: o quadro das oposições da Lógica (com proposições contraditórias e implicadas); as classificações do paradoxo quanto à sua natureza (lógico, semântico ou pragmático); e, finalmente, a explicação do paradoxo pelos conceitos: Princípio da Contradição ou Princípio de Terceiro “Incluído”; Universos de Crença (mundos possíveis) e ainda pelo conceito de metarrepresentações (cf. a TR).

3.2.4.1 A explicação do paradoxo pelo quadro das oposições

Buscando explicações para o paradoxo, retomamos inicialmente, aspectos teóricos vistos no capítulo I, analisando a equivalência de “paradoxo” e “contradição”. Nosso intuito é verificar se ele resulta sempre da contradição entre proposições.

Recordamos que, referindo-se à negação entre proposições, a Lógica, para distinguir ideias contraditórias de contrárias, utiliza o quadro de oposição das proposições. Tal como o exemplo que apresentamos naquela seção, teríamos, no exemplo que se segue, as setas horizontais marcando a relação entre as contrárias: (A) e (E) e entre (I) e (O); enquanto a relação entre contraditórias, ou seja, entre (A) e (O) e entre (E) e (I), seria marcada pelas setas oblíquas. Aplicamos ao quadro das oposições o paradoxo de Epimênedes, mais conhecido como “Paradoxo do Mentiroso”, em que Epimênedes, que é cretense, afirma:

(10) Todos os cretenses são mentirosos.

Colocando essa afirmação no quadro, teríamos (FIG. 10):

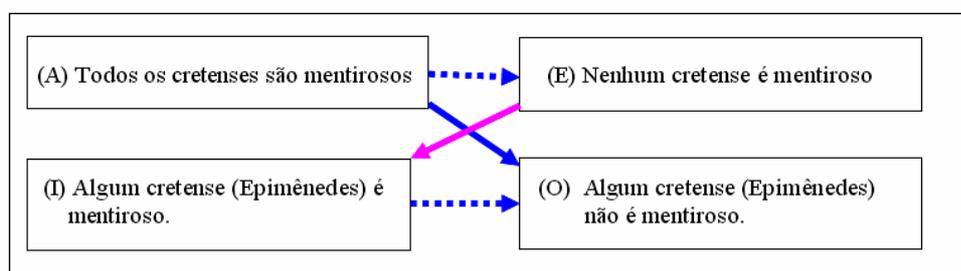


FIGURA 10 - O Paradoxo do Mentiroso no quadro das oposições.

Teríamos, então, uma relação *contraditória*, pois, se Epimênedes afirma que “Todos os cretenses são mentirosos”, quando ele próprio é um cretense, para sua afirmação ser considerada como verdadeira, deveria implicar “Algum cretense (Epimênedes) é mentiroso” e estar em contradição com “Algum cretense (Epimênedes) não é mentiroso”. Qualquer uma dessas relações será paradoxal. Tivemos ocasião de encontrar o mesmo paradoxo, formulado em duas proposições: “Sou mentiroso” e “Não sou mentiroso”, o que, no quadro das proposições opostas, levaria a uma relação entre *contrárias*, visto que um enunciado é a negação do outro, havendo, nesse caso, quem analisa apenas como “uma mentira de Epimênedes”. Na maioria das análises, entretanto, há sempre a consideração de um paradoxo. Isso nos leva a concluir que, se nas duas formulações, o paradoxo se mantém, acreditamos poder adotar a seguinte postura: considerar que, para duas proposições serem

paradoxais, elas se inscrevem (de acordo com o quadro das contrárias), tanto na relação de contraditórias quanto na relação de contrárias. O ponto em comum a ser mantido é que as duas ideias apresentam um problema insolúvel. Aplicamos esses questionamentos a textos humorísticos, tomando um exemplo que, inicialmente, deixa dúvidas quanto ao tipo de oposição criada — trata-se da citação (11), atribuída a Oscar Wilde:

(11) Hipocondríaco é o homem que se sente bem somente quando se sente mal.

À primeira vista, em termos lógicos, parece haver duas formas contrárias: (1ª) “o hipocondríaco se sente bem” e (2ª) “o hipocondríaco se sente mal”. A impressão é de que esta citação tem dois predicados contrários. Todavia, ao observamos a primeira sequência: (a) “Hipocondríaco é o homem que se sente bem”, verificamos que este bloco funciona como sujeito da segunda sequência: (b) “somente quando se sente mal”. Isso nos leva a considerar a segunda proposição como um elemento “particularizador” da primeira. Se existe uma relação de implicação entre a forma geral e a particular, (b) estaria implicado por (a), mas isso não elimina o paradoxo, desde que esse elemento individual choca-se com a predicção do geral, em termos semânticos. No quadro das contrárias, teríamos a seguinte disposição (FIG.11):

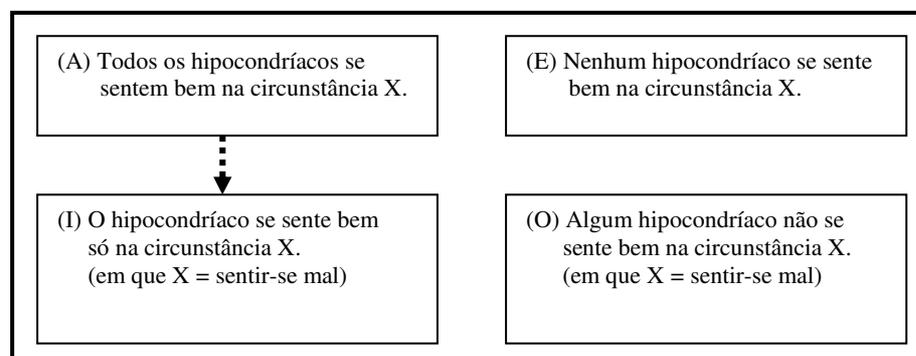


FIGURA 11 - Paradoxo com relação de implicação.

Demonstramos, na sequência, relações de paradoxos criados por contrárias e por contraditórias, respectivamente nas piadas a seguir:

(12) X— Eu não posso me afastar da empresa.
Y— Puxa! Eles não podem passar sem você?
X— Claro que podem! É exatamente isso que eu não quero que eles percebam!

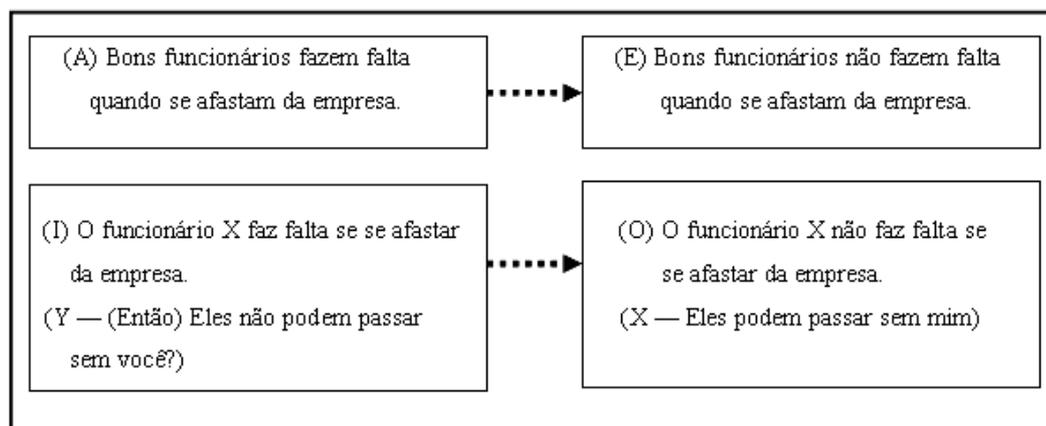


FIGURA 12 - Paradoxo com relação entre contrárias.

A piada é criada em torno da relação de contrariedade. Nesse exemplo, o humor surge de dados antônimos: — “o funcionário faz falta” (aparência) — choca-se com — “o funcionário não faz falta” (real) — , gerado por um mesmo enunciado, no qual se sobrepõem as duas ideias. O gatilho é “É exatamente isso (não faço falta) que eu não quero que eles percebam!” A frase-síntese da ideia incongruente seria algo como o enunciado: “O funcionário só faz falta porque não falta”, ou “O funcionário só mostra que faz falta se não faltar”.

Passemos à análise de um caso em que há relação de contradição:

(13) E o médico pergunta:

- Sua filha sempre gagueja dessa maneira?
- Não, doutor, só quando quer falar.

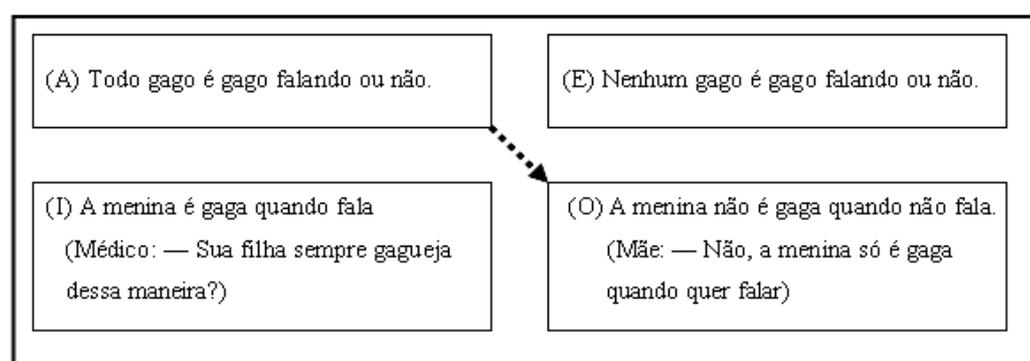


FIGURA 13 - Paradoxo com relações contraditórias.

Na piada número (13), o paradoxo é criado por meio da relação de contradição: a proposição (O), enunciada pela mãe, é contraditória em relação à proposição (A) — esta, parte do conhecimento do leitor (com base no senso comum). O gatilho é “Não, doutor, (a menina) só (gagueja) quando quer falar”. A frase-síntese da ideia incongruente dessa piada (desde que é a “manutenção” do paradoxo o que defendemos) seria algo como: “Há quem

gagueja mesmo sem falar”, ou “A menina não é gaga se não gaguejar”, considerando “gaguejar” como uma forma de “falar”.

Um caso de paradoxo muito comum em piadas é o criado por termos polissêmicos, mas não encontramos uma forma satisfatória para representá-los no quadro das opostas. A tentativa que fizemos levou-nos a dois quadros paralelos, em que a relação de uma proposição mostrava-se contraditória em relação à outra, mas “extrapolando” os limites de seu quadro — o que talvez não seja bem aceito em termos de Lógica, embora sirva para mostrar a bissociação, como no exemplo (4) deste capítulo, em que detectamos as seguintes oposições:

Oposições de sentidos (1) vs (2) do verbo “tomar”:

(1) “Tomar” → sentido de beber — vs — (2) “Tomar” → sentido de roubar

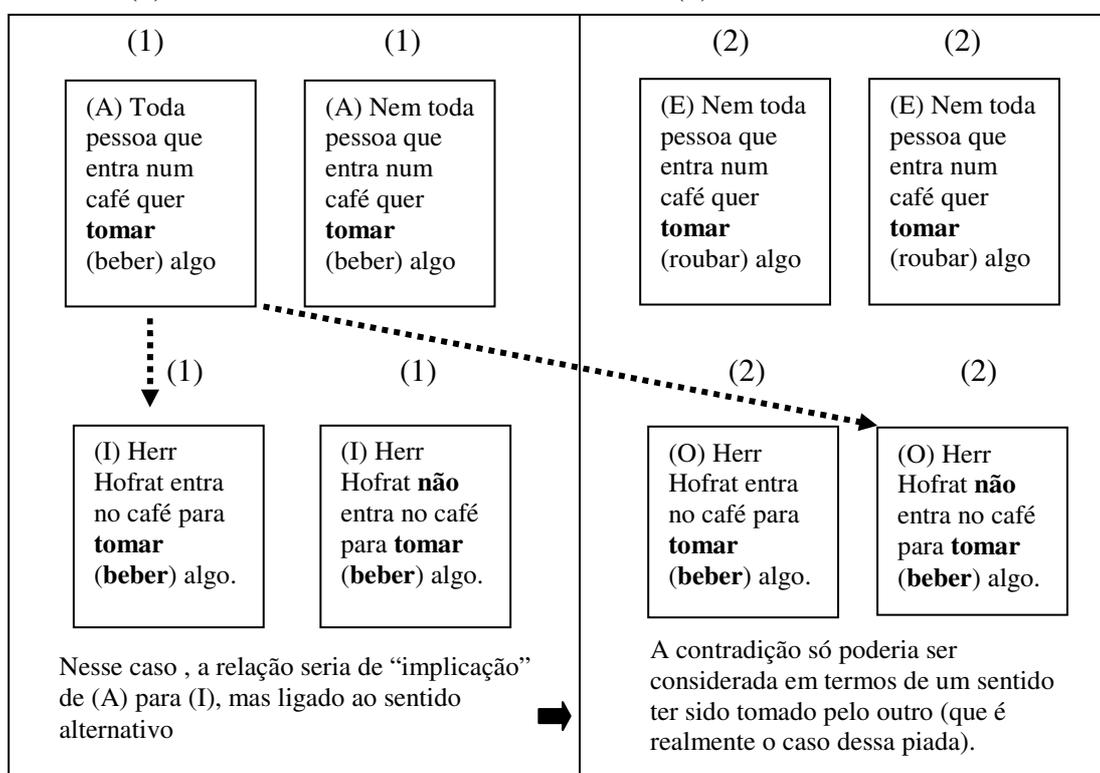


FIGURA 14 - Quadro de oposição entre termos polissêmicos.

A sobreposição de elementos ambíguos mostra bem a sobreposição de esquemas cognitivos, como propõe a bissociação — o que explica também a forma como se “soldam” os elementos no paradoxo.

O objetivo de analisarmos esses exemplos foi o de mostrar que nem sempre fica clara a relação entre os elementos paradoxais. Acreditamos poder afirmar que **é possível criarem-se paradoxos, com qualquer tipo de relação entre proposições: contrárias, contraditórios ou mesmo por implicação.**

Ao testarmos os demais conceitos, tentaremos verificar se algum deles traz resultados equivalente a outro, de forma a confirmar o paradoxo.

3.2.4.2 A explicação do paradoxo por sua natureza: lógico, semântico ou pragmático

É com base na verdade factual que Récanati (1979, p. 193-215) explica o paradoxo. O autor toma como ponto de partida as proposições sintéticas e analíticas, para chegar à noção de contradição dessas duas formas: as proposições analíticas são verdadeiras, independentemente do que se passa na realidade, enquanto as proposições sintéticas (verificáveis por meio de fatos) podem ser ou verdadeiras, ou falsas, de acordo com a realidade. Desse modo, a proposição analítica falsa deve sua falsidade ao fato de contradizer a si mesma. O autor cita o seguinte exemplo contraditório:

(14) Há solteiros casados.

Récanati (1979, p. 196) observa que “essas proposições necessariamente falsas, que resultam da negação de uma proposição analítica podem ser chamadas, de “forma ligeiramente imprópria”, de *contradições lógicas*. Fazendo notar que, se as proposições sintéticas falsas comuns são contraditas pelos fatos, as que ele denomina *contradições pragmáticas* são um tipo especial e ocorrem quando o *fato de dizer* contradiz o *que é dito* — contradições por ele chamadas de “paradoxos pragmáticos”. Um exemplo seria escrever o seguinte enunciado:

(15) Eu não sei escrever.

Nessa perspectiva, o paradoxo do mentiroso seria classificado como “paradoxo pragmático”, desde que é o fato de sua enunciação que contradiz o enunciado. O autor continua a investigar a forma de resolver a questão desses paradoxos “pragmáticos”, mas tal investigação foge ao objetivo de nosso estudo. O exemplo de Récanati é direcionado para uma questão específica, o que mostra que pode haver abordagens distintas para o problema que, mesmo tratado num consenso, mostra-se complexo.

A maioria dos autores adota para o paradoxo três classificações gerais: **paradoxos lógicos** (específicos da Lógica e da Matemática), **paradoxos semânticos** e **paradoxos pragmáticos**. A classificação que buscamos em Gioia (2005) reflete essa tendência geral.

É útil lembrar (entre outras definições apresentadas por ela para o paradoxo), a definição que a autora dá a esse fenômeno, de acordo com a Retórica (conforme Quintiliano, IX, 2, 23 e os clássicos), que o considerava “uma afirmação que vai de encontro às expectativas do interlocutor” (“*inapinatum*”) (GIOIA, 2005, p. 748). O interesse dessa descrição é o de, além de associá-lo ao “senso comum”, ligá-lo à surpresa do “imprevisível”, que defendemos na incongruência. Essa autora assim define os três tipos de paradoxos: “(a) **paradoxos lógicos**, que apresentam contradições irreduzíveis em relação às leis do pensamento (...); (b) **paradoxos semânticos**, que se apoiam na coexistência de dois contrários [...]; (c) **paradoxo literário**” (Ibidem).

Ela explica que o *paradoxo lógico* é — como o nome indica— um problema lógico sem solução, dos quais os paradoxos de Russell são exemplos (e que escapam ao interesse de nosso estudo). Constatamos que, nos *paradoxos semânticos*, a autora engloba o que ela denomina apenas de *contradições analíticas*, como o exemplo (15) de Récanati (que ele, por sua vez, denomina “pragmático”), como os casos de verdadeiros contrários, similares ao exemplo (16):

(16) Deus existe. Deus não existe.

Nesta mesma classificação, verificamos que há exemplos equivalentes às *contradições analíticas* (que, em sua obra, Récanati denominou “contradições lógicas”). Neste último caso, Gioia (2005, p. 758) cita como exemplo o enunciado:

(17) O vazio é a plenitude suprema, mas o homem não tem o direito de o saber (s/a),

no qual *vazio* opõe-se a *plenitude*. Na classificação adotada pela autora para “*paradoxo literário*”, o termo “literário” parece-nos empregado no sentido de “**pragmático**”. Ela explica que o enunciador, nesse tipo de paradoxo, “pode encontrar uma solução ou saída interpretativa aplicando os *mecanismos de inferência* às normas linguísticas e aos conhecimentos enciclopédicos. A escolha do sentido transmitido através de significações incompatíveis realizar-se-á através de pressupostos pragmáticos”. Citamos duas piadas que nos parecem exemplificar o **paradoxo pragmático**. Acreditamos, no entanto, que essa classificação engloba o exemplo (18), a que Récanati dá o mesmo nome, mas no qual a enunciação contradiz o enunciado:

(18) Há três espécies de pessoas: as que sabem contar e as que não sabem.

No exemplo, a inferência à qual o leitor é conduzido, ou seja, a expectativa da descrição do terceiro tipo de pessoa, é frustrada pela descrição de apenas duas — o que situa o enunciador no grupo dos que não sabem contar. É um caso de paradoxo pragmático, conforme a descrição de Récanati, em que enunciação e enunciado se contradizem: o enunciado cria inicialmente a previsão de apresentar três tipos diferentes de pessoas, mas a enunciação termina, sem que sejam atendidas as expectativas criadas pelo discurso.

Entretanto, acreditamos que o paradoxo pragmático vai mais além: ele se manifesta em qualquer situação de interação, em que as inferências — que o leitor é levado a fazer — contradizem os fatos da narrativa, ou contradizem outras inferências; ou são os fatos do discurso que são contraditos pela referência empírica, como em inúmeras piadas que analisamos. Basta recordar a piada (3) em que a resposta do português é paradoxal em relação à situação em que a pergunta foi feita: “Quando aqui cheguei, ela (a esquina) já estava dobrada”, em que “a descrição da esquina” (*trazida* do “real”) entra em contradição com a expectativa de informação criada em nível discursivo. Na piada (5) ocorre o mesmo, quando Etel pede à garçonne que corte o bolo em quatro (e não em oito) fatias, porque está de regime. É o enunciado e as inferências por ele geradas que se chocam com a situação comunicativa. Na piada (4), quando o menininho de quatro anos, no lugar de fazer a pergunta mais previsível “o que é camisinha”, pergunta “o que é pátio”, é a falta de uma sequência previsível que choca o leitor mostra o paradoxo de uma criança hoje ter mais conhecimento de termos relacionados a sexo do que de dados extremamente comuns. O conflito é causado pela banalidade desse gênero de informações em relação à expectativa criada pelo elemento “novo” (“camisinha”, salientado pelo verbo “achar”) do discurso do primeiro menino.

Reboul (1989, p. 90, apud GIOIA, 2005, p. 759) acrescenta que, “do ponto de vista cognitivo e processual, o paradoxo freia o mecanismo inferencial do outro, ‘suas expectativas’, forçando a surpresa do receptor e sua cumplicidade”. O comentário em questão parece adequar-se a observações de Yus Ramos (2003), para quem a primeira fase da piada é interrompida por essa “quebra de expectativas”. Acreditamos que o efeito do paradoxo é justamente o oposto: ele é rico de implicações contextuais, sobre as quais o riso se debruça e demora-se, surpreso. Essa possibilidade de implicações contextuais dá relevância ao paradoxo. A nosso ver, ele “freia” a parte da piada que vinha sendo processada e que, de súbito, perde para o paradoxo a relevância que mantinha.

As conclusões às quais chegamos nesta seção e que manteremos em nosso estudo, ao abordarmos os elementos paradoxais das piadas, podem ser assim resumidas: (1º) o

paradoxo será considerado “sinônimo” de **contradição**, ou de **incongruência** no sentido mais usual do termo atualmente, ou seja, de uma afirmação (ou situação) que cria uma incompatibilidade insolúvel; (2º) esse paradoxo tanto pode resultar de uma *relação de contradição* quanto uma *relação de contrariedade*, ou de *implicação* no sentido da Lógica; (3º) se um paradoxo pode vir tanto em uma única proposição quanto na conclusão de um raciocínio, ele pode ser classificado de duas maneiras: ser uma incompatibilidade criada no sistema linguístico, consistindo-se em um **paradoxo semântico**, o que significa que a contradição surgiu em nível de *inferências analíticas*; ou ser uma incompatibilidade criada entre proposições, cuja inadequação é gerada pela relação dos termos do enunciado com seus referentes, consistindo-se num **paradoxo pragmático**, o que significa que a contradição surgiu em nível de *inferências sintéticas*, sendo necessário recorrer-se a conhecimentos de mundo, para detectá-la.

Considerando que há autores que vêm no texto humorístico uma mudança de nível de interpretação, dedicamos a seção seguinte a essa forma particular de compreender a natureza do paradoxo, seja para tratar a questão como uma mudança de níveis, numa visão tradicional, seja conforme a TR.

3.2.4.3 A explicação do paradoxo pelos conceitos: Metarrepresentações - Princípio da Contradição - Princípio de Terceiro Incluído - Universos de Crença

Considerando que a explicação do paradoxo por essas abordagens é provavelmente menos usual, concentramos todos esses conceitos.

É um consenso que o paradoxo resulta de idéias opostas que se rejeitam. Ora, a abordagem de todas essas oposições — sobretudo a das que se apresentam em dois planos — remete-nos a três posturas teóricas: (a) a dos **universos de crença (mundos possíveis)**; (b) a dos princípios lógicos: o **Princípio de Contrariedade** e o **Princípio do Terceiro Excluído** (e, por analogia **Terceiro Incluído**); e (c) a das **metarrepresentações e uso interpretativo da linguagem** (cf. a TR), quando abordaremos a questão da “interpretação”, de acordo com a TR — aspectos aos quais dedicamos as subseções seguintes.

(a) A explicação do paradoxo pelos universos de crença

Em análise de um texto de Swift⁵³ sobre a sátira, Oliveira (2002, p. 4), ao referir-se às modalidades argumentativas (epistêmica, alética, deôntica, etc), observa que “cada modalidade está associada a um *universo de referência*. O que temos no texto de Swift é um jogo entre dois mundos, o *factual* e o *contrafactual*”. A nosso ver, esses dois mundos opõem-se, mais em razão de o texto satírico ser (de certa forma) humorístico, do que em razão das modalidades a que recorre (mas não nos demoraremos nesse assunto, sobretudo porque tais questões de argumentação fogem a nosso objetivo). O autor trabalha em seu artigo justamente a questão da necessidade de admitirmos, enquanto leitores, “que o nosso processador textual irá apelar para seu componente social, necessário para a demarcação do mundo factual para, a partir daí, demarcar o mundo contrafactual”. Oliveira (2002, p. 6) conclui que “será o conflito entre esses dois espaços, o factual e o contrafactual, gerado basicamente pelo nosso controle das normas sociais de comportamento, que nos fará perceber a natureza dos referentes no espaço maior e entender o texto como sendo satírico”. Embora a filiação teórica desse autor seja distinta da que abraçamos em nossa pesquisa, devemos reconhecer que há constatações feitas por diferentes vias que se aplicam às mesmas questões sobre leitura/compreensão de textos. O autor vem corroborar alguns pontos que estamos defendendo: além do elo que o texto mantém com o social, há também o aspecto que Tutescu (que veremos a seguir) defende para a interpretação do paradoxo (embora seu enfoque seja também argumentativo): a necessidade de contrapormos, a nosso ver, na interpretação do texto humorístico, esquemas cognitivos que opõem universos diferentes de crença.

Para explicar o paradoxo, Tutescu (2003) propõe que ele convoca dois universos de crença⁵⁴: um potencial, real ou verdadeiro e outro, contrafactual e irreal. A explicação para o funcionamento do paradoxo já havia sido proposta pela autora da forma como se segue:

Se um enunciado convoca dois universos contrários de crença, próprias a dois enunciadores diferentes e contrários, então ele terá uma força argumentativa superior, dotada de uma relevância máxima, em relação a cada uma das forças argumentativas próprias a cada uma das duas proposições (ou predicções) tomadas isoladamente e que formam a estrutura deste enunciado (TUTESCU, 1996, p. 72-79).

⁵³ O autor esclarece que se trata de um texto de Jonathan Swift, de 1729, época em que a Irlanda vivia sob o domínio da Inglaterra.

⁵⁴ Os conceitos de “universos de crença” e de “mundos possíveis” são propostos por Robert Martin (1992, p. 15), Segundo o autor, “chamaremos “universos de crença” ou “universos” ao conjunto indefinido das proposições que o locutor, no momento em que se exprime, mantém como verdadeiras ou que ele quer acreditar como tais” (p. 38). Considerando que o universo de crenças é o lugar de todas as proposições (virtuais ou efetivas), “este universo reúne nele o conjunto dos mundos possíveis tais como o locutor os concebe...” (p. 46). O autor distingue, nos universos de crenças, dois tipos de mundos possíveis: — os mundos que o locutor admite como o que existe (ou que é potencial); — os mundos contrafactuais, em que há, pelo menos, uma proposição contraditória. Assim, no enunciado “Se Pedro tivesse passado no vestibular...”, a aprovação de Pedro é evocada em um mundo contrafactual, contrapondo-se ao que de fato ocorreu.

Nessa perspectiva, todo enunciado paradoxal seria polifônico, correspondendo às vozes de dois enunciadores: um primeiro enunciador (E_1), cuja voz traduz a “normalidade semântica” e um segundo enunciador (E_2), cuja voz sustenta uma ideia oposta à anterior, o que equivale, a nosso ver, às mesmas duplas filosóficas — uma *real* e outra *aparente*— às quais se refere Olbrechts-Tyteca (1974). Embora não estejamos adotando a teoria polifônica de Ducrot, acreditamos ser interessante notar que, por vias teóricas diferentes, os linguistas terminam por propor conceitos análogos. Segundo a autora, no enunciado paradoxal, são convocados dois universos de crença: o primeiro (M_1) gera um mundo em co-extensão ao mundo real, correspondendo ao sentido convencional e à referência do mundo que *existe*: corresponde, enfim, à normalidade semântica (do ponto de vista de E_1). O segundo universo de crença (M_2) opõe-se ao primeiro, mantendo, em relação a ele, ideias contrárias: corresponde, pois, a um mundo contrafactual. Neste universo de crença contrafactual, (M_2), é considerada verdadeira a proposição que é considerada falsa no universo de crença (M_1) e vice-versa, ou seja, o que é considerado verdadeiro em (M_1) é falso no mundo contrafactual.

Aplicando a visão teórica de que o paradoxo apresenta um universo real que se opõe a outro, irreal e contrafactual, apresentamos um exemplo citado pela autora:

(19) Café, esta bebida que faz a gente dormir, quando a gente não a toma
(ALPHONSE ALLAIS, s/d apud TUTESCU, 2003 s/p).

No universo de crença baseado no mundo factual, (M_1), partimos do primeiro enunciado, relativo à primeira crença. Assim, conforme Tutescu (1996, p. 76), “o café é esta bebida que não faz a gente dormir” implica “*As pessoas não dormem, quando tomam café*”. É então convocado o segundo universo de crença, o contrafactual, (M_2), segundo o qual: “o café é esta bebida que faz a pessoa dormir quando a ente não a toma”. Há, pois, a oposição de dois universos distintos de crença, mas não como exatamente como vínhamos propondo para o texto de humor.

Com o intuito de verificar se a proposta teórica de Tutescu (2003) para explicar o paradoxo pode ser conciliada com o quadro das contrárias (anteriormente abordado), tentamos a aplicação de ambas as posturas à piada (20):

(20) Marido: — Eu não aguento mais! Vamos fazer o seguinte: você fica com um lado da casa e eu fico com o outro!
Mulher: — Tudo bem! Eu fico com o lado de dentro!...

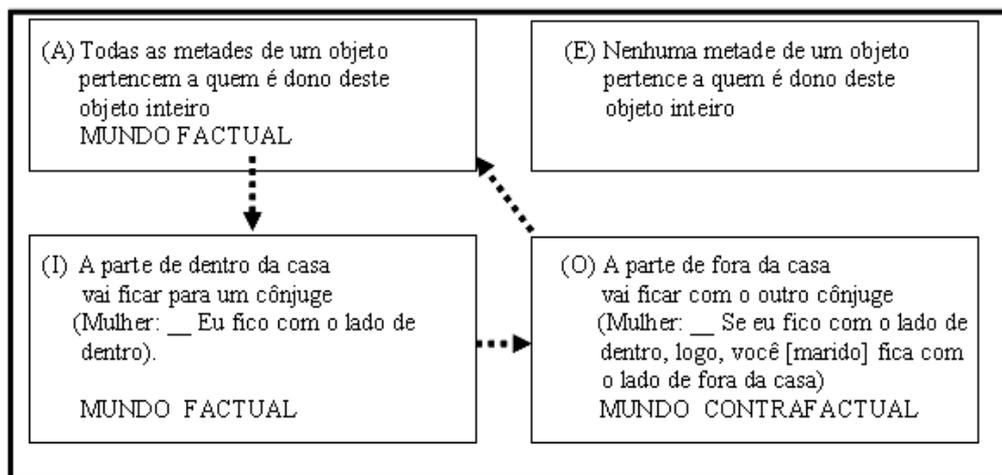


FIGURA 15 - Paralelo entre oposições e mundos possíveis.

Cotejamos os mundos possíveis do texto ao quadro das oposições (FIG. 15) — no qual detectamos uma contradição entre o senso comum e o discurso da personagem: (A) traduz o senso comum (mundo factual) e fica em contradição com o discurso da mulher em (O) — o marido fica (por inferência) com o lado de fora da casa (mundo contrafactual). Se (A) implica (I) e se (I) é contrária de (O), então, por um processo de dedução, (O) fica em contradição com (A). O quadro provou a contradição, mas não explicitou o paradoxo. Acreditamos que seja necessário recorrer-se a uma inferência final, guiando-nos pelo fato de que **deve haver um paradoxo** possível de ser enunciado.

Traduzindo essa contradição numa frase-síntese da ideia incongruente, como propusemos, temos: “O marido fica com a parte da casa onde não existe casa”.

Faz-se necessário que retomemos o exemplo (13), numa demonstração numerada como (21), para confirmarmos nele a aplicabilidade dos mundos possíveis. Temos, assim:

- (21) (A) Todo gago é gago falando ou nãoMUNDO FACTUAL
 (I) A menina é gaga, quando fala.....MUNDO FACTUAL
 (O)A menina não é gaga quando não fala..MUNDO CONTRAFACTUAL.

Embora, por definição, as hipóteses factuais sejam aquelas baseadas na relação do indivíduo com o mundo real, podendo ser consideradas verdades empíricas, porque são obtidas por fontes da percepção, da memória ou de inferências, a TR considera que a mente trata mesmo as hipóteses contrafactuais como verdades. S-W (2001, p. 15) e, ao referirem-se às suposições que entram na construção do contexto (cf. Capítulo I), observam que “são essas suposições, naturalmente, e não a descrição real do mundo, que afetam a interpretação de um enunciado”. Se essas suposições não se limitam ao mundo real, qualquer suposição

contrafactual será também considerada como as outras hipóteses a serem processadas na interpretação.

(b) Explicação do paradoxo pelo Princípio da Não-Contradição ou Princípio do Terceiro Excluído

Há estudiosos de Lógica que tratam o paradoxo em termos do “princípio da não-contradição” e do “princípio do terceiro excluído” (conforme seção 1.2.6, do capítulo I). Segundo o “princípio da não-contradição”, um ser *é* ou *não é*, de maneira que um enunciado não pode, ao mesmo tempo, ser verdadeiro e falso. De acordo com esse princípio, não seriam aceitos certos neologismos criados a partir da técnica denominada “*mots-valises*”, em que se fundem duas palavras originais. Um exemplo desse tipo de criação lexical seria o termo “*Eurochannel*” (Cadeia de Televisão Européia); ou ainda os neologismos criados por Millôr Fernandes, em seu “*Dicionário*”, como por exemplo a definição seguinte: “GALOTEIRO - Sujeito que compra um galo e não paga”.

De acordo com o “princípio do terceiro excluído”, *uma coisa é X ou é Y*, não havendo uma terceira possibilidade, como nos enunciados seguintes, em que só (a) ou só (b) é considerado verdadeiro: (a) *A água está quente*; (b) *A água está fria*. Lembramos a observação de Pinto (1981) para a necessidade de se considerar que há elementos que estão no meio termo e, ainda assim, são categóricos. Em relação aos exemplos citados, teríamos, como terceira opção, o enunciado (c): *A água está morna*, que declara um meio-termo possível.

Para explicar como a contradição é assimilada pela lógica discursiva do paradoxo, Tutescu (2003, s/p) propõe a ideia do “terceiro incluído”, provavelmente em analogia com o princípio lógico “terceiro excluído”, que acabamos de tratar. Se adotarmos a perspectiva de considerar que a lei do terceiro excluído é infalível, seria paradoxal admitirmos que “há chuva com sol”. Existe, pois, a “lei do terceiro incluído”, proposta pelo filósofo italiano, Stéphane Lupasco (1935) para a Física. Todavia, justamente para o caso da contradição entre proposições, essa lei não é aplicada. O físico Nicolescu (2008, p. 3) comentando a teoria de Lupasco, afirma que “não há terceiro incluído da contradição e da não-contradição. Paradoxalmente, a contradição e a não-contradição submetem-se às normas da lógica clássica”. Vejamos, no entanto, como Tutescu (2003, s/p) usa esse princípio para explicar o paradoxo na lógica do discurso:

Como a ironia, o paradoxo repousa inteiramente sobre a tensão criada pela junção destes dois universos de crença com seus dois enunciadores. Esta tensão comunicativa assegura ao paradoxo sua pertinência argumentativa. Ao mesmo tempo, ela abole ou enfraquece o princípio clássico do terceiro excluído ou do *tertium non datur*. É fácil descobrir [...] **o casamento entre os dois universos de crença contraditórios**, a pertinência argumentativa de cada um dos enunciados paradoxais (grifos nossos).

Parece-nos evidente que a autora explica o paradoxo da mesma forma como tentamos igualmente explicar a bissociação: os esquemas cognitivos contrários não se mantêm excluídos um do outro, mas “fundem-se” — numa bissociação, conforme Koestler —: é o “casamento” do mundo *real* com o *contrafactual*, ao qual ela se refere e do qual surge o terceiro esquema a que nos referimos. A autora então denomina “terceiro incluído” essa ideia paradoxal, incongruente, que é, não só assimilada, mas igualmente tolerada pelo discurso.

(c) A explicação do paradoxo pelo conceito de metarrepresentação e uso interpretativo da linguagem

Watzlawick, Beavin e Jackson (1981) destacam o fato de que existe algo na natureza do paradoxo que é de importância pragmática e até existencial para os indivíduos. Em sintonia com aspectos salientados por nós no estudo de Koestler, destacam igualmente o fato de este autor fazer uma distinção entre as aptidões rotineiras de pensar num único "plano" e o ato criador, que opera sempre em mais de um plano; o primeiro podendo ser denominado de “pensamento coeso” (“coerente” e “linear”); o segundo, situado em dois planos, nos quais “o pensamento torna-se indeciso, num estado transitório de equilíbrio instável, em que o equilíbrio entre emoção e pensamento é perturbado” — é a bissociação, segundo Koestler (1964, p. 21). Segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 167), é a própria bissociação que fornece as premissas desse mecanismo lógico, razão pela qual eles defendem que, **na piada, esse tipo de “raciocínio” se processa em dois níveis**, como propunha Koestler. Embora este autor, em parte alguma de seu livro, tenha considerado a comparação que se segue, os autores sugerem que **a bissociação tem a estrutura do paradoxo**, ou seja, que os “dois quadros de referência intrinsecamente coerentes mas habitualmente incompatíveis” da definição de Koestler estejam numa **relação de nível e metanível**, conclusão que não é detalhada na obra em questão.

Os pesquisadores da Escola de Palo Alto sugerem que o paradoxo explica-se no fato de haver uma linguagem que trata de outra, ou seja, há nele uma linguagem e uma

metalinguagem, o que nos remete à distinção clássica entre “uso” e “menção”. O “uso” consiste no emprego normal do termo, como parte do “fio do discurso” (cuja função só deve ser considerada sintaticamente, ou seja, na ligação estrutural que mantém com o todo); enquanto que, na “menção”, o termo, além de fazer parte normal do discurso, é apresentado de forma metalinguística. Segundo Authier-Révuz (1982, p. 96), “o fragmento mencionado é, ao mesmo tempo um fragmento do qual se faz uso; [...] o fragmento designado como um *outro* é integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática”. A menção é inscrita na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que remete a um exterior, Vejamos os enunciados seguintes:

(22) José atirou uma **pedra**.

(23) **Pedra** é um substantivo comum.

No exemplo (22) temos apenas o “uso” do termo, o qual participa do “fio” do discurso, enquanto no exemplo (23) o termo foi mencionado, pelo emprego em negrito (poderia ser também destacado por outro recurso, como aspas, por exemplo) e, ao mesmo tempo, fez parte da estrutura sintática da frase (é o sujeito da oração). Este duplo emprego (mencionado e usado na cadeia discursiva normal) é a menção, ou “conotação autonímica”.

Watzlawick, Beavin e Jackson (1981) sugerem, pois, que o paradoxo pode ser explicado em termos de níveis de linguagem, aos quais eles denominam, respectivamente, de “linguagem objetual” e “metalinguagem”. Há, segundo eles, no paradoxo, dois enunciados: um deles está no nível objetual, o outro no metanível. Desde que essas noções parecem identificar-se com os conceitos de *uso* e *menção*, acreditamos que a sugestão dos autores possa ser assim entendida: o segundo enunciado é utilizado em forma de menção, remetendo ao primeiro, que é utilizado no fio do discurso. A teoria dos autores adapta-se facilmente à sua exemplificação:

(24) Chicago é uma cidade populosa e um trissílabo.

É simples compreender que, no exemplo, o conector “e” ligou a primeira sequência (a) “Chicago é uma cidade populosa” à segunda, cujo sujeito e verbo ficaram elípticos: (b) “Chicago é um trissílabo”. Na sequência (a), a palavra “Chicago” foi inserida na cadeia discursiva, enquanto na sequência (b) a mesma palavra foi mencionada, de forma metalinguística (ou, nos termos da Escola de Palo Alto, em um metanível). Mas, se o exemplo citado apresenta-se claro, sua aplicação ao estudo do paradoxo não parece tão simples, como veremos, após um pequeno parêntese, para comentar ainda as noções de uso e menção.

Moeschler e Reboul (1994, p. 101) observam que a TR deu um status especial à oposição — uso/menção —, a partir da qual foram criadas as noções de “descrição” e de “interpretação”. Mas, se esses conceitos estão na origem das novas noções, a edição de 1986 da Relevância mostra já um avanço da teoria sobre esse ponto:

A noção de menção na realidade não se estende para cobrir o leque completo de casos que agora nos propomos tratar. A menção é uma utilização da linguagem para uma auto-referencialidade ou para uma auto-representacionalidade: requer uma identidade linguística ou lógica completa entre a representação e o original. [...] A menção é um caso especial de um fenômeno muito mais geral: a utilização de uma forma proposicional não para se representar a si própria, mas a uma outra forma proposicional a que ela se assemelha mais ou menos de perto. Por isso abandonamos o termo “menção” a favor do termo mais geral “interpretação” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 350, n. 25).

A utilidade de estabelecermos ainda uma comparação com o conceito já abandonado é a de ele ajudar a mostrar que, na interpretação, há uma atitude do falante que mantém semelhanças com a menção: é um “comportamento metalinguístico”, ou, utilizando a terminologia da Escola de Bateson: um procedimento metacomunicativo.

Se o termo “menção” não é mais adotado pela teoria, em benefício do conceito mais amplo de “interpretação”, acreditamos que ainda prevaleça a ideia — similar entre os estudiosos do paradoxo (ligado ou não ao humor) — de que há nele o recurso a dois níveis de interpretação.

Vimos que o falante, pelo ato comunicativo, tenta intersubjetivamente compartilhar com o destinatário, uma representação privada que pode ser um pensamento, uma impressão ou uma atitude, representação essa que corresponde a dois usos distintos da linguagem, segundo a TR: o **uso descritivo** e o **uso interpretativo**.

O falante pode manter essas representações em sua mente, de maneira privada, ou pode também torná-las públicas (o que, segundo S-W é o mais óbvio) por uma forma qualquer de comunicação: por meio de um desenho, de mímica, ou pelo uso de uma língua qualquer, caso em que são utilizadas enunciações. Há a tentativa de tornar pública uma representação mental, por meio de semelhanças (não de “identidade”) entre aspectos dos dois fenômenos. Se, durante uma festa, a esposa, distanciada do marido, faz para este um gesto imitando o movimento do volante de um carro, está querendo representar a ação de dirigir e, desde que sua intenção evidentemente não se limita a querer comunicar apenas esse dado (o que seria irrelevante), ela pode estar sugerindo ao marido irem embora para casa. Conforme S-W (1986, p. 336), no caso das enunciações, elas “podem ser utilizadas [...] como

representações: não em virtude da sua semelhança com algum fenômeno, mas em virtude de terem uma forma proposicional que seja uma representação verdadeira de algum estado de coisas real ou concebível”, ou, como esclarece Rauen:

Cabe ao interlocutor, com base nas pistas enunciadas, elaborar uma interpretação mental do enunciado e do pensamento original. Essa relação é de semelhança e não de identidade. Há semelhança se, e apenas se, elas partilharem propriedades lógicas entre si, e a identificação dessas semelhanças é regida pelo princípio da relevância (RAUEN, 2008, p. 6, no prelo).

Convém recordar que, para identificar um estímulo ostensivo, o destinatário deve (S-W, 1986, p. 335), “utilizar o esquema de suposições sugerido pela forma lógica [...], assim como as entradas enciclopédicas tornadas acessíveis pelos seus conceitos constituintes”, lembrando que a interpretação mais adequada é normalmente a primeira que é inferida. Entretanto, dependendo da atitude que toma em relação ao enunciado, o falante pode estar se servindo do uso descritivo ou do uso interpretativo da linguagem. Quando um enunciado representa um pensamento que descreve um estado de coisas real ou um estado de coisas desejado do mundo, o falante está adotando o uso descritivo da linguagem. Se, por outro lado, ele estiver interpretando um pensamento — em que o enunciado é um pensamento atribuído a outro (ou a ele próprio, mas em outro momento) ou um pensamento desejável — ele estará se servindo do uso interpretativo da linguagem, como esclarece o seguinte trecho de S-W:

Uma representação mental, como qualquer representação que tenha uma forma proposicional, pode ser utilizada descritiva ou interpretativamente. Quando é utilizada descritivamente, ela pode ser uma descrição de um estado de coisas do mundo real, ou pode ser uma descrição de um estado de coisas desejável. Quando é utilizada interpretativamente, ela pode ser uma interpretação de algum pensamento ou elocução atribuída, ou pode ser uma interpretação de algum pensamento que é ou que seria desejável considerar de uma certa maneira: como conhecimento, por exemplo (SPERBER; WILSON, 2001, p. 341).

Vimos, de acordo com Escandell Vidal (2006), que a TR sugere duas operações ligadas ao sistema em questão: **operações descritivas** e **operações interpretativas**. Ambas as operações referem-se à forma proposicional do enunciado, mas enquanto o uso descritivo considera a forma proposicional como uma descrição do pensamento do locutor, o uso interpretativo considera a forma proposicional do enunciado como a interpretação do pensamento do locutor: “Um enunciado pode ser interpretativamente usado para (meta)representar outro enunciado ou pensamento que se assemelha a ele em conteúdo” (SPERBER ; WILSON, 2005, p. 246).

Assim, uma enunciação que mantém uma relação entre a forma proposicional e o pensamento extraído da memória do falante ou de um dado do entorno físico, ou (cf. S-W, 2001, p. 341) “em qualquer outro mundo dado, no caso de ficção, por exemplo” (válida para “todos os mundos possíveis”), constitui-se, em ambos os casos, em “objetos” e, ao torná-las públicas por meio de uma enunciação, o falante está fazendo um *uso descritivo* da linguagem. Entretanto, se o falante retira de seu estoque mental uma informação cujo conteúdo proposicional lhe foi transmitido por outro (ou algo que ele próprio tenha enunciado em outra ocasião), ao tornar pública essa informação, o locutor está fazendo um *uso interpretativo* da linguagem, que é uma metarrepresentação.

Foi Grice, segundo Morency (2008), o primeiro a sugerir que a interpretação revela a utilização de uma capacidade metarrepresentacional. Este autor observa que “os destinatários metarrepresentam necessariamente uma combinação das intenções comunicativa e informativa do locutor, do próprio enunciado, de seu contexto e do sentido intencional subjacente” (Ibidem). Dessa forma, quando um falante repete a fala de outro, o que se constitui num uso ecoico, que é um tipo de metarrepresentação, ele pode adotar duas posturas distintas diante do conteúdo proposicional que repete: ou ele **adere** à mensagem que repete, ou ele se **distancia** dela, como podemos constatar pelos exemplos seguintes. Suponhamos o exemplo, em que Daniela diz a Ian o enunciado (25):

(25) O tempo hoje está bom para a gente nadar.

Ian poderia dar a resposta (26):

(26) É, o tempo hoje está bom mesmo para a gente nadar.

Entretanto, podemos imaginar duas situações distintas: na primeira, Ian está admitindo que o tempo esteja realmente bom para nadar, por isso, seu enunciado ecoico traz implicada uma atitude de adesão ao que Daniela falou. Entretanto, se considerarmos que Ian é meio sensível ao frio e que o tempo que Daniela considera bom para nadar ainda não é o ideal para ele, neste caso, a resposta de Ian em (26) poderia esconder uma ironia, que é um uso igualmente ecoico, mas que traduz uma atitude de distanciamento do enunciado que é repetido, ou, numa expressão de S-W, uma atitude de “dissociação da opinião à qual faz eco” (S-W, 2001, p. 352). Em qualquer um dos casos, o enunciado (26) seria um exemplo de uso interpretativo da linguagem ou, em outras palavras, um caso de metarrepresentação.

É por meio da distinção entre os dois usos que S-W explicam tanto os atos de fala, como usos descritivos da linguagem (os atos declarativos descrevem estados reais e os atos diretivos, ordens ou pedidos, descrevem um estado desejável de coisas); as metáforas, como a linguagem figurada, a hipérbole — são considerados usos interpretativos.

S-W (2001, p. 342) usam o quadro seguinte para esquematizar essas duas formas de uso da linguagem e os tipos de fenômenos que resultam de uma ou outra forma (FIG. 16):

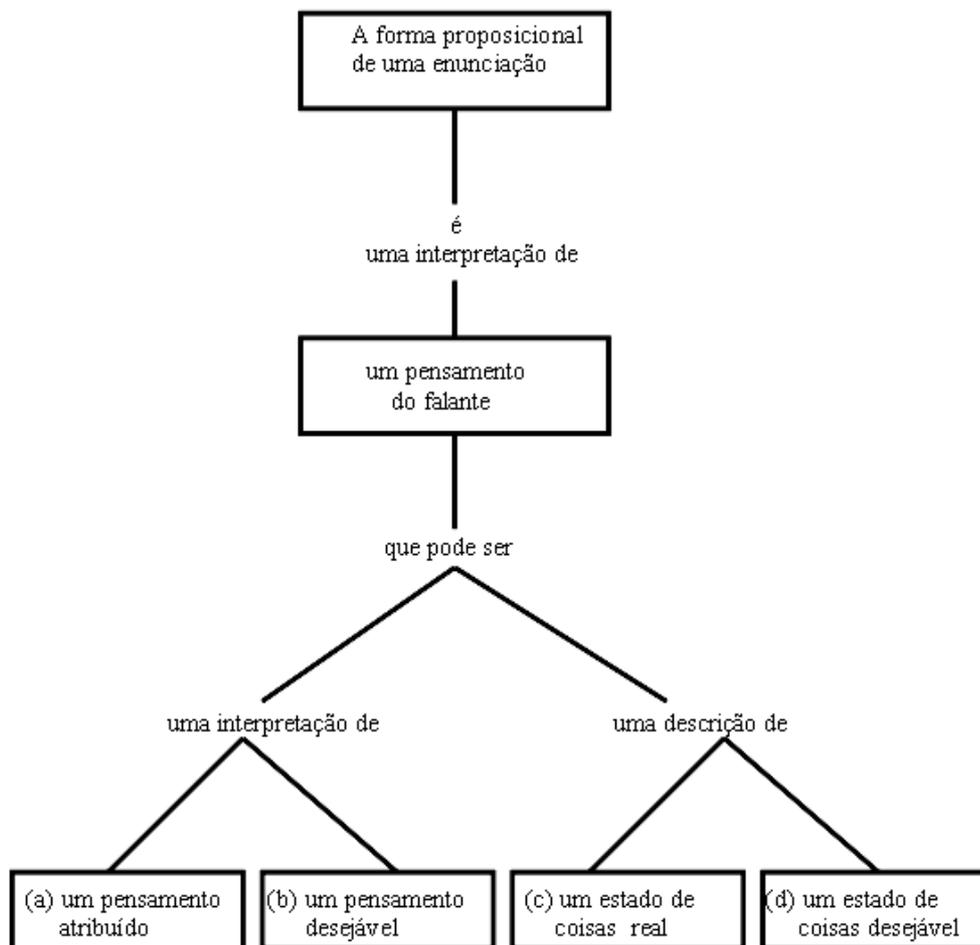


FIGURA 16 - Uso descritivo e interpretativo da linguagem.

Fonte: SPERBER; WILSON, 2001, p. 342.

Poderíamos exemplificar os usos acima: em (a), com um enunciado irônico (um pensamento atribuído); em (b), com interrogação ou exclamação (um pensamento desejável); em (c), com uma asserção qualquer (um estado de coisas real); em (d), com um pedido ou um conselho (um estado de coisas desejável); entre outras enunciações possíveis.

As representações podem incluir vários níveis, havendo representações de ordem superior e representações de ordem inferior. Há três tipos destas representações de ordem inferior: representações públicas (enunciados), ou representações mentais (pensamentos) e representações abstratas (frases, proposições). A representação de ordem superior é um

enunciado ou um pensamento. Como exemplos de representações de ordem inferior, poderíamos citar o bloco de enunciado (27), que contém enunciados ou pensamentos de um falante, ou seja, não são pensamentos ou enunciados que o falante esteja atribuindo a alguém (nem a si mesmo em ocasião distinta deste momento) — são usos descritivos da linguagem.

- (27) (a) Sasha late quando ouve ruídos.
 (b) “Sasha” é o nome de uma cocker spaniel.
 (c) Gosto do nome “Sasha”.
 (d) “Cocker spaniel” é uma expressão inglesa.

A metarrepresentação, que é considerada uma representação de ordem superior contém, por sua vez, uma representação de ordem inferior, que é geralmente um enunciado ou um pensamento. Assim, as metarrepresentações podem incluir (respectivamente, nos exemplos abaixo) pensamentos sobre pensamentos, enunciações sobre pensamentos, pensamentos sobre enunciações e enunciações sobre enunciações, como exemplificamos nos exemplos seguintes⁵⁵, em que a representação encaixada vem em itálico:

- (28) Danilo pensa: *Larissa gosta de orquídeas.*
 (29) Eltinho diz: *A Fiona caiu no poço.*
 (30) Cláiton repete, em pensamento: *Tenho de fazer minha monografia.*
 (31) Lisiane diz: *A Larissa fez o cronograma de trabalhos da Mais Verde.*

Dessa maneira, podemos ter vários níveis em um exemplo: “*Regina pensa (1ª ordem) que Helena deseja (2ª ordem) ir ao shopping*”, temos duas metarrepresentações, porque o falante representa o pensamento de Regina, no qual vem (embutido) o desejo de Helena, que se constitui em outra representação.

Aplicamos tais noções ao paradoxo, partindo de autores que viram nele uma forma de metarrepresentação.

Os pesquisadores de Palo Alto transcrevem o relato de uma experiência feita por Bateson (1954, p. 230), na qual ele observou dois macacos que brincavam, “fingindo um combate”. O pesquisador comentou que *as ações e sinais considerados isoladamente eram*

⁵⁵ Não devemos confundir pensamento, enunciado e enunciação. O pensamento equivale aqui à “representação mental”, que tratamos no Capítulo I; enquanto os outros dois termos resultam do processo de atualização da língua: o enunciado é o produto (resultado empírico), enquanto a enunciação é o processo (ação), ou, segundo Benveniste (1970, p. 80), a enunciação é o ato de “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Como ocorre nas histórias em quadrinhos, em que o autor precisa utilizar balões com setas contínuas para enunciados, e balões com setas pontilhadas para representar pensamentos, o recurso que usamos foi apenas lingüístico (tudo que está na presente tese é o resultado de enunciações da autora, seja expressando seu próprio pensamento, seja expressando o pensamento enunciado pelos autores nos quais nos baseamos). Assim, os exemplos são metarrepresentações da autora: (28) e (30), metarrepresentações sobre situações em que alguém pensa; e (29) e (31) são metarrepresentações sobre o que um terceiro enuncia.

semelhantes a uma luta, mas era evidente que a sequência, como um todo, não era um combate. Isso levou Bateson a concluir que “esse fenômeno lúdico só poderia ocorrer, se os organismos fossem capazes de um certo grau de metacomunicação, isto é, de intercâmbio de sinais que transmitissem a mensagem ‘isto é um jogo’”. Examinando essa mensagem implícita, o pesquisador chegou à conclusão de que aquele aparente paradoxo (uma luta que não era uma luta) poderia ser explicado em termos de “linguagem e metalinguagem”, o que poderia ser estendido a outros paradoxos — como os criados pelo humor.

Segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1981, p. 232), ao aplicar-se essa observação ao enunciado "isto é um jogo", obter-se-ia uma explicação (paradoxal) mais ou menos da forma seguinte: "Estas ações em que estamos agora empenhados não denotam o que aquelas ações *que elas representam* denotariam".

Fry (1969), outro colaborador de Bateson, aplicou essa perspectiva ao fenômeno do *humor* e, num estudo de várias formas de anedotas, chegou a conclusões que são assim sintetizadas:

Durante o desenvolvimento do humor, defrontamo-nos subitamente com uma inversão explícito-implícito quando a frase mordaz é proferida. A inversão ajuda a distinguir o humor do jogo, dos sonhos etc. As súbitas inversões, como as que caracterizam o momento em que a piada surge, são perturbadoras e alheias ao jogo etc. [...] Mas **a inversão também possui o efeito singular de impor aos participantes no humor uma redefinição interna da realidade.** Inevitavelmente, o trecho mordaz combina comunicação e metacomunicação. Uma pessoa recebe a comunicação explícita da piada. Também a piada comporta, em um nível superior de abstração, uma metacomunicação implícita sobre si mesma e sobre a realidade, tal como exemplificada pela anedota... Esse material implícito-agora-explícito da piada converte-se numa mensagem metacomunicacional sobre o conteúdo da anedota, em geral (como uma amostra de comunicação). **Nessa inversão de conteúdo, o que parece ser realidade pode ser apresentado em termos do que parece ser irrealidade** (FRY, 1963, p.153-4 apud WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 232) (grifos nossos).

Fry observa ainda que o conteúdo comunicado é “Isto é irreal”, referindo-se ao todo do qual ele é uma parte. Dessa maneira, o leitor defronta-se com o paradoxo de a parte negativa ser apresentada para definir o todo e o que era visto como real é dado como irreal e vice-versa. Fica, a nosso ver, evidente a visão do paradoxo como dois níveis de comunicação.

Da mesma forma que esses pesquisadores, Noguez (2008 [1969a], s/p) também defende um dado similar: o fato de que o humor é uma linguagem codificada, que não é imediatamente compreendida, porque exige uma competência da parte do receptor; trata-se,

pois, de um “sobrecódigo”, **duplamente codificado**. O autor acrescenta que “esse sobrecódigo não pode ser alinhado radicalmente do lado da individualidade, porque, se assim ocorresse, somente o humorista seria capaz de compreender seu próprio discurso” (Ibidem). Noguez nota ainda que o discurso do humor tem a finalidade de criticar, mas que o faz de maneira hipócrita, desde que, “fazendo um jogo duplo”, usa isso como uma estratégia para “desmascarar” o que condena no mundo real.

3.2.4.3.1 A análise de Curcó para o humor, com base em metarrepresentações

É utilizando o conceito de metarrepresentações na forma pela qual o humor se serve desse recurso, que Curcó desenvolve sua teoria sobre o humor. Assim, referindo-se à sua abordagem do humor feita na perspectiva teórica das metarrepresentações, Curcó (1996, p. 1), assim resume sua proposta:

Uma grande parte do humor intencional, se não todo ele, consiste principalmente em **fazer implicitamente um tipo específico de comentário acerca de algum aspecto do mundo**. Como tal, o estudo do humor é estreitamente relacionado ao estudo de como os falantes expressam – e os ouvintes compreendem – atitudes proposicionais implicitamente. No tipo de humor verbal no qual eu me concentro aqui, os falantes levam os ouvintes a ocupar-se de **representações mentais que são atribuíveis a outra pessoa que não o falante no momento da enunciação, enquanto simultaneamente expressam uma atitude de auto-distanciamento em relação a essas representações** (grifos nossos).

A autora acredita que haja no humor sempre um pensamento sobre algum aspecto do mundo em relação ao qual o locutor cria um auto-distanciamento, ao atribuir essa ideia a outro falante (que não o enunciador, ou a si mesmo, mas em outro momento, postura semelhante à de Noguez). A autora defende que o humor surge dessa atribuição de ideias a outro com esse distanciamento simultâneo. Nessa perspectiva, o surgimento da incongruência apenas atua como instrumento para divertir e reconduzir a interpretação. Ela considera que o mecanismo do humor opera por meio da enunciação de uma suposição fortemente manifesta e que, após a descoberta do dado contraditório, o leitor é levado a buscar outra suposição que, até aquele momento, era fracamente manifesta.

Curcó (1996, p. 3-4) defende a existência de três mecanismos pragmáticos do humor: a manutenção de um conteúdo proposicional contraditório; o tratamento de suposições

de primeiro plano como se elas estivessem em segundo plano; um choque entre as expectativas sobre o modo pelo qual o material esperado irá adquirir relevância.

Segundo a autora, o conteúdo proposicional contraditório “é normalmente acionado através do direcionamento do ouvinte a preencher uma premissa fortemente implicada que se choca com uma suposição acessível no contexto presente de interpretação” (CURCÓ, 1996, p. 3). Ela alerta para o fato de que a simples ocorrência de conteúdos proposicionais contraditórios em nível explícito não torna o texto humorístico — dado que já havíamos constatado, na primeira etapa de nossa pesquisa: nem a contradição pura e simples, nem a explicitação da informação provocam humor. O que ocorre normalmente é o inverso: conteúdos interpretados de forma contraditória na comunicação diária provocam mal-entendidos. E a explicitação do dado contraditório, a nosso ver, acaba com a inferência e com a surpresa do leitor. Estes efeitos adicionais, conforme Curcó, são obtidos pelo recurso a metarrepresentações cujo papel é manipular o choque de suposições: ou o falante realmente atribui a outra pessoa as suposições que se chocam, ou atribui a si próprio, em um momento diferente do tempo da enunciação. Comentando o estudo de Curcó, Yus Ramos (2002, p. 1317) observa que esta informação sobre a *atitude proposicional* do locutor quando se enuncia a piada é básica **para manter o choque humorístico**. Nossa postura é divergente: mas estamos convictas de que é primordial o papel do elemento incongruente no texto humorístico e só a ele pode ser atribuído o “choque” e a surpresa que acompanham o raciocínio que ele exige.

A autora nota que a contradição resulta da busca de uma interpretação consistente com o princípio da relevância e acrescenta que “a distinção entre suposições de primeiro e segundo planos divide o ambiente cognitivo de um ouvinte em dois espaços distintos. Isso pode ser formulado como campos de busca de relevância” (CURCÓ, 1996, p. 4). Considerando que cada um destes campos distintos mantém uma suposição que conflita com a do outro, a autora denomina-as, respectivamente pela ordem em que surgem no texto, de *suposição-alvo* (ou *gatilho*) e *suposição-chave*. A primeira é uma premissa fortemente implicada; a segunda, com a qual a primeira se choca, fica, até certo ponto, oculta no contexto de interpretação. Mas, ao ser descoberta a “suposição-chave”, as duas vêm com um grau similar de força, como no seguinte exemplo, em que Yus Ramos (2003, p. 1318) testa a proposta teórica de Curcó:

(32) Eu sou tão azarado... Imagine! Outro dia eu entrei em um palheiro e eu piquei um de meus pés com uma agulha.

Suposição gatilho (alvo): É quase impossível achar uma agulha em um palheiro (do conhecimento enciclopédico do ouvinte, ajudado pela acessibilidade do provérbio “X é mais difícil que encontrar uma agulha em um palheiro”).

Suposição chave: É possível achar uma agulha em um palheiro [fortemente implicada pelo enunciado (32)].

A autora considera que o uso ecoico (uso interpretativo da linguagem) ocorre na suposição chave: é ela que pode ser atribuída a um outro enunciadador. No exemplo analisado por Yus Ramos, é certamente à voz do senso comum que pode ser atribuída essa metarrepresentação, porque é a ela que são imputados os ditos e provérbios populares. Mas não acreditamos que o simples reconhecimento dessa voz explique o paradoxo.

Curcó julga que a expressão implícita do locutor é auto-distanciada de uma suposição implícita e, desde que cada interpretação corresponde a uma enunciação diferente, seu ponto de vista difere do de autores que julgam haver duas interpretações que competem, no texto de humor. Não entendemos dessa forma: há suposições iniciais (esquemas de origem), dos quais são selecionados traços que, por serem incompatíveis, criam um terceiro esquema: a suposição paradoxal

Curcó (2003, s/p) resume sua tese, propondo a generalização do mecanismo dos casos de humor estudados nos cinco itens seguintes:

- (i) É produzida uma enunciação que torna fortemente mutuamente manifesta uma *suposição chave*. A suposição chave está em contradição evidente com a suposição alvo, até aqui apenas muito fracamente mutuamente manifesta.
- (ii) A contradição evidente torna, subitamente, a suposição-alvo fortemente mutuamente manifesta
- (iii) O entretenimento de uma incongruência produzida por um estímulo ostensivo sinaliza ao ouvinte a possibilidade de o falante estar expressando implicitamente uma atitude dissociada em relação a uma das suposições.
- (iv) Porque a suposição chave ou é fortemente implicada ou explicitada, a expressão de uma atitude é atrelada à suposição alvo.
- (v) A atitude dissociativa é estendida a alguém por distanciamento. Há presumivelmente uma variedade de indicadores que podem sinalizar ao ouvinte esta direção, como o tom de voz, os gestos, e o reconhecimento de usos interpretativos múltiplos e recursivos.

Julgamos pertinentes determinadas conclusões da autora, mas há aspectos de sua teoria dos quais discordamos. Um ponto que a autora defende e com o qual concordamos plenamente é a questão de o dado contraditório ser, não um elemento de menor relevância (como pretendiam alguns, que argumentam que ele exige maior esforço de processamento). Ao contrário, Curcó afirma que a forma como é criada a incongruência na piada, a partir das expectativas da primeira suposição, que depois vai chocar-se com a segunda, é uma fonte

potencial de efeitos cognitivos e é, conseqüentemente, relevante. A busca de efeitos contextuais adicionais tem sua origem justamente na contradição. Se, conforme a TR, entre duas suposições contraditórias, cai a mais fraca, é isso que ocorre quando o leitor encontra o gatilho: a suposição que vinha sendo processada torna-se mais fraca (diante do paradoxo) e perde parte de sua relevância.

Essa possibilidade já foi anteriormente levantada em nosso texto, quando citamos a explicação dada por Tutescu (1996, p. 72-79) para o funcionamento do paradoxo, considerando que um enunciado que convoca dois universos contrários de crença referentes a enunciações distintas “terá força argumentativa superior, dotada de relevância máxima”, se comparada às mesmas proposições tomadas isoladamente. Citando comentário de Fontanier (1968, p. 137), para quem os efeitos do paradoxo eram de “*impressionar a inteligência* pelo mais surpreendente acordo e produzir o sentido mais verdadeiro como mais fundo e mais enérgico”, Tutescu (2003, s/p) propõe que, em termos modernos a expressão italicizada seja “lida” como correspondente a “gerar implicaturas” (o que deixa clara a referência à TR). Um problema que acreditamos ocorrer na interpretação dessa “força” é o de muitos paradoxos parecerem mesmo sutis em suas oposições — o que voltaremos a comentar.

Embora atribua à incongruência essa capacidade de gerar efeitos contextuais, Curcó não dá a ela senão um papel “instrumental” (para usar sua expressão), considerando que, por si só, a incongruência não é suficiente para tornar o texto humorístico. Em suas palavras. Nessa perspectiva, o surgimento da incongruência apenas atua como instrumento para divertir e reconduzir a interpretação.

O entretenimento do incongruente é com frequência presente no humor verbal, mas somente como um artifício que orienta o ouvinte na direção do reconhecimento do uso ecoico pelo falante, que tem como seu objetivo uma das representações envolvidas na criação da incongruência (CURCÓ, 2003, p. 2).

A autora observa que em piadas baseadas na incongruência (o que leva ao pressuposto de que ela não vê incongruência em toda piada) essa incongruência ocorre numa forma de simultaneidade ou de afinidade, em que um sentido compete com o outro.

Ela considera que as incongruências têm um papel instrumental no processamento do humor o que, a nosso ver, situa a incongruência num status secundário: ela não é considerada a base do humor, mas um elemento que é utilizado a serviço de uma técnica que vem em primeiro plano. Refletindo sobre os exemplos que a autora submete à sua teoria, comentaremos o ponto que defendemos, ou seja: o de que é a incongruência que está na base do mecanismo do humor. Tomemos o exemplo da autora, aqui re-numerado como (33):

(33) Não fique dizendo à senhora que você é indigno dela. Deixe que isso seja uma completa surpresa (HENRY 1966 citado em DOLITSKY, 1992).

(33.a) SUPOSIÇÃO-ALVO: o destinatário é digno da senhora em questão.

(33.b)SUPOSIÇÃO-CHAVE: o destinatário não é digno da senhora em questão.

De acordo com a análise de Curcó, a enunciação (33.a) opõe-se à (33.b), o que é um dado incontestável, mas, até este ponto — em que as duas ideias são esclarecidas — , não causa riso, do nosso ponto de vista. O que a autora propõe, entretanto, é que o humor surge da atribuição de uma atitude, que ocorre na (33.a) — no caso, seria atribuída ao próprio falante. No exemplo, seria provavelmente a de adotar a postura de ironizar (na suposição-chave) a outra suposição. Não questionamos o fato de que esses ingredientes existem no texto em questão (como em vários similares), mas acreditamos que não esteja nisso o risível do texto. Comparemos a situação com outra (hipotética), em que (A) dissesse a (B):

(34) A: Não diga que não vai à festa dela. Deixe que isso seja uma surpresa.

Em nosso exemplo (não humorístico, evidentemente), o que o falante pretende é mostrar que “o dizer” estraga a surpresa — sendo que esta acrescenta uma circunstância agradável ao comparecimento de (B) à festa. Ora, a citação (33) deveria ser interpretada, a nosso ver, justamente nos mesmos moldes: a primeira sequência sugere uma vantagem em não revelar o fato. De acordo com a previsão decorrente da primeira sequência, a segunda (se a primeira ideia fosse positiva) seria a de “uma surpresa agradável”. A previsão não se cumpre, porque a segunda sequência vem opor-se à primeira. Por que vemos um paradoxo nessa piada? Porque “o fato de a mulher descobrir que o homem é indigno dela” causaria, não “surpresa” no sentido de “prazer inesperado”, mas no sentido de “susto, desagrado”. Ora, ao usar o termo “surpresa”, o locutor provoca a fusão dos sentidos paradoxais: a “surpresa agradável” incorpora-se a “susto desagradável”. E é a impossibilidade da separação dessas ideias bissociadas (com todos os componentes pragmáticos que lhe forem associados) que nos parece risível. É o aparente das relações sociais e o real, que está oculto sob a aparência.

Se Curcó acredita que a incongruência é apenas um “instrumento” para chamar a atenção para o discurso atribuído (na interpretação ecoica), acreditamos que ocorra o inverso: a mensagem que o falante passa de que há uma ideia atribuível a outro, a metarrepresentação, é que direciona o leitor para a existência de um paradoxo, tal qual a mensagem dos primatas

observados por Bateson, cuja “luta/jogo” comunicava: “isso é o irreal fingindo ser real”, ou seja, há um duplo sentido que se mescla numa mesma comunicação, ou, na expressão dos pesquisadores de Palo Alto: há comunicação e metacomunicação, num mesmo ato.

Curcó observa que o que fica implícito é normalmente informação corriqueira e acreditamos que muitas vezes ocorra realmente assim: é a informação vinda do conhecimento de mundo, ou do senso comum, mas, ainda sendo informação banal, tem uma função importante no texto, a nosso ver: é a partir dela que se estabelece a comparação com a ideia enunciada e é do choque de ambas que surge o paradoxo. Assim, concordamos com o que afirma a autora no trecho: “uma incongruência criada nas formas descritas anteriormente nasce de um estímulo evidente, daí a tomada deste pelo ouvinte como fonte potencial de efeitos cognitivos” (CURCÓ, 2003, s/p) — é a forma de um raciocínio ao qual o leitor é forçado e sua conclusão em forma do paradoxo — ao qual (depois de ter suas “bases” construídas) o leitor não pode esquivar-se de processar, pelo raciocínio. Mas discordamos dela, quando afirma: “mais provavelmente, **um falante racional não irá propor e endossar duas suposições obviamente contraditórias ao mesmo tempo**” (Op. cit. - grifos nossos). Como essa frase da autora praticamente define a bissociação, fica a questão a ser decidida: ou é a bissociação (que adotamos) esse tipo de esquema paradoxal cuja “irracionalidade” caracteriza o humor, ou é a forma de Curcó considerar a incongruência que nos parece excessivamente simplificada.

É curioso notar que, embora a autora afirme que ainda não se dispõe de uma noção consistente e bem definida de incongruência”, ela utiliza o termo em todo seu trabalho. Se a incongruência não está definida, a que conceito corresponde o termo ao qual ela se refere?

Mesmo contra essa noção (de incongruência), ela, no entanto, faz uma concessão no final de seu texto (que tem nosso total endosso), ao observar que “pode ser que a apreciação da incongruência seja, *afinal de contas* (grifo nosso), a essência de certas formas de humor” (CURCÓ, 2003, s/p), o que ela explica pela atitude de uma criança que, desde cedo, diverte-se observando coisas que parecem ou se comportam de um modo incongruente. E a autora assim explica:

o que se passa com ela [a criança] é uma mudança na manifestabilidade relativa de alguma de suas suposições. Ela encontrou um jeito novo de olhar para algum aspecto do mundo que ela já considerava corriqueiro. A percepção da incongruência fez subitamente com que alguma suposição fracamente manifesta se tornasse fortemente manifesta. Esse estágio é provavelmente preliminar às habilidades complexas envolvidas no

reconhecimento de intenções e atitudes, que desenvolveremos mais tarde (CURCÓ, 1996, p. 12).

Se o gosto pelo paradoxo se manifesta no comportamento de primatas, nos quais os pesquisadores descobrem muito dos mecanismos mentais humanos, porque seria diferente com o paradoxo? Se o prazer pelo paradoxo já foi observado nas “lutas/jogos” dos macacos (cf. Bateson), certamente teria se desenvolvido bem cedo nos seres humanos, cujo raciocínio e domínio da linguagem superam o dos outros animais.

Toda a argumentação que desenvolvemos na seção 3.2 visa a provar que é o paradoxo que está na base do humor da piada, tornado mais relevante pela forma como o texto é estruturado, ou seja: sob a forma de um entimema, ao qual o leitor é inexoravelmente conduzido.

4 O conceito de bissociação enriquecido pela Teoria da Relevância — o modelo de mecanismo do humor

Vimos que a Teoria da Relevância explica como se processa a interpretação de textos, mas que não foi concebida como uma teoria do humor. Da mesma forma, a teoria da bissociação visa a apresentar um mecanismo para explicar as formas de criatividade — inclusive o humor, mas não é uma teoria que explica o processo cognitivo. Esta seção visa a conciliar as contribuições das duas áreas.

Embora tenha pontos em comum com outros textos, o texto humorístico é um gênero que se estrutura de uma forma muito particular. Semelhantemente a outros textos, o texto de humor pode variar tanto na forma quanto no conteúdo: no aspecto formal, há piadas ou mais ou menos longas, como podem ocorrer gravuras e recursos gráficos (como nas charges e cartuns); no conteúdo, podem ser abordados temas diversificados que têm, em comum, uma intenção crítica. Há, entretanto, uma estrutura subjacente ao texto de humor que o distingue de outros gêneros textuais e a qual se mantém inalterada e eficaz, ao longo dos tempos. É uma estrutura que apresenta, conforme notamos, uma espécie de “harmonia” entre forma e conteúdo, o que, a nosso ver, torna o texto humorístico um texto único: ele concilia, na construção de uma forma baseada na incongruência, uma mensagem cujo conteúdo tem — em maior ou menor grau — um dado igualmente incongruente que aponta para o que denominamos “regras do convívio social”, cuja violação é uma constante nos textos de humor.

Vínhamos, ao longo de nossos comentários e de análises feitas, já apontando o que acreditamos serem os elementos que constroem o mecanismo que descreve o processo humorístico. Muito de nosso posicionamento já foi deixado claro durante essas reflexões. Falta-nos apresentar — o que faremos a seguir — uma síntese dos itens que devem compor o modelo de mecanismo de humor que julgamos adequado a esse gênero de texto: um mecanismo que procure explicar o processo de tratamento do texto, à luz dos princípios teóricos da Relevância, mas que igualmente considere a importância do paradoxo que está na base desse tipo de texto, conforme já implicitamente apontado por Koestler (1964), em sua teoria da bissociação. Consideramos essencial que se considere o fato de que o paradoxo na piada não é elaborado para ser “desfeito”: como tudo que é gerado a partir de qualquer processo criativo, ele deve ser mantido, demonstrando o espírito lúcido de quem o criou e o desafio de raciocínio que propõe ao leitor.

O modelo que propomos para o texto de humor parte, portanto, do conceito de bissociação e completa-se com elementos teóricos da TR, de forma a esclarecer pontos que devem ser esclarecidos na sugestão teórica de Koestler (1964). Passamos a descrever, em cada item, as características desse modelo.

<p>MODELO DE EXPLICAÇÃO DO MECANISMO DO HUMOR SUBMETENDO O CONCEITO DE BISSOCIAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA TEORIA DA RELEVÂNCIA</p>
--

(1) O texto humorístico apresenta dois esquemas cognitivos de origem: o primeiro é formado pelas suposições contextuais processadas na parte do texto que precede o gatilho (enunciado final); o segundo é ausente do texto, mas é apontado pelo gatilho. É igualmente um esquema congruente como o primeiro, em relação aos outros dois. O gatilho atua como um “elo” entre esses dois esquemas iniciais, mantendo, com cada um, elementos coesivos (mesmo não congruentes), desde que essa ligação opera como uma forma para encaminhar a sobreposição de ideias que se rejeitam. Essa sobreposição de ideias incompatíveis forma um paradoxo, que se constitui no terceiro esquema cognitivo, para o qual o leitor é coagido, em vista da estrutura lógica (entimema) que leva a essa conclusão. Esse paradoxo, para o qual o leitor é conduzido, em vista das coerções da estrutura lógica (entimema) e das coerções lingüístico-pragmáticas, que conduzem inevitavelmente a ele, apresenta-se com força bem maior em relação às

suposições que o antecedem, levando-o a concentrar, a partir daí, toda a relevância do texto. O paradoxo criado a partir do texto de humor é otimamente relevante.

- (2) É no final do texto, quando decodifica o gatilho, enunciado que não corresponde ao esquema cognitivo gerado pelo contexto inicial, que o leitor, ao ver frustradas as expectativas geradas pelas suposições iniciais, é tomado de surpresa. **Essas previsões frustradas vão levar o leitor à busca da relevância do gatilho e, em consequência, este enunciado lhe apontará um segundo esquema cognitivo original.** É a partir de suposições contextuais geradas pelo gatilho que o leitor vai entrever esse segundo esquema, cuja existência até então não tinha sido cogitada.
- (3) **A ideia paradoxal que constitui o terceiro esquema vem implícita no texto (apontando para essa idéia está o gatilho) e, por ser buscada no conhecimento de mundo do leitor (muitas vezes, relacionados a regras do convívio social) e porque esses dados são acessados por meio de um processo inferencial, o texto humorístico é considerado um entimema.** A ideia que predomina nesse terceiro esquema é normalmente de natureza contrafactual (ou o *real* das duplas filosóficas), opondo-se aos dois esquemas de origem, que são mundos factuais (ou a *aparência*, das duplas filosóficas). Por isso se afirma que o paradoxo inverte as relações do mundo, mostrando sua verdadeira face.
- (4) **Essa conclusão implicada (e paradoxal) pode ser entendida como uma “explicação” para a premissa implicada resultante da soma das suposições contextuais previstas como prováveis na sequência do texto e do gatilho, que se opõe a essas hipóteses.** Diferente das “explicações” e causas usualmente utilizados na comunicação, **ela choca justamente porque se constitui numa “explicação paradoxal”.** E, por “explicar”, mas por meio do incongruente, ou pelo fato de a incongruência resultar de um processo lógico, sua descoberta causa o riso.
- (5) **O paradoxo do texto humorístico pode ser semântico ou pragmático.** É semântico, quando se restringir ao nível do sistema, sendo gerado por **inferências analíticas**; e é pragmático, quando os fatos não forem condizentes com o discurso, sendo gerado por

inferências sintéticas (em que o discurso é posto à prova pelos referentes do mundo real ou possível).

- (6) **Esse terceiro esquema cognitivo pode ser resumido numa “frase-síntese da ideia incongruente”**, que resume a conclusão paradoxal implicada, sem *desintegrar* o paradoxo em partes “coerentes”. Como esse terceiro esquema só é conhecido a partir do gatilho, este fica na base dessa frase-síntese da ideia incongruente, mas não se constitui, sozinho, nessa ideia paradoxal.
- (7) **Os processos inferenciais que o falante usa informalmente forçam a aceitação do paradoxo, ou seja: o leitor chega a esse resultado por um processo de inferenciação que, por ser cognitivamente “seguro”, produz efeitos contextuais relevantes.** Como é o resultado de um raciocínio, mesmo sendo uma ideia incongruente, pela própria natureza do fenômeno, o paradoxo não pode ser desfeito. Ele é criado para ser mantido. Embora haja autores que defendem que, segundo a TR, o paradoxo exigiria maior esforço de processamento, acreditamos que ocorre um cotejamento normal de suposições contraditórias, o que resulta na exclusão de uma. Logo, é a proposição do gatilho que ganha relevância nesse momento, ficando as outras suposições mais fracas em segundo plano.
- (8) Considerando que **a conclusão se constitui numa conclusão implicada e que, na piada essa conclusão é, ao mesmo, tempo um dado paradoxal**, propomos que, no texto humorístico, ela seja designada por **Conclusão Paradoxal Implicada — CIP**. Essa CIP seria indicada em forma de um enunciado paradoxal que caracterizasse esse gênero de texto — do qual é um exemplo a **frase-síntese da ideia incongruente** que viemos propondo ao longo de nossas reflexões e que, a nosso ver, corresponderia a uma metarrepresentação. Acreditamos que o paradoxo seria uma forma de enunciado irônico que ecoa o discurso anterior, mas porque precisa “apresentá-lo”, discursivamente, antes de ridicularizá-lo. Essa **conclusão implicada paradoxal** é quase exclusivamente proporcionada pelo gênero humorístico.
- (9) Há ainda a observar que:

(9.1) a **oposição é construída tomando, como um dos dados opostos, um elemento mínimo, muitas vezes circunstancial**, o que, a nosso ver, causa uma proporção inversa: quanto maior for a sutileza e/ou trivialidade dessa informação, mais acentuado será o efeito do paradoxo;

(9.2) a relação de oposição que gera esse terceiro esquema pode ser estabelecida por diferentes vias: **podem ser ideias contrárias, ou contraditórias, ou pode haver um choque mesmo numa relação de implicação**;

(9.3) **grande parte das piadas (e charges) têm, na incongruência criada discursivamente, uma crítica a incongruências do sistema sócio, político-cultural** em que os falantes estão inseridos, razão pela qual o falante pode ser levado, no final do texto, a verificar a relação da conclusão implicada com a “violação das regras do convívio social”, o que parece também confirmar a metarrepresentação, porque, **em muitas piadas, é o reconhecimento da regra do convívio social violada que produz mais efeitos contextuais**, sendo necessário que o leitor se valha de **metarrepresentações finais**, para reaplicar a conclusão paradoxal implicada, buscando a crítica que existe na intenção do falante e sobretudo uma conclusão implicada adicional. Às vezes, é só quando alcança essa metarrepresentação que o leitor reconhece o humor, o que é o mais normal em charges.

Para melhor esclarecer esta proposta geral, apresentamos, a seguir, exemplos comentados, utilizando uma representação gráfica com ovais, com a qual mostraremos o fenômeno da bissociação, ou seja, o esquema resultante da superposição dos dois esquemas iniciais, ou esquemas de origem nas laterais e, no centro, **o paradoxo (frase-síntese da ideia incongruente) no ponto de interseção dos dois anteriores**.

A primeira representação retoma as fórmulas utilizadas para representar a bissociação da piada (3), inserindo-as nos lugares correspondentes do esquema gráfico, para apontar, inicialmente, o que pretendemos demonstrar com o recurso gráfico (FIG. 17):

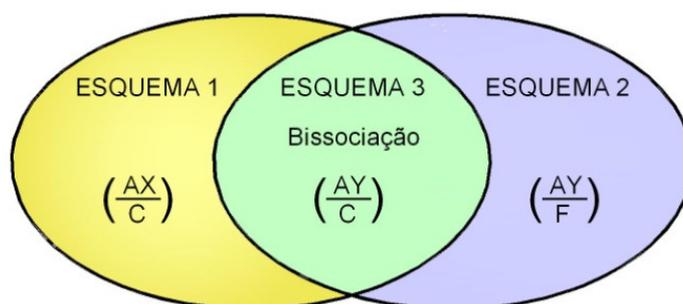


FIGURA 17 - Representação do esquema bissociativo

Na sequência, substituímos as fórmulas pelas suposições (em forma de enunciados), para deixar mais clara a representação do que tentamos nessa demonstração gráfica, isto é, a superposição dos esquemas originais (representados nas laterais), tendo ao centro sua interseção, ou seja, o esquema da bissociação, com a frase-síntese da ideia incongruente (FIG. 18).



FIGURA 18 - Esquema bissociativo da piada (3).

Na piada (3), vimos que o primeiro esquema criou a expectativa sobre “alguém ter/ou não dobrado (contornado) a esquina” e, com a enunciação do gatilho, o leitor percebe que haveria um segundo esquema a ser considerado: o “esquema de coisas flexíveis”, que deveria ser contextualizado junto à expectativa gerada pelas suposições contextuais já processadas na primeira parte. Ao ser contextualizado, esse segundo esquema vai gerar uma premissa implicada: O resultado é um terceiro esquema, cuja representação toma como base o gatilho (ou parte dele): “Alguém dobrou (torceu) a esquina”. Mas, como o gatilho sozinho não se constitui no paradoxo, é preciso enriquecê-lo, com a busca de suposições que completem a ideia paradoxal, formando a frase-síntese da ideia incongruente, inserida no esquema 3, da interseção.

Tomemos a seguir um exemplo analisado de acordo com as etapas previstas pela TR, para depois buscarmos sua suposição CIP e apresentarmos, também no mesmo tipo de esquema, que demonstre a superposição das duas ideias iniciais, da mesma forma como foi demonstrado com a piada (3).

Para facilitar a análise dos passos de interpretação de uma piada segundo a TR, vamos nos valer das abreviaturas seguintes:

F — para **frase** — termo usado no lugar de “enunciado”, para não coincidirem as letras;

SC — para **suposições contextuais**, ou seja, informações buscadas nos conhecimentos de mundo do falante e requisitadas pelo enunciado em processamento, para constituir, junto com o próprio enunciado, o ambiente cognitivo mútuo dos comunicadores;

E — para **explicaturas**, advindas da decodificação do enunciado, amparadas nas suposições contextuais, entre as quais o resultado das hipóteses interpretativas feitas pelo falante, tendo por base seu conhecimento da língua em uso⁵⁶;

PI — para **premissas implicadas**, ou seja, inferências iniciais, geradas a partir dos conhecimentos de mundo requisitados pelo enunciado e a explicatura do enunciado; são informações que consideramos *conclusões parciais* (*conclusões*, porque derivam de raciocínios; *parciais*, porque apenas apontam o caminho para o leitor chegar à intenção do locutor), que vão auxiliar no processamento das conclusões implicadas;

CI — para **conclusões implicadas**, ou seja, inferências geradas a partir das premissas implicadas pelo enunciado em processamento mais o contexto precedente;

CIP — abreviatura de um conceito que acrescentamos aos demais — sugeridos pela TR —: são conclusões buscadas na interpretação das **conclusões implicadas paradoxais**, que, a nosso ver, constituem-se num item decisivo para a compreensão do mecanismo da piada, porque submete o paradoxo final à conclusão implicada final.

- (35) O caminhoneiro tinha no pára-choque dizeres provocativos: "Não carregue prostituta nem polícia". No posto policial, o patrulheiro mal-humorado parou o caminhão e disse:
— Ou você apaga isso ou o caminhão fica apreendido!
Na semana seguinte o patrulheiro foi conferir se o motorista havia tirado o que estava escrito no caminhão. Então, leu o seguinte:
"Apaguei, mas não carregue!"

As etapas foram assim desenvolvidas: em (A), a partir das hipóteses extraídas das entradas lexicais, que verifica os aspectos linguísticos das palavras, foram extraídas suposições contextuais; em (B), foram apresentadas as premissas implicadas, tiradas das primeiras suposições; na etapa (C), foi feito novo levantamento de suposições contextuais, a partir das entradas enciclopédicas cotejadas às premissas de (B); tomando a interpretação feita até este ponto e o enunciado final do texto, foram levantadas novas suposições contextuais em (D); finalmente, foram explicitadas duas premissas implicadas pelo texto: P.1 e P.2, que

⁵⁶ Observamos que a explicatura que foi pedida aos alunos não corresponde à representação que fizemos no final da seção 1.2.4.2, do capítulo I, na análise da piada one liner do exemplo (76), na qual empregamos colchetes para separar o enunciado explícito dos enriquecimentos: na realidade, foi pedida uma forma mais simplificada, seguindo análises propostas por Reboul (março de 2007, comunicação pessoal), em que eram relacionados os enunciados correspondentes a cada hipótese que seria utilizada como premissa.

levaram a CI — a conclusão implicada. De acordo com nosso modelo, acrescentamos a etapa seguinte, em que o leitor constroi a frase que interpreta o texto, considerando seu caráter humorístico, ou seja, “traduzindo”, numa frase-síntese da ideia incongruente (como propusemos) a CIP — conclusão implicada paradoxal, que é o que explica (insistimos) por que o texto é risível.

INTERPRETAÇÃO DO TEXTO 35:

- (A) A partir das entradas enciclopédicas “motorista de caminhão” e “frase de para-choques de caminhão”, são feitas algumas hipóteses, que (de certa forma) traduzem o espírito do motorista de caminhão — suas emoções e suas crenças:
- (A.1) Se ele é romântico, a frase será sobre a falta daqueles a quem ele ama: seu lar, sua equipe de futebol, etc. (“Trabalho com minha família para servir a sua”, por exemplo)
- (A.2) Se ele quer simplesmente de divertir, a frase terá humor, caso em que pode ter um tema qualquer ou um tema sobre o sexo (sobre mulheres que pedem carona, como no exemplo: “Só dou carona para quem me dá”).
- (A-3) Se ele quer agredir (com ou sem humor), a frase será sobre políticos, ou sobre a equipe de futebol contrária à sua (por exemplo, no para-choque de um caminhão frigorífico que levava porcos: “Não sou palmeirense, mas carrego a torcida”).

A frase do para-choque de caminhão do texto está na hipótese (A-2), caso em que caem as hipóteses (A.1) e (A.3).

- (B) A partir das duas entradas enciclopédicas: “prostituta e “policial”, são feitas as hipóteses seguintes:
- (B-1) As pessoas normalmente nutrem preconceitos (explicitados no texto) contra prostitutas, por considerá-las pessoas sem moral.
- (B.2) Embora normalmente as pessoas não digam, elas têm preconceitos também contra policiais, especialmente os que trabalham em postos de fiscalização e aceitam gratificações para não denunciarem irregularidades encontradas nos veículos.
- (B.3) As duas palavras (prostituta e policial), ligadas pelo conector “e” são colocadas numa relação de paralelismo, o que estabelece entre as duas, além da comparação, uma semelhança.

Quando o destinatário toma essas três hipóteses (B), elas explicam, por uma inferência, tirada de uma suposição contextual, o enunciado do pára-choque. Dessa forma, são extraídas duas premissas implicadas:

- (B.4) O motorista de caminhão coloca as prostitutas e os policiais num mesmo plano;
- (B.5) O motorista de caminhão recusa-se a transportar prostitutas e policiais, porque tem preconceito contra ambos.

A partir das entradas enciclopédicas, fazemos também as seguintes suposições:

- (C.1) O patrulheiro tem autoridade para repreender o motorista e diz-lhe para apagar o que está escrito no pára-choque de seu caminhão;
- (C.2) O patrulheiro chega mesmo a ameaçar o motorista: se ele não atender as ordens do policial, seu caminhão será apreendido.

De acordo com as informações dos enunciados, podemos extrair novas hipóteses contextuais sobre a nova frase que o motorista colocou no pára-choque de seu caminhão:

- (D.1) Ele diz explicitamente que cumpriu o que o policial o obrigou a fazer.
- (D.2) Ele deixa implícito que seus preconceitos continuam inalterados.

Chegamos, finalmente às seguintes premissas implicadas:

- P.1 — O motorista de caminhão obedeceu a ordem do patrulheiro de apagar a frase provocativa — Verdadeiro.
- P.2 — O motorista de caminhão obedeceu a ordem do patrulheiro de não falar de seus preconceitos — Falso.

Lembramos que, quando o mecanismo dedutivo opera em uma regra sintética e uma premissa é verdadeira e a outra é falsa, a conclusão herda sua força da premissa mais fraca. A premissa P.1 é mais forte, porque ela resulta de um estímulo visual, desde que pode-se “ver” que a frase do pára-choque de caminhão foi mudada, enquanto que a premissa P.2 é mais fraca, porque ela pede uma dedução que exige conhecimentos enciclopédicos compartilhados apenas pelo patrulheiro e pelo motorista de caminhão, ou seja, a frase anterior e a exigência feita pelo patrulheiro.

Chegamos, assim, à conclusão implicada:

- (CI) O motorista de caminhão não deixa explícito o seu preconceito, mas o patrulheiro o conhece.

Por julgarmos que a conclusão implícita não deixa claro o paradoxo, sugerimos sempre incluir a “**conclusão implicada paradoxal**”: “O patrulheiro ‘lê’ no pára-choque do caminhão a frase preconceituosa que foi apagada pelo caminhoneiro”. Observemos como ficariam esses dados finais, com a bissociação sempre na interseção dos esquemas iniciais (FIG 19):



FIGURA 19 - A representação do esquema bissociativo da piada (35).

É necessário deixar claro que o mecanismo esquematizado mostra tão somente o fenômeno da bissociação e que, para explicar os passos da interpretação, devemos tratar o texto como foi feito com a piada acima, demonstrando que o contexto é construído à medida que evolui a interpretação, e cada novo enunciado utiliza-se das informações anteriormente contextualizadas.

Já foi demonstrado, durante nossas discussões, que há um entimema na piada, mas não tivemos ocasião de associar a constatação desse dado ao esquema bissociativo, o que fazemos a seguir, utilizando a piada (36). Aproveitamos o mesmo exemplo para nos referirmos à questão das regras de convívio social.

- (36) Papai Noel passa com seu trenó sobre a Etiópia. Lá embaixo, um bando de negrinhos raquíticos e famintos começa a gritar:
 — Papai Noel! Papai Noel! Joga presente! Joga presente!
 E o bom velhinho:
 — Na-na-ni-na-não! Criança que não come não ganha brinquedo!

Verificando a existência do silogismo apenas a partir da síntese do primeiro esquema, obtemos, da fala de Papai-Noel, a premissa: “Se as crianças não se alimentarem direito, então elas não ganham presentes de Papai-Noel”. A essa premissa, acrescenta-se outra, buscada no conhecimento de mundo, logo, não presente no texto — como em todo

entimena: “Crianças raquíticas e famintas são as que não se alimentam direito”, o que pode colocado no seguinte esquema por *modus ponens*:

INPUT: (i) **P** → **Q** Se as crianças não se alimentarem direito, então elas não ganham presentes de Papai-Noel.
(ii) **P** Crianças raquíticas e famintas são as que não se alimentam direito.
OUTPUT: **Q** Logo, as crianças da Etiópia não ganham presentes de Papai-Noel.

O exemplo acima é utilizado também com o objetivo de discutirmos o fato de que a interpretação não se limita ao processamento das premissas do texto: ele não pode ignorar o contexto pragmático mais amplo, onde se inserem as restrições que denominamos “regras do convívio social” e cuja violação, a nosso ver, é um dos objetivos da piada. No caso da piada (36), é necessário que o leitor explore com cuidado as entradas enciclopédicas sobre “Papai-Noel” e “Etiópia” (que serão informalmente citadas).

As hipóteses sobre Papai-Noel podem ser assim resumidas: no Natal, sua figura mitológica viaja pelo mundo em um trenó, levando presentes para as pessoas; os pais de crianças abastadas aproveitam-se da expectativa das crianças em relação aos presentes, para lhes fazer exigências durante o ano, sobretudo em relação ao seu comportamento, o que inclui aceitarem alimentos que lhes são oferecidos (como verduras, por exemplo), como condição para receberem presentes.

As suposições sobre a Etiópia podem ser: é um país da África, no qual a seca causa a fome, e, devido a essas condições, as fotos exibidas pelo mundo mostram crianças raquíticas e famintas.

A partir das suposições trazidas ao contexto pelas entradas enciclopédicas, o leitor fará as suposições contextuais: o Papai-Noel do texto, diferentemente do que se espera deste personagem (que não se mostra para as pessoas) aparece para as crianças da Etiópia; as crianças fazem o que faria qualquer criança do mundo: pedem presentes a Papai-Noel; Papai-Noel recusa, tornando seus os argumentos dos pais contra as crianças que não obedecem suas recomendações em relação ao alimentar-se bem.

Teremos, na sequência, as premissas implicadas:

PI₁ — As crianças da Etiópia não comeram como Papai-Noel exige — Verdadeiro.

PI₂ — As crianças da Etiópia recusaram alimento (que, hipoteticamente lhes foi oferecido) — Falso.

Como uma premissa é verdadeira e a outra não, o que ocorre, numa regra dedutiva sintética, é que a conclusão herda sua força da premissa mais fraca. No exemplo, a PI₂ foi

adquirida do conhecimento do mundo, então é mais fraca do que a PI_1 que foi adquirida do enunciado. Assim, obtém-se a conclusão implicada:

CI — As crianças da Etiópia não merecem receber presentes — Falso.

Vemos que, embora tenham sido considerados conhecimentos de mundo relevantes para a interpretação do texto – o fato de “as crianças da Etiópia recusaram alimento que, *hipoteticamente* lhes foi oferecido” –, esse dado não conduziu à exploração do humor do texto. E este é, do nosso ponto de vista, um dado básico para a criação do paradoxo do texto. Propomos, então, que se faça como na seguinte representação gráfica da piada, ou seja, que se observe a frase-síntese da ideia incongruente, registrada no esquema da bissociação (FIG. 20):



FIGURA 20 - A representação do esquema bissociativo da piada (36).

O segundo esquema tem sua origem em um elemento do gatilho, no caso, o fato de Papai-Noel punir as crianças que não comem, negando-lhes presentes. É confrontando esse esquema com as premissas implicadas pelo primeiro, que se chega à conclusão implicada: As crianças da Etiópia não ganharam presentes de Papai-Noel, porque não se alimentaram direito. Mas, para manter o humor do texto, insistimos na manutenção do paradoxo, por meio de uma conclusão implicada paradoxal: “Papai-Noel não dá presentes às crianças da Etiópia, por não terem comido o alimento que não lhes foi oferecido”. E o humor assim se mantém e assim se explica.

Sobre as características apontadas no item (4) para nosso modelo, lembramos que o paradoxo criado atua como uma forma de “explicação” para os dados apresentados — muitas vezes dados igualmente paradoxais, como na piada (36) em que as crianças raquíticas da Etiópia são responsabilizadas por não terem o que comer, paradoxo que o humorista cria de forma inteligente, sobrepondo o esquema de “crianças que estão sem comer na Etiópia, porque o alimento não lhes é oferecido” para “crianças que não querem comer em casa e precisam ser castigadas pelos pais”. O paradoxo fica evidente, quando a criança da Etiópia, cujo castigo

maior é estar mal alimentada, ainda é castigada por Papai-Noel, que atribui a elas a culpa por esse dado que ele — no mundo da aparência — ignora. Neste exemplo, vimos que a análise do texto sem a busca do paradoxo não explica o humor. Caberia a busca da crítica social maior, como resposta à pergunta (caracteristicamente pragmática) que sugerimos: “Por que o falante falou como falou?”... e alcançaríamos a crítica maior criada pelas regras do convívio social, que vêem incongruências sociais e calam-se, num acordo tácito do grupo.

Com relação à exploração de um aspecto muitas vezes circunstancial que aumenta os efeitos contextuais do paradoxo quando, mesmo sendo mínimo, esse aspecto adquire saliência, citamos o exemplo anteriormente explorado, da piada (2) (já comentada naquele ponto, quando observamos que é a “circunstância da busca da aliança” que torna o texto humorístico, ao provocar a bissociação). O esquema de bissociação dessa piada é representado pela (FIG. 21):



FIGURA 21 - Representação do esquema bissociativo da piada (2)

Assim, o que torna o texto paradoxal e, portanto, humorístico, é o fato de a justificativa para a busca ter sido a de o local da perda estar escuro. Também na piada (1) deste capítulo é paradoxal o convite de Herr Hofrat - considerado pelo amigo um *convite para “roubar”* - porque se concentra na circunstância “publicamente” (“Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!”). Da mesma forma, na (77) do capítulo I, o humor é baseado na circunstância de que “quem bate desconhece a causa e quem apanha a conhece”, quando esse tipo de verbo (da mesma forma que perder/achar) mantém um elemento semântico em comum — cuja desagregação torna o uso linguístico paradoxal e, dessa forma, humorístico.

O texto prova o último ponto desse item (4): o fato de que o paradoxo é criado para ser mantido e não para encontrar um leitor “excessivamente cooperativo” que compreenda o que provocou a incongruência e, a partir desse entendimento, opte por cancelá-la. A ideia paradoxal da piada (36) é elaborada para ser mantida: “Como castigo por terem se recusado a

comer o alimento que não lhes foi oferecido, as crianças da Etiópia não ganham presente”. No castigo de Papai-Noel, que supõe a recusa voluntária ao alimento é que se cria o paradoxo: as crianças recusaram o que não lhes foi dado para comer. Se o paradoxo não se mantiver, a crítica aos sistemas sócio político culturais se perderão no vazio.

Em relação à característica (9.3), o que temos a comentar remete ainda à piada (36), na qual o enunciado de Papai-Noel pode ser atribuído à voz de todos os habitantes do planeta que, diante da miséria de países como a Etiópia, buscam “razões” para se absterem de solucionar o problema. É a aplicação mais geral da mensagem da piada que, a nosso ver, mostra utilidade maior do enunciado ecoico que Curcó aponta nesse tipo de texto. São essas metarrepresentações que ficam implícitas e podem ser atribuídas a um personagem que representa o erro da regra do convívio social ou que, ao contrário, viola essa regra, denunciando-a por seu discurso. Acreditamos ter esclarecido cada uma das características propostas para nosso modelo de mecanismo do humor.

5 A interpretação do texto de humor à luz da Teoria da Relevância

A TR propõe ao leitor um percurso metodológico para o processamento do texto: visando a encontrar uma interpretação que satisfaça sua expectativa de relevância ótima, mas que exija dele um “esforço mínimo”, o ouvinte determina a si mesmo como meta a recuperação do significado codificado. O leitor parte, então, do enunciado e, após decodificá-lo, busca enriquecê-lo contextualmente, de maneira a tornar completo seu nível explícito para, finalmente, completar a interpretação com o nível implícito. Recordamos a teorização de Wilson (2001) para o processointerpretativo, mencionada na seção (3.1) deste capítulo.

Blakemore (1992, p. 5-6) lembra que “o conhecimento do ouvinte do que significam as palavras do locutor só provê pistas do sentido do locutor, e ele pode construir o sentido do locutor a partir destas pistas junto com o conhecimento do contexto”, o que, segundo ela, podem ser, neste estágio, pistas muito “esqueléticas”. Outro ponto para o qual Blakemore (1992, p. 31) chama a atenção é o fato de que, embora pudesse continuar indefinidamente, “o processamento da informação deve ser interrompido em algum ponto: naquele em que o processador pensa que não vale mais a pena o esforço”. Na piada, é a compreensão e a aceitação do paradoxo como tal que encerra a interpretação. Insistimos que essa “compreensão” não consiste numa forma de “abonar” a manifestação do paradoxo, a partir da apreensão das ideias que se chocam, buscando um “equilíbrio”, que o ser humano está sempre preocupado em restabelecer (cf. se depreende da proposta de Suls). Sob essa

perspectiva, buscar a compreensão do mecanismo da piada por um processo como “dissecar” um quadro surrealista, tentando dar-lhe “coerência”. Acreditamos que a compreensão do paradoxo se obtém pela apreensão das implicações contextuais (premissas) que surgem da fusão das suposições contextuais que, isoladamente, seriam alcançadas dentro de sequências previsíveis, mas que se unem para enriquecer a **ideia inusitada e irreversível** que surge, como um terceiro esquema cognitivo. Essa ideia impõe-se, pela força dos efeitos contextuais que dela advêm, justamente por ser paradoxal, fazendo enfraquecerem as outras suposições que vinham sendo cogitadas até aquele ponto da interpretação. E, contrariando a busca de equilíbrio do ser humano, o paradoxo é criado justamente para desestabilizar estruturas, despertando os indivíduos para as incongruências dos sistemas em que está inserido.

Nossa experiência com a interpretação de textos humorísticos será apresentada tal como se realizou: em duas etapas, visto que, pela constatação de procedimentos inadequados em relação a aspectos teóricos adotados na primeira experiência, julgamos necessário aprimorar este primeiro modelo sugerido, apresentando nova sugestão de um “itinerário interpretativo”. Na primeira proposta, foi elaborada uma primeira orientação do processo de interpretação, foi elaborada em uma espécie de “tateamento”, explorando a aplicabilidade de conceitos úteis, mas empregando tais conceitos, sem consideramos outros dados da teoria, aos quais estavam intrinsecamente ligados. Ainda assim, a sugestão de atividade mostrou-se útil a professores e alunos que participaram dessa experiência. Nessa primeira etapa, numa tentativa de limitar os elementos teóricos, incorremos no erro de não observar a estreita relação entre esses aspectos e outros que — enfim constatamos — fazem parte de uma mesma construção teórica que foi depois investigada. A segunda proposta de atividade tentou, depois, considerar os aspectos teóricos que foram ignorados na primeira experiência.

5.1 A interpretação do texto de humor guiada por elementos teóricos da Relevância — primeira proposta

Tomando, como ponto de partida de nossa experiência de interpretação, elementos teóricos básicos para o leitor no primeiro contato com o texto, propusemos a alunos de especialização em Língua Portuguesa, que aplicassem com seus próprios alunos uma espécie de “roteiro” de interpretação de um texto humorístico. Deixamos aos mesmos a escolha desse texto, mas, na maioria das vezes, esses alunos-mestres escolheram trabalhar com charges, pela facilidade (e atrativo) da gravura. A idade das turmas variou, de acordo com o local de trabalho de cada aluno-mestre: classes de 5^a a 8^a séries do fundamental ou alunos do ensino

médio.

Propusemos que aplicassem uma primeira interpretação, como uma forma de “sondagem” do nível de compreensão para aquele tipo de texto. Na sequência, após recolher essa primeira interpretação, os professores, valendo-se do mesmo texto, explicaram três itens que, a nosso ver, caracterizam uma primeira abordagem do texto pela relevância: (a) **evidências** (*inputs* visuais verbais ou gráficos); (b) **conhecimentos enciclopédicos** (requisitados pelo texto em estudo); (c) **inferências** (geradas a partir do levantamento dos dados em (a) e (b)). Esses três elementos teóricos de base foram colocados no quadro e, a partir de cada um, o professor levou os alunos a observarem com atenção detalhes do texto. Houve o levantamento inclusive de detalhes que não tiveram influência na interpretação; o que não desmerece a atividade, visto que essa busca dos detalhes leva o aluno a esquadriñar o texto, de forma que ele normalmente não faz, contentando-se com uma “leitura” superficial, que nem sempre atinge as intenções do autor. Essa reação dos leitores criou a oportunidade para o professor explicar que as suposições que não se mantiveram eram mais fracas, ou seja, menos relevantes. Acreditamos que tal exercício desenvolva o senso de observação do aluno e organize essa busca que, muitas vezes, é feita de maneira aleatória. Evitando definições teóricas, o professor caracterizou as “**evidências**” como “**uma informação que está no texto e não pode ser contestada**”. Procedeu-se ao levantamento desses dados, na ordem aqui apresentada, de maneira que o levantamento a busca dessas evidências precedeu as outras etapas.

Na sequência, os alunos foram convidados a buscar, em seus **conhecimentos de mundo**, as informações que se relacionassem com o texto. Da mesma forma que na etapa anterior, foi permitido que se listassem informações que (visivelmente) não influenciariam na interpretação do texto, mas que, devido a uma evidência qualquer — anteriormente listada —, tivessem sido igualmente lembradas. Caracterizou-se esse dado como “**uma informação que está em nossa lembrança e cuja presença é exigida por algum elemento apresentado em nível de evidência**” e foi lembrado que, entre os conhecimentos de mundo, o falante tem o conhecimento de como usar o sistema linguístico na comunicação.

A terceira etapa foi a do **levantamento de inferências**, com o professor conduzindo os alunos nessa tarefa e levando-os a relacionar elementos listados em (a) e (b) para elaborar as informações. Na tentativa de obter uma compreensão do conceito de “inferência”, igualmente sem recorrer a dados teóricos, o professor, além de orientá-los nessa busca, utilizava sempre um tipo de marcador linguístico para encorajá-los em suas conclusões (dirigindo, de forma consciente, essa interpretação, até o momento em que os alunos se

habituem a fazê-lo de forma autônoma): *Diante do fato X mais o fato Y; conclui-se que...; podemos deduzir que...; é provável que...; Se X e Y, então...; a informação X e a informação Y levam a supor que..., etc.*

Não perdendo de vista a intenção global do texto, o professor levava os alunos a destacarem, entre as inferências, a informação que parecia mais completa e que fosse, ao mesmo tempo, humorística.

Nessa demonstração, utilizou-se o mesmo texto da sondagem, justamente com o intuito de levar o aluno a perceber que há inúmeros dados que o texto oferece e que ele poderia ter deixado passar despercebido. Foi depois apresentado novo texto a cada aluno e, outra vez individualmente, foram convidados a listar os itens levantados no exercício de demonstração.

Apresentamos, no exemplo de número (37) um modelo da atividade desenvolvida na forma descrita, com a charge de Nani, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, no sábado, dia 06 de maio de 2000, na seção “O Estado de Graça” (p. 16) (FIG. 22).

(37)



FIGURA 22 - Charge de Nani, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”.

(A) **EVIDÊNCIAS** (Pistas claras: verbais ou não-verbais)

1. Há homens (ao fundo) que se aglomeram, levando uma placa com a sigla do MST.
2. Há dois homens com roupas iguais, no primeiro plano.

3. Um dos homens carrega uma placa com a sigla do MST.
4. Os dois homens olham para trás.
5. Logo atrás dos homens, há dois peixes.
6. Um dos peixes carrega uma placa.
7. Na placa carregada pelo peixe há o enunciado: “Queremos terra!”
6. Um dos homens fala: “Acho que tem infiltração no movimento dos sem-terra”.

(B) CONHECIMENTOS ENCICLOPÉDICOS (Conhecimentos requisitados pelo texto)

1. O MST é o Movimento dos Sem-Terras, um movimento formado de pessoas que reivindicam ao governo terras não cultivadas, para serem distribuídas a agricultores.
2. O MST usa camisetas vermelhas.
3. Os integrantes do MST costumam fazer passeatas e outras manifestações para apresentarem suas reivindicações.
4. Nas passeatas, é comum os integrantes do movimento carregarem faixas ou cartazes com a sigla MST ou com frases que expressam sua ideologia.
5. Os jornais comentam a enorme quantidade de pessoas que, sem serem agricultores, aproveitam-se do MST para obterem lucros com as terras distribuídas.
6. Os peixes são animais que vivem na água e não sobrevivem na terra.
7. O termo “infiltração” pode ter dois sentidos: (a) o de água que se insere por interstícios de muros trincados; (b) a presença de pessoas em determinado evento — ou organização — sem terem sido convidadas.
8. Há uma expressão popular “como um peixe fora d’água”, atribuída a pessoas que não têm consciência do que está sendo tratado ou que estão, conscientemente, num meio do qual não fazem parte.

(C) INFERÊNCIAS (Conclusões tiradas das informações listadas anteriormente)

- (1) A placa que um dos peixes carrega mostra que ele também está pretendendo ganhar terra do governo.

- (2) Os dois integrantes do movimento dos Sem-Terras estão espantados de verem peixes na sua passeata.
- (3) O espanto dos dois partidários dos Sem-Terras está no fato de verem peixes reivindicando terras, porque peixes não sobrevivem fora d'água.
- (4) A presença dos peixes na passeata lembra o ditado “Como um peixe fora d'água”.
- (5) Os peixes “como peixes fora d'água” estão, como muita gente, infiltrados no movimento dos Sem-Terras.
- (6) **INFERÊNCIA GLOBAL:** Há pessoas que são como “peixes fora d'água” (ou seja: não são agricultores) e estão se aproveitando do movimento dos Sem-Terras.

Após o término das atividades dessa segunda experiência de interpretação, o aluno respondeu à questão feita pelo professor: “Qual das duas formas de interpretação (a da sondagem ou a com o roteiro com os três itens) auxiliaram seu trabalho de interpretação?” De quatorze duplas que aplicaram a atividade, apenas uma não percebeu diferença de resultado entre a interpretação feita como sondagem e a interpretação feita com a nova charge, após a análise do texto anterior. Este dado levantou a hipótese de o professor não ter conseguido – ele próprio – fazer a interpretação com o texto usado na sondagem, para demonstrar o roteiro que estava propondo. Fica ainda a hipótese de que não tenha conseguido ensinar, porque ele próprio não compreendeu o que deveria pedir aos alunos.

Apesar das vantagens reconhecidas pelos professores em ter — diferentemente da forma como abordavam os textos antes — um “roteiro” a direcionar a atividade dos alunos, julgamos que a Teoria da Relevância não estava sendo aplicada na íntegra. Sugerimos, pois, uma nova abordagem aos alunos-mestres.

5.2 A interpretação do texto humorístico à luz da Teoria da Relevância — proposta final

Embora a proposta anterior tenha, como observamos, dado resultados melhores do que a forma como os professores conduziam a interpretação de textos (de forma intuitiva, sem uma organização de etapas ou de conceitos teóricos), vimos uma inconveniência: ela não atendia à proposta da Teoria da Relevância para a noção de “contexto”. Em outros termos: se o contexto vai sendo gradualmente construído, a forma como conduzimos as interpretações agrupavam informações que não são normalmente desvinculadas, razão pela qual sugerimos

uma nova forma de interpretação, tomando, como modelo para demonstrar esse novo roteiro, piadas em forma de pequenas narrativas.

Consideramos a nova proposta não apenas mais completa e mais adequada às bases teóricas da Relevância, mas também útil no sentido de o professor pôr em prática um aspecto que a Linguística Textual sempre advoga: que, ao dar interpretação, o professor não use o texto como “pretexto para cobrar gramática”, mas que esta seja abordada “no” texto, do qual não pode ser dissociada. Assim, ao pedirmos aos alunos para enriquecerem a forma do enunciado com elementos referenciais (dêiticos e anafóricos) e levarmos o aluno inclusive a gerar explicaturas de alto nível, detectando a atitude proposicional do falante e o ato de fala realizado, estaremos “ensinando gramática no texto”, porque virá associada à Pragmática. Como vimos, na seção 1.2.2 (objetos da Pragmática), há mesmo elementos sintáticos que só podem ser compreendidos em contexto, a partir de inferências. Estaremos, assim, mostrando a utilidade de o falante conhecer o sistema linguístico “em uso”, conforme já propunha Moita Lopes (1996). O que este autor defende é justamente o “domínio do material implícito” que, segundo a TR, é requisitado pelo nível explícito para seu enriquecimento, devendo ser “lido” como parte do sentido do texto. São dados recuperáveis a partir de outros que vêm expressos por via linguística e esta recuperação é feita a partir do conhecimento sistêmico do leitor, que, segundo Moita Lopes (1996, p. 140) “engloba o conhecimento do leitor aos níveis sintático, lexical e semântico” e que, por sua vez, “conduzem” o chamado “conhecimento esquemático”, ou (cf. o autor) “conhecimento convencional do mundo [...] que é responsável pelas expectativas que os leitores têm sobre o que encontram no texto”.

Uma outra forma de abordar esse enriquecimento é proposta por Rauen (2008, p. 4), quando o autor observa que esta tarefa pode ser executada numa abordagem sintático-discursiva: “Numa comunicação bem sucedida, as hipóteses antecipatórias, lançadas *topdown* durante o processo de interpretação, são confirmadas no final do processamento. Eles [S-W], então, propõem um modo de construir hipóteses lógico-antecipatórias com base em hipóteses sintáticas antecipatórias”. Assim, quando o aluno é levado a completar o enunciado (e, da mesma forma, a informação não-verbal retextualizada em enunciado), de forma a transformá-lo numa forma proposicional completa, ou explicatura, ele estará, ao mesmo tempo, trabalhando com dados da “língua em uso”.

O problema ocorrido na primeira proposta de interpretação — e que tentamos evitar nessa segunda proposta — foi o de não considerar que o contexto vai sendo construído à medida que o os enunciados são processados. Na etapa anterior, os itens foram pedidos em “blocos”, sem levar em conta que um enunciado processado já se torna “contexto” para a

interpretação do enunciado seguinte. Há inferências feitas em cada etapa de enriquecimento e o leitor, antes de iniciar o processamento do enunciado seguinte, já deve fazer o levantamento de implicaturas que completem a interpretação da frase precedente. Na primeira proposta, ao levar o leitor a desvincular informações, corremos o risco de criar “lacunas” na interpretação, em consequência do fato de haver inferências geradas a partir de um primeiro enunciado que não eram utilizadas no processamento do enunciado seguinte, ou seja, não contribuíam para a contextualização desse novo enunciado.

Essa mudança está em conformidade com as recomendações de Rauen (2008, p.8), para o procedimento metodológico a ser adotado na interpretação à luz da TR:

Ao produzir um enunciado que seja relevante, o falante/escritor tem dois objetivos: criar alguma modificação no ambiente cognitivo do interlocutor e reduzir o custo de processamento dessa modificação. Como **enunciados são processados passo a passo**, o ouvinte/leitor acessa alguns de seus constituintes, com suas entradas lógicas e enciclopédicas associadas, antes de outros. **Para Sperber e Wilson, explorar de modo eficiente essa sequência temporal é essencial.** Quanto mais cedo for obtida a desambiguação e forem atribuídas as referências de itens lexicais, menor será o esforço de processamento. Inversamente, se maior for o número das interpretações possíveis que o ouvinte/leitor tenha de estar atento ao processar o enunciado, maior será o esforço de processamento. Logo, um falante/escritor que objetiva relevância ótima formula seu enunciado para facilitar o processamento do interlocutor (grifos nossos).

Foi, portanto a consideração desse “passo a passo” que foi negligenciada na primeira proposta, ainda que (mesmo assim) tenha sido considerada proveitosa por professores que não seguiam qualquer espécie de “roteiro” no trabalho de interpretação.

Um trabalho com “perguntas-QU”⁵⁷, conforme proposta do autor, trabalhando a escala focal do enunciado, pode ajudar a alertar o aluno para a complementação do enunciado na etapa do processamento da explicatura. Rauen (2008, p. 4) lembra que

Sperber e Wilson argumentam que a audiência utiliza-se de hipóteses antecipatórias sobre a estrutura lógica geral dos enunciados. Numa comunicação bem sucedida, as hipóteses antecipatórias, lançadas *topdown* durante o processo de interpretação, são confirmadas no final do

⁵⁷ As perguntas-QU são propostas por Sperber e Wilson (2001, p. 303), para verificar o foco de um enunciado declarativo. Tomando o exemplo “A Susana saiu para ver o desafio de FUTEBOL”, os autores observam que esse exemplo “poderia ser interpretado como resposta a uma série de perguntas relacionadas entre si, sendo cada uma delas o resultado da substituição por uma expressão-QU apropriada para um dos seus focos possíveis: “Para ver qual desafio a Susana saiu?”, “Para ver o quê a Susana saiu?”, “Para fazer o quê a Susana saiu?”, “Que fez a Susana?” e “O que é que aconteceu?” Cada um dos focos possíveis determina uma pergunta-QU e vice-versa”. Trata-se, na verdade, de privilegiar algum constituinte analítico do enunciado (ver nossa seção 1.2.4).

processamento. Eles, então, propõem um modo de construir hipóteses lógico-antecipatórias com base em hipóteses sintáticas antecipatórias.

Essa proposta do autor poderia ser utilizada especialmente no estudo de charges e cartuns, considerando que esses textos humorísticos são ainda mais concisos do que as piadas em forma de narrativa e cada evidência poderia ser a base de um enriquecimento. Levaria o leitor a recuperar com mais precisão as explicaturas, a adquirir o hábito de verificar se “esgotou” as interpretações que (no caso), o texto verbal e o não-verbal lhe ofereciam.

Em nossas análises, nessa proposta final de atividade de interpretação do texto humorístico, foram sugeridas as mesmas abreviaturas que propusemos na análise anterior, em (34): **F** — para **frase**; **SC** — para **suposições contextuais**; **E** — para **explicaturas**; **PI** — para **premissas implicadas**; **CI** — para **conclusões implicadas**; **CIP** — para **conclusões implicadas paradoxais** — numa proposta nossa, voltada para o mecanismo da piada, em cuja base o paradoxo é um exercício rico de inferências.

Na sequência, passamos à demonstração da análise tal como foi sugerida no trabalho com alunos, apresentando a análise do texto (38):

(38) A caipira diz a seu marido:
 — Amanhã é o aniversário de nossos 30 anos de casamento. Na ocasião, a gente podia matar o porco.
 O marido:
 — Por quê? Não é culpa dele!

Frase 1: *A caipira diz a seu marido: — Amanhã é o aniversário de nossos 30 anos de casamento.*

SC₁: Aniversários são ocasiões que costumam ser comemoradas.

E₁: A mulher lembra seu marido que é o aniversário de casamento deles no dia seguinte.

Frase 2: *Na ocasião, a gente podia matar o porco.*

SC₁: Preparar um porco (assado, por exemplo) para comer é uma maneira de comemorar um aniversário.

SC₂: As pessoas machucam outras como uma forma de punição.

E₁: A mulher sugere matar o porco.

E₂: A mulher quer comemorar os 30 anos de casamento do casal.

Frase 3: — *Por quê ? diz o marido.*

SC₁: O marido não compreende por que a mulher quer matar o porco para comemorar o aniversário seu casamento.

E₁ : O marido questiona o fato de a mulher querer matar o porco.

PI₁ : O marido não vê razão para matar o porco.

PI₂ : O marido não vê razão para matar o porco por causa do aniversário de casamento.

PI₃ : O marido tem outra ideia de como comemorar o aniversário de casamento.

PI₄ : O marido não quer comemorar o aniversário de casamento.

(É evidente que nem todas essas premissas serão mantidas, mesmo porque a 3 e a 4 se rejeitam)

Frase 3 : *O marido diz — — Não é culpa dele!*

SC₁ : As pessoas machucam outras como uma forma de punição.

SC₂ : Pôr a culpa em alguém é atribuir a essa pessoa a responsabilidade por coisas que reprovamos.

E₁ : O marido ironiza que o porco não é culpado de eles estarem comemorando 30 anos de casamento.

IC₁ : O marido não quer que o porco seja castigado pelo fato de o casal estar completando aniversário de 30 anos de casamento.

IC₂ : O marido não vê razão para o aniversário de 30 anos de casamento ser comemorado.

ICP₁ : Matar o porco é castigá-lo pela culpa de marido e mulher estarem juntos há 30 anos.

Por acreditarmos que a inclusão das *conclusões implicadas paradoxais* — como uma etapa necessária para a interpretação do texto humorístico de acordo com o modelo sugerido — propusemos que, numa forma extra de atividade, fosse sempre tentado o reconhecimento dos dois esquemas de origem e, a partir deles, fosse pedida a elaboração da frase-síntese da ideia incongruente. Como uma forma auxiliar dessa atividade, sugerimos que os professores usassem a mesma forma de representação dos esquemas que aqui expusemos.

Na seqüência, fica igualmente registrado o esquema que equivale ao texto (38), como a seguir (FIG. 23):



FIGURA 23 - Esquema bissociativo da piada (38).

A descoberta dessa incongruência é, pois, uma forma de exercício lógico que sugerimos serem dados aos alunos, juntamente com as atividades normais de inferência que o texto prevê, com o intuito de treiná-los sistematicamente em atividades de raciocínio. Julgamos que detectar o paradoxo do texto é aprender a lidar com incongruências em outros textos, o que só trará benefícios para o ensino. Estamos convictas de que, levando o aluno a desenvolver hábitos de raciocinar, estaremos preparando o leitor proficiente que sempre desejamos formar.

Este capítulo reuniu as bases teóricas que sugerimos adotar para explicar o mecanismo do humor e, ao mesmo tempo, para apontar um caminho metodológico e produtivo a ser sugerido àqueles que trabalham com interpretação de textos.

Se o mecanismo criador do humor recebeu uma descrição de certa forma concisa em nosso modelo, deve-se ao fato de a piada, apesar de sua complexidade, ser um texto que “se resolve” rapidamente. Acreditamos que, justamente por esta razão, seja um tipo ideal de texto a ser trabalhado em classe, desde que o aluno que atualmente “navega” com grande rapidez pela Internet e reduz suas mensagens a elementos silábicos, verá com mais prazer um texto que, embora seja rico em inferências, não demanda um tempo excessivo para ser interpretado. E, ao explorarmos esse gênero textual, podemos criar em nosso aluno o hábito de praticar atividades de raciocínio que, infelizmente, têm sido pouco incentivadas no ensino.

Entretanto, por anteciparmos possíveis questionamentos quanto a determinados tipos de piadas que são apresentadas como tais, mas que não têm qualquer humor, acreditamos poder afirmar que o humor é gerado pelo paradoxo da situação de apresentar como piada um texto que não é considerado engraçado. Um exemplo é o texto citado por Norrick (1986a), em que, numa narrativa que se estende, é contada a história de um cachorro que foi levado a concursos para eleger o cão mais bonito – do bairro, da cidade, do estado, do país – e, a cada etapa, os jurados se admiram de como o cachorro é bonito – o que é justamente o que permite que ele passe de um concurso para outro de nível mais amplo. O locutor se demora repetindo a cena da escolha, o que, aparentemente, tem o objetivo de aumentar o “suspense”, para o desfecho. Na etapa final, da escolha do cão mais bonito do mundo, os jurados simplesmente comentam: “Que cão mais feio!”... e aí termina a piada. O autor sugere que é provavelmente o fato de se apresentar tal texto como piada que leva ao riso (nem sempre de toda a platéia).

Um outro exemplo é o do texto seguinte, também contado “como piada”, em um estudo de Nancy Bell⁵⁸, uma linguista da Universidade de Washington, nos Estados Unidos. Ela propôs a seus colaboradores que contassem, para grupos de pessoas (o que deu um total de 207 entrevistados), a seguinte “piada”:

(39) O que a chaminé grande falou para a chaminé pequena? Nada.
Chaminés não falam.

Dos entrevistados, um terço riu da piada, mas constatou-se que essa porcentagem era formada por pessoas que desconheciam o locutor e/ou que não quiseram parecer grosseiras. A reação predominante foi a de atacar o piadista, sobretudo se era conhecido do ouvinte. A pesquisadora concluiu que, quando uma piada sem graça é contada, ela frustra a expectativa do ouvinte e mesmo o insulta, ao sugerir que este poderia rir dela. A reação agressiva visa a punir o locutor, desencorajando a repetição desse comportamento.

Acreditamos que, semelhantes ao texto da pesquisa de Bell, circulam inúmeros outros que se pretendem “piadas”. A nosso ver, o mecanismo que propusemos não se aplica a esses casos: falta-lhes justamente o que caracteriza a piada: a relevância criada pela bissociação verbal, em forma de um paradoxo. O ouvinte não passa pelo “desafio” de processar as inferências a que o paradoxo o obriga, porque não há uma “conclusão paradoxal”.

Acreditamos, no entanto, que o modelo que propomos para descrever o mecanismo do humor abranja também as “piadas feitas de improviso”, desde que o único requisito é que se cumpram as condições previstas no referido modelo: a criação de um paradoxo cuja força supera a da interpretação em processo. Acreditamos que, nesse caso, será provavelmente considerado contexto inicial a situação de diálogo que se desenrolava, e que lhe serve de “fundo” e na qual o paradoxo se manifesta, de forma inesperada e... otimamente relevante.

A TR parece ser a proposta melhor teórica para explicar a cognição no processo comunicativo, como também a proposta mais abrangente em termos de interpretação do texto, desde que observa o papel da inferência em todas as etapas desse processamento e não se descuida nem da forma nem da progressão com que esse processo é realizado, levando o leitor a, gradativamente, construir o contexto, de forma que as suposições se interligam e o leitor

⁵⁸ O estudo de Nancy Bell (com pesquisa desenvolvida de 2007 a 2008) foi divulgado pela Discovery (agosto de 2008). Disponível em : <http://researchnews.wsu.edu/society/207.html>. Acessado em 20/09/2008.

tem acesso ao que é comunicado, bem além do que é dito. A riqueza teórica da Relevância ainda está sendo explorada, mas a lógica de seus princípios já nos aponta os benefícios que ela pode trazer para ensino e a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa pretendeu dar continuidade ao estudo sobre o texto humorístico iniciado com a dissertação de Mestrado. Naquela etapa, visávamos estudar os níveis em que se desenvolve a compreensão, considerando-se suas três classificações: explícito, implícito e metaplícito (este, relativo ao conhecimento de mundo do falante). Já nos movia a preocupação com o ensino de interpretação de textos, em que essa distinção poderia nos auxiliar numa melhor forma de conduzirmos tais atividades em sala de aula.

Considerando que o texto humorístico atrai de uma forma especial a maioria dos leitores, dada sua rapidez de processamento, sua riqueza inferencial e, sobretudo, e resposta empírica com a qual o leitor normalmente atesta, em forma de riso — que compreendeu o que lhe foi comunicado —, optamos por analisar os níveis de representação nesse gênero textual, antes de cogitarmos em estender nossas conclusões a outras espécies de discurso.

Naquela fase, concluímos que os interlocutores recorrem inevitavelmente aos referidos níveis, mas que, devido à necessidade de economia prevista pelo intercâmbio comunicativo, é necessário fazer uso de uma grande quantidade de informação implícita, sem a qual esse processo se tornaria extremamente moroso. Observamos que, especialmente no texto humorístico, é necessário que o leitor processe inúmeras inferências e se dedique, de forma muito particular, a uma inferência que encerra, de maneira imprevista e decisiva, o processo de comunicação, revelando a existência de uma incongruência, que acreditamos ser a razão do humor.

Ao adotarmos esse enfoque, no entanto, enfrentamos um problema: ao apontarmos a presença desse implícito final, éramos levadas a lidar com uma enorme variedade de classificações da informação que ocorre nesse nível representacional. Embora a descoberta da inferência final do texto humorístico tenha-nos motivado a prosseguir, na fase atual de pesquisa, com a busca por um mecanismo que explicasse o humor, esse “emaranhado terminológico” do implícito, numa expressão de Kerbrat-Orecchioni (1986), apresentava-se como um entrave a nossos propósitos. Numa primeira pesquisa teórica, deparamo-nos com estudos desenvolvidos sobre a inferência: inicialmente, a obra de Dell’Isola, que, mesmo direcionada para o aspecto sócio-linguístico, motivou-nos a descobrir publicações de novos autores, entre outros, Kerbrat-Orecchioni e Marcuschi. Insistindo em buscar um aprofundamento desse aspecto, conhecemos a Teoria da Relevância que, além de trazer-nos a melhor solução para o tratamento do implícito final da piada, descortinou a nossos olhos caminhos impensados — pela sua lógica e praticidade — na exploração de inferências, em

atividades de interpretação do texto. Paralela à contribuição metodológica, veio a simplificação da terminologia: o conceito da *inferência* resumia todas as categorizações excessivas e abria ao ensino uma via possível de ser percorrida no trabalho em sala de aula. Esta pesquisa em nível teórico culminou, pois, com a adoção do termo “inferência” e dos demais aspectos que envolvem a teoria cognitivo-inferencial de Sperber e Wilson, a partir da qual, atualmente, tornou-se possível desenvolver, de uma forma racional e, ao mesmo tempo descomplicada, inúmeros trabalhos, que vêm explicar fatos antes abordados de forma controversa pela Linguística.

Em relação ao campo do humor, nossas descobertas levaram-nos a optar pela *bissociação*, elaborada por Koestler (1964), um conceito que se revelou a melhor forma para explicar o mecanismo da criatividade nas diversas áreas da atividade humana, aí incluída a elaboração de um texto que se quer humorístico.

Nossa pesquisa atual teve, portanto, dois objetivos gerais: primeiro, buscarmos um modelo de mecanismo para explicar como se estrutura o humor, partindo da bissociação de Koestler; segundo, sugerirmos atividades de interpretação desse gênero de texto em classe, com base na aplicação dos princípios teóricos da Relevância ao mecanismo de humor apresentado.

No início de nosso estudo, dedicamo-nos à reflexão sobre as teorias que propúnhamos como sustentação para cada objetivo, o que nos levou a dedicar a cada uma delas um dos capítulos iniciais: o capítulo I, sobre a Teoria da Relevância, e o Capítulo II, sobre as teorias que se dedicaram ao humor. Num terceiro momento, unimos esses dois suportes teóricos, para testar como se comporta o texto humorístico, se for considerado que subjaz a ele uma estrutura amparada por um recurso lógico (um silogismo, um entimema ou um paradoxo). Ao constatar que realmente existe um elemento paradoxal no final de textos desse gênero, direcionamos nossa busca para teorias que explicam a natureza e/ou a classificação do paradoxo (quadro das proposições contrárias, Princípio da Contradição, Princípio do Terceiro “Incluído”, proposto por TUTESCU, 2003, teoria dos mundos possíveis). Analisando o funcionamento do paradoxo, testamos as relações desse fenômeno com o texto humorístico, procurando completar a proposta da bissociação de Koestler para o mecanismo do humor.

Definido o mecanismo que visávamos sugerir para explicação do humor, passamos a propostas de aplicação do texto de humor em atividades de interpretação – que desejávamos sugerir para o ensino.

No Capítulo I, ao descrevermos as bases teóricas da Relevância, procuramos adotar determinados enfoques que consideramos necessários para um esclarecimento geral da TR: um primeiro se consistiu nos objetos de qualquer teoria pragmática, os quais estão na base das inferências; outro foi voltado para os estudos que precederam a teoria de Sperber e Wilson (1986), cujos conceitos estes burilaram, de forma a eliminar aspectos problemáticos, submetendo-os a uma abordagem lógica e cognitiva. Os autores buscaram, por um lado, uma base teórica em estudos desenvolvidos sobre comunicação, mas perceberam a necessidade de se vincularem os dois campos: da comunicação e da cognição, para terem respostas mais adequadas sobre o papel dos falantes envolvidos no ato comunicativo. Por um lado, S-W apoiaram-se em teorias pragmáticas, visando a explicar o processo inferencial na comunicação. Adotaram, dessa forma, duas abordagens: uma, do ponto de vista da decodificação e enriquecimento semântico, outra, do ponto de vista da inferenciação. Não descartaram simplesmente a etapa da decodificação, como um processo tido como mecânico, antes, mostraram a necessidade de considerar que uma língua, enquanto código e, como tal, consensualmente utilizada, precisa submeter-se a uma decodificação inicial no processo comunicativo. Para adotar essa perspectiva, não ignoraram, pois, a contribuição da Teoria dos Códigos que, embora tenha descrito o processo comunicativo como algo automático e idealizado (como seria, se fosse operado por máquinas), apontaram determinados aspectos que não devem ser ignorados: o fato de que, no “intercâmbio” comunicativo, é necessário considerar os envolvidos nessa atividade conjunta; que a comunicação parte de um locutor e se completa no destinatário; que não se deve negligenciar o papel do código, mas também não se deve esquecer que, ligadas a pistas do código, insinuem-se mensagens que só o contexto pragmático é capaz de explicar. Como a Teoria dos Códigos não busca compreender as intenções do falante, ignora também o papel das inferências na comunicação. Para suprir o aspecto pragmático que seu modelo de comunicação exigia, S-W partiram de vários aspectos da teoria de Grice, para os quais este autor – e os neo-griceanos – não apresentaram explicações satisfatórias. Há, pois, uma semelhança teórica nas bases da proposta da TR e na teoria de Grice, mas que, ao final, revela soluções distintas.

Nessa dupla perspectiva – de fusão de uma teoria da comunicação, que valoriza o código e de uma teoria que privilegia a inferência –, os autores observaram o que haveria de positivo na contribuição de cada uma delas. Assim, por um lado, a Teoria dos Códigos apontou os elementos do processo de comunicação, destacando a necessidade de se considerar o papel do código, não pôde, entretanto, responder à questão das intenções do locutor o que tornou, por outro lado, necessária a contribuição da Pragmática. Vimos, pois, que a

sustentação pragmática da TR foi inicialmente buscada em Grice, a começar por sua “máxima da relevância”, a máxima que ele menos explorou. Houve influência também de outros conceitos desse autor: a questão da significação natural e não-natural e a distinção entre dito e comunicado, que tanto responde as questões sobre a intenção do falante, quanto mostra que, entre esses dois pólos, existe um hiato, em termos de explicitude da comunicação, o qual é completado por inferências. Grice tratou todos esses elementos implícitos como implicaturas (convencionais e conversacionais), resultantes, ao mesmo tempo, do respeito ao Princípio de Cooperação e da violação das máximas conversacionais. Segundo o autor, a inferência poderia ser explicada com base no sistema linguístico.

Entre diferenças da proposta de S-W para a teoria de Grice, há a consideração, pelos autores da TR, de um nível intermediário de representação, a explicatura, correspondendo ao enriquecimento, por meio de inferências, do material decodificado. São as inferências que operam em nível de decodificação que vão resolver as questões de ambiguidade e a atribuição de referentes, que, de outra forma, não poderiam ser adequadamente explicadas. Assim, já na etapa da decodificação, o leitor vale-se de recursos pragmáticos.

Diferentemente de Grice, S-W desenvolveram as possibilidades teóricas oferecidas pela máxima de relevância; observando, inclusive, que ela subsume todas as demais máximas propostas por Grice e deve ser vista como um Princípio Comunicativo, inerente a todo ser humano, desde que, para os indivíduos, não comunicar-se é uma impossibilidade. Com alguma semelhança com a significação natural e não-natural que Grice propôs, a TR estabelece que há duas intenções que instauram o processo de comunicação: uma intenção informativa e uma intenção comunicativa, estando nesta a verdadeira relevância. Quando reconhece, pela ostensão de um locutor, que ele tem uma intenção comunicativa, o interlocutor dedica-se a buscar sua intenção informativa, processando os dados que o primeiro lhe fornece: estímulos que devem ser transformados em conceitos, para, na sequência, ativarem o processo inferencial, que possibilita complementar as informações desses *inputs* iniciais. Nessa perspectiva, a TR não se descuida do aspecto cognitivo da comunicação, que vem explicar questões que se mantinham pouco claras, a partir dos fundamentos teóricos apenas linguísticos. A TR é uma teoria da comunicação que se ampara, portanto, igualmente na lógica e na cognição, procurando explicar como o falante, nas trocas comunicativas realizadas diariamente, trata os enunciados, valendo-se de inferências semelhantes à da Lógica formal, mas que são, na realidade, inferências não-triviais (porque rejeitam repetições inúteis e contradições) e não-demonstrativas, ou seja, são operadas como

um cálculo probabilístico, para o qual o falante não tem provas: ele apenas levanta hipóteses quanto à validade ou não da interpretação feita.

No processo de comunicação tal como é descrito pela TR, ambos os comunicadores têm participação ativa, desde que o locutor coloca em seu texto certas evidências — ostensões — que o destinatário busca reconhecer pelo recurso a inferências e a partir das quais se empenha em alcançar o propósito comunicativo e informativo do primeiro. Para a comunicação ser bem sucedida, é necessário que os comunicadores reconheçam nela um processo misto: com uma fase de decodificação e outra, inferencial. É o equilíbrio entre conteúdo explícito e implicado que, regido pelo Princípio de Relevância, vai caracterizar a comunicação ostensivo-inferencial.

Com base em estudos da cognição (Fodor, entre outros), os autores propõem uma teoria modular da mente, segundo a qual o processamento de informações opera por meio de módulos. Assim, as entradas para os conceitos podem ser de três tipos: entradas enciclopédicas, lógicas e lexicais. A mente opera com hipóteses factuais, recorrendo a informações que são armazenadas como fatos e que são requisitadas quando, a partir da ostensão da parte do locutor e da ativação do processo inferencial, da parte do ouvinte, cria-se um “ambiente cognitivo mútuo”. São essas hipóteses que vão construir o contexto. Nessa perspectiva, o contexto, um construto psicológico, passa a ser considerado, não como pré-existente, mas como o resultado do processamento gradual de informações que vão alimentando essa estrutura comunicativa, a qual é, por essa razão, mutuamente cognitiva para os interlocutores. Esse ambiente cognitivo mútuo é um recorte do ambiente cognitivo particular a cada falante, ou seja, o conjunto de todas as suposições factuais que ele tem estocadas em sua memória, em forma de representações mentais. São essas representações que permitem aos indivíduos, a partir de um módulo denominado “teoria da mente”, fazer conjecturas sobre a forma de “equilibrar” a contribuição de cada comunicador, visando ao sucesso da troca comunicativa e permite-lhes uma maior confiança no processo inferencial. Sob esse ponto de vista, as representações que o falante supõe que sejam mantidas pelo outro são consideradas metarrepresentações.

O processamento do enunciado ocorre por etapas: o leitor decodifica a forma lógica, completa-a inferencialmente por meio de desambiguação, atribuição de referentes e enriquecimento, de forma a torná-la em uma forma proposicionalmente completa, ou seja, uma explicatura, que pode ainda ser tornada mais exata (explicatura de alto-nível) com a explicitação do ato de fala (ou força ilocucionária) e ainda a atitude proposicional do falante.

Nessa perspectiva, a teoria vai propor uma distinção entre uso descritivo e uso interpretativo da linguagem.

A explicatura, semanticamente enriquecida, vai permitir ao destinatário buscar os elementos implícitos que vão completar a interpretação. Utilizando o termo “implicatura”, mas numa acepção distinta daquela empregada por Grice, os autores subdividem-na em premissas e conclusões implicadas. O que é importante notar é que todas as etapas do processo interpretativo são conduzidas pela relevância: é por meio dela que o ouvinte seleciona as suposições que podem ter efeito contextual mais rico com menor esforço de processamento e é contanto com ela que o locutor escolhe o estímulo que seja o mais ostensivo, de acordo com seus objetivos e no limite de suas habilidades de comunicação.

O Capítulo II foi iniciado com a apresentação dos estudos precursores do humor: a teoria de Bergson (1900) e a de Freud (1905). A teoria de Bergson baseia-se no que o autor denomina “mecânico calcado sobre o vivo”, ou seja, o autor defende que o humor é causado por uma espécie de comportamento distraído e automático do indivíduo, o que o leva, dessa maneira, a ser punido pela sociedade que não tolera esses lapsos. A teoria de Freud apoia-se no psiquismo e acredita que o humor é o resultado da liberação do excesso de energia que foi reprimida, com vistas a um gasto superior ao que a reação vai realmente demandar.

Na sequência, passamos para as teorias que acreditam que o humor seja construído a partir do choque de duas ideias opostas. Nesse grupo, encontra-se a Teoria da Bissociação de Koestler (1964), que apresentamos detalhadamente, por se constituir, a nosso ver, na melhor proposta teórica para explicar o mecanismo do humor. O autor (cf. observamos) acredita que a bissociação não se restringe ao humor, mas a todos os campos da criatividade humana: também as Artes e a Ciência. A bissociação resulta da descoberta de uma ideia incongruente a partir da sobreposição (forçada) de dois planos de ideias. Koestler cita exemplos de descobertas que ocorreram por um processo manifestamente bissociativo.

Após a teoria de Koestler, abordamos o trabalho de Olbrechts-Tyteca (1974) sobre o cômico no discurso, com o qual a autora propõe aplicar ao humor os recursos da argumentação anteriormente estudados em sua parceria com Perelman. O interesse de sua obra está sobretudo na demonstração de como operam os mecanismos argumentativos de dissociação. Outro dado de interesse de seu estudo é o papel das duplas filosóficas (das quais a dupla *real/aparente* é o protótipo), que nos pareceram úteis para distinguir as ideias que se opõem no texto de humor. Entretanto, suas análises atribuem a possibilidade de se criar discursivamente o humor, por meio de recursos argumentativos classificados em dois extremos distintos. Ela explora, individualmente esses recursos da argumentação, como

formas de criação do texto humorístico, defendendo que estes podem tornar-se igualmente recursos de criação do humor, o que ocorre quando a argumentação é usada “às avessas”.

A teoria elaborada por Raskin (1972) propõe que há, no mecanismo da piada, um dos dois recursos: ou a existência de dois *scripts* contrários, ou o recurso à ambiguidade. Na passagem de um *script* para outro, haveria um enunciado que faz essa “ligação” entre os dois esquemas e ao qual o autor denominou “gatilho”, a partir de seus estudos linguísticos, nos quais ele já apontava, no discurso, um “gatilho semântico recursivo”. Raskin propôs, inicialmente, que haveria o reconhecimento, da parte do ouvinte, da mudança de um modo *bona-fide* (confiável) de comunicação para um modo não *bona-fide*, na interpretação da piada. Em estudos recentes, o autor abandona essa ideia, considerando que os interlocutores de um texto nos dois modos de comunicação estão interessados mais em manter uma sintonia do que em falar verdades. Se fôssemos adotar essa forma de distinção: “discurso confiável” e discurso “não-confiável”, não saberíamos como avaliar muita informação que nos é passada pela mídia.

A respeito da causa da incongruência do cômico, buscamos sustentação no pensamento de Eco (1984) (que investiga o cômico) e de Foucault (1996), segundo o qual, há, na sociedade, processos de controle, entre os quais, a interdição, com os quais os indivíduos manipulam as estruturas de poder. Entre as formas de interdição, existe o “policimento” do discurso, o que interdita o uso de determinados termos ao pessoal de uma área não especializada, tais como os termos sobre sexo, por exemplo, que só são permitidos a quem lida com a área médica ou de Biologia. Entre o que é proibido e o que ocorre de fato, está o discurso humorístico, que viola as regras de interdição e que parece tão duradouro quanto as regras do sistema que ele viola. Segundo Eco (1984), “a regra violada pelo cômico é de tal modo conhecida, que não há necessidade de reforçá-la”. Essa violação imprevisível das regras pelo cômico ocorre por meio de uma surpresa, que marca a descoberta de uma incongruência, à qual Fourastié (1984) denominou “ruptura do determinismo”.

Estudando a historieta cômica, Morin (1972) propõe a existência de três funções: uma função de normalização, em seguida, uma função locutora de deflagração e, finalmente, uma função interlocutora de disjunção. Nessa última, haveria um elemento, o disjuntor, (conceito que julgamos correspondente ao “gatilho”, ou “operador de mudança de esquema cognitivo”, da teoria de Raskin), responsável pela passagem do discurso do sério para o humorístico. Acreditamos que o que a autora denomina função disjuntora seja semelhante ao conceito de bissociação, de Koestler.

Na etapa de pesquisa realizada no Mestrado, analisamos os mecanismos criadores de humor propostos por Travaglia, concluindo que são todos sub-categorias do mecanismo da bissociação. A vantagem que vimos nessa classificação do autor foi a de esses mecanismos apontarem para a variedade de recursos pelos quais se elabora o processo bissociativo.

Abordamos igualmente a teoria da incongruência-resolução, de Suls, segundo a qual o texto da piada se processa em duas partes, ocorrendo que, após a descoberta da incongruência, não se encerra o processo humorístico, como pretendiam certos autores, mas há um reavaliação global da piada, na tentativa de compreensão do que produziu o humor. Nessa perspectiva, a incongruência final do texto humorístico seria desfeita, em benefício de uma “coerência” julgada necessária. Seguindo a proposta de Suls, mas adaptando-a à Relevância, Yus Ramos explica o processamento da piada, inicialmente, a partir do conceito de incongruência-resolução, e submetendo a proposta de Suls à TR, para verificar os dados que se destacam no processamento, devido ao “jogo de relevâncias” que se estabelece de um para outro esquema cognitivo.

No capítulo III, procuramos estabelecer um paralelo entre a Teoria da Bissociação, enriquecida antes com elementos teóricos advindos das outras teorias de humor analisadas, e, finalmente explicada de forma cognitivamente mais completa, com o auxílio da teoria da Relevância. Buscamos, inicialmente, apresentar um modelo nosso para o mecanismo criador do humor, verificando como poderia ser explicada a incongruência que está na base desse tipo de texto. A partir da sugestão de autores que acreditam que o humor seria o resultado de uma forma lógica, testamos a piada sob diversos enfoques: como silogismo, como entimema, como paradoxo. A partir da constatação de que há na piada um entimema e um paradoxo, buscamos explicações para a natureza desse fenômeno, testando o paradoxo sob diferentes perspectivas: — no quadro de oposições da Lógica: — no enfoque da teoria dos mundos possíveis; ou — como um “terceiro incluído” (numa proposta de Tutescu, 2003). Verificamos que o paradoxo pode ser obtido por oposição não apenas de proposições contraditórias, mas também de contrárias e mesmo por implicação. Constatamos que essas relações podem equivaler a diferentes universos de crença e que o conceito de “terceiro incluído” é bastante apropriado para explicar também a bissociação. Determinadas as bases da teoria do humor, submetemos os conceitos aos quais chegamos à Teoria da Relevância, analisando como ocorrem os processos inferenciais que o falante usa informalmente e que o forçam a aceitar o paradoxo do texto humorístico, ou seja: verificando como o leitor chega a esse resultado paradoxal por um processo de inferenciação que, por ser cognitivamente “seguro”, produz efeitos contextuais relevantes. E, como é o resultado de um raciocínio,

mesmo sendo uma ideia incongruente, pela própria natureza do fenômeno, o paradoxo não pode ser desfeito. Ele é criado para ser mantido.

Na sequência de nosso trabalho, apresentamos uma experiência com alunos, aplicando atividades de interpretação de textos humorísticos, com base na TR. Houve duas propostas, sendo a primeira baseada na busca dos seguintes dados: **evidências**, **conhecimentos de mundo** e **inferências**. Embora os alunos-mestres que ajudaram nessa pesquisa tenham considerado válida esta abordagem, julgamos mais adequado, em relação à teoria, mudar o processo de interpretação pedido aos alunos, visto que, na compreensão global desses dados, eles podem parecer “desconectados”, o que não seria condizente com os demais princípios teóricos da Relevância, em especial, a ideia de contexto que, sendo paulatinamente construído, pode valer-se de inferências que se apoiam em outras inferências, o que torna problemático o levantamento isolado de “evidências”, “conhecimentos de mundo” e “inferências” — é necessário “orquestrar”, como um todo, o processo interpretativo.

Essa constatação levou-nos a propor uma interpretação “passo a passo”, ou seja, buscando, em cada enunciado, as informações extraídas dos seguintes dados (registrados por abreviaturas), os quais deveriam ser explorados à medida em que cada frase fosse decodificada. Foi, assim, sugerido que, a cada enunciado processado, fossem buscados sistematicamente os dados que, de acordo com o desenvolvimento da interpretação, são requisitados do falante, dados que listamos de forma abreviada a seguir: **SC**, ou **suposições contextuais**, que são as informações buscadas nos conhecimentos de mundo do falante e requisitadas pelo enunciado em processamento (para formar o contexto inicial); **E**, ou **explicaturas**, advindas do processo de enriquecimento do enunciado, este, avaliado junto com as suposições contextuais; **PI**, ou **premissas implicadas**: inferências iniciais, geradas a partir dos conhecimentos de mundo requisitados pelo enunciado e a explicatura do enunciado, as quais se constituem em *conclusões parciais* (derivadas de raciocínios; *parciais*) que vão auxiliar no processamento das conclusões implicadas; **CI**, ou **conclusões implicadas**, que são inferências geradas a partir das premissas implicadas pelo enunciado em processamento mais o contexto precedente. Finalmente, para sermos fieis ao modelo de mecanismo de humor que propusemos, acrescentamos o que denominamos **CIP**, ou **conclusões implicadas paradoxais**, conceito que acrescentamos aos demais sugeridos pela TR, para indicar, de maneira específica, uma conclusão implicada que resulta de um raciocínio final e que corresponde a um paradoxo, base do mecanismo da piada, resultado do processo de bissociação —, que pode ser resumido em um enunciado que denominamos **frase-síntese da ideia incongruente**. Julgamos indispensável inserir essa suposição final na interpretação do texto humorístico,

para levar o aluno, num processo de raciocínio, a compreender como se constroi um paradoxo, base do texto de humor. Essa segunda atividade revelou-se mais condizente com os princípios da Relevância e mostrou a vantagem de fazermos o processamento do texto, interpretando um enunciado de cada vez, na sequência em que aparecem no texto.

Concluimos que o interesse da forma de processamento privilegiada na segunda atividade é também o de não deixar que o aluno “salte” etapas, deixando de processar adequadamente enunciados que possam parecer insignificantes, mas que podem exercer um papel importante na compreensão. No texto humorístico, em especial, os detalhes devem ser cuidadosamente observados, desde que podem ter um papel decisivo na elaboração do paradoxo. Esse desnível da informação, em princípio, aparentemente insignificante e que depois se torna saliente entre as demais, adquirindo um status inesperado no processo de compreensão, dá ao paradoxo uma maior relevância e torna mais rico e mais atrativo o desfecho do texto humorístico. São textos deste gênero que o professor deveria explorar em aulas de interpretação, considerando a rapidez com que são processados e, ao mesmo tempo, a vantagem do raciocínio que leva o leitor a fazer. E o leitor que interpreta se divertindo é o leitor que persistirá no hábito da leitura.

Acreditamos, pois, ter atingido os objetivos que nos propusemos cumprir: propor um modelo de mecanismo de humor, tomando como base teórica a bissociação, que foi enriquecida com o conceito de paradoxo e explicada em seu aspecto cognitivo e inferencial; segundo, sugerir atividades para o ensino, de forma a privilegiar a exploração do texto humorístico. Apresentamos, pois, um modelo de mecanismo que mostrou que a bissociação se explica como o mecanismo próprio de elaboração do paradoxo. A bissociação foi relacionada a conceitos teóricos que ajudaram a explicar a proposta de Koestler, em relação ao humor e, na sequência, pôde ainda ser melhor compreendida numa abordagem pela Relevância, a qual possibilita explicar, além do processo inferencial envolvido no mecanismo da bissociação, a relevância que adquire o paradoxo — mais rico em efeitos contextuais, em relação à suposição que vinha sendo processada. Entre suposições contrárias, permanece a que gera mais efeitos contextuais. É o caso do paradoxo que, instigando o processo inferencial que conduz a ele, apresenta-se como uma conclusão inevitável e revela-se, ao mesmo tempo, como uma estrutura bissociada. Sendo interpretativamente mais relevante, surpreende pelo inusitado e fica registrada na mente, como uma experiência que gera efeitos cognitivos positivos, porque cobra um esforço de compreensão que é amplamente compensado pelos efeitos humorísticos.

Apresentamos igualmente sugestões de atividades de interpretação do texto humorístico, à luz da Teoria da Relevância as quais, na experiência feitas com alunos-mestres, foram consideradas bastante positivas. Acreditamos poder interpretar o entusiasmo demonstrado pelos professores com os quais trabalhamos, à segurança com que aplicaram interpretações para seus alunos de uma forma orientada — benefício que certamente perdurará após essa primeira experiência. O trabalho com a interpretação orientada deu uma maior sustentação aos leitores — professores e alunos —, permitindo-lhes desfrutar do desafio do humor e do prazer de fazer com eficácia o processamento do texto humorístico, à luz de uma teoria que oferece uma base sólida de descrição do processo comunicativo, que é a Teoria da Relevância.

A aplicabilidade de nossa proposta poderá argumentar em favor da vantagem de sua adoção. Aos que porventura venham a objetar quanto aos argumentos defendidos em nossa tese, sugerimos uma frase final que igualmente nos desafia a debruçarmo-nos com cuidado sobre o paradoxo em geral, a partir do paradoxo que ela encerra : “Não concordar com algum ponto é já estar de acordo”.

REFERÊNCIAS

1 - OBRAS CITADAS NA TESE

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

APTE, Mahadev L. Humor and Laughter: an anthropological approach. London Cornell University Press, 1985 *apud* TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Uma introdução ao estudo do humor pela linguística*. DELTA, v. 6, número 1. São Paulo: ABRALIM/PUC – SP, 1990, p. 85.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Por uma concepção semântico-pragmática da linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem — ReVEL*. V., n. 8, março de 2007. ISSN 1678-8931. Disponível em: http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/8/artigos/revel_8_por_uma_concepcao_semantico_pragmatica_da_linguagem.pdf. Acesso em: 03/08/2007..

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Liv. 993 b. *apud* PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Título original: *Traité de l'Argumentation: La Nouvelle Rhétorique*.

ARMENGAUD, Françoise. *La Pragmatique*. Collection: Que sais-je? Paris: Presse Universitaires de France : 1985 (1^{re} ed.)/ 1993 (3. ed. corrigée).

ARRUDA-FERNANDES, Vânia Maria Bernardes. *Pressuposição, Argumentação e Ideologia: Análise de textos publicitários*. 222p. Tese (Doutorado em Linguística) — IEL, UNICAMP, Campinas, 1997.

ATTARDO, S.; V. RASKIN. *Script theory revis(it)ed: joke similarity and joke representation model*. Humor 4, 1991, p. 293-347.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: Palavras e Ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In _____ et al. (org.). *Análise Estrutural da Narrativa*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971. Título original: *L'Analyse Structurale du Récit*.

BATESON, Gregory. 1954 (p.291, *apud* WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. (Escola de Palo Alto, do Instituto de Pesquisa Mental de Palo Alto, Califórnia). *Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. Tradução de Álvaro Cabral. London: Faber and Faber. São Paulo: Cultrix, 1981 (1967). Título original: *Pragmatics of Human Communication: Study of Interactional Patterning Pathologies, and Paradoxes*.

BAUDELAIRE, Charles. De l'Essence du rire et généralement du comique dans les arts plastiques. Paris, 1855 *apud* GROJNOWSKI, Daniel. *Aux Commencements du rire moderne*. L'esprit fumiste. Paris: Librairie José Corti, 1997.

BELL, Nancy. Relatório de pesquisa desenvolvida de 2007 a 2008 e foi divulgado pela Discovery (agosto de 2008). Disponível em : <http://researchnews.wsu.edu/society/207.html>. Acessado em 20/09/2008.

BERGSON, Henri. *Le Rire*. Essai sur la signification du comique. Primeira versão para o Francês: Paris: Quadrige/ Presses Universitaires de France, [1900] 1924. Edição eletrônica realizada por Bertrand Gibier, para a coleção: Les classiques des sciences sociales, desenvolvida em colaboração com a Biblioteca Paul-Émile-Boulet da Universidade do Québec em Chicoutimi. Acrescentada a essa edição o prefácio suprimido originalmente da edição de 1924. Edição completada em 30 de outubro de 2002. Canadá: Quebec. Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html. Acessado em: 12/04/2004.

BUCCINO; BINKOFSKI; RIGGIO, 2004, apud LAMEIRA; GAWRYSZEWSKI; PEREIRA Jr. 2006). In “Neurônio espelho”. *Psicol. USP* v.17 n.4. São Paulo dez. 2006. Disponível em: http://www.pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772006000400007&lng=pt&nrm=is. Acesso em 18/07/2008. Checar ref; não encontrado;

BLAKEMORE, Diane. *Understanding Utterances*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

BOSSUET. Sermons. V. II: Sur la parole de Dieu. Paris: Garnier, 1964 *apud* PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Título original: *Traité de l'Argumentation: La Nouvelle Réthorique*.

BÜHLER, Karl. *Teoria del lenguaje*. Traduzido do Alemão por Julián Marías. Madrid: Revista de Occidente, 1934.

CHARAUDEAU, Patrick ; MAINGUENEAU, Dominique (org.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CHARGEONLINE. Disponível em: www.chargeonline.com.br/ Acesso em: 2007.

CHOMSKY, Noam. *Aspects de la théorie syntaxique*. Paris: Seuil, 1971.

CURCÓ, Carmen. Relevance and the manipulation of the incongruous: some explorations of verbal humour. In: Groefsema, M. (Ed.), *Proceedings of the University of Hertfordshire Relevance Theory Workshop*. Peter Thomas and Associates, Chelmsford, 1997, pp. 68–72.

CURCÓ, Carmen. The implicit expression of attitudes, mutual manifestness, and verbal humour. UCL Working Papers in Linguistics 8. London, 1997, p. 89-99. In: YUS RAMOS, Francisco. *Humor and the search for relevance*. *Journal of Pragmatics* 35. Alicante: Department of English Studies, University of Alicante, Spain, 2003 (p. 1295-1331).

CURCÓ, Carmen, 1997a. The Pragmatics of Humorous Interpretations. A Relevance Theoretic Approach. Unpublished PhD Dissertation, UCL Department of Phonetics and Linguistics, London, 2003. *Apud* YUS RAMOS, Francisco. *Humor and the search for relevance*. *Journal of Pragmatics* 35. Alicante: Department of English Studies, University of Alicante, Spain, 2003 (p. 1295-1331).

CURSINO-GUIMARÃES, S. *Onde está a graça: análise da perlocução em textos humorísticos nos níveis explícito, implícito e metaplícito*. 343 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). ILEEL/ Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2001.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, Série: Educador em Formação, 2001 [1991].

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. O efeito das perguntas para estudo de texto na compreensão da leitura. *Cadernos de Pesquisa*. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, n.23, mar. 1995.

DEMOUGIN, Jacques (directeur). *Dictionnaire des Littératures française et étrangères*. Paris : Larousse, 1985.

DEVOS, Raymond. Extra-muros, Théâtre, in L'Avant-Scène, n. 392, 1º dezembro, 1967, p. 1 *apud* OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le Comique du discours*. Bruxelles : Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1974.

D'OTTAVIANO, Vinícius Sampaio. A loucura e a arte. In ARGUMENTO. Revista das Faculdades de Educação, Ciências e Letras e Psicologia Padre Anchieta. Jundiaí-SP: Sociedade Padre Anchieta de Ensino. Ano VII – n. 13 - Agosto/2005

DROIT, Roger-Pol; POULAIN, Jacques. *Le Monde*, 14 septembre 1994. Propos recueillis e Traduit de l'Allemand par Rainer Rochlitz. In Rubrique PHILOSOPHIE, Disponível em: <http://www.philagora.net/ph>. Acessado em: 15/08/.

DUCROT, Oswald e al.. *Les Mots du discours*. Paris : Les Éditions du Minuit, 1972 (p. 279).

DUCROT, Oswald. Dire et ne pas dire : Principes de sémantique linguistique. Paris : Hermann : 1972 (p. 8), *apud* KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Implicite*. Paris: Armand Colin Éditeur (1986), 1998, p. 270..

DUCROT, O. ; Schaeffer, Jean_Marie. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris : Éditions du Seuil, 1999 (p. 779).

DUGAS, Louis. *Psychologie du rire*. Paris, Alcan, 1902. *Apud* OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le Comique du discours*. Bruxelles : Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1974.

DUPRÉEL, Eugène. *Sociologie générale*. Paris : PUF - Presses Universitaires de France, 1948. *Apud* OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le Comique du discours*. Bruxelles : Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1974.

EASTMAN, Max Forrester. *Enjoyment of laughter*. London: Hamish Hamilton, 1937. *Apud* OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le Comique du discours*. Bruxelles : Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1974.

ESCANDELL VIDAL, M. Victoria. *Introducción a la Pragmática*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2006 [1006].

ECO, Umberto. O cômico e a regra (cap. 8). In: ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 343-353.

ESCARPIT, Robert. *L'Humour*. Paris: PUF/ Presses Universitaires de France, 1994.

EVRARD, Franck. *L'Humour*. Paris: Hachette, 1996.

FERNANDES, Millôr. Dicionário. In: FERNANDES, Millôr et alii. *Dez em humor*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1968.

FESTINGER, L. *A theory of cognitive dissonance*. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FISCHER, K. Ueber den Witz, De l'Esprit, 1889. *Apud* FREUD, S. *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient*. Edição eletrônica realizada por Gemma Paquet, para a coleção : Les classiques des sciences sociales, a partir da edição francesa *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient* (1905), traduzida do alemão por Marie Bonaparte e Dr. M. Nathan em 1930 e revista por Sigmund Freud. Edição desenvolvida em colaboração com a Biblioteca Paul-Émile-Boulet da Universidade do Québec em Chicoutimi. Anexado ao livro o artigo O Humor, publicado de 1927, publicado em *Imago*, 1929, vol. XIV, fasc. 1. Edição completada em 14 de novembro de 2002 e corrigida em 16 de março de 2007. Canadá: Quebec. Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html. Acessado em: 25/04/2007.

FLAHAUT, François. La Parole intermédiaire. Paris: Seuil, 1978 (p. 279), *apud* KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Implicite*. Paris: Armand Colin Éditeur (1986), 1998, p. 270..

FODOR, J. A. Special sciences. In: *Synthese* (1928: 77-215). Reimpresso em Fodor, 1981b: 127-45. *Apud* SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevância: Comunicação e Cognição*. Tradução de Helen Santos Alves e Manuel Gomes da Torre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, 2. ed. Título original: *Relevance: Communication and Cognition*.

FONTES, Carlos. *Navegando na Filosofia*. Disponível em: <http://www.mensapt.org/forum/index.php?PHPSESSID=eea58ccb962989d7447b119bfe0f7815&topic=3275.15>>. Acessado em 15/04/2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOURASTIÉ, Jean. *Le rire, suite*. Paris: Éditions Denoël/Gonthier, 1983.

FREUD, Sigmund. *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient*. Edição eletrônica realizada por Gemma Paquet, para a coleção : Les classiques des sciences sociales, a partir da edição francesa *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient* (1905), traduzida do alemão por Marie Bonaparte e Dr. M. Nathan em 1930 e revista por Sigmund Freud. Edição desenvolvida em colaboração com a Biblioteca Paul-Émile-Boulet da Universidade do Québec em Chicoutimi. Anexado ao livro o artigo O Humor, publicado de 1927, publicado em *Imago*, 1929, vol. XIV, fasc. 1. Edição completada em 14 de novembro de 2002 e corrigida em 16 de março de 2007. Canadá: Quebec. Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html. Acessado

em: 25/04/2007.

GAZDAR, A. H. *Pragmatics. Implicatures, Presupposition and Logical Form*. New York: Academic Press, 1979. *Apud* MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil. 1994.

GERALDI, João Wanderley; ILARI, Rodolfo. *Semântica*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

GIL, Célia M. Carcagnolo. *A Linguagem da surpresa: Uma proposta para o estudo da piada*. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística e Filologia Românica. FFLCH / USP - Universidade Estadual de São Paulo, Assis, São Paulo, 1991.

GIOIA, Diana. La paradoja lingüística. Aspectos semántico-pragmáticos. Estudio de casos. *In* FIGUEROLA, M. C. *et al.* (ed.) *La Lingüística francesa en el nuevo milenio*. Lleida: Milenio, diciembre 2005. p.747-755. ISBN : 84-9743-057-3

GOLDSTEIN, Jeffrey H.; SULS, Jerry; ANTHONY, Susan. Enjoyment of Specific Types of Humor Content: Motivation or Salience? *In*: GOLDSTEIN, Jeffrey H.; MCGHEE, Paul E. (ed.). *The Psychology of Humor*. Theoretical Perspectives and Empirical issues. London: Academic Press, 1972. p. 159-171.

GREEN, G. Ambiguity resolution and discourse interpretation. *In* VAN DEEMTE, K.; PETERS, S. (ed.). *Semantic ambiguity and underspecification*. Stanford: CSLI Publications, 1996 *apud* MOURA, Heronildes Maurílio de Melo. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000..

GREIMAS, A. J. *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse, 1966. *In* MORIN, Violette. *A Historieta Cômica*. *In* BARTHES, R. *et al.* (org.). *Análise Estrutural da Narrativa*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971. Título do original: *L'Analyse Structurale du Récit*.

GRICE, H. P. *Lógica e Conversação*. *In*: DASCAL, Marcelo (org.): *Fundamentos Metodológicos da Linguística: v. IV - Pragmática*. Trad. de João Wanderley Geraldi. Campinas: UNICAMP, 1982: 81-103 [1967].

GRIEG, J. Y. T. *The Psychology of Laughter and Comedy*. New York: Dodd, Mead, 1963. *Apud* KOESTLER, Arthur. *The Act of Creation*. London: Pan Books, 1964.

GROJNOWSKI, Daniel; SARRAZIN, Bernard. *L'Esprit fumiste*. Paris: Corti, 1990.

GUIJARRO MORALES, José Luis. Giro Copernicano en los Estudios Humanísticos. *In* . *Pragmalingüística II*. Disponible em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?1994:217-266>. Acessado em : 24/09/2004.

GUILFORD, Joy Paul. *Creativity Toy's*. New York. New York – U.S.A., 1982.

HAYKAWA , S. I. *A Linguagem no Pensamento e na Ação*. Como os homens usam as palavras e como as palavras usam os homens. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Arte e Comunicação, 1972.

HEINE, H. In HEYMANS. Zeitschr. f. Psychologie, XI, 1896. *Apud* FREUD, S. *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient*. Edição eletrônica realizada por Gemma Paquet, para a coleção : Les classiques des sciences sociales, a partir da edição francesa *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient* (1905), traduzida do alemão por Marie Bonaparte e Dr. M. Nathan em 1930 e revista por Sigmund Freud. Edição desenvolvida em colaboração com a Biblioteca Paul-Émile-Boulet da Universidade do Québec em Chicoutimi. Anexado ao livro o artigo *O Humor*, publicado de 1927, publicado em *Imago*, 1929, vol. XIV, fasc. 1. Edição completada em 14 de novembro de 2002 e corrigida em 16 de março de 2007. Canadá: Quebec. Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html. Acessado em: 25/04/2007.

HUSSERL, Edmund. *La crise des Sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*. Trad para o Francês de E. Gerrer. Collection: *Les études philosophiques*, 4º ano. Paris: Galimard, 1949. p. 139.

IBAÑOS, Ana. Algumas considerações informais sobre inferência. In RAUEN, F.; SILVEIRA, J. R. C. (org.). *Revista Linguagem em (Dis)curso*. V. 5, n. especial, 2005. Tubarão: Tubarão: Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm>. Acessado em: 24/05/2005.

ILARI, Rodolfo. *A Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

IONESCO, Eugène. *Rhinocéros*. Paris: Gallimard, 1959.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. Trad. De Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1974.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1900.

JARDON, Denise. *Du Comique dans le texte littéraire*. Paris: De Boeck-Duculot, 1998.

KATZ, J. *Semantic Theory*. Nova Iorque: Harper e Row, 1972 *apud* SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevância: Comunicação e Cognição*. Tradução de Helen Santos Alves e Manuel Gomes da Torre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, 2. ed. Título original: *Relevance: Communication and Cognition*.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Implicite*. Paris: Armand Colin Éditeur (1986), 1998.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1997.

KOESTLER, Arthur. *Le Cri d'archimède. L'Art de la Découverte et la découverte de l'Art*. Traduzido do Inglês por Georges Pradier. Paris: Calman Lévy, 1964.

KOLEK, L.S. *Toward a poetics of comic narratives: Notes on the semiotic structure of jokes*.

Semiotica. 1985 53. p. 145-163.

LAKOFF, George. *Some remarks on AI and linguistics*. University of California, Berkeley, USA: Elsevier, 1976.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge Press, 1983 *apud* MOURA, Heronildes Maurílio de Melo. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.

LIPPS, Theodore; WERNER, Richard Maria. Beiträge zur Aesthetik. VI *apud* FREUD, S. *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient.*, 2007, p. 42.

LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. Londres: Routledge, 1894.

LUPESCU, Stéphane. *Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie - Prolégomènes à une science de la contradiction*, Col. Actualités scientifiques et industrielles , n° 1133, Paris, 1951 ; 2. ed. Le Rocher, Col. L'esprit et la matière, Paris, 1987. *Apud* Basarab Nicolescu.

LUSCHER, Jean-Marc. Les Marques de connexion : des guides pour l'interprétation. In procédure instructionnelle. *apud* MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil. 1994, octobre.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez. 2002.

MARCUSCHI, Luís Antônio; GOMES, Nelson Gonçalves (org.). *Lógica*. Fonte: COPI, I.M. Introdução à Lógica, São Paulo: Mestre Jou, 1978. Brasília-DF: AFTN Programa de Formação Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, ESAF/ SRF, 1997.

MARI, Hugo. Conceitos de Pressuposição: Histórico. In: GUIMARÃES, Maria de Nazaré S. S.; MENDES, Eliana Amarante de M. (org.). II Semana de Estudos da Língua Portuguesa (21 a 25 de novembro de 1994) Anais, v. II. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1996. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitosde_pressuposicao.pdf> Acessado em: agosto de 2007. m

MENDES, Toninho; LONZA, Furio; MATTOSO, Glauco. *365 Motivos para odiar o Brasil*. São Paulo: Circo Editorial, 1994.

MARTIN, Robert. *Pour une logique du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

MARTIN, Rod A. *The Psychology of Humor: An Integrative Approach* St. Louis, Missouri, USA: Academic Press, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Oficina de Lingüística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras. 1996.

MOESCHLER, Jacques. *Présupposition et implicature*. Lisbonne: le 27 novembre 2002
Disponível em:<<http://www.unige.ch/lettres/linge/moeschler/Semantique2/Sp4/Sp4.ppt>>. Acessado em 11/05/2004.

MOESCHLER, Jacques. *Sémantique et Pragmatique*. Lisbonne: le 22 novembre 2002. Disponível em: <http://www.unige.ch/lettres/linge/moeschler/Semantique2/Sp4/Sp3/sld002.htm>. Acessado em 24/12/2004.

MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil. 1994, octobre.

MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne ; LUSCHER, Jean-Marc ; JAYEZ, Jacques (publication en collaboration). *Langage et pertinence : référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore*. Nancy : Presses Universitaires de Nancy , 1994.

MORENCY, Patrick. Aptitude métareprésentationnelle et langage. Journée du projet FNS: "Usages non descriptifs des expresions temporels". Du projet Université de Neuchatel. 2008. Disponível em: <http://www2.unine.ch/webdav/site/grsp/shared/documents/metarepresentation.pdf> Acessado em: 08/07/2008.

MORIN, Violette A Historieta Cômica. In BARTHES, Roland et al. *Análise Estrutural da Narrativa*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971. Título original: L'Analyse Structurale du Récit.

MOURA, Heronildes Maurílio de Melo. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.

NICOLESCU, Basarab. *Le tiers inclus - De la physique quantique à l'ontologie*. Disponível em: <<http://nicol.club.fr/ciret/bulletin/b13/b13c11.htm>>. Acessado em julho, 2008.

NOGUEZ, Dominique. L'Humour ou la Dernière des Tristesses. In *Études françaises*, v. 5, n° 2, 1969a, p. 139-161. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/036386ar>. Acessado em junho de 2008.

NOGUEZ, Dominique. Structure du langage humoristique. *Revue d'esthétique*. Paris: P.U.F, t. 22, fasc. 1, janvier-mars, 1969b.

NORRICK, Neal R. Stock Conversational Witticisms. In *Journal of Pragmatics* vol. 8, número 2. Amsterdam: North Holland, abril/1984: 195-209.

NORRICK, Neal R. A frame-theoretical analysis of verbal humor: Bissociation as schema conflict. In: *Semiotica* 60, 1986a 3/4: p. 225-245.

NORRICK, Neal R. Resenha de RASKIN, Victor. Semantic Mechanisms of Humor. *Syntheses Language Library* 24. Dordrecht: Reidel, 1985: 154-157, XIX 244 p. 1986b.

OLBRECHTS-TYTECA, L. *Constellation* número 188, de dezembro de 1963: 61 *apud* JARDON, Denise. *Du Comique dans le texte littéraire*. Paris: De Boeck-Duculot, 1998. p. 76.

OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le Comique du discours*. Bruxelles : Editions de l'Institut de

Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1974.

OLIVEIRA, Marco Antônio de Oliveira. A sátira (menipeia) ruído na rede ou rede-ruído? Atas do VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC - Belo Horizonte, UFMG, 26/07/2002.

PEIRCE, C.S. Collected Papers, v. 1 - 8. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, [1931], 1958 apud MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil. 1994, octobre.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Título original: *Traité de l'Argumentation: La Nouvelle Rhétorique*.

PERNER, Josef; WIMMER, Heinz. John thinks that Mary thinks that – Attribution of second-order beliefs by 5-10 years old children. *Journal of Experimental Child Psychology* 39, 1985, p. 437-471. In REBOUL, Anne; MOESCHLER, Jacques. *Pragmatique du discours - De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours*. Paris: Armand Colin, 2005.

PESSOA, Maria do Socorro. A análise Retórica de acordo com Perelman. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. 1, jul./dez. 2004 (p. 135-151). Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0501/07.htm> . Acessado em: setembro de 2007.

PINTO, Mário. *Elementos básicos de Lógica*. UCMG/FUMARC - Fundação Mariana Resende Costa. Belo Horizonte: FUMARC, 1981.

PINTO, Milton José. Introdução: A mensagem narrativa. In BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971. Título do original: *L'Analyse Structurale du Récit*.

PITT, William. *Orations on the French War to the Peace of Amiens*. Londres: J. M. Dent; Nova York: E. P. Dutton: Everyman's Library, s/d apud PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Título original: *Traité de l'Argumentation: La Nouvelle Rhétorique*. (p. 223).

PLOKKER, J. H. Psychologische beschouwingen over de lach. In: DEN HAAG: De Lach in de Literatuur, 1955 apud OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le Comique du discours*. Bruxelles : Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1974 (p. 14).

PONS BORDERÍA, Salvador. *Conceptos y aplicaciones de la Teoría de la Relevancia*. Cuadernos de Lengua Espanhola – 79. Madrid: Arco Libros, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Os Humores da Língua*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PREMACK, D. e WOODRUFF, G. Does the chimpanzee have a 'theory of mind'?. In *Behavior and Brain Science*, 4, 1978 (p. 515-526) apud REBOUL, Anne; MOESCHLER, Jacques. *Pragmatique du discours - De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours*. Paris: Armand Colin, 2005 (p. 192).

PROPP, Vladímir. *Comicidade e Riso*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática, 1992. Título original: *Problíemi Komisma i smiekha*.

RAUEN, Fábio José. Influências do registro escrito de perguntas-QU na rescrita de produções textuais: estudo de caso com base na Teoria da Relevância. In *Caderno de Estudos da Linguagem* da PUCRS. Porto Alegre: PURS, 2008 (no prelo).

RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humour*. Dordrecht and Boston: D. Reidel Publishing Company, 1985.

REBOUL, Anne ; MOESCHLER, Jacques. *La Pragmatique aujourd'hui - une nouvelle science de la communication*. Paris : Éditions du Seuil, 1998.

REBOUL, Anne ; MOESCHLER, Jacques. *Pragmatique du discours - De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours*. Paris : Armand Colin, 2005.

REBOUL, Olivier. Introduction à la Rhétorique. Paris: P.U.F., 1989 *apud* GIOIA, Diana. La paradoja lingüística. Aspectos semántico-pragmáticos. Estudio de casos. In *La Lingüística francesa en el nuevo milenio*. FIGUEROLA, M. C. et al. (ed). Lleida : *Milenio*. p.747-755. ISBN : 84-9743-057-3, décembre 2005.

RÉCANATI, François. *La Transparence et l'énonciation: Pour introduire à la Pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.

REYES, Graciela. *El abecé de la pragmática*. Cuadernos de Lengua Española – 23. Madrid: Arco Libros, 2007.

RUSSELL, B. On denoting. *Jornal de Filosofia: Mind XIV*, 1950: 479-493.

SALMON, WESLEY C. *Lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SAREIL, Jean. *L'Écriture comique*. Coll. *Écriture*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística geral*. Trad. de A. Chelini, J. P. Paes & I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972 [1916]. Título original: *Cours de linguistique générale*.

SCHANK, Roger C.; ABELSON, Robert P. Scripts, Plans, Goals, and Understanding. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1977 *apud* NORRICK, Neal R. *A frame-theoretical analysis of verbal humor: Bissociation as schema conflict*. In *Semiotica* 60, 1986 3/4: 225-245 (p. 239).

SCHOPENHAUER, Arthur. *Le Monde comme Volonté et Représentation*. [1a ed.: 1818] Trad. A. Burdeau. Paris, P.U.F., 1985 *apud* EVRARD, Franck. *L'Humour*. Paris: Hachette, 1996.

SEARLE, John. *Os Actos de Fala*. Trad. de Carlos Vogt et alii. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

SHANNON, C.; WEAVER, W. *A Teoria Matemática da Comunicação*. Rio de Janeiro:

Diffell, 1976 [1949]. Título original: The Mathematical Theory of Communication.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da. *Teoria da Relevância: uma resposta pragmático-cognitiva à comunicação inferencial humana*. 406 fls. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre: 1997.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano. *A imagem: interpretação e comunicação*. In RAUEN, Fábio José (org.). *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial. Tubarão: Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm>.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Pragmática e Cognição: A Textualidade pela Relevância*. Caxias do Sul: EDUCS - Editora da Universidade de Caxias, 1997 (1. ed.)/ 2002 (3. ed.).

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Teoria da Relevância. In *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. Tubarão: Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm>. (P. 221-263)

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevância: Comunicação e Cognição*. Tradução de Helen Santos Alves e Manuel Gomes da Torre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, 2. ed. Título original: *Relevance: Communication and Cognition*.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Posfácio da edição de 1995 de Relevância: comunicação & cognição*. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm> . (p. 171-220). Acessado em : dd/mm/aaaa. Título original : *Postscript from the 1995 edition of Relevance: communication & cognition*.

SPITZER. D. Wiener Spaziergange [Promenades viennoises], v. II *apud* FREUD, S. *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient* ., 2007, p. 42.

STERNBERG, Robert J. *Psicologia Cognitiva*. Tradução de Maria Regina Borges Osório. Porto Alegre: Artmed, 2000.

STERNE, Laurence. *Vie et opinions de Tristram Shandy*. Traduzido do Inglês por Charles Mauron. Paris: Robert Laffont, Almathée, 1946 *apud* OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le Comique du discours*. Bruxelles : Editions de l'Institut de Sociologie de l'Université de Bruxelles, 1974 (p. 291).

SULS, Jerry M. A two-stage model for the appreciation of jokes and cartoons: an information-processing analysis. In GOLDSTEIN, Jeffrey H., MCGHEE, Paul E. (Ed.). *The Psychology of Humor*. Theoretical Perspectives and Empirical issues. London: Academic Press, 1972 (p. 81-100).

TAFARELLO, Maria Cristina de Moraes. Humor e justiça. In: *Estudos Lingüísticos XXIV - Anais de Seminários do GEL-SP*. São Paulo, 1995: (p. 629-635).

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. *DELTA*, v.

6, número 1. São Paulo: ABRALIN/PUC – SP, 1990: 55-82.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O que é engraçado? Categorias do risível no humor brasileiro. *Revista Leitura: Estudos Linguísticos e Literários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*. Maceió: CHLA-UFAL. (42-72). Maceió, Alagoas: UFAL, 1991.

TUTESCU, Mariana. *L'Argumentation: introduction à l'étude du discours*. Editura Universitatea din Bucuresti, 2003. Disponível em: <http://ebooks.unibuc.ro/lis/MarianaTutescu-Argumentation/38.htm>. Acessado em: 21/01/2005.

VIDAL-ROOSSET, Joseph. *Qu'est-ce qu'un paradoxe?* Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2004.

VOESE, Ingo. O Discurso humorístico: um estudo introdutório. In *Linguagem e humor*, Revista Leitura: Estudos Linguísticos e Literários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Maceió: CHLA-UFAL, 1989/1990: 07-20.

WARREN, W. H.; NICHOLAS, D. W.; TRABASSO, Tom. Event chains and inferences in understanding narratives. In FREEDLE, R. O. (ed.). *New directions in discourse processing*. Norwin: N. J. Ablex, 1979: p. 23-51 *apud* DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, série: educador em formação, 2001. (p. 52).

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. (Escola de Palo Alto, do Instituto de Pesquisa Mental de Palo Alto, Califórnia). *Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. Tradução de Álvaro Cabral. London: Faber and Faber. São Paulo: Cultrix, 1981 (1967). Título original: *Pragmatics of Human Communication: Study of Interactional Patterning Pathologies, and Paradoxes*.

WILSON, Deirdre. Relevance and understanding. In: BROWN, G.; MALMKJAER, K.; POLLITT, A.; WILLIAMS, J. (Ed.). *Language and Understanding*. Oxford University Press, Oxford, 1994 pp. 35–58.

WILSON, Deirdre. *Metarepresentation in linguistic communication*. UCL Working Papers in Linguistics 11, 1999, p. 127–162

WILSON, Deirdre. Conferências (10) (apud RAUEN, personal communication) – 2008 123p.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. On Grice's theory of conversation. In: WERTH, P. (Ed.). *Conversation and Discourse*. Croom Helm, London, 1981, pp. 155–178.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Inference and implicature.. In: TRAVIS, C. (Ed.). *Meaning and Interpretation*. Blackwell, Oxford, 1986, p. 45–75.

YAGUELLO, Marina. *Alice no País da Linguagem*. Lisboa: Estampa, 1981.

YUS RAMOS, Francisco. *Humor and the search for relevance*. Journal of Pragmatics 35.

Alicante: Department of English Studies, University of Alicante, Spain, 2003 (p. 1295-1331).

YUS RAMOS, Francisco. *Literal/nonliteral and the processing of verbal humour*. Pragmalingüística 8-9. 1330 / Journal of Pragmatics 35, 2003 (p. 349-373.)

2 – OBRAS CONSULTADAS

ARON, Raymond. Introduction à la Philosophie de l'Histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique. Bibliothèque des Idées. Paris: Galimard, 1948 (p. 164) apud PERELMAN, Chaïm ; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. Tradução de Maria Ermantina Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (p. 262).

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV 26*. Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1982 (p. 91-151).

BAKHTIN, Mikail (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, Mikail (VOLOCHINOV). *Questões de Literatura e de Estética: A Teoria do Romance*. Traduzido pela equipe: Aurora Fonseca Bernardini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998 [1975].

BLAKEMORE, Diane. *Semantic Constraints on Relevance*. Oxford: Blackwell Publishing, 1987.

BROWN, G.; Yule, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge Press, 1983 apud DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, Série: Educador em Formação, 2001 [1991].

CHARLAB, Sérgio (sem data) (Editor-chefe). *Rir é o melhor remédio: uma compilação das melhores piadas publicadas na revista Seleções*. Rio de Janeiro: Reader's Digest.

CHAROLLES, M. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. In: *Langue Française*, 38, Besançon, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CHIAVEGATTO, Valeria Coelho. Categorização, Protótipos e Categorias Radiais. Grupo de Pesquisa Gramática e Cognição. In: *III Congresso Internacional da Abralin*, s/l: 2003.

CLARK, Herbert H. Bridging. In JOHNSON-LAIRD, P. N.; WASON, P. C. (ed.). *Thinking: readings in cognitive science*. Cambridge: Cambridge University, 1977. Cap. 25, p. 411-420 apud DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, Série: Educador em Formação, 2001 [1991].

CONDE, Xavier Frías. Introducción a la Pragmática. In *Revista Philologica Romanica*, IANUA: 2001. Disponível em: <<http://www.iaga.com/ianua>>. Acessado em: 02/09/2005.

COSTA VAL, Maria da Graça. A interação linguística como objeto de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. In *Educação em revista*, n. 16. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, dez, de 1992: 23-30.

CUQ, Marie-Lise. *Le Petit Larousse Illustré*. Larousse, 2006, p. 372

CZEKALSKI, Fernando. *Juízo e Discurso: uma aproximação preliminar entre o De Anima e A Retórica de Aristóteles*. 195fls. Tese (Doutorado Filosofia). Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2007. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=955. acessado em: 10/03/2007.

DASCAL, Marcelo. Relevância Conversacional. In: DASCAL, Marcelo (org.): *Fundamentos Metodológicos da Linguística: vol. IV-Pragmática*. Campinas: UNICAMP, 1975(1ª ed.) /1982: 105-131.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. A avaliação da leitura de textos no ensino da língua portuguesa. In DELL'ISOLA, Regina L. Péret; MENDES, Eliana Amarante de M. (org.). *Reflexões sobre a Língua Portuguesa - Ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1997 (53-58).

DUCROT, Oswald. Pressupostos e Subentendidos (Reexame). Tradução de Ana Maria Guimarães e Eleni Jacques Martins. In _____. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1978.

DUCROT, Oswald ; SCHAEFFER, Jean-Marie. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1995.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. Trad. de Alice Kyoko Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 1988.

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: Redação, argumentação e leitura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ESCANDELL VIDAL, M. Victoria; LEONETTI, Manuel, Universidad de Alcalá - UNED. Semántica conceptual/ Semántica procedimental. In *Actas del V Congreso de Lingüística General*. Universidad de Leon (en prensa).

ESCHBACH, Gérard. La Matrice de l'humain. Disponível em: <http://www.metanoia.org/II/F/01.htm>. Acessado em 17/01/2004.

FARINHA, José. Processos de inferência social. Disponível em: http://www.w3.ualg.pt/~jfarinha/activ_docente/psicologia%20social/projec/inferenc.pdf . Acessado em: março, 2005.

FEU, Edie Van (org.). *Piadas e Charadas*. (Ano 1: n. 6). Rio de Janeiro: Editora Escala/Fernando Chinaglia Distribuidora, s/d.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística*. I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1997.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: ALCOFORADO, Paulo (trad. e sel.). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FRY, William F. Jr. *Sweet Madness: A Study of Humour*. Palo Alto: Pacific Books, 1963 (p. 153-154) *apud* WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. (Escola de Bateson, do Instituto de Pesquisa Mental de Palo Alto, Califórnia). *Pragmática da Comunicação Humana*. Um estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da interação. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983 [1967]. Título do original: *Pragmatics of Human Communication: Study of Interactional Patterning Pathologies, and Paradoxes*.

GALISSON, R. e COSTE, D. *Dictionnaire de didactique des langues*. Paris: Librairie Hachette, 1976.

GOMES, Ivan (Batoré). (s/d). *Piadas do Batoré*. São Paulo: Editora Escala.

GONÇALVES, José Luiz V. R. Desenvolvimentos da Pragmática e a Teoria da Relevância aplicada à tradução. In: RAUEN, Fábio José (org.). *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial. Tubarão: Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm>. Acessado em: 25/06/2005.

GROJNOWSKI, Daniel. *Aux Commencements du rire moderne*. L'esprit fumiste. Paris : Librairie José Corti, 1997.

GUIJARRO MORALES, José Luis. Aproximación cognitiva al texto. In: AUTOR/ORG/ED. *Pragmalingüística 5-6*, 1997-1998: 173-209.

HUMOR. Disponível em: humor-1@ufu.br. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Acessado de 2000 a 2001.

JOHNSON, Ragnar. Two Realms and a joke: bisociation theories of joking. In *Semiotica 16: 3*. La Haye, Pays-Bas: Mouton Publishers, 1976: 195-221.

KOCH, Ingedore G. Villaça. O Desenvolvimento da Linguística Textual no Brasil (The Development of Text Linguistics in Brazil). In *DELTA - Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, vol.15, special issue. São Paulo, 1999 (p. 165-180).

KOESTLER, Arthur. *Le cheval dans la locomotive*. Calmann-Levy *apud* JARDON, Denise. *Du Comique dans le texte littéraire*. Paris: De Boeck-Duculot, 1998.

LABELLE, Françoise. *Pragmatique: La Présupposition*. Disponível em : www.uqac.ca/~flabelle/semantique/logo/pragmatique.htm -Mise à jour: 27 nov. 2002. Acessado em 11/06/2004.

LEGROS, Denis (Université de Paris 5, Maître de Pembroke). *Représentation mentale*. Champ: Inférences et implicite. Publications virtuelles, 2004. Disponível em: <http://www.uvp5.univ-paris5.fr/TFL/AC/AffFicheT.asp?CleFiche=5206&Org=QUTH>. Acessado em 11/02/2005.

LOURENZI, Hercílio de (s/d). *Piadas selecionadas* (Ano 1, número 1). São Paulo: Editora Escala.

LYCAN, W. G. *Logical Form in Natural Language*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1984. Apud MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil. 1994, octobre.

MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil, 1996a (fevereiro).

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução de Marina Appenzeller, com revisão de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 1996b (junho).

MARCUSCHI, Luís Antônio. A produção de inferências e sua contribuição na construção do sentido. In: *D.E.L.T.A. _ Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* vol. 9, n.º Especial, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1991.

MARI, Hugo. A teoria dos atos de fala entre convenções e intenções. In MENDES, Eliana et alii (org.). *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001a.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In MARI, H. (org.). *Análise do discurso: fundamentos e prática*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001b.

MCGHEE, Paul E.; GOLDSTEIN, Jeffrey H. Advances toward an Understanding of Humor: Implications for the Future. In GOLDSTEIN, Jeffrey H., MCGHEE, Paul E. (Ed.). *The Psychology of Humor*. Theoretical Perspectives and Empirical issues. London: Academic Press, 1972 (p. 243-257).

OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

PAYNE, Thomas. *Teoria da Relevância*. Conferência-Slides-SemanticaPayne22. 2004. Disponível em: <http://www.uoregon.edu/tpayne/semprag.htm> . Acessado em 20/01/2005.

PEREIRA, Lúcia Maria de Sá Silva. Humor, um enfoque psicológico. *Revista Vozes de Cultura*. Petrópolis: Vozes, Ano 64. Abril 1970.

PP & S (Projeto e execução). *Coleção de piadas*. (Ano 1, número 10). São Paulo: Editora Escala, Outono de 2000.

RASKIN, Victor. Script-based lexicon. *Quaderni di Semantica*, v. II, n. 1, 1981, p. (p. 25-34).

RASKIN, Victor. Linguistic Heuristics of Humor: A Script-Based Semantic Approach. *International Journal of the Sociology of Language*, 65. 1987. (p.34-57)

RAUEN, Fábio José. Inferências em resumo com consulta ao texto de base: estudo de caso com base na teoria da relevância. In RAUEN, Fábio José; SILVEIRA, Jane Rita Caetano da.

Revista Linguagem em (Dis)curso, v. 5, n. especial. Tubarão: Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm> . (p. 221-263)

RAUEN, Fábio José. Teoria da Relevância e gêneros textuais: interfaces possíveis? *Anais do 4º Simpósio de Estudos de Gêneros Textuais*. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, Santa Catarina. De 15 a 18 de agosto de 2007. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/51.pdf>. Acessado em: 10/09/2007.

REBOUL, Anne. Pragmatique et cognition: La présupposition. Disponível em: www.isc.cnrs.fr/reb/presupp.htm. Acessado em: 11/05/2004.

REBOUL, Anne; MOESCHLER, Jacques. Pourquoi l'analyse du discours a-t-elle besoin d'une théorie de l'esprit? In BERTHOUD, A. C. ; MONDADA, L. (ed). *Modèles du discours en confrontation*. Berne: Peter Lang, 185-203 Lausanne, 2000.

RÉCANATI, F. Insinuation et sous-entendus. *Communications* 30, 1979 : 95-106.

RÉCANATI, F. *Les Énoncés performatifs*: contribution à la Pragmatique. Paris : Éditions de Minuit, 1981.

RICKHEIT, Gerr; STROHNER, Hans; SCHNOTZ, Wolfgang. The concepts of inference in discourse comprehension. In: RICKHEIT, G.; STROHNER (ed.). *Inference in text processing*. North Holland: Elsevier Science, 1985 apud DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, Série: Educador em Formação, 2001 [1991].

RITCHIE ,Graeme. Developing the Incongruity-Resolution Theory. In *Proceedings of the AISB Symposium on Creative Language: Stories and Humour*. Scientific Commons. University of Edinburgh, 80 South Bridge, Edinburgh, Scotland EH1 1HN, 1999. Disponível em: <http://www.dai.ed.ac.uk/homes/graeme/papers/aisb99.ps>. Acessado em: 13/06/2001.

RODRIGUES, Renato; MATOS, Marcelo. *Piadas e Charadas* (Ano 1, número 7). São Paulo: Editora Escala (s/d).

RODRIGUES, Renato. *Só Charadas 2*. (Ano 1, número 2). São Paulo: Editora Escala. (s/d)

ROMANELLI, R. C. *Os prefixos latinos*. Belo Horizonte: Edição do autor, 1964 (p. 135).

SARRUMOR, Laert. *Mais mil piadas do Brasil*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

SCHOTT-BOURGET, Véronique. *Approches de la linguistique*. Paris: Éditions Nathan, 1994.

SEARLE, John R.; VANDERVEKEN, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, John. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SMITH, Neil. The twitter machine. Reflections on language. Oxford: Blackwell, 1989 *apud* SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Pragmática e Cognição: A Textualidade pela Relevância*. Caxias do Sul: EDUCS - Editora da Universidade de Caxias, 1997 (1. ed.)/ 2002 (3. ed.).

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Posfácio da edição de 1995 de Relevância: comunicação & cognição*. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm> . (p. 171-220). Acessado em : dd/mm/aaaa. Título original : Postscript from the 1995 edition of Relevance: communication & cognition.

SPERBER, Dan ; WILSON, Deirdre. Les ironies comme mentions. In : *Poétique*, n° 36, Seuil, 1978 (p. 399-412).

STALNAKER, R. Assertion. In COLE, P. (ed.) Syntax and semantics 9: Pragmatics. New York: Academic Press, 1978 *apud* MOURA, Heronildes Maurílio de Melo. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.

STRAWSON, P. F., Intention and Convention in Speech Acts. In *Logico-Linguistic Papers*, London, 1971. Texto apresentado no 4o SIGET - Simpósio Internacional de Gêneros Textuais. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, 15-18 agosto 2007.

STRAWSON, P. F. On identifying reference. In STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. *Semantics*. Cambridge University Press, 1964.

TODOROV, Tzvetan. Les Genres du discours. Paris: Seuil, 1978 *apud* JARDON, Denise. *Du Comique dans le texte littéraire*. Paris: De Boeck-Duculot, 1998, p. 48.

TORRES SÁNCHEZ, Maria Ángelis. Teorias lingüísticas del humor verbal. In *Pragmalingüística 5-6*, 1997-1998, p. 435-448.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Homonímia, mundos textuais e humor. In *Organon 23*. Porto Alegre: UFRGS. 1992, p. 41-50.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Recursos lingüísticos e discursivos do humor: Humor e classe social na televisão brasileira. In: *Estudos Linguísticos XXIII*. ANAIS DE SEMINÁRIOS DO GEL. Lorena, São Paulo: GEL. 1989: 670-677.

VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. Livro organizado por KOCH, Ingedore Villaça. São Paulo: Contexto, 1996, 2. ed.

VANDERVEKEN, Daniel. La Pertinence de l'utilisation de la théorie traditionnelle des actes de discours (TAD) dans le cadre du dialogue. In *Journées Daniel Vanderveken* Toulouse: Séance de travail du 8/7/2002.

VANDERVEKEN, Daniel. *Les Actes du discours*. Liège - Bruxelles: Pierre Mardaga. 1988, p. 72.

VANDERVEKEN, Daniel. O que é uma força ilocucional? Tradução de João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, número 9, 1985, p. 173-194.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *As Cobras*. São Paulo: L&PM Editores, 1997.

VICCARI, Rosa Maria; HODARA, Ricardo Holmer. *O apogeu do cognitivismo racionalista (i.e tradicional) da linguística em Sperber & Wilson (S & W): os grandes sistemas mentais como ferramentas úteis na educação*. Porto Alegre: CINTED-UFRG, V. 1 No 1, fevereiro, 2003 (p. 1-8).

YAGUELLO, Marina. *Alice no País da Linguagem: para compreender a Linguística*. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 129-145.

YUS RAMOS, Francisco. *Cooperacion y relevancia*. Dos aproximaciones pragmáticas a la interpretacion. Alicante: Universidad de Alicante, Servicio de Publicaciones, 1997.

YUS RAMOS, Francisco. La teoría de la relevancia y la estrategia humorística de la incongruencia-resolución. *Pragmalingüística* 3-4, 1997b, p. 497-508.

YUS RAMOS, Francisco. *El club de la comedia*. Madrid: Aguilar, 2001.

YUS RAMOS, Francisco. Stand-up comedy and cultural spread: The case of sex roles. *Babel A.F.I.A.L* (special issue on literary and linguistic aspects of humour), 2002, p. 245-292.